

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de proteção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Ana Filipa dos Santos Guardião

Orientadores: Professor Doutor António Costa Pinto
Doutor Miguel Bandeira Jerónimo

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida

Vogais: Doutora Silvia Salvatici, *Professore Associato, Dipartimento di Studi Storici, Università Degli Studi di Milano, Itália*

Doutor Miguel Bandeira de Carvalho Jerónimo, Investigador Auxiliar, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Doutor José Miguel Pereira Alcobio Palma Sardica, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

Doutora Ana Mónica Rôla da Fonseca, Professora Auxiliar Convidada, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Nuno Miguel Rodrigues Domingos, Investigador Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de
descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

AGRADECIMENTOS

A feitura da presente tese constitui também ela um longo processo de reflexão repleto de questionamentos, avanços e recuos contundentes ao esforço de elaborar um trabalho coeso sobre um dos temas mais debatidos nos dias que correm e que contou com a inestimável colaboração e apoio de professores, colegas, amigos e família.

Começo por agradecer aos meus orientadores a generosidade e disponibilidade para abraçarem este projecto. Ao Professor António Costa Pinto, pela confiança depositada no meu trabalho de investigação e pelas discussões em momentos chave da elaboração da presente tese. Ao Doutor Miguel Bandeira Jerónimo, uma menção especial de profunda gratidão. Não caberiam nestas linhas palavras que possam descrever o quão aprendi e cresci académica e pessoalmente. Sobretudo agradeço-lhe por acreditar nas minhas capacidades em momentos de dúvida, pelas inúmeras contribuições que deram rumo a este processo, pela liberdade de acção, confiança e investimento no meu trabalho e pelo exemplo inspirador de profissionalismo e rigor académico, pela compreensão e amizade.

Aos professores do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História que sempre se mostraram disponíveis para debater e acrescentar valiosas contribuições para a escrita da tese, nomeadamente os professores do Seminário de Acompanhamento José Sardica e Luís Carolino que me acompanharam durante três anos de investigação.

Agradeço ainda aos meus colegas, sempre disponíveis para debater ideias, pela amizade que foi cimentando cumplicidades, pela partilha e generosidade, pelos momentos de alegria que tornaram este processo mais leve e frutuoso, especialmente ao Arthur Curvelo, Andreia Fidalgo, Lucas Monteiro, Mayra Guapindaya, Leonor Garcia e Francisco Henriques. Deixo ainda uma homenagem e agradecimento ao Pedro Ferreira, um exemplo de generosidade, força e determinação.

Não poderia deixar de agradecer ainda aos arquivistas do Comité Internacional da Cruz Vermelha, do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino pela amabilidade, paciência e disponibilidade com que, ao longo dos anos me receberam. Em particular ao Iordanis Rongnakis pela inesgotável

gentileza e simpatia, franqueza e honestidade com que me guiou pelos corredores das Nações Unidas.

A feitura desta tese não seria possível sem aqueles que estiveram presentes de múltiplas formas nestes quatro anos e que me apoiaram incondicionalmente.

Aos meus pais, que desde cedo me incentivaram a questionar, alimentaram a minha curiosidade e sede de saber e se redobraram em esforços para que pudesse beneficiar desta oportunidade. Agradeço todo o carinho, dedicação e persistência. Aos meus avós, pela fé que muitas vezes não tenho.

Agradeço também a todos os meus amigos que durante este processo partilharam, compreenderam, respeitaram e acolheram as perturbações, os impulsos, as dúvidas, e ajudaram a que me mantivesse firme para completar esta tarefa num tempo de descoberta e afirmação. Ao Junior, ao Máximo, à Mafalda, à Cristina e ao Marcel por me abraçarem e acolherem. À Sofia e ao Samina por persistirem. À Ade pelo amor e confiança.

À Daniela e à Pri, por tudo.

RESUMO

A presente tese procura abordar as dinâmicas de assistência e protecção internacional aos refugiados autóctones durante os processos violentos de descolonização em África, num período determinante para a construção do regime universal de direitos humanos. Comparando os casos dos refugiados quenianos, argelinos e angolanos das guerras de independência colonial, tem-se como objectivo compreender os processos de actuação das organizações do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em geografias coloniais e em resposta aos problemas específicos por estas suscitados. Os debates surgidos e as estratégias adoptadas revelam múltiplos desafios colocados à actuação destas organizações, mas também elucidam sobre as tentativas de resposta às limitações impostas pelas dinâmicas internacionais cimentadas na primeira metade do século XX, condicionantes de uma actuação universal. Tratando tanto os debates em Genebra como a situação no terreno, esta investigação pretende contribuir para os debates historiográficos que exploram a interconexão e sobreposição dos processos de internacionalismo e imperialismo, com um olhar que cruza o global com o local num esforço de compreensão destes processos enquadrando os múltiplos actores envolvidos na experiência de refúgio.

Palavras-chave: descolonização, refugiados, assistência humanitária, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Movimento Internacional da Cruz Vermelha

ABSTRACT

This dissertation intends to explore the refugee international protection and assistance dynamics during the processes of violent decolonization in Africa at a crucial time for the construction of the universal human rights regime. Comparing the cases of the autochthonous refugees of Kenya, Algeria and Angola decolonization wars, the aim is to understand the processes of adaptation of the international organizations of the International Red Cross Movement and the United Nations

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

High-Commissioner for Refugees to colonial geographies and the specific problems evoked by them. The debates that emerged and the strategies adopted show the multiple challenges to intervention of these organizations but also elucidate the efforts to surpass the limitations imposed by the international dynamics cemented through the first half of the twentieth century. Focusing on the debates in Geneva but also on the field reality, this dissertation intends to contribute for the historiographic debates that explore the interconnections and overlaps that have been shaping internationalism and imperialism, with an approach that intersects the local and the global in an effort to understand these processes conjugating the multiple actors involved in the refugee experience.

Keywords: decolonization, refugees, international humanitarian assistance, United Nations High Commissioner for Refugees, International Movement of the Red Cross

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I	17
CAPÍTULO I – DIREITO INTERNACIONAL, REFUGIADOS E HUMANITARISMO – OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO DOS REFUGIADOS.....	17
PREÂMBULOS DA ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL ORGANIZADA.....	19
PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – PRIMEIROS PASSOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO?...26	
DESBRAVANDO TERRITÓRIO DESCONHECIDO – A EMANCIPAÇÃO DO ACNUR DAS LIMITAÇÕES DO REGIME DE PROTECÇÃO DOS REFUGIADOS.....	37
CONFRONTANDO TENDÊNCIAS E MUDANÇAS – A QUESTÃO COLONIAL DENTRO DAS DINÂMICAS INTERNACIONAIS.....	41
CAPÍTULO II – GEOGRAFIAS COLONIAIS – PERCEPÇÕES, IDEÁRIOS E RESPOSTAS..45	
O CASO QUENIANO NO COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.....	48
A RECEPÇÃO DO CASO ARGELINO NO CICV E NO ACNUR.....	60
ABORDAGEM AO CONFLITO ARGELINO PELO COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.....	67
REFUGIADOS ARGELINOS: NOVAS FRONTEIRAS.....	69
A RECEPÇÃO DO CASO ANGOLANO NO CICV E NO ACNUR.....	72
QUANDO OS REFUGIADOS SURGEM PRIMEIRO: A QUESTÃO ANGOLANA NO CICV.....	79
UMA QUESTÃO DE ESTATUTO – A ABORDAGEM DO ACNUR AO CASO ANGOLANO.....	81
DIMENSÕES REDUTORAS: AS LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS À INTERVENÇÃO.....	88
PARTE II.....	93
CAPÍTULO III – ESFERAS DE SOBERANIA – BLOQUEIOS À INTERVENÇÃO INTERNACIONAL EM BENEFÍCIO DOS KIKUYU DO QUÉNIA.....	93
MOVIMENTAÇÕES PARA O TANGANICA – REFUGIADOS NO ENREDO DO CONTROLE POPULACIONAL.....	94
QUANDO OS REFUGIADOS REGRESSAM.....	100
A ACTUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRITÂNICA NO QUÉNIA.....	108
ASSISTÊNCIA AOS KIKUYU RETORNADOS.....	115
O COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA NOS MEANDROS DA SOBERANIA....	121

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

AS MISSÕES DO COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.....	130
OS «NÃO» REFUGIADOS DO QUÊNIA.....	136

CAPÍTULO IV – APROPRIAÇÕES HUMANITÁRIAS – A ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS ARGELINOS EM MARROCOS E NA TUNÍSIA.....143

CONTROLO PARA DOMINAR – ESTRATÉGIAS DE PODER NUMA ARGÉLIA DILACERADA.....	144
ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA – A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA DO CICV EM BENEFÍCIO DOS REFUGIADOS ARGELINOS.....	149
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM MARROCOS.....	151
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA NA TUNÍSIA.....	162
OPERAÇÃO CONJUNTA CICV-ACNUR NA TUNÍSIA.....	167
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO DOS REFUGIADOS ARGELINOS.....	170
ASSISTÊNCIA EM 1958 - BOMBARDEAMENTOS A SAKIET SIDI YOUSSEF COMO <i>TURNING POINT</i> POLÍTICO E HUMANITÁRIO.....	177
NOVAS ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DA ASSISTÊNCIA CONJUNTA.....	188
RESOLUÇÃO DO CONFLITO ARGELINO E MEDIDAS DE REPATRIAMENTO.....	205
REPATRIAMENTO E ASSISTÊNCIA À REINTEGRAÇÃO.....	210
REFUGIADOS ENTRE A POLITIZAÇÃO DA PROTECÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	216

CAPÍTULO V – (DES)CONTROLE DA EXPERIÊNCIA DE REFÚGIO – A ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS ANGOLANOS NO CONGO E NA ZÂMBIA.....221

TERRENO INÓSPITO – DINÂMICAS SÓCIO-LABORAIS E MIGRATÓRIAS NA ANGOLA DO IMEDIATO ANTE GUERRA.....	222
CONGO: PRIMEIRA OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE EMERGÊNCIA E AUTO-SUFICIÊNCIA.....	227
DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA – A ACTUAÇÃO DA LSCV NO CONGO.....	228
ACNUR – PROJECTOS DE ASSISTÊNCIA PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA.....	248
NOVAS PARCERIAS NOS ANOS 1970.....	262
OS REFUGIADOS DA FRENTE LESTE – MOVIMENTAÇÃO POPULACIONAL E ESTRATÉGIAS DE ASSISTÊNCIA NA ZÂMBIA.....	265
UMA GUERRA INFINDÁVEL – O REPATRIAMENTO DOS REFUGIADOS ANGOLANOS E NOVA SITUAÇÃO DE CONFLITO NO PÓS 1974.....	284
O REFUGIADO ANGOLANO ENTRE MODELOS DE CONTROLE DA EXPERIÊNCIA DE REFÚGIO.....	289
CONCLUSÕES.....	297

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de
descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

ANEXOS.....	311
ANEXO I.....	313
ANEXO II.....	315
FONTES PRIMÁRIAS.....	315
BIBLIOGRAFIA.....	323

INTRODUÇÃO

Em 1952, num estudo sobre a crescente instabilidade nos territórios africanos colonizados e sobre a possibilidade de intervenção humanitária, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) utilizou o artigo de Jean Rusillon, missionário genovês com experiência em África, onde este afirmava que até então «os negros [...] eram considerados seres inferiores; mas chegamos a um estágio da nossa história em que nos atrevemos a afirmar os limites de nosso conhecimento da realidade total do homem»¹. Rusillon exprimia o essencial dos debates que começavam a florescer dentro das organizações internacionais humanitárias acerca dos pressupostos da alteridade africana, num contexto em que os sinais de contestação violenta à permanência dos impérios coloniais se avolumavam em África. Estes debates eram concomitantes com a disseminação dos ideais universalistas dos direitos fundamentais da pessoa humana.

O momento transformador do pós Segunda Guerra Mundial foi formado por um conjunto multifacetado de dinâmicas, em parte semelhante ao período entre guerras. A reorganização dos Estados e Estados-império europeus, agora em esferas de influência associadas ao dealbar da Guerra Fria, e a afirmação de organizações inter-estaduais e não-governamentais na mediação entre conflitos e intervenção externa em múltiplos cenários são dois importantes exemplos². A formulação de um ordenamento internacional que reconhecia mas, em certo sentido, ultrapassava os interesses estatais com base em premissas universalistas visava, por certo, responder às actuações discricionárias perpetradas durante o conflito. Mas também procurava responder à situação criada pela deslocação forçada de milhões de indivíduos dentro do espaço europeu. Tal como acontecera após a Primeira Guerra Mundial, as deslocações de refugiados em massa foram

¹ J. Rusillon, «L'Afrique Noire devant notre civilization», *Globe: revue genevoise de géographie*, vol. 91 (1952) 1, em BAG 209-003.001, ACICR.

² Para o período entre guerras veja-se, sobre a o papel da Sociedade das Nações (SDN) na reorganização do sistema de Estados imperiais e no surgimento de organismos internacionais que, mais tarde viriam a ressurgir no sistema das Nações Unidas como o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ou Organização Mundial da Saúde (OMS), S. Pedersen, *The Guardians: The League of Nations and the Crisis of Empire* (Oxford: Oxford University Press, 2015); para uma reflexão sobre o cruzamento de dinâmicas do internacionalismo imperial e do imperialismo internacionalista no mesmo período veja-se M. B. Jerónimo, «Uma Sociedade de Impérios: A Imaginação Política Imperial e o Internacionalismo do Entre-Guerras», em *Os Passados do Presente: Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*, org. M. B. Jerónimo e J. P. Monteiro (Coimbra: Almedina, 2015), 235-269; e ainda para uma releitura das dinâmicas transnacionais do entre guerras veja-se D. Laqua, ed., *Internationalism Reconfigured: Transnational Ideas and Movements Between the World Wars* (Londres: I.B. Tauris, 2011).

abordadas como causas de instabilidade securitária e económica³. Por outro lado, era necessário socorrer estes indivíduos pela criação de um sistema de protecção jurídica e de reforço da acção humanitária internacional, integrado num modelo universalista de reconhecimento dos direitos humanos.

Vistos como condição maior para a persistência de alguns Estados europeus como potências internacionais e sociedades prósperas, os impérios ultramarinos eram tidos como uma garantia económica e simbólica para a sua recuperação dos efeitos da Segunda Guerra Mundial e da crise financeira que a precedera⁴. A necessidade de preservação de estatuto internacional, em alguns casos *global*, levaria a diversas estratégias de manutenção do poder colonial, em África e noutras geografias. Estas passavam, por exemplo, pela transformação da retórica civilizacional no sentido da valorização de argumentos desenvolvimentistas na legitimação de políticas infractoras das normas internacionais que vinham a ser impostas desde a criação do sistema das Nações Unidas⁵.

Pensado para um cenário europeu, mas criado dentro da nova esfera normativa da universalização de direitos, o desenvolvimento do regime internacional de protecção aos refugiados, foi desafiado pelo surgimento de movimentações de refugiados em geografias imperiais e espaços coloniais. Este regime enfrentou os seus primeiros grandes desafios na necessidade de garantir um módico de protecção e assistência universal a estes indivíduos em contextos de descolonização violenta em África. A presente tese analisa a adaptação do sistema internacional de protecção aos refugiados à diversidade, de cronologias e dinâmicas, dos processos violentos de descolonização que marcaram três impérios coloniais em África – os impérios britânico, francês e português. Estes acarretaram a fuga de partes da população autóctone para Estados vizinhos em busca de refúgio. As guerras de independência do Quénia, da Argélia e de Angola – que decorreram entre 1952 e 1975 – originaram múltiplos desafios às organizações internacionais focadas na protecção e assistência a civis e refugiados – o Comité Internacional e a

³ P. Gatrell, *The Making of the Modern Refugee* (Oxford: Oxford University Press, 2013); M. Marrus, *The Unwanted: European Refugees in the Twentieth Century* (Nova Iorque: Oxford University Press 1985).

⁴ N. White, «Reconstructing Europe through Rejuvenating Empire: the British, French and Dutch Experiences Compared», *Past and Present*, vol. 210, n. 6 (1995), 211-236.

⁵ F. Cooper, «Burocratas Modernizadores, Africanos Atrasados e o Conceito de Desenvolvimento» e «Desenvolvimento, Modernização e as Ciências Sociais na Era da Descolonização: Os Exemplos da África Britânica e Francesa», em F. Cooper, *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização* (Lisboa: Edições 70, 2016), 129-171 e 211-261, respectivamente.

Liga das Sociedades da Cruz Vermelha (LSCV) e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – e que protagonizavam esforços para intervir humanitariamente em benefício das populações autóctones refugiadas em Estados vizinhos.

É a partir desta complexa conjuntura que surge a questão central da presente tese: de que formas as dinâmicas de transformação social acelerada em contexto colonial, fruto de violentos conflitos, alteraram o debate sobre a universalidade do regime internacional de protecção a refugiados? Por forma a estudar esta questão, a tese aborda os debates e processos⁶ que envolveram dinâmicas da protecção e assistência aos refugiados autóctones dos conflitos de descolonização, ancorando-se em dois eixos principais.

Por um lado, a partir dos debates desencadeados no interior das três organizações internacionais, e entre estas, analisando o modo como elas receberam os casos dos conflitos queniano, argelino e angolano, e, posteriormente, desenharam e implementaram estratégias de acção em benefício dos refugiados autóctones⁷. Apesar de cada vez mais intervenientes na resolução de problemas internacionais, as organizações do Movimento Internacional da Cruz Vermelha (MICV) e o Alto-Comissariado enfrentavam obstruções de carácter variado à sua intervenção em conflitos internos em benefício das populações civis.

A literatura sobre o MICV, focada principalmente no trabalho do Comité Internacional, tem demonstrado os desafios enfrentados pelos actores da organização e identificado as estratégias por estes encontradas para responder a situações fora dos espaços de actuação dos vários sistemas de mediação de conflitos e assistência no terreno que foram desenvolvidos durante o século XX⁸. O MICV surgiu como uma rede de organizações que se ocupava da assistência humanitária em

⁶ São vários os estudos que tratam a questão da intervenção humanitária em contextos de descolonização. A presente tese bebe desses estudos e procura adicionar ao debate uma abordagem que analisa também processos locais de operacionalização no terreno, trazendo novos questionamentos. Veja-se, entre outros, F. Klose. *Human Rights in the Shadow of Colonial Violence: The Wars of Independence in Kenya and Algeria* (Filadélfia: Pennsylvania University Press, 2009); F. Klose, «The Colonial Testing Ground. The ICRC and the Violent end of Empire», *Humanity*, vol. 2 n. 1 (2011) 107-126; A. Thompson, «Humanitarian Principles Put to the Test: Challenges to Humanitarian Action during Decolonization», *International Review of the Red Cross*, vol. 97 (2016), 45-76; F. Besnasci-Lancou. *Prisons et camps d'internement en Algérie: Les missions du Comité international de la Croix-Rouge dans la guerre d'indépendance 1955-1962* (Voulaines-sur-Seine: Éditions du Croquant, 2018).

⁷ Utilizamos o termo «refugiados autóctones» para designar os grupos populacionais quenianos, argelinos e angolanos naturais das regiões afectadas e que procuraram refúgio em Estados vizinhos.

⁸ Veja-se, por exemplo, D. P. Forsythe, *The Humanitarians: The International Committee of the Red Cross* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005); D. Palmieri, «An institution standing the test of time? A review of 150 years of the history of the International Committee of the Red Cross», *International Review of the Red Cross*, n. 888 (2012), 1273-1298; ou F. Bugnion, *The International Committee of the Red Cross and the Protection of War Victims* (Genebra e Oxford: CICV e Macmillan, 2003).

cenários de guerra. Neste, todas as estruturas eram independentes de um ponto de vista legal, mas ao mesmo tempo estavam interligadas⁹. Actuando sob os princípios da «humanidade», «imparcialidade», «neutralidade» e «independência», o Comité Internacional, organização internacional de cariz não-governamental com carácter público reconhecido pelo Direito Internacional, preocupou-se, desde a sua fundação, com a protecção dos indivíduos associados a situações de guerra¹⁰. O seu principal impacto ocorreu em dois campos: na elaboração do Direito Internacional Humanitário (DIH)¹¹ e na garantia do respeito deste código no terreno. Com o desenvolvimento dos modelos de guerra, o CICV acabou frequentemente por aplicar novas políticas no terreno e só depois integrá-las no DIH, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos instrumentos legais necessários por forma a fazer face a novas problemáticas e novos desafios¹².

Caracterizado pelo conservadorismo em termos de intervenção, o CICV tinha uma forma indirecta de influência no terreno, resultante do estabelecimento de Sociedades Nacionais e do fomento de uma política de cooperação directa com os Estados. O modelo de construção da rede de assistência foi composto ainda pela instituição da Conferência Internacional da Cruz Vermelha - fórum em que participavam todas as Sociedades Nacionais com poder de voto e representantes governamentais - e, mais tarde, pela LSCV¹³, encarregue de coordenar as acções das Sociedades Nacionais. Apesar de as Sociedades Nacionais necessitarem de reconhecimento pelo Comité e admissão na Liga, estas organizações respondiam perante os governos dos Estados que

⁹ Este sistema organizacional, apesar de ter sido repensado em várias Conferências do Movimento e alargado em termos de escopo e de funções das várias organizações que o compõem, manteve a sua estrutura até aos dias de hoje.

¹⁰ O seu mandato deriva dos Estatutos do MICV. M. Bradley. *Protecting Civilians at War: The ICRC, UNHCR, and their Limitations in Internal Armed Conflicts* (Oxford: Oxford University Press, 2016), 40-68.

¹¹ O Direito Internacional Humanitário consiste num conjunto de normas para proteger os indivíduos em cenários de guerra que não participam, ou já não estão envolvidos, nas hostilidades. Regula ainda a limitação dos métodos e meios utilizados. Segundo o Comité Internacional da Cruz Vermelha, «é um direito ‘realista’ que tem em conta não só os requisitos decorrentes do princípio de *humanidade*, sob o qual o direito humanitário se baseia, mas também considerações de necessidade militar». Veja-se J. P. Lavoyer, «Refugees and Internally Displaced Persons: International Humanitarian Law and the Role of the ICRC», *International Review of the Red Cross*, n. 305 (1995) <https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/article/other/57jmf3.htm>. Destaque em itálico no texto original.

¹² Bradley, *Protecting Civilians...*, 37; Forsythe, *The Humanitarians...*, 18; B. Peacey, *The Story of the Red Cross* (Londres: Frederick Muller, 1969).

¹³ A Liga das Sociedades da Cruz Vermelha foi criada em 1919 à revelia do Comité, por iniciativa de actores ligados à Sociedade da Cruz Vermelha dos Estados Unidos. Em 1928, os primeiros Estatutos do MICV, que integravam formalmente o conjunto de organizações que o compunham, declaravam que o CICV permanecia formalmente independente da Conferência Internacional e da Liga, regendo-se pelos seus próprios estatutos. D. P. Forsythe, *The Humanitarians...*, 37. Palmieri, «An institution standing...», 1280. Hoje em dia, esta organização tem a denominação de Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

representavam, limitando a sua liberdade de acção e colocando em risco os princípios fundamentais do movimento¹⁴.

Se as Sociedades Nacionais respondem perante o governo a que estão associadas, torna-se importante pensar a sua capacidade de resposta a todos os civis em tempos de guerra, nomeadamente em cenários de conflito interno ou de guerra civil e, por isso, dividindo campos diferentes de uma mesma sociedade e unidade política. Nos casos das guerras de independência face ao poder colonial, a dinâmica de responsabilidade da Sociedade Nacional perante a autoridade colonial vinha colocar em causa a sua capacidade e disponibilidade para prestar assistência a indivíduos categorizados como insubordinados, sem direitos civis e que eram muitas vezes objecto de desumanização. É por isso necessário pensar como o sistema estrutural do MICV condicionou os princípios humanitários que advogava (e ainda defende). Pertinente também é pensar o papel dos actores à época, em vários níveis de decisão, para compreender a capacidade destas organizações de aplicarem os mesmos princípios orientadores. Apesar destas incongruências, o MICV acabou por se afirmar como um dos bastiões do humanitarismo internacional e o papel do CICV foi determinante para este sucesso. Procurando responder com eficácia e eficiência ao imediatismo da guerra, o Comité desenvolveu mecanismos que ultrapassaram o seu escopo inicial de mediação de conflitos internacionais. Exemplos relevantes para esta investigação são a assistência a civis em cenários de guerra, na qual estão englobados os refugiados e, mais tarde, a intervenção em conflitos internos.

Tal como as agências de protecção aos refugiados que o precederam, o ACNUR foi constituído dentro da estratégia de limitação à intervenção e pensado enquanto organização inter-governamental de escopo limitado, geográfica e temporalmente. O mandato a si conferido foi delimitado pelas imposições restritivas da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (CER), que instituiu mecanismos legais para a contenção da acção humanitária em benefício dos refugiados¹⁵. As funções do Alto-Comissariado foram ainda relegadas para um papel de bastidores, centrado na protecção legal dos refugiados a partir da acção diplomática e angariação de fundos, sem poder actuar directamente no terreno e dependendo do financiamento dos Estados-membros das Nações Unidas. Finalmente, o ACNUR não tinha poder de iniciativa para intervir em benefício dos refugiados, ficando sujeito a apelos dos Estados de acolhimento e posterior aceitação da

¹⁴ Forsythe, *The Humanitarians...*, 21-22; Thompson, «Humanitarian principles...», 74-76.

¹⁵ G. Loescher, *The UNHCR and World Politics: A Perilous Path* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 45-46.

elegibilidade por parte do Comité Executivo do Programa do ACNUR. A questão dos refugiados centrava-se nas carências e interesses dos Estados que continuavam a figurar como sujeito primordial do Direito Internacional, não nas necessidades destes indivíduos e na resolução dos problemas que enfrentavam. Ainda assim, segundo vários autores, os agentes do ACNUR, conseguiram, paulatinamente, autonomizar a agência, constituindo a intervenção em benefício dos refugiados argelinos como um ponto fulcral para essa autonomia¹⁶. Fica, no entanto, por apurar de que forma essa conquista foi ganha, as dificuldades e constrangimentos que estes actores enfrentaram, os processos de adaptação às realidades africanas magrebina e subsaariana, e o problema do Estado como sujeito de Direito Internacional que tem o poder da decisão sobre a responsabilidade da assistência.

Com este propósito, a presente tese analisa os debates surgidos entre as organizações de assistência humanitária, sobretudo os que permitem compreender os processos pelos quais o ACNUR, o CICV e a LSCV passaram para intervir em benefício dos refugiados em cenários de descolonização violenta em África. Fá-lo problematizando os processos de actuação destas organizações em Genebra e no terreno, tendo em conta os constrangimentos existentes entre a construção de um regime universal de direitos humanos e a manutenção de modelos imperiais em África.

Este último ponto está directamente ligado ao segundo eixo de análise proposto: a necessidade de compreender os desafios apresentados pela especificidade dos sistemas coloniais. Por um lado, as posições das autoridades coloniais metropolitanas e locais de protecção de modelos de soberania implementados, aliadas a ideários desenvolvimentistas e civilizacionais que colocavam o *outro* africano à margem do sistema político-social. Por outro, o contacto directo com a realidade africana, que desafiava percepções de noções tão determinantes para o objecto de assistência, como a ideia de fronteira, e as estratégias de intervenção postas em prática, nomeadamente em Estados recentemente independentes.

A necessidade de legitimação do poder das autoridades coloniais foi permanente durante os diferentes períodos coloniais, sofrendo mutações que derivaram tanto do contexto internacional

¹⁶ Loescher, *The UNHCR...* 2001; A. Betts, G. Loescher e J. Milner, *UNHCR: The Politics and Practice of Refugee Protection* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2012); C. Ruthström-Ruin, *Beyond Europe: The Globalization of Refugee Aid* (Lund: Lund University Press, 1993); F. Klose, «The Colonial Testing Ground...», 107-126; A. Tarradellas, «La Guerre d'Algérie et l'expansion du système de protection international des réfugiés», *Revue Relations Internationales*, n. 176 (2018), 105-118.

como da ação de colonos e colonizados face às ideologias e medidas implementadas pelas metrópoles e autoridades locais. No século XX, as noções de desenvolvimento e humanitarismo contribuíram para a reformulação dos discursos coloniais pela exploração de conceitos como progresso, mudança, caridade ou filantropia, que justificava a continuação da «missão civilizadora» nos impérios ultramarinos e que alimentava a percepção do *outro* africano como atrasado e necessitado de assistência externa - neste caso a partir do poder colonial - para a sua modernização e evolução económica e social.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a justificação da hegemonia colonial viu-se confrontada com a pressão de contestações múltiplas, dissidentes das formas de prorrogação do poder das metrópoles europeias sobre as comunidades africanas e asiáticas. Por um lado, nos *fora* internacionais, que estabeleciam um novo regime de conduta universalista criado em parte pelas potências coloniais, eram discutidas e apropriadas ideias ocidentais dos valores democráticos e de direitos humanos para a concepção do direito de auto-determinação dos povos subjugados a quadros normativos externos¹⁷. Por outro, actores locais sob o jugo de autoridades externas em África, adoptavam e adaptavam discursos e conceptualizações ocidentais universalistas para advogar perspectivas sociais, económicas e políticas concorrentes, veiculadas por parte dos actores coloniais no poder, com recurso à negociação ou à coerção¹⁸.

Pressionados pelas dinâmicas do pós-guerra, os governos metropolitanos adaptaram discursos imperiais, capacitando os autóctones e transformando retóricas associadas à superioridade racial. Segundo Frederick Cooper, a «diferença residia no facto de a mudança cultural parecer uma opção do indivíduo»¹⁹, assegurando, simultaneamente, alguma margem de manobra diplomática aos governos metropolitanos nos *fora* internacionais e a manutenção de modelos de diferenciação baseados em políticas coercivas. Esta reconfiguração de leituras hegemónicas, mesmo que retoricamente e numa tentativa deliberada de descentralização do ónus

¹⁷ Para dois exemplos de estudos sobre os debates internacionais relativos ao impacto da descolonização na formulação dos direitos humanos veja-se: R. Burke, *Decolonization and the Evolution of International Human Rights* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010); S. Jensen, *The Making of International Human Rights: The 1960s, Decolonization and the Reconstruction of Global Values* (Cambridge: Cambridge University Press, 2016).

¹⁸ De relevo foi a apropriação dos argumentos defendidos na Carta do Atlântico de 1941, nomeadamente a interpretação americana do documento que defendia a universalização do direito à autodeterminação dos povos. Para uma análise mais detalhada sobre as divergências de interpretação da Carta do Atlântico, veja-se A. W. B. Simpson, *Human Rights and the End of Empire: Britain and the Genesis of the European Convention* (Oxford: Oxford University Press, 2010), 180.

¹⁹ F. Cooper, «Burocratas Modernizadores...», 152.

do investimento, permitiram espaço para o surgimento de formas de protesto autóctone, por vezes através da apropriação de modelos ocidentais emergentes no final do século XIX e princípio do século XX. Exemplos foram a criação e participação em associações, sindicatos e partidos políticos para reivindicarem direitos de cidadania e de participação política, contestarem políticas de exploração e diferenciação, e defenderem o direito à autodeterminação.

Nos três casos em estudo, os protestos resultaram em processos de descolonização violenta que suscitaram as primeiras intervenções de actores internacionais de assistência humanitária em África. Desta forma, constituem casos angulares para a análise dos debates e estratégias de intervenção humanitária e da experiência de refúgio dos autóctones, questão ainda pouco explorada pela historiografia²⁰. Em primeiro lugar, os casos permitem uma análise temporal extensa - desde o início do conflito queniano em 1951 à independência angolana em 1975 - do processo de afirmação da universalização de direitos e da capacidade de intervenção externa. Segundo, permitem uma exploração comparativa das variadas formas de engajamento entre as três potências coloniais remanescentes em África - a Grã-Bretanha no caso queniano, a França no argelino e Portugal no angolano - com as organizações internacionais de assistência humanitária dentro de um quadro de pressão crescente para a dissolução dos impérios e autodeterminação dos povos²¹. Finalmente, a exploração dos casos permite uma análise de diferenciadas experiências de refúgio em vários espaços: na Província Norte do Tanganica, no caso queniano, em Marrocos e na Tunísia, no caso argelino, e no Congo Leopoldville e na Zâmbia, no caso angolano²².

Assim, a presente tese explora as formas como as dinâmicas de interação sócio-económica e político-cultural internas e as percepções do *outro* africano formadas na aceção

²⁰ O trabalho de investigação de Fatima Benasci-Lancou sobre as missões do CICV na Argélia e em benefício dos refugiados argelinos é um exemplo de investigação sobre os processos de organização assistência aos refugiados argelinos. Benasci-Lancou, *Prisons et camps d'internement*339-392. Outros como as publicações de Caroline Elkins e de David Anderson ajudam a compreender a forma como os refugiados Kikuyu foram tratados dentro do sistema de controle populacional queniano, ainda que não destaquem estes grupos, e do resultado da acção do CICV neste caso. C. Elkins, *Britain's Gulag: The Brutal End of Empire in Kenya* (Londres: Bodley Head, 2014); D. Anderson, *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and the End of Empire* (Londres: Phoenix, 2005). Anton Tarradellas contribui ainda para a compreensão tanto da forma como o ACNUR recebeu o caso dos refugiados argelinos como a instrumentalização dos refugiados pela FLN para divulgar a questão argelina internacionalmente, mas descora tanto as estratégias internacionais francesas face aos refugiados, como a assistência providenciada aos mesmos. Tarradellas, «La guerre d'Algérie...», 105-118.

²¹ Burke, *Decolonization and the ...*, 35-58.

²² No caso dos refugiados angolanos, foram escolhidos estes dois Estados de acolhimento por duas razões. Em primeiro lugar por se tratarem dos dois Estados que receberam mais refugiados angolanos e, em segundo, pelas diferentes estratégias de asilo implementadas.

desenvolvimentista ocidental criaram desafios específicos para intervenção humanitária no Quênia, na Argélia e em Angola e fomentaram debates sobre o papel das organizações e princípios humanitários. Para esse efeito, vê-se como necessária a identificação de quatro linhas de análise que colocam em destaque o problema do colonial tanto a partir de novas questões como pela persistência e alteração de lógicas de poder essenciais para a compreensão das dinâmicas relacionais entre colonizadores e colonizados - beligerantes ou não - e agentes externos.

A primeira linha de análise prende-se com a noção de fronteira, questão determinante para a problematização em dois sentidos. Desde logo, porque é a passagem da fronteira que define o refugiado em detrimento do deslocado interno, mesmo que este saia do seu local habitual de residência por razões idênticas. Como está presente na CER, o refugiado é todo aquele que «se encontra fora do país de sua nacionalidade [ou] do país no qual tinha a sua residência habitual»²³. É necessária a passagem da fronteira e o pedido de asilo num Estado diferente para que o indivíduo seja elegível como refugiado. Nos casos dos territórios coloniais, a fronteira constitui ainda um problema em termos de concepção de identidades e de lugares de presença e de pertença pelo que, quando se olha para o espaço imperial, podem ser identificadas múltiplas fronteiras. Por um lado, a fronteira que delimitava o império do exterior. Depois, a fronteira que delimitava os vários territórios dentro do império - tanto na sua extensão territorial em África, como na separação entre metrópole e colónia. Importa aqui olhar para as fronteiras formais que distinguem as diferentes colónias que, no caso africano, foram estabelecidas na Conferência de Berlim de 1884-1885, delimitando regiões de exploração que podiam ou não coincidir com as divisões territoriais das comunidades autóctones, sediadas ou nómadas. Dentro destas últimas denotavam-se várias divisões jurídico-identitárias. Primeiro, entre o metropolitano e o autóctone e, depois, na multiplicidade de etnias que existiam dentro desse mesmo território e, muitas vezes, o ultrapassavam. Discutir a noção de fronteira torna-se, por isso, determinante para compreender as estratégias dos vários actores envolvidos, directa ou indirectamente, nos conflitos. Como se caracterizava a movimentação de refugiados autóctones no lugar de fronteira que constituía ao mesmo tempo uma limitação e um espaço fluido? Quais as estratégias adoptadas pelas organizações internacionais para lidar com a multiplicidade e sobreposição de identidades que

²³ Artigo 1º, ACNUR, *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados*, in http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados, 1951.

ultrapassavam o espaço da fronteira, e como identificavam quem era ou não elegível para assistência? Como concebiam os beligerantes e Estados de acolhimento a movimentação populacional através da fronteira?

A segunda linha de análise relaciona-se com estes processos complexos de formação de identidades ao longo da presença colonial em África, mas também noutras geografias, como criação de espaços definidores do *outro* tanto nas relações entre colonizador e colonizado como entre as comunidades autóctones dentro do território imperial. A construção de lugares de identificação e de pertença esteve associada a políticas de diferenciação que ao longo do tempo cimentaram práticas e vivências que marcavam as dinâmicas relacionais nestas comunidades. Pensar a alteridade é por isso fundamental para compreender não só os processos de autodeterminação violenta e os conflitos internos que surgiram após a independência, mas também o lugar dos refugiados nas práticas e discursos dos múltiplos agentes intervenientes nas dinâmicas de conflito. Durante as décadas de 1940 e 1950, as generalizações colonialistas que partiam do pressuposto do atraso africano foram articuladas com as necessidades de incremento económico das metrópoles. A associação do desenvolvimentismo a premissas civilizacionais perpetuava políticas de diferenciação cruciais para a manutenção do *status quo* e deslegitimação da solidificação de pretensões políticas e sociais autóctones dissonantes com o ideário ocidental. Civilizar passava pela integração no mercado global, o que requeria modernização das sociedades e desenvolvimento económico. O novo ímpeto do desenvolvimentismo económico, necessário para a manutenção do poder colonial e para o equilíbrio das contas nas metrópoles, descurava a complexidade social das comunidades africanas - apesar do incremento de estudos nesse sentido - que contrariava as aceções simplistas²⁴ erigidas pelas autoridades coloniais e baseadas em conceitos formadores²⁵ como o de *tradição* ou *tribo*. Estas concepções rígidas do africano como atrasado, rudimentar e encaixado em divisões sociais e territoriais impostas externamente contrastavam ainda com a fluidez das sociedades coloniais, onde os autóctones eram também agentes formadores de políticas, mesmo que indiretamente. Nas suas múltiplas demonstrações, a alteridade constituiu, assim, uma base de fundo para a fragmentação do tecido social nos territórios africanos, cimentando divisões raciais e étnicas que culminaram em processos violentos de

²⁴ Cooper, «Burocratas Modernizadores...», 130.

²⁵ I. Hacking, «Formar Pessoas», em *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, ed. B. Dias e J. Neves (Lisboa: Edições Tinta da China e Fundação EDP, 2010), 95-111; e F. Cooper, «Desenvolvimento, Modernização ...», 211-261.

afirmação e condicionou, por isso, a forma como o refugiado autóctone era compreendido e politizado pelos vários actores nestes processos. Por isso, importa indagar como os refugiados autóctones foram integrados na perspectiva do direito internacional, quando desprovidos de direitos ao nível interno. Como foram as movimentações de refugiados entendidas e utilizadas pelos beligerantes e Estados de acolhimento recentemente independentes do jugo colonial? De que forma as organizações internacionais conceberam as necessidades e estratégias de assistência aos refugiados autóctones? Como foram recebidos estes casos pelas organizações internacionais? Como lidaram os agentes internacionais em Genebra e no terreno com a realidade local? De que formas a ideia de alteridade persistiu durante a assistência?

Inerentes aos processos de fragmentação social baseados na diferenciação identitária, foram as múltiplas formas de controle da população autóctone. Para pensar a questão dos refugiados autóctones, em terceiro lugar, destaca-se o recurso ao controlo da movimentação de populações por forma a melhor compreender os contextos coloniais e a experiência de refúgio, nos quais a deslocação forçada e o confinamento se reflectiram. A adopção de formas de controle populacional e a instrumentalização das movimentações de migrantes e refugiados como reforço do poder estatal surgidas na viragem do século XIX para o século XX - com o desenvolvimento da tecnologia e burocracia estatais aliadas ao protecçãoismo económico e à cimentação da identidade nacional homogénea dentro da forma política e territorial do Estado²⁶ - recrudesceram nos espaços coloniais, onde o controlo de movimentações populacionais surgiu também dentro do âmbito da relação entre identidade e interesse económico de cariz desenvolvimentista. Práticas de registo de indígenas, de migração forçada para regiões onde era necessária a incrementação do trabalho rural, de fomento da migração europeia para as colónias para ocupação e exploração de propriedade nativa, ou de confinamento dos autóctones para áreas menos produtivas, formavam um conjunto de medidas abusivas que suscitaram por um lado, movimentos migratórios para países vizinhos, e, por outro, formas de protesto que viriam a constituir o âmago da renúncia à presença colonial e da reivindicação do direito à autodeterminação²⁷. O recurso ao confinamento dos

²⁶ I. Talbot, «The End of European Colonial Empires and Forced Migration: Some Comparative Case Studies», em *Refugees and the End of Empire - Imperial Collapse and Forced Migration in the Twentieth Century*, ed. P. Panayi e P. Virdee (Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011), 28.

²⁷ Elkins, *Britain's Gulag...*, 2014; Anderson, *Histories of...*, 2005); V. Alexandre, *Contra o Vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)* (Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2017); D. L. Wheeler e R. Pélissier, *História de Angola* (Lisboa: Tinta da China, 2009); J. Planchais, *L'empire embrasé 1946/1962* (Paris:

autóctones em campos de trabalho forçado ou em áreas rurais delimitadas, por forma a incrementar a produtividade das colónias em tempos de paz, deu lugar ao enclausuramento de indivíduos em campos de concentração ou em aldeamentos cercados, em ambos os casos regidos por teses centradas na reabilitação dos indivíduos para retorno à sociedade²⁸. Parte integrante das medidas sociais implementadas durante os períodos revolucionários, as doutrinas de reabilitação e recuperação de deslocados internos e refugiados surgiram como o último reduto da «missão civilizadora» imperial. De que forma foram implementadas estas doutrinas, por que actores, e quais as suas consequências? Como olharam as organizações nacionais e internacionais humanitárias para estes projectos? Como entenderam os movimentos de deslocação em massa de vários tipos onde o refugiado se via embrenhado em processos de migração comuns nestes territórios? De que modo as experiências de confinamento e movimentação forçada condicionaram os processos de assistência? A resposta a estas perguntas permitirá uma melhor compreensão dos desafios e estratégias adoptadas pelos organismos de assistência internacional humanitária aos refugiados e da sua adaptação ao *modus vivendi* e *operandi* dos múltiplos actores envolvidos.

As várias e variadas realidades da ruptura do sistema imperial em África traduzem a necessidade de uma análise em diversas camadas, onde os actores se sobrepõem e confundem, espelhando a complexidade de dinâmicas activas e passivas de protesto. Relativamente aos conflitos de independência colonial, a atenção tem sido direccionada para os actores beligerantes, bem como para o apoio externo dado aos conflitos encaixando-os nas dinâmicas da Guerra Fria. Por outro lado, no âmbito do Direito Internacional, o refugiado surge como produto de um determinado evento. A sua situação de excepção é atribuída por actores externos e a sua condição relegada para a passividade²⁹. Na óptica das organizações de assistência humanitária, o refugiado é aquele que necessita e beneficia ou não de determinada assistência. Na análise dos investigadores deste tipo de conflitos, aquele é remetido para a estatística, fazendo parte de um conjunto, de uma movimentação, mas não de um movimento activo. A sua realidade é um corolário infeliz da guerra,

Éditions DENOËL, 1990); B. Stora, *Histoire de l'Algérie coloniale 1830-1954* (Paris: La Découverte) 2004; e B. Stora, *La gangrène et l'oubli. La mémoire de la guerre d'Algérie* (Paris: La Découverte, 1998).

²⁸ Elkins, *Britain's Gulag...*, 2014; Anderson, *Histories of...*, 2005; Klose, *Human Rights...*, 2009; Ramada Curto, dir. *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016); Benasci-Lancou, *Prisons et camps...*, 2018.

²⁹ R. Dudai, «Can You Discribe This? Human Rights Reports and What They Tell Us about the Human Rights Movement» em *Humanitarsm and Suffering: The Mobilization of Empathy*, R. Wilson e R. Brown, eds. (Cambridge: Cambridge University Press, 2018) 245-267; M. Ticktin, «The Gendered Human of Humanitarianism: Medicalising and Politicising Sexul Violence», *Gender and History*, vol. 23 n. 2 (2011): 250-265.

vociferada através de narrativas de vitimização que surgem, em várias circunstâncias, a partir das agências de assistência humanitária³⁰. Um novo conjunto de propostas de análise alerta para a subalternidade do refugiado e para a necessidade de olhar para estes indivíduos como sujeitos de direitos *de facto*³¹ e como actores no processo de independência, cujas decisões condicionaram posições, medidas, políticas e mudanças de estratégia durante o decorrer do conflito e sugerindo formas de controle dos espaços e experiência de refúgio. Desta forma, em quarto lugar, entende-se como necessário pensar o refugiado nestes casos enquanto sujeito activo ou passivo no âmbito do DIH e ainda como eventual parte integrante da resistência. De que formas foram perspectivados os refugiados nos vários organismos internacionais de protecção e assistência? Que mecanismos foram utilizados para dar voz aos refugiados pelas organizações de intervenção humanitária? Quais as suas posições durante o conflito? Que reflexões trouxeram para o debate?

Responder a estas questões torna-se fulcral para compreender o espaço identitário e jurídico do refugiado autóctone e o papel desempenhado pelos diferentes actores na construção dessa acepção nas primeiras décadas de formação do regime universal de direitos humanos. A análise comparativa dos processos de assistência humanitária em três espaços coloniais distintos numa linha temporal que atravessa as décadas de 1950, 1960 e que finda com o término da guerra colonial em Angola em 1975, permite ainda um diálogo com a historiografia que se debruça sobre as organizações internacionais de assistência humanitária, a historiografia do colonialismo tardio e com o mais recente esforço de cruzamento de dinâmicas coloniais locais com a esfera internacional. Focado na questão específica dos refugiados, o trabalho de investigação procura estabelecer ligações entre o local e o global, tentando demonstrar ao mesmo tempo, a persistência de tendências idiossincráticas e as mudanças que os três casos vieram trazer tanto para a percepção do refugiado enquanto sujeito de Direito Internacional, como para a construção do regime internacional de direitos humanos.

³⁰ V. Pupavac, «Refugee Advocacy, Traumatic Representations and Political Disenchantment», *Government and Opposition*, vol. 43, n. 2 (2008): 270-292; P. Rajaram, «Humanitarianism and Representation of the Refugee», *Journal of Refugee Studies*, vol. 15, n. 3, (2002): 247-264.

³¹ Veja-se J. Hyndman, *Managing Displacement: Refugees and the Politics of Humanitarianism* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000); P. Gatrel, *The Making...*, 2013; O. Forcade, «Conclusion», em *Les Réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*, ed. O. Forcade e P. Nivet (Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008); T. Kushner, *Remembering Refugees: Then and Now* (Manchester: Manchester University Press, 2006); e P. Marfleet, «Refugees and History: Why We Must Address the Past», *Refugee Survey Quarterly*, vol. 26, n. 3 (2007): 136-148.

Importa desde já referir também, o que a presente tese não é. Ela não ambiciona ser um exercício de história global, procurando excluir generalizações simplistas que enveredam pela construção de uma teoria linear, nem tão pouco pretende ser uma investigação exhaustiva de todos os engajamentos locais. Apesar do diálogo com actores locais de assistência humanitária, o exercício de investigação efectuado não pretende escrutinar os esforços de assistência de todas as organizações envolvidas em benefício destes refugiados, nem de dar conta de somatórios do volume de assistência nos casos em que esta foi distribuída, ou elencar exhaustivamente todos os actores envolvidos. Esta tese não pretende ainda efectuar uma análise extensiva conflitos, procurando cingir-se aos processos directamente ligados às experiências de refúgio. Tal esforço requereria tempo e recursos que os limites da presente investigação não permitem. A análise sobre os processos de assistência no terreno em benefício de refugiados, que junta a retórica diplomática à realidade local é ainda bastante incipiente e o estudo aprofundado do complexo organizacional nestes e noutros casos poderá ser avançado noutras investigações.

Este esforço é, assim, bastante mais circunscrito, visando analisar as relações entre três organizações de assistência internacional humanitária reconhecidas como tal – o CICV, a LSCV e o ACNUR – nos seus campos de acção, e a forma como os seus agentes lidaram com os desafios surgidos pelas movimentações de refugiados em África devido a conflitos de independência colonial, e que permitem um diálogo com os debates que cruzam as dinâmicas do colonialismo tardio e processos de descolonização com o desenvolvimento do regime internacional de protecção aos refugiados e de direitos humanos.

Com esse objectivo, a presente tese é produto de um vasto leque de fontes primárias a partir de fundos que permitem descortinar processos de produção e aplicação de medidas locais provenientes de instituições metropolitanas, de estruturas diplomáticas, que permitem o diálogo entre actores coloniais e organizações internacionais e ainda os debates e medidas produzidas pelos agentes destes organismos. Algumas destas referências foram já utilizadas noutros trabalhos, mas aqui lidas de forma diferente ou complementar ao esforço realizado por outros investigadores. O trabalho de investigação resulta assim da exploração de diversos arquivos locais e internacionais, a saber: ao nível local - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) e Arquivo Histórico Diplomático (AHD) para o caso angolano; os Archives Diplomatiques La Courneuve (ADLC) e Archives Nationales d’Outre-mer (ANOM) para o caso argelino; os British National Archives em Kew (BNAK) e os Hansard Archives para o caso

queniano; ao nível das organizações de assistência humanitária – Arquivos do Comité Internacional da Cruz Vermelha (ACICR), os Arquivos da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRCA), os Arquivos da Cruz Vermelha Britânica (BRCA) e os Arquivos do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR).

Por forma a melhor explicar as múltiplas intersecções, optou-se por organizar a tese em duas partes que compõem um total de cinco capítulos. Uma primeira parte, constituída por dois capítulos, procura identificar, num primeiro momento, os processos tendenciais e de mudança dentro das dinâmicas relacionais entre Estados e organizações internacionais responsáveis não só, mas também, pela protecção e assistência aos refugiados desde o início do século XX. O objetivo é a elaboração de uma síntese dos processos e dinâmicas internacionais relacionadas com a construção do sistema de protecção aos refugiados e de assistência humanitária que pretende ser o ponto de partida para a problemática. No segundo capítulo, pretende-se analisar os debates surgidos no CICV e ACNUR para compreender a forma como estas organizações conceberam a necessidade de intervenção nos três casos em análise, tendo em conta as limitações a si impostas pelas dinâmicas sedimentadas nas décadas anteriores na Europa e nas colónias, directamente relacionadas com as movimentações populacionais.

A segunda parte é composta por três capítulos, dedicados à análise dos processos e estratégias de intervenção, cruzando-os com as dinâmicas internacionais e locais em cada caso. Os capítulos estão organizados diacronicamente e por caso, havendo algumas sobreposições temporais devido à extensão de cada conflito e que proporcionam, também, momentos fulcrais de comparação. Assim, no terceiro capítulo procura-se analisar a experiência de refúgio no protectorado britânico do Tanganica e de posterior confinamento dos Kikuyu quenianos, bem como os debates surgidos entre o CICV e os actores políticos e de assistência no terreno. A questão continua por ser explorada na literatura sobre o conflito que opôs os Mau Mau ao governo colonial britânico no Quénia de 1951 a 1963 e sugere a existência de refugiados desprovidos de protecção neste caso. No caso queniano não houve reconhecimento internacional da existência de refugiados ou assistência específica a estes grupos e, por isso, serão analisadas as dinâmicas locais e o processo de intervenção do CICV no Quénia. A especificidade do caso queniano é utilizada na análise por forma a compreender as dinâmicas de poder coloniais e as sérias limitações do sistema internacional de protecção aos refugiados e, por isso, o capítulo III é menos extenso do que os posteriores. O quarto capítulo explora o caso argelino, identificando os processos, estratégias e

debates sobre a assistência aos grupos de argelinos que procuraram refúgio em dois ex-protectorados franceses - Tunísia e Marrocos - durante a guerra de independência argelina – 1956-1962. Finalmente, o quinto capítulo debruça-se sobre a experiência de refúgio, debates e estratégias de assistência que levaram a procedimentos distintos em dois momentos cruciais do conflito angolano – o primeiro em 1961 com a movimentação de refugiados do Norte de Angola para o Congo Leopoldville e que constituiu o primeiro caso de assistência do ACNUR num cenário sub-saariano, e o segundo em 1966, aquando da movimentação de refugiados para a Zâmbia devido à abertura da frente Leste na guerra colonial. Finalmente, nas conclusões, procurar-se-á cruzar os debates e dinâmicas dos três casos por forma a compreender tanto os desafios que a questão colonial criou à assistência, como os debates que suscitaram sobre o papel das organizações de assistência humanitária e protecção dos direitos dos refugiados, inserido no regime universal de direitos humanos.

CAPÍTULO I

DIREITO INTERNACIONAL, REFUGIADOS E HUMANITARISMO - OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO DOS REFUGIADOS

*[I]l faut, et c'est la tâche plus impérieuse, rendre à ces hommes les droits de la personne humaine, leur permettre de recréer un foyer, leur rendre l'espoir vivace de reconquérir une existence.*³²

Caracterizada por violência e intolerância, a história dos refugiados confunde-se com a história internacional, com inúmeras transformações de natureza geopolítica, e, claro, com dinâmicas locais, à escala nacional ou regional, sendo a constituição e dissolução de Estados um exemplo notório. Em que medida as dinâmicas internacionais da primeira metade do século XX condicionaram e foram condicionadas pela necessidade de dar resposta às movimentações de refugiados? Quais as características que foram pautando o desenvolvimento de um sistema internacional de protecção e assistência aos refugiados? Como pensar a crescente pressão para uma universalização dos direitos humanos a partir do problema dos refugiados na Europa e noutras geografias durante o século XX?

O termo *refugiado* foi utilizado pela primeira vez no século XVII na Europa, para designar os protestantes franceses e valões que fugiam das perseguições religiosas e procuravam refúgio em Inglaterra. Mais de 50.000 indivíduos refugiaram-se sob a protecção de Isabel I, constituindo o primeiro movimento em massa de pessoas que passaram as fronteiras do seu país e obtiveram direito de asilo num Estado diferente³³. A necessidade de fuga de indivíduos ao fogo cruzado da guerra, à perseguição política ou religiosa, ou a catástrofes que destruíam o seu *modus vivendi*, e a passagem da fronteira almejando um módico de estabilidade são realidades tão antigas como a

³² Gustave G. Kullmann, ex-Alto-Comissário Adjunto da Sociedade das Nações para os Refugiados, «Le Problème des Réfugiés», 8 de Março de 1952, p.3, em BAG 234.000.001, ACICR.

³³ P. Walker e D. Maxwell, *Shaping the Humanitarian World* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009), 16.

destes acontecimentos. De facto, casos semelhantes foram identificados pela literatura especializada: o dos judeus e o dos mouros expulsos da Península Ibérica em 1492 e 1609, respectivamente³⁴. A condição de refugiado foi durante séculos sobretudo aliada à do migrante, em resultado da comum qualidade de estrangeiro no país de acolhimento. Considerados mais como úteis do que como prejudiciais, os refugiados foram sendo geridos pelos Estados de acordo com os seus interesses políticos: o controlo de populações foi frequentemente tido como um indicador de poder tão válido como o controlo de recursos ou território³⁵.

Somente no início do século XX foram desenvolvidas várias tentativas de concertação internacional e transnacional para responder a estas dinâmicas de deslocalização populacional, em muito devido ao seu aumento, sem precedente, tanto em número como em frequência³⁶. A questão do interesse estatal versus a protecção do indivíduo continuou (e continua) a marcar o problema das movimentações em massa de populações. A consideração do *outro* alternadamente como um perigo ou uma mais valia tem condicionado as modalidades de gestão de populações, por exemplo no que diz respeito à protecção e à assistência providenciada tanto por parte dos Estados como pelas organizações internacionais envolvidas nestas dinâmicas.

O presente capítulo tem como objectivo analisar as dinâmicas de construção do regime internacional de resposta à questão dos refugiados e esboçar uma problemática baseada nos desafios espoletados pelas movimentações de refugiados surgidas a partir dos conflitos associados aos movimentos de independência colonial. Com foco nas organizações do MICV - CICV e LSCV -, e no sistema desenvolvido mais tarde pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas sem descurar o papel de outros organismos nacionais e internacionais de assistência humanitária, este capítulo tem três grandes objetivos. Primeiro, este capítulo interroga as dinâmicas que envolveram os mecanismos de cooperação internacional e transnacional, limitando-os ou capacitando-os para uma resposta efectiva aos problemas surgidos pelas várias vagas de refugiados (contínuas ou descontínuas). Segundo, o capítulo escrutina a universalização dos direitos humanos, que surgiu

³⁴ J. Elie, «Histories of Refugee and Forced Migration Studies», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth *et al.* (Oxford: Oxford University Press, 2016), 23-35; A. R. Zolberg, A. Suhrke e S. Aguayo. *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World* (Oxford: Oxford University Press, 1989), 7. Ver também: J.P. Poussou, «Les réfugiés dans l’histoire de l’Europe à l’époque moderne», em *Les réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*, eds. O. Forcade e P. Nivet (Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008), 31-71.

³⁵ M. Marrus, *The Unwanted...*, 1985.

³⁶ P. Gatrell, *The Making...*, 2; Marrus, *The Unwanted...*, 1985.

principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente no que diz respeito às concepções de refugiado e de assistência fora dos trâmites eurocêntricos originais. Finalmente, terceiro objetivo, o capítulo problematiza os desafios que a questão colonial trouxe para a formulação de uma resposta de cariz tendencialmente universalista às movimentações de refugiados, dentro de um quadro de reformulação de relações e estratégias internacionais que marcaram o dealbar da Guerra Fria, bem como a queda dos impérios territoriais ultramarinos. Estas três questões servem de ponto de partida tanto para compreender a capacidade de resposta institucional destas organizações, em diferentes contextos e enfrentando diferentes obstáculos, como para reflexão sobre as dinâmicas relacionais entre organismos internacionais e Estados no que diz respeito à protecção das populações civis em situações de conflito bélico, em geografias distintas mas tendo em comum a problemática colonial, como sucede com os casos abordados na segunda parte da presente tese.

Preâmbulos da assistência internacional organizada

A acção de resposta internacional aos movimentos de refugiados no século XX surgiu em resposta à necessidade de assistência humanitária manifestada pelo moralismo transnacional da segunda metade do século XIX³⁷, que se vinha traduzindo no trabalho do MICV em benefício das vítimas de guerra.

A primeira acção do Movimento a favor de refugiados deu-se em 1913, por iniciativa do Comité Internacional, com a reinstalação de refugiados búlgaros no seu país depois de séculos de dispersão destes indivíduos noutros Estados. Porém, foi com a Primeira Guerra Mundial que surgiu o primeiro grande desafio de esforço conjunto transnacional. Os movimentos em massa de refugiados arménios e russos para a Europa, expostos a medidas de confinamento e extermínio pela sua condição de alteridade³⁸, despertaram na comunidade internacional a necessidade de uma

³⁷ D. P. Forsythe, «Human Rights and Humanitarian Operations: Theoretical Observations», em *The Politics of International Humanitarian Aid Operations*, ed. E. A. Belgrad, e N. Nachmias, (Westport, CT: Praeger, 1997), 37-52; J. F. Hutchinson, *Champions of Charity: War and the Rise of the Red Cross*, (Boulder: Westview, 1996); Para uma abordagem sobre o nascimento e dinâmicas do humanitarismo durante o século XIX veja-se O. Forcade e P. Nivet ed., *Les réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*, (Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008) e D. Rodogno, *Against Massacre: Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire (1815-1914). The Birth of a Concept and International Practice* (Princeton: Princeton University Press, 2011).

³⁸ C. Gerlach, *Sociedades extremadamente violentas: La violencia en masa en el mundo del siglo XX* (Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2015).

resposta concertada que pudesse, por um lado, servir as necessidades destes indivíduos, e, por outro, trabalhar em conjunto com os Estados europeus fazendo face ao flagelo da guerra. Com a queda dos impérios europeus multinacionais, a Revolução Russa e a reestruturação do sistema de Estados europeus centrado na identidade nacional como elo simultaneamente unificador e diferenciador, milhões de pessoas sem documentação ou protecção do seu Estado de origem movimentavam-se entre países, sem perspectivas de um reestabelecimento estável ou definitivo. Este facto ficou a dever-se, por um lado, à crescente ênfase na homogeneidade étnica e cultural de cada unidade política dentro do novo sistema³⁹, e, por outro, a medidas protecionistas levantadas pelos Estados europeus para prevenir fluxos populacionais desmedidos nos seus territórios, desenvolvendo sistemas de identificação⁴⁰, fechando fronteiras a indivíduos sem documentação e expulsando aqueles que se encontravam já dentro de território nacional⁴¹. As medidas protecionistas que pretendiam defender a homogeneidade e as economias nacionais já fragilizadas pela guerra, resultavam numa realidade oposta, pelo que a movimentação contínua destes indivíduos acabava por colocar em causa a segurança nos territórios europeus pela falta de estabilidade e de incapacidade de organização conjunta para dar resposta ao problema. No Extremo Oriente, a Guerra Cino-Japonesa e a posterior revolução comunista na China resultaram em milhões de deslocados nos países vizinhos, revelando que, já nesta época, a questão dos refugiados se estendia para lá da Europa, apesar de em menor número e cadência⁴².

Durante o decorrer da Primeira Guerra, o Comité Internacional da Cruz Vermelha tinha-se destacado pela primeira vez tanto como mediador entre beligerantes, como pelas suas ações em defesa dos prisioneiros de guerra, ficando conotado pelas visitas tanto a prisioneiros militares quanto a civis. A sua posição no término do conflito, aliada à incapacidade orçamental dos Estados para fazer face a uma crise de refugiados sem precedentes no continente⁴³, permitiu ao CICV alargar o seu escopo de ação. Em 1921, a X Conferência Internacional da Cruz Vermelha

³⁹ F. Cooper e J. Burbank, *Empires in World History: Power and the Politics of Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2010) 331-368; A. Roshwald, *Ethnic Nationalism and the Fall of Empires: Central Europe, Russia and the Middle East, 1914-1923* (Nova Iorque: Routledge, 2001); M. Barnett, «Refugees and Humanitarianism», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed., Fiddian-Qasbiyeh, et al. (Oxford: Oxford University Press, 2016) 245.

⁴⁰ J. Torpey, *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

⁴¹ Gatrell, P., *The Making...*, 19.

⁴² G. Loescher, *The UNHCR ...*, 22.

⁴³ P. Gatrell, *The Making...*, 21-81.

formalizou a capacidade de intervenção do Comité Internacional em conflitos internos⁴⁴, depois da sua ação na Hungria em benefício dos prisioneiros resultantes da guerra civil que assolava o país⁴⁵. No mesmo ano, e por forma a reduzir a tensão interestadual que se formava e para fornecer proteção legal e no terreno, o Comité Internacional reuniu-se com outras organizações privadas engajadas na assistência aos refugiados russos. Desse encontro resultou a decisão de levar a questão à Sociedade das Nações (SDN), sendo sugerida a criação de um órgão multilateral que coordenasse o trabalho das organizações não-governamentais. No mesmo ano Fridtjof Nansen foi nomeado como Alto-Comissário da Sociedade das Nações para os Refugiados, órgão que passou a trabalhar em permanente cooperação com o CICV e com a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha⁴⁶.

Inicialmente, o Alto-Comissário tinha como responsabilidade assistir os refugiados russos fugidos da Revolução Bolchevique, mas o escopo da sua ação foi forçosamente alargado para dar assistência a grupos de refugiados gregos, turcos, búlgaros e arménios. A provisão de documentos, nomeadamente dos designados Passaportes Nansen para os refugiados, constituiu o primeiro grande passo para a proteção legal e para a livre circulação destes indivíduos. No entanto, a liberdade de circulação estava, na prática, limitada pelas estratégias de concertação internacional pautadas pelo recurso a movimentações forçadas das populações deslocadas.

Em 1923 foi assinado o Tratado de Lausanne, que reconhecia a Turquia como Estado e pretendia resolver o problema dos refugiados gregos e turcos. O documento baseava a resolução do problema das populações deslocadas no recurso a movimentações forçadas de população entre os dois Estados, legitimando a ideia de que as trocas de grupos populacionais seriam a solução a adoptar para os problemas das minorias nas décadas seguintes⁴⁷. Mais tarde, foi conseguido que

⁴⁴ M. Bradley, *Protecting Civilians...*, 24.

⁴⁵ O CICV procurou visitar todos os prisioneiros «detidos por razões do conflito», tentando englobar visitas a prisioneiros políticos ou àqueles detidos por razões de segurança. D. P. Forsythe, *The Humanitarians...*, p. 34.

⁴⁶ Peacey, *The Story...*, 1969.

⁴⁷ P. Panayi, «Imperial Collapse and the Creation of refugees in Twentieth-Century Europe», *Refugees and the End of Empire: Imperial Collapse and Forced Migration in the Twentieth Century*, ed. P. Panayi e P. Virdee (Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011), 4. Ver também R. Hirschon, «Consequences of the Lausanne Convention: An Overview», em *Crossing the Aegean: An Appraisal of the 1923 Compulsory Population Exchange Between Greece and Turkey*, ed. R. Hirschon (Oxford: Oxford University Press, 2003) 14-15; e M. Frank, *Expelling the Germans: British Opinion and Post-1945 Population Transfer in Context* (Oxford: Oxford University Press, 2007) 13-38.

os principais governos europeus assinassem tratados internacionais, em 1928⁴⁸ e em 1933⁴⁹, com o objectivo de proteger tanto os grupos de refugiados fugidos à desintegração dos impérios Russo, Otomano, Austro-Húngaro e Alemão, como os direitos das minorias étnicas. No entanto, o alcance destes dois últimos tratados foi bastante limitado, prevalecendo a ideia do repatriamento forçado de populações como a solução primordial para resolver um problema centrado nos interesses estatais.

Assim, apesar dos progressos feitos, o protecionismo securitário e económico que caracterizou os anos 1920s e 1930s, aliado ao receio da intromissão de organismos não-governamentais em assuntos internos, resultaram numa incapacidade de colaboração intergovernamental que foi vincadamente prejudicial ao desenvolvimento do Direito Internacional no respeitante à protecção dos indivíduos. De um ponto de vista formal, o Estado permaneceu o único sujeito do DIH, com a responsabilidade de decidir quem podia ser colocado, ou não, em categorias de refugiado formuladas a partir de interesses específicos e de carácter conjuntural.

A SDN tinha, *a priori*, limitações consideráveis à sua acção na questão dos refugiados. Por um lado, tinha um orçamento apenas administrativo, pelo que a assistência aos refugiados e a Estados de acolhimento estava dependente do financiamento directo de governos ou de agências voluntárias. Não existia, à época, uma concepção do indivíduo como sujeito de Direito Internacional, o que condicionava a abordagem das elites governativas ao direito de assistência humanitária e à questão de que essa assistência deveria ser provida por organismos internacionais imparciais face aos interesses estatais. Assim, e tentando contornar as inúmeras insuficiências do regime de assistência a refugiados, o Alto-Comissário da SDN para os Refugiados procurou encontrar outras formas para prover protecção a estes indivíduos. Por exemplo, a deslocação de

⁴⁸ Em 1928 foi assinado o Estatuto Legal dos Refugiados Russos e Arménios que enquadrava um conjunto de recomendações não vinculativas aos Estados, estabelecia standards para o reconhecimento do estatuto pessoal e enfatizava a inadequação de condicionar os direitos dos refugiados ao respeito pela reciprocidade do Estado a que pertenciam, como anteriormente era a regra. Para além disso, o tratado debruçava-se sobre uma série de preocupações específicas como o acesso aos tribunais, o direito ao trabalho, a protecção contra a expulsão, igualdade de taxaço e a natureza das responsabilidades nacionais para honrar os documentos emitidos pela Sociedade das Nações. Para uma leitura mais detalhada veja-se: J. C. Hathaway, *The Rights of Refugees under International Law* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005).

⁴⁹ A Convenção do Estatuto Internacional dos Refugiados foi um dos primeiros esforços de acordo voluntário de Estados para proceder à codificação de direitos humanos enquanto normas internacionais vinculativas (o primeiro tinha sido com a Convenção de 1926 sobre a Escravatura). O documento firmava a explícita obrigação dos Estados à não expulsão destes indivíduos e de evitar o repatriamento, e garantia ainda alguns direitos socioeconómicos que iam de acordo com a situação dos refugiados, nomeadamente nas áreas do trabalho, impostos, segurança social e educação. Apesar dos avanços concretos da Convenção de 1933, apenas oito Estados ratificaram este documento, limitando definitivamente a sua eficácia. Para uma leitura mais detalhada veja-se: Hathaway, *The Rights ...*, 2005.

pessoas para países que enfrentavam escassez de mão-de-obra, providenciando oportunidades de emprego aos refugiados, tentando, ao mesmo tempo, ir ao encontro das necessidades e dos interesses dos vários governos europeus. Por sua iniciativa, foi criada a Secção de Refugiados na Organização Internacional do Trabalho (OIT), que funcionava como polo de informações para empregadores e pessoas em busca de trabalho⁵⁰.

Com a ascensão ao poder de regimes autoritários e totalitários na Europa dos anos 1930, a SDN viu a sua ação a favor dos refugiados mais uma vez comprometida. Os interesses estatais e a politização da acção humanitária conduziram tanto à exclusão de elegibilidade para assistência a grupos de refugiados que fugiam destes regimes⁵¹, como à criação de organismos forçosamente alheados da estrutura da SDN para lidar com o repentino fluxo de refugiados judeus⁵², por forma a evitar hostilidades num clima geopolítico incerto. O agravamento das relações diplomáticas entre Estados levou à saída da Alemanha, do Japão e da Itália da Assembleia Geral da SDN. Este facto, aliado à inabilidade para resolver os conflitos na Manchúria e na Etiópia, traduziu-se na queda da SDN e, consequentemente, na incapacidade de subsistência do regime internacional de protecção aos refugiados⁵³.

Assim, relativamente à protecção e assistência a refugiados, o período do entre guerras foi dominado por três questões relevantes para a nossa análise. Primeiro, pela crescente capacidade de organizações não-governamentais (ONG) e inter-governamentais de instituir um sistema formal de protecção aos refugiados, ainda que de carácter efémero e baseado maioritariamente em acordos bilaterais. Segundo, tanto a capacidade de influência jurídica como a de assistência efectiva foram severamente limitadas: pela complexidade de reorganização do sistema de Estados europeu,

⁵⁰ Loescher, *The UNHCR...*, 25-26.

⁵¹ Como por exemplo os refugiados espanhóis que fugiam à ditadura franquista ou os italianos que tentavam escapar ao regime fascista de Mussolini.

⁵² Foi criado o Alto-Comissário para os Refugiados da Alemanha, na pessoa de James G. McDonald. Confrontado com a falta de fundos para assistência e até mesmo para despesas administrativas, bem como com as «condições catastróficas» na Alemanha que criavam a necessidade de fuga dos indivíduos «não Arianos», James McDonald viria a demitir-se dois anos depois de ter assumido o cargo, em Dezembro de 1935. *Letter of Resignation of James G. McDonald High Commissioner for Refugees (Jewish and Others) Coming From Germany addressed to the Secretary General of the League of Nations*, de 27 de Dezembro de 1935, em World Digital Library, League of Nations Archives in United Nations Office at Geneva. Em 1938, em Evian, seria estabelecida uma outra organização para responder aos fluxos de judeus que fugiam da Alemanha e da Áustria: o Comité Intergovernamental para os Refugiados. Tal como o Alto-Comissário para os Refugiados da Alemanha, esta organização foi estabelecida fora da estrutura da Sociedade das Nações. G. Steinacher, *Humanitarians at War: The Red Cross in the Shadow of the Holocaust* (Oxford: Oxford University Press, 2017) 137-38.

⁵³ Loescher, *The UNHCR...*, 29-34.

baseado na homogeneidade nacional, e pelo ambiente económico protecionista, resultante do esforço de guerra e da crise económica internacional que pautou as relações políticas e financeiras da década de 1930. Finalmente, terceiro aspecto, a ascensão ao poder por parte de elites autoritárias em vários Estados europeus condicionou a assistência às diferentes vagas de refugiados na Europa, tanto pela fragmentação da resposta, como pela alteração das relações inter-estaduais e entre Estados e organizações internacionais.

De facto, as mudanças nas relações entre Estados europeus viriam a culminar num novo conflito mundial que, forçosamente, teve implicações determinantes para a questão dos refugiados. A Segunda Guerra Mundial ficou marcada pela extrema violência aplicada a civis excluídos do modelo de identificação nacional advogado pelo nacional socialismo - judeus, roma, homossexuais, dissidentes políticos, entre outros grupos. Tal também sucedeu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde o regime estalinista de cariz nacionalista imprimiu políticas de segregação e confinamento violentas. O recurso a medidas como o confinamento em campos de concentração, o uso indiscriminado de trabalho forçado e o extermínio do *outro* em proporções extremas alterou as percepções das sociedades nacionais e da comunidade internacional sobre a necessidade de protecção dos direitos da pessoa humana após o conflito mundial. Não obstante, o controlo da movimentação de populações deslocadas continuou a ser sobretudo um privilégio dos Estados. O recolhimento de deslocados em campos e o repatriamento forçado de grande parte deles para os seus países de origem foram as estratégias de eleição dos Aliados para fazer face ao problema populacional na Europa⁵⁴.

Durante a Segunda Guerra Mundial foram dois os organismos que, em diferentes períodos do conflito, se ocuparam da assistência às dezenas de milhões de deslocados pelo flagelo da guerra⁵⁵. Num primeiro momento essa responsabilidade foi atribuída ao Quartel General Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas, que se concentrou no repatriamento, em parte forçado, de centenas de milhares de refugiados para a Rússia e Europa de Leste. A controvérsia causada pela ação do Quartel General não foi suficiente para impedir o organismo que o substituiu, a Agência das Nações Unidas para o Auxílio e Reabilitação (ANUAR), de continuar a forçar o repatriamento

⁵⁴ Gatrell, *The Making...*, 85-103.

⁵⁵ O CICV e a LCSV responsabilizaram-se pela assistência a vítimas civis e militares. Em 1940 formaram a Comissão de Assistência Conjunta da Cruz Vermelha Internacional por forma a melhor coordenar os esforços de recolha e distribuição de donativos pelas Sociedades Nacionais. O CICV também providenciou assistência aos refugiados alemães no pós-II Guerra, depois de ter ignorado o apelo de refugiados judeus no início do holocausto. Para uma análise mais detalhada sobre esta questão veja-se Steinacher, *Humanitarians at War...*, 2017.

de 6.5 milhões de indivíduos deslocados no continente europeu para território sob influência soviética, seguindo os termos dos Acordos de Ialta ⁵⁶.

No final de 1946, a ANUAR tinha realojado um milhão de refugiados no Canadá, Austrália, Estados Unidos, Israel e em vários Estados da Europa Ocidental⁵⁷ e repatriado contingentes de deslocados para o Leste europeu. No entanto, mesmo com a promessa de fornecimento de provisões para sessenta dias após a chegada ao Estado de origem, cerca de um milhão de pessoas que «partilhavam uma busca comum pela liberdade da opressão política» recusavam o repatriamento⁵⁸. A ênfase no repatriamento espelhava uma continuidade nas estratégias dos Estados da Europa Ocidental orientadas para o protecionismo securitário e a defesa da «homogeneidade nacional». Face à gravidade do problema posto por estes indivíduos, as Potências Aliadas decidiram pôr termo ao repatriamento forçado. A partir desse momento, a acção da ANUAR foi frustrada pelas tensões emergentes associadas à Guerra Fria, nomeadamente devido à hostilidade soviética. Enquanto o Bloco de Soviético pressionava para o retorno dos cidadãos aos seus Estados de origem, o Bloco Ocidental, liderado pelos Estados Unidos, alterava a sua estratégia, firmando a posição de que os refugiados deveriam ter direito de escolha no referente ao repatriamento⁵⁹. A URSS considerou que a agência não deixava os refugiados voltar aos seus países de origem. Em seguida, boicotou a cooperação para a assistência a estes indivíduos, que se viram assim envolvidos nas quezílias da dinâmica bipolar que caracterizaria as décadas seguintes.

⁵⁶ P. Guinness, ed., *This Age of Crisis: Forty Momentous Years. Dramatic Story of the World's Uprooted Peoples*. Special Refugee Publication Planned by the United Nations and Voluntary Agencies (s.l.: s. ed. 1957), 10-11, em BAG 234.000.012, ACICR. Para uma apreciação das dinâmicas de assistência que envolveram a acção da ANUAR veja-se: S. Salvatici, «'Fighters without guns': humanitarianism and military action in the aftermath of the Second World War», *European Review of History*, vol. 25 (2018) 957-976.

⁵⁷ Os Estados da Europa Ocidental estavam receptivos à entrada de refugiados devido à falta de mão-de-obra provocada pelo esforço de guerra. Foi ainda feito um esforço para dar assistência aos refugiados provenientes do Leste europeu que se viam enquadrados já dentro das dinâmicas que caracterizariam a Guerra Fria, e que iriam dominar a assistência internacional a estes e outros refugiados nas décadas seguintes. Para uma análise mais detalhada sobre esta questão veja-se L. Barnett., «Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime», *International Journal of Refugee Law*, vol. 14, n. 2/3 (2002): 238-262.

⁵⁸ Guinness, *This Age of Crisis...*, 11, em BAG 234.000.012, ACICR.

⁵⁹ Betts, Loescher e Milner, *UNHCR...*, 11.

Pós-Segunda Guerra Mundial - primeiros passos para a universalização?

Num primeiro momento, as dinâmicas do pós-Segunda Guerra Mundial condicionaram os progressos relativamente à assistência e protecção dos refugiados. Neste âmbito, a estratégia de resposta dos Estados e organizações não-governamentais continuou a prender-se com o repatriamento dos deslocados na Europa e com o alívio de esforço dos designados primeiros Estados de acolhimento.

Depois de uma acção controversa durante a Segunda Guerra Mundial, o CICV também saiu derrotado do conflito⁶⁰. Para além da sua posição como pioneiro no campo da intervenção humanitária estar em xeque, o Comité enfrentou conflitos dentro da própria organização. Precisava de uma nova liderança e de fundos que Genebra não possuía. No seio Movimento Internacional, teve ainda de lidar com o desafio que a LSCV colocou na assistência aos refugiados em campos na Hungria⁶¹. Em Julho de 1946, na XIX Reunião do Conselho de Governadores da Liga, foi adoptado um conjunto de resoluções que findavam a cooperação conjunta com o Comité durante a guerra. Para além disso, estas previram o fortalecimento da actividade das Sociedades Nacionais, estreitaram a cooperação entre membros da Liga e reforçaram papel da LSCV enquanto órgão coordenador, por forma a facilitar assistência no terreno e os contactos entre as Sociedades Nacionais e a cooperação daquele organismo com a Organização das Nações Unidas⁶². O Comité direccionou os seus esforços para garantir uma renovação do alcance do Direito Internacional Humanitário e para a assistência a refugiados alemães que não estavam sob o mandato da Organização Internacional para os Refugiados (OIR), criada ainda em 1946 como substituta da ANUAR e do Comité Intergovernamental para os Refugiados.

A OIR⁶³ foi constituída no âmbito da ONU por forma a abrir um novo capítulo no realojamento dos cerca de um milhão de refugiados ainda em campos de acolhimento na Europa. Na «dramática votação» da primeira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas acerca da Constituição da organização, as divergências entre os blocos Soviético e Ocidental foram

⁶⁰ O CICV teve uma acção controversa no respeitante à assistência a refugiados durante o conflito, resultando na competição entre várias organizações dentro do MICV a este respeito ainda após a Segunda Guerra. Para uma análise mais pormenorizada sobre estas questões veja-se: Steinacher, *Humanitarians at War...*, 2017; e Forsythe, *The Humanitarians...*, 2005.

⁶¹ Steinacher, *Humanitarians at War...*, 138; Palmieri, «An institution standing...», 1286-1287.

⁶² Steinacher, *Humanitarians at War...*, 139.

⁶³ O mandato da Organização Internacional para os Refugiados duraria até 30 de Setembro de 1950.

manifestos no respeitante à «liberdade humana». Os governos comunistas recusaram um papel activo nos trabalhos da OIR⁶⁴.

Não obstante, a criação da OIR foi um passo importante para o reconhecimento dos refugiados e da necessidade da sua protecção. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos não utilizavam o termo *refugiado* para os indivíduos sob protecção da ANUAR, preferindo ao invés o termo *pessoas deslocadas*, implicando que estes indivíduos poderiam ser repatriados⁶⁵. A Constituição da OIR foi mais longe, definindo aqueles sob sua protecção como *refugiados*. Segundo o documento, eram considerados como refugiados os grupos já identificados como tal antes da Segunda Guerra Mundial; aqueles que, estando fora do seu país, não podiam ou não queriam regressar ou pedir protecção ao seu governo de origem; as vítimas dos regimes nazi, fascista ou falangista que tiveram de deixar o seu país; bem como as crianças órfãs deslocadas com idade inferior a dezasseis anos. Eram excluídos os criminosos de guerra e seus colaboradores, e «todas as pessoas de origem étnica alemã»⁶⁶. Apesar de ainda se revelar bastante eurocêntrica, condicionada por perspectivas de curto-prazo e ainda excluir certos grupos com base em critérios étnicos, a definição da OIR cunhou formalmente o termo a partir do qual se podiam identificar estes indivíduos⁶⁷.

Em conformidade com os seus princípios, o principal fim da OIR era providenciar as «três condições que permitem manter a vida»: nutrir, abrigar e vestir⁶⁸. A atenção aos cuidados de higiene e saúde surgiram também como vitais, nomeadamente para evitar a propagação de epidemias. No âmbito da assistência social, a OIR contou com a cooperação de sessenta instituições privadas, de entre as quais estavam representadas várias Sociedades da Cruz Vermelha coordenadas pela LSCV. A campanha da organização era vasta, tanto na Europa como no Extremo Oriente.

Após a Segunda Guerra Mundial, os números de refugiados não estancaram no continente europeu. A massa de indivíduos que escapava da zona de influência soviética para os territórios dominados pelos Aliados aumentou de sete para doze milhões. No Extremo Oriente, o final da guerra culminou no repatriamento forçado de cerca de seis milhões de japoneses. O conflito da

⁶⁴ Guinnes, *This Age of Crisis...*, 12-13, em BAG 234.000.012, ACICR e Marrus, *The Unwanted...*, 89-90.

⁶⁵ Barnett, «Global Governance...», 244.

⁶⁶ G. Kullmann, «Le Problème des Réfugiés», 8 de Março de 1952, p. 31, em BAG 234.000.001, ACICR.

⁶⁷ C. Ruthström-Ruin, *Beyond Europe: The Globalization of Refugee Aid* (Lund: Lund University Press, 1993), 17.

⁶⁸ G. Kullmann, «Le Problème des Réfugiés», 8 de Março de 195, p. 33, em BAG 234.000.001, ACICR.

Coreia e a partição do Indostão traduziram-se na movimentação de cerca de 20 milhões de refugiados em vários territórios asiáticos⁶⁹. Tal como a ANUAR, a extensão do mandato da OIR foi, em muito, condicionada pelas dinâmicas da Guerra Fria. Os Estados do Bloco Ocidental viam na organização mais um instrumento de denúncia das práticas comunistas, nomeadamente pela extensão do seu mandato para a assistência a refugiados da Checoslováquia, que fugiam do país depois do golpe de Estado de 1948. Esta questão consolidou a alienação do Bloco Soviético, não só no referente ao financiamento da assistência, como ainda na recusa do reconhecimento dos mecanismos legais da OIR e, por isso, da definição de *refugiado* assumida pela organização⁷⁰. A ação internacional para a proteção dos refugiados via-se mais uma vez comprometida por interesses estatais, internos e externos.

Na viragem da década, surgiu um novo conjunto de mecanismos que contribuíram para a consolidação do sistema internacional para a protecção dos refugiados, directa ou indirecta. Por um lado, foi criado um conjunto de instrumentos legais internacionais no seio da ONU que marcaram um momento significativo no respeitante à universalização de direitos e à consideração do indivíduo como sujeito de Direito Internacional. Por outro, o CICV voltou a assumir um papel de charneira na assistência aos refugiados, tanto na ação diplomática e de reformulação do DIH, como na coordenação dos meios no terreno.

Em Dezembro de 1948, a ONU adoptou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que instaurava os direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana, compreendidos universalmente. No seu preâmbulo ficou explícito o seu carácter universal, alargado aos povos de todo o mundo, incluindo aqueles subjugados a uma dominação externa: «A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal

⁶⁹ Para uma análise mais detalhada sobre esta questão veja-se: Guinness, *This Age of Crisis...*, 22, em BAG 234.000.012, ACICR.

⁷⁰ Loescher, *The UNHCR...*, 34.

e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição»⁷¹.

No caso específico dos refugiados, a DUDH estabelecia o direito de procurar e beneficiar de asilo a «qualquer pessoa sujeita a perseguição» independentemente «de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação». Para além disso, não seria feita qualquer «distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania»⁷². Desta forma, para além de considerar que o indivíduo tem direito a asilo, colocando-o no centro da questão jurídica, o Artigo 14.º da Declaração universalizava esse direito, considerando a sua implementação em qualquer território independentemente da sua forma jurídica, e para todos os indivíduos, sem excepção.

Em 1949, foram revistas as três Convenções de Genebra, já implementadas desde 1864 para reforçar a protecção a militares e enfermos feridos em conflitos em terra ou em mar e a prisioneiros de guerra⁷³ e assinada uma nova Convenção que outorga a protecção a civis, inclusive em território ocupado. Nos documentos estava ainda proclamada, pelo Artigo 3.º - comum às quatro Convenções -, a capacidade de intervenção do CICV em situações de conflitos «não internacionais», estipulando normas fundamentais irrevogáveis que determinavam o tratamento humano para todos os indivíduos em poder do inimigo, sem nenhuma distinção adversa e «reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados»⁷⁴. Estes instrumentos formais incumbiam ainda o CICV de supervisionar e garantir a aplicação do DIH. A Quarta Convenção de Genebra previa, ainda que indiretamente, a assistência do CICV em benefício de refugiados vítimas de guerra. Segundo a Convenção, as partes do conflito têm de acordar a que sejam feitas operações de assistência de cariz humanitário, imparcial e de natureza não-discriminatória. Para

⁷¹ Preâmbulo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, acedido a 13 de Junho de 2015.

⁷² Artigo 14.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, acedido a 13 de Junho de 2015.

⁷³ A Primeira Convenção de Genebra, que protege os soldados e enfermos durante a guerra terrestre, foi assinada em 1864 e revista em 1906, 1929 e em 1949; a Segunda Convenção de Genebra que protege os militares feridos, enfermos e náufragos durante a guerra marítima substituiu a Convenção de Haia de 1907 para a Adaptação à Guerra Marítima dos Princípios da Convenção de Genebra; e a Terceira Convenção de Genebra veio substituir a Convenção Relativa aos Prisioneiros de Guerra de 1929.

⁷⁴ Artigo 3º comum às *Convenções de Genebra*, em <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/WebART/365-570006?OpenDocument>, acedido a 16 de Junho de 2015.

além disso, as agências de assistência devem ser respeitadas e protegidas. Assim, se os refugiados entrassem na categoria de vítimas civis de guerra, em conflitos internacionais ou internos, o Comité tinha o dever de procurar intervir, negociando a assistência a estes grupos com as partes beligerantes⁷⁵. Desta forma, o Comité Internacional conseguia alargar a sua ação para a proteção de civis em conflitos internos, capacitando este organismo, pelo menos em princípio, para a intervenção nas guerras coloniais que surgiram nas décadas de 1950 e 1960. Não obstante, o discurso conservador e de cariz civilizacional do pós-Segunda Guerra fica patente nestes e noutros documentos ligados à formulação do DIH e do Direito Internacional⁷⁶.

A acrescentar à decisiva revisão do Direito Internacional Humanitário no pós-guerra, o CICV teve um papel directo na protecção aos refugiados. A 1 de Maio de 1950, o Comité enviou um apelo em benefício de todos os refugiados e apátridas a todos os governos, procurando uma solução o mais abrangente possível para as necessidades destes indivíduos. A mensagem enfatizava a importância de se dar aos refugiados uma proteção ampla e universal, propondo a criação, para esse efeito, de um organismo internacional, permanente, imparcial e independente que pudesse exercer as suas actividades sem qualquer limitação, num sentido divergente ao do sistema de mandatos temporários em vigor na ONU.

Apesar de o Comité não ser directamente responsável pela assistência aos refugiados, a sua posição de auxílio universal independente ficava expressa nas actividades dirigidas a refugiados «não-elegíveis» pela OIR ou por outras organizações criadas para assistir grupos de refugiados previamente identificados⁷⁷, «limitando-se [...] a intervir onde nenhum organismo ou organização tem meios para o fazer»⁷⁸. A sua acção dirigia-se a grupos de refugiados vítimas de guerra não abrangidos por outras organizações e sem proteção do país de origem ou acolhimento, e a movimentos de refugiados entre dois países sem relações diplomáticas, facilitando o contacto entre autoridades governamentais e providenciando títulos de passagem próprios⁷⁹. Para além de manter

⁷⁵ Lavoyer, «Refugees and Internally ...», 1995.

⁷⁶ P. Betts, «Universalism and its Discontents: Humanity as the Twentieth Century Concept», *Humanity: A History of European Concepts and Practice from the Sixteenth Century to the Present*, ed., Klose F. and Thulin M., (Gottingham: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH & Co, 2016), 51-70.

⁷⁷ Veja-se o caso da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.

⁷⁸ E. de Ribaupierre, Chefe de Secção da Divisão Executiva do CICV, *Activité du C.I.C.R. en faveur des réfugiés*, 7 de Abril de 1952, p.1, em BAG 234 000.004, ACICR.

⁷⁹ O CICV atuava na Europa - Espanha, Itália, Jugoslávia -, em Israel, no Líbano e na China. O visto do CICV foi criado em 1945, destinado a pessoas deslocadas internamente, apátridas ou refugiados que, por não terem documentos de identificação, não poderiam voltar ao seu país de origem ou residência, nem viajar para um outro Estado. F. Krill,

estreito contacto com as autoridades nacionais, o Comité participou nos principais fóruns de discussão⁸⁰ com instituições preocupadas com a questão dos refugiados e manteve correspondência regular com as principais organizações de assistência à altura⁸¹. No entanto, e apesar de ter intervindo no conflito italo-etíope em 1935, o CICV não só tinha «ignorado completamente as guerras coloniais», não sendo «movido pela luta dos povos indígenas sujeitos ao jugo dos brancos, ou pelos massacres coloniais», como apoiado, ainda que indirectamente, a missão colonizadora europeia no Congo belga⁸².

No término das operações da OIR em 1952, o problema dos refugiados permanecia - principalmente no respeitante à sua reinstalação, fosse por forma de repatriamento ou pela obtenção de documentos e condições básicas de subsistência que permitissem a permanência nos países de acolhimento. No relatório que redigiu, Gustave G. Kullmann escreveu que «se o refugiado é toda a pessoa à qual os acontecimentos obrigavam a procurar refúgio fora do país da sua residência habitual [...] sob a reserva das regras geralmente aplicadas em matéria de extradição, essa pessoa tem direito ao acolhimento e, se ela não pode manter a sua existência normal onde se encontra, tem direito à assistência». Na medida em que a consequência excedia os meios públicos do país de acolhimento, continuava, «existe uma responsabilidade solidária da comunidade internacional, responsabilidade essa que se exerce pela intervenção das instâncias políticas competentes com a colaboração das instituições humanitárias». O ex-Alto-Comissário da Sociedade das Nações para os refugiados criticava igualmente o facto de somente alguns grupos de refugiados se encontrarem ao abrigo dessas organizações: eram necessárias soluções para todos os refugiados⁸³. Na altura, as reflexões de Kullmann exprimiam o imperativo da universalização da concepção do estatuto de refugiado e da responsabilização pela assistência a todas as pessoas que se encontrassem na situação nele contemplada, já que, se por um lado a abrangência espacial da assistência era vasta, a formulação de normas internacionais universalizantes nos eixos espaciais e temporais ficava muito aquém das necessidades. A dimensão do problema era tal que

«The ICRC's Policy on Refugees and Internally Displaced Civilians», *International Review of the Red Cross*, vol. 83, n. 843 (2001): 607-627.

⁸⁰ Referência, entre outras, à participação na II Conferência das Organizações Não-Governamentais Interessadas pelos Problemas das Migrações e à Conferência de Migração convocada pela Organização Internacional do Trabalho.

⁸¹ Referência ao Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias, à National Catholic Welfare Conference, ao Conselho Ecuménico de Igrejas, ao Serviço Social Internacional e, mais tarde, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

⁸² Palmieri, «An institution standing...», 1284.

⁸³ G. Kullmann, «Le Problème des Réfugiés», 8 de Março de 1952, em BAG 234.000.001, ACICR.

as concepções dos diplomatas e actores no terreno se limitavam a tentar encontrar soluções imediatistas e conservadoras, desprovidas de um plano coeso a médio-longo prazo.

Uma solução de assistência universal estava longe de ser obtida. Se no imediato pós-guerra os Estados Unidos tinham sido o grande impulsionador político e financeiro da assistência aos refugiados, na viragem para os anos 1950 as estratégias da Guerra Fria imperaram sobre o universalismo. Assim, nos debates na ONU sobre a criação de uma nova organização que substituísse a OIR surgiam divergências restritivas do seu escopo e das suas funções. Contrária às posições da Índia e Paquistão, que defendiam uma organização permanente e com responsabilidades globais⁸⁴, vingou a abordagem protecionista dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que advogavam que a instituição deveria ser apenas o garante internacional da protecção legal dos refugiados, procurando encontrar soluções permanentes para a sua situação sem estar, no entanto, habilitada a dar assistência directa.

Para além das suas obrigações e responsabilidades, o Estatuto do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, adoptado a 14 de Dezembro de 1950 pela Assembleia Geral das Nações Unidas seguia no Artigo 6.º uma nova definição de refugiado firmada na Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados⁸⁵. Segundo o Artigo 1º 2) da Convenção, *refugiado* era todo aquele que «em consequência dos acontecimentos ocorridos antes do 1.º de Janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele»⁸⁶, para além dos refugiados já reconhecidos por convenções ou organizações precedentes.

⁸⁴ A partição da Índia Britânica com a criação dos estados da Índia e Paquistão levou à movimentação em massa de milhões de indivíduos entre os dois lados da fronteira. Ambos os Estados tentaram criar condições para a assistência internacional a estes indivíduos na Organização das Nações Unidas, tentando pressionar, em vão, para uma extensão da abrangência geográfica das competências do Alto-Comissariado da ONU para os refugiados.

⁸⁵ Adoptada a 18 de Julho de 1951.

⁸⁶ Artigo 1º, ACNUR, *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados*, em http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados, 1951. A CER entraria em vigor somente em 1954. Para uma análise desta questão veja-se: G. S. Goodwin-Gill, «The International Law of Refugee Protection», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth *et al.* (Oxford: Oxford University Press, 2016), 36.

Uma inovação da CER, inserida nos Estatutos do Alto-Comissariado, foi a instituição do princípio de *non-refoulement*⁸⁷ que procurava responder às soluções de repatriamento forçado aplicadas anteriormente⁸⁸. Nas décadas seguintes, o enfoque na resolução do problema dos refugiados não deixou de estar no repatriamento, mas desta vez assumia um cariz voluntário, cabendo ao ACNUR a responsabilidade de verificação e protecção da escolha do refugiado, bem como a orientação do processo de repatriamento, fazendo a mediação entre os interesses do Estado e os do indivíduo. Mais tarde, nos processos violentos de descolonização, o a aplicação do princípio de *non-refoulement* consitiuiu um desafio parao Alto-Comissariado. A aplicação do princípio trouxe também a oportunidade de auscultar os interesses dos indivíduos deslocados e os problemas que enfrentavam tanto nos Estados de acolhimento como nos territórios de onde eram originários.

Para compreender as distinções entre a pretensão formal do universalismo e a sua aplicabilidade, importa ainda considerar a cláusula B do artigo 6.º do Estatuto do Alto-Comissariado, onde a obrigação de assistência da organização se estendia a «[q]ualquer pessoa»⁸⁹ que se inserisse dentro da definição de refugiado adoptada, sem os limites impostos pela Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados. Assim, o ACNUR, sob a liderança do Alto-Comissário Gerrit Jan van Heuven Goedhart, constituiu uma nova resposta ao problema dos refugiados: «pela primeira vez na história, um mandato geral, e não limitado a certas categorias» era conferido⁹⁰.

Ora, se a questão da limitação a «certas categorias» estava ultrapassada, pelo artigo 6º, alínea B do Estatuto do Alto-Comissariado, não era notória, à partida, a capacidade da organização para operar nos termos universalistas e permanentes que eram proclamados como objectivos. Por

⁸⁷ O termo *refoulement* deriva do francês *refouler*, que significa repelir ou forçar o retorno. A ideia de que os Estados não deveriam forçar o retorno de pessoas deslocadas para outros Estados estava presente já na Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados de 1933, Artigo 3.º. Goodwin-Gill, «The International Law... », 39-40.

⁸⁸ O Artigo 33º da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados afirma: «Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.» ACNUR, *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados*, em http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados, 1951.

⁸⁹ Artigo 6.º B do *Estatuto do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*. ACNUR, *Estatuto do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*, em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR, 1950.

⁹⁰ G. Kullmann, «Le Problème des Réfugiés», 8 de Março de 1952, em BAG 234.000.001, ACICR.

um lado, e apesar de ter os seus próprios estatutos, ACNUR via-se obrigado à responsabilidade de responder apenas aos refugiados identificados até ao início do seu mandato, seguindo a definição de refugiado da CER; por outro ficava sujeito a uma série de limitações temporais, pela continuação do sistema de mandato temporário, e financeiras, já que não tinha acesso a fundos directos para a operacionalização das suas funções, estando sujeito a donativos de Estados ou organizações privadas. Estabelecidos dentro da lógica de conflito Este-Oeste, tanto o mandato do ACNUR como a Convenção de 1951 procuravam responder às preocupações e interesses dos líderes das potências ocidentais. Do documento foram excluídos aqueles que eram deslocados internamente ou grupos de refugiados em regiões consideradas de importância geoestratégica menor, como o Indostão.⁹¹

Durante o seu mandato, Goedhart lutou pelo alargamento do financiamento do ACNUR por forma a possibilitar a viabilidade de programas de assistência aos refugiados, criando o Fundo de Emergência para os Refugiados, em 1952. No entanto, e apesar da aprovação da criação do Fundo pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o financiamento do mesmo continuava dependente da contribuição voluntária por parte dos Estados e, sem o apoio do Estados Unidos, que direccionava a sua atenção para os conflitos na Coreia e na Palestina⁹², e dos Estados europeus, focados no esforço de reconstrução do pós-guerra, o Alto-Comissariado viu-se sem financiamento nos primeiros anos da sua existência⁹³. Como afirmam Betts, Loescher e Milner, «ao limitar as funções e escopo do ACNUR, os Estados Unidos e os seus aliados sustentaram o seu desejo de criar uma agência internacional de refugiados que não colocaria a sua soberania nacional sob ameaça, nem lhes imporia obrigações financeiras» mantendo igualmente presente o ideário da Guerra Fria, pela concepção do refugiado limitada temporalmente e dirigida essencialmente àqueles perseguidos pelos regimes comunistas⁹⁴. Desta forma, o ACNUR era limitado em quatro áreas diferentes pelos dois instrumentos: (1) a CER, pelo facto de ser o instrumento ratificativo das obrigações estatais, limitando temporalmente a aplicabilidade da definição de refugiado; e (2) a forma jurídica do mandato, as limitações de financiamento e a dependência da autoridade da

⁹¹ Loescher, *The UNHCR...*, 43-46.

⁹² Os Estados Unidos contribuíram em grande parte para o financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente e da Agência das Nações Unidas para a Reconstrução da Coreia.

⁹³ Loescher, *The UNHCR...*, 63.

⁹⁴ Betts, Loescher e Milner, *UNHCR...*, 15.

Assembleia Geral, presentes no seu Estatuto. Os debates na ONU sobre os conflitos coloniais seriam por isso fulcrais para a extensão da actuação do ACNUR na protecção e assistência a indivíduos que, «receando com razão de ser perseguid[os] em virtude da sua raça, religião, nacionalidade ou opinião política» e sem protecção do Estado de origem, procuraram refúgio em territórios vizinhos.

Se as dinâmicas do pós-Segunda Guerra vinham limitar a ação do ACNUR e a própria concepção do estatuto de refugiado, cabe então indagar de que forma as instituições e seus actores avaliaram e lidaram com movimentações de refugiados após 1951, trazendo para o debate tanto novas geografias como diferentes dinâmicas de percepção do refugiado como sujeito de direitos. As perspectivas de resolução imediatista dos problemas de migração de refugiados em massa, tanto em termos de escopo de acção das organizações internacionais como da percepção da extensão do problema dos refugiados a nível internacional, condicionaram as acções de assistência em três pontos fulcrais.

Em primeiro lugar, a limitação legal da CER e da forma jurídica do mandato temporário impedia as organizações de abordar o problema dos refugiados de forma proactiva, em razão do condicionamento da elegibilidade a refugiados já identificados. O surgimento dos processos de independência colonial de cariz violento nos continentes asiático e africano, durante e após a instituição do ACNUR, foram negligenciados do processo de estabelecimento de normas internacionais que definiam quem era ou não elegível para a assistência humanitária. Depois, o carácter interno dos conflitos dificultava a intervenção não só do Alto-Comissariado, mas também de outros organismos internacionais independentes, como o CICV, condicionando ou inibindo projectos de resposta concertada e efectiva.

Segundo, a incapacidade de auto-financiamento do ACNUR e do CICV mantinha as organizações dependentes de interesses estatais que podiam, ou não, ir ao encontro das necessidades dos refugiados, tanto em relação àqueles já identificados como elegíveis, como no que dizia respeito às novas vagas que surgiram nas décadas seguintes. Neste ponto, as dinâmicas da Guerra Fria, aliadas às reivindicações de autodeterminação pelos povos colonizados e às abordagens desenvolvimentistas então em curso, refletiram estratégias de financiamento pautadas por uma apreciação conjuntural, caso a caso, traduzindo, consequentemente, diferenciações significativas nas acções humanitárias em benefício dos refugiados nestas geografias, agravadas pela falta de capacidade dos países de recepção em prover auxílio.

Finalmente, terceiro ponto, em termos operacionais, as organizações encontraram sérios desafios de adaptação a novas realidades por variados factores. Por um lado, e como revelam os três casos analisados mais adiante, pelas características do conflito e actores intervenientes no mesmo - tanto pelo reconhecimento dos beligerantes, como pela percepção do *outro* colonizado como sujeito de direito. Por outro, pela necessidade de adaptação *in loco* e num curto intervalo temporal a cenários e conjunturas problemáticas à assistência humanitária. Desta forma, o proclamado universalismo continuava posto em causa e caberia aos actores institucionais ultrapassar as limitações impostas por um regime internacional onde os Estados permaneciam como actores decisivos nos vários processos de protecção e assistência.

Somente durante década de 1960 com a proliferação dos conflitos de independência colonial na Ásia e em África, e devido às pressões internacionais por parte do Movimento dos Não-Alinhados, nomeadamente a partir da Conferência de Bandung em 1955, e depois numa série de fóruns regionais e internacionais, foram esboçados e retificados novos conjuntos de documentos formais que imporiam uma nova ordem universal de respeito pelos direitos humanos e de protecção aos refugiados⁹⁵. Até meados da década de 1960, as iniciativas humanitárias em prol da protecção do ser humano estavam intrinsecamente ligadas às dinâmicas da Guerra Fria. Debates tão importantes para a universalização *de facto* dos direitos humanos como a questão da raça ou da religião eram negligenciados⁹⁶. No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, os organismos internacionais de intervenção humanitária viam-se mais uma vez obrigados a recorrer a mecanismos *ad hoc* por forma a dar resposta a um problema que, mais do que confinado ao território europeu, se mostrava activo noutras geografias, levantando novas questões e desafios. Os três casos em análise na presente dissertação tentam demonstrar esse caminho de avanços e retrocessos, pela necessidade de reformas e de novas estratégias de abordagem do problema dos refugiados, respeitando e ajudando a afirmar o indivíduo como detentor de direitos.

⁹⁵ A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966 (ambos parte integrante da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948), o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967, e a Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, de 1969, com entrada em vigor em 1974.

⁹⁶ S. Jensen, *The Making...*, 2016; e G. Loecher, «UNHCR and Forced Migration», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed., Fiddian-Qasmiyeh, *et al.* (Oxford: Oxford University Press, 2016) 216-225.

Desbravando território desconhecido - a emancipação do ACNUR das limitações do regime de protecção aos refugiados

Os desafios às limitações legais do regime internacional de protecção aos refugiados começaram logo após a instituição do ACNUR. Como já foi referido, as dinâmicas da Guerra Fria condicionavam as estratégias geopolíticas dos Estados dando prioridade à alocação de fundos para segurança e para desenvolvimento da tecnologia, conhecimento e dos meios de produção. O humanitarismo estava também presente nesta equação, condicionando as capacidades das organizações internacionais para actuarem em focos que extravasassem os limites de ação impostos pelas convenções e acordos estabelecidos.

As primeiras acções fora do escopo do Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados emanaram da capacidade dos actores institucionais para utilizarem estas dinâmicas internacionais a seu favor. Aproveitando uma posição mais favorável por parte dos Estados Unidos, August Lindt, segundo Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados⁹⁷, serviu-se das suas ligações diplomáticas para dirigir uma política pró-americana no ACNUR nos anos 1950⁹⁸ que lhe permitiu duas conquistas fulcrais: por um lado, institucionalmente, o apoio norte-americano significou um aumento significativo da contribuição financeira para os programas do ACNUR; por outro, ao nível das ligações pessoais, Lindt conseguiu margem para enveredar pela abertura da organização internacional a outros focos de ação, fora do escopo inicial do mandato do Alto-Comissariado.

Logo após a sua nomeação em Dezembro de 1956, o Alto-Comissário viu-se confrontado com o pedido austríaco de assistência para fazer face ao fluxo de refugiados surgidos da Revolução Húngara em Outubro desse ano, que se tinham deslocado em massa para a Áustria e Jugoslávia a partir de Março de 1957. A politização do caso húngaro foi determinante. Directamente enquadrados na esfera da Guerra Fria, os refugiados resultados do conflito foram rapidamente identificados como «refugiados *prima facie*». Numa primeira fase, a Assembleia Geral recusou a caracterização do conflito como assunto interno por parte do governo de János Kádár, o que, em teoria, permitiria ao ACNUR actuar. Não obstante, o Alto-Comissário via-se confrontado com as

⁹⁷ August Lindt substituiu Gerrit Jan van Heuven Goedhart no final de 1956, pelo falecimento do primeiro Alto-Comissário.

⁹⁸ Gil Loescher destaca o papel dos Altos-Comissários para a progressiva autonomia do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Segundo o especialista, August Lindt teve um papel decisivo na extensão da autonomia do ACNUR. Loescher, *The UNHCR...*, 81.

limitações da Convenção de 1951 que ditavam o seu mandato. Apesar dos refugiados terem sido imediatamente reconhecidos como tal, não ficava claro que estes estivessem abrangidos pela CER.

A intervenção acabou por ser justificada com uma manobra legal que identificou a situação dos refugiados húngaros como um corolário das mudanças políticas do imediato pós-guerra. Num memorando de 9 de Janeiro de 1957, Paul Weis, conselheiro legal do Alto-Comissário, argumentou que, apesar destes refugiados terem surgido como consequência da revolução de 1956, era possível ligar estes acontecimentos à instituição de uma República Popular na Hungria, dominada pelo Partido Comunista, em 1947⁹⁹. Se a posição e capacidade diplomática de August Lindt foi determinante para o aumento do escopo de acção do ACNUR, como defende Gil Loecher¹⁰⁰, importa destacar ainda a capacidade de trabalho e comunicação dentro da própria organização. Lindt representava a mudança, um mês depois de tomar posse como Alto-Comissário, mas o trabalho contínuo da equipa legal liderada por Paul Weis foi fulcral para a celeridade com que os agentes do Alto-Comissariado encontraram uma solução para responder ao problema dos refugiados húngaros, bem como para a capacidade de contornar os instrumentos legais, utilizando o ambiente de rivalidade entre os blocos da Guerra Fria para possibilitar a intervenção da organização em ações fora do seu escopo original.

Outra situação identificada na literatura como fulcral para a extensão da autonomia do ACNUR foi a aprovação da sua acção para responder à situação dos refugiados chineses em Hong Kong¹⁰¹. Desde 1952 que a questão estava a ser debatida na Assembleia Geral das Nações Unidas e Goedhart tinha já alegado a universalização do mandato do ACNUR pela cláusula B do Art. 6.º do seu Estatuto. Em 1954, foi enviada uma delegação a Hong Kong, o que resultou na elaboração de um relatório que documentou uma série de factores caracterizadores da fuga dos refugiados chineses durante a II Guerra Mundial e após a instituição do regime comunista no continente. Não obstante, a inflexibilidade britânica no reconhecimento destes refugiados dificultou o processo. Apesar de Londres ter ratificado a Convenção de 1951, não tinha estendido a aplicação do documento às suas colónias e, por isso, não considerava a intervenção do ACNUR como legítima.

⁹⁹ Paul Weis, «Eligibility of Refugees from Hungary», Memorando de 9 de Janeiro de 1957, citado em Loescher, G., *The UNHCR...*, 86.

¹⁰⁰ Loescher, G., *The UNHCR...*, 2001.

¹⁰¹ J. Elie e J. Hanhimäki, «UNHCR and Decolonization in Africa: Expansion and Emancipation, 1950's to 1970's», *Archiv für Sozialgeschichte*, n. 48 (2008): 53-72; e Betts, Loescher e Milner, *UNHCR...*, 2012.

Em Novembro de 1957, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 1167(XII) declarando que, devido ao problema humanitário que constituía, a situação em Hong Kong preocupava a comunidade internacional. Foi decidida a utilização da fórmula de bons-ofícios, que se traduzia na capacidade da Assembleia Geral para pedir, na forma excepcional, que o ACNUR desenvolvesse programas de assistência em benefício de refugiados considerados fora do seu mandato inicial, limitado pela CER. Este mandato *ad hoc* em benefício dos refugiados chineses em Hong Kong não foi explorado pela insuficiência de fundos, mostrando uma vez mais a dependência do ACNUR face aos interesses estatais. Não obstante, a instituição deste instrumento legal foi um passo decisivo para a aplicação na prática do Artigo 6.º, alínea B do Estatuto do ACNUR que previa a assistência a qualquer pessoa, mesmo fora dos limites da convenção.

As decisões tomadas pela Assembleia Geral nestas duas situações acabaram por se mostrar determinantes para a expansão das acções do Alto-Comissariado para outras geografias e para a assistência a refugiados fora do escopo da Convenção de 1951, invocando, para além deste documento, o Estatuto que regia a organização. Mais, com a decisão de implementar o sistema de bons-ofícios, a ONU estabelecia um primeiro precedente diante da comunidade internacional no qual a defesa da pessoa humana, neste caso os refugiados, prevalecia perante, ou não era completamente subordinada aos interesses estatais.

O período do pós-guerra ficou marcado pela proliferação de organizações internacionais e de mecanismos de actuação relativos à protecção e assistência a refugiados, tirando partido do *mementum* da difusão da ideia de universalidade dos direitos humanos. Não obstante, as dinâmicas complexas que iam marcando o início da Guerra Fria implicaram uma concertação internacional de limitação do escopo de acção destas organizações. A colocação de restrições temporais - traduzidas no sistema de mandatos e na limitação temporal da CER -, de cariz legal - pela circunscrição do Estatuto dos Refugiados -, ou financeiras - que colocavam nos Estados o ónus do financiamento -, que caracterizava as directivas do sistema das Nações Unidas, davam aos Estados várias formas de viabilizar, condicionar ou vetar a assistência aos refugiados.

Os dois casos acima mencionados demonstram ainda a relevância das dinâmicas da Guerra Fria para a extensão do escopo de intervenção do Alto-Comissariado e do sistema das Nações Unidas. Ambos faziam parte de uma estratégia que visava travar o avanço do comunismo nos continentes europeu e asiático. O que os diferencia, porém, foi a intervenção efectiva do Alto-Comissariado, pela capacidade de responder a, ou mesmo contornar, alegações de jurisdição

interna. Se a resposta de assistência aos refugiados húngaros foi bem-sucedida, no caso dos refugiados chineses em Hong Kong o processo ficou incompleto, pela recusa do governo britânico em reconhecer a legitimidade de intervenção internacional na colónia do Extremo Oriente. Ora, esta questão torna-se relevante pois acrescenta uma outra dimensão ao problema internacional de protecção e assistência humanitária aos refugiados: a protecção dos impérios coloniais. Como será demonstrado mais adiante, o processo de emancipação queniano, também colónia britânica, foi contemporâneo da crise dos refugiados em Hong Kong e a estratégia de protecção do império que pautava o início da década de 1950, impediu, mais uma vez, não só a capacidade de intervenção das organizações internacionais, mas também a percepção da extensão do conflito nos *fora* internacionais. Somente no final do decénio, aquando da alteração das estratégias imperiais, tiveram as organizações internacionais maior autonomia legal para dar resposta às múltiplas crises humanitárias de refugiados em África.

Os debates que estas questões suscitaram dentro do ACNUR e do Comité Internacional da Cruz Vermelha espelhavam a necessidade de uma universalização *de facto* da garantia dos direitos à protecção e à assistência por parte de actores imparciais e permanentes, conduzindo a rupturas contínuas com o paradigma da não intervenção de organizações internacionais em assuntos internos. O alargamento do escopo de acção do CICV e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados foi então determinante para a assistência a grupos de refugiados em diferentes geografias. Se o Comité Internacional se destacava já pela intervenção *ad hoc* noutros cenários, a aprovação do mecanismo de bons-ofícios do ACNUR permitiu, pela primeira vez, o contorno às limitações de assistência de cariz alargado dentro do sistema de concertação internacional de Estados.

A pressão internacional para universalização dos direitos humanos, contribuindo para esta progressão, gerou, ainda, um novo conjunto de dinâmicas em torno da denúncia das práticas coloniais e da reivindicação da autodeterminação dos povos, que viria a pautar acesos debates acerca da intervenção em conflitos de cariz independentista que colocaram vários obstáculos à assistência aos refugiados. Os casos em estudo neste trabalho, a revolução do Kenya Land and Freedom Army (KLFA) no Quénia, da Front de Libération Nationale (FLN) na Argélia e dos movimentos de libertação em Angola, foram contemporâneos dos constrangimentos que limitavam da acção humanitária do pós-Segunda Guerra, bem como dos primeiros passos de emancipação institucional acima identificados. A questão colonial viria a colocar novos desafios

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

à assistência e traria novamente para o debate a necessidade de múltiplas reformas tanto no regime de protecção aos refugiados, como nos modelos de operacionalização da intervenção humanitária.

Confrontando tendências e mudanças - a questão colonial dentro das dinâmicas internacionais

A primeira metade do século XX foi marcada por um conjunto de dinâmicas que traduziam alterações importantes no sistema internacional e, ao mesmo tempo, cimentavam tendências surgidas em momentos anteriores, tanto no que dizia respeito à gestão interna, como no que concernia à relação entre Estados e à relação destes com novos actores internacionais. A reformulação do sistema internacional veio ainda marcar uma tendência transversal, espacial e temporalmente: a queda dos impérios territoriais. Primeiro dentro do quadro Europeu com a Grande Guerra e, depois da Segunda Guerra Mundial, à escala global, com as vagas de descolonização a partir da década de 1940.

A afirmação do Estado-nação enquanto unidade política por excelência ligada a conflitos de transformação violenta veio traduzir-se na adopção de medidas protecionistas, tanto em termos económicos, como em termos de homogeneização etno-cultural. Estas resultaram em processos de engenharia social e políticas populacionais assentes na mobilização forçada de milhões de refugiados (e outros deslocados). As práticas de controlo populacional desenvolvidas no período entre-guerras e no pós-Segunda Guerra reflectiam tanto o aproveitamento de novos recursos tecnológicos e burocráticos - a implementação de censos ou a instauração de nova documentação de identificação como os passaportes -, como o recurso à violência - expulsão, confinamento e tentativas de extinção do *outro*. A percepção do *outro* como ameaça gerava, em nome da segurança, mais violência e em escalas consideráveis, reflectindo processos cíclicos de violência em massa¹⁰² num crescendo crítico para a população.

A tendência dos Estados para recorrerem ao monopólio da violência para a resolução dos problemas populacionais despertou um olhar concomitante para a brecha existente entre os Estados e os indivíduos como sujeitos de direitos nas relações internacionais. Mais do que olhar para a crise europeia na óptica estatal, era imperioso encontrar espaços de protecção dos indivíduos

¹⁰² Gerlach, *Sociedades extremadamente...*, 2015.

deslocados e em busca de refúgio, sem amparo do seu Estado de origem e desprovidos de um lugar dentro do novo sistema de Estados europeu. Surgiram, desta forma, novos actores internacionais - não governamentais e intergovernamentais - de carácter humanitário com o propósito de criação e manutenção da estabilidade e da paz, e que tentavam, pela primeira vez, colocar a protecção do indivíduo acima dos interesses estatais. O cerne das alterações observadas nas relações internacionais, pelo surgimento de novos organismos mediadores que foram ganhando espaço na tentativa de construção de uma comunidade internacional na linha kantiana¹⁰³ com enfoque nas populações, advinha da crescente importância dada ao respeito pelos direitos humanos. O aparecimento de organizações como a SDN, a OIT e mais tarde do sistema de agências da ONU, aliadas à crescente importância do MICV colocaram, ao longo do tempo, um conjunto de pressões internacionais cada vez mais efectivas que faziam face ao monopólio estatal no controlo populacional, nas suas variadas formas, ainda que dentro de uma retórica civilizacional e/ou desenvolvimentista.

A necessidade de reforma dos modelos de controlo e gestão estatais estendeu-se também aos últimos redutos territoriais da solução imperial. Preocupações com a permanência da escravatura ou de modelos de trabalho forçado iniciaram um conjunto de debates sobre a questão dos «direitos dos indígenas» e de uma consciencialização da gestão colonial para o conhecimento e desenvolvimento, transformando os «parâmetros normativos da *civilização imperial*» pela intensificação de modelos de escrutínio internacional que colocaram pressões importantes às práticas imperiais, mas que contribuíram, pela formalização de novos ideários e modalidades de governo, à legitimação e consolidação dos Estados-império¹⁰⁴. A nova concertação internacional resultava, assim, numa dicotomia complexa de valorização dos direitos humanos e de continuação de normas e modelos de exploração de base racial e sociocultural.

O interesse nas populações pautava-se então pela necessidade de controlo - controlo de movimentações de migrantes e outros deslocados indesejados, controlo de reivindicações e manifestações por parte de franjas da população, controlo da economia e modelos sociais de educação e comportamento - pelo imperativo da estabilidade do *status quo* e da evolução civilizacional. Desta forma, ao mesmo tempo que lidavam com as mutações importantes dentro do sistema político europeu, os Estados-império encontravam mecanismos para manter e potenciar

¹⁰³ I. Kant, *A Paz, Perpétua e Outros Opúsculos* (Coimbra: Edições 70, 2008).

¹⁰⁴ Jerónimo, «Uma Sociedade de Impérios...», 238-239.

as suas possessões ultramarinas, escudando-se na sua posição como único sujeito de Direito Internacional, na reformulação de retóricas e na adopção de novas políticas que tentavam marcar as relações entre o local, o centro nevrálgico imperial e a concertação internacional.

A percepção do *outro* como estranho e desestabilizador, apesar de sofrer mutações importantes, não deixou de permanecer no imaginário nacional e imperial, cimentando políticas de diferenciação ao longo do tempo, dentro e fora de fronteiras. O complexo processo de construção do sistema de protecção e valorização dos direitos humanos, nomeadamente dos deslocados, foi desenvolvido dentro da resiliente esfera das relações de poder entre Estados e de aceções civilizacionais e/ou desenvolvimentistas necessárias à manutenção desse poder. Mesmo com a implementação do sistema das Nações Unidas na década de 1940, regido por normas de protecção dos direitos humanos de carácter universalista, aqueles subjugados ao poder externo e desprovidos de protecção estatal eram relegados para segundo plano e desprovidos dos direitos que a concertação internacional vinha a construir desde os anos 1920.

Os processos de descolonização nas décadas de 1950, 1960 e 1970, demonstraram mais uma vez a preponderância do recurso à violência em massa nos casos de revolta armada por parte de franjas da população dominada. Nos processos de independência queniano, argelino e angolano, a utilização da força foi a resposta imediata a protestos circunscritos por parte de agentes autóctones e que, conseqüentemente, conduziram à escalada da violência. Nestes casos, e como será verificado mais adiante, a população mais ou menos politizada, foi alvo de medidas de controlo e repressão o que levou à fuga de centenas de milhares de indivíduos para Estados vizinhos. A sua protecção e assistência dependeria, mais uma vez, da capacidade das organizações internacionais e do interesse de outros Estados em agir em benefício destas populações, dentro de um sistema de protecção internacional seriamente limitado.

Somente no decorrer da década de 1960, com a alteração da balança internacional, pelo crescente número de Estados independentes participantes e fundadores de novos *fora* de debate, que trouxeram questões tão determinantes como a raça e a religião para a discussão dos direitos humanos, foram criadas as condições para a universalização dos direitos humanos e para a protecção dos refugiados¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Jensen, *The Making...*, 2016.

Desta forma, as décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial constituem um momento importante de desafios, debates e criação de estratégias no que diz respeito aos processos de universalização *de facto* do regime de direitos humanos, em geral, e do sistema internacional de protecção e assistência aos deslocados e refugiados, em particular. Estes processos serão o objecto de estudo da presente dissertação, visando analisar a problematização da categoria do refugiado enquanto sujeito universal de direitos num processo concomitante com a persistência de ideários de diferenciação e de subjugação.

No capítulo seguinte, serão demonstradas as formas de recepção dos casos queniano, argelino e angolano por parte das organizações internacionais e os debates que estes fizeram suscitar.

CAPÍTULO II

GEOGRAFIAS COLONIAIS - PERCEPÇÕES, IDEÁRIOS E RESPOSTAS

Jusqu'à ces toutes dernières années on a pensé que les noirs vivaient au jour le jour, en se laissant aller dans une sorte d'incohérence aux mouvements de leur être intérieur et aux circonstances du moment. On les considérait comme des êtres inférieurs; mais nous sommes arrivés à une étape de notre histoire dans laquelle nous osons affirmer les limites de notre connaissance sur la réalité totale de l'homme. Les littérateurs, comme les psychologues, parlent de l'homme cet inconnu¹⁰⁶.

Os conflitos de descolonização em África acentuaram a necessidade de uma resposta universalista ao problema dos refugiados. No capítulo anterior, abordámos os processos que envolveram a actuação do CICV e do ACNUR em benefício dos refugiados até ao início da década de 1950. Abordámos ainda dinâmicas inter-estaduais que revelaram, em vários momentos, tendências contraditórias quanto à salvaguarda dos direitos humanos e dos refugiados em particular. Os conflitos coloniais vieram acrescentar uma outra dimensão à questão humanitária. Abordar a situação dos refugiados nas guerras de descolonização significava ir além dos limites legais e institucionais - temporais e espaciais, no sentido em que tanto a CER como a forma jurídica do mandato limitavam o escopo de acção do ACNUR aos refugiados da Segunda Guerra Mundial; financeiros, no sentido em que as organizações de assistência humanitária estavam dependentes do financiamento de Estados para poderem operar; e de percepção, no sentido em que as soluções para

¹⁰⁶ J. Rusillon, «L'Afrique Noire devant notre civilisation», *Globe: revue genevoise de géographie*, vol. 91 (1952) 1, em BAG 209-003.001, ACICR.

os problemas dos refugiados foram pensadas segundo modelos imediatistas, descurando abordagens mais alargadas - à defesa do ser humano como sujeito de direitos.

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto o CICV como o ACNUR procuraram adaptar-se àquela que foi considerada a maior mudança política do século XX: o fim, moroso e multifacetado, com diferentes temporalidades e diversos matizes, do colonialismo¹⁰⁷. À época, o Direito Internacional Humanitário apresentava notórias limitações na abordagem a este tipo de conflitos, limitações essas exploradas pelas potências coloniais para refutar a possibilidade de intervenção de organismos inter-governamentais e não-governamentais internacionais. Os conflitos coloniais situavam-se num espaço legal inexplorado pelo Direito Internacional Humanitário. As potências coloniais, mesmo as que ratificaram as Convenções de Genebra de 1949, advogavam a circunscrição dos conflitos ao nível jurídico interno, desvalorizando a escalada de hostilidade e a força dos movimentos de libertação, afastando, assim, a possibilidade de recurso às quatro Convenções para arbitragem dos mesmos. Cumulativamente, boicotavam o reconhecimento dos movimentos de independência como interlocutores legítimos do conflito.

O reforço da segurança nos impérios coloniais aliou-se ao desenvolvimentismo tecnológico e social, último reduto da legitimação da sua permanência nestes territórios¹⁰⁸. Este paradoxo humanitário do império¹⁰⁹ veio condicionar o espaço humanitário¹¹⁰ das instituições bem como a reflexão sobre os princípios que regiam tanto o MICV como, depois, o ACNUR.

¹⁰⁷ A. Thompson, «Humanitarian Principles Put to the Test: Challenges to Humanitarian Action during Decolonization», *International Review of the Red Cross*, vol. 97 (2016), 48. Para uma síntese das dinâmicas de descolonização veja-se M. Thomas, B. Moore e L. J. Butler, *Crises of empire...*, 2015.

¹⁰⁸ J. Hodge e G. Höldt, «Introduction» em *Developing Africa. Concepts and practices in twentieth century colonialism*. J. Hodge, G. Höldt e M. Kopf, eds. (Nova Iorque: Manchester University Press, 2014) 1-34; F. Cooper, «Desenvolvimento, Modernização ...», 211-261.

¹⁰⁹ Thompson, «Humanitarian Principles...» 53.

¹¹⁰ O conceito de *espaço humanitário* foi identificado e problematizado por Cynthia Bassard-Bourdeau e Don Hubert. Apesar de amplamente utilizado, o conceito carece ainda de uma definição concreta. O espaço humanitário pode ser definido como a margem de ação de uma organização de assistência humanitária num cenário de conflito. Este é delimitado (1) juridicamente, por restrições estabelecidas pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos da organização e pelas normas internas do Estado onde decorre a operação de assistência; (2) espacialmente, no sentido em que são estipuladas áreas de actuação e de livre passagem para os agentes humanitários; (3) politicamente, pelo que depende de processos negociais com actores estaduais - beligerantes e Estados onde decorre a acção humanitária - e não estaduais - organizações inter-governamentais e não-governamentais - que partilham o espaço humanitário; (3) eticamente, no sentido em que a sua acção deve respeitar os princípios fundamentais humanitários, tendo as necessidades dos beneficiários como principal motivação de actuação; e (4) simbolicamente, dependendo da sua capacidade de legitimação da acção humanitária através da comunicação institucional e projecção simbólica do humanitarismo. Para a problematização do conceito veja-se C. Bassard-Bourdeau e D. Hubert, «Shrinking Humanitarian Space? Trends and Prospects on Security and Access», *Journal of Humanitarian Assistance*, <http://sites.tufts.edu/jha/archives/863>, Novembro de 2010.

O presente capítulo tem como objectivo analisar a forma como os casos em estudo foram recebidos tanto no Comité Internacional como no Alto-Comissariado, escrutinando os debates que suscitaram e as primeiras estratégias destas instituições para abordar os múltiplos desafios do colonial. A análise dos desafios impostos pelos processos violentos de emancipação colonial das décadas de 1950, 1960 e 1970 permite o fazer um conjunto de reflexões sobre as reformas nas organizações internacionais, acrescentando ainda uma outra camada ao estudo da transformação gradual, e por vezes conflituosa, do sistema internacional de protecção e assistência humanitária. Os três casos em estudo neste trabalho permitem explorar os debates surgidos dentro e entre estas organizações sobre a necessidade de universalização *de facto* do regime de direitos humanos. Permitem ainda compreender as modalidades, esboçadas ou encontradas, para ultrapassar as limitações destas organizações, sem deixar de notar a persistência de ideários eurocêtricos e associados a ideias de uma «missão civilizadora» que continuaram a pautar o pensamento humanitarista. Tanto as organizações do MICV, como o ACNUR, foram confrontados com uma série de reflexões que questionariam tanto as estratégias de proteção e assistência humanitária, como a própria concepção do refugiado enquanto sujeito de direitos humanos. O mesmo sucedeu com a inerente dependência dos interesses estatais em matéria de financiamento e de processos de decisão. Como foram recebidos os conflitos no Quénia, Argélia e Angola no interior das instituições? Que debates suscitaram, com que pontos de partida, com que intervenientes? Que medidas foram tomadas e qual o período de resposta das instituições ao problema dos refugiados de cada caso? O que os diferencia a este respeito? Responder a estas questões ajuda a compreender os processos de ajuste das instituições ao desafio colocado pela questão colonial, que constrangimentos enfrentaram, que soluções encontraram para os tentar ultrapassar, a partir de que ideários e princípios. Pretende-se, desta forma, identificar e cruzar realidades e debates, e pensar a construção de novas narrativas e estratégias de intervenção. Assim, o capítulo está dividido em três secções que exploram cada caso individualmente. Cada secção é constituída por breves resenhas das dinâmicas coloniais que afectaram a movimentação de autóctones antes e após o início dos conflitos, seguida pela exploração dos debates suscitados pela necessidade de intervenção humanitária.

O caso queniano no Comité Internacional da Cruz Vermelha

No final de Outubro de 1952, dez dias após a declaração de estado de emergência pelas autoridades britânicas no Quénia¹¹¹, o Conselho de Presidência do CICV discutiu a situação em África, com especial foco nos territórios onde decorriam conflitos internos. O debate entre os membros do Comité resultou no reconhecimento de que os problemas na África do Sul, Tunísia, Marrocos e no Quénia justificavam um estudo aprofundado tanto dos conflitos coloniais como dos meios a serem utilizados por forma a «sublinhar no mundo da Cruz Vermelha os seus valores universalistas». Uma das principais funções do CICV é a protecção e apoio às vítimas de conflitos bélicos internacionais ou internos, ainda que no segundo caso assaz diminuta. Por isso, o caso dos conflitos coloniais, que se multiplicavam em vários pontos de África, suscitava a necessária ponderação sobre eventuais intervenções no terreno.

O CICV delineou um plano de reflexão que deveria ter em conta uma linha clara de pensamento. Em primeiro lugar, o Comité devia evitar «a todo o custo» um afastamento das suas funções tradicionais. Estas funções eram estabelecidas pelas Convenções de Genebra de 1949 que, na ocorrência de conflitos de cariz internacional ou interno, incumbiam a organização de visitar prisioneiros de guerra, organizar operações de socorro, reunir famílias separadas, procurar pessoas desaparecidas, realizar acções humanitárias e, ainda, cumprir a responsabilidade de zelar pela aplicação do Direito Internacional Humanitário, a sua difusão e alertar para violações do mesmo.

Os primeiros registos de tumultos no Quénia ligados ao movimento Mau Mau¹¹² datam de Maio de 1952¹¹³. A princípio esporádicos e confinados a uma determinada área, estes incidentes foram interpretados como uma situação controlável pelas autoridades. Afinal, o Quénia era considerado um modelo de sucesso de investimento, desenvolvimento urbanístico e de aumento do nível de vida devido às políticas implementadas pelos *Colonial Development Acts* de 1940 e 1945. Na perspectiva dos agentes locais, o sucesso assinalado pela soberania colonial devia-se ao

¹¹¹ A declaração de estado de emergência no Quénia foi feita a 20 de Outubro de 1952.

¹¹² O movimento era constituído na sua maioria por indivíduos pertencentes à tribo Kikuyu, tendo também nas suas fileiras elementos das tribos Embu, Meru e Kanga.

¹¹³ Estavam contabilizados alguns incidentes com as mesmas características desde o início de 1951, mas sem que fosse feita uma ligação aos Mau Mau. Posteriormente, o relatório publicado em 1960 por Frederick Corfield, membro do Partido Conservador, registava actividades Mau Mau desde a expulsão em massa de 11000 Kikuyu em Olenguerone, em 1944. F. Corfield, *The Origins and Growth of Mau Mau*, Nairobi: Government Printer, 1960.

esforço conjunto da população britânica e dos africanos, concedendo-lhes o «benefício civilizacional» e, por isso, indo ao encontro dos seus interesses¹¹⁴.

Os interesses de grande parte da população africana eram, na realidade, bastante divergentes. A expropriação de terras às comunidades africanas e a sua subsequente utilização na exploração dessas mesmas terras, enquanto mão-de-obra barata, gerou novas dinâmicas nas sociedades tradicionais e nas motivações migratórias. As expectativas na melhoria do nível de vida no pós-guerra e o aumento dos preços dos produtos consumíveis influenciaram êxodos em massa de trabalhadores rurais para as cidades, onde enfrentavam, com frequência, miséria económica e psicológica, fruto do desemprego e de medidas de segregação racial impostas pelas autoridades locais¹¹⁵.

A reacção às medidas impostas dividia a população autóctone. A descentralização do poder colonial tinha beneficiado uma franja da população Kikuyu, mais tarde designada por *loyalists*¹¹⁶, escolhida e nomeada para cargos de chefia locais menores que actuavam ao nível comunitário, assegurando os interesses da administração colonial, e explorando divergências e querelas entre as comunidades africanas. Segundo Daniel Branch e David Anderson, esta franja da população autóctone, que provinha das mesmas comunidades que os dissidentes¹¹⁷, beneficiava da influência dos missionários cristãos e tinha acesso a propriedade, o que lhes proporcionava uma posição de vantagem face aos Kikuyu mais pobres. Para os Kikuyu, a prosperidade, ligada à propriedade, levava à auto-mestria¹¹⁸, a noção basilar das dinâmicas de mobilidade social dentro da comunidade. Na perspectiva dos *loyalists*, a forma de atingir esse estado passava pela utilização dos instrumentos de progresso de que beneficiavam, como o cristianismo, a educação e o investimento em pequenas propriedades¹¹⁹. As políticas coloniais de exploração das terras férteis aumentaram o desenvolvimento de dinâmicas clientelares de exploração dos mais jovens e dos mais pobres,

¹¹⁴ Comunicação entre Sir Phillip Mitchell e Creech Jones, de 30 de Maio de 1947, em Klose, *Human Rights ...*, 53.

¹¹⁵ Anderson, *Histories of the Hanged...*, 185.

¹¹⁶ A denominação *loyalists* surgiu somente durante a guerra civil e colonial no Quênia que teve início no início da década de 1950.

¹¹⁷ D. Branch, *Defeating Mau Mau, Creating Kenya: Counterinsurgency, Civil War, and Decolonization* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009) 2; Anderson, *Histories of the...*, 139-151.

¹¹⁸ Branch, *Defeating Mau Mau...*, 16.

¹¹⁹ Para uma análise mais detalhada sobre os *loyalists* veja-se: B. A. Ogot, «Revolt of the Elders: An Anatomy of the Loyalist Crowd in the Mau Mau Uprising» em *Hadith 4: Politics and Nationalism in Colonial Kenya*, org. B. A. Ogot (Nairobi: East African Publishing House, 1972), 134-148; B. Berman e J. Lonsdale, *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa. Vol. 2: Violence and Ethnicity* (Londres: James Currey, 1992), 134-148; e a obra de Daniel Branch focada nas divisões sociais dos Kikuyu e no papel dos *loyalists* no conflito. Branch, *Defeating Mau Mau...*, 2009.

cimentando divisões que tinham tido um carácter mais fluido antes dos planos desenvolvimentistas britânicos.

A resistência africana às políticas coloniais datava já do período entre-guerras. As primeiras expropriações e a consequente redefinição das dinâmicas socioeconómicas dos Kikuyu, que incluiu a introdução de novas hierarquias e formas de trabalho, geraram protestos vários. Apropriando formas de protesto e de associação utilizadas pelos britânicos para a participação na vida política da colónia, a criação da East African Association (EAE) visava a representação da população africana na assembleia legislativa da colónia¹²⁰. Defendendo os direitos dos Kikuyu sobre as terras férteis das quais tinham sido expulsos, a EAE lutava pelo aumento de salários e contra a proibição da produção de determinados bens agrícolas, como o café, e ainda contra a condenação de ritos comunitários pelos missionários cristãos. Mais tarde foi criada a Kikuyu Central Association (KCA) que reivindicava a abolição do sistema de controlo de trabalho e movimento dos trabalhadores - o *kipande* -, a introdução de uma reforma agrária abrangente e, também, a promoção de igualdade política e social¹²¹.

No pós-guerra, após a KCA ter sido proscriita pelas autoridades locais em 1940, o aumento da expropriação de terras em benefício dos britânicos, que viam nos projectos desenvolvimentistas no Quênia um novo *el dorado*, originou diferentes formas de protesto por parte dos Kikuyu. Esta situação conduziu à quebra das relações clientelares. Sem terra para explorar e, consequentemente, sem possibilidade de ascensão social nas áreas rurais, segregados e remetidos ao desemprego nos centros urbanos¹²², os Kikuyu mais desfavorecidos procuraram novas formas de reivindicação de poder. Ora pela associação ao nacionalismo moderado do movimento político do Kenya African Union (KAU), ora ingressando nas fileiras do Kenya Land and Freedom Army, intitulado pelas autoridades como Mau Mau.

Os primeiros distúrbios surgiram em meados de 1950 quando foram registados os primeiros ataques a infra-estruturas do poder local e identificados os ritos de juramento de lealdade como parte da estratégia de adesão ao movimento Mau Mau. Assim, as autoridades britânicas tentaram

¹²⁰ A East African Association foi criada em 1921 sob o comando de Harry Thuku. Após a prisão do presidente em 1922 num protesto, a associação foi-se desintegrando, dando lugar, em 1924 à Kikuyu Central Association.

¹²¹ F. Klose, *Human Rights ...*, 63.

¹²² Para uma análise da situação dos Kikuyu em Nairobi que explora questões como a segregação, a degradação económica e o desemprego como consequências da política de expropriação de terras e de ideias desenvolvimentistas adaptadas ao planeamento urbanístico veja-se Anderson, *Histories of the...*, 181-190.

criminalizar as cerimónias de juramento, colocando a responsabilidade de denúncia e contenção das mesmas aos chefes autóctones locais¹²³. Esta nova dinâmica inculcada pelas autoridades veio agudizar as divergências entre Kikuyu direccionando os ataques Mau Mau tanto para o poder colonial, como, e com mais incidência, contra os *loyalists*, gerando um conflito civil dentro da guerra colonial¹²⁴.

Em Junho de 1952, o governador da colónia, Sir Phillipp Mitchell, pediu o afastamento do cargo. Foi então nomeado para desempenhar a função Sir. Evelyn Baring, que se instalaria em Nairobi apenas a 29 de Setembro. Nesse hiato, os ataques por parte do movimento aumentaram em intensidade e proporção¹²⁵, ao mesmo passo que ia reforçando o número de apoiantes por via de cerimónias de juramento de lealdade entre os Kikuyu, a tribo mais lesada pelas reformas administrativas locais.

Indagado sobre a situação no Quênia em Julho, Oliver Lyttelton, secretário de Estado para as colónias, não partilhou estes acontecimentos na Câmara dos Comuns, pelo que não existiu discussão sobre as medidas que estavam a ser tomadas para lidar com um clima crescente de instabilidade e insegurança¹²⁶. Sem liderança local, a resposta do Colonial Office foi enviar um navio cruzeiro para Mombasa onde «as tropas desfilaram»¹²⁷ como símbolo do poder coercivo britânico.

Do primeiro conjunto de medidas tomadas por Sir Evelyn Baring, sete normas davam maior protecção a testemunhas e mais poder às autoridades para restringir o local de residência a pessoas ligadas a «sociedades fora da lei», como controlar o trânsito noturno e a produção de publicações

¹²³ Branch, *Defeating Mau Mau...*, 21.

¹²⁴ Para uma explicação mais detalhada sobre a guerra civil no Quênia veja-se Branch, *Defeating Mau Mau...*, 55-116.

¹²⁵ Registaram-se até 13 de Setembro 23 assassinatos (dos quais duas mulheres e três crianças), doze tentativas de assassinato, quatro suicídios, 24 incêndios a cabanas, doze ataques graves, uma igreja profanada e várias missões atacadas. Durante o mês de Setembro registar-se-iam mais 13 assassinatos, três suicídios, e a destruição de gado em larga escala de populações europeias. *Kenya: Mau Mau Attacks*, Debate na Câmara dos Lordes de 16 de Outubro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1952/oct/kenya-mau-mau-attacks>, acedido em 16 de Julho de 2017.

¹²⁶ Foram chamados reforços para as províncias afectadas, feitas «muitas detenções», imposto o recolher obrigatório, reforçado o poder dos magistrados e proibidas as reuniões públicas na maioria das regiões. *Kenya: Mau Mau Attacks*, Debate na Câmara dos Lordes de 16 de Outubro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1952/oct/kenya-mau-mau-attacks>, acedido em 16 de Julho de 2017.

¹²⁷ O navio cruzeiro foi enviado em Setembro, antes da chegada do novo governador. Não haviam quaisquer relatos de ocorrências na cidade ou nas províncias circundantes. *Colonial Affairs*, Debate na Câmara dos Comuns de 7 de Novembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/nov/07/colonial-affairs>, acedido em 16 de Julho de 2017.

indesejáveis¹²⁸. Na madrugada de 20 de Outubro de 1952 entrou em acção a Operação Jock Scott¹²⁹ e foi decretado o estado de emergência no território com a aprovação do Secretário de Estado para as Colónias. Da Grã-Bretanha saía um batalhão de fuzileiros para se juntar aos dois batalhões da King's African Rifles queniana e a mais um batalhão e duas companhias da mesma estrutura provindos do Uganda e do Tanganica, respectivamente¹³⁰.

Em Londres, a bancada parlamentar do Partido Trabalhista estava perplexa. Por um lado, pelo facto do secretário de Estado não ter comunicado aos deputados a situação no território nos debates anteriores sobre questões coloniais, bem como pela sua recusa na constituição de uma comissão independente que se dirigisse ao Quénia para verificar a situação. Por outro, pela ferocidade da resposta dos governos metropolitano e local que visava toda a população Kikuyu - controlo de movimentação, apreensão de gado, como forma de punição colectiva, detenções por mera suspeita e sem julgamento e a proibição de reuniões públicas -, o que poderia resultar na total alienação da tribo e, consequentemente, num reforço do movimento¹³¹. A utilização discricionária do poder por parte do governo local, com a aprovação tácita do executivo britânico, aumentou o descontentamento já existente para com as condições de vida precárias dos africanos na colónia, sobretudo os Kikuyu. A falta de investimento na educação e um plano de desenvolvimento que não ia ao encontro das necessidades das várias comunidades no território, insistindo no recurso à movimentação forçada de partes da população, eram algumas das razões assinaladas pelos deputados para as tensões sociais na colónia¹³².

As falhas de comunicação e contradições de informação que revelavam incompetência, tanto por parte do governo britânico como da administração local, preocupavam os deputados trabalhistas. Uma das grandes interrogações por parte dos trabalhistas era a extensão das

¹²⁸ *Kenya: Mau Mau Attacks*, Debate na Câmara dos Lordes de 16 de Outubro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1952/oct/kenya-mau-mau-attacks>, acedido em 16 de Julho de 2017.

¹²⁹ Foram presos 130 Kikuyu, os quais se presumia estarem ligados à liderança do movimento. Para uma análise detalhada da Operação Jock Scott, veja-se: Elkins, *Britain's Gulag...*, 35-38; e Anderson, *Histories of the...*, 61-63.

¹³⁰ *Kenya (Mau Mau Activities)*, Debate na Câmara dos Comuns de 21 de Outubro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1952/oct/kenya-mau-mau-activities>, acedido em 16 de Julho de 2017.

¹³¹ *Kenya (Situation)*, Debate na Câmara dos Comuns de 25 de Novembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/nov/25/kenya-situation>, acedido em 16 de Julho de 2017.

¹³² *Colonial Affairs*, Debate na Câmara dos Comuns de 7 de Novembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/nov/07/colonial-affairs>, acedido em 16 de Julho de 2017. O recurso a movimentações forçadas era prática na British East Africa. Desde a aquisição dos protectorados do Tanganica e do Uganda-Urundi que o governo central pretendia constituir um aparelho administrativo único para os três territórios. As movimentações forçadas eram um dos mecanismos prerrogativos da administração colonial para implementar os planos de desenvolvimento nas esferas local e regional.

consequências das ações violentas perpetradas por um grupo de indivíduos restrito, os Mau Mau, a toda a população Kikuyu. Outra centrava-se na perseguição e desmantelamento de grupos políticos como o KAU por terem membros da tribo nas suas fileiras e uma ideia de governação para o Quénia diferente daquela da administração britânica¹³³, apesar de mais moderada e sem recurso à violência propagada pelos Mau Mau. A longa estratégia britânica de administração colonial indirecta, agravada pela implementação de poderes discricionários ao nível local, traduziam uma acção controversa. O Colonial Office e a administração no Quénia tinham a tarefa conjunta de encobrir ou diminuir as consequências da política imperialista britânica que descurava o respeito pelos direitos humanos advogados em *fora* internacionais.

Na óptica do CICV, a situação constituía a oportunidade para um trabalho inovador e «particularmente interessante» no domínio da ação em África, mas a possibilidade de se estar perante um conflito colonial de cariz interno, dificultava uma tomada de decisão imediata. Neste caso, Comité deveria agir com a maior «prudência», debruçando-se estrita e claramente sobre o campo humanitário¹³⁴.

O estudo aprofundado, a ponderação e a prudência, revelam a intenção de uma acção efectiva, mas também a tendência conservadora que caracterizou a tomada de ação no Comité. Os conflitos em África exigiam uma estratégia cautelosa: por um lado, esta era uma esfera de ação problemática por se tratar de conflitos internos de carácter particular - lutas de independência face ao poder colonial - em geografias que o Comité tinha ignorado até então; por outro, o princípio de universalidade que regia a organização, requeria a sua acção em qualquer conflito que justificasse intervenção humanitária¹³⁵. O processo de análise verificou-se moroso e delicado, apesar do debate sobre o conflito no Quénia ter sido iniciado logo após a declaração do estado de emergência pelas autoridades britânicas. A princípio foram consultados vários especialistas sobre o panorama social em África e no Quénia em particular.

Um dos estudos utilizados pertencia a Jean Rusillon, ex-missionário nos Camarões, e debatia as perspectivas ocidentais sobre os africanos. A sua tese alertava para os limites desse conhecimento

¹³³ *Colonial Affairs*, Debate na Câmara dos Comuns de 7 de Novembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/nov/07/colonial-affairs>, acedido em 16 de Julho de 2017. Para maior detalhe sobre a detenção dos líderes do Kenya African Union veja-se Elkins, *Britain's Gulag...*, 35-46; e Anderson *Histories of the...*, 57 e 63-68.

¹³⁴ *Séance du jeudi 30 Octobre* de 1952, em BAG 209-003.001, ACICR.

¹³⁵ No caso, estes conflitos entravam na categoria de guerras civis.

e os preconceitos que daí advinham relativamente aos motivos e formas das aspirações à independência por parte dos povos indígenas. Num artigo publicado na *Globe* em 1952, Rusillon reflectia sobre a perspectiva eurocêntrica na percepção dos povos africanos e a falta de capacidade de «se ir verdadeiramente ao fundo da questão» quando se falava de «colonialismo, nacionalismo, segregação» sem se conhecer «as razões reais de todos estes movimentos»¹³⁶. Rusillon explanava, depois, as estruturas próprias destas sociedades, a forma como a intromissão externa veio desagregar sentidos de pertença e de unidade comunitária - a base estrutural africana em contraposição ao indivíduo na sociedade ocidental. Segundo o missionário, era imperativo que o ocidente se desligasse da imagem de desenvolvimento da «África Moderna» dos portos e das regiões industrializadas contrária à realidade vivida pela maior parte da população, cujo pensamento social era construído sobre o legado e tradição do seu passado comunitário e era nessa questão que residia o cerne da tensão entre as duas sociedades¹³⁷. O «feito colonial» desenvolvimentista formava a imagem de uma África alheada da realidade da maioria, que reivindicava não só a participação nesse cenário de desenvolvimento, como a liberdade para a construção de novos imaginários. Adicionalmente, o autor defendia a perspectiva de que os povos africanos precisavam ser formados para a independência e autogoverno. Numa entrevista com Pierre Gaillard, chefe da Divisão Executiva do CICV e responsável pelo caso queniano, Rusillon afirmou que «os Brancos» conservariam um papel «extremamente importante» na evolução e futuro da África desde o momento em que a sede de independência estivesse satisfeita. Os «negros» dar-se-iam «forçosamente conta da sua inferioridade técnica» conservando «toda a sua confiança nos brancos se estes se contentarem com o papel de técnicos, recusando o papel de dominadores»¹³⁸. Apesar de defender a necessidade de maior conhecimento sobre as comunidades autóctones, Rusillon demonstrou uma percepção paternalista acerca das populações africanas, inserida no ideário civilizacional dos anos 1950.

No seu estudo, Gaillard utilizou também o artigo «Les origines du mouvement Mau-Mau» de Fenner Brockway publicado na *Revue de la Politique Mondiale* jugoslava¹³⁹. O deputado do

¹³⁶ Rusillon, «L'Afrique Noire...», 3, em BAG 209-003.001, ACICR.

¹³⁷ *Idem...*, 5, em BAG 209-003.001, ACICR.

¹³⁸ *Entretien Pierre Gaillard et Jean Rusillon* de 13 de Outubro de 1953, em BAG 209-003.001, ACICR.

¹³⁹ F. Brockway, «Les origines du mouvement Mau-Mau», *Revue de la Politique Mondiale*, n. 5 e 6, Março de 1953, em BAG 200-108.001 ACICR. Fenner Brockway era à época deputado trabalhista e, segundo o editorial da revista, um «expert com reputação para as questões africanas».

Partido Trabalhista tinha visitado o Quénia várias vezes e investigado a situação da colónia anterior ao conflito. Afirmava-se como um apoiante da causa africana, mas mostrava-se horrorizado com os métodos utilizados pelos Mau Mau. Era necessário, no seu entender, compreender as causas do aparecimento deste movimento para se poder «lutar para as eliminar». Como Rusillon, Brockway apontava a destruição do «velho sistema da tribo por intermédio do qual se expressam os seus instintos, ideias e sentimentos» como causa da miséria social e económica dos Kikuyu e demais africanos no Quénia. A substituição dos anciãos como entidades de poder por administradores regionais que ignoravam as reivindicações dos Kikuyu fomentava um sentimento de revolta e desespero. Argumentava ainda que os avanços na medicina e tecnologia implementados pela administração britânica na colónia tinham criado, pela diminuição da mortalidade, uma situação de sobrepopulação e falta de terra, o principal meio de subsistência dos Kikuyu. Esta questão, aliada às dinâmicas de expropriação e segregação racial, assim como persistência de formas de escravatura implementadas nas herdades administradas por colonos europeus, criavam uma realidade de miséria psicológica e de impotência perante as autoridades, levando ao aparecimento do movimento Mau Mau. O deputado trabalhista acreditava no progresso planificado, na participação dos representantes de todas as raças presentes na colónia e na abolição de leis discriminatórias, conduzindo ao desenvolvimento e igualdade racial.

As duas perspectivas foram essenciais para a elaboração do primeiro relatório de Gaillard. Este surgiu após o envio do primeiro apelo para a assistência remetido pelo *Kenya Committee for Democratic Rights for Kenya Africans* a 29 de Março de 1954. O apelo instava o Comité a juntar-se ao protesto contra a repressão contínua na colónia que tinha vitimado, até à data, 4000 autóctones¹⁴⁰, através do envio de um comunicado ao Colonial Office, ao governador do Quénia e às Nações Unidas na data de celebração do *Empire Day*, constituído uma oportunidade para que o caso queniano fosse debatido internacionalmente¹⁴¹.

O relatório de Gaillard começava por apontar que, «devido ao seu carácter particular e à barbárie do ambiente repressivo», os britânicos poderiam negar uma eventual intervenção do CICV. Não obstante, questionava se o Comité, tendo em conta o sofrimento causado por um diferendo «cada vez mais enraizado», poderia continuar a ignorar a situação por completo. Gaillard

¹⁴⁰ Segundo dados da House of Commons. Carta recebida pelo CICV a 29 de Março de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁴¹ O *Empire Day* celebrar-se-ia a 24 de Maio.

referia como as questões apontadas por Brockway se tinham tornado num terreno fértil para o aparecimento e desenvolvimento das actividades dos Mau Mau. As causas do conflito podiam ser sintetizadas em três grandes questões: a «miséria social», pela destruição do modo de vida ancestral dos Kikuyu¹⁴² e a sua substituição por um sistema que transformara os chefes tribais em instrumentos da administração colonial, provocara graves sublevações e uma ruptura completa do equilíbrio no qual os africanos viviam; a «miséria económica» suscitada pelas sucessivas políticas de expropriação de terras e deslocação forçada; e finalmente, a «miséria psicológica» derivada da discriminação racial que penetrava «todos os aspectos da vida quotidiana», em «todos os domínios da sua existência», pois «por todo o lado os africanos são obrigados a sentir-se inferiores no seu contacto com a população branca».

Partilhando da opinião dos outros especialistas, o chefe de secção denunciou a desproporção da resposta britânica depois dos acontecimentos do início de Outubro de 1952. A situação tinha-se agravado a tal ponto que a poderiam classificar de «semi-militar», assemelhando-se mais a uma guerra do que a um estado de emergência. O secretário de Estado para as colónias britânico, Sir. Oliver Lyttleton, tinha declarado que, apesar do seu «carácter bárbaro», o movimento Mau Mau, tinha-se transformado num movimento de «resistência nacional», exigindo um reforço de medidas por parte do governo em Maio de 1953¹⁴³. No final do ano a situação era «tão grave» que a opinião pública britânica e mundial começava a preocupar-se com os abusos decorrentes dos métodos de repressão¹⁴⁴. Finalmente, Gaillard referia um relatório que afirmava que os territórios vizinhos, sobretudo o Tanganica, para onde milhares de Kikuyu se tinham deslocado a partir de 1951, tinham sido «contaminados» por elementos Mau Mau.

A crítica de Gaillard à passividade ou inércia do CICV torna-se fulcral para compreender a importância de uma ação atempada. Foi durante o ano de 1953, em que o Comité se colocou na margem da acção, que se observaram os maiores desenvolvimentos dos actos de repressão por

¹⁴² No relatório apresentado por Pierre Gaillard a população do Quénia totalizava os 5.405.000 habitantes, entre os quais 35.000 europeus, 100.000 asiáticos, 20.000 árabes e 5.250.000 africanos. Entre os africanos, os Kikuyu representavam mais de um quinto da população, sendo a tribo mais populosa no território. Pierre Gaillard, *Note pour le Comité*, de 6 de Abril de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁴³ As medidas consistiam em: instauração de um comando militar, especialmente criado para o Este Africano e confiado ao General Erskine, recentemente nomeado Comandante-chefe Geral para o Oriente; recurso à Royal Air Force para o bombardeamento de centros de actividades Mau Mau e de tanques de guerra para combate e bloqueio; migração forçada de indivíduos para aldeamentos; e, utilização de métodos de isolamento e bloqueio «por forma a que os rebeldes perecessem pela fome».

¹⁴⁴ Segundo os números oficiais britânicos relativos aos africanos, que Gaillard utilizava como fonte, registavam-se 3399 mortos, 1380 prisioneiros e 363 feridos.

parte das autoridades britânicas. Foi também nesse ano que se colocou o problema dos refugiados Kikuyu no Tanganica e das medidas tomadas face a essa população deslocada. Nesse hiato, não existem relatos de tentativas de ação do CICV perante as autoridades britânicas em Nairobi ou em Londres.

O relatório de 1954 refere ainda as possíveis obstruções a uma eventual acção do Comité: a já conhecida oposição das autoridades britânicas à intervenção do CICV em situações semelhantes¹⁴⁵, depois, e segundo a sua aceção, o facto de não haver, entre os autóctones, a concepção de caridade, e, finalmente, a dificuldade em intervir imparcial e neutralmente pela possível associação dos representantes do Comité às autoridades britânicas por parte dos autóctones que não estavam familiarizados com os princípios do MICV. Para Gaillard «seria triste se o CICV fosse entendido como uma instituição branca, esquecendo os seus princípios fundamentais, quando os povos de cor e primitivos estão em causa». Sugeriu então que se precedesse a acção do Comité de uma fase de «educação das gentes a favor das quais» se propunham intervir, nomeadamente porque a Cruz Vermelha Britânica (CVB) representava, na óptica dos autóctones, os europeus parte do conflito.

No decorrer do mês de Abril, o Grupo de Actividades Externas do CICV decidiu em reunião: que o caso do Quénia se enquadrava nos casos justificativos de intervenção dentro dos conflitos internos ou guerra civil; que era necessária uma primeira sondagem às autoridades britânicas em Londres antes de qualquer acção em Nairobi; mas que o apelo feito pelo *Kenya Committee for Democratic Rights for Kenya Africans* deveria ser arquivado¹⁴⁶, impedindo que o caso queniano fosse denunciado nas Nações Unidas com o apoio de uma organização independente da importância do CICV.

Tal como o apelo, o caso queniano parece ter sido novamente direccionado para um limbo no qual permaneceu até meados do ano seguinte. Durante esse período, foram várias as discussões, trocas de informação e críticas dentro da esfera do CICV com Pierre Gaillard enquanto ponto de ligação entre interlocutores, e que ajudam a compreender os pontos de vista dos actores relativamente ao caso em si e à necessidade de mudança dentro da organização.

As autoridades britânicas locais tinham instaurado um conjunto de medidas coercivas entre as quais eram referidas a deslocação forçada de Kikuyu e membros de outras tribos para

¹⁴⁵ Referia-se ao conflito na Malásia.

¹⁴⁶ Pierre Gaillard, *Note au C.I.C.R.*, de 19 de Novembro de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

aldeamentos – um «modo de acção [...] completamente errado no Quénia [e que reflectia] o problema dos Kikuyu, assim como de toda a África negra»; a criação de tribunais especiais encarregados de julgar todos os africanos suspeitos de simpatizar com o movimento Mau Mau bem como os membros da KAU; o substancial aumento de prisioneiros - de 46.500 em Dezembro de 1953 para 83.000 em Junho do ano seguinte; e a decisão de manutenção dos campos de prisioneiros com o intuito de os «normalizar». A preocupação com o desenrolar do conflito fez com que o Comité Internacional contactasse a Cruz Vermelha Britânica. Segundo o relatório de actividades da Sociedade Nacional, várias equipas da CVB no Quénia tinham organizado centros de primeiros-socorros e de assistência social somente em benefício das vítimas «negras ou brancas» dos Mau-Mau, sendo que nos campos de prisioneiros, ajudava na assistência médica e nutricional exclusivamente a crianças¹⁴⁷. Desta forma, o relatório demonstrava que a Cruz Vermelha Britânica tinha, por um lado, uma acção parcial na assistência às vítimas do conflito e, por outro, falhado no respeitante à denúncia de medidas repressivas como o confinamento em massa de adultos e crianças.

Gaillard estabelecia contacto regular com o delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha para a África Central Britânica, Geoffrey C. Senn, desde Novembro de 1954. Sediado na Rodésia, há dezasseis anos que Senn acompanhava de perto os acontecimentos no continente africano. O seu olhar crítico das várias realidades africanas e do papel da CICV acrescenta o valor da experiência no terreno às perspectivas dos actores humanitários, levantando novas questões e contribuindo para uma ação efectiva por parte do Comité. Na primeira troca de correspondência, o delegado defendeu uma intervenção independente do Comité no Quénia e a importância da diferenciação entre a necessidade de supressão da acção Mau Mau e meios utilizados para atingir esse fim¹⁴⁸. Não havia, na sua opinião, nenhuma organização que tivesse mostrado interesse no bem-estar dos detidos talvez porque, por um lado, estariam impedidas de intervir no terreno e, por outro, pela demonstração de «solidariedade nacional» para com os britânicos¹⁴⁹.

O sentimento de solidariedade nacional reflectia-se também na CVB. Como foi anteriormente indicado¹⁵⁰, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha respondiam directamente

¹⁴⁷ Pierre Gaillard, *Note au C.I.C.R.*, de 19 de Novembro de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁴⁸ Carta de Geoffrey C. Senn para Miss. Odier, de 15 de Novembro de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁴⁹ Carta de Geoffrey C. Senn para Pierre Gaillard, de 14 de Fevereiro de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁵⁰ Veja-se «Introdução» na presente tese.

às autoridades nacionais, mantendo uma estreita relação de cooperação. Não obstante, os valores universalistas do MICV, justificavam uma colaboração mais efectiva com o Comité, bem como a assistência a todas as vítimas do conflito. Em 1951, o delegado visitou a sede da Cruz Vermelha na colónia britânica, verificando que os europeus dominavam a organização e que este facto não só era tido localmente como satisfatório, mas como o único possível. Uma qualquer mudança suscitada por pressão externa seria vista como hostil: «Um colono nunca admitirá que qualquer outra pessoa tenha capacidade para compreender e lidar» com a «população indígena», para «resolver problemas» ou, segundo a sua opinião, «explorar a população indígena e manter o estado actual das coisas, ou seja, a exploração»¹⁵¹.

O lema da Cruz Vermelha «acima de cor, raça, credo ou classe» acabava por se diluir nas colónias devido à perspectiva social dos colonos europeus. A CVB tinha por isso decidido não dar assistência aos africanos não *loyalists*, por considerar estar a intrometer-se em questões de política colonial. O que justificava este comportamento? Senn equiparava os actos da CVB no Quénia àqueles da Cruz Vermelha Alemã nos campos de detenção nazis: «Os alemães pelo menos tinham a desculpa de estarem dominados e aterrorizados pelo regime nazi. Tem a Cruz Vermelha Britânica desculpa semelhante?» Estava certo que a CVB não estava a prestar assistência a todos os indivíduos pois tal atitude teria sido divulgada pela imprensa. Era necessária uma intervenção externa e o delegado dispunha-se a efectuar uma missão a Nairobi com representantes de organizações de integridade social, racialmente indiferentes e politicamente neutras, desvinculadas da CVB que, na sua opinião, deveria ser afastada de qualquer tentativa de negociação com Londres.

Como Gaillard, e apesar de compreenderem as dificuldades inerentes a uma intervenção externa, Senn mostrou-se crítico da inércia do Comité perante a situação. Ao contrário do seu interlocutor, o delegado não se revia na posição paternalista da organização de «reformular a mentalidade de europeus e africanos para se poder dar assistência». O CICV não tinha deixado de assistir prisioneiros gregos considerados terroristas perante a lei e aos olhos da comunidade envolvente: «Não consigo assumir que a diferença esteja no facto de os Mau Mau serem não-europeus e pagãos»¹⁵². Gaillard também já tinha compreendido que os africanos não estavam desprovidos de sentido humanitário e de capacidade técnica para criar e gerir métodos de

¹⁵¹ Carta de Geoffrey C. Senn para Pierre Gaillard, de 29 de Junho de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

¹⁵² Carta de Geoffrey C. Senn para Pierre Gaillard, de 14 de Fevereiro de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

assistência¹⁵³. Era a Cruz Vermelha que necessitava de reforma. A diversificação da instituição era imperativa para a adaptação ao que estava a acontecer em África e às possíveis consequências desses conflitos. A educação da população passava pela integração de elementos nativos na estrutura das Sociedades Nacionais para que se construísse confiança na sua imparcialidade e não por uma primeira abordagem de reforma de mentalidades.

Em Junho de 1955, o Comité Internacional decidiu abordar as autoridades britânicas tendo em conta uma possível intervenção no Quénia, depois de nova iniciativa de Gaillard para alertar a importância crucial de um contacto com as autoridades para pelo menos ficar registada a acção e seu resultado. As negociações tiveram início no mês seguinte, por via da Cruz Vermelha Britânica – contrariamente às indicações de Geoffrey Senn, o único representante do CICV na África subsaariana envolvido nos debates. Nos dois anos posteriores, a CVB participou activamente no bloqueio à intervenção do CICV em total cooperação com o Colonial Office. Por estes motivos, o Comité Internacional só levaria uma delegação de exploração ao Quénia em 1957¹⁵⁴.

A recepção do caso argelino no CICV e no ACNUR

Tal como a Grã-Bretanha, e mais afectada pela Segunda Guerra Mundial, a França colocou no império a última esperança de reafirmação da sua *grandeur* dentro das novas dinâmicas do cenário internacional. O império tornou-se fulcral para a manutenção da independência francesa face às investidas totalitárias europeias durante a primeira metade do século¹⁵⁵. Após o conflito, revelou-se central para a sua recuperação económica e afirmação diplomática e geopolítica, num mundo crescentemente bipolar. Essencial para esta equação, a manutenção do território argelino¹⁵⁶ - parte integrante da França desde 1848¹⁵⁷ -, tanto a nível prático como simbólico, constituiu o desafio derradeiro enfrentado por Paris para a conservação do império francês.

¹⁵³ Pierre Gaillard, *Note d'information*, de 14 de Julho de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR. Gaillard informava o Comité do relato de um artigo do *Le Monde* do mesmo dia que indicava a existência de um hospital clandestino Mau Mau, mostrando-se surpreendido com as capacidades dos africanos ao nível técnico e psicológico.

¹⁵⁴ Devido às limitações exploradas no Capítulo I, o ACNUR não interviu no caso queniano.

¹⁵⁵ Klose, *Human Rights...*, 28; F. Cooper, *Decolonization and African Society: The Labour Question in French and British Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 177.

¹⁵⁶ Depois da recuperação do Norte de África em 1942, os apoiantes da França Livre de de Gaulle sediarão-se em Argel, onde foi estabelecido o Commissariat aux Colonies du Comité Français de la Libération Nationale.

¹⁵⁷ Pelo Artigo 109.º da Constituição da Segunda República: «Le territoire de l'Algérie et des colonies est déclaré territoire français, et sera régi par des lois particulières jusqu'à ce qu'une loi spéciale les place sous le régime de la

Seguindo uma estratégia semelhante à britânica, a França estabeleceu um conjunto de reformas para os territórios do império. Em Dezembro de 1943 o Comité Français de la Libération Nationale prometeu implementar uma política de reformas compreensiva que afectava as populações da Argélia, Indochina e Madagascar, reafirmada na Conferência de Brazzaville¹⁵⁸ da qual saíam, entre outras, as seguintes directivas: abolição do trabalho forçado e do *code de l'indigénat*¹⁵⁹, substituído pelo novo *code de travail*, a criação de um programa de investimento para a modernização dos territórios ultramarinos e a reorganização do império em estruturas federais¹⁶⁰. A formalização legal destas medidas foi efectuada dois anos depois, em 1946, com a promulgação de uma série de normas fundamentais¹⁶¹ para a estratégia francesa de assimilação e desenvolvimento económico que culminaram com a revisão constitucional de Outubro que alterava a nomenclatura colonialista¹⁶². Esta parecia ser uma derradeira tentativa de Paris para proclamar o fim do colonialismo sem perder os territórios e implementar respostas sem ceder qualquer poder¹⁶³.

présente Constitution.» *Constitution de 1848, IIe République*, <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1848-ii-republique.5106.html>, acedido a 7 de Fevereiro de 2018. Em Outubro de 1871 a Argélia seria dividida territorialmente em três departamentos, ficando a responsabilidade de tutela a cargo do ministro do interior. A 24 de Outubro de 1870 foi ainda aprovado o «Decreto sobre a naturalização dos indígenas muçulmanos e dos estrangeiros residentes na Argélia» que conferia a estes indivíduos o direito de cidadania francesa, podendo, dentro de determinados parâmetros - a concessão de cidadania estava sujeita à rejeição ao islão e outras especificidades culturais argelinas e à ingressão no serviço militar -, eleger representantes para a Assembleia Nacional na metrópole.

¹⁵⁸ Na Conferência de Brazzaville foram debatidas as soluções possíveis para solidificação e unificação do império. Era necessário que o império fosse eficiente e que a sua legitimidade estivesse assegurada. Segundo Frederick Cooper, apesar das suas limitações percepcionais do africano enquanto atrasado, Brazzaville abriu a porta para a discussão sobre reformulação do império, dando às questões sociais de inclusão e democratização um novo fôlego, integrando-as nas aceções de universalidade do império francês. Cooper, *Decolonization and African...*, 180-183.

¹⁵⁹ O *code de l'indigénat* foi um conjunto de textos normativos aplicados no império francês que, visando subjugar os indígenas à economia monetária, descartava a protecção legal dos cidadãos autóctones e permitia o recurso ao trabalho forçado e a punições disciplinares por parte dos colonos, legalizando a violência na administração colonial. Desde o primeiro código que identificava 33 infrações possíveis em 1882, o *code de l'indigénat* foi sofrendo alterações na primeira metade do século XX, sobretudo no período entre-guerras, mas que pouco se verificaram na prática. Na Argélia a abolição dos poderes de polícia dados aos administradores em 1928 não teve efeitos práticos e só em 1944, com a promulgação do decreto que abolia o código, pela mão do General Catroux, foram promovidas mudanças, ainda que, como se verá mais adiante, tiveram um efeito prático limitado.

¹⁶⁰ Klose, *Human Rights...*, 54.

¹⁶¹ O *code de l'indigénat* foi formalmente abolido a 20 de Fevereiro de 1946 (na Argélia a abolição do código foi decretada a 17 de Março de 1944), seguindo-se a proibição do trabalho forçado e a aprovação dos Fonds d'Investissement pour le Développement Économique et Social des Territoires d'Outre-mér (FIDES) em Abril, e a aprovação da Lei Lamine-Guèye a 7 de Maio que alterava o estatuto formal dos sujeitos colonizados para cidadãos franceses.

¹⁶² O império colonial francês passaria a ser conhecido como União Francesa e as colónias por departamentos ou territórios ultramarinos.

¹⁶³ Klose, *Human Rights...*, 56.

A nova Constituição de 1946 pôs termo à visão disseminada a partir da década de 1920 que concebia o império francês como um conjunto de culturas e nacionalidades diferentes sob uma instância imperial que tinha como função a manutenção da ordem e a preservação das várias tradições culturais¹⁶⁴. A partir de 1946, Paris tentou propagar a ideia de uma França una e democrática, cujos cidadãos, dentro e fora da metrópole, beneficiavam dos mesmos direitos. No entanto, esta ideia, que pretendia pacificar o império face às possíveis repercussões do processo revolucionário na Indochina nos restantes territórios, acabou por fomentar, indirectamente, os movimentos de resistência à presença colonial.

A reforma constitucional permitia a certos cidadãos - *évolués*¹⁶⁵ - a participação nos assuntos da União Francesa pela eleição de representantes para a Assembleia Nacional em Paris¹⁶⁶, utilizada como veículo para que as reivindicações de assimilação e igualdade fossem divulgadas. Em Setembro do ano seguinte, as autoridades francesas proclamaram ainda um outro estatuto para a Argélia que anunciava um novo conjunto de mudanças: foi garantida co-determinação política à população árabe; estabeleceu-se a Assembleia Argelina, que tinha funções legislativas no que dizia respeito a questões de cariz sócio-económico e financeiro local; e o árabe passou a constar como segunda língua oficial no território. Apesar da sua instauração, a capacidade política da Assembleia Argelina era defraudada por três questões: pela sub-representatividade dos cidadãos autóctones; pela necessidade de maioria agravada para a aprovação de propostas; e pela complexidade do processo de aplicação dos textos que permitia a Paris torná-los ineficientes¹⁶⁷. A reforma constitucional tinha, por isso, uma função de legitimação formal e externa do império francês, sob a fachada de uma reforma assimilacionista *de facto* que cimentava, pelo contrário, divisões entre a população. Os debates que a reforma suscitou em volta da questão do que representava a cidadania francesa tanto em Paris como em Argel, aliados às condições precárias em que viviam a maioria dos argelinos, serviriam de mote principal às reivindicações da resistência anticolonial.

¹⁶⁴ Cooper, «Desenvolvimento...», 211-261.

¹⁶⁵ Cidadãos originários das colónias que tinham recebido uma educação francesa na metrópole. Segundo Frederick Cooper, Paris deu um maior reconhecimento aos *évolués*, criando um modelo de sociedade colonial composto por duas classes diferentes: os *évolués* ou evoluídos, considerados como uma elite colonial que tinha acesso às instituições francesas; e os camponeses ou *paysans*, onde se encontrava a maioria dos autóctones, cujas condições de produção, reprodução e ação política eram descoradas. Cooper, «Burocratas Modernizadores...», 129-171.

¹⁶⁶ Estes representantes dos territórios ultramarinos tinham direito a voto na Assembleia Nacional. Porém a limitação de assentos no órgão legislativo impossibilitava uma prática governativa a favor das populações do ultramar francês.

¹⁶⁷ Klose, *Human Rights...*, 83; e Planchais, *L'empire embrasé ...*, 226.

A reforma constitucional de 1946 preparou Paris na frente externa, em resposta à tentativa de aplicação do Artigo 73.º da Carta das Nações Unidas ao território Argelino¹⁶⁸. A França, tal como a Grã-Bretanha, apesar de vetar a instauração do Comité de Informação na ONU, decidiu participar nos trabalhos do mesmo. A estratégia da delegação francesa era de transmitir informação sobre os territórios por si administrados com excepção daqueles que faziam parte integrante dos Estado francês, fazendo-se valer do Artigo 2º, alinha 7) da Carta das Nações Unidas, que impedia a intervenção em assuntos de jurisdição interna. Assim, segundo a delegação francesa nas Nações Unidas, no caso argelino a fronteira limitava a jurisdição internacional, já que a Assembleia Geral não tinha qualquer competência para intervir em assuntos internos. O assunto não viria a ser mencionado no Comité de Informação até ao final da década¹⁶⁹.

As preocupações francesas com a assimilação *de jure* dos povos colonizados veio ainda causar constrangimentos no que diz respeito ao desenvolvimento das colónias. A abolição do trabalho forçado e a representação, ainda que desproporcional, das comunidades autóctones nos órgãos legislativos dificultou a aplicação dos planos de desenvolvimento no âmbito do FIDES necessários para a modernização e eficiência do império: o investimento na industrialização e urbanismo implicava mudanças nos tecidos sociais, gerando novas frentes de conflito¹⁷⁰. Para além disso, uma série de factores contribuíram para a desilusão desenvolvimentista: a falha no desenvolvimento anterior das infra-estruturas locais e a falta de pessoal especializado dificultou a gestão de bens e fundos provenientes da metrópole, atrasando a implementação dos planos; os fundos de capital para o desenvolvimento não eram suficientes e a promoção de investimento do sector privado (prevista pelo FIDES) provou ser ineficaz; finalmente, a incapacidade de

¹⁶⁸ O pedido de transmissão de informação foi feito pelo Comité Especializado de Informação, estabelecido pela Resolução 146 (III) de Novembro de 1947. A criação do Comité foi oposta imediatamente pela Grã-Bretanha e pela França, mas sem sucesso. As duas potências coloniais como fundadoras da organização e, por isso parte integrante do processo de elaboração da Carta das Nações Unidas, encontrava-se numa posição comprometedor se negassem cumprir o estabelecido na Carta e as recomendações aprovadas pelo Comité. Londres e Paris desenvolveram, assim, as suas próprias estratégias por forma a não comprometerem nem as suas políticas coloniais, nem a manutenção do *status quo* tanto ao nível interno como ao nível diplomático dentro da ONU.

¹⁶⁹ Mesmo em 1960, aquando de um ataque por parte do representante ucraniano à delegação francesa na 1050.ª reunião do Comité, o presidente da sessão referia que, segundo o seu conhecimento, nunca havia sido pedida informação à França sobre a Argélia

¹⁷⁰ Segundo o ministro das colónias Marius Moutet em Abril de 1946, o desenvolvimento dos territórios não dependeria de mão-de-obra não qualificada, dando-se primazia a recursos mecânicos. Assim, as comunidades rurais não seriam forçadas a deslocar-se para as áreas urbanas, mantendo o seu *modus vivendi*. Na realidade, o que acabou por acontecer na Argélia, como noutras colónias francesas, foi a deslocação em massa de trabalhadores para os centros urbanos criando gigantescos bairros de lata ao redor das principais cidades. Marius Moutet, citado por Frederick Cooper em Cooper, *Decolonization...*, 195.

compreender as características sociais e infra-estruturais africanas, a norte e sul do Sahara, levaram ao desperdício considerável de fundos¹⁷¹. Em meados da década de 1950, as teorias desenvolvimentistas para África eram na sua generalidade encaradas com cepticismo pela incapacidade da metrópole e dos poderes locais em compreender a realidade africana no seu todo.

Ao desgaste das autoridades francesas na esfera internacional e à desilusão com as medidas de que eram responsáveis juntava-se a decepção da população autóctone, que se vinha radicalizando contra a persistência do poder francês. A estratégia de alterações constitucionais propostas pelo governo de Paris, aparentava mudar as dinâmicas sócio-políticas sem alterar as relações desiguais de poder. Os planos de fomento a partir dos FIDES, acompanhados pelo impulso à migração francesa para o território argelino, traduzem uma intensificação do poder colonial que as populações locais entendiam como atitude mais severa e ameaçadora¹⁷².

As manifestações de resistência começaram por surgir dentro do sistema criado pelas próprias autoridades francesas. No período entre-guerras, surgiram movimentos políticos constituídos pelos designados *évolués* que, mesmo fora da realidade da maior parte da população argelina¹⁷³, procuravam pressionar o governo de Paris. Tanto na metrópole como na Argélia, a multiplicação de movimentos de protesto e de partidos políticos criou uma teia complexa de reivindicações incluindo questões diversas e divergentes de assimilacionismo, afirmação de um islão reformado pela integração do campesinato, assim como reivindicações do movimento operário.

No prelúdio da Segunda Guerra Mundial, diferentes movimentos de resistência ganharam força devido à incapacidade e desinteresse das autoridades em implementar reformas que correspondessem às suas reivindicações agravando a realidade sócio-política para a população autóctone. Mais tarde, a participação na guerra onde lutavam ao lado de «compatriotas» franceses¹⁷⁴ e eram sujeitos à exploração da repressão colonial pela propaganda alemã, ajudou às reivindicações de cidadania. A partir dos anos 1930, o aumento demográfico e a incapacidade

¹⁷¹ *Idem*, 401-406.

¹⁷² J. Darwin, *The End of Empire: The Historical Debate* (Oxford: Oxford University Press, 1991), 89.

¹⁷³ Os primeiros movimentos surgiram no seio do movimento operário argelino ou nas universidades em França e não no território. Benjamin Stora justifica esta questão pelas condições que caracterizaram a presença colonial francesa na Argélia: políticas de povoamento europeu, expropriação massiva de terras e a divisão do território em departamentos contrária aos sistemas de protectorado em Marrocos e na Tunísia. Stora, *Histoire de l'Algérie ...*, 2004.

¹⁷⁴ Segundo Benjamin Stora, o sentimento de compatriotismo reforçava a ideia de igualdade entre argelinos e franceses. B. Stora, *La gangrène et l'oubli...*, 128.

infra-estrutural para responder às necessidades da população rural levou à degradação das condições de vida: a proporção de pequenos proprietários árabes diminuiu cerca de um quinto, as colheitas foram mais fracas que em períodos anteriores e a produção de gado estava em grande parte destruída, conduzindo a êxodos em massa para os subúrbios de Argel, onde mais de um milhão de argelinos estavam desempregados e sem qualquer forma de subsistência, segundo fontes oficiais¹⁷⁵.

Na viragem da década para 1940, os discursos dos vários movimentos de resistência confluíam no nacionalismo associado à ideia de independência argelina. Em 1943 o nacionalismo argelino foi afirmado pelo *Manifeste du Peuple Algérien* de Ferhat Abbas que uniu os três maiores movimentos de resistência à época - o Parti du Peuple Algérien (PPA), a Fédération des Élus e os Oulémas. A rejeição do manifesto pelas autoridades francesas em 1944 desencadeou uma série de protestos aos quais a população aderiu de forma crescente e que culminaram numa repressão violenta em 1945 com os massacres de Sétif, Guelma e Kherrata¹⁷⁶. O recurso à violência a 8 de Maio e nas semanas seguintes veio destruir a legitimidade para a reforma político-social que Paris tentava implementar na Argélia. A participação em redes de resistência transnacionais no período entre-guerras permitiu aos movimentos de protesto argelinos preparar e consolidar ideais que rapidamente se adaptavam ao *mementum* do pós-guerra, bem como internacionalizar a questão argelina nos *fora* internacionais, captando apoios decisivos a nível regional e transcontinental.

As dinâmicas locais contribuía também para o desenvolvimento da agência de protesto. Caracterizado pelo dinamismo e espírito empreendedor fomentados pelo desenvolvimentismo económico, um grupo de proprietários de terras europeu monopolizava o poder político e económico, constituindo uma oligarquia que dominava as reformas no território¹⁷⁷. Enquanto isso, 80% da população autóctone trabalhava em pequenas produções e com solos pobres¹⁷⁸, somente

¹⁷⁵ Klose, *Human Rights...*, 83.

¹⁷⁶ Os massacres de Sétif Guelma e Kherrata foram uma sucessão de respostas violentas entre 8 de Maio e 26 de Junho de 1945 a manifestações pró-independentistas e anti-colonialistas argelinas que causaram milhares de vítimas argelinas (3000 segundo as estatísticas oficiais, mais tarde estimadas entre 15000 e 45000) e cerca de uma centena de vítimas europeias. Para informação mais detalhada sobre os massacres em territórios coloniais perpetrados pela IV República veja-se Y. Benod, *Massacres Coloniaux 1944-1950: La IVe République et la mise au pas des colonies françaises* (Paris: La Découverte, 2000); R. Ainad-Tabet, *Le 8 mai 1945 en Algérie* (Argel: OPU, 1985); e P. M. De la Gorce, *L'empire écartelé 1936-1946* (Paris: Denöel, 1988).

¹⁷⁷ Na Assembleia Argelina, os deputados autóctones eram, em grande parte, «fabricados pela máquina administrativa e votam como os conservadores europeus». Planchais, *L'empire embrasé...*, 224.

¹⁷⁸ O investimento previsto nos sectores de «avanço rural» (que beneficiariam trezentas mil famílias) e de defesa e restauração dos solos (trinta mil hectares por ano) não avançava desde o início do século. *Idem*, 222.

15% dos homens e 6% das mulheres sabia falar francês, e menos 13% das crianças muçulmanas eram escolarizadas¹⁷⁹. Este fosso que atravessava todos os aspectos do quotidiano dos argelinos traduzia a incapacidade de engajamento entre as duas comunidades, perpetuando preconceitos paternalistas redutores e tentativas legislativas de atenuar o problema¹⁸⁰.

Por outro lado, o relativo sucesso das duas grandes formações nacionalistas recentemente reorganizadas - a Union Démocratique du Manifeste Algérien (UDMA)¹⁸¹ e o Mouvement pour le Triomphe des Libertés Démocratiques (MTLD)¹⁸² - e o surgimento de uma nova massa crítica formada por ex-combatentes na Indochina e na Segunda Guerra Mundial, discutindo o papel dos argelinos no combate aos movimentos anticoloniais na Ásia, espelhavam a crescente conscientização da população para resistência anticolonial. Em Março de 1954 foi fundado o Comité Révolutionnaire d'Unité et d'Action (CRUA) que rapidamente estabeleceu uma rede de contactos via delegação do MTLD no Cairo. Com o apoio da Liga Árabe, do Comité de Libertação do Maghreb e com a captação de antigos combatentes como Ahmed Ben Bella, que tinha o apoio expresso de Gamal Abdel Nasser, e de antigos líderes do MTLD como Mohamed Khider e Hocine Aït Ahmed, os líderes do CRUA mobilizaram-se, fora e dentro do território, para organizarem a luta armada. Entre 10 e 24 de Outubro, num conjunto de reuniões, o CRUA foi renomeado Front de Libération Nationale, reforçada militarmente pelo Armée de Libération Nationale (ALN). Na noite de 31 de Outubro para 1 de Novembro, a orquestração de 70 atentados ficou aquém das expectativas tecnicamente, mas o primeiro passo estava dado para a escalada do conflito.

A reacção metropolitana aos atentados foi de choque, por um lado, e de firmeza, por outro. As últimas informações, datadas do final de Outubro, recebidas pelo Governador-Geral indicavam um clima pacífico em solo argelino. Para o governo de Pierre Mendès France, perder a Argélia depois da humilhação na Indochina era inconcebível e alarmante. Na reunião da Assembleia Nacional a 12 de Novembro, o ministro do interior François Mitterrand afirmava «[a] Argélia é a

¹⁷⁹ 18% se contempladas as escolas corânicas. Estes dados são de 1948. *Ibidem*, 222.

¹⁸⁰ A título de exemplo, a tentativa do governador geral Yves Chantaineu de substituir na terminologia oficial o termo «indígenas» por «muçulmanos» sofreu uma feroz oposição por parte dos oligarcas. *Ibidem*, 225.

¹⁸¹ Em 1946, os Amis du Manifeste et de la Liberté formaram a UDMA cuja figura principal seria Ferhat Abbas. Com ideias de cariz moderado, Ferhat Abbas foi eleito para a Segunda Assembleia Constituinte, apresentando uma proposta de lei que defendia uma república argelina autónoma, federada à França, soberana apenas em matérias legislativas e financeiras. A proposta não chegou, no entanto, a ser debatida.

¹⁸² O MTLD foi criado também em 1946 a partir do esqueleto do PPA, tendo como figura principal Messali Hadj, que ressurgia na cena política depois de um período de exílio no Gabão. A posição dos messalistas foi desde o início mais radical, defendendo uma Constituinte Argelina e a retirada das tropas francesas do território.

França, porque os departamentos da Argélia são os departamentos da República Francesa. Da Flandres ao Congo [...] em toda parte a lei é necessária e é a lei francesa». Da França saiu uma divisão da força aérea para pacificar a região dos Aurès à qual se juntaram dez batalhões de forças terrestres. Na visão de François Mitterrand, era necessário pacificar a Argélia para poder proceder às reformas necessárias¹⁸³.

Abordagem ao conflito argelino pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha

A instabilidade no Norte de África vinha a ser observada pelo Comité Internacional desde 1952 devido às reivindicações de independência da Tunísia e de Marrocos, mas havia uma certa ideia de estabilidade no território argelino, pelo seu estatuto diferenciado¹⁸⁴. Dois anos mais tarde, o CICV recebeu as primeiras notícias sobre distúrbios na Argélia.

A 8 de Novembro de 1954, Pierre Gaillard escreveu uma nota ao Comité baseada em relatos de imprensa sobre os tumultos em Aurès, o maciço montanhoso perto da fronteira com a Tunísia onde os *fellaghas* procuravam refúgio¹⁸⁵. Os tumultos em Aurès duravam já há alguns meses e, segundo Gaillard, podiam estar relacionados com os distúrbios na Tunísia. Contavam-se 71 mortos, 23 feridos e 52 prisioneiros. A situação era pertinente para uma intervenção do Comité Internacional.

O chefe de secção do Gabinete Executivo invocava a circular D 281 de 1951 que previa a intervenção do CICV em conflitos internos segundo quatro condições: (1) o conflito devia apresentar «um certo carácter de gravidade»; (2) envolver «actos de violência» recorrentes; (3) opor «dois ou mais grupos com algum nível de organização»; e (4) a ocorrência de vítimas militares ou civis. A primeira e última condições da circular estavam reunidas. Quanto à duração do conflito, Gaillard justificava a sua durabilidade pelo facto de poder representar um prolongamento dos protestos no território tunisino, questão confirmada pelo ministro do interior, François Mitterrand, que admitia uma «espécie de simbiose entre os movimentos nacionalistas» do Magreb francês. Quanto aos beligerantes, o governador geral da Argélia, Roger Léonard, tinha anteriormente

¹⁸³ François Mitterrand, Discurso à Assembleia Nacional de 12 de Novembro de 1954, em Planchais, *L'empire embrasé...*, 233.

¹⁸⁴ *Entretien Pierre Gaillard et Jean Rusillon* de 13 de Outubro de 1953, em BAG 209-003.001, ACICR.

¹⁸⁵ O termo *fellagha* era utilizado para designar combatentes nacionalistas no Norte de África, nomeadamente nas guerras de libertação da Tunísia e da Argélia.

admitido que o desencadear da ação terrorista no maciço de Aurès resultava de «um plano bem estabelecido e que um Estado-Maior clandestino, político no Cairo e militar no terreno» era responsável pelos recursos humanos, armamento, meios de comunicação, transporte e uniforme, provado a existência de quadros militares.

Mesmo que estes requisitos estivessem estabelecidos, o CICV não poderia intervir «se a Cruz Vermelha nacional estivesse a agir eficazmente e se desejasse fazer a intervenção». Quanto a esta questão, Gaillard sugeriu que o Comité se inteirasse sobre o interesse de intervenção da Cruz Vermelha Francesa (CVF). Segundo a sua opinião, e tomando em consideração o precedente tunisino, não era de esperar que a CVF tivesse interesse em intervir e, mesmo que assim fosse, a sua ação poderia ser limitada e discriminatória, favorecendo uma determinada categoria de vítimas - «população francesa e árabe leal» às autoridades coloniais - em detrimento dos apoiantes dos insurgentes. Para além disso havia duas limitações operacionais: a barreira linguística e a própria composição da CVF no terreno. Embora a Cruz Vermelha Francesa fosse a Sociedade Nacional da Argélia, «a verdade é que aí não se fala propriamente francês, já que se trata, de alguma forma, do mundo muçulmano em luta contra uma potência dita ‘colonial’». As limitações nos quadros da organização deviam-se ao facto de não existirem «praticamente nenhuns argelinos» entre os seus membros. Mais uma vez, Gaillard mostrava a necessidade de reforma das mentalidades nas Sociedades Nacionais por forma a promover a confiança das populações e uma verdadeira integração na sociedade argelina.

Pelos dados recolhidos por Gaillard, as condições teóricas exigidas para uma intervenção estavam reunidas. Porém, advertia que uma eventual negociação do CICV com Paris seria dificultada pelo precedente tunisino que revelara uma atitude «pouco compreensiva tanto da parte da Cruz Vermelha como das autoridades francesas». A CVF iria «certamente [...] bloquear toda a questão desde o início» das conversações. Não obstante, Gaillard acreditava poder existir uma postura mais favorável por parte das autoridades, sugerindo que o delegado do Comité em Paris entrasse em contacto com o Presidente do Conselho para o convencer que «a França não teria necessariamente inconvenientes em admitir uma intervenção discreta do CICV». Paralelamente, e se apropriado, sugeria que o Comité Internacional abordasse as organizações políticas da Liga Árabe que «certamente» dirigiam as operações políticas e militares no Norte de África por forma

a solicitar, ainda que sem grandes ilusões, que fossem respeitadas «certas regras elementares de humanidade (respeito pelas mulheres, crianças, idosos, etc.)»¹⁸⁶.

Tendo como base as notas de Gaillard, a Comissão Jurídica do Comité decidiu, ainda em Novembro de 1954, que as condições para a intervenção do CICV na Argélia estavam reunidas e que seria conveniente que o presidente do conselho, Paul Reugger, abordasse François-Poncet, vice-presidente da Cruz Vermelha Francesa sobre a questão¹⁸⁷, no momento em que estas questões estavam a ser debatidas entre Gaillard e Senn. As críticas de Gaillard no caso argelino e as sugeridas pelos debates com Geoffrey Senn no caso queniano relativas à intermediação dos contactos com as autoridades pelas Sociedades Nacionais, foram ignoradas devido a questões de foro político e às modalidades de interação entre os organismos do MICV. Sem resposta concreta por parte da CVF, o CICV acabou por recorrer ao contacto com as autoridades francesas por via de uma pessoa de confiança para as duas entidades: seria William Michel, delegado do Comité em Paris e cunhado de Pierre Mendès France a fazer o primeiro contacto com as autoridades francesas e a garantir uma resposta atempada e positiva por parte do governo¹⁸⁸.

Refugiados argelinos: novas fronteiras

A fuga de civis argelinos para Marrocos e para a Tunísia teve início logo após a independência destes dois Estados em Março de 1956¹⁸⁹, nos quais o Comité Internacional tinha já delegações. No final desse ano, Pierre Gaillard e Roger Vust, delegado do CICV na Argélia, trocavam as primeiras impressões acerca da possível existência de refugiados no território marroquino. Vust pedia assistência directa ao Comité Internacional em benefício de migrantes forçados e refugiados em Maison-Carrée, alegando que a região onde viviam tinha sido marcada como interdita pelas autoridades francesas¹⁹⁰, referindo-se à Linha Morice.

¹⁸⁶ Uma notícia de 5 de Novembro repercutida na imprensa francesa, confirmava que o dirigente da «acção terrorista» argelina era o antigo líder do dissolvido PPA, Mohamed Khides, ex-deputado à Assembleia Nacional e, à altura, refugiado o Cairo junto do Comité para o Magrebe Livre. Pierre Gaillard, *Note au C.I.C.R.* de 8 de Novembro de 1954, em BAG 200-008.001, ACICR.

¹⁸⁷ Pierre Gaillard, *Note de dossier*, de 10 de Novembro de 1954, em BAG 200-008.001, ACICR.

¹⁸⁸ Benasci-Lancou, *Prisons et camps d'internement...*, 24-25.

¹⁸⁹ Marrocos tornou-se independente a 2 de Março e a Tunísia a 20 de Março de 1956.

¹⁹⁰ Carta de Roger Vust para Pierre Gaillard, de 13 de Novembro de 1956, em BAG 200-008.001, ACICR.

Gaillard sugeria então que o delegado contactasse o município de Constantine para apurar o número de refugiados e as suas necessidades, permitindo gizar um orçamento para a assistência. Até obter esses dados, o delegado estava autorizado a utilizar os fundos previamente atribuídos à delegação para a assistência de emergência¹⁹¹. O Comité Internacional providenciaria assistência em benefício dos refugiados argelinos em Marrocos a partir do final do ano e na Tunísia, no ano seguinte.

Em Maio de 1957, o chefe de Estado e de governo tunisino, Habib Bourguiba, dirigiu um apelo ao Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. No documento, Bourguiba referia os contactos estabelecidos na ONU para tentar resolver os problemas surgidos ou agravados pelo aumento dos fluxos de refugiados argelinos na Tunísia. O governo pretendia tratar da questão dentro do «espírito essencialmente humanitário», ainda que com recursos reduzidos. Advogava não ter poupado esforços para minimizar a miséria daqueles atingidos pela guerra. No entanto, um Estado recentemente independente como a Tunísia não tinha capacidade para suportar o fardo da assistência humanitária a estes grupos. Na sua óptica, era indispensável um apelo à solidariedade internacional¹⁹². A resposta de August Lindt ao chefe de Estado informava sobre o «procedimento habitual» num caso como o do governo tunisino¹⁹³. Lindt referia-se aos dois casos - refugiados húngaros na Áustria e Jugoslávia, e refugiados chineses em Hong Kong - em que o ACNUR tinha sido autorizado a assistir refugiados fora do seu mandato original.

No caso argelino, o Alto-Comissário enfrentava um novo desafio político: a capacidade de ultrapassar os interesses das potências coloniais ocidentais em prol dos direitos dos deslocados em África. A assistência aos refugiados argelinos despontou um aceso debate dentro do ACNUR. A discussão girava em torno da expansão do mandato da agência. Se uns defendiam que a agência se deveria focar nos casos pelos quais estava responsável, nomeadamente ainda em solo europeu, o Alto-Comissário August Lindt via no pedido de assistência por parte do governo tunisino uma oportunidade para a agência se afirmar na liderança mundial na assistência a estes grupos num momento em que o ACNUR necessitava de justificar a renovação do mandato e garantir a

¹⁹¹ Carta de Pierre Gaillard para Roger Vust, de 16 de Novembro de 1956, em BAG 200-008.001, ACICR.

¹⁹² Carta de Habib Bourguiba para Alto-Comissário, de 31 de Maio de 1957, doc. A, em Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

¹⁹³ Carta de August Lindt a Habib Bourguiba, de 12 de Junho de 1957, doc. B, em Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

prolongação da sua existência¹⁹⁴. Importava ainda a Lindt o facto de a assistência aos refugiados húngaros constituir um precedente que colocasse em causa a imparcialidade do ACNUR se o Alto-Comissário recusasse prestar assistência aos refugiados argelinos na Tunísia¹⁹⁵.

Assim, e ainda antes da aprovação da Resolução 1166(XII) pela Assembleia Geral, que estendia a possibilidade de assistência a outros refugiados fora do mandato inicial do ACNUR e reformulava os mecanismos de decisão pela instituição do Comité Executivo do Programa do Alto-Comissariado¹⁹⁶, August Lindt informou Bourguiba do envio de um delegado do ACNUR em missão de exploração à Tunísia¹⁹⁷. A rápida resposta foi facilitada por dois factores: por um lado, a experiência em várias organizações do sistema das Nações Unidas e o apoio de Dag Hammarskjöld que havia proposto Lindt para o cargo de Alto-Comissário; por outro, o apoio tácito norte-americano para a intervenção no terreno que temia estar a perder posição face à preponderância da URSS sobre os povos coloniais – dando assistência aos refugiados, a Administração Eisenhower procurava consolidar as relações com o bloco afro-asiático cada vez mais preponderante nas Nações Unidas sem comprometer as relações com Paris¹⁹⁸. Assim, em Setembro do mesmo ano, o Alto-Comissariado comprometia-se a obter os meios financeiros necessários para assegurar a assistência material às populações argelinas refugiadas em território tunisino¹⁹⁹, que seria alargada para Marrocos um ano depois, pela Resolução 1286(XIII)²⁰⁰ a primeira a pronunciar-se directamente sobre os refugiados argelinos. O Alto-Comissário enveredava por uma estratégia sem precedentes, na qual, iniciava o processo de assistência antes mesmo de os refugiados serem reconhecidos como elegíveis pela Assembleia Geral.

¹⁹⁴ Tarradellas, «La Guerre d'Algérie...», 110.

¹⁹⁵ Betts, Loescher e Milner, *UNHCR...*, 26-27.

¹⁹⁶ Assembleia Geral das Nações Unidas, *Resolução 1166(XI)*, de 26 de Novembro de 1957, em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/119/49/IMG/NR011949.pdf?OpenElement>, acedido a 8 de Fevereiro de 2016.

¹⁹⁷ Carta de August Lindt a Habib Bourguiba de 12 de Junho de 1957, doc. B, em *Assistance to Algerian Refugees in Tunisia*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

¹⁹⁸ Tarradellas, «La Guerre d'Algérie...», 110-112

¹⁹⁹ Carta de August Lindt a Habib Bourguiba de 11 de Setembro de 1957, doc. F, em *Assistance to Algerian Refugees in Tunisia*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

²⁰⁰ Assembleia Geral das Nações Unidas, *Resolução 1286(XI)*, de 5 de Dezembro de 1957, em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/747/30/IMG/NR074730.pdf?OpenElement>, acedido a 8 de Fevereiro de 2016.

A recepção do caso angolano no CICV e ACNUR

Os esforços de manutenção do império português em África remontam à percepção, gerada pelas dinâmicas internas e internacionais do século XIX e principalmente depois da independência do Brasil em 1822, de que o «projeto imperialista» africano seria o único reduto estratégico para assegurar a capacidade de afirmação portuguesa no quadro internacional de nações-império²⁰¹. Depois de sobreviver à *partilha da África* em 1885 com relativo sucesso, Lisboa foi contornando uma série de obstáculos à sobrevivência da nação²⁰² que, nos moldes positivistas da época, passaram pela capacidade de canalização de recursos materiais e imateriais «para a prossecução de políticas, estratégias e modos de vida»²⁰³.

No entanto, a construção de um império *de facto* em África, colocou as elites portuguesas em foco não pelo sucesso do projecto imperial português, mas pela crítica internacional das formas e medidas utilizadas para tal. Depois da instituição da SDN, onde se discutiam novas formas de abordar os impérios nas esferas de civilização e desenvolvimento económico, as características da «missão civilizadora» na África portuguesa passaram a estar sobre constante escrutínio, nomeadamente no que diz respeito à questão do trabalho indígena, considerada por grande parte dos observadores da SDN e da Organização Internacional do Trabalho como estando ligada à tradição escravocrata portuguesa²⁰⁴.

A partir de 1926, o regime autoritário implementado em Portugal traçou um caminho de cariz nacionalista e isolacionista que marcou a linha política imperial de Lisboa nas décadas seguintes. Nos campos ideológico, político e económico, a protecção do império face às tentativas externas de intervenção era fulcral para a manutenção do regime e de Portugal no quadro de

²⁰¹ V. Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português* (Porto: Afrontamento, 1993), 17.

²⁰² Exemplos destes obstáculos foram o Ultimato Inglês de 1890, as tentativas anglo-alemãs de partilha dos territórios de Angola e Moçambique em 1898 e 1912-13 ou a fracassada tentativa de revitalização económica a partir do Tratado de Versalhes em 1919.

²⁰³ A. Telo, «Treze teses sobre a disfunção nacional - Portugal e o sistema internacional», *Análise Social*, vol. 32, n. 142 (1997): 651.

²⁰⁴ Relativamente à questão do trabalho indígena, o relatório de Edward Ross de 1925, que denunciava as práticas de trabalho forçado em Angola e Moçambique, foi apenas um exemplo de um conjunto mais vasto de análises críticas dos modelos de trabalho indígena no império português. M. B. Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras: A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português, c. 1870-1930* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010); e M. B. Jerónimo e J. P. Monteiro, «Das ‘Dificuldades de Levar o Indígena a Trabalhar’: O ‘Sistema’ de Trabalho Nativo no Império Colonial Português», em *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX e XX): Poderes, Saberes e Instituições*, org. M. B. Jerónimo (Lisboa: Edições 70, 2013): 157-196.

concertação internacional. O «nacionalismo rígido» da Ditadura Militar iniciava uma política económico-financeira mais centralizada, reforçando a «unidade política do território colonial» com vista à nacionalização do império²⁰⁵. A nova legislação aprovada para as colónias nos anos seguintes reflectiu uma mudança na política colonial, nomeadamente no respeitante à política indígena. O novo paradigma da centralização do controlo dos assuntos coloniais desfazia a ideia republicana de assimilação uniformizadora²⁰⁶. Quanto às questões do trabalho indígena nas colónias, a proclamação do novo *Código de Trabalho dos Indígenas* de 1928, baseado na ideia de deveres e direitos dos indígenas sob a égide da «missão civilizadora» portuguesa em África, previa a abolição da obrigação legal do trabalho. Não obstante, as práticas abusivas permaneceram entrenchadas nas dinâmicas locais. Na metrópole, os ecos de intervenção externa em assuntos coloniais agravavam a sensação de instabilidade e reforçavam as posições nacionalistas.

A publicação do *Acto Colonial* em 1930²⁰⁷ veio afirmar o nacionalismo imperialista português face a ameaças externas e uma maior participação da metrópole na organização administrativa das colónias. Entre as medidas que figuram no documento, destacam-se a rejeição da ratificação da Convenção de Genebra sobre o Trabalho Forçado, o reforço das relações económicas entre a metrópole e Angola e investimento no equilíbrio financeiro das colónias por parte de Lisboa. Mais tarde, a Constituição de 1933 reviu o *Acto Colonial* e criou uma nova premissa formal de reestruturação do império. No documento, as ligações imperiais surgiam como «essência orgânica da Nação Portuguesa» pelo desempenho da «função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas». Ao recorrer ao passado histórico, o Estado Novo português legitimava o presente e tentava assegurar o futuro do império.

Se formalmente o Estado Novo previa uma direcção política e sócio-económica reforçada pela metrópole, as dinâmicas locais colocavam barreiras importantes ao desenvolvimento. Em Angola, o assimilacionismo selectivo foi boicotado em várias frentes. Por um lado, economicamente, Portugal não tinha capacidade para investir numa colónia já de si subdesenvolvida. A falta de pessoal na administração e de mão-de-obra perpetuavam práticas abusadoras no regime de trabalho indígena e a insuficiência de estruturas de ensino, saúde e

²⁰⁵ João Belo, Ministro das Colónias, *Discurso de encerramento da “Semana das Colónias” de 1927*, em BAGC, n.º 25, Julho de 1927, em V. Alexandre, «Ideologia, Economia, e Política: A Questão Colonial na Implantação do Estado Novo», *Análise Social*, vol. XXVIII, n. 123-124, 1993, 1127-1128.

²⁰⁶ Veja-se: Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 194-195.

²⁰⁷ Decreto n.º 18570, de 8 de Julho de 1926, que substituiu o título da Constituição de 1911 relativo às colónias.

assistência social criavam situações de precariedade social e psicológica para a maioria dos autóctones. Por outro, o investimento em infra-estruturas urbanas expunha clivagens dentro da sociedade angolana. Para além de grande parte dos colonos se oporem à assimilação dos africanos por via da educação²⁰⁸, dentro das comunidades autóctones surgiram divisões entre aqueles que saíam do meio rural para as cidades e os que permaneciam ligados à agricultura de subsistência em comunidades geridas directamente por oficiais portugueses ou por anciãos cooptados²⁰⁹, o que diminuía a legitimidade atribuída aos antigos chefes africanos nas comunidades rurais. As dinâmicas da realidade angolana não permitiam, assim, o crescimento económico desejado. Na década de 1930 e na primeira metade dos anos 1940, a estagnação marcou a economia em Angola e a revitalização almejada surgiria apenas com o incremento da produção de algodão e sobretudo café após a Segunda Guerra Mundial.

O conflito mundial trouxe novos desafios para o regime português. Se por um lado, António Oliveira Salazar, Presidente do Conselho desde 1933, conseguira manter uma posição de neutralidade durante a guerra, os acordos saídos da concertação aliada no final do conflito colocaram em causa a manutenção do império português ou pelo menos das modalidades que o regiam. Durante a guerra, e à revelia dos signatários britânicos, a Carta do Atlântico de 1941 estabelecia a universalidade do princípio de autodeterminação dos povos. Posteriormente, a mudança de política britânica e aproximação à premissa americana²¹⁰ pela via do desenvolvimento, aliada à crescente preocupação internacional com a aplicação de direitos humanos fundamentais, culminou na implementação de processos de prestação de contas por parte das potências coloniais perante a Assembleia Geral da ONU, nomeadamente no respeitante à aplicação do Artigo 73º da

²⁰⁸ Segundo Douglas Wheeler, o modelo de assimilação selectiva estava alicerçado em dois pilares: educação e religião. O Decreto de Lei n.º 77 de 1921 estabelecia a responsabilidade das missões cristãs em assegurar a maior parte da ministração da língua portuguesa, o que gerou o aumento do conhecimento da língua por parte da população africana, um dos critérios para a assimilação. No entanto segundo o relatório de 1958 da UNESCO, a taxa de analfabetismo entre os africanos era superior a 97%. Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 199.

²⁰⁹ Seguindo um modelo semelhante ao britânico de *indirect rule*, em certas regiões de Angola a administração concedia poder aos chefes locais ainda que supervisionados por agentes portugueses. Aí, certos costumes indígenas poderiam continuar a ser praticados desde que não fossem contra os direitos de soberania portuguesa e que «não colidissem com princípios humanitários fundamentais». Segundo a definição de «Indigenato» *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., vol. 13, Lisboa e Rio de Janeiro, p. 705, citado em Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 196.

²¹⁰ Para uma análise detalhada sobre as relações luso-britânicas e luso-americanas no respeitante ao colonialismo português veja-se, entre outros, P. Aires de Oliveira, *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa (1945-1975)* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2007); e L. N. Rodrigues, «Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa», em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto (Lisboa: Edições 70, 2014) 55-81.

Carta das Nações Unidas. Se a Grã-Bretanha e a França se comprometeram a cumprir o artigo, sem descorar manobras de obstrução à apresentação e análise de dados, Portugal manteve uma abordagem de intransigência no que dizia respeito à intromissão em assuntos internos do império. A posição do Estado Novo fomentou uma longa querela com a maioria dos Estados-membros da Assembleia Geral, resultando na aprovação em Dezembro de 1960 e Janeiro de 1962 das resoluções 1514(XV), 1603(XV) e 1742(XVI) que condenavam, respectivamente, o colonialismo, a discriminação racial e a tese portuguesa de que a descolonização era inaplicável aos seus territórios, e provocando alterações significativas nas alianças bilaterais do Estado Novo²¹¹.

Por forma a defender o império, o Estado Novo tinha iniciado uma série de manobras legislativas com o objectivo de unificação nacional, dos quais se destacam a reformulação da *Carta Orgânica do Império Colonial Português* pelo ministro das colónias Marcello Caetano que procurava responder aos problemas da metrópole - de cariz diplomático, económico e político²¹² - pela via da descentralização da administração ultramarina; e a revisão constitucional de 1951 que integrava as colónias no território português²¹³. A formulação da nação-império portuguesa, separada territorialmente, mas formalmente unida, tornar-se-ia no eixo basilar da política externa salazarista de legitimação do império ultramarino.

Um facto relevante para compreender a necessidade de defesa do império português em negociações bilaterais e multilaterais a partir de 1945, remete para a constatação do império como solução económica para os problemas da metrópole e um elemento chave na manutenção do regime. Depois do período de estagnação económica que caracterizou os anos 1930 e a primeira metade da década de 1940, Angola apresentou um crescimento económico significativo devido ao

²¹¹ Portugal continuaria a beneficiar do apoio diplomático do Brasil e de Espanha na Assembleia Geral, apesar de decrescente face ao conflito colonial. Detinha ainda apoio material francês e alemão, que garantiam a aquisição de armamento para a guerra colonial. Mantinha ainda uma aliança com a África do Sul, ainda que discreta devido à política de *apartheid* aplicada no país. T. Carvalho, «O Brasil e o Fim do Império Português», em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto (Lisboa: Edições 70, 2014) 155-178; A. M. Fonseca e D. Marcos, «Portugal, a RFA e a França: O Apoio Internacional e a Questão Colonial Portuguesa», em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto (Lisboa: Edições 70, 2014) 111-133; e R. McNamara, e F. R. Meneses, «A África do Sul face à 'Descolonização Exemplar' Portuguesa», em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto (Lisboa: Edições 70, 2014) 135-154.

²¹² Em Angola, no pós-Segunda Guerra Mundial, algumas reacções de descontentamento face à metrópole preocupavam o ministro das colónias. «Carta de Marcello Caetano a António Oliveira Salazar de 29 de Dezembro de 1944», em *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932 - 1968*, org. J. F. Antunes (Lisboa: Difusão Cultural, 1994), 141.

²¹³ Para uma apreciação dos debates e correntes que participaram na formulação da revisão constitucional de 1951 veja-se Alexandre, *Contra o Vento...*, 201-210.

aumento de produção das indústrias algodoeira, mineira - nomeadamente de diamantes - e de produção de café, o que permitiu à oligarquia angolana atingir níveis de prosperidade nunca antes vistos²¹⁴. O aumento no volume de exportação de café e de diamantes e de fluxos de comércio do algodão entre as colónias e a metrópole não se traduziu no aumento de investimento externo nas colónias²¹⁵. As tentativas de abertura ao desenvolvimento com recurso a investimento externo que caracterizariam os Planos de Fomento do Estado Novo não atraíram capital privado para Angola²¹⁶. Não obstante, a prosperidade «ao mesmo tempo real e imaginada» de Angola veio promover uma nova vaga de investimento na colónia que girava em torno da produção de café²¹⁷.

O *eldorado* angolano tornou-se num forte atractivo para a migração de portugueses para a colónia fomentado pela renovada política de povoamento que não só findava as restrições à migração, como a incentivava²¹⁸ e mais tarde liberalizava, pelo Decreto-Lei n.º 40610 de 25 de Maio de 1956. A intensificação de povoamento português em Angola resultou na alteração das dinâmicas coloniais, tornando-se mais e mais semelhante aos casos britânico e francês no pós-guerra devido à incrementação da «concorrência económica e social» entre a população autóctone e os novos colonos²¹⁹. Apesar da introdução de algumas reformas laborais e da concessão de direitos de propriedade aos africanos, a expropriação de terras e a persistência de modelos de trabalho obrigatório eram visíveis nos distritos do Norte de Angola pela avidez de crescimento económico por parte de colonos muitas vezes despreparados para a realidade que iam encontrar. A nova vaga de emigração portuguesa para a colónia concentrava-se sobretudo nas regiões do Cuanza-Norte, Luanda, Uíge, Zaire, Cabinda e Benguela onde as práticas de trabalho forçado

²¹⁴ Angola tornar-se-ia no principal produtor africano de café e o quarto a nível mundial. Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 204.

²¹⁵ Ao contrário do café, sisal e diamantes, a comercialização de algodão e açúcar produzidos em Angola e Moçambique era quase exclusiva ao mercado metropolitano, havendo, por parte de Lisboa, um controle administrativo dos preços de mercado. Alexandre, *Contra o Vento...*, 79.

²¹⁶ Facto que ficou a dever-se à manutenção de uma política monetária rígida e ao controle do Estado sobre as actividades dos privados externos. Durante o Primeiro Plano de Fomento, 95% das verbas provinham de receitas angolanas.

²¹⁷ Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 203.

²¹⁸ A migração para as colónias foi incentivada por via dos decretos-lei n.º 34 464 de 1945 e n.º 38 200 de 1951 que alocavam verbas anuais destinadas à intensificação do povoamento do ultramar.

²¹⁹ Segundo os dados compilado por Douglas Wheeler, a população de europeus em Angola teve um crescimento de 400% de 1940 a 1960: 1940 - 44 083 europeus; 1950 - 78 000 europeus; 1955 - 110 000 europeus; 1960 - 172 000 europeus. Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 203.

proliferavam²²⁰. A intensificação do trabalho nas culturas de algodão e café aliada à estagnação social e económica dos africanos - 80% da população vivia em meios rurais e praticava agricultura de subsistência, e mais de 90% não tinha acesso à educação, o que condicionava as hipóteses de empregabilidade em meios urbanos - gerou uma situação convulsiva entre colonos e autóctones. Durante a década de 1950 cerca de trinta mil trabalhadores deixavam todos os anos os distritos do Norte de Angola para territórios vizinhos, onde o nível de vida era mais elevado²²¹, devido à imposição do trabalho forçado, às condições primitivas de trabalho e ao recurso a castigos corporais, baixos salários, precarização dos níveis de saúde no local de trabalho, desemprego significativo e falta de condições habitacionais nos meios urbanos e estagnação das medidas de assimilação²²². Esta situação criou sérios problemas de falta de mão-de-obra que eram respondidos pela acentuação das medidas de trabalho forçado. Assim, o recurso a práticas abusivas no respeitante ao trabalho indígena e a falta de mão-de-obra geravam um ciclo de perpetuação da precaridade económica e social na colónia.

Ao mesmo tempo que milhares de africanos deixavam Angola, outros actores desenvolveram e consolidaram múltiplas formas de resistência ao poder colonial demonstrada pela união de brancos, mestiços e negros em várias das organizações e acções de protesto. A consolidação da organização de protesto no território angolano verificou-se principalmente na segunda metade dos anos 1950 com a afirmação de movimentos políticos clandestinos que reivindicavam soluções distintas para Angola. Entre os designados movimentos nacionalistas africanos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) surgiu no final da década fruto de um processo complexo de uniões e cisões dentro de pequenas organizações clandestinas²²³. Liderado por assimilados, como Agostinho Neto, Lúcio Lara e Viriato da Cruz²²⁴, que

²²⁰ As práticas de trabalho forçado eram particularmente incidentes nas áreas central e oriental do distrito do Congo, região de onde surgiria a maior parte dos refugiados angolanos durante o conflito.

²²¹ Alexandre, *Contra o Vento...*, 225.

²²² As condições de trabalho dos africanos tinham sido já objecto de várias denúncias por parte de organizações como a Liga Nacional Africana, associação composta por colonos e mestiços que tinham uma visão diferente para o futuro de Angola, e de vozes dissidentes em Lisboa. Exemplo foi o *Relatório Detalhado dos Problemas dos Nativos nas Colónias Portuguesas, especialmente em Angola e Moçambique* apresentado por Henrique Galvão em 1947 numa reunião da Assembleia Nacional. O relatório foi rejeitado e capitão posteriormente acusado de traição e preso pelas autoridades. Também Augusto Casimiro, antigo Governador do Distrito do Congo, apresentou em 1958 uma crítica geral às condições de trabalho dos africanos, afirmando que a prosperidade de Angola estava alicerçada em fundações efémeras. Wheeler e Péliissier, *História de Angola...*, 206-209.

²²³ J. M. Arsène Mbah, *As Rivalidades Políticas entre a FLNA e o MPLA (1961-1975)* (Luanda: Mayamba, 2012).

²²⁴ Para uma análise detalhada do papel dos dirigentes do MPLA nos seus anos de formação veja-se: I. Tvedten, *Angola: Struggle for peace and reconstruction* (Boulder, Co: Westview Press, 1997); e C. Serrano, «Viriato da Cruz:

beneficiavam da educação em Luanda e na metrópole, o MPLA começou por actuar nas áreas urbanas de Luanda e Malange, nomeadamente nos musseques, e estendeu-se depois às cidades do corredor do Cuanza²²⁵. No Norte de Angola, mais precisamente na região dos Bacongo, um outro grupo com aspirações independentistas, a União dos Povos de Angola (UPA), liderada por Roberto Holden, afirmava a sua acção nas áreas de fronteira com o recentemente independente Congo Leopoldville, sediando-se e obtendo apoio logístico nesse território. Desde a sua criação em 1958, a UPA exercia a sua influência a partir do exterior, nomeadamente entre as populações da região dos Dembos, que ligava o norte do território a Luanda.

A consolidação da resistência anticolonial aliada a outros factores de carácter internacional, como a pressão das Nações Unidas e a sublevação no Congo, alterou as dinâmicas administrativas portuguesas. O recurso ao armamento a partir de 1957 e o destacamento de tropas para o Norte de Angola, pretendeu demonstrar a ameaça de conflito eminente a partir do Congo. Portugal entrava na década de 1960 a lutar em múltiplas frentes.

A viragem para a década de 1960 marcou o início da queda do império português a vários níveis. No ângulo da política externa, a pressão internacional pela condenação da imposição colonial portuguesa na Assembleia Geral, asfixiava as argumentações e manobras das elites metropolitanas e anuía à reclamação pela força de Goa, Damão e Diu pela União Indiana; os impérios coloniais britânico e francês estavam praticamente dissolvidos; e as alianças históricas com a Grã-Bretanha, Brasil e Espanha passavam por um período caracterizado pela renúncia ou contensão no apoio a Lisboa. Internamente, a campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958 tinha abalado a legitimidade do regime, que foi alvo de duas tentativas de ataque orquestradas pelo general. A mais flagrante, no que diz respeito a Angola²²⁶, deu-se a 22 de Janeiro de 1961 com o desvio do paquete Santa Maria pelo capitão Henrique Galvão para tomar Luanda. Este incidente, a sublevação de trabalhadores algodoeiros na Baixa de Cassanje entre Dezembro e Janeiro²²⁷ e os

Um Intelectual Angolano do séc. XX: A Memória que se Faz Necessária», *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, número especial África Una e Plural (2012), 165-178.

²²⁵ Wheeler e Pélissier, *História de Angola...*, 238-245.

²²⁶ A segunda tentativa de golpe ao regime data de 1962, pelo ataque ao quartel de Beja.

²²⁷ Para uma análise detalhada sobre as sublevações na Baixa de Cassange veja-se: D. Curto, e B. Cruz, «Terror e Saberes Coloniais: Os Incidentes na Baixa de Cassange», em *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961*, dir. D. Curto, (Porto: Edições Afrontamento, 2016), 151-188.

ataques de Fevereiro²²⁸, em Luanda, ainda que fracassados, motivaram a UPA a iniciar a luta armada a 15 de Março de 1961.

Quando os refugiados surgem primeiro: a questão angolana no CICV

Três meses antes dos primeiros confrontos entre os movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, a UPA apelava à assistência do presidente do CICV para refugiados angolanos na República do Congo Leopoldville. O fluxo de refugiados tinha aumentado de forma considerável particularmente na região de Matadi. O secretário-geral e o presidente da UPA afirmavam que a fuga destes indivíduos do território angolano devia-se a «perseguições e tratamentos cruéis e inumanos» por parte das autoridades portuguesas²²⁹. Em Janeiro de 1961, na ocasião de uma visita a Genebra, Roberto Holden voltou a levantar a questão dos refugiados angolanos no Congo Leopoldville, lembrando do apelo feito ao CICV em Novembro anterior. Os refugiados, cerca de 1000 e a aumentar «regularmente», tinham procurado o Congo independente em busca de protecção junto de aliados políticos ou de habitantes da região. Até ao momento, a UPA tinha assistido às necessidades destes indivíduos, mas a falta de recursos ameaçava a continuação do esforço de assistência. Em resposta, o Comité Internacional – que à altura não dispunha de recursos financeiros e humanos²³⁰ - informou que não estava na sua competência dar assistência a refugiados e que os dirigentes do movimento deveriam levar a questão ao ACNUR. Não obstante, o CICV ficaria atento à situação²³¹.

A 16 de Março o Comité reuniu-se para discutir, entre outros assuntos, o conflito em Angola. A questão angolana já tinha sido levada a debate nas Nações Unidas, mas, devido à ambiguidade da situação no terreno, o CICV não poderia justificar uma intervenção. Parte do Comité advogava uma abordagem cautelosa já que não havia informação suficiente sobre o carácter

²²⁸ A origem dos ataques de 4 de Fevereiro é controversa. Apesar do MPLA reivindicar os ataques na sua história oficial, autores como António Lopes Pires Nunes apontam para o envolvimento de dirigentes da UPA como Neves Bendinha enquanto principais instigadores da ação armada. A. L. Pires Nunes, *Angola 1961: da Baixa do Cassange a Nambuangongo* (Lisboa: Prefácio, 2005); e D. C. Mateus e A. Mateus, *Angola 1961, Guerra Colonial - Causas e Consequências: O 4 de Fevereiro e o 15 de Março* (Alfragide: Texto Editora, 2011).

²²⁹ Carta de Jean Pierre Bala e M. Barros Nenaca para Presidente da Cruz Vermelha Internacional, de 15 de Novembro de 1960, em BAG 200.013-001, ACICR.

²³⁰ Palmieri, «An institution standing...», 1288.

²³¹ *Proces-Verbal d'Entretien* entre Roberto Holden, Maurice Thudichum e J. P. Schoenholzer, de 23 de Janeiro de 1961, em BAG 200.013-002, ACICR.

do conflito; outros membros defendiam uma abordagem direta porquanto a situação poderia escalar rapidamente e Portugal era um país signatário das Convenções de 1949. Foi decidido que seriam necessárias duas missões a Lisboa para contactar as autoridades e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

O CICV contactou ainda a sua delegação em Leopoldville informando sobre as decisões do Comité face aos contactos da UPA. A missão a Lisboa tinha como objectivo perceber se havia actividade da CVP em Angola e se uma eventual intervenção do CICV seria viável. Pedia, ainda, a Claude Pilloud, chefe da delegação no Congo, que contactasse com a UPA relativamente às abordagens anteriores²³².

O conflito angolano suscitou preocupações no Conselho de Presidência reunido em Abril: «os distúrbios que eclodiram a 15 de Março em Luanda tomaram uma tal extensão» que o governo português tinha destacado 25.000 tropas para o território e as autoridades tinham promulgado «leis de excepção para facilitar medidas de repressão contra o terrorismo». Relataram-se ainda os ataques feitos pela UPA a partir do Congo contra a população branca. A pressão sobre o CICV aumentava: no dia 21 de Março a delegação do Comité em Leopoldville recebeu pedidos de assistência médica por parte da UPA; o governo português, por meio do seu representante permanente na ONU, indagou o Comité sobre as suas intenções relativamente ao conflito²³³; e a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha tinha concordado em iniciar uma acção de assistência em benefício dos refugiados angolanos. Depois de avaliar estas questões o Comité decidiu contactar a Cruz Vermelha Portuguesa para prestar auxílio no conflito, e na assistência aos refugiados²³⁴.

Ainda antes da missão de Pierre Gaillard, em Maio, o governo português respondeu ao apelo à assistência feito directamente pelo Ministério dos Assuntos Externos congolês à Embaixada portuguesa em Leopoldville²³⁵, a partir da CVP e da Cáritas Portuguesa, de modo a evitar a internacionalização da questão angolana por parte da UPA que tinha feito o apelo directo ao Comité²³⁶ e a colocar a Sociedade Nacional «no ultramar para impedir a interferência da Cruz

²³² Carta de Pierre Gaillard para Claude Pilloud, de 30 de Março de 1961, em BAG 200.013-001, ACICR.

²³³ *Proces-Verbal d'Entretien* entre Pierre Gaillard e Fernando de Alcambar Pereira, de 7 de Abril de 1961, em BAG 200.013-002, ACICR.

²³⁴ *Présidence*, 27 de Abril de 1961, em BAG 200.013-002, ACICR.

²³⁵ Ofício de Ângelo Ferreira para Director do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 25 de Abril de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

²³⁶ Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 6 de Maio de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

Vermelha Internacional. O maior interesse está em manter essa interdição.» O comentário surgia num apontamento do inspector superior do Ministério do Ultramar, Alexandre Ribeiro da Cunha, que tinha sido informado pelo seu «velho amigo» Claude Pilloud de que o CICV enfrentava «grandes pressões [...] para intervir no auxílio aos refugiados de Angola no Congo»²³⁷. Três dias depois, chegava a informação ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar que Pierre Gaillard enviara um memorando ao governo português através de Alcambar Pereira. Neste documento, o CICV disponibilizava-se para «colaborar no socorro às vítimas dos acontecimentos ocorridos em Angola» dentro das missões clássicas da organização²³⁸. A assistência aos refugiados angolanos seria providenciada pela Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, respondendo ao apelo feito pela Cruz Vermelha Congoleza (CVC)²³⁹.

Uma questão de estatuto: a abordagem do ACNUR ao caso angolano

A 19 de Abril de 1961, John D. R. Kelly, assistente do representante especial da Operação das Nações Unidas no Congo Leopoldville (ONUC)²⁴⁰, reportou a Thomas Jamieson, director do ACNUR, a chegada de um novo grupo de 6200 refugiados a Songololo, no Baixo-Congo. Tratavam-se de refugiados angolanos, dos quais estimava mais de metade serem crianças. A assistência humanitária de emergência estava a ser prestada pela CVC pelo que a ONUC não considerava viável o seu envolvimento nesta questão, devido às responsabilidades que tinha para com outras populações deslocadas no território.

Kelly colocou então uma série de questões sobre o papel da agência para os refugiados nesta situação. Em primeiro lugar, afirmava que os refugiados angolanos eram elegíveis para assistência dentro do mandato do Alto-Comissário mas que o envolvimento do ACNUR no Congo «levantaria questões de grande complexidade» quanto às competências das duas organizações.

²³⁷ Comentário no Apontamento n.º 86 de Alexandre Ribeiro da Cunha, de 7 de Junho de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

²³⁸ Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 10 de Junho de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

²³⁹ Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 8 de Maio de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

²⁴⁰ John D. R. Kelly era funcionário do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, mas tinha sido destacado como enviado especial da Missão das Nações Unidas no Congo.

Outra questão que deveria ser equacionada era a interdição aos soldados e representantes civis da ONU na zona onde os refugiados se encontravam - o eixo Thysville, Songololo, Matadi²⁴¹. Seguindo a linha de actuação no caso argelino, as directivas de Genebra eram claras: estando os refugiados angolanos no Congo sob mandato do ACNUR, a sua principal função seria dar-lhes protecção internacional, começando pela garantia de asilo e, depois, pela garantia de que não seriam deportados para o país de origem. A assistência material era da responsabilidade das autoridades locais o que, neste caso, incluía a ONUC. Decidia-se, assim, abordar informalmente o Secretário-Geral das Nações Unidas para indagar a elegibilidade destes refugiados e procurar saber se a assistência material no terreno era suficiente²⁴².

A LSCV não estava ainda inteirada da proporção de refugiados angolanos nem das suas necessidades. Em Maio, a CVC informou a Liga que estava a assistir estes refugiados, mas a sua operação parecia estar comprometida pois não tinha recursos suficientes para dar uma assistência adequada. Na mesma nota ao ACNUR, o delegado da Liga refere que a imparcialidade da Sociedade Nacional havia sido posta em causa devido à existência de múltiplos grupos de refugiados no terreno²⁴³. Era necessário fazer diligências para saber quantos refugiados existiam na região e perceber a proporção de homens, mulheres e crianças; a localização exacta destes indivíduos e distribuição pelas várias vilas; fazer um inventário do material já alocado a estes refugiados e qual a proveniência desses recursos; esboçar um programa de assistência organizado com directivas sobre os recursos necessários, os métodos de distribuição dos mesmos e uma hierarquia de gestão. Era ainda fulcral tentar perceber a possibilidade de novos fluxos de refugiados angolanos para a região, a sua quantidade e cadência, e, finalmente, saber qual o papel assumido pela Liga nas operações de assistência.

Neste período de união de esforços e de percepção da escala do problema, as autoridades portuguesas e a CVP dispuseram-se a auxiliar na assistência a este grupo de refugiados. No entanto,

²⁴¹ Carta de J. D. R. Kelly para Thomas Jamieson de 19 de Abril de 1961, doc. 1, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁴² Carta de Thomas Jamieson para Peter Weis, de 10 de Maio de 1961, doc. 3, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁴³ Memorando de Ray T. Schaeffer para John Thelen, de 12 de Maio de 1961, doc. s.n., em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

a sugestão portuguesa passava sobretudo pela assistência ao repatriamento²⁴⁴, directriz das autoridades em Lisboa.

Devido ao estado de emergência militar em que o Congo se encontrava, era particularmente difícil prestar auxílio ao grupo de refugiados angolanos que se tinha instalado no Baixo-Congo. A cooperação entre as várias agências já no terreno - ONUC, LSCV, CVC e organizações locais de carácter confessional - era extremamente difícil, nomeadamente para efectuar o transporte dos recursos. Por isso, a operação de assistência, aos já cerca de 40000 refugiados na região, estava bloqueada. Relativamente ao envolvimento dos portugueses, a Liga havia contactado o embaixador português no Congo que concordou com o envolvimento da CVP nas operações de assistência. O âmbito desse auxílio estava ainda por apurar, mas o embaixador continuaria a servir de *liaison*²⁴⁵.

Ainda antes da recepção do pedido oficial de assistência por parte das autoridades congolezas, o Secretário-Geral das Nações Unidas entrou em contacto directo com o ACNUR para se inteirar da posição da agência perante a situação dos refugiados angolanos. Dag Hammarskjöld informou o Alto-Comissário de que apesar dos refugiados angolanos não serem etnicamente distintos dos habitantes no Baixo-Congo e de sempre ter havido livre circulação de pessoas na região fronteiriça, estes indivíduos tinham nacionalidade portuguesa e estavam fora do seu país de origem. Ao contrário dos refugiados Baluba no sul de Kasai e dos Balubakat no sul de Kivu, os refugiados angolanos poderiam ser considerados elegíveis para o mandato do ACNUR pois via como «fundamentado» o seu receio de perseguição em Angola.

As agências encarregadas pelas operações de assistência no terreno eram a Cruz Vermelha Congoleza, a Cáritas Congo, a Agência de Assistência Protestante no Congo (AAPC) e a British Baptist Missionary Society. A ONU estava ainda «à margem da situação», mas a pressão para uma intervenção directa já se fazia notar: para além do apelo informal do governo congolês, os Estados Unidos mostravam interesse na questão, justificando a atenção da embaixada americana pelo facto de estarem a ser distribuídos aos refugiados «grande número de géneros americanos ali

²⁴⁴ Para além da assistência ao repatriamento, a CVP e a Cáritas Portuguesa enviaram donativos para o Congo. Logo após o primeiro fluxo de refugiados ter chegado ao país. O embaixador português em Leopoldville informava a Liga de que a Cáritas enviaria por avião seis toneladas de géneros de primeira necessidade e alimentícios: milho, feijão, leite, farinha, vestuário, medicamentos, marmitas, panelas e tigelas. Telex entre Ray Schaeffer e Gösta Streijffert, de 29 de Abril de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, AFICR.

²⁴⁵ Carta de John Thelen para R. T. Schaeffer, de 19 de Maio de 1961, doc. s.n., em Angolan Refugees – General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

armazenados»²⁴⁶. No terreno, a ONU tinha sido abordada pelas restantes agências para providenciar bens alimentares e transporte para estes indivíduos: tinham sido adjudicadas 50 toneladas de alimentos que estavam paradas devido a atrasos na distribuição, consequentes da instabilidade militar nas vias de circulação. O Secretário-Geral concluía que teria de ser «tomada uma posição clara e oficial sobre o assunto»²⁴⁷.

O pedido oficial de assistência por parte das autoridades congoleas chegou ao ACNUR, ainda no mês de Maio. As autoridades alegavam o facto de o Congo não ter capacidade para responder a mais uma crise no país, que desde a sua independência enfrentava uma série de problemas «de amplitude incalculável». Segundo as estimativas do governo, os cerca de 60.000 refugiados agravavam problemas de higiene, abastecimento e agitação política na região²⁴⁸.

A posição do Alto-Comissariado e da ONU não foi clarificada logo após o pedido formal de assistência, ao contrário do que acontecera no caso argelino. Debatiam-se as vantagens e desvantagens da utilização da fórmula dos bons-ofícios ou da inserção dos refugiados angolanos no mandato regular da agência. Os bons-ofícios pareciam ser a solução mais discreta ao nível político, mas a possível necessidade de se recorrer ao Fundo de Emergência do ACNUR para a assistência a estes refugiados implicava um alargamento do mandato regular do Alto-Comissário, o que poderia ser prejudicial tanto em termos diplomáticos como operacionais²⁴⁹.

No terreno, a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha em conjunto com a ONUC preparavam um plano de assistência por forma a organizar a fragmentação das operações. A LSCV propunha-se a assistir os refugiados angolanos dentro do quadro da sua operação geral de assistência no Congo. A Cruz Vermelha Congoleza, a Cáritas Congo e a AAPC estavam a responder às necessidades de emergência dos refugiados angolanos, mas era necessário o envolvimento das Nações Unidas neste processo devido à escassez de recursos. Para além disso, a Liga assegurava que «a maior parte dos refugiados não estava de forma alguma envolvida no conflito político», num derradeiro apelo à necessidade de intervenção do Alto-Comissariado.

²⁴⁶ Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 20 de Maio de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.

²⁴⁷ Telegrama de Dag Hammarskjöld para Felix Schnyder de 20 de Maio de 1961, doc. s.n., em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁴⁸ Telegrama de Secretário Garal para Alto-Comissário, de 20 de Maio de 1961, doc. 7, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁴⁹ Memorando de F. P. E. Green para Thomas Jamieson, de 26 de Maio de 1961, doc. 21, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

O ACNUR mostrou disponibilidade para usar os bons-ofícios. O Alto-Comissário enviou indicações para John Kelly explorar a situação em conjunto com os representantes da LSCV e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no terreno. As futuras acções do ACNUR estavam dependentes das conversações com as autoridades congoleas e do apoio da comunidade internacional. Segundo o Alto-Comissário, era «necessário agir com cautela por forma a colocar de parte todos os elementos políticos, proteger o carácter humanitário dos trabalhos e assegurar apoio universal»²⁵⁰.

Foi ainda estabelecido contacto directo entre o ACNUR e a operação da UNICEF no Congo. A Liga tinha apontado já uma delegação composta por sete a oito elementos que se responsabilizaria pela coordenação, em conjunto com a UNICEF, do programa de assistência alimentar para a população congolea - distribuição de leite a crianças e mães - pelo período de um ano. O diretor de operações da UNICEF alertava o Alto-Comissário para o facto de a coexistência deste plano com a intervenção paralela do ACNUR ser impraticável: «parece assim insensato configurar uma organização especial sob a égide do Alto-Comissário para lidar separadamente com os refugiados de Angola» e sugeria que Felix Schnyder confiasse na estrutura proposta pela UNICEF e pela LSCV, ressaltando o apoio do ACNUR para medidas adicionais já que «a situação dos refugiados angolanos era mais grave do que a dos nativos». John Kelly era sugerido como *liaison* entre o Comité de Coordenação das operações e o Alto-Comissariado. Ser-lhe-ia solicitado no dia seguinte um relatório urgente sobre a situação no Congo²⁵¹.

O Alto-Comissário continuou em permanente contacto com o Secretário-Geral por forma a escrutinar a melhor abordagem para a situação dos refugiados angolanos. Relativamente ao plano de assistência aos refugiados, Dag Hammarskjöld excluiu a necessidade imediata da utilização dos fundos do ACNUR «pelo menos até que todos os envolvidos tenham tido a oportunidade de utilizar os recursos disponíveis»²⁵². Por isso, os recursos alimentares e de assistência médica da ONUC seriam alocados aos refugiados angolanos sob a forma de empréstimo ao Estado de acolhimento. Relativamente à Liga, não tinha ainda informação sobre a posição da organização face à utilização

²⁵⁰ Circular de 25 de Maio de 1961, doc. s.n., em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵¹ Telegrama de Thomas Jamieson para John Kelly, de 31 de Maio de 1961, doc. 25, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵² Telegrama de Dag Hammarskjöld para Felix Schnyder, de 1 de Junho de 1961, doc. 27, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

dos seus fundos para a assistência aos refugiados angolanos. Consequentemente, o Secretário-Geral era da opinião que o ACNUR tivesse um papel de coordenação e organização geral de apoio em cooperação com a Liga, colocando de parte a participação numa estrutura inter-organizacional que só iniciaria um programa dentro de alguns meses. O Alto-Comissário concordava em cooperar com as organizações no terreno até a estrutura estar operacional por não estar em posição de definir concretamente o papel do ACNUR até poder analisar o relatório de John D. R. Kelly.

Outra questão discutida derivou da pressão de observadores portugueses no Comité Executivo do Programa do Alto-Comissariado. Neste órgão, os delegados pediam especificamente ao ACNUR para não destacar o problema dos refugiados angolanos, já que Portugal estava a colaborar com as organizações voluntárias nas operações de assistência. A delegação insistiu ainda que os distúrbios que impeliam a população a procurar refúgio fora de Angola estavam a ser provocados por «certos grupos em Leopoldville», motivando pedidos de protecção ao Estado português²⁵³.

A pressão sobre o ACNUR surgia de várias frentes. Nas Nações Unidas a questão angolana estava sob escrutínio. Por indicação do Conselho de Segurança, tinha sido formado o Sub-Comité sobre a Situação em Angola que pedia o envio de toda a informação que o ACNUR possuía sobre os refugiados angolanos no Congo, incluindo estudos e relatórios²⁵⁴, de forma a pressionar o governo português a prestar informações sobre a situação na colónia utilizando a questão humanitária. O Alto-Comissário não tinha à altura informação relevante para fornecer ao Sub-Comité dado estar ainda a decorrer o processo de investigação sobre a situação dos refugiados. Por outro lado, a delegação congoleza perante as Nações Unidas questionava quais os procedimentos seguidos pelo ACNUR desde o pedido de assistência. Haveria alguma obstrução à assistência em benefício dos refugiados angolanos? Finalmente, a exploração da situação pela imprensa internacional colocava o posicionamento ambíguo do ACNUR, e da ONU em geral, em xeque²⁵⁵.

²⁵³ Carta de Felix Schnyder para Secgen Reyour, de 5 de Junho de 1961, doc. 32, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵⁴ Carta de Carlos Salamanca para Felix Schnyder, de 14 de Junho de 1961, doc. 37, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵⁵ Telegrama de Otto Gobious para ACNUR Genebra, de 12 de Junho de 1961, doc. 36, em Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

As dificuldades burocráticas e operacionais no Congo resultaram no atraso do relatório de John Kelly²⁵⁶. Este contabilizava mais de 100.000 refugiados na região, um número muito superior ao estimado em Maio anterior e que aumentava diariamente. Os refugiados preenchiam os requisitos básicos do Artigo 6B do Estatuto já que tinham sido alvos de «medidas de pacificação severas» por parte das autoridades portuguesas e de ataques por parte da população europeia. Mormente, as condições a que estavam sujeitos eram tão rigorosas como as que existiam na Argélia aquando da movimentação de refugiados para a Tunísia e Marrocos. Por outro lado, «os refugiados angolanos podiam estar sujeitos a cláusulas de exclusão do Estatuto» já que, apesar de se tratarem de nacionais portugueses, tinham sido bem-recebidos pela população congoleza que partilhava afinidades comunitárias e étnicas. Assim, apesar de não terem a intenção de voltar ao seu país de origem, era notável, na opinião de Kelly, que podiam ser facilmente assimilados na estrutura económica e social no Congo. O Estado congolês tinha reconhecido o estatuto de refugiado e garantido asilo a estes grupos pelo que a assistência de emergência estava a ser providenciada pelas organizações no terreno. Finalmente, Kelly sugeria que assistência a providenciar pelo ACNUR poderia ser dirigida à integração sócio-económica dos refugiados recorrendo a programas de auto-suficiência²⁵⁷.

A partir do relatório, o Alto-Comissário comunicou ao Secretário-Geral da ONU que o ACNUR não se pronunciaria naquele momento sobre a elegibilidade dos refugiados para uma extensão do mandato dos refugiados angolanos e consequente utilização do Fundo de Emergência. Felix Schnyder chegava a esta conclusão por determinar que não existiam problemas relativos à protecção legal dos refugiados e pelo facto de existir assistência material no terreno suficiente. A questão seria reconsiderada se e quando a operação de assistência estivesse ameaçada devido à escassez de recursos. A contribuição do ACNUR poderia estar ligada a soluções de longo-prazo, nomeadamente para a obtenção de auto-suficiência. Propunha por isso o envio de um delegado, Vladimir Temnomeroff²⁵⁸, para o Congo com o objectivo de avaliar as necessidades dos refugiados

²⁵⁶ Carta de J. R. D. Kelly para o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, de 1 de Junho de 1961, doc. 30, em *Angolan Refugees - General 1961-1966*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵⁷ Relatório de J. D. R. Kelly, de 27 de Junho de 1961, doc. 46A, em *Angolan Refugees - General 1961-1966*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

²⁵⁸ Carta de Felix Schnyder para Sture Linner, de 22 de Agosto de 1961, docu. 78, em *Angolan Refugees - General 1961-1966*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

e fazer sugestões a esse respeito, e ainda efectuar estudos sobre programas de auto-suficiência em estreita cooperação com a operação coordenada pelas organizações no terreno²⁵⁹.

Dimensões redutoras - as limitações institucionais à intervenção

A forma como os três casos foram recebidos pelas organizações internacionais em estudo reflete as novas dinâmicas que a questão colonial veio adicionar às tentativas de universalização de resposta de assistência aos refugiados. A informação sobre os conflitos chegou em primeiro plano ao Comité Internacional da Cruz Vermelha. Nos três casos, fosse por apelo ou interesse espontâneo dos actores intervenientes, foi no CICV que se desenvolveram os primeiros debates sobre o carácter das lutas de independência e sobre a necessidade de intervenção humanitária.

O conflito queniano foi o primeiro grande desafio colonial do CICV em África. A complexidade da situação, aliada à falta de informação credível sobre a realidade no terreno, limitou a acção do CICV nos primeiros anos do conflito. Esse hiato permitiu que se iniciasse um debate interno sério acerca das necessidades de adaptação às geografias coloniais e aos actores envolvidos. Especialistas como Pierre Gaillard e Geoffrey C. Senn alertaram o Comité Internacional tanto para a realidade nas colónias africanas como para as limitações do CICV e das Sociedades Nacionais. Estas últimas, em particular, adoptavam posicionamentos estatistas ou de solidariedade nacional que espelhavam um retrato das sociedades coloniais, contrário aos valores estabelecidos pelas Convenções de Genebra de 1949 e pelo Estatuto do MICV. A necessidade de reforma dentro das organizações do Movimento, por forma a adaptarem a sua estrutura tanto aos valores como à realidade universal dos conflitos e consequente necessidade de assistência, foi discutida entre o final de 1954 e 1955. Deste período de concertação saíram duas ideias principais: era preciso uma diversificação dos agentes de assistência nacionais e internacionais, e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha não eram organismos suficientemente imparciais para constituírem o ponto de ligação entre o Comité Internacional e as autoridades metropolitanas ou coloniais.

Os obstáculos levantados à intervenção do CICV, tanto pelas autoridades nacionais como pelas Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, sentiram-se em todos os casos e o Comité

²⁵⁹ Carta de Felix Schnyder para Dag Hammarskjöld, de 27 de Julho de 1961, doc. 68, em *Angolan Refugees - General* 1961-1966, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

Internacional mostrava *a priori* reservas em relação ao posicionamento destas organizações. Se o contacto com as Sociedades Nacionais para compreender melhor a situação no terreno fazia parte dos procedimentos regulares do CICV, estes organismos mostravam uma posição parcial no conflito, levando a sucessivos atrasos no processo de intervenção.

Esta questão foi mais decisiva no caso queniano por não existirem outros meios de ligação ao terreno, mas também pela relutância dos dirigentes do Comité Internacional em denunciar a situação no território na ONU, aproveitando o apelo feito pelo *Kenya Committee for Democratic Rights of Kenya Africans*, e que poderia constituir um passo determinante para a o debate internacional e intervenção mais atempada. Nos conflitos argelino e angolano, o CICV tinha já delegações nos territórios afetados pelo influxo dos refugiados, o que facilitou a comunicação e agilizou as operações de intervenção quando necessárias. As delegações na Tunísia e no Congo foram os primeiros recursos a serem utilizados pelo Comité para conseguir gizar uma possível intervenção, no âmbito da assistência aos refugiados.

Pelas limitações temporais e geográficas do seu mandato, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados não teve qualquer interferência no caso queniano. As primeiras extensões do mandato surgiram em 1956 e 1957, ano em que a Tunísia formalizou o pedido de assistência às Nações Unidas e ao ACNUR para os refugiados argelinos. Assim, o conflito argelino tornou-se no primeiro caso colonial para a intervenção do ACNUR. A capacidade de assistência a estes refugiados ficou a dever-se a duas questões importantes: primeiro a pressão que os novos Estados membros da Assembleia Geral da ONU conseguiram impor no sentido da universalização de direitos humanos e, depois, pela iniciativa particular do Alto-Comissário August Lindt que, mesmo antes da aprovação da reestruturação da agência e da fórmula dos bons-ofícios e apoiado pelo governo norte-americano e pelo Secretário-Geral, mostrou interesse e orientou a formalização do pedido de assistência por parte do governo tunisino, por forma a dar continuidade ao trabalho da agência.

No caso angolano a intervenção das organizações internacionais tornou-se mais complexa. O Congo Leopoldville era palco de conflitos internos desde a sua independência e no terreno a crise humanitária que atingia as populações deslocadas agravava-se aquando da fuga dos angolanos para o Baixo-Congo. Os vários contactos da UPA dirigidos ao Comité Internacional foram feitos antes do início dos primeiros confrontos e, por não se tratarem de refugiados surgidos a partir de um conflito, mas de perseguição e maus tratos por parte das autoridades locais, o CICV sugeria

um apelo directo ao ACNUR, que não chegou a ser efectuado. A assistência no terreno estava fragmentada entre várias agências - LSCV, CVC, ONUC, UNICEF e várias organizações confessionais - com competências distintas. Capacitar a intervenção destas duas instituições no terreno adicionava complexidades operacionais e jurídicas, principalmente no caso da intervenção do ACNUR. Para a extensão do mandato do Alto-Comissário era necessário averiguar se os refugiados angolanos poderiam ser elegíveis. Confirmada a elegibilidade, o ACNUR tinha de encontrar o seu espaço dentro de um terreno retalhado onde a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha já tinha um papel de coordenação em cooperação com a ONUC e a UNICEF. Mormente, era importante diferenciar os refugiados angolanos dos restantes deslocados no território congolês por forma a não suscitar argumentos que colocassem em causa a imparcialidade política do Alto-Comissário. Todas estas questões atrasaram o processo de intervenção do ACNUR em benefício dos refugiados angolanos, que seria relegado para um plano de apoio à integração a médio-prazo.

Nos processos iniciais de recepção e debate sobre os conflitos no Quénia, na Argélia e em Angola fica demonstrada a clara necessidade de adaptação a estes casos específicos. A escassa informação sobre as medidas tomadas no terreno e a relutância das potências coloniais à intervenção humanitária, alegando o não reconhecimento dos beligerantes autóctones e o facto destes tumultos entrarem no âmbito da jurisdição interna, dificultaram a compreensão da realidade no terreno e a preparação de estratégias de emergência.

Outro factor determinante nos procedimentos, e que resultou no adiamento da intervenção, é a concepção de fronteira enquanto ponto de divisão e passagem de refugiados. A elegibilidade dos refugiados angolanos era colocada em causa pela pertença a comunidades extra-fronteiriças e, no caso queniano, resultou na incapacidade de reconhecimento da existência destes grupos de indivíduos no Tanganica nos primeiros anos do conflito. No caso angolano a questão da porosidade da fronteira levou a um conjunto de debates sobre a elegibilidade dos refugiados para protecção e assistência, sendo necessária a intervenção do Secretário-Geral da ONU - com uma posição novamente determinante para a actuação do ACNUR nas geografias coloniais - para a elucidação dos critérios a seguir: a nacionalidade portuguesa prevalecia sobre familiaridades étnicas, pelo que a protecção destes indivíduos era estabelecida pela jurisdição do Estado português.

Finalmente, apesar da concepção do africano como sujeito de direitos não ser colocada em causa pelas organizações internacionais de assistência humanitária, surgiam sérias limitações a esse reconhecimento por parte de organizações de assistência no terreno tão relevantes como as

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha. Estas, para além de boicotarem a assistência a certas camadas da população, colocavam entraves à intervenção do CICV nos territórios em disputa. Também nos meandros internacionais, a percepção do autóctone como atrasado e desprovido de solidariedade humanitária foi desafiada, resultando numa série de debates que incentivavam tanto a reforma das instituições, como a alteração de mentalidades.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

CAPÍTULO III

ESFERAS DE SOBERANIA - BLOQUEIOS À INTERVENÇÃO INTERNACIONAL EM BENEFÍCIO DOS KIKUYU NO QUÉNIA

*You are not natives in Tanganyika but guests and if you
abuse of our hospitality you will be removed from the
territory.
The disgusting Mau Mau Society will not be tolerated in
Tanganyika.*²⁶⁰

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, o Quénia colhia os frutos do desenvolvimento económico fomentado pela procura de recursos produzidos na colónia e pelos planos de desenvolvimento britânicos que abarcavam actividades de produção agrícola, industrial e de incremento urbanístico. As medidas implementadas pelos *Colonial Development Acts* encontravam-se alicerçadas em políticas de exploração da população autóctone nas várias esferas sócio-económicas, resultando na segregação e depauperação da população menos qualificada, bem como na fragmentação social e comunitária dos Kikuyu. Por isso, o conflito queniano foi marcado, desde o início, tanto pela radicalização de protestos sociopolíticos, como por ataques violentos aos indivíduos cooptados pela administração colonial e, consequentemente, mais privilegiados dentro da comunidade Kikuyu.

Embora esporádicos e limitados num primeiro momento, os ataques dos Mau Mau foram aumentando em frequência e grau de violência, devido ao aumento da adesão, voluntária ou coerciva, através de um juramento de lealdade administrado pelos líderes das várias células do movimento. Surpreendida, a administração britânica concebia estes actos de juramento como o retrocesso dos autóctones no processo de desenvolvimento civilizacional, condenando-os e propagando a ideia de que o rito infligia, aos que nele participavam, uma espécie de doença psicossomática que não só negava ensinamentos cristãos, como inculcava nos *contaminados* uma

²⁶⁰ Donald Troup, Comissário Interino da Província Norte do Tanganica citado em «Death Threats in Tanganyika», *Scotsman*, de 13 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

bestialidade atroz que contrastava com a ideia que tinham destes autóctones²⁶¹. Consequentemente, a administração colonial respondeu aos ataques com medidas de perseguição colectiva aos Kikuyu - com a excepção daqueles leais ao governo - por forma a bloquear ou reverter a propagação dos ideais Mau Mau. As dinâmicas do conflito revelariam, assim, uma malha intrincada de lealdades e oposições, cujo alvo colectivo foram os Kikuyu.

Por forma a escapar às tentativas de cooptação coagidas dos Mau Mau, ou às medidas de perseguição discricionária do governo colonial, milhares de Kikuyu deslocaram-se para o Tanganica, protectorado britânico sob mandato da ONU, durante os três primeiros anos da rebelião. Durante este período, a deslocação massiva dos Kikuyu para o Tanganica resultou da movimentação de famílias ameaçadas pelo conflito étnico. No território vizinho juntaram-se a comunidades Kikuyu forçadas a estabelecer-se na Província Norte pelas políticas de controlo populacional e de produção, operadas pelos governos da África Oriental Britânica. No presente capítulo, pretende-se compreender as concepções imperiais e medidas implementadas aquando da fuga dos Kikuyu para o Tanganica e durante o decorrer do conflito queniano, na ausência de qualquer reconhecimento ou direito de protecção como refugiados. Como pensar o *sujeito* refugiado quando o direito internacional implementado é ambíguo? Que medidas foram tomadas pelo executivo britânico e pelas administrações locais para lidar com a fuga de Kikuyu para o Tanganica? Qual o papel das organizações internacionais e nacionais de protecção e assistência humanitária no conflito queniano? Que desafios encontraram e que estratégias perspectivaram para a intervenção humanitária? A resposta a estas perguntas permitirá compreender as dificuldades de implementação do Direito Internacional Humanitário e dos direitos humanos em cenários de conflito colonial onde o estado de excepção e a protecção dos interesses britânicos foram a regra.

Movimentações para o Tanganica: refugiados no enredo do controle populacional

O Tanganica, que partilhava fronteira a norte com as províncias de Rift Valley, Costeira e Nyanza do Quênia, era um protectorado britânico desde 1916, oficializado pelo mandato da SDN

²⁶¹ Segundo David Anderson, os colonos britânicos tinham, antes do início dos tumultos, uma ideia geralmente positiva dos Kikuyu, baseada na sua aderência ao desenvolvimento civilizacional e económico: os Kikuyu tinham adoptado práticas cristãs, aceitavam o sistema de pagamento de base salarial e eram vistos como empreendedores e progressistas. A confiança, ainda que de cariz paternalista, era corroborada pelo facto de os colonos confiarem aos Kikuyu os cuidados domésticos dentro das duas propriedades. Anderson, *Histories of...*, 279.

em 1922 e gerido em parceria com a ONU desde o início do mandato renovado em 1946. Os moldes do regime de tutela destoavam da ideia de mandato que os britânicos tinham inicialmente construído. A questão girava em torno da responsabilidade pela administração do território estar dividida entre a Coroa Britânica e uma organização internacional de Estados livres e pares. Se como mandatário da SDN o Estado britânico tinha usufruído de extensa liberdade política e administrativa associada a ideários imperialistas e civilizacionais, o sistema de tutela estabelecido pela ONU previa maior intervenção internacional no território com base no direito à auto-determinação e outros princípios fundamentais estabelecidos pela DUDH²⁶². De acordo com o Capítulo XII da Carta das Nações Unidas e com o subsequente acordo bilateral, a Grã-Bretanha viu-se obrigada a partilhar informação política sobre o Tanganica e a deixar que comissões independentes aí se deslocassem para estudar os planos económicos, sociais e políticos a serem implementados para a futura auto-subsistência do território²⁶³. Na prática, a administração local decorria nos mesmos moldes da administração da África Oriental Britânica. Com a excepção das missões de especialistas independentes - a primeira realizou-se em 1949 - e as recomendações dadas a partir dos relatórios resultantes, a ONU não tinha capacidade efectiva para controlar as políticas administrativas locais focadas no desenvolvimento económico sem ter em conta os meios utilizados para tal fim, o que se refletiu no atraso da educação, na expropriação de terras e na migração forçada de comunidades inteiras²⁶⁴.

Segundo os dados administrativos locais, a primeira fixação de Kikuyu na Província Norte do Tanganica ocorreu em 1928 quando 34 famílias foram levadas para a região pelo Departamento das Florestas para trabalharem na Reserva Florestal do Norte Kilimanjaro. Na década seguinte novos registos indicam que outras famílias tinham conseguido infiltrar-se na área fora do controle administrativo ou, à semelhança das primeiras, tinham sido levadas pelas autoridades. As primeiras deportações deram-se em 1940, quando, segundo um acordo estabelecido entre as administrações

²⁶² Para uma interpretação contemporânea aos acontecimentos e que reflete estas mudanças *vide* M. Bates, «Tanganyika: The Development of a Trust Territory», *International Organization* (vol. 90, n.º 1, 1955) 32-51. Para uma análise do sistema de mandatos da SDN e a construção do regime de tutela *vide* N. Matz-Lück, «Civilization and the Mandate System under the League of Nations as Origin of Trusteeship», *Max Planck Yearbook of United Nations Law* (vol. 9 n.º1, 2005) 47-95.

²⁶³ *Tanganyika: U. N. Mission's Report*, Debate na Câmara dos Lordes de 11 de Maio de 1949, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1949/may/11/tanganyika-un-missions-report-1>, acedido em 18 de Julho de 2017.

²⁶⁴ *Africa*, Debate na Câmara dos Comuns de 29 de Julho de 1949, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/lords/1949/may/11/africa>, acedido em 18 de Julho de 2017.

dos dois territórios, 102 famílias foram expulsas do distrito de Arusha e repatriadas para o Quénia.²⁶⁵

Como já foi referido no Capítulo II, na África Oriental Britânica, a deslocação forçada de grupos de indivíduos pela expropriação ou alienação de terras foi utilizada com frequência na primeira metade do século XX. Os Kikuyu foram a tribo mais afectada pela política britânica de colonização na região. A política de ocupação colonial no Quénia, pautada pela eficiência da produtividade agrícola - geralmente constituída por colonos sem nenhuma experiência na área da agricultura²⁶⁶ - procurava garantir o sucesso económico dos britânicos e, por conseguinte, a viabilidade financeira da colónia²⁶⁷.

Durante a primeira metade do século XX, um governo colonial de cariz interventivo colocou assim em prática um conjunto de medidas que forçou os Kikuyu para fora do seu território tradicional. Num primeiro momento, foram delimitadas reservas africanas para cada grupo étnico. De seguida, foram criados impostos inoportáveis para os autóctones que, forçados a sair das suas áreas de residência, se estabeleceram em propriedades europeias, trabalhando para os colonos. Cercados por colonos e submetidos a uma cultura de expansão de terras por forma a diminuir a pressão populacional, os Kikuyu viram a sua garantia de subsistência retirada. Na década de 1930, a produção agrícola começou a deteriorar-se gravemente devido à sobrepopulação da região e muitos indivíduos viram-se forçados a migrar para Nairobi ou para outras áreas²⁶⁸. Por forma a controlar os fluxos migratórios dentro e para fora do território, o governo colonial implementou um passe laboral, o *kipande*, que registava o nome, impressão digital, grupo étnico, histórico laboral e a assinatura do empregador mais recente.

Os fluxos migratórios eram, desta forma, controlados pelas autoridades locais e centrais que forçavam a deslocação interna de Kikuyu no Quénia, mastambém para o Tanganica, consoante a necessidade de mão-de-obra. Nos censos de 1948 foram identificados cerca de 1800 Kikuyu na Reserva Florestal do Kilimanjaro Norte e cerca de 1700 noutros locais da província, em aglomerados populacionais perfeitamente controláveis pelas autoridades de um lado e do outro da

²⁶⁵ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

²⁶⁶ R. M. A. Van Zwanenberg, «Kenya's Primitive Colonial Capitalism: The Economic Weakness of Kenya's Settlers up to 1940», *Canadian Journal of African Historical Studies*, vol. 9, n. 2, (1975): 277-92.

²⁶⁷ Elkins, *Britain's Gulag...*, 15.

²⁶⁸ O aumento da população devia-se à melhoria das condições de saúde e higiene que tinham resultado na diminuição da taxa de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil.

fronteira. Já em 1951, após o início dos ataques dos Mau Mau, o censo do Departamento do Trabalho registou 7000 indivíduos nas Reservas e em áreas rurais, e 1500 em vilas e outras áreas. Depois da declaração de estado de emergência os Kikuyu na província norte do Tanganica somavam um efectivo 15000 indivíduos²⁶⁹.

Antes de Novembro de 1950, não havia registo de transmissão de informação acerca das «actividades subversivas» dos Kikuyu relacionadas com o movimento Mau Mau²⁷⁰. Desde a primeira denúncia de cerimónias de iniciação Mau Mau, registaram-se apenas dois eventos semelhantes no Tanganica até ao Verão de 1952. Em Outubro desse ano, as cerimónias eram escassas segundo os testemunhos: «Um jovem Kikuyu reportou que no dia 12 de Setembro tinha sido forçado a fazer o juramento de lealdade e afirmou que mais três pessoas, duas das quais mulheres, tinham sido iniciadas ao mesmo tempo. [...] Um Kikuyu agricultor reportou que no dia 19 de Outubro a porta da sua cabana tinha sido arrombada por seis homens que exigiram que ele fizesse o juramento. Ele recusou e conseguiu expulsá-los com uma espada (Este caso está a ser estudado e pode seguir-se uma acusação formal). [...] Um Masai (casado com uma mulher Kikuyu) reportou à Polícia (...) que o seu filho tinha sido coagido a fazer o juramento. [...] Um jovem Kikuyu reportou à Polícia que no dia 22 de Outubro o seu pai e a sua mãe tinham aderido aos Mau Mau e feito o juramento e tentaram forçá-lo a fazer [o mesmo] mas acabou por escapar antes que a Cerimónia tivesse início e informou a Polícia.»²⁷¹

No entanto, as estimativas do *Special Branch*²⁷² apontavam para que 90% da população adulta Kikuyu fizesse, voluntária ou coercivamente, parte dos Mau Mau à altura²⁷³. Relativamente aos casos supracitados, as autoridades prometiam a instituição de uma acusação formal e julgamento em tribunal sempre que se apresentavam provas suficientes, demonstrando preocupação em proteger as testemunhas do risco de assassinato ou ameaças que resultassem na

²⁶⁹ Onde cerca de 3000 homens tinham idades superiores a 18 anos e cerca de 2000 entre 16 e 18 anos. Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*; e «Cult Spreading» *Daily Herald* de 11 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁷⁰ Note-se que o Governo do Quénia declarava ao Executivo Britânico que os primeiros incidentes com cunho Mau Mau tinham sido comunicados apenas em Maio de 1952.

²⁷¹ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

²⁷² O órgão departamental que tratava da investigação às actividades Kikuyu.

²⁷³ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

recusa de fornecimento de informações por parte dos delatores. A utilização destes escassos testemunhos serviu para ilustrar uma tendência exponencial de protesto que sugere a manipulação do nível de envolvimento da população Kikuyu nas actividades Mau Mau no início de conflito, devido ao receio das autoridades no Tanganica de que se desenvolvesse uma situação de carácter violento como acontecia no território vizinho. Das autoridades do Tanganica chegava a informação de que tinham sido identificados três líderes do movimento na Província Norte «com o objectivo de encontrar acomodação para refugiados políticos quenianos». Ficou ainda registado que «os líderes do Movimento Mau Mau», como Jommo Kenyatta, Jesse Karioke, Peter Mbui Koinage e John Wesley Koinage, visitaram a região várias vezes desde 1951. Os refugiados Kikuyu constituíam então uma amálgama repercutida da realidade queniana: estavam presentes no Tanganica grupos de indivíduos que fugiam tanto às formas de cooptação e ataques do KLFA, bem como às medidas coercivas britânicas.

Na perspectiva das autoridades, a Província Norte do Tanganica servia de refúgio político e, ao mesmo tempo, de fonte de recrutamento para o movimento. Apesar dos relatos de iniciação não serem volumosos, estes tenderam a aumentar com o tempo, nomeadamente aqueles que se referem a iniciações coagidas. No entanto, a estimativa de adesões voluntárias parece maior: numa determinada área onde se instalaram cerca de 600 homens, apenas 20 foram ameaçados para se juntar aos Mau Mau. As autoridades recearam assim que o movimento se espalhasse, sendo necessária uma resposta «forte» face à actividade dos líderes políticos²⁷⁴. Ora, ficam patentes nas declarações de Sir Edward Twining três questões importantes: primeiramente, a aceção de que um conjunto de figuras da resistência queniana se deslocava ao Tanganica na tentativa de assegurar refúgio político para outros indivíduos; segundo, a ligação de líderes da KAU às actividades Mau Mau; terceiro, a incapacidade para prevenir os actos coercivos dos Mau Mau sobre a população refugiada no território. Neste sentido, conclui-se que as autoridades descuravam questões humanitárias em prol da necessidade de medidas coercivas para travar o fluxo de entrada dos Kikuyu na Província Norte do Tanganica.

Segundo o governo do protectorado, as actividades Mau Mau não se limitavam à realização de cerimónias de juramento entre os Kikuyu. Existia uma tentativa deliberada de trazer outras tribos como os Chagga ou os Waarusha para as suas fileiras. Mesmo os Meru, que devido à recente

²⁷⁴ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

aquisição de terras seriam, à partida, mais leais à administração, adoptavam táticas Mau Mau contra colonos locais. Os Kikuyu ministravam ainda três escolas primárias e uma escola secundária independentes do controlo governamental²⁷⁵. Era reportado que somente as crianças cujos pais pertencessem aos Mau Mau poderiam frequentar as escolas²⁷⁶, pelo que as autoridades inferiram uma doutrinação com vista à rebelião.

A fixação e organização comunitária dos Kikuyu no norte do Tanganica, apesar de vulnerável à infiltração Mau Mau, era pautada por dinâmicas não violentas, não havendo indícios de tumultos anteriores à declaração do estado de emergência no Quénia. Não obstante, Sir Edward Twining, apelava a Londres a necessidade de uma «ação firme» para expulsar os Kikuyu que se tinham deslocado recentemente para o território de forma a «evitar qualquer outra infiltração» e mostrar aos refugiados que actividades Mau Mau não eram toleradas. Na perspectiva do governador do Tanganica, havia «um grande perigo de que os refugiados suspeitos [estivessem] já infiltrados» no final de Outubro de 1952²⁷⁷.

A desconfiança que pautava as formas de tratamento da questão dos Kikuyu no Tanganica resultava das alterações das dinâmicas relacionais entre as autoridades quenianas e a população autóctone no território vizinho, mas também das características específicas das políticas migratórias e da fragmentação social que faziam parte da concertação político-administrativa da África Oriental Britânica. A escalada do conflito ao nível regional trouxe graves repercussões a nível internacional, ainda que o caso queniano não tivesse sido apresentado para debate na ONU. Após a incapacidade de integrar a resistência no sistema de governação no Tanganica e no Quénia, como era requerido à administração britânica pelas disposições da Carta das Nações Unidas²⁷⁸, as autoridades dos dois territórios, enveredaram por uma política de contenção rápida do conflito que

²⁷⁵ Tal como no Quénia, as escolas pertencentes à Kikuyu Independent Schools Association seriam fechadas e a associação declarada ilegal. Foram disponibilizadas duas escolas estaduais para engajar as crianças Kikuyu, apesar da maioria já estar em trânsito para o Quénia. Carta de Oliver Lyttelton para Sir. Edward Twining, de 27 de Novembro de 1952; e Carta de Sir. Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 18 de Dezembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK. David Anderson indica que o fecho das escolas independentes Kikuyu foi o golpe determinante para a escalada da violência por parte dos Mau Mau no Quénia. Anderson, *Histories of...*, 72.

²⁷⁶ Carta de Sir Edward Twining para Secretário de Estado das Colónias, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

²⁷⁷ Carta de Sir Edward Twining para Secretário de Estado das Colónias, de 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

²⁷⁸ *Councils (African Representation)*, Debate na Câmara dos Comuns de 25 de Maio de 1949, em Hansard, <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1949/may/25/councils-african-representation>, acedido em 16 de Julho de 2017.

resultou num sistema coercivo de controlo de movimentações, estendido aos Kikuyu que tentavam escapar tanto à repressão colonial como à violência no Quénia gerada pelos Mau Mau.

Quando os refugiados regressam

Depois da declaração do estado de emergência no Quénia, uma série de acções violentas perpetradas pelos agentes Mau Mau situados perto dos montes Kilimanjaro e Meru levaram à escalada da resposta por parte das autoridades locais. Apesar da situação na Província Norte permanecer calma, registaram-se algumas denúncias de coação para adesão ao movimento²⁷⁹ e, mais grave, um conjunto de ameaças²⁸⁰ e homicídios junto da população europeia²⁸¹. Havia sinais de que o culto dos Mau Mau se estava a espalhar no Tanganica²⁸² e o governo local não poderia tolerar tal «contaminação»²⁸³: «Muitos dos Kikuyu aqui são bem-vindos como bons trabalhadores e crê-se que muitos estão a tentar escapar à atmosfera criada pelos Mau Mau nas reservas Kikuyu do Quénia. Mas há uma minoria que tem vindo a organizar actividades Mau Mau, principalmente para servirem de base e refúgio para os gangs quenianos [...] a posição é complicada pelo facto de não estarmos em Estado de Emergência».²⁸⁴

Apesar do reconhecimento de que os Kikuyu procuravam refúgio no Tanganica e de que apenas uma minoria estava ligada às actividades dos Mau Mau, chegava à Câmara dos Comuns a ideia de que a «única acção possível»²⁸⁵ seria aplicar, sob a ordem do governador local, a *Expulsion*

²⁷⁹ «Suspects arrested in Tanganyika» *Times*, de 10 de Novembro de 1952; e «Dar-es-Salaam» *Yorkshire Post*, de 15 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁸⁰ «Death Threats in Tanganyika» *Scotsman*, de 14 de Novembro de 1952; e «Dar-es-Salaam» *Yorkshire Post*, de 15 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁸¹ «Police Swoop on Mountain Mau Mau» *Evening Standard*, de 10 de Novembro de 1952; «European Shot Dead Through the Window» *Evening News*, de 10 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK. A população europeia, cuja segurança se via agora ameaçada na região, tomava duas atitudes. Por um lado, houve uma corrida às armas para protecção dos colonos (sobretudo aqueles a viver em áreas rurais), assistindo-se posteriormente à movimentação das mulheres desses colonos para Dar-es-Salaam, onde ainda não havia registo de infiltração do Movimento. «Mau Mau Raid on Kilimanjaro» *The Star*, de 11 de Novembro de 1952; e «Dar-es Salaam» *Yorkshire Post*, de 15 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁸² «Suspects arrested in Tanganyika» *Times*, de 10 de Novembro de 1952; e «Close Watch in Tanganyika» *Daily Telegraph*, de 11 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁸³ «Tanganyika Precautions» *Times*, de 2 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁸⁴ Sir Edward Twining, citado em «Suspects arrested in Tanganyika» *Times*, de 10 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁸⁵ Carta do Governador para Secretário de Estado das Colónias, 30 de Outubro de 1952, *An Appreciation of the Kikuyu Situation in the Northern Province on 27 October 1952*, em CO/822/502, BNAK.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

of *Undesirables Ordinance*. Esta lei era aplicada a todos os Kikuyu alvo de denúncias, independentemente da sua ligação ao movimento. No relatório foi ainda sugerido que houvesse um controlo efectivo dos Kikuyu na Província Norte, que poderia ser feito pela declaração do estado de emergência na província ou pela instituição de uma norma especial para o efeito²⁸⁶.

A primeira medida foi implementada a 10 de Novembro de 1952. Com carta branca para deter e expulsar todos os suspeitos de ligação aos Mau Mau, foram imediatamente feitas cerca de 130 detenções²⁸⁷, nos mesmos moldes da *Operação Jock Scott*²⁸⁸. No rol de detenções, do qual 31 dos indivíduos pertenciam já a uma «lista negra» de suspeitos²⁸⁹; 50 permaneceram presos²⁹⁰, sendo posteriormente expulsos do território e deportados pelas autoridades quenianas²⁹¹. Dias mais tarde foram emitidas outras 19 ordens de expulsão²⁹², seguindo o protocolo de acção previsto na *Expulsion of Undesirables Ordinance*²⁹³.

Para controlar a movimentação de Kikuyu de forma mais efectiva foram implementadas algumas medidas extraordinárias acordadas entre os dois governos coloniais. Por um lado, todas as estradas de ligação entre os territórios foram cortadas havendo um controle cerrado da movimentação pelas vias comuns²⁹⁴. Por outro, a 25 de Novembro, foi introduzida e aprovada pelo Conselho Legislativo a *Registration of Persons Bill*, uma norma que permitia ao governador do Tanganica declarar zonas demarcadas de registo e aplicá-la «a qualquer classe ou classes de pessoas dentro dessas áreas»²⁹⁵. As primeiras áreas demarcadas compreendiam a Província Norte

²⁸⁶ Recorrendo à *Emergency Powers Order in Council* de 1939.

²⁸⁷ Os documentos referem entre 120 a 130 detidos. «Mau Mau Raid on Kilimanjaro» *The Star*, de 11 de Novembro de 1952; e «Kenya Police Arrests 120 Kikuyu» *New York Herald Tribune - Paris Edition*, de 10 de Novembro de 1952, ambos em CO/822/502, BNAK.

²⁸⁸ Foram feitos raides a sete comunidades Kikuyu, três delas em áreas florestais, outras três em zonas rurais e uma na vila de Arusha. «Kenya Police Arrests 120 Kikuyu» *New York Herald Tribune - Paris Edition*, de 10 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁸⁹ Neste grupo estavam duas mulheres. «Mau Mau Raid on Kilimanjaro» *The Star*, de 11 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁹⁰ «Cult Spreading» *Daily Herald*, de 10 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK. Neste órgão de imprensa constam 200 detenções.

²⁹¹ «Close Watch in Tanganyika» *Daily Telegraph*, de 11 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁹² Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, *Kikuyu Situation in Northern Province. Report for period 28th October to 22nd December, 1952*, de 23 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁹³ «Mau Mau Cited in Tanganyika. Arrests Made» *New York Herald Tribune - Paris Edition*, de 10 de Novembro de 1952, CO/822/502, BNAK.

²⁹⁴ «Mau Mau Raid on Kilimanjaro» *The Star*, de 11 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁹⁵ Carta de W. G. Wilson para W. A. C. Mathieson de 3 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

e ainda a Província de Tanga, onde algumas centenas de Kikuyu estavam instalados²⁹⁶. Na altura, a lei aplicou-se somente aos homens Kikuyu. O seu efeito prático era o registo de qualquer Kikuyu maior de idade e do sexo masculino que estivesse instalado nas províncias ou que entrasse nesses territórios, obtendo um documento de registo com a sua fotografia e impressão digital. No momento de registo todas as impressões digitais do indivíduo eram retiradas. Em teoria, o procedimento poderia ser a qualquer hora recusado ou cancelado, sendo que o indivíduo em questão ficava vulnerável à expulsão. A denominada *Operação Coachman* funcionava da seguinte forma: «[a] equipa de registo move-se de um ponto para outro e o oficial de registo requer que todos os Kikuyu dentro de um determinado raio de alcance desse ponto se registem aí durante o tempo que a equipa está no local. Estão a ser tomadas medidas para assegurar que todos os implicados estão devidamente informados das suas obrigações a este respeito». ²⁹⁷

Durante a campanha de registo não houve comunicação de qualquer incidente no território ligado aos Mau Mau. Apesar disso tanto as fontes oficiais como a imprensa internacional informavam Londres do súbito êxodo de Kikuyu para o Quénia. Famílias inteiras deixavam o território por forma a evitarem o registo²⁹⁸. Segundo os dados dos pontos de controlo nas estradas, no final de Dezembro, um mês depois da campanha ter começado, cerca de 1000 Kikuyu tinham já deixado a Província Norte do Tanganica de «forma voluntária»²⁹⁹. Na perspectiva das autoridades locais, as razões para o repentino retorno dos Kikuyu ficavam a dever-se: (1) ao «rumor» de que qualquer pessoa que se registasse dentro do novo esquema de controle seria considerada inimigo dos Mau Mau; (2) da possível retenção destes indivíduos no Tanganica após o registo; e (3) à oposição ao registo associado das famílias por parte dos homens Kikuyu³⁰⁰. Não

²⁹⁶ Até à altura não havia registo de actividades Mau Mau na província de Tanga apesar da existência de uma comunidade Kikuyu.

²⁹⁷ A norma estaria em vigor até 31 de Dezembro de 1953, podendo ser estendida por um outro período de tempo. «Tanganyika Measures» *Times*, de 18 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

²⁹⁸ Nas propriedades da província onde a campanha de registo já estava a decorrer, apenas 54% dos Kikuyu assinalados pelos proprietários efectuaram o registo. Os restantes tinham já abandonado o território.

²⁹⁹ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, *Kikuyu Situation in Northern Province. Report for period 28th October to 22nd December, 1952*, de 23 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

³⁰⁰ Este registo era feito em listagem anexada ao registo do indivíduo por forma a, indirectamente, controlar o volume e movimentos da população. Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, *Kikuyu Situation in Northern Province. Report for period 28th October to 22nd December, 1952*, de 23 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

obstante, nos jornais britânicos era apontado que os Kikuyu residentes no Tanganica estavam a retornar para o Quênia por medo da revogação dos seus direitos de propriedade³⁰¹.

Depois das primeiras detenções, o objectivo das autoridades era encontrar quaisquer novos líderes que tivessem surgido no lugar daqueles detidos e em vias de deportação. Sem registo de iniciações durante o mês de Dezembro e com os informantes sob ameaça de retaliação, o trabalho dos agentes no terreno tornou-se mais difícil. Tanto o governo local como Londres direccionaram as suas preocupações para a situação de insegurança e exposição internacional que os Meru colocavam sobre a Província Norte devido à expulsão de cerca de 3000 pessoas das suas terras nos distritos de Arusha e Moshi no Verão anterior.

Os representantes das 350 famílias Meru usaram o direito de petição para denunciar o caso nas Nações Unidas, sobre a qual a missão independente do Conselho de Tutela declarou que «apesar de haver boas razões práticas para a mudança de terras nos distritos de Arusha e Moshi, duvidavam que a remoção de africanos dos seus locais ocupados fosse desejável»³⁰². Em Nova Iorque, W. A. C. Mathieson, delegado do Reino Unido nas Nações Unidas, recebeu instruções para proceder de forma regular, cingindo-se à explicação dos factos e das razões para a acção do governo³⁰³. Depois de exposta a questão no Quarto Comité, a proposta de resolução apresentada pela Nova Zelândia, referia que as autoridades tinham ignorado as recomendações do Conselho de Tutela, pedindo o adiamento do processo de realocação enquanto a situação estava a ser estudada na ONU. A proposta criticava ainda o processo da expulsão forçada dos Meru, expressando o desejo de que nenhuma terra no Tanganica fosse alienada sem o consentimento coletivo «claramente expresso» dos «habitantes indígenas»³⁰⁴ e de que os terrenos lhes fossem restituídos³⁰⁵. No final do ano, Mathieson foi informado sobre a situação na Província Norte;

³⁰¹ «Kikuyu Exodus from Tanganyika», *Scottsman*, de 12 de Fevereiro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³⁰² Fenner Brockway, Debate na Câmara dos Comuns de 25 de Junho de 1952, em Hansard, http://hansard.millbanksystems.com/written_answers/1952/jun/25/tanganyika-resettlement-scheme, acedido em 16 de Julho de 2017.

³⁰³ Oliver Lyttelton, Debate na Câmara dos Comuns de 16 de Julho de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/jul/16/meru-tribe-evictions>, acedido em 16 de Julho de 2017.

³⁰⁴ Fenner Brockway, Debate na Câmara dos Comuns de 23 de Julho de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1952/jul/23/tanganyika-wameru-tribe>, acedido em 16 de Julho de 2016.

³⁰⁵ A proposta de resolução foi passada no Quarto Comité com 32 votos a favor, 17 contra e 3 abstenções. Oliver Lyttelton, Debate na Câmara dos Comuns de 10 de Dezembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/1952/dez/10/tanganyika-wamweo-tribe-evictions>, acedido em 16 de Julho de 2017.

Londres receava que este assunto colocasse o caso dos Mau Mau na mira das Nações Unidas e que o problema se agravasse³⁰⁶. Dos Kikuyu que estavam no Tanganica, grande parte tinha vindo para o território depois do início dos tumultos no Quênia em 1951³⁰⁷ e a ONU tinha a capacidade e autoridade para estudar a questão no território. A 21 de Dezembro, a resolução não conseguiu a maioria de dois terços necessária para ser aprovada na Assembleia Geral³⁰⁸. Os agentes britânicos em Londres e Nova Iorque conseguiram evitar um problema muito mais alargado: a questão dos Kikuyu não chegaria a ser debatida internacionalmente.

O momento de pressão internacional impôs uma reavaliação da situação no terreno. Por um lado, havia que evitar uma revolta dos Meru que tinham perdido a sua causa apesar de terem conseguido maioria absoluta na Assembleia Geral. Por outro lado, os Kikuyu colocavam dois desafios securitários na região: o fluxo massivo de pessoas que retornava à colónia britânica³⁰⁹ e a permanência de agentes Mau Mau nas florestas do Kilimanjaro.

Na perspectiva das autoridades era necessário reforçar medidas securitárias que garantissem uma maior estabilidade não só da província, mas de todo o protectorado. O sistema de registo dos Kikuyu avançava de forma positiva³¹⁰ mas era imperativo impedir novos influxos. Foi por isso aprovada uma lei que impedia o registo de pessoas que chegassem à Província Norte pela fronteira queniana³¹¹ e novamente considerada a hipótese de ser declarado o estado de emergência na província³¹².

³⁰⁶ Carta de W. G. Wilson para W. A. C. Mathieson, de 15 de Novembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

³⁰⁷ Até 30 de Setembro de 1951 registaram-se 1721 crimes de violência e dessa data até 30 de Setembro de 1952 registaram-se mais 1915. Oliver Lyttelton, Debate na Câmara dos Comuns de 12 de Novembro de 1952, em Hansard, <http://hansard.millbanksystems.com/written-answers/1952/nov/12/crimes-of-violence>, acedido em 17 de Julho de 2017.

³⁰⁸ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, *Kikuyu Situation in Northern Province. Report for period 28th October to 22nd December, 1952*, de 23 de Dezembro de 1952, em CO/822/502, BNAK.

³⁰⁹ Durante o mês de Dezembro três a quatro mil Kikuyus tinham deixado a Província Norte do Tanganica e mais de 300 tinham sido expulsos. Carta de Sir Edward Twining para P. Rogers, de 14 de Janeiro de 1953; e «Kikuyu leaving Tanganyika», *Times*, de 12 de Fevereiro de 1953, ambos em CO/822/502, BNAK.

³¹⁰ Tinham sido registadas apenas algumas centenas de pessoas até meados de Janeiro, mas um mês depois já se contavam 2500 indivíduos registados. Carta de Sir Edward Twining para P. Rogers, de 14 de Janeiro de 1953; e «Kikuyu leaving Tanganyika», *Times*, de 12 de Fevereiro de 1953, ambos em CO/822/502, BNAK.

³¹¹ Medida que o Colonial Office considerava de cariz temporário. Carta de P. Rogers para Sir. Edward Twining, de 7 de Janeiro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³¹² Apesar de a *Emergency Powers Order-in-Council* de 1939 não permitir a declaração do estado de emergência numa porção administrativa do território, a emenda aprovada em Outubro de 1952 permitia que tal fosse possível. Despacho de Oliver Lyttelton para Governadores, de 2 de Janeiro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

Em Fevereiro, 1000 Kikuyu foram deportados para o Quénia num «comboio especial» providenciado pelas autoridades do Tanganica³¹³. Uma vez no Quénia, os Kikuyu entraram no sistema estabelecido na colónia para triagem e posterior transferência para campos de concentração ou reservas. Em Nairobi, as autoridades lidavam com um novo influxo de possíveis aderentes Mau Mau que iriam engrossar as fileiras do movimento dissidente, que se reorganizava nas reservas. Mormente, cerca de 50.000 Kikuyu estavam já dentro do processo de triagem e os campos não comportavam mais indivíduos³¹⁴. Na Província Norte do Tanganica, as autoridades formaram um *cordon sanitaire* alargado a toda a fronteira por forma a prevenir tanto o retorno como a infiltração de novos agentes Mau Mau³¹⁵. Alargou-se, também, a *Registration of Persons Ordinance* às províncias Leste e dos Lagos³¹⁶. Mormente, e apesar de ainda não se terem registado casos de «contaminação» Mau Mau em outros grupos étnicos do território, foi estabelecido que qualquer acto ligado a filiações políticas com o Quénia seria reprimido com detenções e ordens de expulsão³¹⁷.

No Verão de 1953, as actividades Mau Mau aumentaram em proporção em ambos os territórios. Os novos grupos de guerrilheiros nas reservas quenianas beneficiavam do apoio das comunidades locais, do reforço do tráfico de armas a partir de Mombasa e ainda do abastecimento de comida providenciado por mulheres ou dependentes de repatriados que se tinham refugiado nas florestas dos montes Kilimanjaro e Meru, aquando da campanha de registo e deportações. No território vizinho, as reuniões políticas e iniciações cerimoniais aumentaram em Arucha e expandiram-se para Oldeani, na Província Sul. Registou-se ainda um aumento de crimes contra Kikuyus leais ao governo³¹⁸.

Apesar da implementação de políticas de controle de fronteiras, os Kikuyu que tinham retornado ao Quénia e cumprido a sua sentença, voltavam a entrar no protectorado³¹⁹. Na Província

³¹³ «Kikuyu leaving Tanganyika», *Times*, de 12 de Fevereiro de 1953, em CO/822/502, BNAK. O transporte de Kikuyus como hordas dentro de comboios reservados para o efeito era também prática comum no Quénia para a deslocação de indivíduos entre os campos e para as reservas. Elkins, *Britain's Gulag...*, 57.

³¹⁴ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 10 de Setembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³¹⁵ «Border Watch», *Glasgow Herald*, de 2 de Abril de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³¹⁶ *Kikuyu in Tanganyika - Diary of Events*, s.d., em CO/822/502, BNAK. Para o total de registos efectuados pela *Operação Coachman*.

³¹⁷ As reacções à condenação de Jommo Kenyatta em Dar-es-Salaam levaram à detenção de 25 indivíduos (Kikuyu, Kamba e Tonga) e à deportação de nove Kikuyu. Carta de Sir. Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 16 de Abril de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³¹⁸ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 8 de Setembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³¹⁹ *Kikuyu in Tanganyika - Diary of Events*, s.d., em CO/822/502, BNAK.

Norte estimava-se estarem ainda instalados cerca de 8000 Kikuyu, metade do total populacional aferido oito meses antes. Na sua correspondência, o governador do protectorado demonstrou estar ciente do fardo da administração queniana para lidar com a recepção e processamento dos indesejáveis: «Não quero constranger as autoridades do Quénia, nem prejudicar os planos operacionais pedindo-lhes que aceitem números de Kikuyu que, embora muito indesejáveis do nosso ponto de vista no Tanganica, não poderiam ser detidos no Quénia e seriam enviados para as reservas onde teriam dificuldades em se estabelecer e muito provavelmente acabariam por se juntar aos gangues Mau Mau que estão actualmente em processo de recrutamento.»³²⁰

A partir deste momento, foram propostas novas soluções de reforço do controlo da população. Em Outubro de 1953 foi proposta em Conselho Legislativo uma provisão suplementar à *Registration of Persons Ordinance* que alargava o registo obrigatório às mulheres³²¹ e permitia a detenção em campos de qualquer pessoa que aguardasse a ordem de expulsão³²². Foi proposto também a fundação de um campo de detenção no Quénia para Kikuyus provenientes do Tanganica, mas a proposta foi adiada pela incapacidade de Nairobi na reorganização do sistema de campos³²³. Foi ainda sugerida a construção de um campo de detenção em Urambo, na região central da Província Oeste do Tanganica, que estaria pronto a funcionar a 8 de Janeiro de 1954 com capacidade para 1000 indivíduos³²⁴.

Foi também estudada e acordada a nomeação de uma equipa de triagem especializada a partir do Quénia para assistir na Província Norte na determinação dos indivíduos a serem repatriados³²⁵. Sir Evelyn Baring enviou para o Tanganica uma equipa composta por 21 africanos leais à administração, chefiados por um «experiente oficial» de 19 anos, Brian Hayward, que já tinha percorrido grande parte dos campos no Rift Valley no desempenho da mesma função. Segundo o governador do Tanganica em correspondência com o Colonial Office, em menos de

³²⁰ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 27 de Setembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³²¹ Carta de Sir Edward Twining para W. L. Gornell-Barnes, de 6 de Outubro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³²² Esses indivíduos ficariam detidos sem direito a exercer trabalho remunerado. Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton de 27 de Setembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³²³ Carta de Sir Edward Twining para W. L. Gornell-Barnes, de 6 de Outubro de 1953, em CO/822/502, BNAK. No Quénia, estava a em desenvolvimento o alargamento do processo de triagem a todos os Kikuyu na colónia que, com as reservas sobrepovoadas, se viam forçados a permanecer em campos de detenção ou trabalho forçado por tempo indeterminado.

³²⁴ Nos arquivos explorados não consta informação sobre a continuação do projecto do campo de Urambo.

³²⁵ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 27 de Setembro de 1953, e Carta de Sir Edward Twining para W. L. Gornell-Barnes, de 6 de Outubro de 1953, ambos em CO/822/502, BNAK.

uma semana surgiram rumores de que os agentes tinham um comportamento abusivo. A posterior investigação ao caso relatou a ocorrência de «violência, na forma de chicotadas nas solas dos pés, queimaduras com cigarros acesos e arrastamentos das vítimas pelo chão com recurso a fiskas de couro atadas em volta do pescoço». Foram interrogados entre 170 a 200 indivíduos, dos quais «32 estavam gravemente feridos, e outros com alguns ferimentos». Hayward tinha parte activa nos castigos aos autóctones, havendo relatos de que «tinha ameaçado matar um homem, apontando lhe uma arma à cabeça»³²⁶. Um dos interrogados acabaria por falecer após o tratamento abusivo³²⁷.

A violência das atrocidades denunciadas e a investigação dirigida a Hayward e a dez outros agentes da equipa não bastou para que a política dirigida aos Kikuyu fosse alterada, em grande medida devido ao apoio dos colonos. A tensão aumentou devido à pressão exercida pelas restantes comunidades no território que reivindicavam o repatriamento de todos os Kikuyu, o que conduziu a uma estratégia de expulsão, começando por todos os desempregados e respectivas famílias, seguidos pelos Kikuyu leais ao governo³²⁸.

Em Dezembro, decorria já uma operação de segurança em larga escala para responder tanto aos desafios colocados pelos Kikuyu, como à instabilidade causada por outras duas tribos no território: os Meru reclamavam a reocupação das suas terras e os Masai recorriam ao roubo e destruição de gado nas propriedades da Província Norte³²⁹. Durante a operação, foram presos 457 Kikuyus que, com as suas famílias³³⁰, foram deportados para o Quénia onde entrariam no *pipeline*: primeiramente seriam retidos em campos de triagem e daí distribuídos entre campos de detenção, de trabalho forçado ou reservas, consoante o resultado do mecanismo de selecção³³¹. Os restantes 6000 que permaneceram no território seriam absorvidos progressivamente pela administração do Quénia por forma a seguir o mesmo processo³³².

³²⁶ Carta de Sir Edward Twining para W. L. Gornell-Barnes, de 21 de Novembro de 1953, em CO/822/499/7, BNAK.

³²⁷ *Screening Teams*, Debate na Câmara dos Comuns de 2 de Dezembro de 1953, em Hansard, <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1953/dec/02/screening-teams>, acedido em 16 de Julho de 2017.

³²⁸ Os colonos entregaram também todos os seus trabalhadores às autoridades. Carta de Sir. Edward Twining para Sir. Evelyn Baring, de 12 de Dezembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³²⁹ Carta de Sir. Edward Twining para Sir. Evelyn Baring, de 15 de Dezembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³³⁰ Tratava-se de um efectivo de 2000 indivíduos. Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 30 de Dezembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³³¹ Carta de Sir. Evelyn Baring para Adjunto do Governador do Tanganica, de 17 de Dezembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

³³² Government House, *Record of a Meeting Held at Government House Nairobi on 21st December 1953 - Return of Kikuyu from Northern Province Tanganyika to Kenya*, de 23 de Dezembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

A actuação da Cruz Vermelha Britânica no Quênia

Na chegada aos campos de triagem, os Kikuyu eram processados pelas autoridades locais com poderes excepcionais para julgar e decidir o seu futuro. A implementação do estado de emergência deixou a colónia à mercê do livre arbítrio da administração, ao mesmo tempo parte beligerante no conflito interno. Desta forma, tanto refugiados como migrantes caíam nas malhas de um sistema que os considerava, à partida, como inimigos do Estado.

Nos campos e reservas, o governo local partilhava responsabilidades de assistência e reabilitação dos Kikuyu com a Cruz Vermelha Britânica por via directa ou, a partir da filial ultramarina da organização (*Kenya Branch*). Subnutridos e submetidos à fome e a condições sanitárias insuficientes que geravam doenças e epidemias, os Kikuyu dependiam fortemente da Cruz Vermelha para assistência médica e alimentar³³³. O trabalho dos agentes nestes espaços ajuda a compreender os meios utilizados para lidar com os refugiados retornados durante o conflito e as redes de informação e de processos de decisão que contribuíram para alimentar a premissa de que os Kikuyu se tinham tornado num fardo demasiado pesado para a administração britânica.

A Cruz Vermelha Britânica começou por desenvolver um trabalho indirecto de assistência na colónia através da sua filial queniana. Segundo a *Royal Charter of the British Red Cross Society*, estas filiais ultramarinas poderiam ser estabelecidas como entidades legalmente separadas, respondendo perante o governo de cada território e mantendo-se ligadas à CVB para propósitos do Movimento³³⁴. Assim, o *Kenya Branch* estabelecia correspondência regular com a sede em Londres, reportando questões administrativas bem como actividades e necessidades específicas da colónia.

Organizado por divisões territoriais³³⁵, o *Kenya Branch* desenvolvia um conjunto de actividades que giravam em torno de duas grandes áreas de ação: a saúde e a assistência social³³⁶. Nos anos anteriores à declaração do estado de emergência, a filial enfatizava a expansão e desenvolvimento das suas actividades. Em 1949 foi inaugurado o serviço de ambulância aérea que

³³³ Elkins, *Britain's Gulag...*, 58.

³³⁴ *Royal Charter of the British Red Cross Society*, p. 4. em https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/implementingLaws.xsp?documentId=1CA5C37A9BFFF336C1256BA4005BB999&action=openDocument&xp_countrySelected=GB&xp_topicSelected=GVAL-992BU8&from=state, acedido em 12 Setembro de 2017.

³³⁵ Nomeadamente: Aberdare Division, Chania Division, Coast Division, Kiambu Division, Mombassa Division, Mau Division, Mount Kenya Division, Nairobi Division, Rift Valley Division e Uasin Division.

³³⁶ Esta última área estava mais focada na assistência a mulheres e crianças.

operava em conjunto com os territórios do Uganda e do Tanganica³³⁷ o que permitia assistir em várias áreas da saúde, nomeadamente nos cuidados de convalescença a ex-soldados; na distribuição de recursos em hospitais; no apetrechamento de dispensários e postos de primeiros socorros em grande parte do território; e no serviço de transfusões de sangue que, em 1952, era tomado como suficiente para suprimir as «necessidades de qualquer pessoa»³³⁸. Na área da assistência social, os membros da Cruz Vermelha providenciavam aulas regulares de higiene, costura, economia doméstica, fição e tecelagem, bem-estar infantil e aulas específicas para ensinar às mulheres os cuidados a ter com crianças europeias³³⁹.

A Cruz Vermelha Britânica enviava missões regulares ao território por forma a verificar os progressos feitos e as necessidades existentes. Na visita ao Quénia integrada na *tour* pelas Filiais Ultramarinas da Cruz Vermelha Britânica de Fevereiro a Abril de 1951, Lady Angela Limerick, a vice-presidente da instituição, percorreu os hospitais e dispensários na colónia, visitou algumas escolas e inaugurou um novo centro de serviços sociais numa das reservas Kikuyu, a Wangigis African Reserve³⁴⁰. O balanço das actividades no Quénia era positivo, aparentando existir uma «grande mudança na eficiência das Divisões em comparação com os três anos anteriores» pela descentralização das operações de Nairobi³⁴¹. Desta forma, e contrariamente às preocupações de Pierre Gaillard³⁴², a população autóctone estava acostumada com a presença da Cruz Vermelha³⁴³, composta essencialmente por mulheres europeias. No entanto, questiona-se se os autóctones estariam habituados a ter assistência por parte do *Kenya Branch*.

Na realidade, a verdadeira preocupação do director executivo do Comité Internacional poderia ser o facto de a CVB e a sua filial ultramarina responderem directamente aos governos locais e da metrópole, impedindo a imparcialidade necessária para a actuação da sua instituição

³³⁷ *The British Red Cross Society Overseas Branches. Report of the Year 1949*, Headquarters Overseas Branches Department; e *The British Red Cross Society Overseas Branches. Report of the Year 1950*, Headquarters Overseas Branches Department, ambos em BRCA.

³³⁸ *The British Red Cross Society Overseas Branches. Report of the Year 1952*, Headquarters Overseas Branches Department, BRCA. Existiam três bancos de sangue diferentes no Quénia em 1950: um para asiáticos e outro para africanos, ambos a funcionar no King George VI Hospital, e um outro para europeus no Nairobi European Hospital. Para mais informação sobre o sistema de transfusão de sangue no Quénia e noutros territórios da África Subsaariana vide W. H. Schneider, *The History of Blood Transfusion in Sub-Saharan Africa* (Ohio: Ohio University Press, 2013).

³³⁹ *The British Red Cross Society Overseas Branches. Report of the Year 1950*, Headquarters Overseas Branches Department de Dezembro de 1951.

³⁴⁰ *Lady Limerick's Tour of British Red Cross Branches*, em RCC 1954/13-15, BRCA.

³⁴¹ Carta de Joan Whittington para Miss Johnson, de 27 de Março de 1951, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴² Pierre Gaillard, *Note au C.I.C.R.*, de 19 de Novembro de 1954, em BAG 200-108.001, ACICR.

³⁴³ *Lady Limerick's Tour of British Red Cross Branches*, em RCC 1954/13-15, BRCA.

em caso de conflito interno ou inter-racial. Esta relação de proximidade tornou-se clara com a nomeação de Lady Baring, esposa do governador do Quénia, para presidente do *Kenya Branch*³⁴⁴ depois da demissão de J. R. Gregory para poder ser eleito para o cargo de *mayor* de Nairobi³⁴⁵. Gregory ficaria ligado à instituição como presidente adjunto, um cargo honorário que permitiria estabilidade necessária para a filial numa altura de crucial reorganização devido à fricção causada pelos eventos dos meses anteriores e declaração do estado de emergência³⁴⁶.

Com base em alicerces anteriores, o *Kenya Branch* desenvolveria o trabalho de assistência no território em parceria com a St. John's Ambulance sob a tutela do governo colonial na pessoa do director dos Serviços Médicos³⁴⁷. No início de 1953 foi formado um comité para o trabalho de assistência, no qual ficou estabelecido que a St. John's Ambulance ficaria encarregada dos postos de primeiros socorros e a Cruz Vermelha seria responsável por colocar pessoal nos hospitais³⁴⁸.

Em Janeiro de 1953, o *Kenya Branch* iniciou conversações com a administração local para dar assistência nos campos de triagem «montados para ajudar ou negar a movimentação de Kikuyus para as reservas»³⁴⁹. Os trabalhos começaram entre Fevereiro e Março seguintes sob o olhar atento da Câmara dos Comuns, de ONGs e outras filiais britânicas que procuravam saber que tipo de assistência estava a ser providenciada no território, devido aos «relatórios angustiantes sobre condições de penúria»³⁵⁰ em algumas áreas do Quénia onde os «oficiais advogam a fome como punição colectiva» o que «parece muito injusto e indigno por parte de alguém que reivindique ser membro da civilização»³⁵¹.

O recurso à punição colectiva e a detenções sem prazo de julgamento definido era já prática comum britânica para responder a situações de emergência. As tácticas utilizadas no Quénia

³⁴⁴ Carta de F. H. D. Pritchard para Lady Mary Baring, de 9 de Fevereiro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴⁵ Carta de Lady Limerick para J. R. Gregory, de 2 de Dezembro de 1952, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴⁶ Carta de Eileen C. Timms para Joan Whittington, de 22 de Novembro de 1952, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴⁷ *Extract from Parliamentary Debates*, de 4 de Março de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴⁸ Carta de Michael Wood para Joan Whittington, de 2 de Janeiro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁴⁹ *Extract from Parliamentary Debates*, de 4 de Março de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁵⁰ Uma das organizações a contactar a CVB foi o Africa Bureau. A organização foi fundada em 1952 na Rodésia com o objectivo de dar assistência legal e financeira a africanos que pretendiam opor-se por meios constitucionais a políticas implementadas por governos externos. Apesar de dirigido primeiramente às questões que envolviam a Rodésia e o Nyasaland, o trabalho da organização rapidamente se expandiu para a União da África do Sul e para o Leste Africano. A principal *liaison* da organização na região era Collin Legun, membro do Comité Executivo, que transmitia observações sobre a concessão de independência aos quatro territórios britânicos. Carta de Reverendo Michael Scott para a Cruz Vermelha Britânica, de 10 de Fevereiro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁵¹ Carta de Lilly Bullivant para Secretária da Cruz Vermelha Britânica, de 2 de Março de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

bebiam do sucesso das operações militares e civis na Malásia, onde o estado de emergência vigorava desde Junho de 1948³⁵². O caso malaio acabaria por servir de modelo para o processamento dos Kikuyu no Quénia tanto para as autoridades locais e da metrópole, como para a Cruz Vermelha Britânica.

As actividades de assistência social ministradas pelas voluntárias da CVB estavam dentro do programa de reabilitação calculado pelas autoridades britânicas para justificar a clausura de milhares de Kikuyu em campos de concentração, divididos entre campos de triagem, internamento ou de trabalho forçado, bem como nos novos aldeamentos nas reservas, cercados por arame farpado para impedir a fuga de mulheres e crianças. O encarceramento colectivo de indivíduos sem julgamento prévio e o recurso à tortura para interrogatório não era aceitável no novo sistema internacional de direitos humanos criado após a Segunda Guerra Mundial. A Grã-Bretanha fazia parte da elaboração de dois dos documentos fundadores deste sistema. A DUDH e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) que entraria em vigor em Setembro de 1953. A situação no Quénia manchava, por isso, a imagem britânica nos *fora* internacionais, apesar de Londres poder recorrer ao Artigo 15.º da CEDH, que permitia a revogação do acordo em períodos de guerra ou aquando da declaração do estado de emergência. A Grã-Bretanha tinha sido um dos maiores impulsionadores da elaboração da CEDH e moldes vinculativos. A colaboração minuciosa no desenvolvimento do modelo da Convenção e da extensão da aplicação dos artigos aprovados causaram sérias fricções entre o Foreign Office e o Colonial Office sobre as contradições entre as disposições do documento e a defesa do império³⁵³.

Na Câmara dos Comuns, os deputados anti-colonialistas do Partido Trabalhista³⁵⁴ pressionavam o secretário de Estado para as colónias para obter respostas e encontrar medidas que fizessem face aos actos perpetrados na colónia contra os Kikuyu. Depois de avaliar a situação *in loco*, o sub-secretário de Estado para as colónias, Hugh Fraser, concluiu que a justificação da prisão colectiva passava pelo recurso a uma nova política de reabilitação que continuaria a campanha

³⁵² Para informação mais detalhada sobre o conflito na Malásia veja-se: K. Ramakrishna, *Emergency Propaganda: The Winning of the Malayan Hearts and Minds 1948-1958* (Richmond: Curzon Press, 2002); e G. Van Tonder, *Malayan Emergency: Triumph of the Running Dogs - 1948-1960* (Barnsley: Pen and Sword Military, 2017).

³⁵³ Para uma análise detalhada das posições divergentes do Colonial Office e do Foreign Office na elaboração das normas internacionais de direitos humanos veja-se: Simpson, *Human Rights...*, pp. 276-389.

³⁵⁴ Entre os quais destacavam-se Fenner Brockway e Barbara Castles, que desempenhariam um papel relevante na denúncia das medidas de coerção e confinamento a que a população Kikuyu estava sujeita.

civilizacional britânica, impregnada pelo discurso científico e sociológico da época³⁵⁵. Seria a partir da ideia de reabilitação como cura que se reconquistariam os corações e mentes dos Kikuyu.

A necessidade imediata de assistência no Quénia após a declaração do estado de emergência conjugava-se no cruzamento de informação de diferentes percepções sobre a realidade na colónia. Ao mesmo tempo que a Cruz Vermelha em Londres recebia chamadas de atenção como as anteriores denúncias de organizações externas ao teatro de operações, a partir da colónia chegavam relatos da suficiência de meios financeiros para dar resposta à situação, embora fosse necessária experiência profissional para lidar com uma realidade incerta, mas controlada³⁵⁶. Na sua primeira ação durante o conflito, a CVB enviou apenas 250 libras esterlinas em Maio³⁵⁷ para responder às carências do *Kenya Branch* na assistência às vítimas do Massacre de Lari³⁵⁸, comprometendo-se a remeter informação sobre os métodos aplicados na Malásia³⁵⁹ e a nomear um membro experiente para dar assistência nos campos de triagem³⁶⁰.

A maioria destes campos esteve activo de Fevereiro a Junho desse ano. A Cruz Vermelha deu assistência social em cinco destas estruturas e assistência médica no campo Athi River³⁶¹. Foram ainda formadas equipas de assistência primária nos distritos a norte de Nairobi³⁶².

A instabilidade quotidiana continuava a fazer-se sentir tanto nas reservas, como em Nairobi, para onde muitos Kikuyu tinham fugido devido à violência e perseguição na Província

³⁵⁵ A campanha era inspirada na política de reabilitação na Malaya. O oficial que implementaria a campanha no Quénia foi ao território malaio para estudar a melhor forma de prossecução do programa. Chegado ao Quénia, Thomas Askwith recorreria a programas de assistência social nos campos para «limpar» os Kikuyu da «contaminação» Mau Mau. Para uma impressão mais detalhada veja-se: Elkins, *Britain's Gulag...*, 98-101; e Anderson, *Histories of...*, 281-284.

³⁵⁶ Carta de Michael Wood para F. H. D. Pritchard, de 9 de Maio de 1953; e Carta de Colonial Office para Lord Woolton, de 30 de Maio de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁵⁷ Carta de Lady Mary Baring para Lady Limerick, de 6 de Julho de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁵⁸ O Massacre de Lari ocorreu em Março de 1953 quando, após meses de reivindicações, agentes Mau Mau queimaram as casas de Kikuyu loyalists, matando 97 pessoas e deixando dezenas de outras com feridas e queimaduras profundas. Em resposta ao ataque, a Home Guard - exército de Kikuyu *loyalists* - teriam executado centenas de indivíduos. David Anderson aponta o evento que no total provocaria 400 vítimas mortais como o início definitivo da guerra civil. Para diferentes apreciações do Massacre de Lari veja-se: Elkins, *Britain's Gulag...*, 45; e da mesma autora *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya*, Nova Iorque: Henry Holt and Company, 2005; e Anderson, *Histories of...*, 119-180.

³⁵⁹ Carta de Michael Wood para Joan Whittington, de 20 de Abril de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁶⁰ Carta de Secretário Adjunto para Joan Whittington, de 19 de Maio de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁶¹ Tratava-se de um campo de detenção para os designados reclusos *hardcore*.

³⁶² Carta de Teresa Spens para Joan Whittington, de 14 de Setembro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

Central³⁶³. Nas reservas Kikuyu, a sobrepopulação colocava em causa a suficiência de alimentos necessários à sobrevivência da população. A situação agravava ainda mais as divergências entre europeus e autóctones. Numa apreciação da questão, Teresa Spens³⁶⁴, a enfermeira enviada por Londres para auxiliar no terreno, constatava que os «Europeus desprezam os métodos agrícolas ineficientes dos Kikuyu, mantendo que aqueles não utilizam a sua terra. Grande parte da terra é trabalhada por mulheres já que os homens vão para cidades vizinhas para obterem trabalho [...]. Esta é uma questão crítica, mas, como o trabalhador da cidade não pode, na maior parte das vezes, esperar uma pensão, a sua terra é presumivelmente a única forma de segurança durante a velhice»³⁶⁵.

As tentativas feitas por parte das autoridades para demonstrar melhores métodos de exploração agrícola acabariam por ser sabotadas pelos Mau Mau que, reorganizados nas reservas, recrutavam cada vez mais apoiantes e expandiam a sua influência nas «áreas virgens» do território³⁶⁶. Em Nairobi, o aumento das hostilidades e da resistência generalizada à ordem pública que, apesar de passiva na maior parte das vezes, passou pela destruição de unidades de saúde, fomentou o debate sobre formas de justiça e o incitamento à radicalização de posições, mesmo entre membros do *Kenya Branch*: «Existe um sentimento geral de que a justiça britânica na sua forma tradicional é irremediavelmente inadequada na situação actual [...]. Considera-se que é necessária uma forma de julgamento muito mais rápida, se for para ser eficaz com os Kikuyu. [...] A visão mais extremista é a de que a Emergência deve ser tratada como uma rebelião (a palavra comumente utilizada pelos colonos em detrimento de Emergência) e que a tribo Kikuyu deve ser dizimada. Obviamente que isso não é possível, mas parece ser comum considerar que os poderes da justiça sumária devem ser dados a funcionários administrativos seleccionados para lidar com delitos fora da malha dos tribunais.»³⁶⁷

³⁶³ O comissário do distrito de Nairobi referia-se aos Kikuyu como «praticamente refugiados de guerra». Outros refugiavam-se nas florestas devido à violência perpetrada pela Home Guard nas reservas. Citado em Anderson, *Histories of...*, 237.

³⁶⁴ Teresa Spens tinha experiência em assistência em campos e aldeamentos na Malásia. Para um relato mais detalhado sobre o conflito malaio e o trabalho da Cruz Vermelha Britânica veja-se: N. Barber, *The War of the Running Dogs: How Malaya Defeated the Communist Guerillas 1948-1960* (Cassel: Military Paperbacks, 2004); e Ramakirshna, *Emergency Propaganda...*, 2002.

³⁶⁵ Carta de Teresa Spens para Joan Whittington, de 14 de Setembro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁶⁶ Governor's House, *Record of a Meeting Held at Governor's Nairobi on 21st December 1953 - Return of Kikuyu from Northern Province, Tanganyika to Kenya*, de 23 de Dezembro, em CO/822/502, BNAK.

³⁶⁷ Carta de Teresa Spens para Joan Whittington, de 14 de Setembro de 1953, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

Um novo método de internamento foi desenhado para ter a capacidade de processar os cerca de 1500 Kikuyu nos campos e abarcar tanto os que vinham do Tanganica, como aqueles que entrassem no processo de triagem dentro do território queniano. O *Four Point Plan* definia que (1) todos os Kikuyu que permaneciam nas zonas europeias fossem colocados em campos de trânsito até que se conseguisse espaço nas reservas; (2) relativamente aos repatriados, a distribuição dos mesmos dependia do resultado da triagem, sendo dada prioridade nas reservas àqueles que tivessem comportamentos mais cooperantes³⁶⁸; (3) a solução para pobreza e desemprego passava pela integração dos Kikuyu em projectos de desenvolvimento agrícola nas reservas; e (4) a construção de campos de trabalho forçado³⁶⁹ era necessária para incorporar os Kikuyu deportados e expulsos das reservas, servindo de mão-de-obra barata para os planos de desenvolvimento no Quénia.³⁷⁰ Assim, o governo colonial conseguia dar resposta às massas de Kikuyu suspeitos que se dirigiam para as reservas e, ao mesmo tempo, integrá-los em processos de produção que beneficiavam a colónia.

No terreno faltava coordenação e cooperação entre as equipas de assistência, a administração e a população em geral, resultante da falta de liderança e autoridade no que toca ao planeamento de uma política de ação coesa³⁷¹. Em Janeiro de 1954, Joan Whittington, directora do Overseas Branches Department, reportou um cenário revelador: os campos de detenção contavam com mais de 1500 prisioneiros, um dos quais dirigido por um «entusiasta do rearmamento moral»; outros 5000 Kikuyu, incluindo mulheres e crianças encontravam-se divididos entre três campos de trabalho forçado sem perspectiva de reabilitação; os campos de trânsito «pavorosos» continham ainda 1400 indivíduos - para além das crianças que não estavam contabilizadas - e eram dirigidos por «homens velhos inadequados para o trabalho». Nestas instalações os indivíduos permaneciam por uma ou duas semanas e eram remetidos de seguida para as reservas já sobrepovoadas, para campos de detenção ou campos de trabalho forçado. Whittington reportou ainda a existência de catorze aldeamentos, nove dos quais em Nyeri e cinco

³⁶⁸ Eram enviadas no máximo 20 famílias por mês para as reservas.

³⁶⁹ Os campos de trabalho forçado eram divididos em duas esferas. Para os Kikuyu moderados ou redimidos, foram designados três campos (que rapidamente passariam a total capacidade de 2000 pessoas). Aí, as famílias enfrentavam condições de vida «improvisadas, e a completa desconsideração do Governo pelos standards sanitários e de higiene». Os restantes campos eram verdadeiros campos de castigo para cerca de 30.000 Kikuyu que as equipas de triagem tinham identificado como inaptos para irem para as reservas. Elkins, *Britain's Gulag...*, 129.

³⁷⁰ Para informação detalhada sobre o *Four Point Plan*, veja-se: Elkins, *Britain's Gulag...*, 120-130.

³⁷¹ Carta de Joan Whittington para Lady Limerick, de 7 de Maio de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

em Londiani, onde cerca de 12.000 homens, mulheres e crianças, que trabalhavam nas florestas, tinham sido «levados para sua segurança». Nos «nove campos» edificadas na floresta contavam-se cerca de 3000 crianças subnutridas com idades inferiores a cinco anos³⁷². Para agravar a situação, o exército e a polícia tinham «má reputação» e falta de «disciplina necessária»³⁷³.

Para integrar o novo plano, foi acordado entre o governo colonial, a Cruz Vermelha Britânica, e a nova direcção do *Kenya Branch*³⁷⁴ o envio de uma equipa de enfermeiras e assistentes sociais financiada na sua totalidade por Londres. Segundo Eileen C. Timms, era necessário que esta primeira equipa fosse constituída por duas enfermeiras britânicas que corresponderiam melhor às carências no terreno e estariam preparadas para operar no exterior e capazes de se adaptar a diferentes comunidades. Chegada a Nairobi, a equipa permaneceria na capital durante um mês por forma a ter formação em swahili e conhecimento de outros cursos ministrados no African Training Centre. Neste período, as enfermeiras trabalhariam ainda no Teacher Training College em Nyanza, onde leccionavam cursos de primeiros socorros e percorriam as reservas «num raio de 50 milhas» com o fim de promover acções sociais específicas para os africanos e supervisionar os clubes femininos. Depois deste primeiro período, a equipa passaria cerca de dois meses em cada área por forma a abranger a maior parte das reservas cujas necessidades de formação não poderiam ser respondidas pelo *Kenya Branch*.

A assistência aos Kikuyu retornados

Em Janeiro de 1954, o fluxo de repatriados do Tanganica que repopulavam os campos desactivados foi reportado a Londres pela directora do *Kenya Branch*: «Durante os últimos dias praticamente todos os campos de trânsito com os quais estávamos a lidar no ano passado foram reabertos para fazer face ao tremendo influxo de mulheres e crianças do Tanganica. Tenho o pressentimento de que estes campos vão funcionar numa base mais permanente porque muitas

³⁷² Joan Whittington não fazia distinção entre aldeamentos e campos de detenção ou internamento, referindo-se várias vezes aos aldeamentos como «campos» ou «novos aldeamentos» seguindo a denominação de «New Villages» à semelhança do esquema malaio. Memorando de Joan Whittington para Lady Limerick, de 7 de Maio de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁷³ *Miss Whittington Report*, de Março de 1954, em RCC 1/12/1/8, BRCA.

³⁷⁴ Michael Wood abandonava o cargo de director *Kenya Branch* e seria substituído por Eileen C. Timms. Wood seria nomeado vice-presidente da filial. Carta de Lady Limerick para Eileen C. Timms, de 13 de Novembro de 1953; e Carta de Lady Limerick para Michael Wood, de 13 de Novembro de 1953, ambos em RCC 1/12/1/8, BRCA.

destas mulheres não têm parentes que se responsabilizem por elas nas reservas». O governo colonial estava na altura a preparar-se para implantar um processo de reabilitação similar àquele em vigor nos campos malaio, pedindo reforços a Londres, via *Kenya Branch*, para «ajudá-los da mesma forma que auxiliaram» no oriente³⁷⁵. As enfermeiras enviadas pela CVB para o terreno poderiam assistir na «reabilitação destas mulheres e crianças»³⁷⁶. Assim, as voluntárias da Sociedade Nacional reforçavam as equipas que utilizavam os campos para continuar a campanha civilizacional britânica.

Na Cruz Vermelha em Londres discutia-se a solução mais viável: se o governo queniano e o *Kenya Branch* queriam mais equipas na mesma base daquelas enviadas para a Malásia, teriam de estar preparados para financiar o plano³⁷⁷. Nessa hipótese, a Cruz Vermelha Britânica estava pronta para recrutar mais enfermeiras e assistentes sociais para o terreno de operações³⁷⁸.

Joan Whittington, destacada em missão de exploração da situação na colónia em Fevereiro, identificou a necessidade de mais três equipas no terreno. Uma na região de Nyeri, que abarcava os nove aldeamentos nos quais se encontravam as 3000 crianças que sofriam de *kwashiorkor*³⁷⁹, e onde o Departamento das Florestas cooperava na assistência, incluindo no fornecimento de «leite e outros produtos». Esta equipa oferecia ainda assistência noutros campos dentro das reservas da região. Seria ainda indispensável uma outra equipa em Rift Valley para assistir nos campos, inclusive num campo de trabalho forçado. A uma terceira equipa seria atribuída a clínica na região Fort Hall - Embu «mas está tudo tão instável nessa área que não vejo a possibilidade de uma equipa ter ali um programa definido»³⁸⁰.

No terreno, Whittington tinha visitado campos e prisões. Numa das prisões femininas, com 1394 metros quadrados, estavam encarceradas cerca de 400 mulheres, em condições deploráveis: não havia espaço para se sentarem, as latrinas consistiam em dois baldes e valas abertas eram usadas como lavatórios. Havia uma pequena cabana onde aprendiam tecelagem que tinha sido «limpa com desinfetante». As mulheres tinham recém-nascidos e crianças, cuja ração diária de

³⁷⁵ Para uma apreciação do papel da CVB nos vários contextos de descolonização britânica veja-se: Thompson, «Humanitarian Principles...», pp. 55-62.

³⁷⁶ Carta de Eileen C. Timms para Joan Whittington, de 11 de Janeiro de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁷⁷ Carta de Joan Whittington para Lady Limerick, de 18 de Janeiro de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁷⁸ Carta de Lady Limerick para Joan Whittington, de 21 de Janeiro de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁷⁹ Trata-se de uma doença causada pela deficiência severa de proteínas, associada ao elevado consumo de hidratos de carbono.

³⁸⁰ Carta de Joan Whittington para Lady Limerick, de 15 de Março de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

leite tinha um aspecto «desagradável». No campo de detenção de Kajiado, a Directora do Overseas Branch Department contava 754 homens e 465 mulheres acompanhadas de crianças, todos provindos do Tanganica. Aí os detidos viviam em «muito más condições»: não havia desinfetante, eram assolados por enxames de moscas, os baldes para fazerem de latrinas eram insuficientes, todos dormiam no cimento sem tapetes e os recém-nascidos pareciam doentes. Havia pessoas com disenteria, pneumonia, muitos problemas oftalmológicos e ainda um a família de leprosos ditos não infecciosos. O superintendente da prisão, Coronel McWatt, foi caracterizado como um «velho bucólico» do tipo rude e ofensivo, «deveras inapropriado» para o cargo. Nos campos ainda em construção, os reclusos ficavam em tendas. Outras prisões pareciam mais organizadas e limpas. As condições a que estes indivíduos estavam sujeitos ficavam à discrição do pessoal responsável pela administração dos estabelecimentos prisionais³⁸¹.

Na sua apreciação geral das condições nas diferentes estruturas penitenciais, Whittington deixou uma descrição sumária bastante clara. Os campos de trânsito não tinham condições para albergar as centenas de novas chegadas, os comandantes não tinham uma conduta adequada e havia grandes atrasos no processamento destes indivíduos para as reservas. Em alguns casos, eram retidos por «dois meses sem nada para fazer». As porções de comida eram satisfatórias, mas não para as crianças. As prisões e campos de triagem também não tinham sistemas de higiene a funcionar «mas estavam desinfetadas» quando Joan Whittington as visitou³⁸². Quanto aos campos de detenção, Whittington teve apenas acesso ao campo de Athi River que descreveu como «satisfatório» e onde obteve a informação que os restantes funcionavam pelos mesmos parâmetros. As percepções de Whittington contrastavam com os relatos de uma assistente social que trabalhava no campo em 1956, denunciando o carácter aleatório das ordens de detenção, a brutalidade do tratamento dado aos detidos e as condições de insalubridade provocadas pela sobrepopulação³⁸³.

Nas reservas Kikuyu graves problemas foram expostos. Tinha sido montado um campo de trânsito por forma a reenviar Kikuyu para a triagem e os «Chefes tinham montado campos para os indesejados». Em Nyeri, um conjunto crescente de campos e aldeamentos estava a ser construído para segurança e observação. Os aldeamentos nas florestas dividiam-se entre aqueles de base

³⁸¹ *Extracts from Miss Whittington's Diary 1954*, Carta de Joan Whittington para Secretário Geral, de 9 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

³⁸² Joan Whittington visitou as prisões de Nairobi, Nyeri, Kameti e Nakuru e o campo de triagem de Langata.

³⁸³ Anderson, *Histories of...*, 323.

permanente, com escolas e centros comunitários, e os provisórios, onde os habitantes não tinham autorização para plantar alimentos³⁸⁴.

A convicção de que a Cruz Vermelha poderia ter um papel de relevo nos programas de reabilitação dos deportados era também desmistificada pela avaliação de Joan Whittington: a falta de liderança e coordenação política na colónia reflectia-se no trabalho insatisfatório do *Kenya Branch*, tanto na administração política como na estratégia de resposta à situação. Uma das questões apontadas prendia-se com a falta de regularidade e representatividade nas reuniões do comité da filial. A partir de Maio de 1954, Joan Whittington certificou-se de que o *Kenya Branch* passaria a reunir-se uma vez por mês e que teria na sua constituição pelo menos um africano e um asiático, o que levantava problemas em termos estatutários. Assim, a Directora do Overseas Branches Department sugeriu que a filial tivesse capacidades equiparadas às filiais da metrópole por forma a poder constituir um Conselho Consultivo onde estivessem representados membros de todas as comunidades, demonstrando ter uma visão aproximada à de Pierre Gaillard e Geoffrey Senn sobre, pelo menos, a necessidade de reformar o *Kenya Branch*.

Relativamente ao trabalho nas áreas rurais (aldeamentos e campos), a Cruz Vermelha necessitava de mais pessoal qualificado. Whittington considerava essencial mobilizar para a assistência no Quénia: um agente de campo com experiência para dirigir o trabalho do *Kenya Branch* como um todo e, particularmente, as actividades em conexão com o estado de emergência; dois a seis agentes de campo para organizar a formação e actividades da Cruz Vermelha no terreno e para assistir ou iniciar o programa de reabilitação, nomeadamente no que dizia respeito às mulheres e crianças providas do Tanganica; depois, um agente que trabalhasse com os jovens e crianças que se amontoavam nas ruas de Nairobi e que «tinham tendência para desenvolver comportamentos criminosos»; provisões de leite, óleo de fígado de bacalhau e concentrados de vitaminas; e roupa quente, especialmente para crianças, ou material com o qual as mulheres pudessem fabricar o vestuário³⁸⁵.

Contudo, o governo colonial e o *Kenya Branch* não tinham capacidade logística nem recursos humanos suficientes para lidar com este novo influxo mesmo depois da chegada de duas

³⁸⁴ *Extracts from Miss Whittington's Diary 1954*, em Memorando de Joan Whittington para Secretário Geral de 9 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

³⁸⁵ Carta de Joan Whittington para Lady Limerick, de 7 de Maio de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

equipas de Londres em Abril³⁸⁶. A Cruz Vermelha necessitava assim de actuar rapidamente num cenário que, depois de parecer controlado, demonstrava ser cada vez mais caótico. Eram precisos reforços a todos os níveis tanto para responder ao novo influxo para os campos e aldeamentos que era constituído principalmente por mulheres e crianças, como para assistir nos campos e prisões para onde os homens tinham sido direccionados. Em algumas das prisões chegaram a haver tumultos devido à falta de condições de higiene e saúde que, quando reportadas ao Departamento Médico por uma das agentes da Cruz Vermelha Britânica, encontraram uma resposta «negativa e sobranceira»³⁸⁷.

Um mês depois do pedido de Whittington, o *Kenya Branch* via como necessários mais sete enfermeiras, seis assistentes sociais britânicas, vinte e um assistentes sociais e outro tanto de auxiliares africanos³⁸⁸. No entanto, devido a dificuldades financeiras aliadas à incapacidade de compreensão das verdadeiras necessidades dos detidos por parte das autoridades locais, foram requisitadas à Cruz Vermelha somente dez assistentes sociais para trabalhar com as mulheres e crianças nos campos de internamento e aldeamentos³⁸⁹. A abordagem surgida directamente da parte do General Erskine, chefe de operações militares, indicava que as equipas de assistência não poderiam estar no cenário de operações pois atrapalhavam as acções militares, tornando-se uma responsabilidade acrescentada. Assim, foram remetidas a integrar os planos de reabilitação e reconstrução³⁹⁰. Sem enfermeiras, as equipas de assistência da Cruz Vermelha estavam limitadas aos quadros do programa de reabilitação.

A minuta oficial de recrutamento, divulgada cerca onze meses após o pedido oficial das autoridades, previa, assim, que cada uma das assistentes sociais europeias ficasse responsável por cerca de 25 aldeamentos, assistida de um Land Rover e de raparigas locais³⁹¹. O seu trabalho consistiria sobretudo na distribuição de leite a crianças subnutridas, ensino de cuidados de higiene

³⁸⁶ Memorando de F. H. D. Pritchard para Chefes de Departamentos, de 12 de Abril de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁸⁷ Carta de Michael Wood para Joan Whittington, de 26 de Junho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁸⁸ Carta de Eileen C. Timms para Joan Whittington, de 8 de Junho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁸⁹ Foi acordada uma verba de 30.000 libras esterlinas para financiar o recrutamento das novas equipas de trabalho. Carta de F. H. D. Pritchard para Lord Woolton, de 25 de Maio de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹⁰ Carta de Michael Wood para Joan Whittington, de 10 de Junho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹¹ Os Land Rovers seriam financiados pela UNICEF, constando como a única contribuição da ONU para a assistência apesar de não ter sido efectuada qualquer missão ao território. Carta de J. R. Gregory para Joan Whittington, de 27 de Novembro de 1954

; e Carta de J. R. Gregory para Lady Limerick, de 23 de Maio de 1955, ambos em RCC 1/17/1/34, BRCA.

básicos, costura e trabalho de reabilitação com as mulheres. Deviam por isso possuir conhecimentos de primeiros-socorros, enfermagem e assistência social especializada em cuidados infantis; ser bem dispostas, proactivas, organizadas e ter a capacidade de «se dar bem com pessoas de todas as raças e idades». Seriam aceites também enfermeiras que tivessem interesse em trabalho preventivo³⁹².

O moroso processo de recrutamento foi ainda pautado pela tentativa do governo local de anexar as recrutas à administração colonial. Nairobi pretendia que as equipas fossem distribuídas por vários departamentos e integradas na polícia³⁹³, passando a administração colonial a ter total controlo sobre as indicações, acções e resultados do trabalho das recrutas. O Comité Executivo do *Kenya Branch* chegou rapidamente à conclusão de que esta questão resultaria na «perda de identidade» das agentes da Cruz Vermelha, sugerindo que as assistentes sociais permanecessem debaixo da alçada da organização e que o pagamento feito pelo governo colonial fosse alocado em bloco e posteriormente distribuído pelas assistentes no terreno³⁹⁴. Foi então acordado que a Cruz Vermelha em Londres emitiria um comunicado para o governo colonial esclarecendo a política da organização relativamente à transferência dos seus recursos para a administração local que visava «reter sempre o controlo administrativo sobre os seus fundos, pessoal e material, apesar de cooperar com o governo e autoridades locais, e aceitar destas entidades directivas gerais relativamente ao trabalho de apoio ao esforço central e local». As autoridades locais poderiam sempre comunicar directamente com a CVB em Londres que coordenaria depois as directivas com o *Kenya Branch* e o seu pessoal na colónia³⁹⁵. A Cruz Vermelha Britânica ressaltava assim alguma independência dentro de um cenário controlado pela administração colonial.

Durante este hiato, as duas equipas enviadas por Londres, compostas por uma enfermeira e uma assistente social, desenvolveram trabalho na Reserva Kikuyu, na região de Nyeri, e no Rift Valley, tanto no campo de trânsito de Gilgil como em aldeamentos nas florestas³⁹⁶. Na primeira equipa, a enfermeira tinha à sua responsabilidade «cerca de quarenta aldeamentos» que «congregavam a maioria de crianças em pobreza extrema, subnutridas e debilitadas». Segundo o

³⁹² Memorando de F. H. D. Pritchard para Directores das Filiais, de 18 de Abril de 1955, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹³ A saber, Departamento Prisional, Departamento Médico, Departamento das Florestas, Departamento de Desenvolvimento Comunitário. Carta de Michael Wood para Joan Whittington, de 16 de Junho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹⁴ Carta de Michael Wood para Joan Whittington de 26 de Junho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹⁵ Carta da Secretária Geral para Lady Limerick, de 26 de Julho de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹⁶ *Notes on BRCS work in connection to the emergency*, de 29 de Outubro de 1954, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

Secretário-Geral do *Kenya Branch*, as visitas aos aldeamentos eram feitas regularmente com uma clínica móvel que dava assistência básica e transportava os casos mais graves para o hospital. Aí eram ministradas sessões de higiene básica, bem-estar infantil, enfermagem básica e assistência social a jovens mulheres que cuidavam das crianças e da distribuição de alimentos. As autoridades locais providenciavam sopa e leite para os aldeamentos, mas a carência de vestuário e vitamina C permanecia. A assistente social era igualmente responsável por cerca de quarenta aldeamentos, nos quais não eram necessários conhecimentos de saúde aprofundados. Prestava assistência básica e coordenava clubes femininos onde as mulheres aprendiam a costurar, cozinhar, trabalhos manuais, limpeza e higiene e encorajadas a mostrarem os seus hábitos tradicionais. A equipa de Rift Valley assistia cerca de noventa aldeamentos e dedicava-se principalmente ao ensino de trabalhos domésticos e de higiene. A avaliação das equipas era bastante positiva e os progressos na saúde e engajamento das mulheres e crianças eram visíveis depois de alguns meses de trabalho³⁹⁷.

Tanto a CVB, como o *Kenya Branch* consentiram e participaram na perpetuação de modelos institucionais imperiais que visavam moldar a mentalidade dos Kikuyu através da reabilitação. Apesar de tentar evitar que as suas recrutas ficassem à mercê do poder discricionário da administração local, a CVB recebeu ordens do Colonial Office para se manter envolvida no projecto.

A partir de 1955, a CVB teve de lidar com outro interlocutor que pretendia intervir na situação. Depois de um período de reflexão sobre a conveniência e justificação da sua intervenção, o Comité Internacional da Cruz Vermelha preparava-se para pedir a autorização das autoridades britânicas para enviar uma missão de exploração ao Quénia.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha nos meandros da soberania

O primeiro contacto com a CVB foi feito por Marcel Junod³⁹⁸. Segundo o delegado do CICV, os representantes da sociedade relatavam que a organização tinha várias equipas no terreno

³⁹⁷ Carta de F. H. D. Pritchard para Edward de Stein, de 19 de Outubro de 1955, em RCC 1/17/1/34, BRCA.

³⁹⁸ Marcel Junod foi médico e delegado do CICV em vários cenários desde a Guerra Civil Espanhola ao ataque nuclear em Hiroshima. Esteve também associado ao trabalho da UNICEF e da OMS. Depois da Segunda Guerra Mundial, e por razões de saúde, Marcel Junod sediou-se em Genebra, realizando missões de curta duração a Sociedades Nacionais no Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Hong Kong, Japão, Tailândia, Taiwan e URSS.

para dar assistência médica e material a prisioneiros Mau Mau e a refugiados e que o resultado dessas acções era satisfatório³⁹⁹. Na entrevista, Marcel Junod referiu que o CICV estava atento às várias situações de conflito no continente africano e que tinha recebido autorização de Mendès France para intervir na Argélia. Por isso, pediu autorização para que o delegado do CICV na África do Sul, Henri Philippe Junod, fosse a Nairobi para entrevistar Jommo Kenyatta com o objectivo de divulgar o papel da Cruz Vermelha aos guerrilheiros Mau Mau e às suas famílias⁴⁰⁰. Os representantes da Sociedade Nacional colocaram objeções às premissas do CICV. Rejeitaram a possibilidade de uma entrevista a Jommo Kenyatta pois «não tinha a autoridade que transparecia», frisando ainda a inflexibilidade das autoridades britânicas para dar aval a tal iniciativa. De qualquer forma, a Presidente da CVB concordou em expôr a situação ao Colonial Office de modo a agendar uma reunião entre os responsáveis deste organismo e o representante do CICV⁴⁰¹. Não obstante, o delegado indicou Henri Philippe Junod para uma possível missão a Nairobi com três objectivos: (1) avaliar a situação no terreno; (2) escrutinar se as populações africanas estavam familiarizadas com a Cruz Vermelha; (2) e divulgar a organização obter o respeito dos autóctones

O Conselho de Presidência do Comité Internacional decidia ainda em Julho: 1) agilizar a reunião de Henri Philippe Junod com as autoridades britânicas através de Lady Limerick para o mês seguinte; 2) que o objectivo de tal missão era indagar se as autoridades britânicas permitiriam uma missão clássica - assistência em campos de detenção e internamento - no início do ano seguinte; 3) e escrutinar, em conjunto com o Grupo de Actividades Externas, quem poderia acompanhar o delegado a Londres, caso Lady Limerick não considerasse essa dupla representação inoportuna⁴⁰². Marcel Junod garantiu a Lady Limerick que o reverendo explicaria em detalhe as intenções e a abordagem do Comité e que a direcção da CVB poderia ficar assegurada de que o CICV «não daria nenhum passo que, de alguma forma, não estivesse de acordo com a sua

³⁹⁹ Marcel Junod foi recebido por Evelyn Bark, directora do Foreign Affairs Department da Cruz Vermelha Britânica, Lady Limerick, vice-presidente, e Mr. Pritchard e Joan Whittington, que tinha voltado recentemente de uma missão de seis semanas em Nairobi.

⁴⁰⁰ O reverendo Henri-Philippe Junod, primo de Marcel Junod, era delegado do CICV na África do Sul, tinha tido contacto com Jommo Kenyatta, um dos líderes do KAU, nessa altura detido, e era amigo pessoal de Sir Evelyn Baring, Governador do Quênia.

⁴⁰¹ Extrato de conversação telefónica entre Dr. Marcel Junod e Roger Gallopin, de 14 de Julho de 1955; e *Note à l'attention de M. le Président Ruegger*, de 25 de Julho de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴⁰² *Exposé du Dr. Junod sur ses recentes conversations a Londres relatives au Kenya*, de 28 de Julho de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

aprovação e cooperação»⁴⁰³. Em Londres, Lady Limerick esteve reunida com dois representantes do Colonial Office que ficaram interessados em reunir com Henri Philippe Junod pela sua experiência em administração penal, mas o delegado teria de reunir com as autoridades britânicas a título pessoal⁴⁰⁴. A Cruz Vermelha Britânica procurou assim evitar a intervenção do CICV no Quénia, apesar do reverendo ter clarificado que esta questão dificultaria o processo pela oposição do Comité a que qualquer dos seus representantes discutisse questões de conflito e intervenção em nome individual⁴⁰⁵.

Henri Philippe Junod foi recebido em Londres pelo Colonial Office e pela Presidente da CVB⁴⁰⁶. A posição da Cruz Vermelha Britânica era esclarecedora: o caso queniano não era apropriado para uma intervenção do CICV. Ao contrário de outros cenários onde não havia dúvida sobre a existência de guerra civil, no Quénia tinha havido uma «insurreição por parte de uma secção tribal» da população de uma natureza «excepcionalmente selvagem» que estava na altura controlada, para além de ter sido providenciada assistência pela Cruz Vermelha desde o início dos tumultos, especialmente nos campos de detenção e reservas. Não obstante, o Colonial Office via com algum interesse a experiência do delegado no campo da administração penal que poderia ser aproveitado para ajudar as autoridades no terreno. Esperava-se assim uma autorização por parte das autoridades locais para uma missão com essas características em Fevereiro de 1956⁴⁰⁷.

No rescaldo da missão a Londres, a direcção da Cruz Vermelha Britânica voltou a contactar o Comité Internacional para esclarecer posições. Em primeiro lugar, frisou o facto de que a CVB não concordava com a interferência no Comité Internacional no Quénia. A negação da missão de H. P. Junod a Nairobi em representação do CICV não girava, por isso, em torno da «valiosa experiência» do reverendo, mas do facto de que este não deveria «ser colocado numa posição que envolv[esse] questões de natureza doméstica»⁴⁰⁸. A Sociedade Nacional e o executivo britânico colocavam o CICV numa posição delicada: ao mesmo tempo que recusavam a intervenção de um representante do Comité como intermediário neutro, queriam aproveitar a proficiência do seu

⁴⁰³ Carta de Marcel Junod para Lady Limerick de 2 de Agosto de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁰⁴ Carta de Lady Limerick para LEopold Boissier, de 9 de Agosto de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁰⁵ Evelin Bark, *Note for the File*, s.d., em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁰⁶ A missão a Londres decorreu nos dias 8, 9 e 10 de Agosto de 1955.

⁴⁰⁷ Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier, de 9 de Agosto de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴⁰⁸ Carta de Lady Limerick para Marcel Junod, de 11 de Agosto de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

delegado em prisões na África do Sul para estudar novas abordagens no Quénia⁴⁰⁹. Este era um ponto que o Comité não poderia aceitar⁴¹⁰.

Depois da recusa, o presidente do Comité insistiu na tentativa de realização de uma missão clássica⁴¹¹. Os meses seguintes foram de constrangimento, frustração e debate dentro da organização. Por um lado, não havia qualquer resposta por parte da administração colonial relativa à missão de Junod e as informações recebidas nesse hiato incutiam desconfiança no CICV tanto em relação às autoridades britânicas como ao papel da CVB. Na troca de correspondência entre Pierre Gaillard e Geoffrey Senn⁴¹², o delegado enumerou um conjunto de razões pelas quais tanto a CVB como as autoridades britânicas julgavam que o CICV não tinha autoridade para intervir no terreno: 1) a comunidade europeia no Quénia era um tipo de «aristocracia», «real ou imaginada», que se colocava contra qualquer interferência por parte de estrangeiros e mesmo por parte da metrópole sob o pretexto de que só os colonos sabiam como lidar com os nativos; 2) as atrocidades cometidas pelas forças de segurança eram muito superiores ao que era dado a conhecer porque não entravam nas estatísticas as acções da Home Guard; 3) os artigos no *African Ford* da autoria de Mary I. Shannon contradiziam a informação dada por Lady Limerick, havendo a possibilidade da assistência ter sido dada exclusivamente às tropas britânicas, à polícia queniana, à Kikuyu Home Guard e aos funcionários públicos envolvidos na luta contra os Mau Mau⁴¹³; 4) a ênfase da vice-presidente da CVB na «experiência excepcional» de H. P. Junod em «condições penais» constituía uma divergência pois nenhum delegado do CICV poderia prestar serviço de aconselhamento em questões de detenção; 5) e, finalmente, a mitigação da real dimensão do conflito por parte da CVB visto que outras fontes, incluindo do próprio governo britânico, reconheciam o carácter nacionalista do movimento, nomeadamente para justificar a escalada da resposta violenta e adopção de novas medidas de segurança no território. Com a idoneidade da Cruz Vermelha

⁴⁰⁹ Carta de Evelyn Bark para Director do Departamento Consular do Foreign Office, de 11 de Agosto de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴¹⁰ Carta de Leopold Boissier para Lady Limerick, de 12 de Agosto de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴¹¹ Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier, de 25 de Julho de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA; e Carta de Leopold Boissier para Lady Limerick, de 12 de Agosto de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴¹² Carta de Pierre Gaillard para Geoffrey C. Senn, de 23 de Setembro de 1955; e Carta de Geoffrey C. Senn para Pierre Gaillard, de 24 de Outubro de 1955 e anexos, todos em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴¹³ Mary I. Shannon era médica e missionária da Church of Scotland no Quénia. Transcrição completa dos artigos de Mary I. Shannon «Social Revolution in Kikuyuland - Work Camps and Family Resettlement Villages» e «Social revolution in Kikuyuland - Rehabilitation and Welfare Work in Kenya's New Village Communities», em BAG 200-108.001, ACICR.

Britânica posta em causa, o Comité deliberava que a Sociedade Nacional deveria ser afastada definitivamente das interações com as autoridades britânicas em Londres ou em Nairobi⁴¹⁴ e decidia renunciar a deslocação de Junod ao Quénia a título pessoal⁴¹⁵.

O Comité não desistiria de obter informações. No Outono seguinte, a CVB viu-se obrigada a enviar informação sobre as suas actividades com órfãos nas reservas e campos, autorizando a sua divulgação na publicação anual do CICV dentro do escopo das «Actividades das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha»⁴¹⁶.

Nos meses seguintes, a CVB viu-se sob ataque por se negar a auxiliar o Comité Internacional. Em Abril, Lady Limerick decidiu contactar directamente a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Francesa para dar esclarecimentos e obter apoio. A vice-presidente afirmava que Henri Junod se tinha dirigido à CVB e ao Colonial Office em representação do CICV para uma possível intervenção clássica no Quénia⁴¹⁷, explicando a posição da Sociedade Britânica, que receava as tentativas indirectas do Comité para poder intervir na colónia⁴¹⁸. O presidente da CVF, François Poncet, informou Limerick dos avanços que tinham sido feitos na constituição das sociedades nacionais da Tunísia e de Marrocos e o envio de duas missões para os territórios sem que a CVF fosse consultada. A Cruz Vermelha Francesa tinha por isso recorrido à forma de protesto formal direccionado a Leopold Boissier. Para além disso, o Comité Internacional tinha ainda pedido autorização para visitar as prisões e campos de internamento argelinos onde os «rebeldes Norte-Africanos estavam detidos». A autorização foi dada pelas autoridades e a missão feita por David de Traz que concluiu que «tudo estava a decorrer em conformidade com as Convenções de Genebra». Não obstante, a CVF criticava a liberdade tomada pelo delegado do CICV para contactar com os líderes dos *fallaghas* - «Podemos admitir que um Delegado do CICV se reúna, nesta qualidade, com representantes, *bona fide* ou não, de verdadeiros criminosos?». François-Poncet estava indignado, no fundo, com a capacidade de imparcialidade dos agentes do Comité que não eram regidos pelas normas de lealdade de cariz civilizacional que as Sociedades

⁴¹⁴ *Extrait du procès-verbal de la séance des activités extérieures*, de 23 de Novembro de 1955, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴¹⁵ Carta de Pierre Gaillard para Geoffrey C. Senn, de 31 de Janeiro de 1956, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴¹⁶ Carta de Lady Limerick para Roger Gallopin, de 11 de Novembro de 1955, em RCC/1/12/1/83, BRCA. O relatório que foi enviado não consta nos arquivos.

⁴¹⁷ Carta de Lady Limerick para François-Poncet, de 12 de Abril de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴¹⁸ O Comité de Experts tinha aprovado em Outubro anterior uma série de acções que «abriam a porta para a intervenção do Comité em questões puramente domésticas». Carta de Lady Limerick para François-Poncet, de 12 de Abril de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

Nacionais defendiam, perguntando-se mesmo se a tese do Comité em tentar abordar todas as partes por forma a responder às demandas de «prisoneiros insatisfeitos» era uma tese justa e se as Sociedades Nacionais seriam obrigadas a aderir a esta premissa⁴¹⁹. No final, as duas direcções concordaram de que estas questões não deviam ser debatidas publicamente.

Na imprensa, surgiram críticas à posição da Sociedade Nacional Britânica e do governo: «Se há alguma dúvida acerca das condições nos campos, não deveria o Governo do Quénia estar melhor aconselhado para desarmar as críticas ao permitir que um órgão imparcial - como a Cruz Vermelha Internacional, por exemplo - visitasse os campos regularmente?». Ainda que o artigo do *Manchester Guardian* referisse que não se tratava de uma condenação da política governamental, mas de um conselho para que as medidas fossem revistas, este era o tipo de publicidade que nem as autoridades britânicas, nem a CVB precisavam na altura⁴²⁰.

Em Agosto surgiu um novo ponto de fricção. A Cruz Vermelha estava perplexa com a utilização da informação dada ao Comité sobre as suas actividades no Quénia. No relatório do Comité para o ano de 1955, havia apenas uma breve alusão à «assistência de crianças vítimas dos distúrbios», nota que a Sociedade Nacional considerava como reveladora de uma posição parcial sobre o que estava a acontecer no território⁴²¹. Pedia por isso, que numa publicação posterior, o Comité pudesse dar um relato mais detalhado para «os seus leitores não ficarem com a impressão, que provavelmente tinham retirado do Relatório Anual, de que a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Britânica não está muito preocupada com a situação no Quénia»⁴²². Em resposta, a CVB enviou novo relatório das actividades das suas assistentes desde Abril de 1954, afirmando que, para além da acção do *Kenya Branch*, tinham sido enviadas 17 assistentes de Londres, distribuídas pelos vários distritos da colónia⁴²³. Nesse período, as assistentes tinham trabalhado com as mulheres e crianças Kikuyu e que já se notavam melhorias «nas condições de higiene nos

⁴¹⁹ Carta de François-Poncet para Lady Limerick, de 14 de Abril de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²⁰ S. A., Extrato do *lead* do *Manchester Guardian* de 6 de Junho de 1956, em Nota para o arquivo, s.d., em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²¹ Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier, de 27 de Agosto de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA. O relatório revelava que «Em Agosto, o Comité Internacional da Cruz Vermelha dirigiu-se às Autoridades Britânicas para informar das suas intenções de executar os seus deveres tradicionais em prol das vítimas dos eventos no Quénia. A abordagem não produziu os resultados esperados. A Cruz Vermelha Britânica informou o CICV de que, em alguns casos, dava assistência directa a crianças vítimas dos distúrbios.» *Extract from the Annual Report of the International Committee of the Red Cross 1955*, s.d., em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²² Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier, de 27 de Agosto de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²³ Estavam distribuídas nos distritos Meru, Embu, Kiambu, Fort Hall, Nyeri e Kapsabet. Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier de 27 de Agosto de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

aldeamentos, na saúde das crianças e, acima de tudo, no estado de espírito de todas as pessoas». Várias medidas estavam em curso no programa de reabilitação: (1) estavam a ser formados grupos de mulheres para se tornarem membros do *Kenya Branch*; (2) foram constituídos clubes femininos para organização de tarefas e aprendizagem nas áreas da costura, higiene e cozinha; (3) eram feitas inspecções médicas em todos os distritos oferecendo tratamento a doenças de menor gravidade e reduzindo a possibilidade de epidemias; (4) eram prestados primeiros-socorros a pessoas feridas e, se necessário, tomadas providências para que fossem dirigidas aos hospitais; (5) assistência pré-natal e (6) assistência a pessoas deslocadas e idosos⁴²⁴. Contudo, não houve menção sobre as condições em que os autóctones viviam, o facto de toda a população Kikuyu estar a ser processada em campos de concentração ou os maus tratos referidos no relatório de Joan Wittington. O Comité agradeceu o ponto de vista da CVB⁴²⁵, lembrando a carta a 12 de Agosto de 1955 enviada pelo presidente da organização que pedia autorização para desenvolver as suas actividades clássicas no Quénia⁴²⁶ e limitava-se a referir que aquele relatório não era relativo ao trabalho das Sociedades Nacionais, mas sim às actividades do CICV.

A 26 de Novembro de 1956 - no final de um ano marcado por debates na Câmara dos Comuns sobre a detenção e manutenção de prisioneiros com idades inferiores a catorze anos no Quénia - foi endereçada ao Comité uma carta por parte do Tenente Coronel Draper, conselheiro jurídico do War Council. Esta carta refere que no parlamento britânico havia sido levantada a seguinte questão ao Secretário de Estado para as Colónias: «Foi feito algum pedido por parte do CICV de permissão para visitar e inspecionar os campos para os prisioneiros Mau Mau no Quénia e foi esse pedido concedido?» ao que Alan Lennox-Boyd⁴²⁷ respondeu: «Não foi feito nenhum pedido por parte do CICV ao Governo do Quénia para entrar em tais campos. Se esse pedido tivesse sido feito ao Governo do Quénia, não há dúvida que seria devidamente considerado»⁴²⁸. Assim, Draper indagava o Comité directamente: «Está em posição de me dar detalhes precisos de qualquer pedido feito em qualquer momento ao Governo de Londres ou ao do Quénia para permitir a entrada e reportar sobre os ditos campos?»⁴²⁹. Todos os procedimentos tomados pelo Comité

⁴²⁴ Carta de Lady Limerick para Leopold Boissier, de 27 de Agosto de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²⁵ Carta de Leopold Boissier para Lady Limerick, de 18 de Outubro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²⁶ Carta de J. Picet para Evelyn Bark, de 28 de Setembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴²⁷ Alan Lennox-Boyd substituiu Oliver Lyttleton como Secretário de Estado para as Colónias a 28 de Julho de 1954.

⁴²⁸ Destaque no original.

⁴²⁹ Carta de Lt. Colonel G. I. A. D. Draper para Camille Pilloud, de 26 de Novembro de 1956, em BAG 200-108.001, ACICR. Destaque no original.

Internacional nos quatro anos anteriores foram relatados detalhadamente por Pierre Gaillard em resposta ao governo britânico⁴³⁰.

Confrontada com a pressão por parte do Partido Trabalhista⁴³¹, a Cruz Vermelha Britânica fez as suas diligências. Numa carta enviada ao então Secretário de Estado para as Colónias, Lady Limerick informou que não tinha conhecimento de que algum pedido oficial por parte do Comité tivesse sido feito ao Governo do Quênia, mas que a organização tinha contactado o Colonial Office com vista a uma possível intervenção na colónia; esclareceu também que o Comité Internacional tinha mencionado o insucesso dessa tentativa no Relatório Anual da organização para o ano de 1955. Finalmente, a CVB lembrou que a sua posição contra a intervenção do Comité estava em linha com o Colonial Office⁴³².

No mesmo dia, Pierre Gaillard enviou à CVB um apelo endereçado ao CICV em nome de Dedan Kumathi, detido no Quênia e condenado à morte por participar na insurgência⁴³³. Na resposta ao apelo, o CICV indicou que não estava na capacidade de intervir em benefício do queixoso por não ser permitida a sua entrada no Quênia. O apelo foi, no entanto, tornado público e a CVB viu-se confrontada com incursões por parte da imprensa que pretendia averiguar o porquê do CICV não estar autorizado a actuar no Quênia. Para resguardar a sua posição, Lady Limerick respondeu ao *Reinold's News* que (1) a admissão do CICV no Quênia dependia da decisão do governo e não da CVB; (2) a posição da CVB era de que as Convenções de Genebra não eram aplicáveis ao caso; (3) que não era norma da Cruz Vermelha Britânica expressar opiniões sobre as decisões do Governo, mas aceitá-las; (4) o *Kenya Branch* e a CVB tinham equipas no terreno desde o início dos conflitos, operando de acordo com os princípios fundamentais da Cruz Vermelha; e que (5) a CVB estava confiante que as normas humanitárias básicas estavam a ser respeitadas pelo governo⁴³⁴.

O artigo do *Reynold's News* de 16 de Dezembro veio demonstrar ao público que o caso queniano estava fora de controle e não poderia ficar na confidencialidade dos gabinetes. Nas linhas do artigo fazia-se referência mais uma vez a Barbara Castles. A deputada trabalhista pediu

⁴³⁰ Carta de Pierre Gaillard para Lt. Colonel G. I. A. D. Draper, de 6 de Dezembro de 1956, em BAG 200-108.001, ACICR.

⁴³¹ S. A., *Memorandum* de 21 de Novembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³² Carta de Lady Limerick para Alan Lennox-Boyd, de 28 de Novembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³³ Carta de Pierre Gaillard para a Cruz Vermelha Britânica, de 28 de Novembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³⁴ Lady Limerick, Nota para arquivo, de 13 de Dezembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

explicações ao Executivo: o facto de a entrada do Comité Internacional ter sido bloqueada no Quénia, onde «os detidos africanos estão a ser tratados de forma abominável», era inaceitável. Os deputados trabalhistas receberam apelos directamente dos detidos que reportavam as seguintes situações: «Quatro africanos ficaram surdos e mudos devido a espancamentos por parte dos guardas; em dois campos os detidos foram despidos, deixados nus e por um mês não receberam comida em dias alternados; num campo 2000 africanos ficaram sem alimentos por dez dias; outros prisioneiros dizem que enfrentam uma morte lenta pela fome - a “refeição de millet experimental” dada a estas pessoas era recusada pelos cães; no mesmo campo havia “espancamentos no estômago” e os homens que se recusavam o trabalho forçado eram presos a grilhões, deixados por semanas sem cobertores e com apenas meias rações de comida; num dos campos alguns detidos considerados culpados de ofensas foram amontoados em grupos de seis numa divisão com tecto de folha metálica de 6 por 4 pés sem ventilação durante o dia e sem luz à noite; os homens são forçados a confessar crimes sobre os quais não sabiam nada e são anotados falsos delitos nos seus registos para prolongar a sua detenção; entre os detidos estão muitas crianças, algumas com apenas sete anos».⁴³⁵ O cenário de terror e de desrespeito pelos direitos humanos no Quénia estava exposto publicamente. Na imprensa, Barbara Castles⁴³⁶ e Pierre Gaillard expunham o governo britânico e a CVB⁴³⁷. No início de 1957 o executivo não teve outra alternativa senão fazer as diligências necessárias perante a administração do Quénia⁴³⁸ depois de receber uma carta oficial do Comité Internacional a pedir nova autorização para intervir na colónia⁴³⁹.

Aquando do pedido, a Cruz Vermelha mostrou-se mais uma vez complacente com o governo conservador, dando todas as informações necessárias sobre o trabalho desenvolvido no Quénia e as condições nos campos e reservas - enviavam pela primeira vez os dados recolhidos por Joan Whittington em 1954 -, bem como a posição da Sociedade Nacional. Ciente das

⁴³⁵ «Britain has Barred Red Cross in Kenya», *Reynold's News*, de 16 de Dezembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³⁶ O Partido Trabalhista enviaria ainda uma nota informativa ao Comité Internacional e à Cruz Vermelha Britânica deplorando a ação do governo e pedindo que fossem feitas exigências pelos canais apropriados para que o governo britânico aceitasse a inspeção da Cruz Vermelha Internacional. Carta do Croydon Labour Party para a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Britânica e para o Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 30 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³⁷ «Red Cross Barred in Kenya», *The New Statesman and Nation*, de 22 de Dezembro de 1956, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³⁸ Carta de Alan Lennox-Boyd para Sir Evelyn Baring, de 4 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴³⁹ Carta de M. L. Cahil para Secretário Pessoal do Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 1 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

atrocidades que estavam a ser cometidas nos campos e as condições precárias em que os Kikuyu sobreviviam, a direcção da CVB mostrava-se, no entanto, indignada com a abordagem do Comité Internacional não podendo deixar que «o CICV fosse bem-sucedido em transmitir a ideia de que era o único organismo da Cruz Vermelha» que conseguia desempenhar missões no terreno de «natureza estritamente humanitária». Ao mesmo tempo, alertou as autoridades para uma possível crítica do Comité Internacional à morosidade do processamento dos indivíduos nos campos, e que a CVB estava de acordo com esta posição⁴⁴⁰. Reiterou-se novamente o apoio à posição do governo colonial quando negada ao CICV a autorização para inspecionar instituições que, para além dos detidos devido aos eventos, abarcassem qualquer outro condenado por crimes alheios aos conflitos⁴⁴¹.

Paralelamente, a Sociedade Nacional pareceu recusar aconselhar o delegado da Grã-Bretanha na ONU sobre qualquer tipo de acção, pelo que este era um assunto de Estado. Não obstante, clarificou que a posição da instituição se mantinha: o caso do Quénia não era aplicável ao Artigo 3 das Convenções de Genebra já que o movimento Mau Mau não era considerado pelo governo como um elemento beligerante de facto no conflito. Tal reconhecimento implicaria que tanto a administração colonial como o executivo britânico fossem forçados a estabelecer acordos especiais com os Mau Mau para accionar outras provisões das Convenções. Mormente, as autoridades providenciavam já os cuidados básicos humanitários devidos neste tipo de situações⁴⁴². Indirectamente, a Cruz Vermelha providenciou material à delegação britânica na ONU para defender a posição britânica nos *fora* internacionais, contribuindo novamente para a manutenção do *status quo* no Quénia.

As missões do Comité Internacional da Cruz Vermelha

A primeira missão exploratória do CICV realizou-se de 20 de Fevereiro a 18 de Abril de 1957. Ao chegarem a Nairobi, Henri-Philippe Junod e Louís-Alexis Gaillard foram recebidos por uma comitiva administrativa que os elucidou e apresentou documentos sobre o funcionamento do

⁴⁴⁰ Carta de Joan Whittington para Secretário Geral, de 9 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁴¹ Carta de Roger Gallopin para Earl of Perth, de 12 de Fevereiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁴² Carta de Lady Limerick para W. A. C. Mathieson, de 11 de Janeiro de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

sistema de detenção⁴⁴³. As autoridades locais concederam autorização aos delegados para visitar os campos e prisões com suspeitos Mau Mau e o direito a fazer entrevistas sem testemunhas. Durante a missão, os delegados visitaram 52 campos e prisões e 20 aldeamentos nas reservas Kikuyu. No final deste período tinham visto 28 504 detidos ainda em processamento e 5613 condenados.

Nas suas considerações, os delegados apontaram que as condições nos campos eram, em geral, adequadas, mas, ainda assim, mereciam críticas importantes. Em alguns dos campos a ventilação das tendas era inapropriada e outros estavam sobrelotados. Relativamente à higiene, em Lodwar não havia chuveiros nem sequer fornecimento de água suficiente. Solicitaram que todos os campos fossem providos de cantinas, que deveriam estar sob supervisão das autoridades nos campos, ao que lhes foi transmitido que, devido à falta de pessoal, este requisito teria de ser adiado. Outra questão importante para os delegados era o facto de as mulheres não terem roupas interiores. Era ainda necessário que fossem dados cuidados médicos regulares - «todos os meses». Deveria ser permitido um contacto mais frequente com as famílias nas reservas e os doentes, principalmente os mais idosos e debilitados, deveriam ter prioridade para regressar às suas reservas nativas. Em alguns dos campos, as celas destinadas à punição estavam também sobrelotadas e eram aí aplicados castigos corporais demasiado severos. Finalmente, recomendavam que na transferência de pessoas para outras instituições não se recorresse ao agrilhoamento. Este pedido foi deliberadamente negado pelas autoridades por razões de segurança⁴⁴⁴. O Comité Internacional notava ainda o «trabalho notável» das enfermeiras e assistentes sociais da Cruz Vermelha nos centros de reabilitação⁴⁴⁵.

No relatório do CICV, foram apontadas as questões que, à altura, colocavam em causa o bem-estar dos detidos. Redigido num tom profissional e sem grandes reflexões críticas sobre os apontamentos feitos, o documento demonstrou até onde chegava a política de imparcialidade e de respeito pelas autoridades por parte do Comité.

⁴⁴³ Nos primeiros dois dias foram recebidos pelo governador, pelo ministro da segurança interna e defesa, Mr. Cusak, pelo comissário das prisões, J. H. Lewis, pelo assistente do comissário das prisões, Mr. G. Smith, por Mr. Thomas Asquith do Departamento de Desenvolvimento Comunitário, e por Dr. Walker, o responsável pela Saúde Pública.

⁴⁴⁴ *General Report of the Mission of the International Committee of the Red Cross to Kenya (February 20 - April 18, 1957)*, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁴⁵ Carta de Leopold Boissier para Lady Limerick, de 24 de Abril de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

Após o estudo dos relatórios, a CVB apelidou a apreciação dos delegados de «irrealista», demonstrando que «os dois delegados têm pouco conhecimento das normais condições de vida no Leste Africano»⁴⁴⁶. Joan Whittington afirmava mesmo que, pela sua experiência, as acomodações nos campos de detenção eram muito melhores do que as condições normais, nomeadamente no respeitante à variedade nutritiva das refeições, acomodações e roupas interiores. Rematava com a ideia de que não era viável enviar detidos para casa pois as acomodações nos campos eram superiores.

Olhando para o retrato deplorável que Joan Whittington fazia das condições nos campos em 1954, estas considerações parecem surpreendentes. Nos três anos que decorreram entre a sua visita ao Quénia e a missão dos delegados do Comité Internacional a perspectiva da directora do Overseas Branch Department demonstra uma evolução de pensamento que tende a coadunar com a acção governativa. Imperava que o governo britânico, o governo colonial e a Sociedade Nacional mantivessem uma posição coesa.

Segundo a política do Comité, estes relatórios serviriam para estipular tanto uma alteração das políticas governativas como uma possível ação por parte da instituição. Um ano após a missão de Henri-Philippe Junod e Louis-Alexis Gaillard, o CICV voltou a mostrar-se preocupado com o desenvolvimento das condições dos campos e medidas aí aplicadas. Segundo as informações tornadas públicas pelo Partido Trabalhista, tinham-se levantado «algumas dificuldades» nos campos como o racionamento de provisões de água e géneros alimentícios e a prática de actos de violência contra os detidos. As autoridades coloniais chegaram mesmo a enviar uma carta à direcção do Comité para comentarem algumas das medidas coercivas que o executivo britânico estava disposto a colocar em prática⁴⁴⁷. O CICV assinalou que já se tinha oposto à utilização de medidas punitivas e coercivas contra os detidos no relatório da missão de 1957. Em troca de correspondência com Roger Galopin, Lady Limerick referiu que, na visita rápida que tinha feito ao território, obteve informação de que a maioria dos detidos tinham já sido processados no sistema de reabilitação. O governador do Quénia tinha mesmo declarado na reunião do Conselho Legislativo de 4 de Novembro que restavam apenas 5000 detidos nos campos e que estes constituíam o *hard core* da Sociedade Mau Mau. E, apesar de ainda haver «terroristas nas florestas», tinham sido dadas garantias de maior mobilidade aos Kikuyu em Kiambu e Nairobi. A

⁴⁴⁶ Carta de Joan Whittington para Lady Limerick, de 29 de Maio de 1957, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁴⁷ Carta de Roger Galopin para Lady Limerick, de 31 de Outubro de 1958, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

CVB estava agora incumbida de redobrar esforços materiais e humanos para finalizar o processo de reabilitação e de reconstrução da sociedade colonial⁴⁴⁸.

Em Londres, o executivo procurou desviar a atenção dos incidentes com as mesmas informações de progresso. No final de 1958, os deputados trabalhistas utilizaram o mesmo discurso do governador para denunciar a movimentação de indivíduos para os campos de Hola e Tana River, pedindo que a questão fosse discutida na Câmara dos Comuns antes que qualquer legislação sobre o «aprisionamento de um súbdito de Sua Majestade» fosse implementada⁴⁴⁹. Mais tarde, o escândalo da morte de um grupo de detidos em Hola, devido a distúrbios causados pelas condições em que eram forçados a trabalhar, deteriorava mais uma vez a imagem das autoridades⁴⁵⁰.

Na Câmara dos Comuns, o Partido Trabalhista pedia acesso aos relatórios da missão do CICV. Depois de contactar o Comité Internacional e com o aval da organização, o Colonial Office decidiu não tornar públicos os documentos. Porém, não teria grande escolha quando confrontado com novo pedido de autorização por parte do CICV para visitar as instalações prisionais que ainda se mantinham no território⁴⁵¹. Na perspectiva de Londres, tornava-se imperativo que o CICV fizesse nova visita à colónia por forma mitigar os acontecimentos de Hola. Os delegados teriam acesso aos campos de detenção e às duas prisões existentes, onde poderiam efectuar entrevistas particulares, considerar formas de assistência às famílias dos detidos que não conseguiam subsistir por falta de trabalho, e providenciar a distribuição de géneros, como livros e tabaco⁴⁵².

A segunda missão do Comité teve lugar entre Junho e Julho de 1959. Tal como na visita anterior, os primeiros dias foram pautados por entrevistas com as autoridades⁴⁵³. As visitas nos

⁴⁴⁸ Carta de Lady Limerick para Roger Gallopin, de 17 de Novembro de 1958, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁴⁹ *Extract from Hansard no. 31*, de 9 de Dezembro de 1958, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁵⁰ A versão oficial que Sir Evelyn Baring deu às autoridades em Londres era de que os reclusos tinham morrido afogados quando, ao trabalharem debaixo de sol forte, decidiram abrir o tanque de água que estava ali perto. Na realidade, as mortes aconteceram devido a espancamentos e chicotadas aplicadas aos detidos por oficiais por estes se recusarem a trabalhar. Foi necessária a abertura de três inquéritos para que a situação fosse clarificada. Anderson, *Histories of ...*, 326-327.

⁴⁵¹ Carta de Sub-Secretário de Estado para as Colónias para Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 4 de Maio de 1959, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁵² Carta de Sub-Secretário de Estado para as Colónias para Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 4 de Maio de 1959, em RCC/1/12/1/83, BRCA. Estes últimos dois pontos deveriam ser programados em conjunto com a Cruz Vermelha Britânica.

⁴⁵³ Foram novamente recebidos pelo ministro da segurança interna e defesa, Mr. Cusack, pelo ministro para os assuntos africanos, Mr. Johnstone, pelo director dos serviços médicos, Dr. Walker, pelo procurador geral, Mr. Conroy e pelo comissário das prisões, J. H. Lewis. A 4 de Julho foram recebidos pelo governador.

campos ocorreram entre 17 e 30 de Junho. No total foram inspecionadas oito instalações que aglomeravam 1830 reclusos.

Na altura, os indivíduos recebiam classificações que não iam de encontro aos requisitos das Convenções de Genebra referentes à categoria de prisioneiros de guerra. Os prisioneiros eram classificados entre: pessoas acusadas de ofensas que levariam a sentença penal e que aguardavam julgamento; pessoas que tinham infringido a lei ordinária com ofensas ligadas ao movimento Mau Mau; pessoas detidas por razões de segurança de acordo com as normas extraordinárias implementadas no estado de emergência, mas contra as quais ainda não tinham sido estabelecidas sentenças; e pessoas que tinham passado pelo programa de reabilitação, mas que tinham sido rejeitadas nas instalações para triagem das reservas. Apesar de terem passado por todo o programa de reabilitação, o tratamento a estes indivíduos não divergia daquele dado aos restantes detidos, exceptuando o facto de não serem forçados a trabalhar. Para além disso, não tinham os mesmos privilégios que os outros reclusos detidos sob ofensas à lei ordinária podiam usufruir, como a redução de pena e permissão para comprar tabaco ou livros nas instalações, mas, tal como os restantes, estes detidos eram sujeitos a racionamentos de comida e castigos corporais. Os delegados realçaram o facto de que o encarceramento conjunto de indivíduos com «diferentes mentalidades ou níveis de evolução» resultava no «fortalecimento da hostilidade aberta ou latente por parte dos reclusos»⁴⁵⁴. Para fazer face a estes erros, o CICV recomendou que houvesse uma separação dos reclusos em grupos de acordo com o seu carácter e situação judicial.

Outro ponto salientado por Henri-Phillipe Junod e Jean-Maurice Rubli, remetia para recorrentes abusos de autoridade com recurso à punição colectiva. Por um lado, os detidos estavam por tempo indefinido a aguardar julgamento, alguns há seis ou sete anos. Por outro, os delegados tinham registado várias queixas de tratamento cruel por parte dos oficiais nos campos ou na triagem e, apesar de «se terem apercebido de que alguma destas acusações eram exageradas», era imperativo condenar os abusos destes oficiais. Considerando a punição colectiva como a maior causa dos distúrbios dentro dos estabelecimentos prisionais, os delegados aconselharam a administração a reforçar o controlo sobre os responsáveis pelas ordens de castigo, banir o recurso a tratamento «brutal e cruel» e «evitar, ou melhor ainda, eliminar» os castigos corporais nos

⁴⁵⁴ O CICV deixava claro que o encarceramento de indivíduos caracterizados por um fanatismo psicopático era prejudicial para os restantes reclusos que estavam menos envolvidos e ainda julgavam estar ligados ao movimento pelo facto de terem participado nas cerimónias de iniciação.

campos e prisões⁴⁵⁵. Para reforçar estas medidas, sugeriram que fosse providenciada formação mais adequada aos guardas prisionais e repensada a escolha dos directores dos campos que, em alguns casos, não tinham as aptidões necessárias para o desempenho do cargo.

Finalmente, os delegados apontavam condições inadequadas em alguns dos estabelecimentos penitenciários. Destacaram a falta de espaço e de camas, cobertores ou tapetes grossos para os reclusos descansarem; a insalubridade em que viviam, principalmente em Kandongu, onde as latrinas eram defeituosas e sujas, não havia água canalizada e nunca tinha sido disponibilizado papel higiénico - os delegados também não tinham visto a erva que supostamente servia para substituir o papel; era necessária uma mudança na dieta dos reclusos pela introdução de vegetais, bananas, açúcar e chá⁴⁵⁶; em alguns campos a assistência médica era satisfatória⁴⁵⁷, mas noutros era classificada como inadequada ou deplorável⁴⁵⁸; também não era dada consideração ao facto de os reclusos necessitarem de tempo e actividades de recreação que deveriam ser promovidas por assistentes sociais.

Não obstante, o programa de reabilitação era considerado um sucesso pela forma como tinha reduzido a população nos campos. Eram destacados os resultados obtidos pelas autoridades nos programas de aldeamento, a consolidação e cultivo da terra e congratulando o trabalho das assistentes da Cruz Vermelha no desenvolvimento de clínicas, escolas nas localidades indígenas⁴⁵⁹. Na acepção do CICV, a Cruz Vermelha tinha um papel «fundamental [e] vital para os povos africanos no seu presente estado de progresso». Os delegados recomendavam, por isso, que os progressos na área da saúde e educação fossem estendidos às restantes tribos no território⁴⁶⁰.

Em Londres, o escândalo de Hola associado aos tumultos no Nyassaland mudaram definitivamente o jogo de poder. Na Câmara dos Comuns, trabalhistas e conservadores uniam-se contra um império defunto que não conseguia garantir os direitos fundamentais aos seus súbditos.

⁴⁵⁵ *Reports on the Visits Made During the Second Mission of the International Committee of the Red Cross to Kenya - June/July 1959*, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁵⁶ Desde 1952 que os detidos bebiam somente água.

⁴⁵⁷ Relativamente ao campo de Hola, foi registado que os cuidados médicos eram excelentes, mas apenas há duas semanas.

⁴⁵⁸ Os amputados, por exemplo, esperavam há anos por membros artificiais e os reclusos idosos necessitavam de cuidados especiais que não eram providenciados. No campo de Aguth, os cuidados médicos eram providenciados por um guarda e não havia assistência dentária a não ser extrações.

⁴⁵⁹ *Reports on the Visits Made During the Second Mission of the International Committee of the Red Cross to Kenya - June/July 1959*, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

⁴⁶⁰ Carta de Betty Chapman para Joan Whittington, de 23 de Julho de 1959, em RCC/1/12/1/83, BRCA.

As eleições de 1959 colocaram Harold Macmillan no poder, que deu a Ian MacLeod a responsabilidade de dismantlar a estrutura legal do estado de emergência e descolonizar o Quénia. Na colónia coube ao novo governador, Malcom MacDonald, a direcção das operações no terreno. Em Novembro, 1600 reclusos foram libertos sem que fosse considerado se o processo de reabilitação estava concluído ou não. Seguir-se iam os líderes do movimento. A missão civilizadora chegava ao fim quando em 1963 o Quénia conseguiu a independência, sob a liderança de Jomo Kenyatta.

Os «não» refugiados do Quénia

A questão dos refugiados quenianos no Tanganica - momento de fuga, situação no território e medidas de repatriamento forçado - demonstra as dinâmicas e concepções do poder colonial face à população autóctone em várias vertentes. Primeiramente, a ideia do espaço colonial como formador de concepções de alteridade em que os autóctones eram vistos pelo seu valor laboral, passando por processos de modelação social baseados na ideia de «missão civilizadora», em que o indivíduo poderia ascender a formas de civilidade europeístas divergentes do seu *modus vivendi*. Esta questão produziu, para além da separação clara entre colono e colonizado, divisões comunitárias importantes para o desenrolar do conflito que se traduziu tanto na luta contra o poder colonial, como à população assimilada. Outra questão decisiva, passa pela ideia ambígua de fronteira como limiar delimitador e unificador tanto do espaço imperial britânico, no referente à implementação do poder colonial, como para o processo de refúgio, no respeitante à escolha de fixação dos refugiados.

O futuro dos Kikuyu do Tanganica, tanto os que tinham partido antes do início dos acontecimentos por razões económicas, como aqueles que tinham fugido do ambiente de violência gerado pela revolta dos Mau Mau, estava condenado ao seu regresso e integração num sistema que, considerando todos os pertencentes à tribo como inimigos da administração, recorria a medidas de perseguição e coerção colectiva. Dos cerca de 50% que já tinham atravessado a fronteira antes das deportações forçadas em massa, muitos tinham sido recusados nas reservas sobrepovoadas, nas quais estavam estabelecidos campos de triagem controlados por autoridades autóctones assimiladas, e, conseqüentemente, caído no sistema de triagem, fosse por falta de emprego, ou por apoio ao movimento. Esta realidade revela o nível de fragmentação social

existente no território. A população que tentou retornar ao Tanganica, acabou por ver a sua admissão recusada na fronteira da Província Norte, caindo novamente nas teias do *pipeline*.

A questão da permeabilidade da fronteira na África Oriental Britânica ganha, neste caso, contornos importantes para a concepção do refugiado. As delimitações territoriais, ainda que de carácter meramente formal e estabelecendo a divisão entre dois espaços de poder britânicos, tinham, para estes indivíduos, um carácter de verdadeira separação no que diz respeito ao sentimento de segurança. Por um lado, no Tanganica não estavam sujeitos às normas de expropriação, empobrecimento e perseguição que se vinham a agravar no Quénia e, por outro, a situação de violência e cooptação coerciva ligada aos Mau Mau era diminuta. Depois, numa região em que as fronteiras territoriais não correspondiam às fronteiras étnicas e onde as administrações locais tinham carta branca para pôr em prática os planos de desenvolvimento dos territórios, a movimentação forçada de indivíduos era uma medida que concorria com qualquer outra que tornasse as unidades coloniais mais eficientes. Com o aval do governo britânico, as autoridades locais criavam um espaço de circulação de pessoas controlado.

Quando as movimentações de Kikuyu para o Tanganica começaram a ser voluntárias, as autoridades recorreram à deportação destes migrantes económicos. O controle dos movimentos seria agora no sentido inverso. Em 1951, com o início dos tumultos no Quénia, milhares de Kikuyu refugiaram-se no Tanganica e a fronteira passou a ter um outro peso. Tal como sugerido por Edward Twining estes eram refugiados que fugiam à instabilidade e insegurança das reservas e da cidade de Nairobi e que se juntavam a trabalhadores Kikuyu residentes no território. Com a infiltração do movimento Mau Mau na Província Norte, todos estes refugiados e migrantes foram perseguidos pelos dois lados beligerantes também no Tanganica. Sem uma autoridade independente no protectorado britânico regulado pelo regime de tutela das Nações Unidas, toda a população Kikuyu foi forçada a voltar para um teatro de conflito e perseguição. Os «êxodos voluntários» de Kikuyu ficavam a dever-se à incapacidade das autoridades locais de protecção destes indivíduos que recorreram, mais uma vez, a medidas de movimentação forçada colectiva para resolver problemas internos na Província Norte e evitar a possibilidade de debate do caso queniano na Assembleia Geral, e uma posterior intervenção internacional em ambos ou num dos territórios. A questão dos Kikuyu foi ultrapassada pela inexistência de uma equipa de observação permanente que estivesse atenta às movimentações forçadas condenadas na Quarta Comissão e no Conselho de Tutela e à construção de um campo de detenção em Urambu para reter todos os

«indesejáveis» que não poderiam ser imediatamente deportados⁴⁶¹. A estes juntavam-se os milhares de familiares que tinham de acompanhar os indivíduos expulsos pelo governo. No Quénia, os campos de detenção e triagem já devolutos foram reativados para processar todos estes indivíduos em condições precárias de saúde, nutrição e dignidade.

No respeitante à assistência providenciada aos indivíduos que retornavam do Tanganica, dentro e fora da arbitragem colonial, a Cruz Vermelha Britânica demonstrou ter um papel decisivo tanto quanto à formulação da ideia de dever de assistência ao *outro* africano, como enquanto elo de ligação entre os vários intervenientes nacionais e internacionais. A posição tomada pela instituição foi fulcral para o desenvolvimento da política britânica em termos práticos no território e diplomáticos ao nível internacional.

A Sociedade Nacional Britânica colocou-se desde cedo como o provedor de assistência no terreno, retirando espaço humanitário ao CICV. Nos primeiros anos do conflito foi na CVB e no *Kenya Branch* que tanto a administração colonial como a administração central se apoiaram para desenvolver uma política de acção que perpetuaria a «missão civilizadora» durante o estado de emergência, justificando o encarceramento de milhares de indivíduos em campos de concentração e trabalho forçado. Nestes estabelecimentos e nos aldeamentos edificadas à medida do que tinha sido feito na Malásia, as voluntárias da Cruz Vermelha Britânica e do *Kenya Branch* desenvolviam dois tipos de acção: enfermagem e cuidados médicos, e assistência social.

Não depreciando o trabalho de assistência médica, foi no desenvolvimento de acções sociais que a organização se concentrou. Recrutadas para desenvolver trabalho nos campos e reservas, as assistentes sociais da CVB tinham um papel determinante para a «missão civilizadora» britânica. A conquista dos corações e mentes Kikuyu passava por formações que instruía as detidas (a acção relatada foi sempre referente a trabalhos com mulheres e crianças) a desenvolverem hábitos de higiene, laborais e culturais de acordo com os ideais e práticas ocidentais de civilidade. O processo de reabilitação tinha nestas voluntárias o seu lado humanitário ao passo que as autoridades civis e militares recorriam a métodos brutais de punição colectiva para subjugar os autóctones. Actuantes *in loco*, os agentes da Cruz Vermelha coadunavam com uma política de humilhação e dizimação de uma faixa da população queniana que lutava pelos seus direitos de propriedade, manutenção dos seus costumes e liberdade política. Os métodos utilizados nos

⁴⁶¹ Carta de Sir Edward Twining para Oliver Lyttelton, de 27 de Setembro de 1953, em CO/822/502, BNAK.

campos eram aplicados a todos os reclusos sem excepção, incluindo os milhares de refugiados detidos nos campos aquando das deportações do Tanganica. As escassas denúncias foram descuradas pelo governo local, e a CVB, que estava a tomar a si o papel dos agentes do CICV nas inspeções feitas por Joan Whittington, em nenhum momento alertou o Comité para a sua incapacidade de actuação efectiva sobre o problema dos maus tratos e condições em que a população Kikuyu experienciava nos campos, ou para as tentativas de cooptação do governo local de membros da CVB.

Na esfera internacional, o caso dos Kikuyu no Tanganica foi deliberadamente encoberto. Na ONU, os receios de que o caso dos Meru resultasse em inspeções ao território foram aliviados pela reprovação da proposta de resolução que permitiria uma investigação na Província Norte. Os Kikuyu também não surgiram nos debates posteriores apesar da imprensa internacional expor o êxodo em massa destes indivíduos com o provisionamento de comboios por parte das autoridades, bem como as condições a que estavam sujeitos quando voltavam ao Quénia. Não obstante, a delegação britânica estava preparada para defender a sua posição com documentação em parte providenciada pela Cruz Vermelha. Na altura, estava já a decorrer o segundo mandato do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e o debate sobre a questão dos refugiados chineses em Hong Kong na Assembleia Geral⁴⁶², mas a organização não recebeu qualquer pedido de assistência, que cabia ao Estado de acolhimento, neste caso inexistente por se tratar de um protectorado britânico.

Em 1955, dois anos e meio após a declaração do estado de emergência, o Comité Internacional da Cruz Vermelha informava a Sociedade Britânica que considerava que o conflito no Quénia entrava dentro dos parâmetros das Convenções de Genebra e que, por isso, era justificável uma intervenção clássica no território. Desde o início da troca de correspondência, a CVB mostrou claramente a sua posição: era contra a premissa de que o Artigo 3º das Convenções se aplicava ao caso queniano. Mantendo esta perspectiva durante todo o conflito, a direcção da CVB aliou-se ao governo britânico ao adiar as diligências necessárias para que o Comité pudesse inspecionar os estabelecimentos de detenção nos anos em que a maioria da população Kikuyu estava a ser processada no sistema de campos e contribuiu ainda para a congelação de negociações quando, em colaboração com Londres, procurou usar para proveito da política colonial a

⁴⁶² Como foi indicado no Capítulo I, o debate sobre a questão de Hong Kong foi iniciado em 1952.

experiência de um dos delegados em questões penais. A intervenção no Quénia seria feita somente quando os esforços dos deputados trabalhistas se juntaram a agentes do CICV como Pierre Gaillard para denunciar publicamente a situação e os obstáculos à intervenção do Comité Internacional. Quando em 1957, os delegados apresentaram os relatórios de missão, na Sociedade Nacional eram discutidas a in experiência e falta de contacto com a população dos delegados que resultavam numa apreciação irrealista depois de, dois anos antes terem tentado recrutar Henri-Phillipe Junod pela sua experiência em estabelecimentos penais na África do Sul e identificado a incapacidade do *Kenya Branch* em operar efectivamente na colónia.

Os relatórios das duas missões do CICV demonstravam que os problemas de abusos de autoridade e inadequação das estruturas para que os direitos básicos dos reclusos fossem respeitados permaneciam. Tanto em 1957 como em 1959, os delegados mostraram a sua preocupação com as condições de vida dos reclusos e recomendavam o afastamento de medidas coercivas violentas e a agilização do processo de reabilitação. Entre as linhas dos documentos percebe-se ainda que o programa de reabilitação era aprovado pelo Comité que partilhava a perspectiva de que haviam diferentes níveis de evolução e civilização entre os povos. Não obstante, no que diz respeito à garantia de direitos humanos dos reclusos, que consideravam prisioneiros de guerra, a posição do Comité respeitava os princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha: sem distinção de raça, credo ou cor.

No Quénia ficaram claras as dificuldades colocadas à intervenção pela organização estrutural do Movimento da Cruz Vermelha, bem como do sistema das Nações Unidas. A CVB, responsável perante o Estado britânico e manobrada pela administração local, teve capacidade para concentrar em si o papel principal na assistência humanitária na colónia, colocando em causa o respeito pelos direitos humanos ao coadunar com a política colonial de reabilitação em espaços de confinamento e coerção. Já relativamente ao sistema das Nações Unidas, a formulação do refugiado como sujeito passivo de direitos, que coloca no Estado de acolhimento o ónus da intervenção externa para a protecção e assistência destes indivíduos, permitiu que a administração do Tanganica, mesmo tratando-se de um protectorado britânico, se imiscuisse da responsabilidade de tratar os grupos de refugiados Kikuyu com base nas normas internacionais de protecção dos direitos humanos e dos refugiados em particular, pela incapacidade de intervenção *de facto* no

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

território⁴⁶³. Se os Kikuyu fixados no Tanganica eram identificados como refugiados pelas autoridades locais, esta concepção nada mais valeu do que para os considerar como parte activa na instabilidade regional que colocava em causa a manutenção do império britânico.

⁴⁶³ A Grã-Bretanha ratificou a CER somente em 1954, e estendeu a sua aplicação ao Quénia em 1956.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

CAPÍTULO IV

APROPRIAÇÕES HUMANITÁRIAS - A ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS ARGELINOS EM MARROCOS E NA TUNÍSIA

*Vous n'avez jamais été un État et on vous a délivré de la servitude alors que vous l'avez dit vous-même, vous n'étiez que des tribus luttant les unes contre les autres. D'ailleurs vous-même, vous êtes le symbole vivant de ce qu'a fait la France.*⁴⁶⁴

Ao contrário do caso queniano, e apesar das sucessivas tentativas francesas de travar as hostilidades com reformas sociais e até mesmo de tentar encobrir o problema, a guerra de independência argelina seria extensamente divulgada nos *fora* internacionais devido à capacidade de internacionalização do conflito. A Frente de Libertação Nacional, fez esforços nos vários continentes para a divulgação da causa e dos actos perpetrados pelas forças francesas no decorrer do conflito⁴⁶⁵. Durante os dois primeiros anos em que se assistiu à reformulação interna do aparelho de combate do ALN, os actores políticos da Frente procuraram afirmar a sua força em diferentes *fora* internacionais e através da comunicação bilateral tanto na Ásia como nas Américas. As suas denúncias tiveram e uma repercussão exponencial nos meios de comunicação ajudando a condenar os actos contraditórios do governo francês. A imagem francesa de defensora dos direitos humanos e da democracia era desacreditada pela divulgação da imposição de medidas discriminatórias e com recurso à violência, perante aqueles que designava cidadãos franceses muçulmanos na Argélia. Assim, mais do que proteger a sua posição colonial, Paris viu-se obrigada a defender o papel de vanguarda democrática e civilizacional assumido perante críticos e aliados no pós-Segunda Guerra. Finalmente, a capacidade de intervenção de organizações internacionais inter-governamentais e não-governamentais, dentro dos seus escopos de operação, ultrapassaria

⁴⁶⁴ Resposta do presidente da república francês Vincent Auriol a Ferhat Abbas aquando da demanda de independência. Em Planchais, *L'empire embrasé...*, 221.

⁴⁶⁵ Veja-se, por exemplo: M. Connelly, *A Diplomatic Revolution. Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2002); e J. Byrne, *Mecca of Revolution: Algeria, Decolonization and the Third World Order* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2002).

limitações prévias à sua acção global, contribuindo para a relevância das questões humanitárias no conflito, assistindo militares e civis. A guerra de independência argelina destaca-se como o primeiro caso de intervenção internacional humanitária a civis vítimas de um conflito colonial dentro e fora do território em disputa.

Neste capítulo procura-se compreender, por um lado, a forma como actores beligerantes e internacionais de assistência humanitária se posicionaram face ao êxodo de milhares de refugiados para Marrocos e Tunísia; por outro, a realidade dos refugiados nos dois Estados recentemente independentes e com acentuadas dificuldades aos fluxos de argelinos. Como lidaram as agências de assistência com a situação dos refugiados nos Estados de recepção adjacentes à fronteira argelina? Quais as estratégias de assistência e cooperação das organizações internacionais e locais? Que desafios encontraram estes organismos à operacionalização da assistência? Qual a situação dos refugiados durante o período em que permaneceram fora do território argelino? A resposta a estas questões permitirá compreender a eficiência assistência internacional e a forma como lidaram com sucessivas tentativas de politização à revelia dos princípios de neutralidade e imparcialidade que regem estes organismos.

Controlar para dominar: estratégias de poder numa Argélia dilacerada

A abordagem francesa de pacificar para reformar como resposta aos ataques da FLN no final de 1954 transformou-se numa política de violência civil direccionada aos renomeados cidadãos franceses muçulmanos que, apesar de legitimada pelo estado de sítio proclamado no território, demonstrava a continuação de tendências hostis contra a população indígena há muito implementadas⁴⁶⁶. A partir de Maio de 1955, as tropas francesas passaram a ter autoridade para a utilização de artilharia pesada discricionária em novas áreas de rebelião sem precisarem de directivas formais por parte do governo, o que resultou na implementação de uma política de *ratissage* que levou à destruição de vilas inteiras por diferentes métodos - política de terra queimada, utilização de napalm, fuzilamento de civis, violação de grupos de mulheres - com base na mera suspeição de que os habitantes estariam de alguma forma associados ao movimento de

⁴⁶⁶ Para um estudo mais detalhado sobre a concepção do indígena muçulmano e as políticas de violência indígena durante o período da Argélia colonial veja-se: R. Gallissot, *La république française et les indigènes. Algérie colonisée, Algérie algérienne (1870-1962)* (Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2006).

libertação. A impunidade dos militares franceses estava de tal forma enraizada que um deles chegou a fazer declarações confirmando as atrocidades cometidas contra a população muçulmana ao delegado do CICV em Marrocos, ainda que este tivesse ocultado a sua função⁴⁶⁷.

Nos primeiros meses de conflito, as forças francesas conseguiram afastar alguns dos líderes dos movimentos, provocando divisões importantes entre a resistência. Esta situação resultou num conflito civil até à imposição da FLN sobre outros partidos, afirmando-se no congresso de Soumman em Julho de 1956 como único representante dos argelinos. No encontro, o papel político da FLN e a organização militar do ALN foram definidos e reforçados. Os objectivos do movimento - (1) «o triunfo da revolução argelina na luta pela independência nacional»; (2) o reconhecimento da «nação dentro dos seus limites territoriais actuais incluindo o Saara»; (3) «o reconhecimento da FLN como representante único e representante exclusivo do povo argelino»; e (4) «o reconhecimento da independência da Argélia e da sua soberania em todos os domínios incluindo a defesa nacional e a diplomacia» - seriam mantidos até ao final da guerra de independência, servindo de base para as negociações em Evian no final da guerra⁴⁶⁸.

O processo de afirmação interna da FLN foi acompanhado por uma estratégia de internacionalização da questão argelina tanto em *fora* internacionais como na formação de alianças regionais e fora do continente africano. Neste âmbito, a primeira grande vitória da resistência argelina foi a participação como observador na Conferência de Bandung em Abril de 1955⁴⁶⁹ graças aos esforços diplomáticos de Ait Ahmed, Mohamed Khider e M'hamed Yazid, a delegação externa da FLN. Na conferência, onde foram debatidas as posições de vinte e nove Estados face às dinâmicas do colonialismo e da Guerra Fria⁴⁷⁰, aprovou-se unanimemente a proposta egípcia que reivindicava o direito da Argélia à autodeterminação. No decorrer do conflito, a França viu ainda a sua posição fragilizada na ONU pela estratégia de ataques do ALN e de outras formas de protesto aquando dos debates sobre a questão argelina na Assembleia Geral. A consolidação do

⁴⁶⁷ Klose, *Human Rights...*, 145-149.

⁴⁶⁸ Stora, *La gangrène...*, 148.

⁴⁶⁹ A. Horne, *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962* (Nova Iorque: New York Review of Books, 2006), 130.

⁴⁷⁰ Foram participantes na Conferência de Bandung quinze Estados asiáticos (Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnam, República Popular da China, Tailândia, União Indiana e Vietnam do Sul), oito Estados do Médio Oriente (Arábia Saudita, Iémen, Irão, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia); e 6 Estados africanos (Gana, Etiópia, Egipto, Líbia, Libéria e Sudão). Para uma análise detalhada sobre os debates na Conferência de Bandung veja-se: Burke, *Decolonization and the...*, 13-34.

reconhecimento internacional da FLN como beligerante seria determinante para a alegação de necessidade de intervenção externa no conflito.

Outra questão fulcral para o reforço da estratégia político-militar da FLN foi o apoio dos governos recém-formados na Tunísia e Marrocos após a sua independência em Março de 1956. Se nos primeiros meses tanto a monarquia de Mohamed V como o governo de Bourguiba mostravam-se discretos no apoio à causa da FLN, a partir de Outubro desse ano, com o desvio do avião que transportava os líderes diplomáticos da FLN - Ben Bella, Mohamed Khider, Aït Ahmed e Mohamed Boudiaf - de Rabat para Tunes e posterior detenção pelas autoridades francesas, as relações dos dois Estados com a França começaram a deteriorar-se. Os esforços de internacionalização da luta argelina, mesmo depois do afastamento do núcleo diplomático da FLN, e uma série de erros táticos franceses permitiram a Bourguiba e Mohamed V dar um apoio vital para o sucesso da resistência. Sem esse apoio, Paris estimava que «a rebelião argelina estaria [...] extinta» já em 1956⁴⁷¹.

Durante o processo de afirmação da FNL como único representante da resistência anti-colonial, e apesar da liberdade de acção do exército francês para o uso da violência, o governo metropolitano permanecia convicto de que era ainda possível obter a confiança da população por via de novas reformas. Em Janeiro de 1955 Jacques Soustelle, acompanhado por uma equipa de reformistas, foi nomeado para governador geral. Com o apoio do ministro do interior François Mitterrand, a equipa de Soustelle comprometia-se a aplicar um plano de reformas que estava no prelo desde 1945: os investimentos públicos no território seriam duplicados; seriam destinados créditos suplementares para as áreas da saúde, educação e para o sector agrícola; a reforma agrícola e industrial seria relançada; investir-se-ia na construção de mais escolas para os muçulmanos, incluindo uma escola de administração destinada a estes cidadãos por forma a serem recrutados para a administração pública em paridade; o ensino do árabe passaria a ser obrigatório nas escolas; as polícias metropolitana e argelina seriam fundidas; e a gestão do culto muçulmano ficaria ao abrigo das instituições religiosas locais. O conjunto de reformas de teor integracionista foi severamente contestado pelos europeus no território e a sua aprovação em Junho dependeria de um novo governo em Paris⁴⁷².

⁴⁷¹ *Note sur l'aide fourni par le Maroc et la Tunisie aux rebelles d'Algérie*, de Outubro de 1956, série Maroc 1956-1968, vol. 89, ADLC.

⁴⁷² A 6 de Fevereiro de 1955 o governo de Pierre Mendès France caía, dando lugar a Edgar Faure enquanto presidente do conselho. Não obstante, tanto a linha reformista integracionista, como Soustelle foram mantidos.

A instabilidade governativa em França era acompanhada pela necessidade de responder de forma firme aos ataques da FLN e do ALN. A 3 de Abril de 1955, a Assembleia Nacional e o Conselho da República Francesa aprovaram a declaração de estado de emergência nas regiões mais instáveis do território⁴⁷³, que seria estendida à sua totalidade em Outubro do mesmo ano. Para a região de Aurès, onde o conflito era permanente, foi ainda aplicada uma doutrina de pacificação composta por três conjuntos de ações: *ação humana* - caracterizada por medidas de contacto com a população e influência psicológica pela propaganda; *ação construtiva* - que envolvia o desenvolvimento de infra-estruturas e acessos; e *ação de protecção* - que previa a criação de um ambiente permanente de insegurança com recurso à detenção de qualquer indivíduo considerado suspeito de envolvimento com membros da FLN⁴⁷⁴, resultando no uso discricionário da força. A falta de uma norma que distinguisse os infratores do cidadão comum⁴⁷⁵ contribuiu para que toda a população da região se tornasse automaticamente suspeita, gerando um clima de medo e repressão.

O Verão de 1955 foi determinante para a escalada do conflito. Depois do *affair Zighout Youssef*, no qual cerca de uma centena de europeus foram mortos em várias cidades da região de Constantine, a abordagem integracionista de Soustelle perdeu viabilidade. A repressão aos ataques e o recurso a métodos «deploráveis e humilhantes» marcou o conflito de forma irreversível, levando mesmo à deserção de soldados franceses⁴⁷⁶.

A inviabilidade de um programa reformista a partir da metrópole levou Robert Lacoste, governador geral a partir de Fevereiro de 1956, a alterar a estratégia administrativa francesa recorrendo à descentralização do poder. A lei da territorialização aprovada nesse ano permitia que as exigências dos cidadãos fossem dirigidas às autoridades locais na Argélia. Ao mesmo tempo, o Governador Geral era dotado de poderes especiais pelo Decreto-Lei n.º 56-274, podendo, no conjunto de medidas a este concedidas, controlar ou proibir a movimentação de pessoas,

⁴⁷³ Lei 55-385, de 3 de Abril de 1955, que instituiu o estado de emergência e previa a sua aplicação nas regiões de Aurès e Kabylie por um período de seis meses. A lei previa a confiscação de armas; a censura dos meios de imprensa, rádio e divulgação cultural; a proibição de associação; restrições à movimentação da população; e instituição de áreas de protecção ou segurança. Em <https://www.legifrance.gouv.fr>, acedido em 17 de Agosto de 2018.

⁴⁷⁴ *Note Memento A/S de la pacification de l'Aurès* de 12 de Abril de 1955, 1H 1119 D1, Service Historique de l'Armée de Terre (SHAT), citado em S. Henni, «On the Spaces of Guerre Moderne: The French Army in Northern Algeria (1954-1962)», *Spaces of Conflict*, n. 16 (2016): 38.

⁴⁷⁵ Henni, «On the Spaces...», 38-39.

⁴⁷⁶ Planchais, *L'empire embrasé...*, 240.

transacções económicas e mesmo a instalação de grupos em determinadas áreas⁴⁷⁷. A norma previa ainda que estes poderes poderiam ser delegados «no seu todo ou em parte às autoridades civis ou militares», levando à imposição de uma manobra de controle de movimentações e meios de subsistência das populações de forma discricionária não só por parte do governo central argelino, mas também alargada aos poderes locais e sobretudo às divisões do exército que acabariam por transformar a Argélia numa província militar⁴⁷⁸. A descentralização acabou, no entanto, por deturpar a ideia da França como a única entidade dotada de poder para resolver as preocupações e reivindicações da população. Distanciando o elemento unificador, as autoridades francesas contribuíram novamente, ainda que indirectamente, para o processo de descolonização⁴⁷⁹.

O crescente apoio político-militar tunisino e marroquino, agudizando a instabilidade na fronteira, conduziu a uma ofensiva musculada por parte das autoridades, começando pela reorganização administrativa e militar do território. Aos oficiais militares foi dada liberdade para desenhar novas fronteiras, construir infra-estruturas, e expulsar franjas da população rural das suas áreas de residência por forma a aderirem aos novos mapas organizacionais do território⁴⁸⁰. O território argelino foi assim dividido em categorias militares: zonas operacionais, zonas de pacificação e zonas interditas⁴⁸¹. Estas últimas contemplavam as Linhas Morice, corredores de

⁴⁷⁷ Entre os poderes dados ao governador geral destacam-se: a proibição, parcial ou total da circulação de pessoas, veículos ou animais; a regulamentação ou proibição da importação, exportação, compra, venda, distribuição, transporte ou detenção de produtos, matérias ou animais; instituição de zonas onde a estadia dos indivíduos era regulamentada ou proibida; a regulamentação da entrada, saída ou estadia em todo o território de qualquer pessoa, francesa ou estrangeira, e proibição do acesso ou a estadia àqueles cuja presença seria susceptível de dificultar, de qualquer forma, a acção dos poderes públicos; podia ainda pronunciar o termo de identidade e residência, vigiada ou não, de toda a pessoa cuja actividade se mostrasse perigosa para a segurança e ordem públicas; proibição, a título geral ou particular das reuniões públicas ou privadas susceptíveis de provocar ou manter a desordem; ordenar o fecho provisório das salas de espetáculos, lojas e lugares de reunião de qualquer natureza; ordenar ou autorizar as buscas domiciliárias diurnas e noturnas; censura; e a legalização de campos de detenção. Decreto-Lei n.º 56-724, de 17 de Março de 1956, em Gabinete do Ministro Residente, «Des Pouvoirs Spéciaux. Mesures Concernant la Sécurité», em Algérie, 1956, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 59, ADLC.

⁴⁷⁸ Klose, *Human Rights...*, 104-105.

⁴⁷⁹ Segundo Frederick Cooper, a implementação da lei de territorialização foi o passo decisivo para a descolonização na Argélia. F. Cooper, «Descolonização e Cidadania: A África entre os Impérios e um Mundo de Nações», em *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*, F. Cooper (Lisboa: Edições 70, 2016), 307-349.

⁴⁸⁰ Henni, «On the Spaces...», 41.

⁴⁸¹ Nas zonas operacionais, os oficiais franceses eram incumbidos de utilizar todos os meios possíveis para restaurar a segurança. Nas zonas de pacificação, o exército empregava táticas de ação psicológica contra civis, que eram submetidos a medidas de deslocação forçada, doutrinados, e, por conseguinte, induzidos a participar no esforço de guerra francês. As zonas proibidas eram áreas nas quais os militares franceses tinham ordens para disparar, por terra ou por ar, por forma a aniquilar qualquer forma de vida. Em Henni, «On the Spaces...», 38-39.

fogo aberto ao longo de parte das fronteiras tunisina e marroquina⁴⁸², o que obrigou à deslocação forçada de civis e ao seu posterior confinamento em *centres de regroupement*, termo militar utilizado para os campos de concentração onde, na sua maioria, as condições de vida das populações eram consideradas deploráveis. Mais tarde, e devido à pressão da opinião pública francesa, os *centres de regroupement* foram transformados em aldeamentos pela V República de forma a legitimar a continuação do confinamento populacional⁴⁸³.

As políticas de controlo populacionais levadas a cabo pelas autoridades francesas durante a guerra aliadas às novas dinâmicas de poder local, e em clara violação tanto da DUDH como da CEDH, traduziram-se numa realidade incomportável para milhares de argelinos a partir de meados de 1956. O desgaste internacional francês e o apoio dos governos marroquino, tunisino e egípcio à causa da FLN incentivaram a intervenção internacional no conflito e na assistência aos refugiados.

Assistência de emergência: a intervenção humanitária do CICV em benefício dos refugiados argelinos

Os relatos de fugas para Marrocos e para a Tunísia devido ao conflito argelino surgiram no início Novembro de 1956, numa nota de Pierre Gaillard ao CICV⁴⁸⁴ sobre a implementação de áreas interditas perto da fronteira marroquina. Dois meses depois, a mesma informação chegou ao governo francês a partir do Centro de Inteligência Operacional do Governo Geral⁴⁸⁵. Até então, o CICV dispunha de alguma experiência no terreno. O CICV tinha recebido autorização do governo de Guy Mollet - terceiro desde o início do conflito - para visitar os centros de alojamento e detenção de prisioneiros na Argélia⁴⁸⁶, tinha contactado os dirigentes da FLN, e conhecia os territórios e

⁴⁸² A Linha Morice, mais tarde reforçada pela Linha Challe, compreendia zonas de circulação proibida, delimitando corredores militares que na sua extensão máxima chegaram a cerca de 450 quilómetros ao longo da fronteira marroquina e a cerca de 750 quilómetros ao longo da fronteira tunisina.

⁴⁸³ Henni, «On the Spaces...», 38-39.

⁴⁸⁴ Pierre Gaillard, Nota n.º 9 para CICV, de 5 de Novembro de 1956, em BAG. 200.008.002, ACICR.

⁴⁸⁵ Circular de Colonel Ruysen para vários órgãos administrativos, de 11 de Janeiro de 1957, AG-7-4 - Maroc, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 48, ADLC.

⁴⁸⁶ Carta do Presidente do Conselho para Leopold Boissier, de 6 de Abril de 1956, AG-12-3 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

governos marroquino e tunisino pela assistência dada nos processos de independência⁴⁸⁷. Em Marrocos, dispunha de uma delegação em Casablanca, responsável por missões de visita a prisioneiros franceses da FLN. Já a leste do território argelino, o governo tunisino procurava, num primeiro momento, lidar pelos seus próprios meios com a presença de um crescente número de refugiados. Habib Bourguiba seria, no entanto, o primeiro chefe de Estado a apelar directamente a um organismo internacional para prestar assistência humanitária em benefício dos refugiados⁴⁸⁸.

As movimentações de argelinos em busca de asilo ficaram desde cedo envolvidas num enredo de estratégias políticas que viria a marcar não só o desenvolvimento do conflito, como também o contacto com as organizações de assistência humanitária e as operações em Marrocos e na Tunísia. Os sucessivos governos franceses procuraram a todo o custo impedir a divulgação internacional da questão humanitária, refutando a existência *de facto* de refugiados, recusando, ao longo de todo o período de guerra, nomeá-los e reconhecê-los enquanto tal -preferiam-se expressões como os «chamados ‘refugiados’»⁴⁸⁹ ou «cidadãos franceses muçulmanos», como parte de uma política geral de negação da dimensão do conflito⁴⁹⁰. A estratégia da FLN passava pelo aumento excessivo do número de refugiados. Em Janeiro de 1957, a FNL divulgava um efectivo de mais de 100.000 refugiados em Marrocos e de 100.000 a 200.000 refugiados na Tunísia. As autoridades marroquinas apontavam, na mesma altura, para cerca de 20.000 refugiados na província de Oujda enquanto o governo tunisino avançava com um número próximo daquele apresentado pela FLN⁴⁹¹.

O aumento do número de refugiados pela FLN e pelo governo de Habib Bourguiba fazia parte de uma estratégia de obtenção de fundos tanto para a causa argelina como para a resolução

⁴⁸⁷ Para uma análise detalhada sobre as missões do CICV no conflito argelino veja-se Benasci-Lancou, *Prisons et camps d'internement...*, 2018. A autora explora no capítulo seis as missões efectuadas pelo CICV em benefício dos refugiados.

⁴⁸⁸ Como descrito no Capítulo II da presente tese.

⁴⁸⁹ Serviço de Ligação com a Argélia da Direcção Geral dos Assuntos Políticos, *Note sur le problème des prétendus “réfugiés” algériens en Tunisie et au Maroc*, de 13 de Janeiro de 1957, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁴⁹⁰ Os sucessivos governos franceses procuraram negar a existência de uma guerra de facto na Argélia, referindo-se ao conflito pela utilização de expressões como «eventos» ou a «acções policiais», de «manutenção da ordem» e «medidas de pacificação» para caracterizar o emprego da força por parte das autoridades que procuravam resolver um «problema doméstico». Klose, *Human Rights...*, 123. A questão do não reconhecimento dos refugiados pela utilização deste tipo de expressões foi igualmente identificada por Fatima Besnasci-Lancou. Besnasci-Lancou, *Prisons et camps d'internement...*, 343.

⁴⁹¹ Serviço de Ligação com a Argélia da Direcção Geral dos Assuntos Políticos, *Note sur le problème des prétendus “réfugiés” algériens en Tunisie et au Maroc*, de 13 de Janeiro de 1957, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

de problemas intrínsecos ao desenvolvimento de um Estado recentemente independente, com dificuldades económicas e financeiramente dependente da França pelo estabelecido nas convenções de interdependência de 1955. Estes acordos bilaterais entre Paris e os dois ex-protectorados, estabeleciam contratos de independência negociada, pelos quais a França continuava a manter tropas nos dois territórios, e estabelecia relações de dependência económica para o desenvolvimento da Tunísia e de Marrocos. A situação dos dois Estados colocava os governos de Bourguiba e de Mohamed V numa posição extremamente delicada relativamente à presença de refugiados argelinos nos seus territórios: por um lado, apoiavam a causa da independência argelina face à França, dando asilo não só aos refugiados como aos militares do ALN, e condenavam os actos franceses em violação dos direitos humanos; por outro, estavam limitados pelo estipulado nos acordos bilaterais, vendo-se obrigados a permitir a permanência de tropas francesas no seu território e a alguma precaução diplomática relativamente ao conflito na Argélia. Rabat seguiria uma posição mais moderada durante os primeiros anos do conflito, restringindo o número de refugiados, procurando não atacar o Estado francês nos *fora* internacionais e não divulgar o apoio à FNL. Já o governo de Bourguibá, tentaria gerir, num primeiro momento, a presença de milhares de argelinos em território tunisino pelo controle das fronteiras⁴⁹², enveredando, a partir de 1957, por uma política de apoio declarado à FLN tanto interna como internacionalmente, desafiando os acordos estabelecidos com Paris.

Assistência Humanitária em Marrocos

A movimentação dos refugiados argelinos para Marrocos começou a ser discutida entre os delegados do Comité Internacional na Argélia no último trimestre de 1956. A questão girava em torno de uma «eventual assistência às populações civis deslocadas» no departamento de Oran, região perto da fronteira com Marrocos, devido à evacuação de duas zonas dentro do departamento - uma perto da cidade de Oran, outra junto à fronteira marroquina -, que tinham deslocado entre 10.000 a 15.000 pessoas cuja situação era «particularmente delicada» já que se encontravam no meio das exigências contraditórias dos dois beligerantes. As autoridades militares francesas pretendiam a evacuação total da região enquanto a FLN ameaçava os grupos de residentes de

⁴⁹² Nota da Presidência do Conselho, *Tunisie-Algérie. Évolution de l'Attitude Tunisienne à l'Égard du FLN*, 11 de Julho de 1956, AG-5-7 Rébellion Algérienne, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 60, ADLC.

represálias se deixassem as suas habitações. Sem qualquer protecção, «as infelizes populações foram finalmente refugiar-se em massa em Marrocos»⁴⁹³. No mesmo documento, Pierre Gaillard sugeriu que o delegado do CICV em Marrocos, Camille Vautier, investigasse a situação. Na Argélia, o CICV providenciou, a partir da iniciativa de Roger Vust, delegado do CICV em Argel, a primeira assistência às populações internamente deslocadas⁴⁹⁴.

Os refugiados argelinos em Marrocos voltaram a surgir aquando do envio para a delegação do CICV em Casablanca do extrato de um artigo do *Desmanche Matin*, jornal argelino, que referia existirem 60.000 argelinos a viver na região oriental marroquina, dos quais, 6000 a 9000 desempregados eram alvo de recrutamento por parte da FLN, e cerca de 10.000 pessoas que tinham atravessado a fronteira devido à evacuação da região de M'Sirda. Os recursos que traziam consigo tinham sido gastos durante o Inverno, colocando estes indivíduos numa situação de dependência da caridade dos cidadãos marroquinos. Mormente, a sua miséria era explorada pela FLN que pressionava os residentes argelinos na província de Oujda para providenciar assistência, enquanto os marroquinos endureciam a sua posição face à escassez de recursos e à situação «dos 'exilados' do império»⁴⁹⁵.

O pedido de assistência ao CICV em benefício dos refugiados argelinos em Marrocos surgiu com a visita à sede da organização da delegação síria perante as Nações Unidas⁴⁹⁶. Sem Sociedade Nacional no país, principal motivo da reunião, o CICV decidia incumbir a Claude Pilloud uma primeira missão de investigação para averiguar a situação dos refugiados argelinos. No relatório, apresentado a 16 de Março, Pilloud informava acerca das reuniões com as autoridades locais e com a Amicale des Algériens Musulmans du Maroc que tinha providenciado «as informações mais úteis» sobre a situação dos refugiados⁴⁹⁷. Segundo a organização, e apesar de ainda não haver uma contagem fidedigna, encontravam-se na província de Oujda entre 17.000 a 20.000 refugiados que tinham chegado a partir de Março e Abril do ano anterior, sem qualquer

⁴⁹³ Pierre Gaillard, Nota n.º 9 para CICV, de 5 de Novembro de 1956, em BAG. 200.008.002, ACICR.

⁴⁹⁴ Carta de Roger Vust para Pierre Gaillard, de 13 de Novembro de 1956, em BAG. 200.008.002, ACICR.

⁴⁹⁵ Extrato de artigo de 3 de Fevereiro de 1957 do Jornal *Dimanche-Matin*, anexado a Carta de Pierre Gaillard para Claude Pilloud, de 4 de Março de 1957, em BAG 234.008.002-01, ACICR.

⁴⁹⁶ Carta de Pierre Gaillard para Delegação do CICV em Casablanca, de 8 de Março de 1957, em BAG 234.008.002-01, ACICR.

⁴⁹⁷ Tratava-se de uma organização de assistência controlada pela Frente de Libertação Nacional, cujos dirigentes eram nomeados pelo movimento e aprovados tacitamente pelo governo local.

assistência por parte das autoridades marroquinas, desprovidos de trabalho e recursos⁴⁹⁸. A única assistência era providenciada pela Amicale que procurava encontrar alojamento para estes indivíduos em centros de acolhimento improvisados. Dois desses centros, em Oujda e Ahfir, foram visitados pelo delegado que identificou as condições miseráveis em que os refugiados se encontravam, nomeadamente em termos de vestuário e alimentação. Da missão, Claude Pilloud assegurava ainda a disponibilidade das autoridades locais e provinciais para a assistência internacional, e uma possível cooperação com a Amicale na distribuição de bens de primeira necessidade devido à falta de uma Sociedade Nacional no país.

Nas trocas de correspondência entre os representantes do Comité verifica-se que a organização pretendia contactar imediatamente a sua delegação em Paris por forma a obter a posição francesa sobre uma eventual assistência do CICV aos refugiados. Sobre essa questão, Claude Pilloud, que desempenhava cumulativamente as funções de delegado e o cargo de sub-director da secção jurídica do Comité, demonstrou perplexidade e relutância. Segundo as informações que dispunha, estes refugiados tinham procurado asilo em Marrocos por serem objecto de perseguições ou vítimas das circunstâncias do conflito, sendo refugiados *de facto*. Nestas condições, prossegue o delegado, «não se compreende como uma acção de assistência em seu benefício poderia depender da sua Potência de origem, nem o porquê de que esta deve ser informada do que é feito a seu favor». O governo francês estava decerto a par da situação dos refugiados argelinos devido à presença das tropas francesas no território, que não tinham prestado assistência ao governo marroquino por consideraram os refugiados como «elementos hostis cuja sorte, fora da Argélia, lhes é indiferente». Comparando o caso dos refugiados argelinos ao dos refugiados húngaros na Áustria, via como imprudente um pedido de posição à França, já que não se tinha procedido da mesma forma perante o governo húngaro, o que colocaria o Comité «mais tarde ou mais cedo numa situação delicada». A solução necessária passava, no seu entendimento, por uma operação de assistência organizada, cujos fundos dependeriam de um apelo internacional dentro do MICV⁴⁹⁹. Com a aprovação das autoridades marroquinas, o CICV decidiu alocar imediatamente 50.000 francos suíços para uma operação considerada de grande envergadura e

⁴⁹⁸ Os refugiados estavam distribuídos da seguinte forma: 5600 em Oujda, 4000 em Ahfir; 3000 em Berkane e Saïdia, 4500 em Boubeker, e cerca de 2000 nómadas, totalizando 19.100 refugiados. Nota n.º 7 de Claude Pilloud para Pierre Gaillard, de 16 de Março de 1957, em BAG 234.008.002-01, ACICR.

⁴⁹⁹ Nota n.º 12 de Claude Pilloud para Pierre Gaillard, de 23 de Março de 1957, em BAG 234.008.002-01, ACICR.

estimada em quarenta milhões de francos franceses⁵⁰⁰, e reforçar a delegação em Marrocos com três delegados: Jean-Pierre Schoenholzer, Jean-Pierre Othenin-Girard⁵⁰¹ - médico de profissão - e Marc Chauvet, seguindo a indicação de Pilloud.

A missão dupla de assistência aos refugiados e contacto com os soldados franceses feitos prisioneiros pela FLN em território enfrentou alguns obstáculos políticos. Quando os delegados já se encontravam em Rabat, a FLN atrasou o processo de visita aos prisioneiros de guerra por um período de quinze dias a oito semanas⁵⁰². A situação, que envolvia a permanência de dois delegados em território marroquino por dois meses sem poderem efectuar a missão estabelecida, foi resolvida com a atribuição de missão de assistência de urgência a Othenin-Girard em Oujda, onde a situação dos refugiados se tinha agravado⁵⁰³. Em correspondência com o CICV, Camille Vautier pedia uma nova alocação de bens de assistência «para evitar que estes indígenas se encontra[ssem] de novo numa miséria sem precedentes». Foi enviada imediatamente a soma de dez milhões de francos franceses para a delegação em Marrocos sob insistência de que não seria ainda efectuado qualquer apelo internacional e de que a acção do CICV não poderia ser prolongada indefinidamente, limitando-se ao carácter de urgência imediato⁵⁰⁴.

Em meados de Abril, Othenin-Girard e Marc Chauvet efectuaram uma missão na região de Oujda para verificar a situação dos refugiados e a fornecer assistência alimentar de emergência. Segundo as impressões dos delegados, a situação dos cerca de 25.400 refugiados⁵⁰⁵ era «particularmente lamentável», parte de «um mundo alucinante» que suplantava o terror das pinturas de Goya⁵⁰⁶. A cidade de Oujda era o único local onde os refugiados recebiam assistência alimentar por parte da Amicale, de qualquer forma insuficiente - equivalente a 500 calorias diárias com base em farináceos -, e tinham acesso a assistência hospitalar. Nas restantes comunidades, os refugiados dependiam dos excedentes alimentares locais e viviam da mendicidade. As condições habitacionais variavam consoante as possibilidades dos refugiados: uns viviam com as populações

⁵⁰⁰ Carta de Pierre Gaillard para Delegação CICV Cairo, de 2 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR.

⁵⁰¹ Pilloud havia indicado Marc Chauvet para a delegação em Casablanca. Telegrama Intercroixrouge para Claude Pilloud, de 2 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR.

⁵⁰² Carta de Pierre Gaillard para Leopold Boissier, de 15 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR.

⁵⁰³ Carta de Camille Vautier para Pierre Gaillard, de 19 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR.

⁵⁰⁴ Carta de Pierre Gaillard para Camille Vautier, de 23 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR.

⁵⁰⁵ Segundo o relatório de Jean-Pierre Othanin-Girard, os refugiados estavam distribuídos da seguinte forma: 5000 na cidade de Oujda, 10.000 em Boubeker, 1800 em Saïdia, 8000 em Martimprey e 600 em Berkane. Relatório de Jean-Pierre Othenin-Girard para Camille Vautier, de 24 de Abril de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵⁰⁶ Carta de Marc Chauvet para Claude Pilloud, de 25 de Abril de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

locais ou entre argelinos já estabelecidos em Marrocos; outros viviam em cabanas de lona ou em grutas, sem qualquer conforto ou protecção. Em Boubeker, e apesar de haver uma enfermaria no local, 10.000 refugiados não recebiam qualquer assistência médica ou alimentar, sobrevivendo a pão de cevada e chá⁵⁰⁷. Aí e em Saïdia, a mortalidade infantil era elevada devido à falta de cuidados sanitários tanto durante o parto como nos primeiros anos de vida. Em Berkane, a assistência sanitária era providenciada duas vezes por semana na enfermaria local por um médico que também se deslocava a Saïdia semanalmente.

Para além da escassez de alimentos e da pobreza da dieta dos refugiados, era particularmente alarmante a falta de medicamentos, sobretudo vitaminas e antibióticos já que, apesar de ainda não se verificarem epidemias, tinham sido detectados casos de varíola e malária entre as crianças e outras doenças infecciosas e avitaminoses eram extremamente frequentes - referia-se no primeiro caso a pneumonias, febres tifoides e paratifoides, e sobretudo à tuberculose e no segundo a escorbuto e raquitismo - sem que houvesse estratégias de tratamento ou isolamento dos doentes⁵⁰⁸. A subnutrição e incapacidade de assistência médica, estavam directamente relacionadas, afectando sobretudo as crianças dependentes de amamentação⁵⁰⁹. Os delegados distribuíram de alimentos fornecidos pelo CICV que permitiram uma dieta mais diversificada e equivalente a 2000 calorias diárias por um período de oito a dez dias. No final da missão, Marc Chauvet mostrava-se indignado com a situação de crianças que comiam raízes por elas escavadas para «melhorar o ordinário», e que encontravam abrigo onde «um porco europeu» se recusaria deitar⁵¹⁰. Na aceção do delegado, os dez milhões de francos disponibilizados pelo Comité eram claramente insuficientes para tamanha emergência, sendo necessária uma estratégia organizada de provisão alimentar e de cuidados sanitários regulares⁵¹¹.

Perante o caso de extrema necessidade, o CICV atribuiu uma segunda missão de assistência a Jean-Pierre Schoenholzer, entre 30 de Maio e 15 de Julho⁵¹², que voltou a estar enredada em

⁵⁰⁷ A enfermaria pertencia à companhia mineira de Boubeker que assistia exclusivamente os empregados nas minas. Relatório de Jean-Pierre Othenin-Girard para Camille Vautier, de 24 de Abril de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵⁰⁸ O médico do CICV estimava que 40% dos refugiados observados sofriam de tuberculose. Relatório de Jean-Pierre Othenin-Girard para Camille Vautier, de 2 de Maio de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵⁰⁹ Segundo os dados recolhidos pelos delegados, a mortalidade infantil era entre 50% e 60%. Relatório de Jean-Pierre Othenin-Girard para Camille Vautier, de 2 de Maio de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵¹⁰ Carta de Marc Chauvet para Leopold Boissier, de 13 de Maio de 1947, BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵¹¹ Carta de Marc Chauvet para Claude Pilloud, de 25 de Abril de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵¹² O delegado tinha como instruções para a missão: (1) a substituição provisória de Camille Vautier como delegado responsável; (2) organização, controle e distribuição de recursos de assistência; (3) recepção do primeiro avião com

questões políticas. O CICV continuava a não querer efectuar um apelo às Sociedades Nacionais para assistência aos refugiados argelinos, referindo que tal apelo deveria ser feito pelo próprio governo marroquino que não dispunha de Sociedade Nacional à época. O Comité estava preocupado com as complicações políticas de um eventual apelo da organização⁵¹³. Em resposta, o governo marroquino enfatizava que os problemas políticos que o CICV enfrentava eram os mesmos que Rabat procurava evitar: não havia dúvida que era necessária assistência a um povo irmão no seu território, mas um apelo internacional colocaria Marrocos em sério risco de comprometer a resolução em curso do contencioso franco-marroquino⁵¹⁴. Pela troca de impressões entre os delegados em Rabat e Pierre Gaillard é possível compreender que o CICV continuava a dialogar com o governo francês. A França havia alocado ao CICV 15 milhões de francos franceses no início do ano para as missões do Comité em benefício dos refugiados sob salvaguarda de que os recursos fossem distribuídos sob controle da organização⁵¹⁵. No final de Maio, foi prevista uma nova forma de assistência por parte do governo francês com o envio de 2500 kg de medicamentos para a missão de Schoenholzer em Oujda e a indicação de que a organização deveria informar os «franceses muçulmanos visados» de que poderiam voltar para a Argélia em segurança⁵¹⁶. Em Junho, o governo francês voltou a pressionar o Comité Internacional para colaborar no repatriamento dos refugiados encontrando, do lado da organização internacional, alguns ecos favoráveis, nomeadamente por parte de Antoine Noël, Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho do CICV, mas sem surtir efeito prático devido às complicações que uma tal abordagem traria para o desenvolvimento das operações do Comité⁵¹⁷.

A pressão do governo francês perante o CICV parece ter feito parte de uma estratégia de controle da assistência internacional com dois objectivos: por um lado, a manipulação das

medicamentos a 3 de Junho e posterior e organização da sua distribuição. Carta de J. S. Pictet para Jean-Pierre Schoenholzer, de 30 de Maio de 1957, em BAG 251.130-005, ACICR.

⁵¹³ Carta de Pierre Gaillard para Jean-Pierre Schoenholzer, de 30 de Abril de 1957, Carta de Marc Chauvet para Claude Pilloud, de 25 de Abril de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵¹⁴ Carta n.º 8 de Jean-Pierre Schoenholzer para Pierre Gaillard, de 12 de Maio de 1957, Carta de Marc Chauvet para Claude Pilloud, de 25 de Abril de 1957, em BAG 251.130-004, ACICR. Para uma análise do problema franco-marroquino veja-se: D. Rivet, *Le Maghreb à l'épreuve de la colonisation* (Paris: Puriel, 2010).

⁵¹⁵ Serviço de Ligação com a Argélia da Direcção Geral dos Assuntos Políticos, *Note sur le problème des prétendus "réfugiés" algériens en Tunisie et au Maroc*, de 13 de Janeiro de 1957, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁵¹⁶ Carta da Direcção dos Assuntos Administrativos e Sociais do Ministério dos Assuntos Exteriores para Léopold Boissier, de 3 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵¹⁷ Pierre Boissier, Relato de reunião entre Antoine Noël e Pierre Boissier, de 6 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

organizações internacionais, neste caso do CICV, era a única forma do governo francês poder competir com a assistência providenciada por parte da FLN através da Amicale e utilizar essa posição de benevolência perante a opinião pública francesa⁵¹⁸; por outro, ao deter o monopólio da assistência internacional, o governo francês evitava a necessidade de divulgação dos problemas humanitários que o conflito argelino acarretava e, consequentemente, os debates sobre o assunto nas Nações Unidas, num momento em que a delegação tunisina lançava um apelo de assistência internacional formal ao Alto-Comissariado para os Refugiados. A estratégia francesa foi, no entanto, frustrada pela publicitação do donativo por parte do delegado do Comité em Paris, William Michel, causando igualmente um problema político para o CICV. Apesar dos medicamentos estarem enquadrados nas «actividades gerais humanitárias em Marrocos»⁵¹⁹, a assistência francesa era inaceitável por parte dos destinatários, mesmo que feita de forma indirecta. A FLN via a situação como uma manobra política de Paris e ameaçava cortar relações com o CICV se os recursos chegassem a Marrocos⁵²⁰. O Comité viu-se assim forçado a rejeitar a assistência francesa em benefício dos refugiados⁵²¹.

No relatório de missão, Jean-Pierre Schoenholzer voltou a frisar a questão política em que o CICV estava envolvido, contextualizando-a localmente. A FLN tinha as suas principais bases em Marrocos, controlava a acção da Amicale e concentrava o apoio e adoração da população à qual forneceu abrigo face às perseguições dos franceses. A Frente tinha grande apreço pela actividade do Comité e estava disposta a colaborar desde que os recursos de assistência não tivessem origem francesa, impossibilitando a propaganda vinda de Paris. A confiança depositada no Comité, afirmava o delegado, contrapunha-se à posição perante a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha que poderia facilmente ser influenciada por Paris⁵²². Schoenholzer apresentava a Amicale como

⁵¹⁸ Em Março, o presidente do conselho, Guy Mollet, havia divulgado, num discurso à Assembleia Nacional, que o CICV estava no terreno a pedido da França, o que, segundo o delegado do Comité em Paris, parecia «uma lamentável deturpação dos factos [...] para aniquilar a iniciativa tomada pelo CICV». William Michel, Relato de reunião entre William Michel e Antoine Noël, de 28 de Março de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵¹⁹ Carta de William Michel para Jean-Pierre Schoenholzer, de 6 de Junho de 1957, em BAG 251.130-005, ACICR.

⁵²⁰ Telegrama de Jean-Pierre Schoenholzer para Pierre Gaillard, de 6 de Junho de 1957, em BAG 251.130-005, ACICR.

⁵²¹ Carta de Jean-Pierre Schoenholzer para Presidente da Amicale des Algériens Musulmans, de 12 de Junho de 1957, em BAG 251.130-005, ACICR.

⁵²² A preponderância francesa na LSCV era clara para a FLN pela existência de franceses nos seus quadros e pela influência que François Poncet, presidente da CVF, detinha dentro da organização. Relatório de Jean Pierre Schoenholzer, de 12 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01; e J.P. Schoenholzer, *Rapport de M. J. P. Schoenholzer présenté en séance de Présidence le 20 juin 1957*, de 20 de Junho de 1957, em BAG. 251.130.005, ACICR.

uma organização eficaz, imparcial e íntegra no terreno. Com um representante em todos os centros de refugiados, a Amicale mostrava capacidade para registar os recursos administrados, monitorizá-los, reportar todos os acontecimentos significativos nessas comunidades - nascimentos, mortes, doenças, rixas, etc. - e organizar a distribuição alimentar pelos chefes de família. O sistema funcionava «na perfeição» e permitia ao Comité evitar a construção de um aparelho de distribuição próprio. Cooperando diretamente com a organização, os delegados do CICV ficaram responsáveis pela compra, transporte, controlo e assistência na distribuição efectuada pela Amicale, por efectuar visitas e sondagens regulares aos refugiados e pela verificação do estado de stocks.

A cooperação com a Amicale era ainda de maior relevância pela urgência da acção de assistência. Registavam-se 47.500 refugiados⁵²³ chegados a Marrocos sem quaisquer bens, um número com tendência a aumentar devido aos acontecimentos em Melouza⁵²⁴. Perante a situação, o delegado sugeriu que fosse providenciado um conjunto de recursos básicos para a sobrevivência destes indivíduos durante o Inverno: abrigos e bens de conforto e protecção, vestuário, alimentação e medicamentos⁵²⁵. A assistência médica seria obtida a partir de dois canais: um marroquino, patrocinado pelo governo, e um argelino, organizado pelos argelinos residentes em Marrocos e pela FLN.

A situação do CICV ficou clara na apresentação do relatório de Schoenholzer na reunião de presidência de 20 de Junho. No meio da disputa pela assistência entre a França e a FLN, o CICV teve de anuir às imposições do movimento de libertação. Apesar de alertar para o facto de a FLN se arrogar o direito de falar em nome dos refugiados, a vontade expressa dos mesmos de se colocarem ao abrigo da Frente e de preferirem «deixar-se morrer à fome ao lado de um pão do que comê-lo se soubessem que esse pão provinha de donativos franceses», transparecia na prática que, apesar de haver uma clara influência do movimento, essa influência não era feita com base em

⁵²³ Dos 47.500 refugiados 20% era homens, 20% mulheres e 60% crianças até 12 anos, dos quais 20% entre 0 e 3 anos. Relatório de Jean Pierre Schoenholzer, de 12 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵²⁴ O final de Maio de 1957, a FLN atacou os habitantes da vila de Melouza, dizimando 374 habitantes.

⁵²⁵ O delegado elencou as seguintes quantidades de recursos para a operação: 4000 a 5000 tendas, 30.000 cobertores e 15.000 esteiras, e vestuário para todos os refugiados, totalizando um milhão e meio de francos suíços mensais. Relativamente à alimentação, pretendia-se assegurar uma dieta de 2000 calorias diárias por pessoa da seguinte forma: 300g de farinha ou sêmola, 150g de leguminosas, 50g de azeite, 100g de açúcar, 50g de tâmaras, 50g de leite condensado açucarado para 10.000 crianças, uma lata de sardinhas por semana e 150g de chá por mês, totalizando 81.075 milhões de francos suíços por mês. No concernente a cuidados sanitários, seriam distribuídos 125g de sabão por pessoa por mês, totalizando 1.25 milhões de francos suíços mensais. No respeitante aos medicamentos, as quantidades apontadas por Othenin-Girard não seriam alteradas. Relatório de Jean Pierre Schoenholzer, de 12 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

represálias⁵²⁶. Relativamente ao repatriamento, o CICV decidiu não colaborar com as autoridades francesas, remetendo essa questão para acordos governamentais bilaterais entre Paris e Rabat⁵²⁷. A estratégia francesa ficaria ainda mais limitada em Setembro, aquando da retificação da CER por Marrocos, que dava aos argelinos o estatuto formal de refugiados⁵²⁸. Quanto à assistência, o CICV decidiu formar um fundo global para os recursos necessários, por forma a despolitizar os donativos e alocar imediatamente 100.000 francos para a compra de alimentos para as necessidades mais urgentes⁵²⁹ enviando Germain Colladon⁵³⁰ e Louis Gaillard para missão dupla de assistência aos refugiados e aos inválidos de guerra em Marrocos⁵³¹.

A terceira missão, realizada de 22 a 24 de Julho por Germain Colladon, ficou novamente envolta em questões de natureza política. Se Schoenholzer depositava total confiança na Amicale, Colladon demonstrou, no relatório de missão de distribuição de recursos alimentares, uma imagem distinta do órgão de assistência argelino. Segundo o delegado, parte dos recursos do CICV tinham sido distribuídos a indigentes argelinos que não entravam na categoria de refugiados, em detrimento dos cerca de 5300 refugiados mais necessitados que se encontravam a sul de Berguent. A distribuição tinha sido feita somente em Oujda, Ahfir e Boubeker, onde a Amicale exercia maior controle nos grandes aglomerados. Os valores de imparcialidade e equidade que o CICV tentava implementar no terreno, e o controle necessário da organização sobre a distribuição de recursos entravam diretamente em colisão com a política de Ben Yakhlef, presidente da Amicale, que via na acção de assistência um meio para consolidar o controle sobre um grande número de cidadãos argelinos, colocando de parte os princípios do humanitarismo. Recebendo ordens directas da FLN sobre a alocação dos recursos a serem distribuídos aos refugiados, a Amicale mostrava ser um «órgão político, essencialmente político, unicamente político», dirigido de forma «quase ditatorial» e que constituía, em Oujda, um «Estado dentro do Estado» pela aprovação tácita das suas actividades pelas autoridades marroquinas locais. Outra questão preocupante para Colladon,

⁵²⁶ J.P. Schoenholzer, *Rapport de M. J. P. Schoenholzer présenté en séance de Présidence le 20 juin 1957*, de 20 de Junho de 1957, em BAG. 251.130.005, ACICR.

⁵²⁷ Carta de Pierre Gaillard para Delegação CICV em Paris, de 19 de Agosto de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵²⁸ Decreto-Lei n.º 2-57-1256, Boletim Oficial, de 6 de Setembro de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵²⁹ Carta de Pierre Gaillard para Marc Chauvet, de 24 de Junho de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵³⁰ Colladon substituiria Schoenholzer como delegado responsável em Marrocos. Carta de Léopold Boissier para Marc Chauvet, de 27 de Junho de 1957, em BAG 251.130-003, ACICR.

⁵³¹ Pierre Gaillard, *Séance de travail du 8 juillet 1957*, de 8 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

era o facto de os «representantes» dos refugiados não serem de facto refugiados, mas cidadãos argelinos estabelecidos em Marrocos antes das hostilidades, que obedeciam com disciplina militarista às directivas do presidente da Amicale. A parcialidade «inequívoca» da organização levava Colladon a pedir uma mudança de estratégia ao CICV. Era necessário um controlo efetivo dos recursos e a única forma de assegurar a imparcialidade das distribuições passava por não remeter os recursos do CICV para os entrepostos da Amicale⁵³².

Ainda antes da emissão do relatório de Colladon, André Durand, chefe de secção da divisão executiva do CICV, informou a delegação em Oujda que a actividade da Amicale seria substituída pelas autoridades marroquinas, no recenseamento e emissão de documentação dos refugiados⁵³³. A alteração permitiu estabelecer um número mais exacto dos refugiados a meados de Agosto: 48.426, dos quais cerca de 25.000 estavam em grandes dificuldades devido a más colheitas nesse Verão⁵³⁴, e estabelecer uma base para a quarta missão de assistência⁵³⁵, dirigida por Louis Gaillard.

Depois de uma missão de inspecção às condições dos refugiados no início de Agosto⁵³⁶ na qual foram feitos inquéritos sobre a sua proveniência⁵³⁷, Gaillard estabeleceu as prioridades da operação do CICV: assistência alimentar por dois meses⁵³⁸, assistência médica mensal, distribuição única de vestuário e recursos de alojamento para que os refugiados pudessem suportar

⁵³² Germain Colladon, *Action de secours en faveur de réfugiés algériens. Rapport de distribution*, de 30 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³³ Carta n.º 8 de A. Durand para Germain Colladon, de 23 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³⁴ As más colheitas agrícolas retiravam aos refugiados a base da sua sobrevivência que provinha da assistência providenciada pela população local. Nota n.º 8 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 9 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³⁵ Carta n.º 6 de Pierre Gaillard para Louis Gaillard, de 16 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³⁶ A missão de seis dias percorreu a área total onde se encontravam os refugiados. Nota n.º 3 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 2 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³⁷ Proveniência dos refugiados: em Saïdia, vinham das regiões vizinhas de Anabra, Bider, Boufkaren, Sbabna; em Berkane tratavam-se de tribos de Souahlias e Nemours; em Ahfir de tribos de Msidra e Laachache; em Oujda estavam deslocados dos departamentos da Oranie e de Argel; em Touissit provinham de Oulad Nhar, Beni-Bousaid, Beni-Snous e Beni-Ouassine; em Guenfouda-Jarada, de Oulad Nhar; em Berguent, de Oulad Nhar e Hmiane; e em Tendirara, Figuig e Bouarfa provinham de Ain-Sefra e Djebel Amour. Nota n.º 6 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 9 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵³⁸ A porção alimentar dos refugiados, com base nos 25.000 em grandes necessidades, até final de Setembro teria a seguinte forma: 300g de trigo, 75g de leguminosas, 25g de azeite, 30g de açúcar, diários; 5 garrafas de leite condensado por criança por mês (tendo em conta 12.000 crianças) e 250g de chá verde por mês para cada duas pessoas. O montante total estimado para a operação de assistência alimentar seria de cerca de 200.000 francos suíços. Nota n.º 7 bis de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 9 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

os meses de Inverno⁵³⁹. O período estabelecido para as missões de assistência de emergência do Comité terminou no final de Outubro, momento em que a organização esperava que a responsabilidade fosse transferida para outra agência humanitária⁵⁴⁰. Os recursos foram distribuídos directamente aos refugiados pelo delegado do CICV, autoridades marroquinas e pelos «representantes dos refugiados» escolhidos pela Amicale⁵⁴¹ de forma a evitar que a acção fosse utilizada pelos «responsáveis políticos» para efeitos de propaganda⁵⁴². A distribuição de recursos decorreu sem oposição nos últimos dez dias de Agosto em todos os pontos de concentração dos refugiados e sem discriminação⁵⁴³.

Neste período, o CICV optou ainda por outra mudança de estratégia operacional. Preocupados com a falta de verbas⁵⁴⁴, tendo em conta o estado grave dos refugiados tanto em Marrocos como na Tunísia⁵⁴⁵, o Comité decidiu apelar à contribuição para medicamentos a algumas Sociedades Nacionais⁵⁴⁶. O apelo, controverso no caso marroquino por não haver aí uma Sociedade Nacional, foi feito por carta directamente endereçada. Responderam a Cruz Vermelha Holandesa com 100.000 florins, a Cruz Vermelha Libanesa com 1000 libras libanesas e a Cruz Vermelha Suíça com 1.5 milhões de francos suíços, mas outras sociedades mostravam-se relutantes⁵⁴⁷ por o apelo ser feito à revelia do governo francês⁵⁴⁸. Assim, a assistência alimentar, estimada em 50.000 francos suíços mensais, foi assegurada por três meses⁵⁴⁹.

⁵³⁹ A operação do CICV ficaria estimada em cerca de 58.239.000 francos marroquinos. Carta n.º 6 de Pierre Gaillard para Louis Gaillard, de 16 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴⁰ Carta n.º 6 de Pierre Gaillard para Louis Gaillard, de 16 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴¹ Nota n.º 7 bis de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 9 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴² Nota n.º 9 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 10 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴³ Os pontos de distribuição seriam Saïdia, Berguent, Figuig, Ahfir e Berkane. Nota n.º 16 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 20 de Agosto de 1957; Nota n.º de 17 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 22 de Agosto de 1957; Nota n.º 18 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 24 de Agosto de 1957; Nota n.º 24 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 28 de Agosto de 1957, Nota n.º 25 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 29 de Agosto de 1957; e Nota n.º 26 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 30 de Agosto de 1957, todos em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴⁴ Carta de Léopold Boissier para Marc Chauvet, de 27 de Junho de 1957, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁵⁴⁵ O apelo dirigia-se também a missões na Argélia. J. S. Pictet, *Instructions pour la mission du Dr. L. A. Gaillard au Maroc*, de 12 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴⁶ Carta n.º 7 de A. Durand para Germain Colladon, de 23 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁴⁷ A Sociedade Nacional Belga respondeu negativamente por temer diferendos com a França. Outras, como a Cruz Vermelha Sueca, mostravam-se interessadas, mas preocupadas com o facto de haver um apelo internacional. Reunião do Conselho da Presidência de 27 de Junho de 1957, n.º 254, em BAG 251.213-001, ACICR.

⁵⁴⁸ A França preferia responsabilizar-se pela acção em benefício dos refugiados, insistindo no repatriamento como única solução para o problema. Nota da Delegação do CICV em França para Pierre Gaillard, de 19 de Julho de 1957, ambos em BAG 280-213.001, ACICR.

⁵⁴⁹ Carta n.º 2 de A. Durand para Louis Gaillard, de 2 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

Para além destes donativos, o CICV tinha informação de que o auto-denominado Crescente Vermelho Argelino (CVA)⁵⁵⁰, não reconhecido por não representar ainda um Estado autónomo e não ter sede dentro da Argélia, tinha recebido donativos das Sociedades Nacionais da Alemanha Oriental, da Indonésia e de Itália⁵⁵¹. Apesar de não reconhecer o CVA e de duvidar da sua credibilidade⁵⁵², o CICV mantinha contacto com a organização que operava na Tunísia⁵⁵³ e, por isso, decidiu-se solicitar que alocasse parte dos medicamentos doados aos refugiados em Marrocos⁵⁵⁴. Depois de um pedido formal da Cruz Vermelha Italiana para que os seus medicamentos fossem distribuídos directamente por delegados do Comité⁵⁵⁵, o CICV conseguiu assegurar que esse donativo fosse distribuído em benefício dos refugiados. De Agosto a Outubro, o Comité providenciou assistência médica desta forma, complementada pela alocação próteses para inválidos de guerra⁵⁵⁶ e outras necessidades sanitárias.

Em Outubro, Louis Gaillard e Germain Colladon procederam à missão única de distribuição de vestuário. Foram comprados 32 275,30 metros de tecido para mulheres e crianças e 7800 pares de calças e 6200 camisas para os homens⁵⁵⁷, no valor de 11.5 milhões de francos marroquinos.

No final do ano, aquando da XIX Conferência Internacional da Cruz Vermelha em Nova Deli, o CICV e a LSCV realizaram o primeiro apelo universal em benefício dos refugiados argelinos.

Assistência humanitária na Tunísia

A abordagem do governo tunisino à presença de refugiados dentro das suas fronteiras contrapôs-se à neutralidade de Rabat. Se nos primeiros meses de 1957 Tunes procurou lidar com

⁵⁵⁰ Carta n.º 19 de Pierre Gaillard para Germain Colladon, de 23 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵¹ Carta n.º 18 de Charles Ammann para Germain Colladon, de 19 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵² De reuniões estabelecidas com representantes do CVA, o Comité Internacional concluiu que a organização estava mais preocupada com a necessidade de um apelo «ao mundo inteiro», procurando inflacionar o número de refugiados em Marrocos (apontado para cerca de 150.000). Nota de Pierre Gaillard para Germain Colladon e Louis Gaillard, de 19 de Setembro de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵³ Carta de Boukli-Hacene para Léopold Boissier, de 15 de Junho de 1957, em BAG 234.008-003.01, ACICR.

⁵⁵⁴ Carta n.º 6 de Pierre Gaillard para Louis Gaillard, de 16 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵⁵ Carta n.º 12 de Charles Ammann para Louis Gaillard, de 22 de Agosto de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵⁶ Nota n.º 2 de Louis Gaillard para Pierre Gaillard, de 27 de Julho de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

⁵⁵⁷ Relatório de Louis Gaillard para CICV de 22 de Novembro de 1957, em BAG 251.130-006, ACICR.

a questão dos refugiados internamente, a partir do segundo trimestre, a sua política de apoio directo à FLN foi reforçada por uma estratégia de internacionalização aproveitando a necessidade de assistência humanitária. Por um lado, Habib Bourguiba posicionava-se ao lado da FLN pela confirmação da existência de um número inflacionado de refugiados dentro do seu território⁵⁵⁸. Por outro, a abordagem tunisina aos refugiados pretendia captar investimento para resolver problemas internos. Tunes contactou várias organizações internacionais, apelando à assistência aos refugiados argelinos. No final de Abril, Mongi Slim reuniu-se com o Alto-Comissário da ONU para os Refugiados para expor a situação dos cerca de 100.000 argelinos em busca de asilo no país. Na reunião, sublinhou que a intervenção do ACNUR ajudaria a internacionalizar o problema argelino e a contribuir para que a ONU se envolvesse mais na questão⁵⁵⁹. Como resultado da reunião, o ACNUR requisitou um pedido formal por parte da Tunísia, predispondo-se a fazer um apelo internacional na linha daquele efectuado aquando da situação de emergência dos refugiados húngaros na Áustria e Jugoslávia⁵⁶⁰. Em Maio, o delegado tunisino fez um apelo numa conferência de imprensa na ONU, após reunião com o secretário-geral⁵⁶¹, referindo que os motivos de fuga dos refugiados para a Tunísia estavam relacionados com as operações de *ratissage* do exército francês. Mais tarde, apresentaria o apelo formal ao ACNUR⁵⁶².

Ainda em Maio, após reunião com o ministro da saúde tunisino, o CICV recebeu também um apelo formal à assistência⁵⁶³. Nas semanas seguintes, o governo francês contactou o CICV e o governo tunisino com o objectivo de providenciar assistência, sob controle da organização internacional, aos «cidadãos franceses refugiados». Em resposta, Tunes emitiu uma declaração

⁵⁵⁸ Serviço de Ligação com a Argélia da Direcção Geral dos Assuntos Políticos, *Note sur le problème des prétendus "réfugiés" algériens en Tunisie et au Maroc*, de 13 de Janeiro de 1957, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁵⁵⁹ Telegrama de Georges Gorse para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 25 de Abril de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁵⁶⁰ Nota de Langlais para Ministro Residente na Argélia, de 6 de Maio de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁵⁶¹ Telegrama de Georges Picot para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 29 de Maio de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁵⁶² Carta de Habib Bourguiba para August Lindt, de 31 de Maio de 1957, doc. A, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCR.

⁵⁶³ CICV, Resumo Cronológico *Le CICR et les événements d'Afrique du Nord*, de 27 de Junho de 1957, em Benasci-Lancou, F., *Prisons et camps ...*, 372.

pública afirmando que os ditos cidadãos franceses tinham procurado refúgio na Tunísia para escapar a essa condição⁵⁶⁴, refutando a estratégia de Paris.

Em Junho, o Crescente Vermelho Tunisino (CVT) enviou ao CICV um relatório da missão efectuada aos locais de refúgio⁵⁶⁵. O presidente do CVT, Aziz Djellouli, reportou uma série de eventos alarmantes. Em primeiro lugar, a missão tinha sido atrasada pelo impedimento de chegar a Aïn Drahem devido aos confrontos entre as forças francesas e o exército tunisino. Chegados ao local, os delegados do CVT encontraram resistência por parte dos refugiados por temerem tratar-se de soldados franceses. O receio justificava-se por terem presenciado ataques franceses em solo tunisino e às suas experiências na Argélia depois do início do conflito. Dos vários testemunhos recolhidos, o CVT seleccionou três para apresentar ao presidente do CICV. Abdallah Hassuna, homem de 60 anos, deixou Souk el Hout depois das tropas francesas terem capturado oito pessoas, vandalizado várias habitações e fuzilado um merceeiro em praça pública sob acusação de apoio à FLN. Zina Bent Ibrahim, de 35 anos, fugira com um recém-nascido e seis outros filhos depois de ficar viúva. Zohra Bent Bel Haijd Ammar, de 80 anos e paraplégica, tinha sido transportada para a Tunísia pelos dois filhos. Do marido, que ficara nas montanhas, não havia notícia.

Até então, os refugiados dependiam da assistência da população local. O governo tunisino procedeu a uma campanha de recolha de alimentos para reforçar a assistência e disponibilizou um enfermeiro para socorrer doentes e subnutridos. Porém, a dispersão dos refugiados em áreas de difícil acesso, comprometia estas acções, já de si insuficientes. Segundo o presidente do CVT, era necessário que os cerca de 62.500 refugiados fossem dirigidos para centros de acesso mais fácil e com mais recursos⁵⁶⁶. Em carta endereçada ao CICV, pediu uma ação de emergência alimentar, de vestuário e de alojamento⁵⁶⁷.

Perante a situação, o CICV decidiu estabelecer um crédito de 15.000 francos suíços⁵⁶⁸ e enviar Pierre Krieg, médico de profissão, para uma primeira avaliação das condições dos refugiados, dos doentes e dos feridos argelinos muçulmanos, e reunir com as autoridades tunisinas

⁵⁶⁴ Artigo «La France a saisi la Croix-Rouge internationale du cas des réfugiés algériens - Fuite ressortissants français», *Le Monde*, de 5 de Junho de 1957, em Benasci-Lancou, F., *Prisons et camps ...*, 371.

⁵⁶⁵ Carta de Aziz Djellouli para Léopold Boissier, de 11 de Junho de 1957, em BAG 234.008-003.02, ACICR.

⁵⁶⁶ Azziz Djellouli, Relatório de Missão, de 3 de Junho de 1957, em BAG 234.008-003.02, ACICR.

⁵⁶⁷ Carta de Aziz Djellouli para Léopold Boissier, de 11 de Junho de 1957, em BAG 234.008-003.02, ACICR.

⁵⁶⁸ Nota de W. H. Michel para Charles Ammann, de 7 de Junho de 1957, em BAG 280-213.001, ACICR.

por forma a acordar a proveniência dos bens de assistência. Após a avaliação, Krieg deveria estabelecer um plano de assistência para a distribuição dos recursos do Comité⁵⁶⁹.

Na missão de informação, desenvolvida entre 12 e 26 de Junho, o delegado visitou vários centros hospitalares onde os refugiados recebiam assistência e algumas áreas onde estavam alojados. Na generalidade, reportava uma imagem positiva. Em áreas de mais difícil acesso, como Aïn Drahem, os refugiados que viviam com a população local eram assistidos por dois enfermeiros itinerantes que já tinham procedido à vacinação anti-varíola, à desinfestação das áreas onde estavam alojados e ao registo das famílias para distribuição de alimentos que chegavam diariamente ao local por meio do governo regional. Estes cerca de 3000 refugiados apresentavam um estado de saúde estável, apesar da situação crónica de subnutrição em que viviam argelinos e tunisinos. Outros locais, como Tunes, Kairouan, Gabes, Sfax e Sousse possuíam hospitais ou centros cirúrgicos e de convalescença e todos prestavam assistência a combatentes do ALN e a refugiados. Relativamente ao efectivo de refugiados, e apesar de não ter sido efectuado um recenseamento, Krieg estimava que se encontravam no território cerca de 20.000 a 25.000 pessoas dentro da categoria de refugiado⁵⁷⁰, um número bastante menor do que aquele apontado pelas autoridades e pelo CVT.

Com base nas informações recolhidas na missão e em negociações com as autoridades e com o CVT, o delegado sugeria que, tal como sucedera em Marrocos, o CICV se apoiasse no sistema de distribuição existente - já que tanto as autoridades como o CVT estavam dispostos a que fossem enviados donativos de qualquer proveniência⁵⁷¹ - e controlasse as distribuições, sendo necessária a presença de um delegado permanente no terreno. Uma questão importante para as autoridades era evitar o estabelecimento de campos de refugiados pois a centralização da

⁵⁶⁹ W. Michel, *Instructions pour la mission du Dr. P. Krieg en Tunisie*, 12 de Junho de 1957, em BAG 251.213-001, ACICR.

⁵⁷⁰ Pierre Krieg dividia os argelinos na Tunísia em quatro categorias: (1) aqueles que aí residiam antes do início das hostilidades; (2) argelinos que procuraram asilo na Tunísia e que viviam com familiares já estabelecidos ou que tinham condições para alojamento condigno; (3) feridos e doentes do ALN internados em hospitais ou centros de convalescença (5.000 a 6.000); (4) população fronteiriça de refugiados que deixaram as suas comunidades durante os dois anos anteriores, em vagas sucessivas, e que se instalaram perto da fronteira. *Mission en Tunisie de M. le Dr. Pierre Krieg (mission d'information s/ situation des réfugiés algériens du 12.6.1957 au 26.6.1957)*, de 11 de Julho de 1957, em BAG 251.213-001, ACICR.

⁵⁷¹ Krieg procuraria obter documentos oficiais que estabeleciam formalmente os acordos entre o CICV e as autoridades, tentando evitar futuras objecções ao envio de donativos franceses ou de outra proveniência. W. Michel, *Instructions pour la mission du Dr. P. Krieg en Tunisie*, 12 de Junho de 1957, em BAG 251.213-001, ACICR.

assistência poderia significar a deslocação massiva de argelinos e tunisinos, tornando impossível a discriminação dos cidadãos locais⁵⁷².

A existência de uma Sociedade Nacional na Tunísia permitia que o CICV não estabelecesse aí uma delegação, sendo suficiente um delegado permanente. Georges Hoffman ocuparia o cargo a partir de Agosto e ficaria encarregado das duas frentes: a assistência aos prisioneiros franceses detidos pela FLN e aos refugiados argelinos, em colaboração com CVT⁵⁷³.

Hoffman dirigiu duas missões de distribuição alimentar na Tunísia em Agosto. A primeira foi efectuada na região de Aïn Draham aos recém-chegados. Entrevistados, os refugiados relatavam vivências alarmantes na Argélia, queixando-se da conduta das tropas e da *sureté* francesas: pilhagens, violações de jovens argelinas e utilização de tratamento elétrico e câmaras de calor como formas de tortura a civis com o objectivo de obter informações sobre a actividade do ANL. As necessidades mais urgentes identificadas passavam por abrigos, cobertores, vestuário e uma alimentação mais diversificada, sobretudo para as crianças⁵⁷⁴. Após a missão, as autoridades apontavam a existência de 52.379 refugiados no Estado de acolhimento⁵⁷⁵.

A segunda distribuição foi feita no Kef, onde os refugiados se encontravam numa situação mais grave do que em Aïn Draham⁵⁷⁶. As autoridades locais não tinham meios para lidar com o influxo - cerca de 22.500 refugiados - no respeitante à alimentação e a cuidados médicos. Segundo inquéritos feitos localmente, Hoffman recolheu mais testemunhos de má conduta das tropas francesas: violação de mulheres, das quais uma apresentava feridas de baioneta⁵⁷⁷.

Depois das missões de emergência, Hoffman comunicou ao CICV que o problema dos refugiados argelinos não podia continuar a ser solucionado através de pequenas distribuições, sendo necessária uma operação de maior envergadura para enfrentar as condições adversas no

⁵⁷² *Mission en Tunisie de M. le Dr. Pierre Krieg (mission d'information s/ situation des réfugiés algériens du 12.6.1957 au 26.6.1957*, de 11 de Julho de 1957, em BAG 251.213-001, ACICR.

⁵⁷³ Roger Gallopin, *Instructions pour la mission de Monsieur G. Hoffmann en Tunisie*, de 26 de Julho de 1957, em BAG 280.213-001, ACICR.

⁵⁷⁴ A missão decorreu a 16 e 17 de Agosto. Foram distribuídas 400 parcelas de 1kg de açúcar, 2 kg de sémula, 500g de sabão e 100g de bombons. Alguns refugiados abrigavam-se debaixo de árvores ou junto da população local, outros construíam abrigos com ramos. Nota n.º 19 de Georges Hoffmann, de 18 de Agosto de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁷⁵ Os refugiados distribuíam-se da seguinte forma: Gafsa 9000, Le Kef 22.500, Sbeitla 5879, Souk el Arba 10.000, Tozeur 5000. Nota n.º 25 de Georges Hoffmann, de 25 de Agosto de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁷⁶ A missão decorreu a 31 de Agosto. Foram distribuídas 600 parcelas de 1kg de açúcar, 2kg de sémula, 500g de sabão, 672 caixas com 14 garrafas de leite condensado e 200 sacos de 100g de bombons a 529 famílias.

⁵⁷⁷ Nota n.º 29 de Georges Hoffmann, de 1 de Setembro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

Inverno⁵⁷⁸. O CVT providenciava acções de assistência de urgência e em alguns locais, como Souk el Arba onde as autoridades tinham um sistema organizado de distribuição. Noutros locais, como no Kef, as autoridades permaneciam apáticas ao grande fluxo de refugiados e não havia capacidade local para dar resposta às necessidades dos indivíduos. Para além disso, Hoffman insistia que, sem uma organização coerente da ação de assistência, seria impossível controlar os bens alocados e evitar desvios em benefício dos combatentes. Uma solução prática para a questão seria a implementação de cozinhas de apoio local onde os refugiados pudessem obter uma refeição quente diariamente⁵⁷⁹.

Operação conjunta CICV-ACNUR na Tunísia

Durante os meses de Setembro e Outubro assistiu-se a uma reconfiguração da estratégia de assistência na Tunísia. Depois do pedido oficial do governo tunisino, o ACNUR iniciou uma série de diligências para obter informações sobre a situação no território e fundos para a assistência aos refugiados argelinos. Com a anuência do governo francês⁵⁸⁰ e comprometimento de Tunes para estabelecer uma operação com fins puramente humanitários e estrita aos refugiados que se encontravam sob o seu mandato⁵⁸¹, August Lindt conseguiu contribuições dos governos suíço e norte-americano para o programa de preparação para os meses de Inverno em cooperação com o CICV⁵⁸². Neste contexto, a posição de Paris alterou-se. Depois de em Junho ter afastado a hipótese de financiar a assistência aos refugiados, por ver no repatriamento a única solução duradoura para o problema, o governo de Maurice Bourgès-Maunoury acabou por alocar 15 milhões de francos⁵⁸³ ao CICV para assistência na Tunísia⁵⁸⁴. Com os donativos dos vários governos, o CICV implementou três programas de assistência: um com o donativo francês e dois em cooperação com o ACNUR.

⁵⁷⁸ Nota n.º 30 de Georges Hoffmann, de 4 de Setembro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁷⁹ Nota n.º 31 de Georges Hoffmann, de 5 de Setembro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁸⁰ Carta de August Lindt para John Foster Dulles, de 20 de Setembro de 1957, doc. 2, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁵⁸¹ Carta de August Lindt para Habib Bourguiba, de 11 de Setembro de 1957, doc. F, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁵⁸² Carta de Jacques Chenevierre para August Lindt, de 24 de Outubro de 1957, em BAG 280-213.003.01, ACICR.

⁵⁸³ Bourgès-Maunoury sucedera a Guy Mollet a 12 de Junho de 1957 e estaria na função de presidente do conselho até 6 de Novembro do mesmo ano, quando substituído por Félix Gaillard também membro do Partido Radical.

⁵⁸⁴ Nota de J. J. Bron para Morin, de 15 de Agosto de 1957, em BAG 280-213.001, ACICR.

O primeiro programa, efectuado a partir dos donativos franceses, estabelecia a compra de 300 tendas marabout aptas para albergar oito pessoas cada; 2000 sobretudos e 1500 camisolas para crianças, 1000 camisolas para mulheres e 900 a 1000 camisolas para homens, que seriam distribuídos antes do início do Inverno na região de Aïn Draham⁵⁸⁵. Aquando da distribuição, entre 27 e 29 de Novembro, os delegados do CICV⁵⁸⁶ constataram que a situação dos refugiados se tinha agravado desde o Verão. Eram necessárias acções de emergência alimentar e mais vestuário. Grande parte dos refugiados estava descalça e a situação da população tunisina era tão grave como a destes grupos. Mormente, verificava-se a presença de membros da FLN nos locais de distribuição, um facto preocupante pela possibilidade de infiltração de combatentes entre os refugiados por forma a inflacionar o efectivo e desviar a assistência⁵⁸⁷.

A colaboração com o ACNUR desenvolveu-se primeiro através de um programa de distribuição de vestuário com os donativos enviados pelos governos suíço e norte-americano⁵⁸⁸. A princípio o ACNUR estabeleceu como beneficiários apenas 15.000 refugiados, um número bastante inferior ao estabelecido pelos delegados do CICV no terreno⁵⁸⁹. Apesar de não constar informação sobre a razão do estabelecimento de 15.000 refugiados como beneficiários do ACNUR, o facto deste número ser o mesmo apontado por Paris⁵⁹⁰ e de o governo francês insistir que os seus cidadãos na Tunísia e em Marrocos não cabiam na definição de refugiado da CER, recusando a legitimidade de intervenção da agência, pode revelar os primeiros indícios da pressão que a metrópole exercia sobre August Lindt⁵⁹¹. Por não reconhecer os seus cidadãos como refugiados e, por isso, a autoridade do ACNUR, o governo francês indicou que continuaria a alocar

⁵⁸⁵ Nota n.º 50 de Georges Hoffman, de 17 de Outubro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁸⁶ Germain Colladon chegou à Tunísia a 25 de Novembro para dar apoio a Georges Hoffman. Relato de conversa telefónica entre Pierre Gaillard e Geroges Hoffmann, de 20 de Novembro de 1957, em BAG 251.213-003.02, ACICR.

⁵⁸⁷ Nota n.º 53 de Georges Hoffmann, de 2 de Dezembro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁵⁸⁸ O governo suíço aprovou a alocação de 215.000 francos suíços para os refugiados argelinos e o governo norte-americano disponibilizou 25.000 dólares para o mesmo efeito. Carta de Jacques Colmar para Charles Ammann, de 24 de Outubro de 1957, doc. 24, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁵⁸⁹ Em Outubro, os delegados do CICV apontavam a existência de 52.000 refugiados na Tunísia, estando 35.000 em maiores dificuldades. Jean de Preux, *Sommaire de l'entretien avec l'Haut-Commissariat pour les réfugiés le 14 octobre 1957*, de 15 de Outubro de 1957, em BAG 280-213.003.01, ACICR.

⁵⁹⁰ Relato de conversa telefónica entre Jean de Preux e Pierre Boissier, de 18 de Dezembro de 1957, em BAG 280-213.001, ACICR.

⁵⁹¹ No mesmo documento, o governo francês insistia numa missão a Tunes para que os seus cidadãos fossem interrogados sobre o repatriamento ou reencaminhamento para a França metropolitana. Telegrama de Daridan para Delegação Francesa nas Nações Unidas em Genebra, de 19 de Setembro de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

verbas somente ao CICV para dar assistência aos seus cidadãos na Tunísia⁵⁹². Depois de negociações com o CICV, o Alto-Comissariado concordou com um plano de acção para 35.000 refugiados⁵⁹³ e estendeu a colaboração para um segundo programa de assistência alimentar de quatro a cinco meses, centrado na distribuição de leite condensado. A distribuição seria feita pelos delegados do CICV por forma a despolitizar a acção humanitária, numa decisão unilateral do Comité que recusava a participação de um delegado do ACNUR na operação com o intuito de evitar que «uma instituição de carácter político» trabalhasse sob a bandeira da Cruz Vermelha⁵⁹⁴.

O programa de distribuição de vestuário, estimado em 828.000 francos suíços⁵⁹⁵, decorreu nos primeiros dias de Dezembro em várias regiões de aglomeração de refugiados⁵⁹⁶. Em Novembro, o programa de assistência alimentar ainda não tinha data prevista de início devido, principalmente, às crescentes dificuldades de colaboração do Comité com o CVT e as autoridades locais. Em primeiro lugar, as autoridades e o CVT refutavam a necessidade de controlo de todas as distribuições pelo CICV; em segundo, afirmavam não ter meios financeiros, logísticos e humanos para a recepção e transporte dos donativos⁵⁹⁷. A questão seria resolvida numa missão especial de Charles Ammann na Tunísia, por forma a que o CICV participasse nas distribuições e para negociar uma redução das tarifas directamente com as empresas de transporte⁵⁹⁸. Com a resolução da situação, os dois programas acabariam por ser desenvolvidos ao mesmo tempo. A primeira distribuição de vestuário e leite condensado seria efectuada a 20 de Dezembro na região

⁵⁹² Nota da Direcção dos Assuntos Administrativos e Sociais para Secretariado das Conferências, de 26 de Outubro de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁵⁹³ Carta de Jacques Colmar para Charles Ammann, de 24 de Outubro de 1957, em BAG 280-213.003.01, ACICR.

⁵⁹⁴ Conselho de Presidência, *Séance du jeudi 17 octobre 1957 à 9 heures 15*, de 17 de Outubro de 1957, em BAG 280-213.001, ACICR.

⁵⁹⁵ O programa englobava a compra de 6000 casacos, 12.000 xales ou camisolas, 13.000 camisas e 1000 camisolas para crianças; uma peça de cinco metros de tecido para as mulheres; 7000 camisolas e 7000 pares de calças para homens; e três cobertores por família. Carta de Jacques Colmar para Charles Ammann, de 24 de Outubro de 1957, doc. 46, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCR.

⁵⁹⁶ Carta de Leopold Boissier para August Lindt, de 22 de Novembro de 1957, em BAG 280-213.003.01, ACICR.

⁵⁹⁷ Nota N.º 43 de Georges Hoffman, de 4 de Outubro de 1957; e Nota n.º 58 de Georges Hoffman, de 12 de Dezembro de 1957, ambos em BAG 280-213.001, ACICR.

⁵⁹⁸ Charles Ammann, *Rapport de mission en Tunisie (6-13 novembre 1957)*, de 15 de Novembro de 1957, em BAG 280-213.006, ACICR.

do Kef⁵⁹⁹, a segunda entre 24 e 26 de Dezembro em Sbeitla, Gafsa e Tozeur⁶⁰⁰, a terceira a 4 de Janeiro em Souk el Arba⁶⁰¹, a quarta e a quinta a 9, 17 e 18 de Janeiro, ambas na governadoria do Kef⁶⁰², a sexta a 19 de Janeiro em Tahla, governadoria de Sbeitla, a sétima a 25 de Janeiro em Aïn-Draham e a oitava a 26 de Janeiro em Gardimaou⁶⁰³. A nona distribuição, programada para 8 de fevereiro em Sakiet Sidi Youssef, na governadoria do Kef, não chegaria a realizar-se devido a um ataque das tropas francesas.

A internacionalização da questão dos refugiados argelinos

Perante a o agravamento da situação dos refugiados devido à escassez de recursos e ao aumento do fluxo em direcção aos Estados vizinhos, o Comité Internacional viu-se obrigado a quebrar a promessa de não divulgação internacional do caso dos refugiados feita a Paris. Na XIX Conferência Internacional da Cruz Vermelha em Nova Deli, entre 24 de Outubro e 7 de Novembro de 1957, a situação dos refugiados argelinos foi debatida por iniciativa das delegações do Egipto, Jordânia, Iraque, Síria (onde se encontravam observadores do pretenso CVA) e do CVT,

⁵⁹⁹ Quantitativos das distribuições: Kef: 3830 parcelas de tecido para mulheres e 154 caixas de leite condensado açucarado como donativo ACNUR, 596 caixas de leite condensado, 180 tendas, sobretudos para crianças, 3.860kg de couscous e 1828 cobertores de outros donativos resultantes de apelos do CICV. Nota N.º 63 de Georges Hoffmann, de 21 de Dezembro de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶⁰⁰ Quantitativos das distribuições: em Sbeitla - 875 casacos e 600 camisas para crianças, 500 cobertores para recém-nascidos e 200 garrafas de leite condensado como donativo do ACNUR; 300 cobertores provenientes da Embaixada dos Estados Unidos em Atenas; em Gafsa - 6000 camisolas, 300 casacos e 300 camisas para crianças, 500 cobertores para recém-nascidos e 480 garrafas de leite condensado; em Tozeur - 275 camisolas e 200 camisas para crianças e 240 garrafas de leite condensado como donativo do ACNUR; 300 cobertores distribuídos pelo CVT (donativo da Cruz Vermelha Canadense). Nota N.º 67 de Georges Hoffmann, de 27 de Dezembro de 1957; e Telegrama de Georges Hoffmann para CICV, de 30 de Novembro de 1957, ambos em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶⁰¹ Quantitativos das distribuições em Souk el Arba: 1825 casacos para crianças e 300 cobertores para recém-nascidos. O leite condensado não foi distribuído por o CVT não ter acesso ao depósito onde as caixas estavam armazenadas. Na região, as mulheres abstiveram-se de ir à distribuição por não terem o que vestir. Nota N.º 75 de Georges Hoffmann, de 6 de Janeiro de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶⁰² Quantitativos das distribuições no Kef a 9 de Janeiro: 14.400 garrafas de leite condensado como donativo do ACNUR. CICV, Rapport de distribution 4, *Actions de secours en faveur des réfugiés algériens en territoire tunisien effectuée pour compte du Haut-Commissariat pour les Réfugiés par le Comité International de la Croix-Rouge*, de 6 de Junho de 1958, em BAG 280.213-015, ACICR.

⁶⁰³ Quantitativos da distribuição no Kef a 17 e 18 de Janeiro: 2100 cobertores (donativo Cruz Vermelha Canadense) e 41700 kg de arroz (donativo da LSCV). Quantitativos da distribuição em Thala: 1000 cobertores (donativo Cruz Vermelha Canadense) e 4000 kg de arroz (donativo da LSCV). Quantitativos da distribuição em Aïn-Draham: 450 cobertores (donativo Cruz Vermelha do Canadense), 1000 cobertores (donativo austríaco) e 2.500 kg de arroz (donativo da LSCV). Quantitativos da distribuição em Ghardimaou: 300 cobertores (donativo Cruz Vermelha Canadense), 500 cobertores (donativo austríaco) e 11.000 kg de arroz (donativo da LSCV). Carta de Charles Ammann para Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, de 21 de Fevereiro de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

oficialmente reconhecido e aceite como membro do MICV na Conferência. A reunião resultou na adopção, por unanimidade, de uma resolução que apelava a um «esforço de natureza internacional e universal», que contribuisse para diminuir a miséria a que os refugiados argelinos estavam sujeitos⁶⁰⁴. Na Conferência, o CICV e a LSCV iniciaram um processo de cooperação apelando conjuntamente às Sociedades Nacionais para um esforço de assistência a cerca de 40.000 refugiados em Marrocos e mais de 50.000 na Tunísia, e na operação humanitária no terreno⁶⁰⁵. A 27 de Novembro, Robert Tissot e Gösta Heuman, iniciaram uma missão de contacto com as autoridades, CICV e CVT enquanto representantes da Liga⁶⁰⁶. Nos meses seguintes, os delegados da Liga e do CICV trabalharam no terreno com os donativos providenciados por uma multiplicidade de governos e Sociedades Nacionais resultantes dos apelos efectuados pelas três organizações internacionais⁶⁰⁷. Uma contribuição determinante veio do governo norte-americano que acordou bilateralmente com Tunes disponibilizar regularmente os seus excedentes de trigo em tranches de 1000 toneladas, como parte da sua estratégia de aproximação à África⁶⁰⁸.

No final de 1957, a questão argelina foi debatida pela primeira vez na ONU após o início da colaboração do ACNUR com o CICV para a assistência humanitária aos refugiados. O conflito

⁶⁰⁴ CICV, *XIX International Conference of the Red Cross, New Delhi, October-November: proceedings*, v. 176, 127-128 e 153, 1957.

⁶⁰⁵ Carta de Henry Dunnung para Ben Sassi, de 25 de Novembro de 1957, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁰⁶ Carta de B. de Rougé para Aziz Djellouli, de 26 de Dezembro de 1957, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁰⁷ O apelo do ACNUR foi efectuado a 10 de Outubro de 1957. Telegrama de Alphand para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 10 de Outubro de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC. Em resposta ao apelo na Conferência, a Cruz Vermelha Dinamarquesa enviou bens no valor de 60.000 coroas e 28.800 garrafas de leite condensado, a República da China enviou 908 sacas de 100kg de arroz, os Estados Unidos enviaram 1800 cobertores, a Itália enviou 3830 parcelas de tecido, a Cruz Vermelha Canadense enviou oito contentores de vestuário para crianças, a Oxfam enviou vestuário, medicamentos e cobertores, os sindicatos libaneses enviaram 20.000m de tecido para confecção de vestuário para crianças, e o Crescente Vermelho Egípcio ofereceu dois milhões de francos suíços para complementar a assistência durante o Inverno. Carta n.º 42 de Charles Ammann para Georges Hoffmann, de 16 de Dezembro de 1957, e Nota n.º 71 de Charles Ammann para Georges Hoffmann, de 28 de Janeiro de 1958, ambos em BAG 251.213-003.02; Atestado de Charles Ammann, de 26 de Novembro de 1957, Carta do Secretário da Oxfam para Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 5 de Fevereiro de 1958, ambos em BAG 280-213.001, todos em ACICR. Carta de Jean Bourdeillette para Robert Lacoste, de 23 de Dezembro de 1957, e Carta de M. Keller para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 12 de Janeiro de 1958, ambos em Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC. Carta de Edward Winsall para Aziz Djellouli, de 13 de Dezembro de 1957, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁰⁸ O acordo resultou do apelo efectuado pelo ACNUR em Outubro de 1957. *Extrait du procès-verbal de la séance plénière*, de 14 de Novembro de 1957, em BAG 280-213.003.01, ACICR; e Telegrama de Alphand para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 10 de Outubro de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

na Argélia tinha sido debatido no início do ano, derivando daí a Resolução 1012(XI) que cingia os seus argumentos à expressão de «esperança» de que fosse encontrada uma solução pacífica, democrática e justa, pelos meios apropriados, e «em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas»⁶⁰⁹. O texto da resolução mostrava-se ambíguo, pelo que, fazendo referência à conformidade com os princípios da Carta, colocava em conflito dois dos princípios estabelecidos: o da autodeterminação, no Artigo 1.º, alínea 2, e o da não-ingerência em assuntos internos, Artigo 2.º, alínea 7. Este último foi o principal argumento utilizado pela delegação francesa nos debates iniciados em Fevereiro no Primeiro Comité⁶¹⁰. Depois de uma resolução favorável à sua posição, a França procurou evitar a discussão sobre a questão argelina na ONU, remetendo para negociações bilaterais com a Tunísia e Marrocos os debates sobre o apoio à FLN⁶¹¹.

A crescente internacionalização do conflito devido à situação refugiados foi principalmente utilizada pelo governo tunisino que aproveitou a presença de argelinos residentes e combatentes para aumentar o efectivo de refugiados, chamando a atenção da ONU para a crise humanitária no país, agudizada pelos problemas no sector agrícola e industrial deixados pela presença francesa e níveis de desemprego de 8,82%⁶¹². Segundo o Ministério dos Assuntos Exteriores francês, o governo de Habib Bourguiba chegou a expulsar argelinos residentes dos seus postos de trabalho e a apresentá-los como refugiados por forma a dar emprego a tunisinos e aumentar o número de estrangeiros dependentes de assistência⁶¹³. Para frustrar a manobra tunisina, Paris insistiu sempre no contacto com os argelinos a partir dos seus consulados e no repatriamento do maior número de refugiados⁶¹⁴, com a intenção de os dirigir para campos de acolhimento onde seria efectuado «um controle [...] pelas autoridades francesas com vista à reinstalação permanente das pessoas

⁶⁰⁹ Assembleia Geral das Nações Unidas, *Resolução 1012(XI)*, de 26 de Fevereiro de 1957, em [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1012\(XI\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1012(XI)), consultado a 19 de Março de 2017.

⁶¹⁰ Assembleia Geral das Nações Unidas, 831ª Sessão do Primeiro Comité, de 4 de Fevereiro de 1957, em https://digitallibrary.un.org/record/861615/files/A_C-1_SR-831-EN.pdf, consultado a 19 de Março de 2017.

⁶¹¹ Secretariado das Conferências, *Éléments de réponse à question écrite n.º 873 posée le 5 mars par M. Michel Debre*, de 27 de Março de 1957, S-22-3-A France: questions Morales et écrites posées par les parlementaires, Fundo NUOI 1944-1959, 113, ADLC.

⁶¹² Assembleia Geral das Nações Unidas, 770ª Sessão do Terceiro Comité, de 2 de Outubro de 1957, em https://digitallibrary.un.org/record/862914/files/A_C-3_SR-770-EN.pdf, consultado a 19 de Março de 2017.

⁶¹³ Carta do Administrador dos Serviços Cíveis do Governo Geral da Argélia para Comandante Coronel Militar do Território de Touggourt, de 24 de Junho de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶¹⁴ Nota de Langlais para Ministro Residente na Argélia, de 6 de Maio de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

repatriadas»⁶¹⁵. Em Genebra, propagava-se a ideia de que os apelos ao CICV e ao ACNUR demonstravam a intenção de internacionalizar o conflito argelino, não havendo, surpreendentemente, uma clara solidariedade por parte das Sociedades Nacionais do Crescente Vermelho com a crise humanitária que assolava estes grupos de indivíduos⁶¹⁶.

Já os tradicionais aliados da França viam-se numa posição delicada, entre a necessidade de assistência e os possíveis diferendos diplomáticos com Paris⁶¹⁷. Apesar de colaborar com o CICV na Tunísia, na apresentação do relatório do ACNUR no Terceiro Comité sobre as actividades desenvolvidas 1957, o Alto-Comissário não mencionou a assistência aos refugiados argelinos. A questão foi denunciada pela delegação da Arábia Saudita, naquele que compreendia ter sido um «acordo tácito» para não haver referências à situação destes indivíduos, acusando ainda o Terceiro Comité de «discriminar virtualmente» refugiados de origens diferentes⁶¹⁸. Na Assembleia Geral, a França conseguiu mais uma vitória, por nenhum dos seus aliados ter feito declarações desvantajosas, seguindo a estratégia de isolamento da URSS e dos países Árabes⁶¹⁹.

A resolução 1184 (XII) de 14 de Dezembro que afirmava a preocupação da Assembleia Geral sobre a questão argelina e que previa posteriores discussões sobre uma solução para o conflito⁶²⁰ era, segundo a FLN, «a mais favorável que se poderia fazer votar» nas circunstâncias⁶²¹. A partir do ano seguinte, a FLN intensificou a sua estratégia de internacionalização, pedindo ao grupo afro-asiático que solicitasse uma intervenção do secretário-geral junto da delegação francesa para serem iniciadas negociações com base na resolução 1184 (XII), tendo como reserva o

⁶¹⁵ Carta do Ministro Residente na Argélia para Ministro dos Assuntos Externos, de 26 de Agosto de 1957, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁶¹⁶ Nota n.º 4 de Georges Hoffman, de 3 de Agosto de 1957, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶¹⁷ Esta questão ficava expressa na relutância de algumas Sociedades Nacionais em prestar assistência, como na posição, a título de exemplo, do governo britânico que, contactando directamente com Paris, sugeria que o governo francês tomasse a si a responsabilidade pela assistência com a presença de observadores externos. Nota do Director Geral dos Assuntos Políticos, de 19 de Junho de 1957, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶¹⁸ Assembleia Geral das Nações Unidas, 804ª Sessão do Terceiro Comité, de 7 de Novembro de 1957, em https://digitallibrary.un.org/record/863015/files/A_C-3_SR-804-EN.pdf, consultado a 19 de Março de 2017.

⁶¹⁹ Telegrama de Georges Picot para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 13 de Dezembro de 1957, AG-7-1 - Politique Étrangère. La question Algérienne et l'ONU, Fundo Afrique Levant, Subfundo Algérie 1953-1959, 36, ADLC.

⁶²⁰ Assembleia Geral das Nações Unidas, *Resolução 1184(XII)*, de 14 de Dezembro de 1957, em [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1184\(XII\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1184(XII)), consultado a 19 de Março de 2017.

⁶²¹ Nota da Presidência do Conselho *Le FLN et résolution algérienne à l'ONU* para vários órgãos administrativos, de 27 de Dezembro de 1957, AG-7-1 - Politique Étrangère. La question Algérienne et l'ONU, Fundo Afrique Levant, Subfundo Algérie 1953-1959, 36, ADLC.

reconhecimento da independência argelina. Desta forma, o movimento de libertação colocava Paris numa posição delicada ao mesmo tempo que intensificava a acção militar no terreno e efectuava uma aproximação ao Bloco de Leste⁶²².

Por seu lado, o governo francês intensificava a pressão sobre o CICV quanto ao repatriamento. Durante as várias reuniões decorridas em Janeiro, o Comité Internacional defendeu uma posição neutra, mas acabaria por acordar comunicar às autoridades tunisinas se algum refugiado expressasse a vontade de ser repatriado⁶²³.

O Comité Internacional enfrentava ainda desafios na colaboração inter-agências. Como principal responsável internacional pela assistência, o CICV tinha iniciado, ao mesmo tempo, conversações com a LSCV e com o ACNUR, formulando acordos de cooperação distintos com as duas organizações. Foi estabelecido, por um lado, um acordo de assistência limitada na Tunísia durante os meses de Inverno, em que o ACNUR se ocuparia da angariação de fundos e o CICV da recepção e distribuição dos recursos.

As conversações com a Liga, iniciadas em meados de 1957, foram adiadas até ao final do ano por o CICV não ter enviado as informações necessárias para o início da cooperação - a saber: efectivo exacto de refugiados, necessidades dos mesmos e proposta de métodos de controle e distribuição da assistência⁶²⁴. Durante o mês de Novembro, a Liga tinha enviado um representante para o terreno para averiguar o desenvolvimento do CVT, com resultados positivos apesar da precariedade dos meios. Após a admissão formal do CVT na XIX Conferência Internacional de Nova Deli e do apelo internacional aprovado, a Liga previa, segundo o acordo estabelecido entre as duas organizações do MICV em 1951, assumir a responsabilidade pela coordenação da operação em conjunto com o CVT, o que significaria a retirada do CICV do terreno. Já em Marrocos, o CICV poderia continuar a coordenar a operação de assistência visto não existir nenhuma Sociedade Nacional no terreno.

Os atrasos na operação de distribuição de donativos do ACNUR, que deveria ser concluída antes do final de Dezembro de 1957, geraram uma série de controvérsias no respeitante às

⁶²² Nota *Evolution internationale de la question algérienne au cours des quatre premeirs mois de 1958*, de 3 de Maio de 1958, AG-7-1 - Politique Étrangère. La question Algérienne et l'ONU, Fundo Afrique Levant, Subfundo Algérie 1953-1959, 36, ADLC.

⁶²³ Nota n.º 698 de William Michel para Sede CICV, de 7 de Janeiro de 1958, em BAG 280-213.001, ACICR.

⁶²⁴ Carta de Henry Dunning para Stuart Stanbury, de 9 de Dezembro de 1957, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

responsabilidades de cada organização na operação em benefício dos refugiados na Tunísia. O Comité Internacional não podia desvincular-se da distribuição de donativos angariados pelo Alto-Comissariado e, por isso, tentava remeter a Liga para um papel de aconselhamento técnico ao CVT. O CICV só aceitou uma operação conjunta e igualitariamente partilhada com a Liga na Tunísia depois de ser emitido um parecer favorável ao envolvimento desta pelo juiz Émile Sandtröm⁶²⁵. Desde logo, a Liga começaria a enviar donativos obtidos durante o mês de Janeiro para complementar os programas implementados pelo Comité.

Aquando das negociações para o estabelecimento de um plano de assistência coeso entre as várias organizações internacionais, Germain Colladon realizou uma missão de investigação do CICV sobre a situação dos refugiados e fez uma nova estimativa das necessidades para o primeiro trimestre de 1958. Segundo o relatório de missão, o CICV dividia a vasta região na qual se encontravam os refugiados em três sectores: Norte, Centro e Sul⁶²⁶.

Colladon esboçou ainda as condições dos diferentes territórios. O sector Norte tinha como principal fonte de rendimento a indústria de cortiça, exploração florestal e agricultura nas quais a maior parte da população estava empregada. Aí os refugiados, apesar de expostos a intempéries no Inverno, tinham vantagem no acesso a recursos que não eram produzidos no sul. Na região Centro, as principais actividades concentravam-se na indústria mineira e na agricultura que, devido ao solo pobre e utilização de «métodos arcaicos» de produção, não providenciava os rendimentos necessários. Quando o território estava sob o protectorado francês, era recorrente a distribuição de trigo na região para o sustento das populações. O sector Sul englobava três regiões de fixação de refugiados: Sbeitla, Gafsa e Tozeur. Colladon identificou a exploração de fosfatos como principal actividade, que permitia à população viver em condições acima da média tunisina. Estimava que os refugiados chegados à região tivessem conseguido asilo junto dos compatriotas aí empregados. O estado nutricional dos refugiados era, de modo geral, de permanente subalimentação, uns vivendo em *gourbis*⁶²⁷, outros em cabanas de madeira ou em pequenos abrigos naturais, muitas

⁶²⁵ Émile Sandtröm era Presidente da LSCV. Carta de Henry Dunning para James Nicholson, de 24 de Dezembro de 1957, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶²⁶ No Sector Norte, compreendendo os centros de Souk-el-Arba, Ghardinaou e Aïn Draham, com uma população de 200.000 habitantes, estavam contabilizados 15.000 refugiados; no Sector Centro, em El Kef, com população de 265.000, havia 37.000 refugiados e 12.700 argelinos aí residentes; no Sector Sul, compreendendo os centros de Sbeitla, Gafsa e Tozeur, com uma população de 472.000, contavam-se 10.660 refugiados e 19.500 argelinos com residência permanente.

⁶²⁷ Gourbis tratavam-se de alojamentos precários feitos com pedras e ramos de árvore.

vezes dormindo directamente no chão. A situação sanitária dos refugiados era semelhante à da população local e os serviços locais asseguravam estar prontos para possíveis epidemias. Finalmente, permanecia a grande carência de vestuário e calçado infantil, sobretudo.

O delegado avançou quatro possíveis causas para o aumento do efectivo de refugiados no semestre anterior: (1) as forças armadas francesas podiam ter feito operações de limpeza; (2) o ALN podia ter levado grupos de indivíduos a dirigir-se para fora de território argelino; (3) as distribuições já efectuadas ou rumores de próximas distribuições de assistência podiam ter levado à Tunísia famílias argelinas que residiam perto da fronteira; e (4) as autoridades podiam estar a inflacionar os números para poder dar assistência aos habitantes locais. Colladon advogou uma definição mais concreta do que se entendia por refugiado argelino para estipular definitivamente que os argelinos que viviam no território antes do início das hostilidades, os combatentes do ALN e os cidadãos tunisinos não teriam direito às distribuições. Por desconfiar dos números apresentados pelas autoridades, a base de cálculo para a assistência permaneceu em 35.000 refugiados⁶²⁸. O CICV pretendia fornecer a cada indivíduo uma média de 2114 calorias diárias, atribuindo mensalmente a cada refugiado 12kg de trigo duro, 2kg de azeite, 1,5kg de açúcar e ainda 250g de sabão a cada adulto. Às crianças com menos de três anos seria providenciada uma lata de leite condensado açucarado por semana, equivalente a 158 calorias diárias para reforço nutricional.

Quanto à operação de distribuição no terreno, a delegação do CICV demonstrou divergências com o CVT que procurava fazer a distribuição dos donativos sem meios. Colladon não tinha confiança no pessoal da Sociedade Nacional que, na sua óptica, ajudava no desvio de recursos para outros beneficiários - agentes da FLN e do ALN e cidadãos tunisinos⁶²⁹. Hoffman queixava-se das «muitas críticas» do CVT vendo como indispensável que os delegados da Liga e do CICV trabalhassem em completa solidariedade para evitar futuros atritos e atrasos na distribuição⁶³⁰.

⁶²⁸ Dos 35.000 refugiados - 10.000 no sector norte, 17.000 no sector centro e 8000 no sector sul-, estimava-se 15% de homens, 31% de mulheres, 47% de crianças entre os três e 14 anos e 10% de crianças com idade inferior a três anos.

⁶²⁹ G. Colladon, *Rapport concernant les réfugiés algériens en territoire tunisien*, de 17 de Dezembro de 1958, em BAG 280.213-009, ACICR.

⁶³⁰ Nota n.º 69 de Georges Hoffman, de 4 de Janeiro de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

Em meados de Janeiro, Jean de Preux, foi enviado em missão à Tunísia⁶³¹, para facilitar a distribuição do primeiro donativo de trigo americano acordado bilateralmente, acelerar a distribuição dos stocks que permaneciam nos depósitos centrais e locais e verificar a posição do governo tunisino quanto ao repatriamento voluntário dos refugiados, questão fulcral para o governo francês⁶³². Nas conversações em Tunes, o delegado anuiu à posição de que qualquer tipo de repatriamento a partir de solo tunisino só seria efectuado mediante colaboração das autoridades⁶³³. Quanto ao trigo americano, Washington demonstrou relutância face ao controlo da distribuição pelo CICV. Em Genebra, a ideia de supervisionar a distribuição de um donativo acordado bilateralmente também não tinha muitos subscritores. Mais uma vez estava em questão a pressão francesa para que o CICV controlasse toda a distribuição efectuada aos refugiados por forma a que nenhum donativo fosse aproveitado pela FLN. A mensagem do governo americano para Hoffman, a título pessoal e confidencial, sugeria que o interesse da FLN nas distribuições ficava a dever-se à manutenção da influência sobre os refugiados e não à necessidade de recursos⁶³⁴.

Se a França tinha conseguido algumas vitórias no plano internacional, as suas estratégias para os refugiados no terreno continuavam a ser bloqueadas. A partir de Fevereiro de 1958, o governo de Felix Gaillard enfrentaria ainda as consequências internas e externas de uma operação militar na fronteira argelo-tunisina.

Assistência em 1958: bombardeamentos a Sakiet Sidi Youssef como *turning point* político e humanitário

As delegações do CICV e da Liga, em cooperação com o CVT agendaram a nona missão de assistência entre 7 e 10 de Fevereiro na região do Kef⁶³⁵ com o objectivo de (1) distribuir os

⁶³¹ A missão de Jean de Preux decorreu entre 18 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1958.

⁶³² Roger Gallopin, *Instructions pour la mission de M. de Preux en Tunisie*, de 17 de Janeiro de 1958, em BAG 251.213-005, ACICR.

⁶³³ Carta de Léopold Boissier para Christian Pineau, de 6 de Fevereiro de 1958, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁶³⁴ Nota nº 84 de Georges Hoffmann para Pierre Gaillard, de 6 de Fevereiro de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶³⁵ Ao contrário do sector norte, a governadoria do Kef estava desprovida ainda de vestuário para crianças tendo em conta as necessidades existentes. Georges Hoffmann, *Rapport au CICR sur les faits constatés lors de l'action de secours du 8 février en faveur des réfugiés algériens du Gouvernorat du Kef*, de 12 de Fevereiro de 1958, em BAG. 251.213-003.01, ACICR; e Carta da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha para Alto-Comissariado das Nações

donativos do ACNUR, LSCV e Entr'Aide Suisse - 3000 casacos e 5281 camisolas para crianças e 3422 cobertores; e (2) observação da situação dos refugiados e das áreas de actuação dos novos delegados da Liga Gösta Heumann e Anton Helbling⁶³⁶. A delegação conjunta era composta por estes dois homens, George Hoffman, Robert-Tissot, Dr. Zouiten, vice-presidente do CVT e Marcel Bays, chofer ao serviço do CICV. A distribuição dos recursos fora agendada para as 10h00 locais do dia 8 de Fevereiro em Sakiet Sidi Youssef, em veículos devidamente identificados com o símbolo da Cruz Vermelha e com a aprovação das autoridades. A vila de 2000 habitantes constituía refúgio para cerca de 2500 argelinos, estando instalados numa área a cerca de três quilómetros outros 5532. O efectivo de crianças, às quais a missão se dirigia, era de 4000 a 5000.

Como os representantes da Liga não conheciam ainda o local de concentração de refugiados, foi decidido, após preparação da distribuição na vila, que os delegados do CICV e da LSCV iriam à periferia, acompanhados por um representante do governador e da guarda nacional, e que o condutor do camião do CICV e os condutores das ambulâncias do CVT permaneceriam na vila. Devido ao mau estado da estrada, os veículos pararam abruptamente pelas 10h50, quando os delegados avistaram aviões da força aérea francesa que, mesmo sobrevoando uma região repleta de refugiados, tinham ordens para bombardear. Na vila, o condutor do CICV, que se tinha afastado do camião devido à grande afluência de refugiados e tunisinos ao dia de mercado, viu as bombas francesas atingirem os dois camiões de assistência. Após o bombardeamento, os caças franceses dirigiram-se para uma mina a 1.5 quilómetros que também bombardearam, voltando em seguida a atingir a vila com rondas de metralhadora. Quando os ataques terminaram pelas 11h45, os delegados dirigiram-se para a vila. A parte oeste estava completamente destruída, multiplicando-se mortos e feridos. Os dois camiões e ambulâncias tinham sido atingidos e os recursos estavam espalhados pelas redondezas. O único veículo que estava em condições de viajar foi colocado à disposição das autoridades e os condutores, juntamente com Helbling, procederam ao socorro dos feridos, transportando-os para o hospital em Kef. Em sequência, os recursos que estavam em condições de serem distribuídos foram doados à população sobrevivente. Hoffman e Robert-Tissot, acompanhados pelo governador, encaminharam-se para a fronteira argelina, a 500 metros para contactarem as autoridades francesas aí estacionadas. Ao encontrarem as autoridades

Unidas para os Refugiados, de 21 de Fevereiro de 1958, doc. 145, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶³⁶ Gösta Heumann pertencia aos quadros da LSCV e Anton Helbling, intendente da Cruz Vermelha Suíça, tinha sido colocado à disposição do CICV, LSCV e CVT pela Sociedade Nacional helvética.

tunisinas, que não estavam familiarizadas com os delegados do CICV e da Liga no posto fronteiriço, mostraram os símbolos da Cruz Vermelha e lenços brancos, pedindo escolta para o posto francês por forma a informar da ação de transporte dos feridos e solicitar o término dos ataques. A tentativa de contacto, que perdurou por meia hora, foi sucessivamente menosprezada pelas autoridades tunisinas e os delegados viram-se forçados a retornar à vila. À chegada, avistaram novo avião que foi repellido com metralhadoras terrestres. Perante a situação, e não havendo justificação para a presença dos delegados no local, decidiram abandonar a vila e juntar-se à restante delegação pelas 14h00⁶³⁷. A questão parece ter sido duplamente delicada para a operação conjunta. Por um lado, os delegados estavam perante um ataque francês durante uma operação de assistência humanitária, perdendo material, donativos e testemunhando o flagelo da população local e dos refugiados que tentavam proteger e assistir; por outro, as autoridades militares tunisinas estacionadas a menos de um quilómetro de distância, para além de não estarem a par das actividades das organizações de assistência nacionais e internacionais, tinham demonstrado um comportamento peculiar perante a identificação dos delegados.

Segundo as autoridades tunisinas, o ataque provocou 70 mortos e 83 feridos. A questão foi severamente criticada internacionalmente e levada ao Conselho de Segurança da ONU pelo governo. Perante a situação, Paris prontificou-se a justificar o «incidente», afirmando que o bombardeamento surgia como resposta a ataques dos *fellaghas* durante o mês de Janeiro e que o alvo do ataque era uma mina abandonada nas redondezas onde estavam escondidos. Segundo as autoridades metropolitanas, a reação severa de Bourguiba, exigindo a evacuação total das tropas francesas do território do antigo protectorado e o encerramento dos cinco consulados franceses estabelecidos em Sbeitla e Souk-el-Arba, tinha a intenção de retirar dos eventos o máximo benefício possível para o ajuste dos problemas que permaneciam entre os dois Estados⁶³⁸. Felix

⁶³⁷ Georges Hoffmann, *Rapport au CICR sur les faits constatés lors de l'action de secours du 8 février en faveur des réfugiés algériens du Gouvernorat du Kef*, de 12 de Fevereiro de 1958; Marcel Bays, *Rapport au CICR sur les faits constatés dans l'action de secours du 8 février 1958 en faveur des réfugiés algériens du Gouvernorat du Kef*, de 13 de Fevereiro de 1958, ambos em BAG. 251.213-003.01, ACICR; J. P. Robert-Tissot *Rapport sur les circonstances qui, le 8 février 1958, ont empêché le Croissant Rouge Tunisien, le CICR et la Ligue d'effectuer une distribution de secours aux réfugiés algériens à Sakiet-Sidi-Youssef et autres places du Gouvernorat du Kef*, de 11 de Fevereiro de 1958, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁶³⁸ A questão de Sakiet Sidi Youssef seria agravada ainda por outro diferendo surgido a 20 de Fevereiro. Em Remada, depois de um soldado e um oficial franceses ficarem feridos devido ao jeep em que eram transportados ter accionado uma mina, as tropas francesas cercaram a vila e prenderam os representantes da autoridade local. Os oito civis foram soltos quando um superior ficou a par do sucedido. Despacho do Encarregado dos Assuntos Franceses na Tunísia para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 21 de Março de 1958, AG-7-4 - Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 52, ADLC.

Gaillard propunha, como resposta, contactar o CVT e a CVF para avaliar os danos à população civil, reagrupar um conjunto limitado de tropas e aceitar os bons-ofícios de governos estrangeiros para a mediação do diferendo. Após a rejeição da proposta por parte de Tunes, o governo francês submeteu uma contra queixa no Conselho de Segurança, como se o «incidente» tivesse sido gerado pelo apoio da Tunísia à FLN, intervindo ainda perante todos os membros do órgão das Nações Unidas, com a excepção da URSS e do Iraque, para obter o apoio dos mesmos face à situação. Mormente, e por forma a que a discussão não se estendesse na ONU, Paris insistiu em negociações bilaterais, propondo constituir ao longo da fronteira uma área de circulação proibida onde seriam estabelecidos postos de controle e uma comissão mista, presidida por um membro neutro em comum acordo e aprovado pelo secretário-geral da ONU, por forma a garantir que não haveria operações ou transportes ilícitos através da fronteira⁶³⁹.

A segunda proposta de Paris não vingou, o que levaria Jacques Soustelle a afirmar na Assembleia Nacional que as «Potências que se dizem nossas amigas aspiram a ser nossas herdeiras»⁶⁴⁰, referindo-se aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha⁶⁴¹ que dariam, mais tarde, os seus bons-ofícios para mediar o diferendo diplomático franco-tunisino.

Sem conclusões na ONU, Paris procedeu, no mês seguinte, à criação de uma área interdita ao longo de cerca de 750 quilómetros entre a Linha Morice e a fronteira argelo-tunisina⁶⁴² que apelidaria de *glacis défensif*. Segundo a justificativa apresentada ao Conselho de Segurança, não

⁶³⁹ Secrétariat des Conférences, *Note. Affaire de Sakiet Sidi Youssef devant les Nations Unies 8-18 février 1958*, de 19 de Fevereiro de 1958, AG-7-4 - Relations avec la Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 51, ADLC.

⁶⁴⁰ Maurice Carr, «France fights in two fronts», Artigo do *Jerusalem Post*, de 28 de Fevereiro de 1958, AG-7-4 - Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 52, ADLC.

⁶⁴¹ No plano internacional as pressões eram inequívocas, tanto na imprensa britânica e sueca, como por parte dos países nórdicos, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na NATO. Segundo um relatório americano apresentado na NATO, o problema argelino era alvo de reflexões muito pessimistas relativamente à solidez da Aliança e das relações dos Estados do Ocidente com o Mundo Árabe. Os representantes americanos apontaram a insuficiência de reformas da *loi-cadre*, referindo que o estado de situação poderia ser uma etapa para a completa autonomia. O relatório sugeria ainda que fosse encontrada uma solução semelhante à de Porto Rico ou da Commonwealth Britânica e, apesar de não se referir no texto a palavra *independência*, mencionava-se o «direito de cada povo a ser completamente mestre do seu destino». A França foi ainda severamente criticada na Conferência de Acra, reunida entre 15 e 22 de Abril, que pedia a Paris que reconhecesse o direito do povo argelino à independência e autodeterminação e iniciasse imediatamente negociações pacíficas com a FLN. Nota *Evolution internationale de la question algérienne au cours des quatre premiers mois de 1958*, de 3 de Maio de 1958, AG-7-1 - Politique Étrangère. La question Algérienne et l'ONU, Fundo Afrique Levant, Subfundo Algérie 1953-1959, 36, ADLC.

⁶⁴² Existiam já partes da região fronteira com interdição de permanência ou passagem que foram, desde logo, uma - senão a principal - causa de fuga dos argelinos para a Tunísia e Marrocos no ano anterior.

se tratava da criação de um *no man's land*⁶⁴³, mas de assegurar uma defesa eficaz do território e reagrupar as populações esparsas⁶⁴⁴. Parte desta política seria a movimentação forçada e reagrupamento de cerca de 25.000 argelinos que se juntariam aos 150.000 já em campos específicos para o efeito. A questão seria levada ao ACNUR por forma a que houvesse especial atenção para o possível influxo daqueles que fugiam à política metropolitana⁶⁴⁵.

Tanto o bombardeamento da vila de Sakiet Sidi Youssef, como as políticas consequentes da França nas fronteiras argelinas⁶⁴⁶, deitaram por terra a força das ameaças francesas de retirar o apoio económico aos dois Estados recentemente independentes, bem como a capacidade de Paris para controlar, de alguma forma, a acção dos dois governos face ao conflito na Argélia. Esta questão levou também ao corte de relações diplomáticas entre Rabat e Paris⁶⁴⁷ e a protestos violentos em Marrocos. A partir de 1958 tanto a Tunísia como Marrocos prestaram auxílio à FLN em cinco áreas distintas: assistência política e diplomática, reunião em conferências tripartidas e reconhecimento do Governo Provisório da República da Argélia; apoio militar territorial, servindo como bases de recuo e lançamento de ofensiva; assistência material, nomeadamente em termos de armamento e cuidados médicos; assistência financeira e administrativa, para a qual contribuíram os residentes argelinos nesses países; e recrutamento para as fileiras do ALN.

No terreno, as delegações continuaram as operações de distribuição. A 28 de Fevereiro foi efectuada a décima e última distribuição planeada pelo CICV em Ferina e Khenouda com a alocação de 7200 garrafas de leite condensado - donativo do ACNUR⁶⁴⁸. Da missão, os delegados

⁶⁴³ Segundo directivas do Ministério dos Assuntos Exteriores, expressões como *no man's land*, *terre brûlée* ou *zone interdite* não deveriam ser utilizadas, preferindo-se a designação *glacis*. Telegrama da Direcção Geral dos Assuntos Políticos, MAE para várias embaixadas, de 4 de Março de 1958, AG-7-4 - Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 52, ADLC.

⁶⁴⁴ O governo francês utilizaria como argumento o facto de que as medidas de reagrupamento impostas recairiam sobre as populações das regiões montanhosas e arborizadas que podiam servir de abrigo e de pontos de passagem aos rebeldes, «mas onde a maioria dos habitantes continuarão a ir normalmente às suas ocupações». Telegrama de Georges Picot para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 7 de Março de 1958, AG-7-4 - Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 52, ADLC.

⁶⁴⁵ Telegrama de Georges Picot para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 11 de Março de 1958, AG-7-4 - Tunisie, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 52, ADLC.

⁶⁴⁶ Na fronteira argelo-marroquina foi igualmente criada uma zona interdita de grande extensão.

⁶⁴⁷ O Rei de Marrocos, Mohamed V, apelou ao Tribunal Internacional de Justiça para resolver a questão. Para tal foi instituída uma Comissão de Inquérito e Conciliação, sugestão do governo francês, composta por representantes dos dois países e três membros neutros. *Commission Franco-Marocain d'enquête et conciliation*, n.º 1594, de 5 de Abril de 1958, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie, vol. 23, em ADLC.

⁶⁴⁸ Nota n. 97 de Georges Hoffmann para Sede CICV, de 5 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

reportavam um aumento de 4200 refugiados nas duas vilas⁶⁴⁹. A 8 de Março, depois de ser levantado o estado de emergência em Sakiet Sidi Youssef, os delegados puderam visitar a vila e desbloquear os recursos aí retidos. No local, Georges Hoffmann deparou-se com um cenário aterrador: as autoridades tinham decidido deixar a vila como uma espécie de «museu nacional» como prova do atentado francês. A prevalência da questão política sobre a questão humanitária tornou a situação degradante e a posição do CICV foi emitida às autoridades. Dos donativos levados para a distribuição, Hoffmann reportava uma perda de 10% que seria posteriormente restituída⁶⁵⁰.

A questão de Sakiet Sidi Youssef provocou uma onda de assistência internacional para a Tunísia tanto em benefício das vítimas do bombardeamento como dos refugiados. Cerca de um mês após os acontecimentos, o CICV terminou a operação humanitária em cooperação com a Liga que ficou responsável pela manutenção da assistência até ao final do ano em colaboração com o CVT⁶⁵¹. Antes da data de término da operação estabelecida para 15 de Março⁶⁵², o CICV e a Liga enviariam seis camiões⁶⁵³ para a continuação do transporte dos donativos que, alocados em grande quantidade durante os meses seguintes, suportaram a subsistência, ainda que precária, de um número crescente de refugiados. Jean de Preux continuaria no terreno enquanto representante do CICV no domínio das suas actividades tradicionais⁶⁵⁴. O ACNUR também permaneceu atento à situação - a 5 de Março, Assad Sadry foi enviado em missão à Tunísia para avaliar o programa

⁶⁴⁹ Já os delegados da LSCV reportavam que o aumento de refugiados não era superior a 2.500. Memorando do Alto-Comissário para Jacques Colmar, de 13 de Março de 1958, doc. 151, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁵⁰ O Comité Internacional pediria posteriormente uma indenização ao governo francês para poder restituir aos doadores os recursos destruídos ou alocados à população local a 8 de Fevereiro. O governo francês concederia a indenização no valor de 954.340 francos e 271.000 francos para a reconstrução da vila. Nota n.º101 de Georges Hoffmann para Sede CICV, de 10 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR. Missão de Ligação com a Argélia, *Note pour la Présidence du Conseil*, de 19 de Março de 1958; e Ministério dos Assuntos externos, *Note pour la Direction Générale des Affaires Politiques - Mission de Liaison Avec l'Algérie*, de 24 de Abril de 1958, ambos em Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC. Carta de E. de Bondeli para Georges Hoffman, de 18 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.02, ACICR.

⁶⁵¹ Telegrama de Benard para Ministério dos Assuntos Externos, de 28 de Novembro de 1958, Croix Rouge, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 196, ADLC.

⁶⁵² Carta de F. Siordet para Henry Dunning, de 4 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.02, ACICR.

⁶⁵³ Carta de Edward Winsall para Aziz Djellouli, de 13 de Março de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁵⁴ Conselho de Presidência, *Séance du jeudi 13 mars 1958 à 9h.15*, de 13 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.02, ACICR.

findo e as trocas de informação entre os altos cargos do ACNUR demonstram uma atenção especial à situação, o que permitiu uma resposta eficaz no Inverno seguinte⁶⁵⁵.

Apesar de haver um sistema de distribuição e de o CVT estar familiarizado com os protocolos humanitários internacionais, a Liga não deixaria de enfrentar alguns desafios. Por um lado, o governo tunisino procurava novamente exagerar o efectivo de refugiados, apontado um novo fluxo de 100.000 pessoas quando à altura se tratavam de poucos milhares. Outras questões desafiantes seriam o controlo efectivo da distribuição e as relações com o CVT e com as autoridades. Ainda antes do término da operação do CICV, o CVT afirmou que não queria responsabilizar-se pela distribuição dos donativos americanos que constituíam a maior parcela das angariações destinadas aos refugiados⁶⁵⁶. Quanto ao recenseamento, e apesar de ter sido implementado um sistema de atribuição de cartões, os resultados eram efémeros, não se conhecendo o número exacto de refugiados, estimado entre 60.000 a 65.000 no final de Março⁶⁵⁷, e que aumentaria durante os meses seguintes⁶⁵⁸.

A situação dos refugiados aparentava ser estável. Segundo o ACNUR, tinham vestuário e cobertores que deveriam ser suficientes até ao Inverno seguinte, e os múltiplos donativos deveriam cobrir as necessidades nutricionais dos refugiados: os Estados Unidos prontificavam-se a doar 2700 toneladas de trigo em stock, que alimentaria os refugiados por quatro meses, e a Liga dispunha de oito camiões e recursos para um mês⁶⁵⁹.

Em Maio quando a Liga enviava um novo delegado para a Tunísia⁶⁶⁰ e a UNICEF o director geral para averiguar a aplicabilidade de um programa de assistência⁶⁶¹, novos desenvolvimentos

⁶⁵⁵ Carta de August Lindt para Sadok Mokeddem, de 5 de Março de 1958, doc. 146, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁵⁶ Nota n.º 99 de Georges Hoffman para Sede CICV, de 6 de Março de 1958, em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶⁵⁷ Memorando do Alto-Comissário para James Read, de 24 de Março de 1958, doc. 152, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁵⁸ Excerto de documento, s.d., em BAG 251.213-003.01, ACICR.

⁶⁵⁹ Segundo a informação recebida, as necessidades nutricionais dos refugiados seriam satisfeitas com a alocação mensal de 650 toneladas de trigo, 90 toneladas de azeite, 90 toneladas de açúcar e 60 toneladas de leite condensado, ao que se adicionaria 30 toneladas de sabão para a higiene básica. Memorando do Alto-Comissário para James Read, de 24 de Março de 1958, doc. 152, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁶⁰ Carta de Henry Dunning para Aziz Djellouli, de 6 de Maio de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁶¹ Maurice Pate visitou a Tunísia de 10 a 16 de Maio. Após a visita, a UNICEF levou um programa ao Conselho de Administração que previa a assistência a crianças sob a forma de fornecimento de cobertores, vestuário e medicamentos, estimados em um dólar por refugiado. Nota do Ministro dos Assuntos Exteriores para Direcção Geral

políticos viriam revolucionar a estratégia francesa. As consequências de Sakiet Sidi Youssef seriam a gota de água para a política desastrosa dos sucessivos governos da IV República. Os custos materiais e morais da guerra na Argélia, aliados à perda da Indochina e à viragem para uma coesão económica na frente europeia, levaram à queda do sistema de governo e à eleição de Charles de Gaulle como novo chefe de governo de uma França renovada. A implementação da V República revelou desde cedo mudanças importantes no respeitante aos territórios ultramarinos que, com a excepção da Argélia devido ao seu estatuto diferenciado, poderiam escolher entre votar a nova Constituição - ficando a pertencer à Comunidade Francesa que substituíra a União Francesa - ou a independência. De todas as colónias francesas, somente a Guiné Conacri enveredou pela independência, o que acabou por dar força à V República.

Na sequência destes acontecimentos, a posição marroquina face ao conflito argelino acabou por alterar-se. Na Conferência de Tanger, entre 27 e 30 de Abril, Rabat alinou-se com Tunes afirmando (1) o apoio total dos povos e governos marroquino e tunisino ao povo argelino em luta pela sua independência; (2) o reconhecimento da FLN como único representante da Argélia; (3) a luta para a liquidação das sequelas do colonialismo em particular para a cessação imediata da utilização, pelas forças francesas, dos territórios marroquino e tunisino como bases de agressão contra o povo argelino; (4) e a proclamação da Unidade do Magreb Árabe - os participantes engajar-se-iam a uma só voz sobre questões do destino do Norte de África nos domínios das relações externas e da defesa⁶⁶². Mormente, o governo marroquino expunha as grandes linhas da sua política externa: necessidade de evacuação das tropas estrangeiras em Marrocos; estabelecimento concreto das fronteiras marroquinas - afirmação das reivindicações marroquinas contra os acordos secretos entre as potências coloniais - França e Espanha; término dos conflitos argelino, que colocava problemas de segurança nas fronteiras marroquinas; reorganização da economia para menor dependência da França; e a reafirmação da união regional dos países do Magreb⁶⁶³. Já a FLN demonstrava confiança nas políticas de De Gaulle por ter

dos Assuntos Marroquinos e Tunisinos, de 2 de Julho de 1958, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁶² Telegrama de Parodi para Ministério dos Assuntos Externos, de 2 de Junho de 1958, 6-8 - Maroc, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Maroc 1953-1959, 26, ADLC.

⁶⁶³ Telegrama de Parodi para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 12 de Abril de 1958, M-7-1 - Relations Extérieures du Maroc, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Maroc 1953-1959, 19, ADLC.

retirado Soustelle do comando da Argélia e reconhecido «a coragem e o patriotismo» dos combatentes do ALN, mostrando-se aberto a negociações com Paris⁶⁶⁴.

Na Tunísia, com um efectivo de 87.000 de refugiados⁶⁶⁵, o CVT, que se responsabilizava pelos gastos de roteamento dos recursos, apresentava um cenário preocupante: o inventário disponível para o Inverno consistia em seis caixas de cobertores, seis caixas de vestuário diverso, 16 caixas de camisolas, 96 caixas de calçado usado «em muito mau estado» e 36 caixas de ténis. As necessidades de vestuário e sobretudo de cobertores estavam longe de satisfazer as necessidades. Relativamente à alimentação, os refugiados continuavam a contar com o trigo providenciado pelos Estados Unidos, leite e queijo para um período de seis meses⁶⁶⁶, mas o açúcar e o azeite eram escassos. Faltava também sabão e abrigos para a população refugiada. Era novamente necessária assistência internacional⁶⁶⁷. No ACNUR faziam-se esforços para encontrar fundos para a compra de azeite estimada em 35.000 dólares mensais, o equivalente a 80 toneladas. Assaad Sadry seria novamente enviado em missão à Tunísia para estudar a situação e fazer a estimativa das necessidades mais urgentes.

Da análise no terreno verificavam-se duas questões importantes para o problema da falta de stocks. Por um lado, Sadry reportava que os refugiados continuavam a chegar à região nordeste de forma contínua, dirigindo-se principalmente para o Kef, Tadjerouin, Souk-el-Arba, Sbeitla e Gafsa⁶⁶⁸. Por outro, reportavam-se novamente desvios de stocks para o ALN, apesar das medidas de controle das organizações no terreno. O Departamento de Estado norte-americano estava a par da situação⁶⁶⁹ e o governo francês tinha notificado o ACNUR sobre a apreensão de donativos nas

⁶⁶⁴ Nota da Presidência do Conselho, *Algérie. Opinion du Bureau FLN de New York sur le Général de Gaulle*, de 16 de Junho de 1958, AG-5-7 Rébellion Algérienne, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, 60, ADLC.

⁶⁶⁵ O aumento registava-se desde Março devido ao fluxo de refugiados da região de Sbeitla pela criação da zona interdita. As percentagens de homens, mulheres e crianças permanecia, - 15%, 35% e 50% respectivamente. Carta de Aziz Djellouli para Director Adjunto dos Serviços de Assistência da LSCV, de 9 de Setembro de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em AFICR; e Memorando de A. Sadry para Alto-Comissário, de 24 de Outubro de 1958, doc. 203A, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁶⁶ Carta de Aziz Djellouli para Henry Dunning, de 6 de Novembro de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁶⁷ Carta de Aziz Djellouli para Director Adjunto dos Serviços de Assistência da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, de 9 de Setembro de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, em IFRCA.

⁶⁶⁸ Memorando de A. Sadry para Alto-Comissário, de 24 de Outubro de 1958, doc. 203A, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁶⁹ Telegrama de Gorse para Scalahe, de 31 de Outubro de 1958, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

mãos do exército de libertação⁶⁷⁰. O contorno da conduta da FLN era dificultado pela influência exercida sobre os refugiados, o que significava que os stocks poderiam estar a ser desviados após serem alocados aos beneficiários. Exemplo desta realidade era o caso do leite em pó, que, não sendo adequado para posterior preparação pelos refugiados, era vendido ou trocado posteriormente⁶⁷¹. No final de Outubro de 1958, tanto a Liga como o ACNUR fizeram novo apelo internacional para que os refugiados pudessem ter recursos para sobreviver ao Inverno⁶⁷², mas era necessária uma nova estratégia para a resolução do problema do desvio de recursos que afectava tanto os refugiados na Tunísia como em Marrocos, onde a delegação do CICV reportava a mesma situação⁶⁷³.

No início do Verão, o CICV reportava haver em Marrocos 75.826 refugiados com necessidades puramente alimentares⁶⁷⁴. Para além do esforço de assistência do Comité, das autoridades e do Crescente Vermelho Marroquino (CVM) recentemente reconhecido, a partir de Outubro os refugiados beneficiavam das distribuições da ONG sueca Rädde Barnen cuja actividade dirigida às crianças argelinas passava pela distribuição de alimentos e produtos farmacêuticos, nomeadamente vitaminas⁶⁷⁵ indispensáveis a uma nutrição equilibrada⁶⁷⁶.

A sexta e última missão do CICV em Marrocos fez-se para preparação da estação fria, altura em que os refugiados necessitariam de maior assistência. A missão de Germain Colladon e Camille Vautier, com início a 10 de Novembro, teria como objectivo a recepção e distribuição de

⁶⁷⁰ Referia-se a medicamentos e açúcar de proveniência russa. Minuta de Ministro dos Assuntos Exteriores para Ministro da Argélia, de 18 de Abril de 1958, *Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR*, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁶⁷¹ Memorando de Jacques Colmar para Alto-Comissário, de 25 de Novembro de 1958, doc. 213, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCR.

⁶⁷² Carta de August Lindt para Robert McCollum, de 29 de Outubro de 1958, doc. 204, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCR. Carta de Henry Dunning para Aziz Djellouli, de 29 de Outubro de 1958, Algérie 22/1/2 Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3, IFRCA.

⁶⁷³ Carta de Charles Ammann para Germain Colladon, de 26 de Novembro de 1958, em BAG 251.130-010, ACICR.

⁶⁷⁴ Faltavam principalmente trigo duro, açúcar, óleos alimentares e arroz. Nota de Germain Colladon para Pierre Gaillard, de 27 de Junho de 1958, em BAG 234.008-002.01, ACICR.

⁶⁷⁵ Segundo as informações providenciadas ao CICV, o Rädde Barnen distribuía mensalmente por criança: 1dez garrafas de leite condensado, um quilograma de açúcar, 1.25 kg de farinha branca, duas unidades de 100g de sabão, um quilograma de damascos secos, três litros de azeite - providenciado a cada unidade familiar -, 50 comprimidos de vitaminas A, D e C e 50 comprimidos de ácido ascórbico (dados relativos a Novembro e Dezembro de 1958). Carta de Germain Colladon para Charles Amman, de 19 de Novembro de 1958, em BAG 251.130-010, ACICR.

⁶⁷⁶ O Rädde Barnen teve a mesma iniciativa meses antes na Tunísia mas renunciou prosseguir as suas actividades por as autoridades tunisinas terem a pretensão de receber para os seus nacionais 4% da assistência destinada às crianças argelinas. Telegrama de Gorse para Scalahe, de 31 de Outubro de 1958, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

bens doados pelas Sociedades Nacionais e recebidos pelo CICV, em colaboração com as autoridades e CVM⁶⁷⁷. Foram feitas quatro distribuições em diferentes localidades de concentração de refugiados: Berguent, Tiouli, Boubeker e Touissit, e Saïdia⁶⁷⁸. Informado da adopção da Resolução 1286 (XIII) pela Assembleia Geral da ONU que pedia ao Alto-Comissário para iniciar assistência aos refugiados argelinos em Marrocos, Germain Colladon alertava o CICV para a possibilidade de estarem a ser assistidos determinados grupos que não figuravam dentro do quadro estabelecido pelo Estatuto de Refugiado, como (1) argelinos carenciados previamente estabelecidas em Marrocos, ou (2) associados ao ALN, (3) famílias marroquinas carenciadas e (4) marroquinos que viviam na Argélia e que haviam retornado a Marrocos após o início das hostilidades. Mormente, e mais preocupante, eram as discrepâncias de efectivos dados pelas autoridades locais, o CVM e outras organizações, que tinham em conta ou excluía, cada uma, diferentes grupos de pessoas. Colladon dava como exemplo a diferença entre os dados da Amicale e CVM que, contabilizando os primeiros dois grupos, apresentavam um efectivo de 120.000, e da Entr'Aide que, contabilizando as terceira e quarta categoria, avançava com 75.000 como efectivo⁶⁷⁹. Assim, em Marrocos, ainda estava por definir a elegibilidade dos refugiados. Se para o CICV, que se preocupava com a assistência às vítimas civis, esta questão passava pela adaptação de estratégias orçamentais e de organização, no caso do ACNUR, poderia traduzir-se num problema com contornos mais complexos pelos limites estipulados pelo mandato conferido à organização.

O ACNUR responderia novamente de forma célere. Ainda antes do final do ano, Arnold Rørholt foi enviado em missão de investigação aos dois países, começando, a 7 de Dezembro por

⁶⁷⁷ Tratava-se da recepção de um donativo do Crescente Vermelho da República Árabe Unida. Camille Vautier seria o responsável por esta operação. Para além disso, os delegados estavam incumbidos de proceder à libertação de oito prisioneiros de guerra franceses. Comunicado do Comité Internacional da Cruz Vermelha, de 10 de Novembro de 1958, Carta de Charles Amman para Germain Colladon, de 2 de Dezembro de 1958, todos em BAG 251.130-010, ACICR.

⁶⁷⁸ Quantitativos das distribuições: Berguent (21 de Novembro) - 9000 kg de trigo duro e 2304 kg de açúcar em pão (trata-se de uma forma tradicional marroquina de trabalhar o açúcar, muitas vezes utilizada como oferta), perfazendo 2300 rações; Tiouli (24 e 25 de Novembro) - 16.000 kg de trigo duro, 4032 kg de açúcar em pão e 8016 garrafas de leite condensado, perfazendo 4000 rações; Boubeker e Touissi (26 de 27 de Novembro) - 16.000 kg de trigo duro, 4032 kg de açúcar em pão e 8486 garrafas de leite condensado; Saïdia (1 e 2 de Dezembro) - 9000 kg de trigo duro e 2304 de açúcar em pão. Carta de Germain Colladon para Charles Ammann, de 27 de Novembro de 1958, em BAG 251.130-010, ACICR.

⁶⁷⁹ Carta de Germain Colladon para Pierre Gaillard, de 30 de Novembro de 1958, em BAG 251.130-010, ACICR.

Rabat, onde reuniu com a delegação do CICV⁶⁸⁰. O delegado do ACNUR apontava as mesmas dificuldades de recenseamento identificadas por Colladon, aferindo que a estimativa de 70.000 a 80.000 refugiados para alocação de um programa básico alimentar seria suficiente para cobrir as necessidades. Relativamente ao alojamento, e apesar das populações de ambos os territórios estarem habituadas a um estilo de vida beduíno, Rørholt identificou problemas de protecção e saneamento para os refugiados que viviam fora dos aglomerados populacionais marroquinos. A instalação de campos de refugiados estava fora de questão para as autoridades centrais por forma a não prolongar a situação de dependência no território e, por isso, a solução passava pela alocação de novas tendas para ajudar à protecção da população mais fragilizada. Quanto à alimentação, estavam no terreno o Rädä Barnen que operaria até Março seguinte, o CVM, que substituíra a Amicale, a Entre'Aide Nationale, o International Committee for Africa (ICA) e o CICV que terminaria a sua ação em benefício dos refugiados quando o ACNUR e a Liga iniciassem a operação conjunta no território. Segundo o delegado, em comparação com a situação dos refugiados na Tunísia, os argelinos que se encontravam em Marrocos apresentavam uma menor carência de nutrientes, devido sobretudo ao programa alimentar do Rädä Barnen, mas pode ser ainda apontada a diferença entre as metas calóricas diárias das duas operações: enquanto o ACNUR e a LSCV tinham como padrão de cálculo cerca de 1500 calorias diárias, o CICV tinha elevado a fasquia desde cedo para as 2000 calorias. Em termos de saúde, e apesar de não haver epidemias, os cuidados com doenças pulmonares teriam de ser aumentados. Finalmente, havia necessidade de reforço de vestuário, calçado e cobertores para os meses de Inverno. O sistema de distribuição de recursos era eficaz, com a distribuição de cartões de recenseamento por chefe de família, apesar de não haver uma noção exacta de quantas pessoas faziam parte de cada agregado familiar, o que permitia inexactidões na distribuição.

Na Tunísia, os sensos reflectiam a existência de 100.000 refugiados, apesar das estimativas poderem chegar aos 120.000⁶⁸¹. Tendo em conta que parte dos refugiados não se encontravam dependentes de assistência internacional, Rørholt estimava que, para efeitos de orçamento e distribuição, fosse considerado um efectivo de 90.000 refugiados. Ao contrário do governo

⁶⁸⁰ Nota de Pierre Gaillard para Germain Colladon e Camille Vautier, de 25 de Novembro de 1958, em BAG 251.130-010, ACICR.

⁶⁸¹ Estimava-se que os refugiados estivessem distribuídos da seguinte forma: 40.000 em Souk-el-Arba, 46.000 em El Kef, 21.500 em Sbeitla, 13.000 em Gafsa e outros grupos dispersos em Tunes, Sfax, Beja, Touzeur, Sousse. Em alguns locais, como El Kef e Sakiet Sidi Youssef, o efectivo de refugiados representava o dobro da população local.

marroquino, as autoridades tunisinas estavam agora dispostas a aceitar a criação de campos de refugiados, ainda que limitados, devido ao número crescente de pessoas dependentes e à grande dispersão das mesmas, o que dificultava as distribuições⁶⁸². Existiam já três campos, um a sul de el Kef e dois a oeste de Sbeitla, com população total entre 1200 a 1300 pessoas (os campos não eram, no entanto, organizados, tratando-se de aglomerados espontâneos). Segundo Rørholt, que tinha efectuado a última missão na Tunísia em 1957, a situação dos refugiados era melhor, apesar do efectivo ter aumentado e a dieta ser mais desequilibrada - havia considerável falta de gorduras, leguminosas e proteínas, e o trigo americano o leite em pó eram desadequados para o consumo local. Para além dos problemas nutricionais, o delegado identificou a escassez de cobertores para o Inverno. O sistema de distribuição funcionava de forma satisfatória.

Rørholt conseguiu ainda acordar em ambos os países que o efectivo de refugiados não incluiria residentes permanentes argelinos, por forma a garantir uma assistência legitimada, eficiente e sistemática da acção internacional. Para isso, sugeriu a nomeação de representantes permanentes nos dois Estados de acolhimento que aconselhassem o Comité Central de Assistência em questões de organização, distribuição e necessidades. Finalmente, o delegado referia no relatório que, mantendo-se a situação de instabilidade na Argélia, o programa básico alimentar teria de ser reforçado por programas suplementares ao nível da educação e bem-estar social⁶⁸³.

Novas estratégias e dinâmicas da assistência conjunta

Após a aprovação da Resolução 1286 (XIII) pela Assembleia Geral da ONU, que confiava ao ACNUR um mandato de assistência aos refugiados argelinos, estendendo a sua acção aos refugiados em Marrocos, a comunidade internacional mostrava-se cada vez mais atenta à situação humanitária. Na imprensa internacional surgiam relatos sobre as condições de «pobreza chocantes» em que os refugiados viviam⁶⁸⁴, e tanto o ACNUR como a Liga redobravam esforços para poder providenciar assistência mínima. O crescimento da atenção internacional criava

⁶⁸² Alguns refugiados tinham de andar mais de 20 quilómetros para aceder aos locais de distribuição, sendo impossível distribuir itens como leite e azeite por os refugiados não disporem dos recipientes necessários para carregar estes recursos.

⁶⁸³ Arnold Rørholt, *Report on mission to Morocco and Tunisia*, 26 de Janeiro de 1959, doc. 232, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁸⁴ «Algerian Refugees» *New Statesman*, de 17 de Janeiro de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

inconvenientes políticos a Paris que tentaria a todo o custo minimizar a vasta discussão sobre a crise humanitária gerada pela insistência na manutenção do império.

Na preparação da reunião do Comité Executivo do Programa do ACNUR, o governo francês fez novamente diligências para que o debate não recaísse sobre questões políticas. Segundo a correspondência trocada com Ministério dos Assuntos Exteriores francês, várias delegações acordaram não só com o compromisso de manter o debate em torno de questões humanitárias⁶⁸⁵, como também evitaram pronunciar-se sobre a questão da extensão do estatuto de refugiados - caso da Turquia⁶⁸⁶. A delegação suíça referiu ainda que preferia que a intervenção em benefício dos refugiados nos dois países fosse feita apenas através das organizações do MICV por se tratarem de organismos puramente humanitários⁶⁸⁷. Outra preocupação francesa era a possível alegação de que o seu contributo era bastante limitado, comparado com os esforços de outros países. A estratégia da delegação foi reafirmar que a solução definitiva para o problema seria o repatriamento e que, à luz dos desvios que tinham sido reportados durante o ano anterior, o governo francês não podia enviar recursos sem a garantia de que estes não seriam utilizados em benefício da rebelião⁶⁸⁸.

Na Tunísia, os primeiros meses de assistência ficaram marcados por divergências políticas. Os opositores de Habib Bourguibá criticavam não somente a sua aproximação aos países ocidentais, mas também a brandura do ACNUR face às directivas, controladas de certo modo pela França no Comité Executivo, que «relutantemente aceitara». Era necessária celeridade no plano de assistência, baseado num programa básico de acção alimentar, pensado para providenciar 1600 calorias diárias por refugiado⁶⁸⁹. Em Marrocos, o governo enfrentava igualmente atrito à assistência organizada, desta vez por parte da população local e dos retornados. Vivendo em dificuldades semelhantes às dos refugiados e tendo deixado de receber o apoio limitado provindo de distribuições anteriores do CICV, reivindicavam assistência igualitária, recorrendo à violência

⁶⁸⁵ Refere-se o caso das delegações da Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Grécia, Holanda, Itália, Jugoslávia, Estados Unidos, Noruega, Suécia, Suíça, Taipei e Turquia.

⁶⁸⁶ Telegrama de Spitzmüller para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 21 de Janeiro de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁸⁷ Telegrama de Etienne Dennery para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 22 de Janeiro de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁸⁸ Nota de Philippe Monod para Secretário-Geral, enviada para Langlais a 20 de Janeiro de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁸⁹ Memorando de Robert-Tissot para Ray Schaeffer, de 16 de Março de 1959, anexado a Carta de Ray Schaeffer para James Read, de 25 de Março de 1959, doc 309, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

em certos momentos. Grupos marroquinos deslocavam-se aos pontos de distribuição «disfarçados de refugiados» e com cartões de identificação dados pelo CVT pelo facto de residirem na Argélia e terem procurado refúgio no seu Estado de origem⁶⁹⁰. A situação das populações migrantes marroquinas tornava-se desesperante. Desde que o ACNUR tinha assumido a responsabilidade de assistência e protecção, muitos destes grupos tinham perdido acesso aos recursos alimentares por não estarem ao abrigo do Estatuto dos Refugiados que implicava a não protecção dos mesmos pelo Estado de origem. Tratando-se de cidadãos marroquinos, cabia ao governo de Rabat assegurar a sua subsistência e protecção. A partir de Abril, a assistência a estes grupos passou a ser providenciada pela National Catholic Welfare Conference (NCWC)⁶⁹¹.

Aproveitando o interesse da comunidade internacional, o ACNUR lançou um apelo em benefício dos refugiados em Marrocos e na Tunísia em Fevereiro de 1959 e, em conjunto com a Liga, uma missão aos dois Estados para preparar os programas de assistência conjunta para o semestre seguinte⁶⁹². No terreno, a Liga manteve Jean-Pierre Robert-Tissot como delegado permanente na Tunísia e indicou Dr. Daubenton para posição homóloga em Marrocos⁶⁹³. Segundo a correspondência entre as duas organizações, os apelos internacionais tinham surtido o efeito desejado, multiplicando-se as contribuições de governos, Sociedades Nacionais, agências do sistema das Nações Unidas, ONGs e doadores privados, mas devido ao contínuo aumento do número de refugiados, a Liga operava em orçamentos mínimos, faltando sobretudo açúcar, leite

⁶⁹⁰ Telegrama de Bourdeille para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 14 de Abril de 1959, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

⁶⁹¹ *Consultative Meeting between Voluntary Agencies working for Refugees, the League of Red Cross Societies and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees regarding relief for refugees from Algeria*, anexado a Carta do Alto-Comissário para Presidente do Conselho Executivo da American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations, de 18 de Abril de 1959, doc. 92, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁶⁹² Carta de Gorse para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 17 de Fevereiro de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁹³ Carta de Etienne Dennery para Christian Pineau, de 20 de Fevereiro de 1959; e Nota da Direcção Geral dos Assuntos Políticos para Monod, Director das Convenções Administrativas e Sociais, de 24 de Janeiro de 1959, ambas em Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

condensado e óleos comestíveis⁶⁹⁴. Em Marrocos, 90% refugiados sobreviviam com menos de 900 calorias diárias, metade das previstas como necessárias⁶⁹⁵.

A operação seguiria com distribuições mensais de recursos alimentares e de higiene básica em 37 centros situados na região fronteiriça da Tunísia - Le Kef, Souk el Arba, Kasserine, Gafsa e Tozeur - onde estavam alojados 118.813 refugiados, e em Marrocos nos 20 centros nas regiões de Oujda e Tafilalet, onde estavam alojados 101.000 refugiados⁶⁹⁶. Em Abril, as duas organizações estimavam ter recursos para cerca de dois meses, faltando três milhões de dólares para garantir o programa anual⁶⁹⁷ que, à luz do aumento contínuo de refugiados, deveria ser repensado para entre 260.000 e 270.000 beneficiários durante o Inverno⁶⁹⁸.

No mesmo dia em que o ACNUR fez o segundo apelo internacional do ano em benefício dos refugiados argelinos⁶⁹⁹, o Alto-Comissário informou o governo francês das carências do programa anual em Marrocos - 1000 toneladas de trigo, 48 toneladas de azeite, 64 toneladas de leite condensado, 68 toneladas de açúcar, 4 toneladas de sal e 7.5 toneladas de sabão - e na Tunísia - 1200 toneladas de trigo, 60 toneladas de azeite, 80 toneladas de leite condensado, 60 toneladas de açúcar, 5 toneladas de sal e 10 toneladas de sabão - para além do vestuário, cobertores e calçado que teriam de chegar aos dois territórios antes do Inverno. No apelo, o ACNUR informou ainda o

⁶⁹⁴ Jean-Pierre Robert-Tissot reportava a seguinte discrepância em Março relativa às necessidades alimentares e aos stocks existentes: açúcar - em stock 3.8 toneladas, sendo necessárias 90; azeite - 12 toneladas, sendo necessárias 60; leite condensado - em stock 4.8 toneladas, sendo necessárias 80. Memorando de Robert-Tissot para Ray Schaeffer, de 16 de Março de 1959, anexado a Carta de Ray Schaeffer para James Read, de 25 de Março de 1959, doc 309, Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁶⁹⁵ Carta de James Read para vários destinatários, de 13 de Maio de 1959, doc. sem número, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁶⁹⁶ Henry Dunning, *Rapport Intérimaire sur l'action de secours en faveur des réfugiés algériens au Maroc et en Tunisie*, de 10 de Junho de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁶⁹⁷ Nota de Philippe Monod para Secretário-Geral, de 17 de Abril de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁶⁹⁸ Consultative Meeting between Voluntary Agencies working for Refugees, the League of Red Cross Societies and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees regarding relief for refugees from Algeria, anexado a Carta do Alto-Comissário para Presidente do Conselho Executivo da American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations, de 18 de Abril de 1959, doc. 92, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁶⁹⁹ O apelo foi feito a 89 governos membros das Nações Unidas. Carta do Alto-Comissário, de 5 de Maio de 1959, anexada a Lista de Governos, de 5 de Maio de 1959, doc. 105 A, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

governo francês dos donativos efectuados desde 1 de Fevereiro⁷⁰⁰, data do início da operação conjunta nos dois Estados de acolhimento.

O aumento do fluxo de contribuições durante o mês de Maio, graças à solidariedade internacional incentivou o governo de Gaulle a estipular uma nova estratégia para responder à difusão mediática da situação dos refugiados argelinos. Num comunicado oficial de 11 de Junho, Paris sublinhou o seu acordo com a resolução da Assembleia Geral da ONU que apelava à assistência aos seus cidadãos. Segundo o documento, a França via como inaceitável assistir à cooperação «do mundo inteiro», sem fazer nada⁷⁰¹. O comunicado surgia na ocasião em que foi denunciada a utilização de veículos do CVM para transporte de armas e desvio de recursos em benefício do ALN⁷⁰². Este facto demonstra a mudança de estratégia do governo de Paris que, contrariamente ao argumentado na reunião do Comité Executivo do Programa do ACNUR em Janeiro anterior, reivindicava o «direito e o privilégio» de oferecer assistência aos «ditos refugiados» utilizados como arma de arremesso da FLN contra a França. A partir desse momento, Paris iniciaria uma série de negociações para o estabelecimento de um plano de acção com o ACNUR com vista ao repatriamento, responsabilizando-se pelo custo das operações. Até que as condições de repatriamento estivessem reunidas, o governo reivindicava o papel de único responsável pela assistência aos seus cidadãos, numa manobra para frear os apelos e, consequentemente, a atenção internacional sobre a questão humanitária.

Nesse mês foi iniciado o Ano Mundial do Refugiado, estabelecido pela resolução 1285 (XIII) de 5 de Dezembro de 1958, com o duplo objectivo de «(a) focar o interesse sobre o problema dos refugiados e encorajar contribuições financeiras adicionais por parte dos Governos, agências voluntárias e do público em geral para a sua solução» e «(b) encorajar mais oportunidades para soluções [...] permanentes, a partir do repatriamento voluntário, realojamento ou integração» com objectivos puramente humanitários⁷⁰³. Assim, a posição francesa, reclamando a si o monopólio de

⁷⁰⁰ Carta de August Lindt para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 5 de Maio de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷⁰¹ Carta do Ministro dos Assuntos Exteriores para Embaixador da França em Oslo, de 16 de Junho de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁰² Telegrama de Gorse para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 15 de Junho de 1959, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

⁷⁰³ Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 1285 (XIII), de 5 de Dezembro de 1958, em [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1285\(XIII\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1285(XIII)), acedido a 26 de Agosto de 2018.

assistência, procurava contrariar o estabelecido não só pelas resoluções referentes aos refugiados argelinos, mas também pelo recente apelo ONU.

Seguiram-se reacções dos governos aliados preocupados com a interpretação do documento, onde estava expressa a concordância com a resolução 1286 (XIII) e a sua contradição⁷⁰⁴. Como resposta às indagações, Paris emitiu uma circular afirmando não dar aval aos seus aliados para participarem nos esforços de assistência organizados pelo ACNUR até que a proposta francesa fosse aprovada⁷⁰⁵. Como consequência, vários governos abstiveram-se de participar nos esforços de assistência do ACNUR⁷⁰⁶. Outras organizações, como o Conselho Ecuménico das Igrejas, colocavam-se à revelia da posição francesa, declarando ser seu dever moral ajudar os refugiados em necessidade⁷⁰⁷. Na reunião do Comité Executivo do Programa do ACNUR em Junho, o delegado tunisino mostrou também a sua surpresa face ao comunicado, afirmando que os argelinos tinham fugido não por causa da rebelião, mas devido às acções das tropas francesas no território. Eram por isso refugiados *de facto*, que dependiam da solidariedade internacional⁷⁰⁸.

Por seu lado, o ACNUR intensificou os esforços de divulgação pela visita de August Lindt aos dois territórios, onde participou em missões de distribuição de recursos e reuniu com as autoridades centrais e agências no terreno. Antes da missão, Lindt reuniu em Paris, a convite do governo francês, para esclarecer as posições. Na reunião, as autoridades referiam que não poderiam considerar os argelinos na Tunísia e em Marrocos como refugiados nos termos do Estatuto do ACNUR porque, na sua maioria, as populações ou tinham sido levadas por acção da FLN, ou desejavam apoiar a rebelião. A França queria por isso organizar a sua própria acção em benefício dos seus cidadãos em cooperação e com o apoio do ACNUR. O motivo era a despolitização do «assunto dito dos refugiados argelinos», com o objectivo primordial de que fossem repatriados o mais rapidamente possível, aceitando, no entanto, a ideia de assistência no local «sem nenhuma

⁷⁰⁴ Telegrama de Binoche para Ministério dos Assuntos Externos, de 13 de Junho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷⁰⁵ Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores para Consulado Francês em Salisbury, de 21 de Julho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷⁰⁶ Telegrama de Cabrol para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 1 de Julho de 1959, Carta da Embaixada de França em Berna para Charles Lucet, de 15 de Setembro de 1959, ambos em Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷⁰⁷ Ministério dos Assuntos Exteriores, *Note pour la Mission de Liaison avec L'Algérie*, de 19 de Agosto de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁰⁸ Telegrama de De Curon para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 15 Junho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

condição e sem nenhum limite». Para isso apresentaram três critérios: serem de nacionalidade francesa; terem deixado a Argélia após 1 de Novembro de 1954; e estarem realmente em necessidade de assistência. A França reclamava ainda, apesar de reconhecer os esforços do ACNUR e da Liga, preferir que a organização da assistência providenciada fosse feita por uma entidade como o CICV, «onde a independência é absoluta». Em resposta à proposta francesa, August Lindt afirmou que, depois de lhe ter sido confiado um mandato de assistência aos refugiados argelinos, seria difícil abandonar essa incumbência. Para além disso, argumentou não ser possível descartar os esforços dos Estados Unidos que, estabelecidos sob acordo bilateral com o governo tunisino, estavam fora do escopo de negociação do ACNUR, e que os governos tunisino e marroquino recusavam acordar com o monopólio de assistência por parte da França. Relativamente ao repatriamento, o Alto-Comissário concordou abordar os dois governos sobre a questão⁷⁰⁹. Na Argélia, o governo francês procurou instituir uma organização de acolhimento e restabelecimento para todos os refugiados repatriados, mas as condições de reinstalação no território demonstravam a prossecução de uma política de confinamento da população civil, remetendo todos os refugiados cujas habitações se encontrassem em zonas interditas para novos aldeamentos⁷¹⁰.

Segundo as informações do governo francês, no final da missão na Tunísia, onde foram inspecionadas as aglomerações de refugiados, August Lindt absteve-se de comentar o comunicado oficial francês, remetendo-se a questões de ordem humanitária⁷¹¹. Em Marrocos, o Alto-Comissário liderou a distribuição de vestuário e alimentos em Saida du Kiss na companhia de um delegado da LSCV e do Presidente do CVM⁷¹². Após as duas missões, o Alto-Comissário voltou a Paris para informar o governo francês de que, apesar de Tunes ser contra o repatriamento, a insistência de Lindt na criação de comissões mistas fez com que as autoridades prometessem estudar a questão⁷¹³. Já o governo marroquino opunha-se, face à tentativa de monopolização

⁷⁰⁹ Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores para várias Embaixadas, de 1 de Julho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷¹⁰ Carta de Lucet para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 14 de Agosto de 1959, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

⁷¹¹ Telegrama de Gorse 3272 para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 1 de Julho de 1959, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

⁷¹² Comunicado diplomático da embaixada Francesa em Rabat para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 4 de Julho de 1959, AG-12-7 Réfugiés Algériens, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Algérie 1953-1959, ADLC.

⁷¹³ Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores para Embaixada Francesa em Tunes, de 16 de Julho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

francesa e ao repatriamento dos refugiados nas condições propostas⁷¹⁴. Um mês depois, Paris teve a confirmação de que o Alto-Comissário se comprometia a apoiar a posição francesa relativamente ao repatriamento, fazendo os esforços possíveis perante os governos marroquino e tunisino⁷¹⁵. Da embaixada francesa na Tunísia surgia ainda a sugestão que a CVF fizesse uma angariação de fundos, que os recursos fossem identificados com o símbolo da organização e distribuídos pelo CVT por forma a que os beneficiários tivessem «a noção que nos interessamos pelo seu destino». Se a iniciativa fosse patrocinada pelo CICV e as autoridades tunisinas se opusessem, tal atitude poderia ser aproveitada politicamente pela França no plano internacional⁷¹⁶. Apesar de a documentação não permitir saber que continuação foi dada à sugestão da embaixada, fica notória a linha estratégica utilizada pela diplomacia francesa. Mais tarde, Paris indicou ao ACNUR que, por não confiar nos delegados da LSCV, o Alto-Comissariado deveria reforçar a sua equipa nos dois Estados de acolhimento. Quanto aos donativos, a França exprimia o desejo de que os recursos distribuídos fossem de origem francesa e que estivessem identificados como tal⁷¹⁷, uma directiva em linha com a sugestão da embaixada francesa em Tunes. O objectivo era minimizar as consequências internacionais da prossecução da guerra na Argélia, tentando, por um lado, mitigar a divulgação internacional e, por outro, manipular estratégias da acção humanitária tanto no respeitante à operação de assistência como na pressão para o repatriamento.

No final do Verão, o governo francês acordou enviar uma primeira tranche de 250.000 dólares sob a égide de um programa global do ACNUR que, de facto, seria aplicado directamente em benefício dos refugiados argelinos⁷¹⁸. O envio surgiu depois de um apelo do ACNUR, desta

⁷¹⁴ A firmeza da posição marroquina surgia numa altura em que as tropas francesas efectuavam sucessivos ataques em território marroquino, nomeadamente na região de Figuig, Boubeker, Zerzour e Ich, como parte das operações de limpeza na fronteira. Como já foi anteriormente referido, estas regiões eram habitadas por refugiados argelinos. Telegrama para ministério dos Assuntos Exteriores, de 8 de Julho de 1959; Telegrama de Le Roy para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 30 de Julho de 1959; Telegrama de Le Roy para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 1 de Agosto de 1959, todos em M-6-1- Relations Extérieures du Maroc, Fundo Afrique Levant, Sub-fundo Maroc 1953-1959, ADLC.

⁷¹⁵ Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores para Embaixadas Francesas em Rabat e Tunes, de 20 de Agosto de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷¹⁶ Telegrama de Gorse para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 1 de Julho de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷¹⁷ Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores para Delegação Francesa junto da Sede Europeia das Nações Unidas, de 5 de Agosto de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷¹⁸ Carta do Ministro das Finanças e Assuntos Económicos para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 22 de Setembro de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

vez limitado à França e aos Estados Unidos, onde se identificava a necessidade de 500.000 dólares para conseguir atender às necessidades dos refugiados em Marrocos e na Tunísia⁷¹⁹.

À altura, a operação conjunta Liga/ACNUR estava consolidada no terreno no respeitante aos programas básico e suplementar de alimentação - o segundo dirigia-se à distribuição de leite para crianças, mães lactantes e grávidas - com distribuição de 100.000 rações alimentares mensais em Marrocos e 148.000 na Tunísia, equivalentes a cerca de 1500 calorias diárias⁷²⁰, uma quantidade calórica mais baixa do que inicialmente previsto (1600). No referente ao programa de alojamento, ainda incipiente e com implementação limitada, os delegados temiam a falta de fundos se o efectivo de refugiados continuasse a aumentar⁷²¹. Não havendo ainda informação concreta sobre as necessidades dos refugiados, as duas organizações operaram com base em apelos gerais: necessidade de 570 tendas na Tunísia para abrigar cerca de 12.000 refugiados⁷²². Depois da alocação das últimas contribuições⁷²³, os recursos e fundos existentes permitiam assegurar o programa básico alimentar, mas um aumento dos refugiados refletir-se-ia nas quantidades necessárias de alimentos, o que colocava em causa o efémero equilíbrio orçamental do programa. Apesar da estrutura oleada e dos fundos suficientes para as necessidades, os refugiados continuaram a passar grandes dificuldades devido a atrasos de expedição dos recursos nos portos em Marrocos⁷²⁴.

O foco foi direccionado para os programas de assistência especial. Dois dos programas previam o estabelecimento de centros de distribuição de alimentos já preparados por forma a evitar o desvio de recursos e garantir a utilização eficiente de recursos de preparação mais difícil como o leite em pó. O primeiro projecto pautava-se pela criação de estações de leite aos quais mães e

⁷¹⁹ Carta do Primeiro Ministro para Ministro das Finanças e Assuntos Económicos, de 31 de Agosto de 1959, Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 209, ADLC.

⁷²⁰ Memorando de D. J. Walton para Alto-Comissário, de 17 de Setembro de 1959, doc. 367 A, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²¹ Memorando de Thomas Jamieson para Alto-Comissário, de 9 de Outubro de 1959, doc. 382A, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²² Os delegados estimavam com base nas unidades de alojamento tipo e no número total de refugiados nos dois países (180.000), seriam necessárias 8.550 tendas, num valor total de 1.026.000 dólares.

⁷²³ Para além do donativo francês e norte-americano, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho e outras organizações e doadores privados continuaram a contribuir para o esforço de assistência. Até Outubro, as contribuições para o programa de alimentação básica e para o programa de alimentação suplementar totalizavam 405.799,37 dólares. Henry Dunning, *Progress report for the month of September on the Algerian refugees relief action in Tunisia and Morocco*, de 10 de Outubro de 1959, doc. 391, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²⁴ Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para Sede ACNUR Genebra, de 20 de Janeiro de 1960, doc. 592, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

crianças se poderiam deslocar diariamente para receber uma porção de leite quente e pão. O segundo previa a construção de centros polivalentes somente na Tunísia, onde seriam administrados cuidados médicos e distribuídas refeições quentes⁷²⁵. Seria ainda efectuado um terceiro programa para o estabelecimento de casas de costura nos dois países por forma a ocupar as mulheres refugiadas e proceder à produção de vestuário e tecelagem de tapetes a utilizar nos abrigos. O desenvolvimento dos projectos decorreu durante os últimos meses de 1959. No início do ano seguinte, operavam 30 estações de leite em Marrocos e 36 estações e um centro polivalente na Tunísia, prevendo-se a construção de outros cinco⁷²⁶. Os centros de costura, cujo número não vem indicado nos relatórios, operavam em ambos os países devido aos donativos da Cruz Vermelha Austríaca e de um financiador privado⁷²⁷.

A preparação para os meses de Inverno significava ainda a necessidade de fornecimento de vestuário e cobertores - havia um cobertor para cada duas pessoas em stock⁷²⁸. No final de Setembro, o Conselho de Governadores da LSCV convidava o secretário-geral da Liga a fazer um apelo urgente em benefício dos refugiados que resistiam a «grandes privações», pedindo às Sociedades Nacionais para incluírem a assistência aos refugiados argelinos nos seus programas a realizar à ocasião do Ano Mundial do Refugiado⁷²⁹. A resposta das Sociedades Nacionais e a acção dos governos que continuavam a contribuir para a assistência sob as premissas do Ano Mundial do Refugiado permitiram o fornecimento dos recursos necessários durante o Inverno, ainda que revisto em baixa em comparação com as primeiras estimativas, o que contribuiria para a permanência dos refugiados em condições miseráveis.

⁷²⁵ A medida surgia dois anos depois de ter sido sugerida por Georges Hoffmann.

⁷²⁶ *Report on the implementation of General Assembly Resolutions 1286 (XIII) and 1389 (XIV) on Assistance to Refugees from Algeria in Morocco and Tunisia*, anexo a Carta de Ray Schaeffer para Thomas Jamieson, de 15 de Fevereiro de 1960, dc. 633, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²⁷ A Sociedade Nacional Austríaca doara dez máquinas de costura em benefício dos refugiados em Marrocos e o financiador privado 15 máquinas para a Tunísia. Henry Dunning, *Progress report for the month of October on the Algerian Refugee relief action in Tunisia and Morocco*, de 10 de Novembro de 1959, doc. 446, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²⁸ Henry Dunning, *Progress report for the month of September on the Algerian refugees relief action in Tunisia and Morocco*, de 10 de Outubro de 1959, doc. 391, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷²⁹ *Résolution n° 22 adoptée au cours de sa 25ème Session à Athènes (25 septembre-1er octobre 1959) par le Conseil des Gouverneurs de la Ligue des Sociétés de Croix-Rouge*, de 1 de Outubro de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

A questão do efectivo de refugiados, estimado em 250.000 pela Liga, voltou a surgir em Outubro, quando a organização pediu uma revisão orçamental ao ACNUR⁷³⁰. A resposta do Alto-Comissário era diminuir a estimativa, tomando em consideração a existência de 200.000 refugiados em necessidade⁷³¹. Não obstante, August Lindt frisava que, para fins de divulgação, deveria ser publicado um efectivo de 180.000 refugiados em ambos os países⁷³². Mormente, o ACNUR pretendia estabelecer que os comunicados sobre os refugiados argelinos deveriam ser acordados entre as duas agências antes de serem publicados⁷³³. No orçamento submetido ao Comité Executivo para o ano seguinte, Lindt apresentou o cálculo tendo como base o efectivo menor, apesar do alerta por parte do director executivo ao Alto-Comissário para o facto de que o orçamento de seis milhões de dólares estar aquém das necessidades, pois estavam a lidar com um efectivo real entre os 200.000 e os 250.000 refugiados. Esta questão levaria a um posterior aumento do orçamento, no mínimo de 400.000 dólares⁷³⁴.

Em meados de Dezembro, depois da aprovação da resolução 1389(XIV) que pedia ao Alto-Comissário que continuasse os seus esforços «até os refugiados voltarem para as suas casas»⁷³⁵ e da resolução 1390 (XIV) relativa ao Ano Mundial do Refugiado,⁷³⁶ o Alto-Comissário voltou a promover uma missão à Tunísia e a Marrocos com vista ao estudo dos projectos para o Inverno⁷³⁷.

⁷³⁰ Carta de August Lindt para John Hanes, de 14 de Outubro de 1959, doc. 387, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

⁷³¹ Telegrama de August Lindt para Thomas Jamieson, de 27 de Outubro de 1959, doc. 405, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

⁷³² Carta de Thomas Jamieson para Ray Schaeffer, de 5 de Novembro de 1959, doc. 428, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

⁷³³ Carta de Thomas Jamieson para Ray Schaeffer, de 18 de Janeiro de 1960, doc. 577, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

⁷³⁴ Memorando de Thomas Jamieson para Alto-Comissário, de 15 de Janeiro de 1960, doc. 568, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

⁷³⁵ Alusão ao repatriamento até então omissa nas resoluções. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 1389 (XIV), de 20 de Novembro de 1959, em [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1389\(XIV\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1389(XIV)), acedido a 26 de Agosto de 2018. A resolução foi aprovada com 56 votos a favor, 0 contra e abstenções da França, Camboja, Guatemala, El Salvador e Índia. Telegrama de Armand Berard para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 6 de Novembro de 1959, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷³⁶ A resolução pedia a continuação de esforços e alargamento de iniciativas para se encontrarem soluções para o problema dos refugiados. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 1390 (XIV), de 20 de Novembro de 1959, em [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1389\(XIV\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1389(XIV)), acedido a 26 de Agosto de 2018.

⁷³⁷ Telegrama da embaixada de França em Rabat para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 16 de Dezembro de 1959; e Telegrama de Boegner para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 21 de Dezembro de 1959, ambos em Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

Segundo as autoridades francesas, August Lindt constatou a presença de militares da FLN na Tunísia perto dos locais onde os refugiados se encontravam⁷³⁸.

A comunicação entre o ACNUR e o governo francês aumentara visivelmente desde Junho de 1959. Em Janeiro de 1960, o Alto-Comissário voltou a reunir-se com as autoridades francesas para discutir o desenvolvimento da acção do ACNUR relativamente ao estipulado no acordo entre Paris e a agência da ONU. Na reunião, Paris argumentava que o ACNUR ainda não tinha desenvolvido as acções relativas ao repatriamento e recenseamento com que se tinha comprometido. A França reclamava haver no total um efectivo de 80.000 pessoas elegíveis para assistência⁷³⁹. Apesar disso, o ACNUR contava agora com representantes permanentes nos dois territórios que procuravam obter um recenseamento fidedigno e controlar de forma eficaz as distribuições de recursos. O controle não era inda satisfatório na opinião das autoridades francesas que apresentavam provas de desvios de recursos em benefício da FLN. Paris congratulava-se, no entanto, com a formulação da resolução 1389 (XIV) que se referia ao repatriamento dos refugiados, apesar de pedir ao ACNUR a continuação de esforços para angariação de fundos. As autoridades pediam novamente a Lindt que limitasse os «seus apelos à caridade mundial», por forma a diminuir a propaganda sobre a situação dos refugiados largamente utilizada pela FLN; que controlasse «mais seriamente as distribuições dos donativos» providenciados por Paris; e que usasse da sua autoridade enquanto representante da ONU junto dos governos da Tunísia e de Marrocos com vista ao repatriamento⁷⁴⁰.

Por seu turno, o Alto-Comissário informava do afastamento do CVA das acções de distribuição na Tunísia que eram feitas somente pelos delegados da Liga e do CVT, sob controle das autoridades locais. Outro ponto importante, tinha sido a criação de centros móveis de distribuição de refeições prontas para os adultos e de estações de distribuição de leite e comida para as crianças por forma a evitar exações por parte da FLN. Lindt mostrava-se seriamente preocupado com os documentos apresentados pelas autoridades referentes a desvios de recursos

⁷³⁸ Telegrama de Boegner para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 23 de Dezembro de 1959, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷³⁹ Comentário de Langlais a artigo de Suzanne Oswald publicado na *Swiss Review of World Affairs* - Novembro de 1959, de 4 de Dezembro de 1959, Propagande FLN sur le thème des réfugiés, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁴⁰ Direção Geral dos Assuntos Políticos do MAE, *Note dar l'état de la question des "réfugiés" algériens en Tunisie et au Maroc*, de 20 de Janeiro de 1960, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

destinados aos refugiados por parte da FLN em Marrocos. Certo era que, nos meses anteriores, os refugiados em Marrocos tinham passado dificuldades devido à necessidade de redução calórica dos racionamentos por forma a chegarem a todos. Na Tunísia, o ACNUR tinha conseguido a aprovação da deslocação dos refugiados para regiões interiores por forma a afastá-los das áreas fronteiriças, zonas de passagem habituais do ALN. No referente ao repatriamento, Lindt conseguiu a promessa de ponderação por parte do governo tunisino sobre a constituição de comissões mistas, mas sem participação francesa, ficando compostas por um delegado do CICV, um do CVT e um do ACNUR. Rabat continuava a recusar veementemente a constituição de comissões de repatriamento de qualquer género, mantendo uma posição mais dura do que a Tunísia. Finalmente, o Alto-Comissário apresentava ao governo francês as necessidades financeiras para a assistência aos refugiados para esse ano: 120.000 dólares mensais. August Lindt reforçava ainda o seu compromisso com a França indicando que «não tinha renovado o seu apelo ao mundo inteiro e que se ele, como funcionário internacional, não podia aceitar que somente a França alimentasse o fundo para os refugiados argelinos, contentar-se-ia, na prática, com os donativos que lhes eram providenciados espontaneamente, em particular por parte dos Estados Unidos»⁷⁴¹.

Do acordo entre os dois organismos podem ser retirados vários pontos essenciais para o desenvolvimento da acção em benefício dos refugiados. Em primeiro lugar, a estratégia francesa de não divulgação da questão dos refugiados argelinos estava a dar resultado pelo comprometimento do Alto-Comissário⁷⁴². A angariação de fundos à época era severamente limitada pelo acordo entre o ACNUR e a França. As remessas de fundos e géneros ficavam em grande parte devidas às actividades desenvolvidas no Ano Mundial do Refugiado, que muitas organizações e governos aproveitavam para alocar directamente aos refugiados argelinos, evitando assim diferendos diplomáticos. No início do Inverno, a Liga anunciou ter em stock recursos

⁷⁴¹ Nos comentários ao documento, as autoridades francesas sugeriam, como acção futura, tentar colocar um representante da Cruz Vermelha Francesa nas comissões enquanto equipa de assistência médica. Nota da Direcção dos Assuntos Políticos para o Ministro dos Assuntos Exteriores, de 18 de Fevereiro de 1960, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁴² A título de exemplo, no final de 1959, a República Federal Alemã, depois de recusar enviar donativos em benefício dos refugiados reclamando uma posição de estrita neutralidade, anunciava fazer a primeira contribuição, devido à pressão da opinião pública interna. Num memorando confidencial entre agentes do ACNUR, Gilbert Jaeger afirmava que «[e]sta apresentação é contrária ao acordado que foi cuidadosamente estabelecido entre o Alto-Comissário e o Ministro Federal Alemão para os Assuntos Exteriores». Telegrama da Embaixada de França em Rabat para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 4 de Dezembro de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC; e Memorando de Gilbert Jaeger para S. J. C. Wright, de 8 de Janeiro de 1960, doc. 556, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCR.

alimentares em Marrocos suficientes somente até Março e a situação dos refugiados tornava-se crítica devido a sucessivos desvios de medicamentos⁷⁴³ - reportava o desgaste dos cobertores e tendas que serviam de abrigo aos refugiados, subalimentação generalizada, casos de doenças infecciosas, raquitismo, escorbuto, disenteria e tuberculose, e preocupação com a mortalidade infantil⁷⁴⁴. A solução passava pela administração directa de medicamentos aos refugiados, tal como acontecia em alguns locais com os recursos alimentares, e não pela redução dos recursos alocados. Em segundo lugar, as organizações internacionais ainda não tinham um recenseamento escrupuloso do efectivo de refugiados, não havendo possibilidade de saber a quantidade de recursos realmente necessária para suprir as deficiências nutricionais e sanitárias registadas. Se a Liga defendia constantemente o aumento do efectivo oficial de refugiados⁷⁴⁵, o ACNUR procurava, de modo a satisfazer as exigências francesas, diminuí-lo para efeitos de divulgação internacional, colocando em causa o estabelecimento de orçamentos fidedignos à realidade vivida. Assim, os refugiados que, segundo o ACNUR, estavam habituados a viver em condições precárias antes da procura de asilo na Turquia e em Marrocos, continuaram a sobreviver em condições de extrema carência até ao término das operações de assistência. Esta situação prende-se ainda com o facto de o ACNUR ter uma política de equiparação do nível de vida dos refugiados e da população local para evitar conflitos dentro do Estado de acolhimento. Ora se a população local vivia em miséria permanente, aqueles sob protecção e dependentes das agências humanitárias estariam condenados a uma realidade idêntica enquanto aguardavam pela oportunidade de regressar à Argélia.

Efectivamente, em Março, o ACNUR via-se obrigado a apelar novamente à assistência, dirigindo-se somente à França e aos Estados Unidos. As contribuições dos dois países - nova tranche de 250.000 por parte do governo de Paris e 600.000 dólares do governo norte-americano - permitiriam um stock de recursos suficientes para seis meses e meio, ou seja, até Novembro de 1960, tendo como base o racionamento providenciado durante o Inverno e o aumento mensal de

⁷⁴³ Telegrama de H. de Bourdeille para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 25 de Junho de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁴⁴ Telegrama da Embaixada de França em Rabat para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 11 de Dezembro de 1959, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁴⁵ Em Fevereiro, a Liga pediu a divulgação de 250.000 refugiados para efeitos de planeamento, orçamento e angariação de fundos. Carta de Henry Dunning para Alto-Comissário, de 25 de Fevereiro de 1960, doc. 661, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

distribuições para 275.000 segundo a LSCV⁷⁴⁶. As divergências entre o ACNUR e a Liga eram notórias nos primeiros meses do ano. A discórdia relativamente ao efectivo de refugiados permanecia. A Liga utilizava os dados apresentados pelas autoridades locais no terreno, enquanto o ACNUR se guiava pelos números das autoridades centrais, apesar de divulgar um efectivo mais baixo. O Alto-Comissariado insistia no facto de ser necessário excluir as tribos nómadas que não tinham sido perturbadas pelos acontecimentos na Argélia e que procuravam tirar vantagens da assistência humanitária, bem como grupos que já vivam em Marrocos e na Tunísia antes do início do conflito⁷⁴⁷. Na óptica da agência era imperioso esclarecer que não se tratava de critérios de elegibilidade, mas operacionais, porque estes grupos não necessitavam de assistência⁷⁴⁸. Outra questão divisora estava relacionada com a participação de outras ONGs na acção humanitária. Enquanto o ACNUR era favorável, a Liga advogava uma espécie de monopólio da assistência por motivos organizacionais, defendendo que a participação de outros organismos deveria passar pelo escrutínio das autoridades centrais dos Estados de acolhimento⁷⁴⁹. Após meses de tensão entre as duas organizações, o ACNUR concordou aumentar a base de cálculo de racionamento para 255.000 refugiados, enquanto a Liga se encarregaria de pressionar as autoridades marroquinas e tunisinas para seleccionarem criteriosamente os refugiados⁷⁵⁰. Mais tarde, e depois de receber os números oficiais marroquinos - 120.000 - e tunisinos - 155.000 - o ACNUR concordou em utilizar uma base de 275.000 refugiados para planeamento⁷⁵¹. Quanto à participação de ONGs na assistência no terreno, foi acordado, em conformidade com os Estados de acolhimento, que estas

⁷⁴⁶ Memorando de F. J. Homann-Herimberg para Thomas Jamieson, de 1 de Abril de 1960, doc. 725, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷⁴⁷ Carta de August Lindt para Henry Dunning, de 20 de Abril de 1960, doc. 743, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷⁴⁸ Memorando de Thomas Jamieson para Representante ACNUR em Marrocos, de 21 de Abril de 1960, doc. 745, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷⁴⁹ Carta de Henry Dunning para Alto-Comissário, de 13 de Abril de 1960, doc. 741A, Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷⁵⁰ Carta de Thomas Jamieson para Ray Schaeffer, de 23 de Abril de 1960, doc. 747; e Carta de Ray Schaeffer para Thomas Jamieson, de 25 de Abril de 1960, doc. 750, ambos em Refugees in Morocco and Tunisia - General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 248, UNHCRA.

⁷⁵¹ Os números marroquinos eram indicados sem ter havido um recenseamento eficaz. Apesar de preocupado com uma possível situação de alocação indevida, o Alto-Comissário concordou com a alocação. A Liga acusou ainda o representante do ACNUR em Marrocos de ter bloqueado os registos de refugiados em Dezembro anterior, sem consultar os delegados da LSCV. Carta de August Lindt para Henry Dunning, de 23 de Maio de 1960, doc. 789; e Carta de Henry Dunning para August Lindt, de 9 de Junho de 1960, doc. 829, ambos em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

actuariam em programas específicos e que a Liga continuava responsável pelo programa de assistência básica⁷⁵².

Em Marrocos, onde o problema do desvio de recursos parecia mais grave, os refugiados tinham recebido recentemente vestuário e tinham acesso a serviços hospitalares e de educação nas mesmas condições que os cidadãos marroquinos. Mais tarde, o racionamento de arroz seria reduzido para metade como medida disciplinar aos refugiados que, não se adaptando ao produto, acabavam por vendê-lo no mercado negro⁷⁵³. O número superior de rações fornecidas relativamente ao número de refugiados era, no entanto, preocupante. Verifique-se que, segundo os dados fornecidos pelas autoridades, já de si não criteriosos, o efectivo de refugiados era de 120.000 e estavam a ser fornecidas 128.414 rações mensais⁷⁵⁴. Na Tunísia também havia um aumento considerável do número de rações distribuídas - 162.218 para um total de 155.000 refugiados. Numa carta de Ray Schaeffer, assistente do secretário-geral da LSCV para Thomas Jamieson, director executivo do ACNUR, o primeiro expressava a posição da Liga, desculpando-se «se a utilização destes números caus[ara] embaraço [ao ACNUR]», mas enfatizando que nunca consideraram o número de refugiados acordado para planeamento e orçamento como «o número real de rações» distribuídas. Este era um facto que não poderiam controlar a partir de Genebra, mas «não queriam criar problemas [...] publicando os números das distribuições reais a refugiados certificados na Tunísia e em Marrocos»⁷⁵⁵. Os agentes da Liga referiam ainda que existiam sérias dificuldades em excluir os grupos nómadas devido ao facto de um dos critérios estabelecidos para a obtenção de estatuto se prender com factores de «determinação e de vontade». Mormente, nenhuma das organizações poderia limitar a distribuição no terreno a refugiados certificados. O secretário-geral da LSCV afirmava que o problema se verificava sobretudo devido à incapacidade

⁷⁵² Carta de August Lindt para Henry Dunning, de 5 de Maio de 1960, doc. 763, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁵³ Carta de Homann-Herimberg para Alto-Comissário, de 27 de Junho de 1960, doc 865, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁵⁴ Compostas por 10kg de trigo, 2 kg de arroz, 400g de azeite, 400g de açúcar, 300g de leguminosas e 100g de sabão por pessoa e quatro garrafas de leite condensado por criança. O valor nutritivo diário era de 1540 calorias, sem ter em conta o leite condensado. Anexado a Nota do Primeiro Ministro, *Maroc. Aide internationale aux Algériens Réfugiés au Maroc*, de 17 de Junho de 1960, Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 205, ADLC.

⁷⁵⁵ Carta de Ray Schaeffer para Thomas Jamieson, de 14 de Julho de 1960, doc. 905, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

dos Estados de acolhimento em legislar efectivamente e exercer um controlo mais rigoroso⁷⁵⁶. Propunha então que fosse feita uma triagem dos cartões de recenseamento pelos delegados das duas organizações no terreno. Assim, em meados de 1960, as falhas de comunicação entre o ACNUR e a LSCV tornavam-se visíveis, agravadas em muito pela falta de capacidade para intervir nos processos de recenseamento controlados pelas autoridades dos Estados de acolhimento.

Apesar das divergências entre as duas organizações, as bases para a operação conjunta de assistência estavam estabelecidas um ano após o seu início nos dois Estados de acolhimento, beneficiando de vários factores. A desertificação das duas zonas interditas ao longo de ambas as fronteiras, parte da estratégia francesa de controle de movimentação e confinamento das populações, levava à relativa estagnação do fluxo de refugiados. Apesar de o ACNUR ter deixado de fazer apelos internacionais para a assistência aos refugiados argelinos, as verbas alocadas no âmbito do Ano Mundial do Refugiado - associadas a outras contribuições espontâneas e à resposta ao apelo da LSCV - ajudaram a contribuir para garantir a manutenção do plano alimentar básico e colocar em prática programas especiais. Finalmente, a permissão a ONGs para participar na assistência a refugiados em projectos específicos, a concessão aos refugiados de direito de acesso à saúde e educação em paridade com os cidadãos marroquinos e tunisinos e os encargos de parte das tarifas de transporte pelos Estados de acolhimento, permitia a concentração das duas organizações nos vários programas de assistência alimentar e bem-estar social desenvolvidos a partir de meados de 1959.

Resolução do conflito argelino e medidas de repatriamento

A chegada de Charles de Gaulle ao poder em 1958 trouxe um conjunto de mudanças na estratégia internacional e relativamente à resolução do conflito argelino. Desde 1955 que o general se posicionava favorável a uma alteração do modelo de vinculação da Argélia à metrópole⁷⁵⁷. A preferência pelo modelo de associação traduziu-se, depois da tomada de poder, numa política de abertura às reivindicações argelinas tanto em termos sócio-políticos como no respeitante à prossecução da guerra. Em 1958 foi implementado um modelo de colégio único e todos os

⁷⁵⁶ Carta de Henry Dunning para August Lindt, de 14 de Julho de 1960, doc. 906, em *Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCR.

⁷⁵⁷ Thénault, S., *Histoire de la guerre d'indépendance algérienne*, Paris: Éditions Flammarion, 2005, p. 166.

argelinos passaram a ser denominados como franceses, contrariando a retórica utilizada até então. O governo anunciou novos planos de desenvolvimento para o território ultramarino, com enfoque numa distribuição de recursos mais equitativa. No respeitante às políticas de conflito, foi abolido o estado de excepção, decidida a libertação de um conjunto importante de presos políticos encarcerados em prisões, campos de trânsito e de triagem - em Junho de 1959 contavam-se 17.500 internados em comparação com 20.500 em Abril de 1958 - e dada amnistia a cerca de 30 condenados à pena de morte. A reforma administrativa passou ainda pelo afastamento dos militares de cargos políticos, ainda que acompanhada de um reforço das medidas de combate pela implementação do Plano Challe. Paris aboliu ainda a tortura como medida de extração de informações, apesar de, localmente, existirem sérias dificuldades na implementação⁷⁵⁸. A 16 de Setembro de 1959, de Gaulle anunciou que chegara o momento das mulheres e homens argelinos decidirem livremente o seu destino, vendo como «necessário que se recorr[esse] à autodeterminação». Para isso, seria feito um referendo aos argelinos num período máximo de quatro anos, durante o qual seria implementado um conjunto de medidas que visassem o desenvolvimento socio-político dos argelinos. No referendo, mais tarde marcado para 1 de Julho de 1962, os argelinos poderiam escolher uma de três formas para continuação das suas relações com a França: a cessação, que significava a independência total, a «francisação completa» que daria a todos os cidadãos do território francês os mesmos direitos e deveres, ou um modelo de associação, caracterizado pelo auto-governo argelino em estreita cooperação com a França em áreas como a defesa, educação, economia e relações externas⁷⁵⁹. As medidas que procuravam o estabelecimento de um «novo clima» na Argélia reforçaram o discurso e, apesar de severamente criticadas pelos colonos, garantiram a Charles de Gaulle a credibilidade necessária para enveredar em negociações com a FLN⁷⁶⁰.

Em Junho de 1960 decorreram as primeiras negociações entre a França e os representantes do Governo Provisório Argelino. No encontro ficou estabelecido que os refugiados seriam chamados a votar no referendo após o acordo de paz entre os dois beligerantes, o que significava

⁷⁵⁸ A tortura continuaria a ser utilizada até ao final do conflito apesar das directivas do governo central. Klose, *Human Rights...*, 190.

⁷⁵⁹ *Allocution du général de Gaulle du 16 septembre 1959 en faveur de l'autodétermination*, video-allocation-discours, referência 00088, RTF, em <https://fresques.ina.fr/jalons/fiche-media/InaEdu00088/allocution-du-general-de-gaulle-du-16-septembre-1959-en-faveur-de-l-autodetermination.html>, acedido a 20 de Agosto de 2018.

⁷⁶⁰ S. Thénault, *Histoire de la guerre d'indépendance algérienne* (Paris: Éditions Flammarion, 2005), 166-171.

que o governo francês seria parte integrante nas operações de repatriamento⁷⁶¹. A solução surgia numa altura determinante. Por um lado, os recursos dos Estados de acolhimento para a manutenção dos refugiados nos seus territórios começavam a escassear. Há algum tempo que surgiam em Marrocos dificuldades para a concessão de tarifas aduaneiras e, no início de 1961, também o governo tunisino declarava não ter capacidade para disponibilizar mais fundos para a assistência aos refugiados⁷⁶². Por outro lado, August Lindt estava a ser severamente atacado pela imprensa argelina com ligação à FLN que o acusava de «observar um comportamento colonialista à instigação da França» e de dificultar toda a acção em benefício dos refugiados argelinos em Marrocos e na Tunísia. O jornal afirmava ainda que o grupo afro-asiático iria levar a questão das condições de vida dos refugiados à sessão seguinte da Assembleia Geral, denunciando os termos «virulentos da política injusta e reaccionária praticada pelo Dr. Lindt»⁷⁶³. A questão foi suprimida também pelo término de mandato de Lindt e nomeação de Felix Schnyder o cargo. Como primeira medida de aproximação ao resto do mundo, Schnyder indicou um iraniano, o Príncipe Sadrudin Aga-Khan, para seu adjunto, num momento em que o problema dos refugiados na Europa se tornava menos importante do que em África e na Ásia⁷⁶⁴.

Os recursos para o programa básico estavam assegurados até Junho, graças às contribuições dos Estados Unidos e da França, sendo necessários mais 1.3 milhões de dólares até ao final do ano. Para a subsistência dos programas complementares, o ACNUR tinha uma reserva 270.000 dólares devido aos fundos providenciados pelo Ano Mundial do Refugiado, faltando cerca de 500.000 dólares para a prossecução dos projectos até ao final do ano. Os programas de saúde e educação encontravam-se praticamente financiados. Relativamente aos projectos de distribuição de leite e refeições quentes, faltavam cerca de 410.000 dólares⁷⁶⁵. Para colmatar as deficiências, as duas

⁷⁶¹ Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para ACNUR Genebra, de 8 de Novembro de 1960, doc. 1059 B, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁶² Carta de Sadek Mokaddem para Felix Schnyder, de 28 de Março de 1961, doc. 1331, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁶³ Telegrama de Raoul-Duval para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 14 de Janeiro de 1961; e Telegrama da Embaixada Francesa em Rabat para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 19 de Janeiro de 1960, ambos em Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁶⁴ Telegrama de Cattand para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 13 de Fevereiro de 1961, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁶⁵ Relatório de Thomas Jamieson para Alto-Comissário, de 16 de Janeiro de 1961, doc. 1168, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

organizações responsáveis decidiam fazer um apelo limitado a certos governos no início do ano⁷⁶⁶, no entanto fica latente a insuficiência crónica de fundos para suprir as necessidades reais no terreno.

No decorrer do último ano de refúgio, as maiores preocupações das duas agências de assistência prendiam-se com: (1) o recenseamento efectivo que continuava por ser efectuado em Marrocos e que provocava diversos problemas, (2) o planeamento de um repatriamento ordeiro antes do referendo e possível assistência à integração nas suas comunidades, e, finalmente, (3) questões de ordem administrativa sobre o destino dos recursos materiais já alocados aos Estados de acolhimento.

A questão do recenseamento era prioritária. Por um lado, era necessário saber exactamente quantos refugiados seriam repatriados e, por outro, o relato de infrações em Marrocos e na Tunísia vinha mais uma vez alertar para a utilização indevida dos recursos. A denúncia das forças tunisinas a operar em Marrocos era relativa ao recrutamento de refugiados pelo ALN. O relatório informava que, nos meses anteriores, cerca de 12.000 refugiados estavam a ser treinados em campos militares. Na Tunísia estes refugiados também poderiam estar a receber recursos de forma indirecta⁷⁶⁷. Ao receber a informação, o Alto-Comissário pediu à Liga para averiguar e retificar prontamente a situação, por forma a manter a operação numa base estritamente humanitária. No respeitante à realidade marroquina, Schnyder solicitou com urgência um recenseamento credível por parte das autoridades⁷⁶⁸. Depois da averiguação do pedido do Alto-Comissário, e das diligências efectuadas no terreno pelo delegado-chefe da LSCV, o secretário-geral da Liga, informava que: (1) o recrutamento de refugiados na província de Oujda pelo ALN era um facto consumado; (2) estavam a ser tomadas medidas nos dois Estados de acolhimento para não dispensar recursos alimentares a estes homens⁷⁶⁹; (3) que o caso marroquino era mais complicado do que o caso tunisino pela falta

⁷⁶⁶ O ACNUR lançou apelo à Austrália, Áustria, Brasil, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Irão, Israel, Itália, Jugoslávia, Marrocos, Noruega, Reino Unido, República Federal Alemã, Santa Sé, Suécia, Suíça, Tunísia e Venezuela. Carta de Felix Schnyder para Conselheiro Federal de Berna, de 28 de Fevereiro de 1961, anexado a doc. 1265A, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁶⁷ Carta de Henrick Beer para Felix Schnyder, de 18 de Fevereiro de 1961, doc. 1243, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁶⁸ Carta de Felix Schnyder para Henrick Beer, de 15 de Fevereiro de 1961, doc. 1233, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁶⁹ Carta de Felix Schnyder para Henrick Beer, de 7 de Março de 1961, doc. 1279, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

de controle⁷⁷⁰; e (4) que o processo de recenseamento em Marrocos só teria início em Maio⁷⁷¹. Em Junho, Felix Schnyder fez a primeira missão ao Norte de África para averiguar o estado de saúde dos refugiados - que declarava ser satisfatório na Tunísia⁷⁷² - e saber as condições nas quais a operação de assistência estava a ser desenvolvida em Marrocos. O novo recenseamento indicava um total de 135.000 refugiados no país, 117.000 dos quais na província de Oujda e os restantes em Tafilalet⁷⁷³. A Tunísia reportava um efectivo de 171.790 refugiados. No entanto, no início de Julho, o representante do ACNUR em Rabat afirmava que só existiam efectivamente 50.000 refugiados argelinos no país. A diferença entre este efetivo e os números apresentados pelas autoridades residia no facto de serem contabilizados muitos marroquinos e tunisinos que viviam na Argélia antes do início das hostilidades e que haviam procurado refúgio no seu país de origem. A situação era tanto mais grave pela dificuldade em manter a distribuição de refeições ao mesmo nível nutricional: a Liga não tinha meios suficientes, tendo de comprometer algumas distribuições e as autoridades avançavam com números superiores ao que era relatado no ano anterior⁷⁷⁴. Assim, ACNUR enviou uma directiva para o terreno por forma a cortar imediatamente a distribuição de alimentos aos refugiados de origem marroquina, sugerindo que estes passassem para o programa de assistência do ICA⁷⁷⁵. A questão colocava também problemas face ao repatriamento. Era necessário distinguir se este último grupo estaria englobado no conjunto de refugiados a serem repatriados antes do referendo já que se colocava em dúvida a sua elegibilidade para votar o destino da Argélia. Concorrente a este problema estava o facto de ser muito difícil determinar a

⁷⁷⁰ O delegado do ACNUR na Tunísia certificara-se que as autoridades tunisinas tinham um registo do recrutamento, mesmo que parcial. No entanto, não conseguiam controlar os refugiados que se tinham alistado voluntariamente. Carta de Arnold Rørholt para Alto-Comissário, de 9 de Março de 1961, doc. 1307, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁷¹ O ACNUR tinha pedido que o recenseamento para retificação da situação fosse efectuado até 31 de Março, mas as autoridades marroquinas só autorizaram a medida em Abril. Carta de Henrick Beer para Felix Schnyder, de 25 de Março de 1961, doc. 1320; e Carta de Henrick Beer para Felix Schnyder, de 20 de Março de 1961, doc. 1308, em Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁷² Telegrama de Raoul-Duval para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 12 de Junho de 1961, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁷³ Telegrama de Roger Seydoux para Ministério dos Assuntos Exteriores, de 20 de Junho de 1961, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁷⁴ Carta de Gérard Raoul-Duval para Ministro dos Assuntos Exteriores, de 24 de Junho de 1961, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁷⁵ Carta de Franz Homann-Herimberg para Declan J. Dalton, de 7 de Julho de 1961, doc. 3, em Repatriation of Algerian Refugees, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

nacionalidade dos indivíduos, já que muitos não possuíam documentação⁷⁷⁶. Apesar da necessidade de serem implementadas medidas de corte de racionamento, o relatório de assistência para o ano de 1962 previa a distribuição de 128.000 rações em Marrocos e 172.000 na Tunísia, mantendo os grupos de marroquinos e tunisinos que tinham sido forçosamente deslocados. O orçamento previsto para esse ano era de 8.331.500 dólares⁷⁷⁷.

Repatriamento e assistência à reintegração

No início do Verão de 1961 decorreram uma série de reuniões entre as duas organizações e com as autoridades dos Estados de acolhimento para a estabelecer estratégias para o repatriamento dos refugiados. Com vista ao retorno em massa de cerca de 100.000 argelinos a partir de ambas as fronteiras, eram estabelecidas as seguintes modalidades de acção: implementação de «bases operacionais de partida» nos Estados de acolhimento; estabelecimento de centros de acolhimento na Argélia; determinação de lugares de origem dos refugiados; recrutamento de pessoal na Argélia; reforço do pessoal das agências no terreno; estabelecimento de vias de comunicação e transporte para retorno dos refugiados; fornecimento de tendas (cerca de 5000) para alojamento temporário dos refugiados nos centros de acolhimento; assistência na Argélia semelhante à providenciada nos Estados de acolhimento - programa básico alimentar, programa suplementar para crianças e alojamento temporário - com plano de distribuição baseado entre 1585 a 1755 calorias diárias e de estabelecimento de centros de distribuição de leite e de vitaminas (base em 800 crianças por centro)⁷⁷⁸. Para além da assistência aos ex-refugiados na Argélia, o programa desenvolvido pela Liga e ACNUR englobava a assistência a deslocados internos, providenciada pelas autoridades argelinas e pelo Estado francês que tinha iniciado o processo de desocupação dos campos de reagrupamento⁷⁷⁹. A medida de assistência a toda a

⁷⁷⁶ Memorando do Representante do ACNUR em Marrocos para ACNUR Genebra, de 8 de Julho de 1961, doc. 3 A, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁷⁷ Assembleia Geral das Nações Unidas, *Rapport sur l'Assistance aux Réfugiés d'Algérie au Maroc et en tunisie: Mise en oeuvre des résolutions de l'Assemblée Générale 1286 (XIII), 1389 (XIV) et 1500 (XV) - Budget d'Exécution pour la période comprise entre le 1er janvier 1962 et le 31 Décembre 1962*, A/AC.96/138, de 4 de Setembro de 1961, Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, Fundo MLA, Sub-fundo Algérie 210, ADLC.

⁷⁷⁸ Memorando de Thomas Jamieson para Representantes ACNUR em Marrocos e Tunísia, de 6 de Julho de 1961, doc. 2, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁷⁹ Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para ACNUR Genebra, de 11 de Julho de 1961, doc. 5, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

população civil deslocada surge como um passo importante para o alargamento da acção do ACNUR que só em 1993 seria formalmente autorizado a proteger e assistir deslocados internos⁷⁸⁰. No final do ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 1672 (XVI), pedindo ao Alto-Comissário para continuar a sua acção em cooperação com a LSCV até que os refugiados pudessem voltar para as suas casas, usar os meios à sua disposição para assistir no retorno dos refugiados e considerar a possibilidade de, quando necessário, facilitar o seu alojamento e, finalmente, persistir nos seus esforços para assegurar os recursos que lhe permitam completar a tarefa de repatriamento e assistência⁷⁸¹.

A 18 de Março de 1962 assinaram-se os Acordos de Évian, que estabeleciam o tratado de paz entre a Argélia e a França e o cessar fogo em território argelino. No Título VI do documento, publicado no *Journal Officiel de la République Française* de 20 de Março, estavam explanadas as medidas de repatriamento acordadas: seriam constituídas comissões tripartidas de repatriamento na Argélia e nos Estados de acolhimento constituídas por um alto-comissário francês, um segundo representante do executivo provisório argelino e o terceiro pelo ACNUR.

As diligências para o repatriamento foram imediatamente iniciadas tendo em vista o retorno da maioria de refugiados argelinos antes do referendo. Segundo os dados dos representantes do ACNUR nos Estados de acolhimento, o processo de repatriamento teria de ser efectuado à escala de 1000 pessoas por dia por forma a atingir o objectivo pretendido⁷⁸². Não obstante a curta janela temporal, as duas organizações não pouparam esforços para que o objectivo fosse realizado. Foram constituídas três comissões de repatriamento, uma central em Rocher Noir na Argélia, e duas sub-comissões nos Estados de Acolhimento, em Oujda e no Kef.

Em Março, a LSCV obteve os pontos-chave para os centros de passagem, bem como o efectivo de refugiados por região e local de destino na Argélia. O CVT e o CVA forneceram 20 camiões para transporte dos refugiados a partir da Tunísia⁷⁸³. O repatriamento seria realizado com

⁷⁸⁰ ACNUR, «UNHCR's mandate for refugees, stateless persons and IDPs», em *UNHCR Emergency Handbook*, versão 2.1, p. 5, <https://emergency.unhcr.org/entry/253224/unhcrs-mandate-for-refugees-stateless-persons-and-idps>, acedido a 12 de Fevereiro de 2019.

⁷⁸¹ A resolução foi aprovada por 78 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. Telegrama de Felix Schnyder para Representante ACNUR Tunísia, de 19 de Dezembro de 1961, doc. 1901, em *Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁸² Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para ACNUR Genebra, de 20 de Março de 1962, doc. 31, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁸³ Memorando de Felix Schnyder para P. M. Moussali, de 23 de Março de 1962, doc. 33, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

recurso aos caminhos de ferro e a 135 camiões⁷⁸⁴. Em Marrocos, os caminhos de ferro nacionais efectuariam o transporte da maioria dos refugiados situados em Oujda, outros seriam transportados por camiões da LSCV até aos sete pontos de passagem onde permaneceriam não mais de 24 horas. Depois seriam encaminhados para os seus locais de origem na Argélia ou para centros de acolhimento temporários, a cargo do Executivo Provisório Argelino⁷⁸⁵. Relativamente aos refugiados de origem marroquina, não estava, a princípio, previsto o repatriamento destes grupos, mesmo que filiados à FLN. Mais preocupante era o caso de cerca de 65.000 refugiados nómadas reclamados como cidadãos nacionais tanto pelo governo de Marrocos como pelo governo argelino, mas a questão, de foro político, seria deixada ao abrigo das autoridades dos dois Estados.

Na Argélia, planeava-se a constituição de vilas temporárias para os refugiados que não pudessem voltar imediatamente para as suas comunidades. Estas ficariam situadas perto dos seus locais de origem por forma a que pudessem reconstruir as suas habitações e recomeçar os trabalhos de plantio⁷⁸⁶. Nesses centros de recepção e alojamento temporário, seria providenciada assistência a cargo das autoridades argelinas.

Em Abril foram feitas as últimas distribuições mensais de alimentos pela Liga em Marrocos⁷⁸⁷, compostas por 12 kg de trigo, 200g de açúcar, 300g de leguminosas, 400g de azeite e ainda por 125g de sabão⁷⁸⁸. Na Tunísia, o procedimento ocorreu a 15 de Maio⁷⁸⁹. Os racionamentos tinham como intuito providenciar alimento aos refugiados durante os meses de Maio e Junho, quando a maioria já teria deixado os Estados de acolhimento. Os restantes recursos

⁷⁸⁴ *Opération de rapatriement des algériens réfugiés en Tunisie - Rapport sur l'activité de la Ligue*, anexado a Carta de J. P. Robert-Tissot para Thomas Jamieson, de 19 de Outubro de 1962, doc. 577, em Repatriation Algerian Refugees, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁸⁵ *Réfugiés Algériens, Reunion du vendredi 30 mars 1962 à 18h45*, anexado a Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para Alto-Comissário Adjunto, de 9 de Abril de 1962, Assistance to Algerian Refugees in Morocco, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁷⁸⁶ Memorando do Representante ACNUR em Marrocos para ACNUR Genebra, de 20 de Março de 1962, doc. 31, em Repatriation of Algerian Refugees, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁸⁷ Action Sheet de Thomas Jamieson para F. Homann-Herimberg, de 23 de Maio de 1962, doc 1431, Assistance to Algerian Refugees in Morocco, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 247, UNHCRA.

⁷⁸⁸ *Bericht über die Arbeiten der Heimschaffungskommission Oujda (Marokko) unter besonderer Berücksichtigung der an die Liga der Rotkreuzgesellschaften gestellten aufgaben*, anexado a Carta de J. P. Robert-Tissot para Thomas Jamieson, de 19 de Outubro de 1962, doc. 577, em Repatriation Algerian Refugees, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁸⁹ *Opération de rapatriement des algériens réfugiés en Tunisie - Rapport sur l'activité de la Ligue*, anexado a Carta de J. P. Robert-Tissot para Thomas Jamieson, de 19 de Outubro de 1962, doc. 577, em Repatriation Algerian Refugees, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

alimentares seriam providenciados na Argélia, onde estaria implementada uma segunda operação de assistência a partir de Agosto.

O repatriamento decorreu de forma célere e organizada. Em Marrocos, os argelinos foram repatriados de 10 de Maio a 25 de Julho. Os refugiados eram agrupados dos centros de partida para os pontos de passagem. A saber: de Oujda para Ferme Touboul ou para Colomb Béchar, de Beni Drar para Kat Klir, de Berguent para El Aricha, de Tendrara para Forthassa, de Figuig para Beni Ounif e de Tiouli para Sebdeu. Nos pontos de passagem estavam estabelecidos dispensários onde eram despistadas doenças contagiosas como a tuberculose, hepatite, avitaminose, sífilis, anemia, diabetes, otite, conjuntivite e pneumonia. De 10 de Maio a 30 de Junho foram repatriados 39.950 refugiados que puderam votar no referendo. No final do mês seguinte, aquando do término da operação, tinham sido repatriados 61.370 refugiados⁷⁹⁰. Na Tunísia foram estabelecidos nove pontos de partida - Ghardimaou, Sakiet, Bou Chebka, Kalaat es Senam, Haidra, Sidi Boubaker, Tabarka, Ain Soltane e Nefta. Os três primeiros centros estavam preparados para um fluxo diário de 1000 pessoas e os restantes para 500 pessoas. Todos os centros estavam equipados com dispensário e estações de distribuição de leite e de refeições quentes. Aos refugiados mais necessitados seria distribuído vestuário, cobertores e cerca de 12.000 tendas. O repatriamento teve início a 30 de Maio, sendo repatriados 74.407 refugiados até 1 de Julho. No mês seguinte foram repatriados mais 40.768⁷⁹¹. As discrepâncias nos números de repatriados antes e após 1 de Julho referem-se aos que não pediram para ser repatriados antes da data do referendo por não estarem seguros sobre o futuro da Argélia. Os grupos nómadas fizeram a travessia da fronteira a pé, alojando-se nas comunidades mais próximas mediante autorização de passagem da fronteira controlada pelo exército francês.

A partir do final de Julho e até 31 de Dezembro, a Liga responsabilizou-se pela assistência aos retornados sob a égide do *Programa Internacional de Assistência da LSCV nos Territórios Fronteiriços da Argélia* que compreendia um programa base destinado a fornecer à população recursos mínimos de natureza alimentar, vestuário, cobertores e sabão, e projectos complementares

⁷⁹⁰ *Bericht über die Arbeiten der Heimschaffungskommission Oujda (Marokko) unter besonderer Berücksichtigung der an die Liga der Rotkreuzgesellschaften gestellten Aufgaben*, anexado a Carta de J. P. Robert-Tissot para Thomas Jamieson, de 19 de Outubro de 1962, doc. 577, em *Repatriation Algerian Refugees*, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁹¹ *Opération de rapatriement des algériens réfugiés en Tunisie - Rapport sur l'activité de la Ligue*, anexado a Carta de J. P. Robert-Tissot para Thomas Jamieson, de 19 de Outubro de 1962, doc. 577, em *Repatriation Algerian Refugees*, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

- estabelecimento de estações de distribuição de leite para as crianças com idade inferior a 14 anos (abertas todos os dias); dispensários para complementar o equipamento mínimo das áreas de recepção (em funcionamento seis dias por semana), onde os cuidados administrados seriam gratuitos; casas para mulheres, onde poderiam desenvolver trabalhos de costura; e um programa de apoio agrícola pela distribuição de sementes e ferramentas. O papel do ACNUR seria novamente de divulgação internacional e angariação de fundos⁷⁹². Operacionalmente, os delegados da Liga dividiram as famílias em oito departamentos geográficos - Bone, Oasis, Tlemcen, Saida e Saoura perto das fronteiras, e Oran, Mostaganem e Tiaret no interior - e em três níveis de necessidade: famílias com recursos suficientes, famílias com recursos limitados e famílias completamente desprovidas de recursos. A este último grupo seriam distribuídos mensalmente recursos alimentares - 12kg de trigo, 500g de leguminosas, 500g de azeite, 400g de açúcar e 125g de sabão. Para as famílias com recursos limitados, os racionamentos mensais seriam distribuídos a 50%, com a excepção do azeite (150g). Os cobertores e vestuário seriam distribuídos no início do Inverno para os mais necessitados. O programa estava pensado para integrar um plano de «interesse geral» dentro do quadro de desenvolvimento económico e social, com o objectivo de facilitar a reintegração das populações. Assim, a distribuição de recursos estaria directamente ligada à participação das famílias visadas em programas de interesse geral concebidos e postos em prática pelas autoridades: reconstrução de estradas e vias de acesso, trabalhos hidráulicos, preparação de terrenos agrícolas e reflorestação⁷⁹³.

À revelia da LSCV, que pretendia ter o monopólio da assistência, as autoridades acordaram na participação de outras ONGs. Assim, o território argelino seria dividido em áreas de assistência, onde cada organização seria responsável pela provisão de alimentos às populações mais necessitadas englobando tanto ex-refugiados como a população local⁷⁹⁴. Deste modo, as ONGs ajudariam a colmatar as necessidades de 2.517.000 indivíduos que entravam na categoria de

⁷⁹² Memorando do Alto-Comissário para Representante ACNUR em Rocher Noir, de 19 de Julho de 1962, doc. 536, em Repatriation of Algerian Refugees, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁹³ Telegrama de J.D.R Kelly para Alto-Comissário, de 21 de Agosto de 1962, doc. 92, Rehabilitation Algerians, vol.1, Fundo 11, Série 1, Caixa 246, UNHCRA.

⁷⁹⁴ A Liga ficaria responsável, nos oito departamentos, por quatro milhões de pessoas, entre as quais 180.000 refugiados. A NCWC e a Cáritas pelas populações em Argel, Tizi Ouzou, Sétif, Orleansville e Medea; o Christian Council for Service in Algeria pelas regiões de Constantine e Batna, o AFSC pelo bairro de Celle no departamento de Constantine e o Radda Barnen pelas crianças na cidade de Oran. Carta s.a. para Thomas Jamieson, de 13 de Agosto de 1962, doc. 84A, Rehabilitation Algerians, vol.1, Fundo 11, Série 1, Caixa 246, UNHCRA.

desprovidos de recursos, de entre os 6.901.140 argelinos deslocados, dispersos por dez departamentos.

No terreno, as organizações de assistência humanitária enfrentaram novos desafios. Por um lado, os refugiados aparentavam estar em melhores condições de nutrição do que os grupos internamente deslocados. A população deslocada tinha sobrevivido com base num regime alimentar bastante mais frugal do que aquele concebido pela LSCV e ACNUR nos Estados de acolhimento⁷⁹⁵. A situação era confirmada por um delegado nutricionista da Organização Mundial de Saúde (OMS) que identificava quatro grupos populacionais a ter em atenção: (1) os grupos que iriam permanecer nos alojamentos, cujo estado de saúde era satisfatório, mas teriam necessidade de assistência na colheita seguinte; (2) os grupos que viviam em cabanas nas áreas onde tinham sido reagrupados, cujo estado de saúde, apesar de fraco, não era preocupante, dependiam totalmente de assistência nos seis meses seguintes ou até conseguirem reconstruir as suas habitações e iniciar a colheita nas suas comunidades; (3) aqueles que tinham retornado às suas comunidades e cujas habitações estavam completamente destruídas, vivendo perto das ruínas ou em cabanas e que necessitariam de apoio até à primeira colheita; e (4) uma grande parte da população desempregada, incluindo ex-refugiados, que se tinham instalado em bairros de lata perto das cidades, gerando um fenómeno de urbanização preocupante e que necessitariam de assistência completa nos meses seguintes. Entre os refugiados era também possível fazer distinção entre dois grupos: (1) os que retornaram às suas comunidades necessitavam de apoio até se tornarem auto-suficientes; e (2) os deslocados precisavam de assistência por um período mais alargado. Assim, o estado de saúde dos refugiados, apesar de melhor do que o da população geral, não deixava de causar inquietações devido às condições de alojamento precário a que estavam sujeitos. A maior preocupação era o aparecimento de epidemias que, afetando a população num estado de subnutrição crónica, levaria ao aumento das taxas de mortalidade, principalmente entre crianças. A solução passava pela integração de outros programas de desenvolvimento, nomeadamente na área da construção civil e produção agrícola⁷⁹⁶.

Assim, a partir de Agosto, foram implementados programas de desenvolvimento em várias áreas com a participação de outras agências das Nações Unidas. O Bureau de Assistência Técnica

⁷⁹⁵ Memorando de Gilbert Jaeger para Alto-Comissário, de 29 de Junho de 1962, doc. 485 A, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCR.

⁷⁹⁶ Memorando de J.D.R. Kelly para Alto-Comissário, de 17 de Agosto de 1962, doc. 89, *Rehabilitation Algerians*, vol.1, Fundo 11, Série 1, Caixa 246, UNHCR.

(TAB) enviou para o terreno um especialista para a construção e planeamento⁷⁹⁷; a UNICEF e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) assistiram no programa de desenvolvimento agrícola⁷⁹⁸; e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) iniciou um programa de assistência técnica por um período de dois anos no valor de 800.000 dólares⁷⁹⁹. A acção do ACNUR terminou em Dezembro de 1962, quando a assistência aos ex-refugiados e deslocados internos estava consolidada. Os programas de desenvolvimento social e económico no território seriam levados a cabo pelo sistema das Nações Unidas em estrita cooperação com o governo argelino.

Refugiados entre a politização da protecção e assistência

A questão dos refugiados argelinos na Tunísia e em Marrocos foi já identificada como um marco determinante para a universalização do sistema internacional de protecção e assistência aos refugiados. Se no respeitante à acção do CICV, se tratava de mais um caso de providenciar assistência onde nenhuma outra organização tinha capacidade para intervir, no sistema das Nações Unidas este seria o primeiro caso de intervenção do ACNUR fora do seu mandato inicial. Não obstante, o conflito argelino e, consequentemente, a situação dos refugiados nos Estados de acolhimento, colocaram sérios desafios à capacidade das organizações internacionais para desenvolverem os seus propósitos, tendo como base os princípios de neutralidade, imparcialidade e humanidade. Por um lado, ambas as organizações foram confrontadas com um cenário de pobreza extrema em Estados de acolhimento recentemente independentes, sem capacidade para providenciar um nível de vida digno tanto aos seus cidadãos, como aos refugiados que se encontravam no território. Por outro, a sua acção foi condicionada pelas sucessivas tentativas de politização da experiência de refúgio tanto por parte dos beligerantes como dos Estados de acolhimento. Finalmente, e como corolário da politização da questão dos refugiados, as organizações internacionais teriam sérias dificuldades em fazer respeitar os critérios jurídicos e operacionais que permitissem ter uma percepção clara do efectivo de refugiados nos dois países.

⁷⁹⁷ Memorando do Alto-Comissário para Representante ACNUR em Rocher Noir, de 19 de Julho de 1962, doc. 536, em *Repatriation of Algerian Refugees*, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 249, UNHCRA.

⁷⁹⁸ Memorando de J.D.R. Kelly para Alto-Comissário, de 14 de Agosto de 1962, doc. 85, *Rehabilitation Algerians*, vol.1, Fundo 11, Série 1, Caixa 246, UNHCRA.

⁷⁹⁹ P. M. Moussalli, Nota para arquivo, de 10 de Outubro de 1962, doc. 163, *Rehabilitation Algerians*, vol.1, Fundo 11, Série 1, Caixa 246, UNHCRA.

Assim, o espaço humanitário das organizações internacionais de assistência humanitária sofreu várias flutuações ao longo do conflito, marcadas, principalmente pela politização da questão humanitária.

O conflito argelino foi, desde cedo, estimulado pela forte política de internacionalização da FLN que procurava afirmar-se como um beligerante de direito e de facto e defensor da autodeterminação argelina face ao poder colonial. Desde o início, a anexação da Argélia aplicou medidas que desproviavam os autóctones de qualquer participação política efectiva e de direitos equiparados aos cidadãos da metrópole e aos colonos detentores da esfera de soberania local. Com a movimentação de refugiados para a Tunísia e Marrocos, a FLN rapidamente cooptou a necessidade de assistência nos territórios vizinhos, onde tinha bases operacionais, e aproveitou o contorno humanitário da situação para a denúncia das práticas francesas de perseguição e punição colectiva durante o estado de excepção. Ao mesmo tempo que providenciava assistência por via da Amicale ou do pretense CVA, a FLN acabou por tentar monopolizar uma série de recursos, refutando a assistência francesa via CICV e apropriando-se de parte dos donativos alocados aos refugiados para a condução da guerra de independência.

Na estratégia do movimento argelino, os dados sugerem dois factores determinantes. Por um lado, o apoio declarado de grande parte dos refugiados, que, em vários momentos, denunciaram as medidas francesas que motivaram fuga, renunciando a assistência por parte da metrópole. A crescente politização dos argelinos nas décadas anteriores ao início do conflito contribuía para a reivindicação dos refugiados como cidadãos argelinos, defendendo a posição de autodeterminação. Mormente, os Estados de acolhimento possibilitaram, ainda que de forma distinta, espaço para que a FLN pudesse manobrar operações militares a partir do seu território, e até responsabilidade pela providência de assistência aos refugiados localmente. Tanto na Tunísia como em Marrocos, os governos centrais não dispunham de meios para responder à crise humanitária que se verificava na fronteira com a Argélia, recorrendo tanto às organizações internacionais como aos organismos da FLN para tomarem a si a responsabilidade financeira da operação. As estratégias de manipulação do efectivo de refugiados para a obtenção de fundos internacionais foram várias vezes demonstradas durante o conflito.

A posição francesa veio também condicionar a acção das organizações internacionais de assistência humanitária. Num primeiro momento, os sucessivos governos da IV República insistiram no não reconhecimento dos argelinos na Tunísia e em Marrocos como refugiados e na

via do repatriamento como única solução possível para o problema. Foram múltiplas as tentativas de manipulação do CICV para que actuasse como agente mediador entre os três Estados para o repatriamento dos refugiados, ainda que à revelia da vontade dos mesmos, por forma a serem inseridos num modelo de controle de movimentação populacional em território argelino com recurso a medidas de confinamento e privação nos *centres de regroupement*. A estratégia de repatriamento tinha como objectivo eliminar a acção humanitária da FLN – apoiada local e internacionalmente - nos Estados de acolhimento, tendo como corolário a negação do controlo da experiência de refúgio por parte dos refugiados.

A repercussão dos bombardeamentos de Sakiet Sidi Youssef trouxe mudanças significativas no espaço humanitário. Por um lado, significou uma alteração da posição dos Estados de acolhimento no referente ao corte definitivo com as ligações de dependência com Paris, tomando a si maiores responsabilidades no respeitante ao apoio à FLN e protecção dos refugiados argelinos. Por outro, incrementou a divulgação da questão argelina na ONU – o caso foi levado a debate no Conselho de Segurança □ e imprensa internacional, conduzindo à queda da IV República. A partir de 1958, o governo de Charles de Gaulle tomou medidas não só no respeitante às políticas coloniais, como à necessidade de reforma constitucional francesa com implicações concretas para a manutenção do império. Finalmente, e relativamente aos refugiados, Paris tomou uma posição sem precedentes: para além de alargar o espaço interdito de fronteira ao longo de centenas de quilómetros, reivindicou o monopólio de assistência numa tentativa de conter a capacidade de intervenção externa de outros Estados na questão argelina pela via humanitária. Para isso, beneficiou da posição pouco ortodoxa de August Lindt. O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados estabeleceu acordos com Paris que visavam o fim dos apelos internacionais em benefício dos refugiados argelinos com a garantia de que seriam providenciados fundos por parte do Estado francês que, desta forma, tinha base de negociação para exigir que se retomassem conversações sobre o repatriamento a partir do ACNUR. A questão não é de somenos se se tiver em conta que a actuação das organizações internacionais em benefício dos refugiados está, em princípio, limitada a uma conduta apolítica e puramente humanitária. Lindt tomou uma posição que, como se verificou, apesar de garantir uma assistência básica aos refugiados, adjuvava, por um lado, a política internacional francesa de afirmação como garante da protecção dos argelinos num momento de clara ruptura face ao poder colonial e de encobrimento das medidas de coerção implementadas na Argélia a grande parte da população autóctone; e, por outro, acabava

por limitar a possibilidade de os refugiados terem acesso a maior quantidade e diversificação de recursos quando em estado de mera sobrevivência que impressionava a comunidade internacional pela extrema miséria.

Tanto o CICV como o ACNUR foram seriamente condicionados pelas estratégias políticas dos beligerantes na tentativa de apropriação da questão humanitária para fins políticos. Se num primeiro momento se denota a necessidade dos altos-responsáveis do CICV de informar a França sobre as suas intenções de intervir em benefício dos refugiados, e depois colocado no centro da disputa política de ambos os beligerantes, o Alto-Comissariado foi cooptado pela estratégia de Charles de Gaulle de limpar a imagem francesa em relação ao conflito argelino. Mormente, as duas organizações e a LSCV, enfrentaram dificuldades operacionais relacionadas ou não com a politização da questão dos refugiados argelinos. Primeiramente, operavam em condições insuficientes para garantir a eficiência das várias operações de assistência. As condições do terreno - dispersão dos refugiados em áreas inóspitas e de conflito, e falta de documentação que permitisse aferir que indivíduos estavam ao abrigo do Estatuto de Refugiado - aliadas a limitações financeiras e aos abusos tanto da FLN como dos Estados de acolhimento relativamente à alocação dos recursos, condicionaram fortemente as estratégias de assistência. Este facto verifica-se tanto pela estratégia de provisionamento em missões regulares, mas pontuais, como no atraso de medidas que permitissem uma acção de assistência básica eficiente - como a formulação de estações de distribuição de leite e refeições quentes - e adaptada à realidade das populações magrebínas, de medidas que permitissem aos refugiados sair da esfera da dependência crónica e ainda pelas contínuas dificuldades no recenseamento eficiente dos refugiados durante as diferentes operações.

Depois, as políticas dos vários mecanismos internacionais revelam um choque recorrente entre as responsabilidades e posições que tomavam em relação à situação dos refugiados argelinos. Verificaram-se, por um lado, múltiplos diferendos quanto à sobreposição de responsabilidades e competências entre as organizações do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e ainda quanto ao papel do ACNUR e cooperação com o CICV e a LSCV. Por outro lado, ficaram claras as divergências entre os agentes da LSCV no terreno e os do ACNUR em Genebra no que diz respeito a estratégias de controle da assistência - no caso, a participação de ONGs no esforço de assistência e a divulgação do efectivo de refugiados e consequente alocação de recursos - mas também a cooperação com as Sociedades Nacionais locais.

Importante também é considerar a perplexidade que a situação de miséria dos refugiados causava repetitivamente nos agentes externos, corroborada pela contínua escassez de recursos. Estes grupos de indivíduos, apesar de conservarem a liberdade de movimentos e poderem fixar-se autonomamente na maioria dos casos, não tinham qualquer capacidade para sair da dependência da assistência humanitária, limitada a recursos suficientes para uma subsistência ao nível da população local que partilhava uma existência precária. Mormente, e mais preocupante, era o facto de estes indivíduos sofrerem continuamente abusos por parte de ambos os beligerantes em território de refúgio. Foram vários os relatos de ataques das tropas francesas na Tunísia e em Marrocos e de desvios de recursos e cooptação para a luta armada por parte do ALN e da FLN. Retornados depois do final do conflito, os refugiados teriam de enfrentar uma Argélia dilacerada, continuando a depender da assistência internacional para a sua sobrevivência e reconstrução do seu *modus vivendi*.

Se os refugiados argelinos estavam em melhores condições nutricionais e de saúde do que a população que havia permanecido no território, deve-se tanto aos esforços de assistência como ao facto de que estes últimos estarem dependentes não de organismos humanitários, mas do poder local que, tal como acontecera no caso queniano, via nas populações autóctones, mais do que cidadãos franceses por direito, uma ameaça à segurança e manutenção do império, baseada em dinâmicas de alteridade fixadas na ideia do autóctone como *outro* desprezado social e politicamente, realidade à qual aqueles que procuraram refúgio pretendiam escapar.

CAPÍTULO V

(DES)CONTROLO DA EXPERIÊNCIA DE REFÚGIO - A ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS ANGOLANOS NO CONGO E NA ZÂMBIA

*I saw many refugees who complained and tried to understand why they were not given an opportunity of getting out of what was really a subsistence economy, of simply planting seeds and collecting the crops and again planting whatever they could save and going like this forever.*⁸⁰⁰

*In fact we are not regarded as human beings, because we ran away from our mother land, and we have nowhere to go, nowhere to complain, and it is only the United Nations which can treat us as people. [...] As refugees we have to be treated as people now we have turned as victims of Zambia.*⁸⁰¹

O deflagrar do conflito angolano em Março de 1961 surgiu num momento em que a comunidade internacional reforçava os debates sobre a autodeterminação dos povos e da concepção de universalidade dos direitos humanos. A emancipação de um conjunto de Estados do jugo europeu durante a década de 1950, aliada às repercussões do conflito argelino e à proclamação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais⁸⁰², mas também a mudanças estratégicas imperiais, criaram um ambiente adverso à defesa da manutenção do império português em África⁸⁰³. O caso angolano foi frequentemente debatido na ONU e em conferências regionais e internacionais, demonstrando um considerável nível de divulgação e

⁸⁰⁰ *Oral Report of the Deputy High Commissioner Prince Sadrudin Aga-Khan*, de 7 de Outubro de 1963, em *Refugees Africa, Refugees Angola, East Pakistan*, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, em IFRCA.

⁸⁰¹ *Complaint about camp conditions at Maheba Refugee Camp, Zambia, Africa*, de 1 de Março de 1972, doc. 122, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCR.

⁸⁰² Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada a 14 de Dezembro de 1960.

⁸⁰³ A. E. Duarte Silva, «O Litígio entre Portugal e a ONU: 1960-1974», *Análise Social*, vol. 30., n. 130 (1995), 5-50.

preocupação com a situação nos territórios sob administração portuguesa⁸⁰⁴. Não obstante, o conflito angolano ficou conotado com um certo secretismo pela falta de informação relativa às manobras militares no terreno⁸⁰⁵ e à experiência das populações locais que permaneceram ou deixaram o território.

No presente capítulo pretende-se compreender as experiências do refugiado angolano em vários momentos do conflito nos dois Estados de acolhimento que receberam maiores fluxos - Congo Leopoldville e Zâmbia -, procurando problematizar estratégias e ideários internacionais transpostos para o terreno pelos actores internacionais de assistência humanitária em novas geografias⁸⁰⁶. Como lidaram as agências de assistência com a situação dos refugiados nos principais Estados de acolhimento adjacentes à fronteira angolana? Quais as estratégias de assistência e cooperação das organizações humanitárias nestes territórios? Que desafios encontraram estes organismos à operacionalização da assistência? Qual a situação dos refugiados durante os treze anos de guerra colonial em Angola?

Terreno inóspito - dinâmicas sócio-laborais e migratórias na Angola do imediato *ante* guerra

No Norte de Angola, a migração como meio de fuga a um sistema colonial repressivo, caracterizado pelo trabalho forçado e alienação social e política, foi identificado a partir do início da década de 1950. Se muitos autóctones recorriam a migrações sazonais para os Congos em busca de melhores condições de trabalho, outros saíam do território angolano de forma permanente para fugir à repressão. A fluidez da fronteira permitia estas movimentações antes e depois da independência dos territórios vizinhos em 1960.

Nesse ano decorreram várias inspeções dos Serviços Administrativos e dos Negócios Índigenas nos distritos de Angola. Nos relatórios de inspeção no Norte de Angola, de onde saíam os primeiros fluxos de refugiados, ficava clara, na secção denominada *política indígena*, a

⁸⁰⁴ Para uma análise dos debates sobre a questão colonial na Organização das Nações Unidas veja-se: A. Santos, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa* (Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2017); Duarte Silva, «O Litígio...», 5-50; J. C. L. Marques, «Sob o Signo do Artigo 73: A política Colonial do "Estado Novo" Português Orgulhosamente só na ONU (1955-1974)» (Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, 2011).

⁸⁰⁵ Artigo, «Angola: La guerre la plus secrète du monde dure depuis de cinq ans», *France Soir*, de 28 de Dezembro de 1966, doc. 551, em *Refugees from Angola General* vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 16, UNHCR.

⁸⁰⁶ O pedido de assistência para os refugiados angolanos feito pelo Presidente da República do Congo Leopoldville em 1961 foi o primeiro que se debruçava sobre o cenário da África sub-saariana.

preocupação das autoridades administrativas em torno de um conjunto de questões: a falta de infraestruturas para a população autóctone, a não aplicação do *Código de Trabalho Indígena* e a captação de vários focos dissidentes entre as populações Bakongo que habitavam na região. Vários inspectores frisaram a insuficiência de infraestruturas, nomeadamente para garantir o acesso das populações locais à educação e à saúde - falta de condições básicas de higiene nas escolas; insuficiência de formação técnica e dependência dos serviços educativos das missões católicas e protestantes⁸⁰⁷; falta de médicos e necessidade de reforma das instalações de saúde⁸⁰⁸.

Enquanto nos relatórios os problemas da estrutura administrativa surgem como meros apontamentos a ser resolvidos, muita tinta correu, no entanto, sobre a questão do trabalho, mostrando divergências entre as diretivas administrativas centrais e a política das autoridades locais. No relatório sobre o Distrito do Congo, o inspector superior José Ferreira Martins mostrava-se melindrado pelas medidas implementadas para lidar com a questão do trabalho: o «Código de Trabalho Indígena foi [...] posto de lado, simplesmente porque é uma lei para protecção dos voluntários do trabalho», e as autoridades continuavam a vender os indígenas para culturas consideradas «obrigatórias». Segundo o governador Hélio Felgas, era «muito cedo para se instituir em Angola o trabalho livre» pois «tais voluntários não existem». O trabalho forçado era, assim, «aberta e claramente estabelecido»⁸⁰⁹. Tanto este como outros relatórios sobre os concelhos do distrito descrevem uma situação que afetava comunidades inteiras. Os chefes gentílicos eram obrigados a apresentar os trabalhadores às autoridades para serem vendidos - «1800\$00... por bípede!» - aos produtores de algodão e café, e punidos se não apresentassem mão-de-obra suficiente⁸¹⁰. As mulheres e «raparigas novas» trabalhavam gratuitamente para os chefes de postos ou nas estradas, sem receberem alimentação e expostas «a graves abusos e violências»⁸¹¹. As

⁸⁰⁷ Joaquim Henriques, *Relatório da Inspecção ao Concelho de Sto. António do Zaire - 1960*, p. 95, em MU_ISAU_A.2.49.003/45.00308, AHU.

⁸⁰⁸ José Diogo Ferreira Martins, *Parecer e Relatório do Distrito do Congo - 1960*, pp. 73 e 79, em MU_ISAU_A.2.49.002/39.00247, AHU.

⁸⁰⁹ José Diogo Ferreira Martins, *Parecer e Relatório do Distrito do Congo - 1960*, pp. 2-9, em MU_ISAU_A.2.49.002/39.00247, AHU.

⁸¹⁰ José Diogo Ferreira Martins, *Parecer e Relatório do Distrito do Congo - 1960*, p. 34, em MU_ISAU_A.2.49.002/39.00247, AHU. Para exemplos sobre os desenvolvimentos da política colonial na viragem para a década de 1960 e sobre os acontecimentos de 1961, veja-se: Curto et al., *Políticas coloniais...*, 2016 e A. Keese, «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa do Cassange e no Distrito do Congo (Angola), 1957-1961», *Africana Studia*, n.7 (2004) 247-276.

⁸¹¹ Joaquim Henriques, *Relatório da Inspecção ao Concelho de Sto. António do Zaire - 1960*, pp. 91-92, em MU_ISAU_A.2.49.003/45.00308, AHU.

crianças eram «obrigadas a permanecer nas explorações agrícolas durante três meses, para colherem café»⁸¹², prejudicando o seu progresso escolar.

Apesar de não deixarem de ter um discurso racista, e por vezes de legitimação da necessidade do trabalho compelido, os vários inspectores insistiram na ilegalidade da política em vigor⁸¹³. Esta questão, agravada pela migração portuguesa para o território⁸¹⁴, não só impulsionava a emigração autóctone para o recentemente independente Congo Leopoldville⁸¹⁵, ou a fuga para as matas e outros distritos vizinhos, como representava a maior causa de descontentamento entre a população, e pressionava a posição externa portuguesa. Os inspectores sugeriram três medidas para a resolução do problema: reforma nos cargos administrativos, abolição *de facto* do trabalho forçado e actuação mais próxima junto das autoridades gentílicas. Nos relatórios fica também expresso um certo desconhecimento das actividades dos movimentos de independência angolanos que actuavam a partir do Congo Leopoldville e que preparavam a luta armada⁸¹⁶.

Nos primeiros meses de 1961, a revolta dos campos algodoeiros na Baixa do Cassange e os ataques em Luanda surpreenderam as autoridades locais⁸¹⁷. Na metrópole, levantaram-se vozes contra a crescente liberdade dos autóctones em Angola que vinha «do tempo em que o Governador Freitas Morna fazia discursos a pretos boçais dizendo-lhes que tinham os mesmos direitos que os brancos». Culpavam-se os altos funcionários e a polícia que «não conheciam a mentalidade indígena». Os «brancos que nunca tiveram medo dos pretos [estavam] resolvidos a reagir ainda com maior violência»⁸¹⁸.

⁸¹² Joaquim Henriques, *Relatório da Inspeção ao Concelho do Negage - 1960*, p. 144, em MU_ISAU_A.2.49.003/45.00308, AHU.

⁸¹³ O inspector Eduardo Lapido Loureiro enfatizava que apesar das «injustiças, arbitrariedades, venalidades, [...] nem tudo foi mau e alguma coisa resulta de útil: a habituação do preto ao trabalho». Eduardo B. Lapido Loureiro, *Relatório da Inspeção ao Concelho do Cuango - 1960*, p. 87, em MU_ISAU_A.2.49.003/46.00327, AHU.

⁸¹⁴ Para uma análise detalhada da política de migração da metrópole para as colónias veja-se C. Castelo, «Migração ultramarina: contradições e constrangimentos», *Ler História*, n.º 56 (2009) 69-82; ou, da mesma autora, C. Castelo. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)* (Porto: Edições Afrontamento, 2007).

⁸¹⁵ Eduardo B. Lapido Loureiro, *Relatório da Inspeção ao Concelho do Congo - 1960*, p. 71, em MU_ISAU_A.2.49.005/56.00424, AHU.

⁸¹⁶ Um dos relatórios apresenta algum detalhe sobre as ideias da ABAKO e de unificação do Reino do Congo, mas acaba por deixar de lado essa premissa devido à independência e manutenção territorial dos vizinhos Congos, e faz alusão a algumas movimentações da UPA já em Dezembro de 1960 quando foram iniciadas as revoltas na Baixa do Cassange. Joaquim Henriques, *Relatório da Inspeção ao Concelho de Sto. António do Zaire - 1960*, pp. 132-134, em MU_ISAU_A.2.49.003/45.00308, AHU.

⁸¹⁷ Keese, «Dos abusos...», 269.

⁸¹⁸ «Situação em Angola», Carta ao Director do Diário de Notícias, de 8 de Fevereiro de 1961, em Arquivo Salazar, UL-57, Caixa. 852, pt.1, ANTT.

A população portuguesa no Norte de Angola aclamava por medidas decisivas face à «luta racial» que se fazia sentir. Estruturalmente, era urgente que a situação de grave crise económica fosse resolvida pela transferência de fundos há muito reivindicados, a criação de um sistema de crédito para os produtores agrícolas e um aceleração do fomento na província⁸¹⁹. No imediato, a população pedia a declaração de estado de emergência e rápida ocupação militar⁸²⁰. Os colonos estavam dispostos a reagir pelas armas, mas necessitavam de apoio e protecção contra as massas de trabalhadores que, a seu ver, fugiam das fazendas para se concentrarem e atacarem as povoações europeias⁸²¹. Assim, a posição da população colona em Angola revelou-se similar à dos colonos britânicos no Quénia: viam na população autóctone uma ameaça, fomentando políticas de perseguição e controlo colectivo, mas desconfiavam da capacidade dos agentes externos, metropolitanos ou internacionais, para lidar com uma realidade construída a partir de conceitos de alteridade locais, próprios de modelos de exploração diferenciadores.

Após o início dos confrontos entre a UPA⁸²² e as autoridades e colonos locais, milhares de africanos viram-se sem protecção. Nos meses seguintes, o conflito estendeu-se a toda a região noroeste de Angola. Os militares portugueses responderam à infiltração da UPA com bombardeamentos indiscriminados e batidas por terra, dizimando vilas inteiras. Em Junho, a UPA tinha um exército de 25.000 homens, multiplicando os ataques na região. O impacte psicológico da violência contra a população autóctone foi determinante: sem a protecção das armas dos colonos e ameaçadas de retaliações por parte do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), cujos ataques contra a população civil causaram milhares de mortos, as populações autóctones que não eram cooptadas para a luta armada procuravam refúgio nas matas ou nos territórios vizinhos.

Sem forma de subsistência e à mercê de *raides* portugueses ou da guerrilha, cerca de 9000 autóctones viam-se forçados a regressar das matas para o concelho de Carmona, distrito do Uíge. Ainda que o índice de criminalidade no distrito do vizinho Congo fosse reduzido nos dez anos

⁸¹⁹ «Situação interna em Angola. Pedido de medidas de Emergência», Telegrama das Associações Económicas de Luanda ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho de 16 de Março de 1961, em Arquivo Salazar, UL-39, Caixa. 835, pt.8, ANTT.

⁸²⁰ «Situação interna em Angola. Pedido de medidas de Emergência», Telegrama da Delegação Regional do Congo das Associações dos Agricultores de Angola para o Ministro do Ultramar, de 30 de Março de 1961, em Arquivo Salazar, UL-39, Caixa. 835, pt.8, ANTT.

⁸²¹ «Situação interna em Angola. Pedido de medidas de Emergência», Carta (s.n.) de 31 de Março de 1961, em Arquivo Salazar, UL-39, Caixa. 835, pt.8, ANTT.

⁸²² A União dos Povos de Angola alteraria a sua nomenclatura logo em 1961, aquando da absorção de um outro movimento, para Frente Nacional de Libertação de Angola, mas a referência à UPA continuou a ser utilizada. Por este motivo, utiliza-se neste estudo ambas as designações de acordo com a forma como estão nas fontes consultadas.

anteriores, o regresso foi visto pelas autoridades locais com desconfiança. A delegação de Angola da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) alertou o ministro do ultramar para a ausência de jovens do sexo masculino no grupo⁸²³, mas o receio de infiltração por parte de membros da UPA, sobrepunha-se. Assim, as autoridades enveredaram por uma política de reintegração e controlo de movimentos da população. A 4 de Novembro de 1961 chegou uma diretiva clara a Luanda: seriam construídas duas regedorias - na nomenclatura oficial para aldeamentos -, uma em Quicala e outra em Cunga, que concentrariam os milhares de indivíduos, agrupados consoante a sua tribo de origem. Nestes complexos, ficariam à mercê de políticas de acção psicossocial e de recuperação, que passavam por demonstrações de disciplina e correção⁸²⁴.

A política seguida pela nova elite ministerial do Estado Novo apresentava uma série de dinâmicas contraditórias entre discurso e *praxis*. As medidas coercivas contrastavam com uma retórica de negociação e assimilação, que se focava, por um lado, na melhoria das relações entre colonos e africanos e, por outro, em políticas de cariz reformista a partir da metrópole. Exemplos foram a revogação do Estatuto do Indigenato⁸²⁵ ou a criação das Juntas Provinciais de Povoamento em Angola e Moçambique⁸²⁶. Assim, à tendência assimilacionista de «destribalização» baseada nas teorias do luso-tropicalismo, que parecia refrear o antagonismo e a repressão entre os diferentes grupos sociais em Angola, opunha o confinamento e segregação populacional em aldeamentos⁸²⁷.

A permanência no Norte de Angola não era viável a longo prazo. Por um lado, as populações estavam sujeitas a ataques por parte dos beligerantes ou a sucumbirem devido à falta de meios de subsistência. Por outro, voltar para as regiões habitadas significava a submissão a estratégias de confinamento populacional e pressões físicas e psicológicas por parte das

⁸²³ Informação Secreta n.º 1680/61-G.U. «O regresso das populações aborígenes ao Norte de Angola» MU_GM_GNP_166_Pt.3 - AHU, em Curto *et al.*, *Políticas coloniais...*, 243.

⁸²⁴ Para uma análise da implementação do sistema de regedorias em Angola veja-se B. Cruz e D. Curto, «The Good and Bad Concentration: *Regedorias* in Angola», *Potuguese Studies Review* (vol. 25, n.º 1, 2017) 205-231.

⁸²⁵ O Decreto n.º 44310, de 27 de Abril de 1962, abolia o Código do Trabalho Indígena substituindo-o pelo Código de Trabalho Rural. Diário do Governo n.º 95/1962, 1.º Suplemento, Série I de 1962-04-27, em https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/63794/details/maximized?p_auth=3XHOTJwP&serie=I&search=Pesquisar&ano=1962&perPage=100&types=DR, acessado a 28 de Setembro de 2015.

⁸²⁶ Decreto-lei n.º 43895 de 6 de Setembro de 1961, Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06, em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/180994/details/maximized?sort=whenSearchable&q=Constituição+da+República+Portuguesa&sortOrder=A SC>, acessado a 28 de Setembro de 2015.

⁸²⁷ Para uma análise mais detalhada sobre as políticas seguidas pelo Estado Novo em reposta ao retorno dos «refugiados da mata» veja-se: Curto *et al.*, *Políticas coloniais...*, 235-278.

autoridades locais e dos colonos portugueses. Desta forma, muitos angolanos recorreram, mais cedo ou mais tarde⁸²⁸, à passagem da fronteira, refugiando-se em comunidades limítrofes com as quais tinham ligações étnicas. Num relatório confidencial sobre a questão dos refugiados angolanos, era advogado que «a presença de uma massa considerável de refugiados de Angola [no Congo] é altamente inconveniente porque: a) Fornece argumentos aos adversários de Portugal para atacar a nossa política ultramarina, apresentando os refugiados como vítimas dos métodos portugueses de convívio com as populações nativas e o modo como foi conduzida a repressão do terrorismo que é qualificado como um ‘levantamento nacional’; b) Permite à U.P.A. e ao M.P.L.A. uma massa de recrutamento [...]; c) Dificulta a normalização dos recursos económicos, mas também (e talvez seja este o aspecto mais importante a considerar) porque impede o funcionamento normal das instituições sociais nativas».⁸²⁹ A partir desse momento, os refugiados angolanos estiveram no centro das tentativas de cooptação por parte da UPA e do Estado português.

Congo: primeira operação de assistência - estratégias de emergência e auto-suficiência

Após a independência a 30 de Junho de 1960, o Congo Leopoldville foi marcado por conflitos etno-políticos violentos que levaram à estagnação económica do Estado e à intervenção das forças da ONU para a imposição de paz no terreno. A tentativa de cessação do Catanga entre 1960 e 1964 criou um ambiente de violência e perseguição que se traduziu numa situação grave de deslocamentos internos dos povos Baluba para a província de Kasai⁸³⁰, impulsionando um flagelo humanitário na região. Também a leste, os Balubakat deslocaram-se para a província de Kivu, onde se juntaram, mais tarde, milhares de Watutsi que procuravam refúgio no Congo devido à violência e perseguição no Ruanda. Desde Julho de 1960, actuavam no terreno 47 equipas de cirurgiões, médicos e enfermeiros de 22 países sob a alçada da LSCV⁸³¹ para dar resposta às várias situações de emergência humanitária.

⁸²⁸ Como será explanado mais adiante, foram vários os fluxos de refugiados a entrarem no Congo e, mais tarde na Zâmbia, aquando do alastramento do conflito para o Leste angolano.

⁸²⁹ S.A. *Refugiados de Angola*, 1961, em Relatório sobre os Refugiados de Angola, PT/AHD/3/MU-GM/GNP/RNP/0032/01791, AHD.

⁸³⁰ Os cerca de 250.000 Balubas deslocados foram considerados refugiados pela LSCV e recebiam assistência básica.

⁸³¹ Comunicado de imprensa 1961-10, *U.N. Secretary General expresses thanks for Red Cross medical teams staffing Congo hospitals*, de 1 de Fevereiro de 1961, em Congo 22/1/2 Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

A grave crise humanitária estendeu-se às regiões a sul e a leste do Congo com a concessão de asilo a milhares angolanos que se instalaram a sul da província de Leopoldville, menos atingida pelo flagelo da guerra civil. O primeiro influxo registado de refugiados procurou a rota São Salvador - Noqui para se alojar na região fronteiriça entre Matadi e Songololo⁸³². Na perspectiva portuguesa, os angolanos deslocavam-se para o Congo por influência dos movimentos de libertação apesar das acções de «limpeza» na região com recurso indiscriminado a bombardeamentos e queimadas⁸³³. Acresciam ainda os maus tratos e tortura infligidos em prisões e o trabalho escravo que permanecia prática corrente no distrito do Congo⁸³⁴. Segundo os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), em Matadi, elementos da UPA faziam pressão para que os «nativos portugueses» aí se refugassem, e os que desejassem voltar a território angolano eram persuadidos a não o fazer «visto a guerra estar próxima»⁸³⁵. De facto, a UPA parece ter ganho influência entre os grupos de refugiados, especialmente na região de Matadi, onde estavam estabelecidos campos de treino. A escala do recrutamento de refugiados para a luta armada não pode ser confirmada pela documentação dos vários arquivos mas as pistas dadas por informadores portugueses e autoridades congoleas apontam nesse sentido⁸³⁶.

Desafios da assistência de emergência - a actuação da LSCV no Congo

Matadi e Songololo seriam as primeiras regiões procuradas pelos refugiados, tornando-se grandes centros de recepção após o aumento do fluxo em número e extensão. Outras cidades e vilas acolheram também refugiados antes do Verão: Thysville a norte de Songololo, Popokabaka a leste, perto da fronteira com a província de Kasai, Boma, a oeste de Matadi e Tchela e Kimpese, perto da fronteira com Cabinda⁸³⁷. Nos primeiros meses, o fluxo para o Baixo Congo aumentou exponencialmente - de 6000 indivíduos no início de Abril para 127.000 em meados de Julho. A

⁸³² Informação n.º 753/61 de 16 de Maio de 1961, em Arquivo Salazar, NE-21, Caixa. 413, pt. 16, ANTT.

⁸³³ Informação n.º 1425/61 de 1 de Agosto de 1961, «Acusações dos missionários baptistas sobre atrocidades cometidas em Angola», em Arquivo Salazar, PC-81, capilha 1, 2ª subd., doc. n.º 65, ANTT.

⁸³⁴ Informação n.º 433/61-GU - *Considerações e informações de carácter geral quanto ao actual ambiente político da província de Angola*, de 18 de Abril de 1961, «Situação Política em Angola», em Arquivo Salazar, UL-34A, Caixa. 831, pt.3, ANTT.

⁸³⁵ Informação n.º 545/61-GU, de 18 de Abril de 1961, em Arquivo Salazar, NE-21, Caixa. 413, pt. 16, ANTT.

⁸³⁶ Informação n.º 753/61 de 16 de Maio de 1961, em Arquivo Salazar, NE-21, Caixa. 413, pt. 16, ANTT.

⁸³⁷ Veja-se Fotografia 1, em Anexo I.

população composta por crianças (66%), mulheres (20%) e homens (14%) na sua maioria idosos⁸³⁸, era assistida essencialmente pela população local que providenciava alimentação aos refugiados, abrigo e terrenos para o cultivo, o que contribuiria para a subsistência da população a médio e longo prazo⁸³⁹.

No terreno operavam também organizações de assistência locais de cariz confessional que, desde o início, enfrentaram um conjunto de desafios à assistência. As primeiras acções de assistência da Cáritas Congo em Maio foram frustradas pela falta de capacidade das autoridades congoleesas no fornecimento de transporte – os camiões militares disponibilizados pelo governo da província tinham sido retidos pelo exército⁸⁴⁰. No relatório de missão conjunta da Cáritas Congo com a LSCV, o secretário-geral daquela organização, Padre Cauwe, lamentava não haver uma estrutura de transporte eficiente na região⁸⁴¹, temendo o rápido esgotamento das reservas locais e consequente crise alimentar generalizada. As deficiências no transporte de alimentos e bens de primeira necessidade aliadas aos problemas de tomada de decisão entre as várias autoridades no Congo, estender-se-iam durante toda a operação de assistência humanitária que, nesta fase embrionária, necessitava de uma maior organização e de coordenação externa.

Os meios de assistência médica também se mostravam insuficientes. Apesar de o número de ferimentos graves ser reduzido e não se contabilizarem epidemias severas⁸⁴², a desnutrição e fadiga eram quadros comuns⁸⁴³. No mês de Junho, as equipas médicas das várias Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha deixaram o Congo, permanecendo apenas dois médicos polacos para

⁸³⁸ Carta de John Thelen para Ray Schaeffer, de 19 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸³⁹ Gösta Streijffert, *Rapport sommaire de la mission a Songololo du 12 au 15 de Mai 1961 par Monsieur Gösta Streijffert, délégué de la Ligue des Sociétés de la Croix Rouge pour le Congo*, de 16 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴⁰ Telex de Gösta Streijffert para Ray Schaeffer, de 4 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégué au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴¹ Tratava-se de 1000 cobertores, duas toneladas de arroz, caixas de carne enlatada no valor de 60.000 francos congolese, sardinhas e leite condensado, todos adquiridos localmente pela Cáritas à excepção do arroz que fora doado pelo programa belga Neue Bildpost. P. Cauwe, *Voyage d'information du R. P. Cauwe S. J. Secrétaire-Général Caritas-Congo, dans la région des réfugiés de l'Angola au Congo*, de 14 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴² O hospital de Kimpese tinha, em Maio, 35 refugiados internados, dos quais 30 apresentavam ferimentos de balas e baionetas. P. Cauwe, *Voyage d'information du R. P. Cauwe S. J. Secrétaire-Général Caritas-Congo, dans la région des réfugiés de l'Angola au Congo*, de 14 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴³ Gösta Streijffert, *Rapport sommaire de la mission a Songololo du 12 au 15 de Mai 1961 par Monsieur Gösta Streijffert, délégué de la Ligue des Sociétés de la Croix Rouge pour le Congo*, de 16 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

dar assistência aos refugiados na região⁸⁴⁴. Os representantes da Liga no terreno procuravam organizar a assistência e dar formação à incipiente CVC que conduzia a distribuição alimentar e assistência médica em Songololo e Songa, onde foram instalados um dispensário e um depósito de alimentos⁸⁴⁵. Se nos primeiros meses a situação parecia controlável - havia disponibilidade de recursos noutras regiões do Congo⁸⁴⁶ e os refugiados estavam instalados nas comunidades perto da fronteira, onde eram acolhidos pela população local que partilhava os escassos recursos que tinha⁸⁴⁷-, no início de Junho, a Liga reconhecia a necessidade de assistência internacional para evitar o agravamento da situação no Congo. Em muitas localidades os refugiados duplicavam a população local, provocando uma escassez alimentar generalizada⁸⁴⁸. O governo não tinha meios para lidar com a situação e era por isso necessário encontrar uma resposta eficiente para o problema.

A solução encontrada passava pelo recurso às estruturas de assistência local anteriormente pensadas para a população civil congoleza. Em Maio foram iniciadas conversações com a ONUC, a CVC, a AAPC, a Cáritas Congo (responsáveis pela coordenação das missões protestantes e católicas, respectivamente). A Liga ficava responsável pela coordenação da operação de assistência de emergência e pela angariação de fundos, a ONUC providenciava meios de assistência em géneros já disponíveis no terreno - 60 toneladas semanalmente - e apoio ao transporte dentro da região - 15 camiões grandes, sete camionetas e seis jeeps⁸⁴⁹ - tentando colmatar a ineficácia das autoridades nesta matéria. As missões religiosas e a CVC ficavam

⁸⁴⁴ Comunicado de imprensa 1961-25, *Angola refugees in Congo now number 127,000; influx continues*, de 14 de Julho de 1961, em Congo 22/1/2, Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

⁸⁴⁵ Dos bens de primeira necessidade e alimentos colocados à disposição da operação de assistência da CVC na região de Songa e Songololo (15 toneladas de arroz, três toneladas de açúcar, seis toneladas de leite, seis toneladas de peixe, três toneladas de feijão, 558kg de sal, 950kg de sabão, 230 cobertores e 250 utensílios de cozinha), já não restava que uma pequena quantia de leite e açúcar. Gösta Streijffert, *Rapport sommaire de la mission a Songololo du 12 au 15 de Mai 1961 par Monsieur Gösta Streijffert, délégué de la Ligue des Sociétés de la Croix Rouge pour le Congo*, de 16 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégués au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴⁶ Carta de John P. Thelen para Ray Schaeffer, de 19 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégués au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴⁷ Carta de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 27 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2, Délégué au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁴⁸ *Special Report on new relief problems in the Congo*, de 5 de Junho de 1961, em Congo 22/1/2, Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

⁸⁴⁹ Henrik Beer, *Interim Report on Angola Refugee Relief Operation*, de 4 de Julho de 1961, em Refugees Africa, Refugees Angola, East Pakistan, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

responsáveis pela distribuição dos recursos em áreas previamente estabelecidas⁸⁵⁰. Relativamente à cooperação com a Cáritas e a AAPC, havia uma separação clara de funções. A Liga não interferia na distribuição das agências fora do âmbito da Cruz Vermelha, a não ser para a sistematização do registo dos refugiados e respectivas distribuições. A mesma premissa vigorava para a angariação de fundos, notando-se uma certa desconfiança dos delegados da Liga face aos missionários locais responsáveis⁸⁵¹.

Apesar do crescente influxo de refugiados angolanos e das condições no Congo apresentarem desafios consideráveis à operação, nos meses da estação seca, o plano de assistência decorreu como previsto. As condições precárias e a degradação das estradas foram contornadas pelo empréstimo de camiões da ONUC. A a equipa da LSCV foi reforçada com o recrutamento de três especialistas para a região dos refugiados angolanos⁸⁵² e, apesar da expansão da área de actuação⁸⁵³, a distribuição de alimentos e outros géneros de primeira necessidade decorria de forma eficiente graças aos fundos e géneros providenciados por várias Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, pelo ACNUR, e outras ONGs que canalizavam os donativos a partir da Cáritas e da AAPC.

Na região de Songololo, a cargo da Cruz Vermelha, os géneros eram distribuídos semanalmente pelas 67 localidades, partindo da cidade para um dos três sub-depósitos em Bemba, Songa e Luanika. As instalações de armazenamento eram insuficientes, mas a estratégia de distribuição semanal colmatava a maioria das necessidades. Em Thysville, a distribuição decorria com normalidade depois do fornecimento de transporte adequado. As inspecções regulares dos delegados da Liga permitiam suprimir as deficiências do sistema, através da identificação de falhas

⁸⁵⁰ A CVC ficaria responsável pela região de Songololo e Matadi; a AAPC por parte da região de Thysville e a Cáritas pela restante região de Thysville e pela região de Mayombe. Na região de Tchela (Mayombe) havia uma quarta organização provedora de assistência, a Society for Cultural and Agricultural Development of Mayumbe, estabelecida para contribuir com os seus recursos e instalações a favor dos 4000 refugiados desse sector. Carta de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 3 de Junho de 1961, em Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, A1023, Caixa 1; Henrik Beer, *Interim Report on Angola Refugee Relief Operation*, de 4 de Julho de 1961, in *Refugees Africa, Refugees Angola, East Pakistan*, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁸⁵¹ Carta de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 3 de Junho de 1961, em Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁵² Foram recrutados Reuben Baetz para a área sul de Popokabaka e este de Kahemba, Carl Hellberg para Tchela e Lukula e Alfred Schmid para Songololo. A operação era liderada por Gösta Streijffert. *Progress report on relief operations in Congo.*, de 10 de Agosto de 1961, em Congo 22/1/2, Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

⁸⁵³ Em Junho de 1961, a área de actuação das agências de assistência humanitária perfazia cerca de 500 quilómetros ao longo da fronteira com o Norte de Angola.

nas instalações, distribuição e registo dos refugiados. Este último ponto era determinante para o sucesso da operação, garantindo os recursos adequados para a distribuição⁸⁵⁴. Foi também planeado um sistema de assistência para a saúde com a abertura de postos de socorros em todas as bases de assistência para colmatar os serviços do Estado - quatro dispensários em Songololo, Bemba, Songa e Luanika. Os casos mais graves eram levados pela CVC para o hospital de Kimpese, que centralizava a assistência médica na região. No início de Agosto, o secretário-geral da LSCV reportou que as condições de admissão em hospitais eram satisfatórias e que os recursos alimentares providenciados aos refugiados permitiam um nível de vida próximo ao da população local⁸⁵⁵. Os múltiplos desafios das condições no terreno, da morosidade na actuação do governo devido à sobreposição de competências, a falta de infraestruturas e de pessoal, eram contornados pela flexibilidade das agências de acção humanitária que se desdobravam em extensas áreas por forma a chegar a todos os necessitados. Tratava-se de um sistema de organização coeso que conseguia adaptar-se à medida dos desafios emergentes, absorvendo as necessidades crescentes e corrigindo as faltas à medida que as circunstâncias se alteravam.

O sucesso de implementação do sistema parecia depender inteiramente da capacidade das organizações de assistência no terreno e principalmente da coordenação entre as agências externas. O fardo financeiro e logístico da operação, a falta de estrutura congoleza para suportar os esforços de assistência e um conjunto de pressuposto erróneos sobre as condições no terreno⁸⁵⁶, levaram a uma estratégia internacional clara desde o início. A operação de assistência de emergência a todos os refugiados angolanos teria um carácter temporário e de curta duração. O objectivo final que saía da concertação inter-agências - Liga, ONUC e ACNUR - passava por duas vias: o repatriamento voluntário e o apoio à auto-suficiência em território congolês para os refugiados que permanecessem. O ACNUR, inicialmente no papel de observador⁸⁵⁷, estaria envolvido em projectos de médio-prazo, em colaboração com a Cáritas e AAPC, por forma a garantir a

⁸⁵⁴ No final de Julho, os delegados da Liga tiveram uma acção determinante na identificação de duplicação de registos e na identificação de refugiados *de facto* para a distribuição de bens, reduzindo o número de racionamentos a serem distribuídos em cerca de 11.000. Alfred Schmid, *Rapport sur la mission dans le territoire de Songololo*, de 3 de Agosto de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁵⁵ Henrik Beer, *Interim Report on Angola Refugee Relief Operation*, de 4 de Julho de 1961, dm Refugees Africa, Refugees Angola, East Pakistan, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁸⁵⁶ Os delegados acreditavam numa rápida integração dos refugiados e na estagnação das movimentações para o Congo após os primeiros meses de conflito. Estas aceções eram fomentadas pelo desejo de retorno de alguns grupos de refugiados.

⁸⁵⁷ O acordo estabelecido entre o ACNUR, a ONUC e a LSCV previa, como se referiu no Capítulo II, que o Alto-Comissariado dirigiria a sua atenção para projectos de assistência a médio-prazo.

autossuficiência dos refugiados⁸⁵⁸. A Liga, responsabilizava-se pela organização da operação de assistência de emergência até ao seu término, reforçando a distribuição de géneros alimentares e vestuário com instrumentos e recursos agrícolas⁸⁵⁹. Estabelecido inicialmente para o final de Outubro⁸⁶⁰, o término da operação concretizou-se em Janeiro de 1962 devido a atrasos na plantação das sementeiras e à pressão das organizações confessionais que defendiam um processo mais gradual⁸⁶¹.

Importa então analisar a adequação da estratégia internacional de assistência humanitária face à situação no terreno e as dinâmicas que envolveram os processos de tomada de decisão por parte dos agentes responsáveis. As estratégias das organizações internacionais partiam de duas aceções cruciais: (1) que cabia ao Estado de acolhimento a responsabilidade de assistência; e (2) que os fluxos de refugiados tinham estagnado após os primeiros meses de conflito. Pretende-se, assim, reflectir sobre a forma como estas duas premissas modelaram erroneamente estratégias de assistência em cenários de guerra instáveis, onde o estudo contínuo sobre a situação dos refugiados, das populações locais e do sistema de resposta, mais do que necessário, é obrigatório para garantir a sua eficiência. No início da operação de assistência de emergência, foram rapidamente avançadas duas soluções para o problema dos refugiados angolanos no Congo: em primeiro lugar, o repatriamento, em segundo, a rápida integração dos refugiados em território congolês que passava pela criação de modelos de autossuficiência.

Durante o Verão de 1961, o repatriamento foi avançado como uma solução possível para o problema. Havia a percepção de que os refugiados estariam dispostos a voltar para Angola sem que a independência fosse um requisito *sine qua non* - alguns grupos de refugiados manifestavam o desejo de regressar às suas comunidades quando houvesse estabilidade no território. De facto, começaram a ser observados pequenos fluxos em direção a Angola e ao Enclave de Cabinda, o que alimentava a possibilidade de retorno. Após um Verão de investidas da UPA nos dois

⁸⁵⁸ *Problème que pose la Situation des Réfugiés Angolais au Congo - Projet de Résolution déposé par le Congo (Léopoldville)*, s.d., incluído na correspondência de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 1 de Dezembro de 1961, em Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de octobre à décembre 1961, A0949, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁵⁹ Para além da distribuição de alimentos e géneros de necessidade básica, seriam ainda fornecidas 350 toneladas de sementes e instrumentos agrícolas (machetes e enxadas) para a aceleração do cultivo de produtos alimentares em terrenos colocados à disposição pelas autoridades.

⁸⁶⁰ Carta de Ray Schaeffer para Gösta Streijffert, de 18 de Julho de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁶¹ Memorando de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 20 de Setembro de 1961, em Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

territórios, nos meses seguintes, as informações que chegavam às agências de assistência eram de uma certa estabilidade, e que estariam reunidas as condições para que os refugiados retornassem.

As garantias eram dadas pela CVP e pelas autoridades portuguesas em Angola e Leopoldville, numa acção de contrapropaganda que vinha a ser desenvolvida desde o início do conflito. Do lado português, o repatriamento era determinante por duas razões: por um lado, permitia o controle da população, impedindo que os refugiados fossem cooptados pelos movimentos de libertação no Congo; por outro, transmitia a ideia de confiança nas autoridades por parte da população, o que era fulcral para a imagem que Lisboa tentava defender nos *fora* internacionais. Voltando ao relatório de 1961 acerca dos refugiados angolanos, era claramente indicado que «Fomentar o regresso dos deslocados ao território nacional deve constituir [...] um dos objectivos a prosseguir pelo Governo de Angola». Não obstante, regresso dos refugiados causava um conjunto de problemas securitários e de «readaptação». No referente à questão securitária, apontava-se a possível infiltração de «agentes da subversão»; a facilitação do «reabastecimento dos terroristas», pela «reocupação das lavras e o reinício das actividades agrícolas»; e dificuldade da acção das forças armadas. Relativamente à «readaptação», surgiam como principais causas de preocupação (1) o local de fixação dos refugiados – se nas terras de origem ou em «novas sedes territoriais»; (2) a necessidade de prover a estes refugiados meios de sustento – avisando que o «retomar de práticas antigas e viciosas, com os conhecidos abusos, terá consequências muito perniciosas»; e o (3) reforço da acção missionária e nas escolas «para eliminar as sequelas da acção terrorista».⁸⁶²

A LSCV estava em contacto permanente com as autoridades portuguesas desde Março com o duplo objectivo de resolver a questão dos refugiados e evitar a internacionalização da questão dos refugiados com envolvimento americano na situação⁸⁶³. Segundo a embaixada de Portugal em Leopoldville, o delegado americano da LSCV John Thelen, que não escondia as suas «simpatias por Portugal», procurava auxiliar Lisboa. Pedia documentos que provassem os massacres em Angola, acentuando que a ausência de propaganda portuguesa neste campo deixava terreno livre para os adversários de Portugal. Foi também Thelen que sugeriu a preparação para a recepção dos

⁸⁶² S.A. *Refugiados de Angola*, 1961, em Relatório sobre os Refugiados de Angola, PT/AHD/3/MU-GM/GNP/RNP/0032/01791, AHD.

⁸⁶³ Segundo John Thelen, a embaixada americana em Leopoldville tinha recebido instruções de Washington para se ocupar do problema angolano no Congo e esse facto preocupava a delegação. Não informa, no entanto, o porquê da preocupação. O governo americano acabaria por cooperar directamente com organizações protestantes no terreno por meio de donativos. *Informação n.º 996/61-GU*, em Arquivo Salazar, PC-77 Caixa. 593, subd. 73, ANTT.

refugiados «através do estabelecimento de campos, cuja segurança fosse militarmente garantida». Temendo o perigo da politização da questão humanitária, a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros pediu «com a maior urgência o estudo do problema com vista à repatriação dos refugiados na primeira oportunidade favorável, quer seja com carácter permanente quer em obediência a qualquer arranjo provisório como o da referida organização de campos de refugiados no nosso lado da fronteira»⁸⁶⁴. De uma série de conversações entre a embaixada de Portugal no Congo, a CVP, e a LSCV, surgiu um plano de assistência ao repatriamento perto da fronteira: seriam edificados centros de recepção da CVP⁸⁶⁵ com capacidade para receber 1000 indivíduos por semana, um médico, ambulância e distribuição de géneros alimentares e vestuário⁸⁶⁶. Após a recepção, os refugiados eram levados para as instalações de «carácter permanente» dentro da estratégia de repovoamento em regedorias. Alguns dos delegados responsáveis, demonstraram, no entanto, sérias reticências ao plano de acolhimento. Por um lado, e apesar das «boas intenções» da CVP, as condições para a recepção dos refugiados não estavam reunidas devido à acção da força aérea portuguesa entre a fronteira e a área onde estariam estabelecidos os centros⁸⁶⁷. Outra questão importante para os delegados, passava pela percepção que os refugiados teriam dos ditos campos de acolhimento. Após ter sugerido a medida às autoridades portuguesas, Thelen informou Genebra de que os refugiados não estariam de acordo com o retorno se fossem dirigidos para instalações militarmente supervisionadas por não estarem familiarizados com os princípios da Cruz Vermelha. De «acordo com as suas lealdades, considerariam que estariam expostos a ser abatidos pelo Exército ou pelos Terroristas», e veriam os campos de recepção como «Campos de Concentração» se o exército ali montasse uma operação de segurança⁸⁶⁸. Por outro lado, duvidava que o pessoal da CVP estivesse disposto a operar sem protecção do exército português. O plano de repatriamento

⁸⁶⁴ Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 20 de Maio de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-MG/GNP01-RNP/S0055, AHD.

⁸⁶⁵ Instalar-se-iam os centros de recepção em São Salvador, Nóqui, Cuimba, Luvu, Buela, Pedra do Feitiço e Maquela do Zombo. Telex entre Ray Schaeffer e Gösta Streijffert, de 30 de Julho de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁶⁶ Henrik Beer, *Progress Report on the League Relief Operations in the Congo*, de 10 de Agosto de 1961, em Refugees Africa, Refugees Angola, East Pakistan, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁸⁶⁷ Segundo relatos de jornalistas suecos, os territórios entre a fronteira e os campos de acolhimento estavam a ser bombardeados pela força aérea portuguesa. Telex entre Ray Schaeffer e Gösta Streijffert, de 30 de Julho de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁶⁸ Carta de John P. Thelen para Ray Schaeffer, de 19 de Maio de 1961, em Congo 22/1/2 Délégues au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

organizado estava condenado ao fracasso enquanto não houvesse garantias de que a situação no Norte de Angola era estável e pacífica. Mesmo assim, o repatriamento permaneceu como uma das estratégias mais viáveis para a resolução do problema dos refugiados. No final do ano, os delegados da Liga responsáveis pela assistência aos refugiados angolanos realizaram uma missão de exploração aos postos de Maquela do Zombo, São Salvador, e Pedra do Feitiço, ficando «fortemente impressionados pelas medidas implementadas para receber os refugiados»⁸⁶⁹. A Liga continuava a contar com a possibilidade de estabilidade no Norte de Angola e no consequente retorno voluntário dos refugiados para as suas comunidades de origem. Em Novembro, foi divulgado um comunicado de imprensa que assegurava a estabilidade no território vizinho, estando reunidas as condições para o regresso dos refugiados⁸⁷⁰. Na área de São Salvador, faziam-se diligências para a transferência dos primeiros grupos de retornados para «uma grande sanzala [quando a defesa estivesse] assegurada: arame farpado, postos de vigilância e projectores»⁸⁷¹.

No mesmo mês, o governo português declarou publicamente o retorno de cerca de 80.000 refugiados para as suas comunidades⁸⁷², numa manobra de propaganda internacional. Porém, os retornados eram originários das matas onde tinham passado meses à mercê dos ataques bélicos e da fome generalizada⁸⁷³. A Liga não tinha registo de fluxos elevados de repatriados voluntários no Congo. Pelo contrário, verificava-se o contínuo aumento de refugiados nas principais cidades da província de Leopoldville. Os relatórios dos SCCIA dos últimos meses do ano demonstravam a mesma situação. Num dos sumários de informação, o autor recomendava que se aproveitasse a precária situação no Congo para pressionar os refugiados angolanos «no sentido de regressarem, o que se julga fácil de êxito e que deverá ser executado por elementos de confiança». Para tal, sugeriu uma estratégia de suborno das autoridades locais congolezas: «Sugere-se ainda que se deve

⁸⁶⁹ Os delegados da Liga enviaram uma apreciação positiva às autoridades portuguesas. Carta de Ray Schaeffer para Coronel José Mateus Cabral, de 1 de Dezembro de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-MG/GNP01-RNP/S0055, AHD. Veja-se: Anexo II, Fotografias do Posto de Recepção de Maquela do Zombo.

⁸⁷⁰ LSCV, Comunicado de Imprensa n.º 1961-57, de 30 de Novembro de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-MG/GNP01-RNP/S0055, AHD.

⁸⁷¹ *Populações deslocadas*, de 28 de Julho de 1961, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-MG/GNP01-RNP/S0055, AHD.

⁸⁷² Jorgen Norredam, *Report on the activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo January 1962*, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, em IFRCA.

⁸⁷³ O Ministério do Ultramar assumia, numa troca de correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que o número era exagerado. De facto, até ao final de 1963, retornaram a Angola, a partir do Congo Leopoldville cerca de 38.000 refugiados. Ofício do Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 31 de Janeiro de 1962; e Circular UL 77, de 5 de Dezembro de 1963, ambos em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-MG/GNP01-RNP/S0055, AHD.

aproveitar o estabelecimento de uma rede de informações, utilizando os próprios funcionários congolese que já se vendem por um ‘prato de lentilhas’»⁸⁷⁴.

A situação dos refugiados era um dos enfoques de ambos os lados do conflito. Se o governo português procurava melhorar a sua imagem internacional pela manipulação dos dados divulgados, lançando comunicados destorcidos sobre o repatriamento voluntário, a UPA procurava usar o crescente número de refugiados no Congo para pressionar as forças da ONU a intervir no conflito. Tanto em Angola como no Congo, eram notórias as medidas de persuasão para que os refugiados se juntassem ao ELNA e contribuíssem para a luta armada com homens e recursos. Os meios da UPA tinham aumentado significativamente durante o Verão, sem que fossem destinadas verbas para a assistência aos refugiados que diziam proteger⁸⁷⁵. O foco do movimento estava nas várias missões e diligências em Genebra e Nova Iorque, onde tinham conseguido o apoio do American Institute for Africa⁸⁷⁶ e podiam observar de perto as discussões sobre a questão angolana na ONU. O problema dos refugiados seria de facto levado a discussão em vários *fora*, mas os resultados não favoreceram a UPA. A atenção para com os refugiados permaneceu afastada de uma possível intervenção no conflito⁸⁷⁷. O ACNUR passou a dirigir a situação no Congo a partir do término da operação da Liga.

No entanto, os delegados da Liga e do ACNUR não levaram em conta a mobilidade característica destas populações, nem o facto da estabilidade prometida no Norte de Angola - refutada pelos bombardeamentos a ocorrerem - poder estar mais distante do que as autoridades pretendiam levar a crer. Rapidamente chegaram relatos de refugiados que tinham retornado a Angola e que, semanas depois estavam de novo no Congo para receberem a assistência das organizações locais e internacionais. Desta forma, o repatriamento enquanto solução não era viável a curto ou médio-prazo.

⁸⁷⁴ SCCIA, «Sumário de Informações n.º 1», de 2 de Janeiro de 1962, em Sumários de Informação, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa 1, ANTT.

⁸⁷⁵ As críticas eram apontadas por outro movimento ligado à independência de Angola, a Alliance des Ressorissants de Zombo (ALIAZO), que, apesar de mais tarde se aliar à UPA para formar a Frente Nacional de Libertação de Angola, criticava ferozmente a política do movimento face aos refugiados no Congo. *Informação n.º 1183/61-GU*, de 19 de Julho de 1961, «Abertura da delegação do MPLA em Brazzaville», in Arquivo Salazar, PC-81, capilha 1, 2ª subd., doc. n.º 10, ANTT.

⁸⁷⁶ Correspondência do Representante do ACNUR nos Estados Unidos para Thomas Jamieson, de 7 e 9 de Dezembro de 1961, 15/GEN/ANG vol.1, UNHCRA

⁸⁷⁷ «Para saber quem tem razão em Angola - A Subcomissão da O.N.U. pediu a colaboração do Governo do Congo!», artigo suspenso do jornal *O Século*, a 31 de Julho de 1961, Cortes Censura ‘O Século’, em Empresa Pública Jornal O Século, Cortes de Censura de ‘O Século’, Caixa 197, Maço 251, ANTT.

Uma nova solução foi apontada para o problema partindo do pressuposto de rápida integração dos refugiados nas comunidades locais ou noutras regiões da província. No entanto, partia da suposição de estabilidade em Angola e no Congo, que apresentava alguns sinais de melhoria económica. Grande parte dos refugiados em áreas rurais tinha iniciado a plantação dos seus próprios recursos e poderiam obter as primeiras colheitas no início do ano seguinte⁸⁷⁸, mas nos centros urbanos onde a CVC operava a situação de sobrepopulação criava problemas de ordem social e económica alarmantes. A estabilidade no Congo provou ser igualmente efémera quando o novo governo enfrentou a escassez generalizada de alimentos e a intensificação do conflito no Catanga. Desta forma, os agentes das organizações de assistência humanitária agravaram a situação no terreno pela falta de estratégias preventivas num Estado que, para além de recentemente independente e em conflito interno, acolhia milhares de refugiados de várias proveniências, incapacitando uma resposta atempada e eficiente às necessidades destes grupos.

Em Matadi, a situação, que antes do final da operação de assistência de emergência era preocupante, tornou-se calamitosa. Na região ao largo da cidade, o solo rochoso e impróprio para a cultura intensiva impossibilitava a actividade agrícola. Os cerca de 4000 refugiados que aí se encontravam no final de 1961⁸⁷⁹, recorriam à mendicância e a actividades ilícitas - prostituição e venda de produtos a preços inflacionados⁸⁸⁰ - enquanto esperavam pela distribuição de alimentos cada vez mais irregular por parte da CVC. No final de Dezembro, as autoridades alertaram para a contínua dependência dos refugiados que ficavam «passivamente em frente das suas casas, a esperar a chegada dos camiões da Cruz Vermelha para receberem a ração»⁸⁸¹. Depauperado pela crise interna e respondendo a uma epidemia de tifo na região⁸⁸², o governo reclamava do aumento

⁸⁷⁸ Segundo os relatórios das missões religiosas, 70% tinham já iniciado o trabalho das terras em Dezembro de 1961, a germinação baixa do amendoim (55%) era colmatada pela boa germinação de outros produtos como o feijão e o milho. Mormente, parte dos refugiados começava o cultivo da mandioca, bem fornecido pelas populações locais e que, devido ao período mais longo de germinação (18 meses) apresentava bons indícios de que os refugiados pretendiam integrar-se nas comunidades congoleesas. *Report on the activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo November 1961*, em Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de octobre à décembre 1961, A0949, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁷⁹ *Report on the activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo January 1962*, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, IFRCA.

⁸⁸⁰ P. Bambi, Comissário de Distrito, *Rapport sur situation dramatique des réfugiés angolais dans le Bas-Congo*, s.d., em Memorando de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 15 de Dezembro de 1961, in Congo 22/1/2, Délégue au Congo - M. Norredam de octobre à décembre 1961, A0949, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁸¹ Sébastien Landu, Administrador do território de Matadi, *Situation des réfugiés angolais dans le territoire de Matadi*, de 30 de Setembro de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁸² *Informação n.º 88/61-GU* de 15 de Janeiro de 1961, «Actividades da UPA - União dos Povos de Angola», em Arquivo Salazar, UL-32A, Caixa. 704, capilha 4, ANTT.

das despesas de ordem pública e da falta de contribuição dos refugiados para os cofres do Estado⁸⁸³. A população local era igualmente afectada pelo desemprego e pela carência de alimentos, criando fricções graves entre os dois grupos na cidade. Sem meios de subsistência, os habitantes de Matadi recorriam à força para obter recursos e reivindicar assistência por parte da Cruz Vermelha, o que colocava a operação de assistência em risco⁸⁸⁴. Em Setembro as autoridades iniciaram negociações com a administração de Seke-Banza - território mais a norte e com condições agrícolas bastante mais rentáveis - a deslocação voluntária de 6000 angolanos da região de Matadi, mas os refugiados recusavam ser transferidos para o interior. No final de Janeiro, somente 1300 tinham integrado o programa de reinstalação e as autoridades ameaçavam recorrer ao uso da força⁸⁸⁵.

A alienação do refugiado ao trabalho e a recusa de deslocação para outras áreas deveu-se às dinâmicas relacionais dos refugiados com a comunidade local, mas também com os movimentos de libertação angolanos que tinham santuário na província de Leopoldville. Vários relatos das autoridades e testemunhos recolhidos pelas equipas de assistência confirmam que alguns grupos de refugiados recusavam trabalhar por estarem convencidos de que a guerra em Angola terminaria em pouco tempo. A propaganda era efectuada pela UPA, que exercia grande influência política em centros como Matadi, Songololo e Lufu⁸⁸⁶. De acordo com os relatórios dos SCCIA, em algumas localidades, a UPA exercia influência sobre as autoridades locais detendo os refugiados que se disponibilizassem a trabalhar para europeus⁸⁸⁷. Relatórios das autoridades congoleesas demonstram ainda que alguns grupos de refugiados se deslocavam para o Congo por ordens da UPA⁸⁸⁸ e que o movimento incutia um ambiente de desconfiança face às autoridades congoleesas e às organizações humanitárias, apropriando-se das iniciativas de assistência⁸⁸⁹. Havia uma clara

⁸⁸³ O administrador local de Matadi referia-se ao aumento de gastos com o abastecimento de dispensários, limpeza de casas de banho públicas e recolha de lixo. Sébastien Landu, Administrador do território de Matadi, *Situation des réfugiés angolais dans le territoire de Matadi*, de 30 de Setembro de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁸⁴ Memorando de Ray Schaeffer para Gösta Streijffert, de 4 de Agosto de 1961, in Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégue au Congo 1961, A1023, Caixa 1, em IFRCA.

⁸⁸⁵ *Report on the activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo January 1962*, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, IFRCA.

⁸⁸⁶ *Informação n.º 753/61*, de 1 de Agosto de 1961, em Arquivo Salazar, NE-21, Caixa. 413, pt. 16, ANTT.

⁸⁸⁷ *Informação n.º 549/61-GU*, de 18 de Abril de 1961, em Arquivo Salazar, UL-32A, Caixa. 704, capilha 4, ANTT.

⁸⁸⁸ *Informação n.º 88/61-GU*, de 4 de Abril de 1961, em Arquivo Salazar, UL-32A, Caixa. 704, capilha 4, ANTT.

⁸⁸⁹ Os líderes do movimento apropriavam-se das medidas em benefício dos refugiados e insistiam que as deslocações para o interior faziam parte de uma política escravocrata. Sébastien Landu, Administrador do território de Matadi,

influência do movimento sobre os refugiados que preocupava tanto as agências de assistência como as autoridades locais. Em resposta aos pedidos de transferência da Liga, os refugiados recusavam a deslocação por não poderem escolher livremente o lugar onde se reestabeleceriam. As alegações indicam tanto a influência da UPA, como a determinação por parte dos refugiados no controlo da sua experiência de refúgio.

Durante o ano seguinte, os fluxos continuaram e a situação na cidade tornou-se insustentável. De acordo com o relatório da missão à região, os novos grupos de refugiados vinham de áreas mais distantes em Angola, passando cerca de dois meses nas matas até chegarem ao Congo. A fadiga e subnutrição entre os adultos, doenças e infestações como a kwashiorkor e a sarna entre as crianças, eram colmatadas pela assistência de socorristas da Liga que, apesar de não providenciarem assistência de emergência, permaneciam nos postos de saúde.

Após uma missão de observação no terreno, o delegado do ACNUR concluiu ser necessária uma nova acção de emergência em benefício dos recém-chegados, mas as condições dificultavam o trabalho das agências. A Liga tinha-se comprometido com a supervisão da situação dos refugiados, das acções de assistência da CVC, e do o programa de distribuição de leite a populações mais vulneráveis em parceria com a UNICEF. Se este programa apresentava dados promissores - a distribuição foi feita regularmente em várias províncias do território e permitiu complementar a dieta das populações enquanto trabalhavam para o auto-sustento⁸⁹⁰ -, a supervisão do trabalho da CVC e a comunicação com as autoridades e outras agências demonstrava a deterioração do sistema posto em prática no ano anterior, o que colocava em causa a continuação das operações de assistência. Podem ser apontados três factores para a erosão do sistema de intervenção no terreno: a incapacidade das autoridades para dar resposta às necessidades dos refugiados, as dificuldades em lidar com as dinâmicas africanas e a descontinuidade do modelo de registo dos refugiados.

Situation des réfugiés angolais dans le territoire de Matadi, de 30 de Setembro de 1961, em Congo 22/1/2 M. Streijffert, Délégué au Congo 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁹⁰ Na província de Leopoldville, onde se encontravam os refugiados angolanos, a distribuição era feita pela CVC em escolas e hospitais, e supervisionada pelos delegados da Liga, que reportavam ser esta a região com mais estações de abastecimento. Em Março de 1962, das cerca de 250.000 rações diárias, 126.014 eram destinadas a congoleses e refugiados nesta província. Nos meses seguintes, a distribuição estabilizar-se-ia entre cerca de 140.000 a 145.000 rações diárias de leite, destinadas principalmente a grávidas e crianças. Henrik Beer, *Rapport intérimaire sur les opérations de secours de la Ligue au Congo*, de 16 de Maio de 1962 e de 25 de Julho de 1962; *Report on the activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo September 1962*, de 30 de Setembro de 1962, todos em Congo 22/1/2 Circulaires et Communiqués, Rapports 1962-1964, A0949, Caixa 2, IFRCA.

As autoridades congolezas demonstraram incapacidade para lidar com a questão dos refugiados desde o início do fluxo. O governo do Congo demonstrou desde cedo disponibilidade para acolher os refugiados angolanos, mas as condições no terreno - falta de estrutura governativa, crise económica e política, instabilidade social e múltiplas emergências de cariz humanitário - condicionavam severamente a sua resposta face ao aumento contínuo dos fluxos. Foram três os apelos ao ACNUR para fazer face ao problema⁸⁹¹. Em Setembro de 1961, aquando da divulgação pública de término da assistência de emergência, o governo central afirmou ser «preciso reconhecer que o estatuto jurídico [dos refugiados não estava] suficientemente organizado», o que corrobora a necessidade de uma estratégia preventiva internacional desde o início. O Congo declarou-se impossibilitado de oferecer soluções permanentes e «garantir a integração dos refugiados angolanos»⁸⁹². À falta de protecção jurídica, aliou-se a ineficácia das comunicações e dos processos de tomada de decisão.

As autoridades locais, sobre as quais acabava por recair a responsabilidade das decisões, mostravam uma posição ambivalente quanto à situação dos refugiados, dependentes de acordos já feitos com as autoridades portuguesas ou com a UPA. Sem uma estrutura governativa cimentada, os processos de tomada de decisão oscilavam de acordo com as circunstâncias e interesses dos actores locais congolezes. Na região da fronteira com Noqui, as relações entre as autoridades angolanas e congolezas eram positivas, havendo constante troca de informação; noutros locais, a identificação com a causa dos movimentos de libertação beneficiava a cooperação com a UPA. Em Matadi, onde a UPA era inicialmente apoiada, a posição das autoridades alterou-se quando os refugiados começaram a causar problemas sociais e económicos. O comissário do distrito considerava infundado o aumento do fluxo de angolanos para o Congo visto que os refugiados não eram alvo directo de perseguições ou massacres e criticava a UPA por instigar a deslocação destes grupos para, posteriormente, serem cooptados para as suas fileiras⁸⁹³. Assim, à instabilidade

⁸⁹¹ O primeiro apelo deu-se em Maio de 1961, como tratado no Capítulo II, o segundo em Setembro do mesmo ano, e o terceiro em Setembro de 1962.

⁸⁹² *Le Problème que pose la Situation des Réfugiés Angolais au Congo - Mémoire explicatif*, s.d., incluído na correspondência de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer de 22 de Setembro de 1961, em Congo 22/1/2, Délégué au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, A1023, Caixa 1, IFRCA.

⁸⁹³ P. Bambi, Comissário de Distrito, *Rapport sur situation dramatique des réfugiés angolais dans le Bas-Congo*, s.d., em Memorando de Jorgen Norredam para Ray Schaeffer, de 15 de Dezembro de 1961, em Congo 22/1/2, Délégué au Congo - M. Norredam de octobre à décembre 1961, A0949, Caixa 1, IFRCA.

político-económica estrutural, agravada pela guerra de cessação do Catanga⁸⁹⁴, juntou-se a volatilidade e o agastamento dos agentes locais face à situação dos refugiados.

Outro ponto determinante foi a falta de preparação das organizações internacionais de assistência humanitária para lidar com as condições no terreno. Primeiramente, as delegações no terreno não contavam com a relutância de movimentação por parte dos refugiados em áreas sobrepopuladas, nem com um aumento substancial do número de refugiados. Segundo Vladimir Temnomeroff, delegado representante do ACNUR em Leopoldville, o realojamento dos refugiados não seria um problema à partida, já que a natureza nómáica dos povos da África Central e a predominância da actividade agrícola como meio de subsistência devia facilitar a adaptação a novos territórios⁸⁹⁵. Assim, as respostas à situação em Matadi, não poderiam ir além da assistência de emergência ou da deslocação em massa. Em Setembro de 1962, Jorgen Norredam chegava a afirmar que os refugiados estariam «dispostos a mover-se quando estive[ssem] com fome suficiente»⁸⁹⁶.

Em segundo lugar, a situação de emergência generalizada agravava as frustrações da Liga. As múltiplas emergências nas várias províncias pediam um esforço sobre-humano aos delegados que, ao mesmo tempo que tentavam responder às situações dos refugiados nas diferentes regiões, viam a sua acção boicotada pela dinâmica das autoridades e de organizações locais cujos interesses eram colocados acima dos princípios humanitários que regiam o MICV.

Exemplo dessa realidade conturbada seria a apreciação do delegado responsável pela coordenação da operação da Liga acerca do trabalho da CVC. No final do Verão de 1962, confrontava-se com o «estado deplorável» da Sociedade Nacional: sem presidente, com um secretário-geral e Comité Central ineficientes. Para além disso, defendia, a corrupção endémica nas comunidades locais afectava o desempenho humanitário. Num relatório de actividades,

⁸⁹⁴ No início de 1963, o CICV interviria na província do Catanga por forma a mediar o conflito entre as autoridades e providenciar assistência médica. *El CICR en Katanga*, Comunicado de imprensa n.º 775e, de 8 de Janeiro de 1963, em Congo 22/1/2, Circulaires et Communiqués, Rapports 1962-1964, A0949, Caixa 2, IFRCA.

⁸⁹⁵ Numa reflexão sobre o realojamento dos refugiados, Vladimir Temnomeroff apresentava a questão da movimentação e nova fixação dos refugiados como sendo um processo simples: por um lado, na aceção destes povos, o realojamento não tinha um carácter permanente, apesar de as comunidades se dedicarem à agricultura; por outro, estavam capacitadas para construir autonomamente as suas habitações em poucas semanas com recursos das florestas, sendo necessário apenas o investimento em utensílios rudimentares de construção, como machados, e de agricultura, como enxadas, para criar condições satisfatórias para estes indivíduos. Carta de Vladimir Temnomerof para Sir Alexander Macfarquhar, de 27 de Novembro de 1961, doc. 150 B, em Angolan Refugees General, vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCR.

⁸⁹⁶ Memorando de Jorgen Norredam para Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, de 13 de Setembro de 1962, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, IFRCA.

Norredam demonstrava uma perspectiva europeísta e desenvolvimentista claramente frustrada pela realidade congoleza em particular, e africana em geral. Na sua reflexão, começou por rejeitar a possibilidade de que o estado da CVC se dever, em parte, a falhas na responsabilidade de acompanhamento e supervisão da Liga⁸⁹⁷. Na sua perspectiva, a questão era mais profunda e encontrava as suas raízes na tradição tribal das comunidades africanas, na qual o indivíduo era responsável pelo sustento de toda a comunidade. Esta «mentalidade africana» clientelar e exclusiva do *outro* desvirtuava o trabalho dos agentes da CVC que se juntavam à organização para benefício próprio e dos membros da sua comunidade, em detrimento dos princípios do Movimento. Na sua perspectiva, a solução para o problema passava por duas possibilidades: a primeira com base no sistema congolês, cujas divisões administrativas eram «baseadas em ideias tribais», centrar-se-ia na constituição e reforço de agências provinciais que trabalhariam em prol da sua comunidade, sendo o Comité Central apoiado por «áreas neutras» como Leopoldville; a segunda significava «retornar ao colonialismo», vinculando-se à ideia de que o europeu era visto pelos africanos como tendo substituído o chefe tribal e que cuja autoridade não era disputada, apresentava um modelo de liderança europeia para a CVC por forma a capacitar a organização para uma resposta efectiva e de carácter humanitário. Apesar de considerar que o sistema baseado no colonizador como um «super chefe» tinha proporcionando à África «o único progresso até então», o delegado norueguês confirmava a primeira opção como solução para a Sociedade Nacional, mesmo que fossem necessários «cinquenta anos ou mais até que se obt[ivesse] algo que se assemelh[asse] à actividade de uma Cruz Vermelha nacional como tida nos países desenvolvidos»⁸⁹⁸. A frustração de Norredam, que partia das dificuldades operacionais existentes, demonstrava uma incapacidade de adaptação à realidade africana alimentada por concepções eurocêntricas das dinâmicas sociais e

⁸⁹⁷ Jorgen Norredam refere no relatório que a ideia havia sido avançada por um enviado da LSCV. Não obstante, refutava-a referindo que estava conotada por um «sentimento masoquista» ainda que numa «tentativa honrosa» de encontrar as falhas dentro da organização. O delegado expunha a sua desilusão com a caótica e depauperada realidade situação congoleza, afirmando que os problemas africanos, vistos de uma perspectiva europeia, eram «relativamente simples» de resolver. Partindo de uma perspectiva generalizada de que, após conseguirem a sua liberdade, e com «alguma assistência económica e alguns especialistas», as sociedades africanas progrediriam rapidamente, via na situação congoleza o defraudar das expectativas internacionais, aliado a argumentos defensivos por parte dos actores políticos que culpavam tanto o colonialismo como o neo-colonialismo - «a mesma coisa que chamamos ‘assistência económica’!». Jorgen Norredam, *Report on the League's Activities in the Congo*, de 21 de Outubro de 1962, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, IFRCA.

⁸⁹⁸ Destaque no original. Jorgen Norredam, *Report on the League's Activities in the Congo*, de 21 de Outubro de 1962, em Congo 22/1/2, Délégues M. Norredam 1962-1963, A0888, Caixa 2, IFRCA.

de poder – na mesma base daquelas identificadas por Rusillon dez anos antes⁸⁹⁹ - e surgia num momento em que a LSCV decidia não participar nos esforços de uma segunda operação de assistência aos refugiados angolanos que ficaria a cargo do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em cooperação com a ONUC, a Cáritas e a Agência de Assistência Protestante congolezas⁹⁰⁰.

Em terceiro lugar, a acção de assistência de emergência em 1962 foi colocada em causa devido à falta de um sistema de registo coeso dos refugiados. O sistema de identificação e distribuição de géneros aos refugiados assistidos na área alocada à CVC desenhado pela Liga parece ter sido descontinuado após Janeiro de 1962. O último registo dos refugiados foi feito em Novembro de 1961, contabilizando 151.200 indivíduos⁹⁰¹, aferindo-se uma estabilização até ao Verão seguinte, aquando do segundo grande influxo de refugiados angolanos. Nesse momento, os delegados da Liga e do ACNUR apresentavam números divergentes das novas chegadas - a delegação da LSCV estimava o fluxo em 10.000⁹⁰² refugiados e o ACNUR calculava um efectivo mais perto dos 20.000⁹⁰³ -, e não tinham informação actualizada sobre o efectivo de refugiados que permaneciam no Congo desde 1961. A questão provocava dificuldades orçamentais e de alocação de recursos pela incapacidade de distinguir entre «velhos» e «novos» grupos, quando o Congo passava por uma crise de escassez generalizada de alimentos⁹⁰⁴.

⁸⁹⁹ As observações de Rusillon acerca da realidade africana, analisadas no Capítulo II, giravam também em torno de concepções paternalistas do autóctone como atrasado e beneficiado pelo europeu. No entanto, Norredam entrava num espaço que Rusillon criticava – as ideias irrealistas do feito colonial baseadas em acepções eurocentristas.

⁹⁰⁰ A decisão foi tomada pelo Comité Executivo da Liga no final do mês de Setembro de 1962. Segundo o relatório do mesmo mês, a Liga continuaria a operar em dispensários e a colaborar no projecto de distribuição de leite na área onde se encontravam os refugiados até que a Cáritas assumisse a operação. *Report on the Activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo September 1962*, em Réfugiés Africa, Réfugiés Angola/ East Pakistan 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁹⁰¹ *Progress Report o League relief Operations in the Congo*, de 27 de Novembro de 1961, em Congo 22/1/2 Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

⁹⁰² A Liga apontava um novo influxo de 10.000 refugiados que se tinha dirigido principalmente para o distrito de Matadi, segundo as autoridades. Na cidade estavam cerca de 4000 novos refugiados, mas o efectivo, que era apontado como exagerado, não tinha sido verificado devido à constante movimentação dos indivíduos. *Report on the Activities of the League's Delegation in the Congo per ultimo June 1962*, de 30 de Junho de 1962, em Réfugiés Africa, Réfugiés Angola/ East Pakistan 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁹⁰³ No relatório de Janeiro de 1963 apresentado ao Comité Executivo, a delegação do ACNUR reportava um aumento significativo de refugiados em Agosto anterior e estimava o seu número entre 10.000 e 20.000 indivíduos. Numa publicação posterior, o ACNUR confirmou a chegada de «cerca de 22.000» refugiados neste período. ACNUR, *The Problem of Refugees from Angola in the Congo (Leopoldville)*, de 28 de Janeiro de 1963; e ACNUR, *The UNHCR Reports... Refugees in Africa*, 1966, ambos em Réfugiés Africa, Réfugiés Angola/ East Pakistan 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁹⁰⁴ ACNUR, *The UNHCR Reports... Refugees in Africa*, 1966, em Réfugiés Africa, Réfugiés Angola/ East Pakistan 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

O problema do recenseamento dos refugiados angolanos revela mais uma vez a falta de preparação das agências para a realidade com que foram confrontadas no Baixo Congo. Os fluxos migratórios constantes faziam parte do quotidiano das populações do Norte de Angola e do sul do território congolês. As migrações permanentes de indivíduos que tentavam fugir ao trabalho forçado em Angola eram muito comuns assim como as sazonais, na época das colheitas, e diárias para a venda e troca de produtos nos mercados locais. Durante a guerra, a porosidade da fronteira artificial permitia a constante deslocação de indivíduos fora das vias principais para Angola e de volta ao Congo, bem como a fácil integração nas comunidades congolesas. O facto dos refugiados se terem adaptado facilmente nas comunidades locais logo após o início do conflito, colocava de parte a necessidade de serem estabelecidos campos de recepção e permanência, o que era preferível do ponto de vista financeiro e social. No entanto, a integração em comunidades dispersas perto da fronteira, permitia que os refugiados se movessem livremente dentro do território. A partir do final de 1961, a contabilização foi colocada em causa devido ao carácter nómada das comunidades e refugiados que, para além de passarem a fronteira sempre que havia necessidade e oportunidade em busca do produto das plantações deixadas para trás, deambulavam de comunidade em comunidade à procura de um local propício para se instalarem ou junto de familiares que já se encontravam no Congo, deixando um dilema operacional para as organizações internacionais.

Habilitado para providenciar assistência de emergência pela Resolução 1671 (XVI) de 18 de Dezembro de 1961⁹⁰⁵, e em acordo com as organizações religiosas no terreno, o ACNUR decidiu não estabelecer um programa geral de assistência de emergência pela impossibilidade de distinção entre grupos já assistidos e novas chegadas. Não obstante, os Serviços de Assistência Católica estavam disponíveis para providenciar alimentos e o Alto-Comissário dizia-se preparado para pedir assistência internacional financeira e em géneros em benefício dos refugiados angolanos. Segundo as directivas, seriam ainda desenvolvidos novos programas de reinstalação das áreas sobrepovuladas, um pela Cáritas e outro pela AAPC, cuja organização e *liaison* ficaria a cargo da delegação do ACNUR⁹⁰⁶. A decisão foi tomada apesar do alerta do secretário-geral da

⁹⁰⁵ *Rapport sur les nouveaux problèmes de réfugiés - rectificatif*, de 26 de Abril de 1962, Doc. A/AC.96/158/Corr.1, em Réfugiés Africa, Réfugiés Angola/ East Pakistan 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, AFICR; e *Resolutions Adopted on the Reports of the Third Committee*, Sexta Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, Dezembro de 1961, em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/167/24/IMG/NR016724.pdf?OpenElement>, acedido a 26 de Maio de 2017.

⁹⁰⁶ Telegrama de Thomas Jamieson para Vladimir Temnomeroff, de 30 de Outubro de 1962, doc. 259, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

Cáritas Congo, no qual expunha que a condição dos refugiados mais antigos não era melhor do que a dos novos. Mormente, a chegada destes últimos reflectia «repercussões desastrosas» no estado de saúde da população local⁹⁰⁷. Reportava ainda a crise alimentar que atingia toda a população e as condições «deploráveis» em que os refugiados se encontravam: o custo de vida tinha quintuplicado desde a chegada dos primeiros refugiados; havia escassez de legumes, leguminosas e cereais para alimentação ou plantação; a maioria dos refugiados não tinha vestuário; não havia cobertores disponíveis; não era raro encontrar-se dez a 15 indivíduos a viverem numa só cabana; nas escassas escolas, os refugiados compunham dois terços da população escolar; do ponto de vista da saúde, as crianças encontravam-se reduzidas ao «estado de esqueletos», a anemia era generalizada, havia casos de doenças epidémicas, venéreas, e inúmeras úlceras. A falta de pessoal - um enfermeiro para centenas de pessoas - e a incapacidade de resposta da CVC desesperavam os responsáveis da Cáritas no terreno⁹⁰⁸. Cauwe apelava às entidades competentes para aprenderem com os «erros do passado» que deram «resultados nefastos» e a «duplicação ou triplicação de abusos incontroláveis», formando uma acção conjunta sob uma única direcção para colocar «TODOS os refugiados para trabalhar segundo um plano racional»⁹⁰⁹.

A desconfiança que a Liga tinha apresentado antes face à Cáritas era também sublinhada pela delegação do ACNUR⁹¹⁰, que relegava o envio de especialistas para a província de Leopoldville para segundo plano a favor da maior urgência apresentada pelos refugiados Burundi

⁹⁰⁷ Segundo P. A. Cawe, estavam sob responsabilidade da Cáritas Congo 135.000 refugiados com a seguinte distribuição geográfica: c. 20.000 em Matadi, c. 35.000 em Songololo, c. 55.000 em Thysville, c. 20.000 em Madimba e c. 5000 em Popokabaka. Carta de P. A. Cawe para Jean J. Chenard, de 12 de Outubro de 1962, na documentação enviada por Jean J. Chenard para Robert Coyle, de 2 de Novembro de 1962, doc. 262, em Angolan Refugees General, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹⁰⁸ A média de alunos por turma seria de 30 a 40 crianças, mas havia casos de turmas com 137 alunos. Carta de P. A. Cawe para Jean J. Chenard, de 12 de Outubro de 1962, na documentação enviada por Jean J. Chenard para Robert Coyle, de 2 de Novembro de 1962, doc. 262, em Angolan Refugees General, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹⁰⁹ Ênfase do autor. Carta de P. A. Cawe para Jean J. Chenard, de 12 de Outubro de 1962, na documentação enviada por Jean J. Chenard para Robert Coyle, de 2 de Novembro de 1962, doc. 262, em Angolan Refugees General, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹⁰ Não fica explícito na correspondência qual o motivo de desconfiança das agências internacionais face à Caritas, mas esta é referida diversas vezes tanto por delegados da Liga como por delegados do ACNUR. No documento, Temnomeroff indica que espera problemas com a Cáritas pela insistência na acção generalizada a toda a população refugiada «para complicar a supervisão e promover os seus próprios interesses». Memorando de Vladimir Temnomeroff para Thomas Jamieson, de 6 de Novembro de 1962, doc. 265, em Angolan Refugees General, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

em Kivu⁹¹¹ que necessitavam de assistência imediata⁹¹². Em Matadi morriam sete refugiados angolanos diariamente⁹¹³. A verba alocada para caixões estava esgotada e os refugiados eram à altura enterrados em panos⁹¹⁴. Segundo um delegado da Liga no terreno, o papel da Cruz Vermelha estava transfigurado: era «estranho [...] despendar dinheiro em caixões e não em assistência para os refugiados vivos»⁹¹⁵. À situação de mortandade não foi dado seguimento⁹¹⁶. Durante Janeiro procedeu-se à distribuição de emergência de géneros alimentares⁹¹⁷, mas a situação não melhorou.

Segundo um especialista médico do Baixo Congo, a questão dos registos continuava por resolver. Os refugiados não se apresentavam às autoridades ou nos postos da CVC, continuando a movimentar-se de comunidade em comunidade à procura de alimentos e alojamento. Toda a população continuava em sérias dificuldades, mantendo-se a inflação dos preços dos géneros alimentares. O seu estado de saúde estava estritamente relacionado com os meios de subsistência que ditavam o regime alimentar tanto dos refugiados como da população local. No hospital de Boma, não havia estatísticas do ano de 1962 e os registos do início de 1963 não eram promissores⁹¹⁸. Para além de estar desprovido de medicamentos, o regime alimentar do hospital era «absolutamente insuficiente», havendo dias em que os doentes recebiam «uma taça de chá com

⁹¹¹ Carta de Vladimir Temnomeroff para Thomas Jamieson, de 2 de Novembro de 1962, doc. 263, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹² Em reunião da direcção executiva do ACNUR, era estabelecido que a diferença na assistência aos dois grupos de refugiados residia no facto de os refugiados ruandeses não esperarem retornar ao seu país de origem, enquanto que os refugiados angolanos «pretendiam voltar assim que possível». Nota para arquivo *Mr. Jamieson's oral report to the High-Commissioner on his mission to Africa, 17- 30 November 1962*, de 12 de Dezembro de 1962, doc. 280A, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹³ Telegrama de Amnadane para LSCV, de 10 de Dezembro de 1962, doc. 280, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹⁴ Extrato de telegrama de Amnadane para LSCV, de 11 de Dezembro de 1962, doc. 281, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹⁵ Telegrama de Amnadane para LSCV, de 10 de Dezembro de 1962, doc. 280, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹¹⁶ Não foi encontrado registo do número total de mortos na correspondência entre as agências responsáveis pela assistência.

⁹¹⁷ Os donativos, com proveniência americana, foram enviados para as principais cidades entre Kimpese e Tshela, de onde eram transportados por camiões da Cruz Vermelha. Relatório da Situação n.º 56, de 14 de Abril de 1963, em *Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola*, liv. 116, ANTT.

⁹¹⁸ Entre os casos registados, descrevia a existência de tuberculose pulmonar, anemia e subnutrição avançada entre as crianças - taxas de hemoglobina entre os 15% e 35% - que apresentavam igualmente parasitas de malária e ancilostomose. Referia ainda que muitos casos de tuberculose e subnutrição não tinham sido registados já que o desconhecimento das doenças e as elevadas taxas hospitalares impediam um tratamento atempado. *Note sur la situation sanitaire et alimentaire des réfugiés angolais et cabindais dans le District du Bas Congo*, na correspondência enviada por F. Chassaing a Homman-Herimberg, de 2 de Fevereiro de 1963, doc. 331C, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

leite e açúcar de manhã e um pouco de arroz cozido à tarde» quando muitos dos casos não toleravam já uma dieta normal⁹¹⁹. O especialista sugeriu então que, estando de parte a opção de ser providenciada uma assistência generalizada, os casos de maior vulnerabilidade fossem atendidos com alimentação e tratamento médico gratuito e monitorização das famílias mais vulneráveis.

Num Estado falhado como o Congo, as organizações de assistência humanitária internacional não tiveram capacidade para se responsabilizarem pela sobrevivência dos refugiados angolanos, apostando por isso em estratégias de promoção de auto-suficiência.

ACNUR: projectos de assistência para a auto-suficiência

No início do ano, a ONUC enviou nova remessa de alimentos para os grupos mais vulneráveis⁹²⁰, enquanto as autoridades⁹²¹ e as organizações no terreno⁹²² se concentravam nos projectos de auto-suficiência a médio-prazo em cooperação com o ACNUR.

Três projectos foram desenvolvidos com a Cáritas. O primeiro, de deslocação de 6000 refugiados da região de Matadi⁹²³ para uma área virgem entre Mao e Boma⁹²⁴, enfrentava as

⁹¹⁹ O relatório foi enviado também para a OMS. De entre as suas conclusões, constava: (1) que os meios de subsistência eram insuficientes para todos os refugiados; (2) a maior parte dos refugiados chegava afectada pelo vírus da malária e por problemas intestinais; (3) que os refugiados e a população local tinham cada vez mais dificuldades para obter tratamento. *Note sur la situation sanitaire et alimentaire des réfugiés angolais et cabindais dans le District du Bas Congo*, na correspondência enviada por F. Chassaing a Homman-Herimberg, de 2 de Fevereiro de 1963, doc. 331C, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁰ Relatório de Missão de F. Chassaing para Vladimir Temnomeroff, de 2 de Janeiro de 1963, documento 293; e Telegrama de F. Chassaing para Thomas Jamieson, de 7 de Janeiro de 1963, doc. 301, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²¹ Num terceiro apelo à assistência, as autoridades congoleesas mostravam-se preocupadas com a situação alimentar e sanitária dos refugiados e da população local no Baixo-Congo. Os programas de realojamento foram apontados como as soluções mais viáveis para o problema de sobrepopulação. Carta de J. M. Bomboko, Ministro dos Assuntos Externos Congolês, para Encarregado de Missão do ACNUR em Leopoldville, de 21 de Fevereiro de 1963, doc. 362C, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²² A Cáritas e a AAPC continuavam a proceder à distribuição de alimentos a grupos vulneráveis. Telegrama de F. Chassaing para Thomas Jamieson, de 7 de Janeiro de 1963, doc. 302, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²³ O objectivo seria aliviar a sobrepopulação das comunidades de Soyo, Luadi, Luango e Kinsao.

⁹²⁴ No detalhado projecto de deslocação apresentado pela Cáritas estavam previstas a construção de habitações e infra-estruturas de apoio comunitário, como escolas, dispensários, transporte e pessoal, bem como a provisão de sementes e instrumentos agrícolas. Para além da assistência técnica, o ACNUR responsabilizar-se-ia pela alimentação dos refugiados nos primeiros seis a oito meses, serviços médicos e transporte para o local. O orçamento total da operação era de 300.000 dólares, para os quais o ACNUR contribuiu com 72.000 dólares, a Cáritas com 48.000 dólares, os Serviços de Assistência Católica e a ONUC com 180.000 dólares. No documento original, este último valor aparece como uma estimativa conjunta das contribuições dos dois organismos. *Project for the Establishment of Angolan*

dificuldades já conhecidas. Mais uma vez, os refugiados recusavam ser deslocados devido à «extrema politização» da questão⁹²⁵, substanciada pela UPA. Na mesma altura os líderes do movimento eram recebidos como peticionários no Quarto Comité na ONU, onde condenavam a acção portuguesa em Angola e pediam maior engajamento das organizações de assistência especializada⁹²⁶. Lentamente, os refugiados começaram a deslocar-se devido ao contínuo influxo para Matadi e Songololo⁹²⁷ e consequente agravamento da sobrepopulação e deterioração dos solos⁹²⁸. Os projectos seguintes consistiram na construção e equipamento de 38 salas de aula para 2000 alunos por um lado, e de dispensários e dormitórios na mesma região para albergar crianças vindas de áreas mais remotas, por outro.

A parceria com a AAPC, envolveu igualmente três projectos. O primeiro focou-se na distribuição de sementes e instrumentos agrícolas para 7500 refugiados instalados na região entre Moerbeke e Kimpangu⁹²⁹. Apesar de alguns atrasos na distribuição de sementes, o projecto foi

Refugees in the Congo de 22 de Novembro de 1962, doc. 173A; e *Projet d'installation d'environ 6000 personnes de Mao-Mami et Teye (Mayombe) présenté par Caritas Congo* na correspondência de F. Chassaing para Thomas Jamieson, de 6 de Dezembro de 1962, doc. 276B, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250; Carta de Thomas Jamieson para Jean J. Chenard, de 14 de Fevereiro de 1963, doc. 343, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁵ Relatos de refugiados demonstravam grande desconfiança face à Cáritas, argumentando contra a deslocação por temerem que os missionários os entregassem às autoridades portuguesas. Relatório de Missão de F. Chassaing para Vladimir Temnomeroff, de 16 de Dezembro de 1962, documento 284; e Relatório de Missão de F. Chassaing para Vladimir Temnomeroff, de 24 de Dezembro de 1962, doc. 288A, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁶ Na 71.ª reunião do Quarto Comité da XVII Assembleia Geral, estavam presentes como peticionários Holden Roberto e Emmanuel Kounzika da FNLA, Luís Ranque Franque, do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda e Eduardo Mondelaine da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Na petição e discussão posterior, os líderes da FNLA criticaram severamente as políticas portuguesas em Angola, a mitigação do conflito, o facto de Portugal utilizar os empréstimos para o desenvolvimento económico do país para financiar a guerra no território, e da impunidade do governo português face ao não acatamento das resoluções da ONU. Na reunião, pediam a intervenção do Conselho de Segurança, a interrupção do fornecimento de armas a Portugal e início de negociações de paz, e ainda que as agências especializadas das Nações Unidas dessem assistência aos 200.000 angolanos obrigados a refugiar-se no Congo. Serviços de Imprensa das Nações Unidas, *Comunicado de Imprensa N.º GA/T/1464 - Two Petitioners from Angola before Fourth Committee. 200.000 Angolan Refugees Reported to have fled to Congo*, de 27 de Novembro de 1962, doc. 274, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁷ Telegrama de F. Chassaing para Thomas Jamieson, de 4 de Março de 1963, doc. 364, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁸ Num relatório de missão, F. Chassaing informou Genebra de que se tinham instalado 200 refugiados em Mao e que outros tinham saído de Matadi para o mesmo destino devido a problemas com a população local. Relatório de Missão de F. Chassaing para Vladimir Temnomeroff, de 16 de Dezembro de 1962, doc. 284 em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250; e Relatório de Missão de F. Chassaing para F. Homann-Herimberg, de 27 de Fevereiro de 1963, doc. 357A, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹²⁹ Para o orçamento total do projecto, estimado em 11.200 dólares, o ACNUR contribuiria com 5.600 dólares. *Résumé de l'entretien de 28 novembre 1962 à 16h30 entre Messieurs Jamieson, Temnomeroff, Chassaing, délégués du UNHCR, Moore, représentant US-AID, Schaffert, Entr'Aide protestante* na correspondência de Pastor H. Schaffert

bem-sucedido⁹³⁰. Foram ainda alocados dois projectos para a construção de um centro de formação e aumento do dispensário em Thysville⁹³¹.

Após a completa cessação de actividades da Liga, o ACNUR esteve ainda envolvido no projecto de reinstalação de refugiados a cargo da CVC em Luango-Nzambi⁹³², para assegurar a permanência dos refugiados na região. Sem assistência, os refugiados deslocar-se-iam para grandes centros onde sabiam haver cuidados médicos e possibilidades de formação para os seus filhos⁹³³. O financiamento aprovado pelo ACNUR permitiria à CVC comprar material agrícola, manter medicamentos, um enfermeiro e dois monitores por um ano, a compra de 1000 cobertores, vestuário e um veículo⁹³⁴.

O ACNUR cessou a operação de assistência em Junho de 1963, após a conclusão da implementação dos vários projectos⁹³⁵. Justificava o término por as dificuldades de integração dos refugiados ultrapassarem o seu domínio de acção, inserindo-se no quadro geral de problemas do Estado de acolhimento. A partir desse momento, a responsabilidade da integração e sustentabilidade dos refugiados ficou a cargo das autoridades e da ONUC⁹³⁶. Na missão geral a África que decorreu no último semestre do ano, o Alto-Comissário Adjunto visitou os refugiados no Congo. Segundo sua apreciação, a situação dos refugiados de Angola era «satisfatória», tendo

para Thomas Jamieson, de 30 de Novembro de 1962, doc. 275, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³⁰ Carta de Pastor H. Schaffert para Alto-Comissário, de 28 de Março de 1963, doc. 391; e Carta de F. Chassaing para F. Homann-Herimberg, de 28 de Março de 1963, doc. 391B, ambos em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³¹ Carta de Vladimir Temnomeroff para Thomas Jamieson, de 6 de Dezembro de 1962, doc. 276C; e *Résumé de l'entretien de 28 novembre 1962 à 16h30 entre Messieurs Jamieson, Temnomeroff, Chassaing, délégués du UNHCR, Moore, représentant US-AID, Schaffert, Entr'Aide protestante* na correspondência de Pastor H. Schaffert para Thomas Jamieson, de 30 de Novembro de 1962, doc. 275, ambos em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³² Os refugiados haviam sido retirados das ilhas do Baixo-Rio Congo e reinstalados na margem alta do rio pela Liga e CVC em terras cedidas pelas Société Profrigo, transformadas em pastorícia. Nota de L. Stouffs para F. Chassaing, de 13 de Fevereiro de 1963, na Correspondência de F. Chassaing para F. Homann-Herimberg, de 13 de Fevereiro de 1963, doc. 240A, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³³ Nota de L. Stouffs para F. Chassaing, de 13 de Fevereiro de 1963, na Correspondência de F. Chassaing para F. Homann-Herimberg, de 13 de Fevereiro de 1963, doc. 240A, em *Angolan Refugees General*, vol. 3, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³⁴ Telegrama de F. Chassaing para Homann-Herimberg, de 8 de Abril de 1963, doc. 394B, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³⁵ Telegrama de F. Chassaing para Homann-Herimberg, de 6 de Abril de 1963, doc. 394, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

⁹³⁶ Memorando de F. Chassaing para Homann-Herimberg, de 3 de Maio de 1963, doc. 401, em *Angolan Refugees General*, vol. 4, Fundo 11, Série 1, Caixa 250, UNHCRA.

perdido o carácter de urgência⁹³⁷. Na mesma declaração, Saddrudin Aga-Kahn assumiu a ineficácia do ACNUR no continente africano pela falta de experiência da organização e agências parceiras em lidar com as situações específicas de refugiados na África Subsaariana. Como principais dificuldades operacionais identificou (1) a impossibilidade de separar estágios de assistência devido à falta de estrutura estatal, a fraca produção agrícola e dificuldades de comunicação; (2) a «psicologia dos próprios refugiados», que reivindicavam a saída da economia de subsistência; e (3) a nebulosidade que rodeava categorias como deslocados, refugiados e apátridas⁹³⁸. O ACNUR permaneceu no Congo para consolidar os projectos de infra-estrutura iniciados. Nos anos seguintes, participou em projectos similares que permitiam o reforço estrutural a médio-prazo.

Em Angola, os movimentos de libertação intensificaram e alastraram as incursões ao noroeste e leste do território numa contra-ofensiva à recuperação dos territórios pelo exército português⁹³⁹ e à retórica salazarista de rápida solução do conflito⁹⁴⁰. No terreno, a estratégia portuguesa era clara: (1) o impedimento de fugas para fora do território por forma a evitar a cooptação da população pela UPA e pelo MPLA⁹⁴¹; (2) incentivo ao repatriamento organizado pela captação de movimentos políticos moderados que exercessem influência sobre os refugiados em território congolês⁹⁴²; e (3) posterior controlo da movimentação da população com recurso a termos de restrição por parte das autoridades⁹⁴³; (4) a concentração e isolamento de populações

⁹³⁷ Análise da Situação n. 2/11, de 1 de Outubro de 1963, p.7, em Análises de situação, relatórios de informações e resumos das notícias da Região de Cabinda, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa. 181, ANTT.

⁹³⁸ As reivindicações dos refugiados podem ser vistas na citação de introdução ao presente capítulo. *Oral Report of the Deputy High Commissioner Prince Sadruddin Aga-Khan*, de 7 de Outubro de 1963, em *Refugees Africa*, Refugees Angola, East Pakistan, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737, IFRCA.

⁹³⁹ O governo de Lisboa formaria uma aliança com os rebeldes catangueses liderados por Miosé Tchombé, providenciando santuário no Norte de Angola e fornecimento de material bélico em troca de uma futura exploração de recursos minérios no Catanga, e de assistência na contenção da acção dos movimentos de libertação. Telegramas de Governador Geral para Geral, de 16 de Janeiro de 1963 e de 12 de Fevereiro de 1963, em Telegramas recebidos pelo Gabinete do Ministro do Ultramar do Governador de Angola, Arquivo Silva Cunha, Caixa. 18, n.º 140, ANTT.

⁹⁴⁰ «Discurso de Oliveira Salazar de 4 de Dezembro de 1962», Situação em Angola e Tese Portuguesa sobre a Guerra, em Arquivo Salazar, PC-15A, Caixa. 595, capilha 5, ANTT.

⁹⁴¹ São disso exemplo os relatos de grupos detidos como medida de impedimento de fuga na região de Luanda. Relatório da Situação n.º 53, de 15 de Março de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 116, ANTT.

⁹⁴² Tanto a NGWISAKO como o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola participaram em acções de cooptação de refugiados no Congo no sentido do retorno destes ao país de origem. S.A., *Refugiados de Angola*, 1963, em Arquivo Salazar, UL-53, Caixa. 848, pt.6, ANTT.

⁹⁴³ No início de 1964, a Polícia de Segurança Pública determinava que os autóctones só se poderiam deslocar dentro da província com guia passada pela área em que residiam e documento comprovativo do imposto geral mínimo, com

em aldeamentos cercados e sob vigilância militar, que tinham como base o modelo da regedoria à imagem do distrito do Uíge; e (5) tratamento dos demais autóctones como agentes inimigos⁹⁴⁴.

Em 1964 foi constituída uma comissão para o estudo e planeamento da operação de recuperação a larga escala – nomeada Operação Salamandra –, em entendimento com a estratégia de Moisés Tchombé para repatriar, em cooperação com as autoridades portuguesas, o maior número de refugiados possível que se encontravam no Congo antes de 1961 e que sobrepopulavam os centros urbanos⁹⁴⁵. A Comissão estava preparada para considerar estes indivíduos como elegíveis para repatriamento pela necessidade maior de garantir o regresso das populações a Angola, apesar da preocupação com a possível oposição do ACNUR e do CICV a tal medida de repatriamento forçado⁹⁴⁶. Ao longo do decorrer do conflito, e com o recrudescimento dos ataques da UPA no norte e leste de Angola, onde a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o MPLA também iniciaram a sua actividade militar a partir de 1966, a rede de aldeamentos foi alastrada a grande parte do território angolano⁹⁴⁷.

A política de reordenamento rural, acompanhada por uma estratégia de cooptação das populações, com recurso a medidas de acção psicológica, assentes no discurso securitário e civilizacional, não deu os resultados esperados. Pelo contrário, as medidas de confinamento populacional acabaram por dar força a duas teses nacionalistas complementares: quando retornados a Angola, os civis eram confinados e mortos pelos portugueses⁹⁴⁸ e que as autoridades

excepção para os portugueses. A medida foi imediatamente criticada porque flagrantemente discriminatória e «contrária à igualdade de direitos de todos os cidadãos portugueses residentes em Angola». Telegrama do Presidente Comissão da Província de Angola, Distrito de Malanje, Ângelo Alves para Presidente Comissão da Província de Angola, Distrito de Luanda, de 7 de Março de 1964, em Arquivo Silva Cunha, Caixa. 18, n.º 142, ANTT.

⁹⁴⁴ Numa reflexão estratégica, Carlos Galvão de Melo sugeria o isolamento físico dos angolanos «concentrando-os em grandes ‘aldeias’, onde viveriam como em ‘musseques’ juntamente com a unidade militar da área [...]. Cada ‘aldeia’, bem delimitada e quando possível circundada por obstáculos será fiscalizada mediante regulamento adequado de entradas e saídas. Os próprios indígenas as construiriam rapidamente em locais onde simultaneamente servissem interesses europeus e indígenas, sendo aqueles que se opusessem a deixar as matas tratados como inimigos»; e concluía: «Hoje como sempre, entre dois adversários, o preto há-de chegar-se àquele que melhor o proteger (do outro). Já assim acontecia no fim do século passado». Carlos Galvão de Melo, «Apreciação esquemática da situação militar», de 18 de Novembro de 1964, Situação Político-Militar em Angola, em Arquivo Salazar, PC-78M, Caixa. 557, capilha 4, ANTT.

⁹⁴⁵ O número total de repatriados dependeria assim «da definição de ‘refugiado’» a adoptar – já que se tratavam, na verdade, de indivíduos que tinham entrado no Congo antes do início do conflito.

⁹⁴⁶ Joaquim Carrusca de Castro, *Informação n.º 1067*, de 10 de Dezembro de 1964, em Recuperação de Refugiados, PT/AHD/MU-GM/GNP01-NRP/S0029/UI04087, AHD.

⁹⁴⁷ Para uma análise do sistema de regedorias implementado pela Comissão Técnica de Reordenamento Rural veja-se B. Cruz e D. Curto «The Good and Bad ...», 205-231.

⁹⁴⁸ Relatório da Situação n.º 54, de 29 de Março de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 116, ANTT.

eram incapazes de proteger efetivamente as comunidades fora desses complexos⁹⁴⁹. De facto, as medidas não cooptaram os autóctones – que se recusavam a deixar o Congo mesmo quando enviados familiares para influenciar o seu retorno⁹⁵⁰ –, e levaram à fuga contínua de grande parte das populações por se sentirem ameaçadas quer pelos beligerantes. Até 1968, o fluxo de refugiados para o Congo não cessou, estabilizando-se, a partir desse ano, entre 350.000 e 400.000 indivíduos, instalados entre as províncias do Congo Central, Kivu e Catanga. Nos relatórios de situação dos SCCIA, é notória a correlação entre as regiões de ataques dos movimentos de libertação e a fuga de refugiados num primeiro momento, e, mais tarde, com a construção de complexos de aldeamentos.

No Congo, os refugiados continuavam a ser assistidos pelas missões católicas e protestantes no terreno que investiam tanto na assistência de emergência aos recém-chegados, providenciada principalmente por canais americanos⁹⁵¹, como na rápida integração dos mesmos dentro dos projectos de reinstalação, reforçados pela construção de infra-estrutura básica patrocinada pelo ACNUR. A assistência humanitária era ainda providenciada por organismos associados aos movimentos de libertação: o Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR)⁹⁵², ligado ao MPLA⁹⁵³, e o Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA)⁹⁵⁴, com associação à UPA. No decorrer do conflito, ambos instalaram

⁹⁴⁹ Relatório da Situação n.º 102, de 25 de Março de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

⁹⁵⁰ Carta de Constantino Ferreira Pires, sem destinatário, de 14 de Junho de 1965, em Recuperação de Refugiados, PT/AHD/MU-GM/GNP01-NRP/S0029/UI04087, AHD.

⁹⁵¹ Grande parte dos recursos distribuídos pelas missões protestantes provinha da USAID (United States Agency for International Development) e de missões protestantes americanas. Relatório de Situação n.º 143, de 6 de Janeiro de 1965, e Relatório de Situação n.º 151, de 3 de Março de 1965, ambos em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 126, e Relatório de Situação n.º 160, de 5 de Maio de 1965, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 127, ANTT.

⁹⁵² Os estatutos do CVAAR datam de 21 de Agosto de 1961, estabelecendo a organização como filantrópica e apolítica. Tinha como presidente o Dr. Américo Boavida, apoiado pelo Comité constituído pelo Dr. Carlos Pestana, Manuel Boal e Manuel Videira. Relatório da Situação n.º 57, de 19 de Abril de 1963, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 116; e Estatutos do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, Actividade do CVAAR - Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, doc. n.º 96, 1961, em Arquivo Salazar, PC-81, capilha 1, 2ª subd., ANTT.

⁹⁵³ Para além do apoio financeiro do MPLA, o CVAAR obtinha financiamento a partir de outras organizações. Surge a título de exemplo o Comité Brasileiro de Auxílio ao Refugiado Angolano em 1962, e a Solidarité de Paris em 1966, que contribuía regularmente com medicamentos e antibióticos. Relatório de Situação n.º 41, de 23 de Novembro de 1962, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 114; e Relatório de Situação n.º 235, de 12 de Outubro de 1966, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 133, ANTT.

⁹⁵⁴ Relativamente ao SARA, não foi encontrado nenhum documento oficial, mas pelos relatórios de informação foi identificado como director do Serviço o Dr. João José Lihauca que se demitiria do cargo por divergências com o GRAE em Julho 1964 - aquando da cisão de Jonas Savimbi, ministro dos assuntos externos, e de José Kalundongo,

dispensários, clínicas e escolas para as famílias dos combatentes refugiadas no Baixo Congo que também serviam a população refugiada. Enredados em questões políticas, os elementos destes serviços viram a sua acção boicotada várias vezes pelas autoridades congoleesas⁹⁵⁵. Por este motivo, a cooperação com as agências internacionais não era viável. Após o reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), o MPLA utilizou o CVAAR como parte da sua estratégia de afirmação internacional através de várias tentativas de apelo directo ao ACNUR e à Liga. Chegou ainda a candidatar-se para constituir a Cruz Vermelha Angolana, tentativa negada pelo CICV por o organismo não estar estabelecido em território angolano.

Apesar da situação dos refugiados ser dada como estável, estas populações enfrentavam, a partir de 1963, um novo conjunto de dificuldades à sua permanência em território congolês. Primeiramente, a acção da UPA no território colocou os refugiados numa situação de penúria. Para além da manipulação psicológica que tinha contribuído para o atraso da sua integração, os refugiados viram-se obrigados a contribuir para a causa do movimento com os poucos recursos que tinham. Nos anos de 1963 e 1964, foram vários os protestos dos refugiados perante os líderes da UPA e autoridades congoleesas⁹⁵⁶. Queixavam-se do desvio de alimentos para abastecer o campo

chefe de Gabinete do ELNA -, ingressando no MPLA em Agosto do mesmo ano. No mesmo ano, operavam nos seus dispensários um médico haitiano, Dr. Louis Wellington, especialista em obstetrícia e antigo bolseiro da Organização Mundial de Saúde, e os médicos André Tiago e Ian Gilchrist, este último subsidiado pelo American Committee for Africa. Carta de Silvino Silvério Marques para Ministro do Ultramar, n. 6473/56.A.8.1/3 GP de 30 de Setembro de 1964; Carta de Eduardo Silva e Sousa para Chefe da delegação da PIDE em Luanda, n.º3434/56.A.8.1/3 GP, de 28 de Setembro de 1964; Relatório Imediato n.º 1600/64-GAB, de 12 de Agosto de 1964; e PIDE, Relatório Imediato n.º 1475/64-GAB, de 30 de Julho de 1964, todos em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Actividades do SARA, Caixa. 239, processo de informação, n.º 67, ANTT.

⁹⁵⁵ Entre os obstáculos, contam-se encerramentos de dispensários e clínicas dos dois organismos por parte das autoridades congoleesas. SCCIA, Relatório de Notícias n. 1329/64-GAE, de 2 de Julho de 1964; PIDE, Relatório Imediato, n.º 1405/64-GAB, de 17 de Julho de 1964; e PIDE, Relatório imediato n.º 336/65-GAB, de 23 de Fevereiro de 1965, todos em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Actividades do SARA, Caixa. 239, processo de informação, n.º 67; Resumo das notícias de carácter militar processadas durante o mês de Novembro, p. 12, Novembro de 1963, Análises de situação, relatórios de informações e resumos das notícias da Região de Cabinda, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa. 181, ANTT.

⁹⁵⁶ Os refugiados queixavam-se de roubo de alimentos e da violência da UPA em território angolano. Relatório da Situação n.º 103, de 1 de Abril de 1964, e Relatório da Situação n.º 107, de 29 de Abril de 1964, ambos em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

de treino de Kinkuzu⁹⁵⁷, e de donativos para benefício dos líderes do movimento⁹⁵⁸. Em Maio de 1964, a residência de João Eduardo Pinock, um dos líderes da UPA, foi atacada por refugiados «esfomeados»⁹⁵⁹. Numa reunião com a UPA, a Liga Geral dos Trabalhadores de Angola e o PDA, os refugiados reclamavam: «a miséria aflige-nos gravemente e por todos os lados somos tratados como animais. As nossas raparigas, mesmo de tenra idade, são violadas e, quando resistem, são encarceradas por vários dias. Os homens são empregados em trabalhos violentos e tratados como escravos. Em consequência da miséria insuportável, grande número de refugiados já regressou aos seus povos reconstruídos pelos portugueses que lhes deram sementes e terreno para cultivarem [...] Estou há dois anos em Matadi e nunca recebi a mais pequena ajuda de qualquer partido político angolano. A minha mulher teve de ser hospitalizada, mas as despesas foram apenas pagas por mim! Os partidos políticos recolhem o dinheiro para gasto próprio dos seus dirigentes e só servem para nos enganar sobre a independência de Angola»⁹⁶⁰. No ano seguinte, os refugiados foram obrigados a pagar uma cota semanal à UPA de cinco francos congolezes para os homens e três para as mulheres. Para além disso, tinham de pagar uma cota mensal de cinquenta francos e responsabilizar-se pela aquisição do material escolar para que os seus filhos pudessem ter acesso ao ensino propiciado pelo movimento⁹⁶¹.

As ameaças aos refugiados e à população local⁹⁶² contribuiu assim, para aumentar a pobreza e insegurança no Baixo Congo, o que levou, em segundo lugar, a uma resposta musculada

⁹⁵⁷ A situação começou a ser evidente em meados de 1964. Seis meses depois, chegava a Leopoldville uma delegação da República Federal Alemã para investigar o destino dos auxílios que tinham sido concedidos por aquele Estado para os refugiados e que constavam terem sido desviados pelos combatentes. Relatório da Situação n.º 69, de 19 de Julho de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 118; e Relatório de Situação n.º 144, de 13 de Janeiro de 1965, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 126, ANTT.

⁹⁵⁸ Relatório da Situação n.º 115, de 24 de Junho de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 122, ANTT.

⁹⁵⁹ Relatório da Situação n.º 108, de 6 de Maio de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

⁹⁶⁰ Informação n.º 445-SC/CI(2), de 4 de Dezembro de 1964, em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/MU-GM/GNP01-RNP/S0055, AHD.

⁹⁶¹ Relatório de Situação n.º 166, de 17 de Junho de 1965, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 128, ANTT.

⁹⁶² Resumo das notícias de carácter militar processadas durante o mês de Novembro, p.21, Novembro de 1963, Análises de situação, relatórios de informações e resumos das notícias da Região de Cabinda, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa. 18; e Relatório da Situação n.º 104, de 8 de Abril de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

por parte das autoridades dirigida não só às actividades dos movimentos de libertação⁹⁶³, mas também aos refugiados. Num primeiro momento, as medidas mais autoritárias - incêndio de cubatas e deslocação forçada⁹⁶⁴ - foram justificadas pela necessidade de descongestionamento das áreas sobre-populadas junto de Songololo e Matadi, em cumprimento dos projectos financiados pelo ACNUR e missões religiosas. O problema da sobrepopulação⁹⁶⁵ não foi resolvido pela progressiva integração dos refugiados⁹⁶⁶. A exaustão dos solos e a falta de alimentos generalizada levou à tributação geral e local dos refugiados integrados há mais de dois anos⁹⁶⁷. Para além dos impostos gerais, as famílias eram obrigadas a pagar entre 150 a 350 francos congolese para a que as crianças tivessem acesso à educação. O pagamento de impostos servia ainda como forma de recenseamento, medida que permitiu um registo aproximado do efectivo no território. Estas dificuldades implicaram grandes esforços para os refugiados. Alguns, continuaram a recusar o repatriamento mesmo com salvo conduto por parte das autoridades congolese ou da embaixada de Portugal em Leopoldville⁹⁶⁸, outros optaram por regressar a território angolano, impossibilitados de pagar o duplo tributo⁹⁶⁹.

⁹⁶³ São exemplos disso o encerramento dos dispensários do SARA e do CVAAR, mas também a limitação das actividades e circulação da UPA, e a destruição dos símbolos do movimento em algumas ocasiões. Resumo das notícias de carácter militar processadas durante o mês de Outubro, p. 21, Outubro de 1963, Análises de situação, Relatórios de informações e resumos das notícias da Região de Cabinda, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa. 18; e Relatório do Governador Abílio Freire da Cruz Júnior para Governador Geral de Angola, s.d., Perintel anual do ano de 1963 do Governo do Distrito do Zaire, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa. 183, ANTT.

⁹⁶⁴ Relatório da Situação n.º 69, de 19 de Julho de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 118, e Relatório da Situação n.º 112, de 3 de Junho de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 122, ANTT.

⁹⁶⁵ Nos dois maiores centros de recepção, as autoridades procediam a outras medidas dissuasoras. Em Songololo, e devido à insuficiência de estabelecimentos de ensino, crianças refugiadas eram expulsas das escolas para dar lugar a crianças congolese. Em Moanda, perto de Boma, as autoridades locais optaram por proibir as empresas ali instaladas de admitir quaisquer trabalhadores angolanos ao seu serviço. Relatório da Situação n.º 108, de 6 de Maio de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121; e Relatório da Situação n.º 116, de 1 de Julho de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 122, ANTT.

⁹⁶⁶ Grande parte dos refugiados que chegavam em 1964 eram directamente dirigidos para as áreas designadas para a sua integração. Relatório da Situação n.º 105, de 15 de Abril de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

⁹⁶⁷ Em Matadi, as autoridades locais pediam a cobrança de imposto anual e taxa de limpeza como compensação do fornecimento gratuito de água e do transporte do lixo, taxa essa já exigida em Soio, Luadi e Cuango, apesar dos refugiados não beneficiarem de tais regalias. Relatório de Situação n.º 124, de 26 de Agosto de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 123, ANTT.

⁹⁶⁸ Relatório da Situação n.º 113, de 10 de Junho de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 122; e Relatório de Situação n.º 164, de 2 de Junho de 1965, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 128, ANTT.

⁹⁶⁹ Relatório de Situação n.º 166, de 17 de Junho de 1965, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 128, ANTT.

Os que retornavam não encontravam uma situação melhor em Angola. Se não fossem directamente captados para os aldeamentos, como era o caso no distrito do Zaire⁹⁷⁰, ficavam à mercê da realidade nas matas onde as lavras eram destruídas e a população perseguida devido à intensificação da actividade das tropas portuguesas e da UPA⁹⁷¹. Nos aldeamentos, as medidas de controlo agravaram-se progressivamente. Num primeiro momento, as mulheres que cuidavam do cultivo nos campos externos foram impedidas de amamentar e levar os recém-nascidos. A partir de 1966, o cultivo externo foi proibido devido ao receio de contactos com guerrilheiros, ficando a população confinada dependente da assistência alimentar das autoridades⁹⁷². Aqueles que saiam do Congo para colher algum produto de plantações no lado angolano da fronteira acabavam por cair nas armadilhas colocadas pelas tropas portuguesas⁹⁷³. Nos centros urbanos, viam-se sem emprego e forçosamente deslocados para agirem como armas de contrapropaganda⁹⁷⁴. As medidas portuguesas, aliadas ao aumento das actividades dos movimentos de libertação, que ocupavam posições nos distritos do Zaire, Uíge e Lunda Norte, impediram assim o retorno dos refugiados em sérias dificuldades no Congo Leopoldville e acabaram por alienar os escassos grupos que retornavam.

Apesar de diminuta, a apresentação de refugiados era importante para o governo de Lisboa ao nível interno e internacional⁹⁷⁵. Em Abril de 1965, António Oliveira Salazar aproveitou politicamente o número de apresentações, frisando que «a parte do mundo ainda consciente ficará assombrada quando, findo o regresso de todos os refugiados recuperáveis, se tornar claro porque se impôs, nesta época de defesa dos direitos humanos, a dezenas ou centos de milhares de pessoas,

⁹⁷⁰ Antigo distrito do Congo. Relatório de Situação n.º 122, de 12 de Agosto de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 123, ANTT.

⁹⁷¹ Nos anos de 1964 e 1965 são contínuos os relatórios semanais dos SCCIA que reportam a fuga de grupos importantes de indivíduos. Relatório da Situação n.º 107, de 29 de Abril de 1964; e Relatório de Situação n.º 120, de 29 de Julho de 1964, ambos em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 123, ANTT.

⁹⁷² Rev. David Grenfell, *The Work Amongst the Angolan Refugees in the Lower Congo. Annual Report for 1966*, de 4 de Janeiro de 1967, doc. sem número, em *Refugees from Angola in Zaire* vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCR.

⁹⁷³ Relatório da Situação n.º 61, de 2 de Agosto de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 118; e Relatório de Situação n.º 120, de 29 de Julho de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 123, ANTT.

⁹⁷⁴ Relatório de Situação n.º 137, de 25 de Novembro de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 125, ANTT.

⁹⁷⁵ A partir de 1964, verifica-se a contínua denúncia por parte dos SCCIA de apresentações cada vez mais escassas e de êxodos dos refugiados com maior importância.

a forçada ausência do país natal e a precária vida em lugares de recurso»⁹⁷⁶. O discurso surgiu numa altura em que os movimentos de libertação estendiam a frente norte a nordeste e que nos *fora* internacionais se mostrava necessária a utilização da questão humanitária a favor de Lisboa.

Depois da aprovação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais em 1960, a implementação da autodeterminação passou a ser o principal objectivo da Assembleia Geral da ONU nos debates sobre as colónias portuguesas⁹⁷⁷. Foram constituídas três comissões para investigar a questão colonial e Portugal excluído de outros órgãos de trabalho, tanto na Assembleia Geral, como noutras agências. No Comité de Descolonização, a guerra colonial, estendida à Guiné e Moçambique, foi considerada pela maioria dos intervenientes como uma ameaça à paz e segurança internacionais e, apesar do Conselho de Segurança não ter aprovado o pedido de adopção de sanções e a expulsão de Portugal do seio das Nações Unidas⁹⁷⁸, a pressão dos países afro-asiáticos fez-se sentir de forma crescente⁹⁷⁹. A partir de organizações regionais como a OUA, instituída em 1963, o Grupo Afro-Asiático consolidou uma frente internacional organizada contra a presença colonial em África. Desde a sua instituição, a OUA colaborou directamente com as Nações Unidas para a resolução dos problemas em África, levando a importantes progressos para a protecção internacional dos refugiados no continente. Valia ao governo de Lisboa, o apoio mais ou menos discreto dos membros da NATO e de alguns países da América Latina contra a onda anticolonial transcontinental.

Em 1965, a ONU avançou uma série de medidas para aumentar a assistência aos refugiados no continente africano, onde o ACNUR desenvolvia as suas principais actividades⁹⁸⁰. No Congo,

⁹⁷⁶ «Discurso de Oliveira Salazar de 27 de Abril de 1965», em Arquivo Salazar, PC-15A, Caixa. 595, capilha 5, ANTT.

⁹⁷⁷ A. Santos, «Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975)», *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 35 (2018): 21.

⁹⁷⁸ A queixa colectiva da Libéria, Serra Leoa, Tunísia e Malgaxe pedia a expulsão de Portugal e da República da África do Sul. Depois de reformulada, omitindo a expulsão, foi aprovada por 8 votos (com abstenção dos Estados Unidos, França e Reino Unido) no Conselho de Segurança a resolução que convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e independência dos povos africanos dos seus territórios e aplicar com urgência outras medidas de descolonização tais como acabar com todos os meios de repressão e decretar amnistia política incondicional aos movimentos de libertação. Relatório da Situação n.º 71, de 2 de Agosto de 1963, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 118, ANTT.

⁹⁷⁹ Relatório da Situação n.º 102, de 25 de Março de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

⁹⁸⁰ Em Junho de 1965, depois de uma missão em África, o Comité dos 24 adoptou uma resolução que pedia ao ACNUR e agências especializadas da ONU para aumentar a assistência providenciada aos refugiados provenientes de territórios sob administração portuguesa. No final do ano, a Assembleia Geral reiterava o mesmo pedido com a adopção da resolução 2107 (XX) e pedia aos Estados-membros que apoiassem os esforços do ACNUR e agências especializadas em África devido ao aumento do número de refugiados no continente - resolução 2040 (XX). Special

apesar do aumento do fluxo de chegadas, a situação dos refugiados mantinha-se estável, continuando a estabelecer-se em comunidades aparentadas e a beneficiar de assistência por parte de várias agências no terreno, incluindo os projectos para os quais o ACNUR continuava a contribuir⁹⁸¹.

As missões religiosas continuavam a apoiar directamente os recém-chegados que se apresentavam cada vez em menor número no Baixo Congo⁹⁸². Apesar de bastante debilitados pela longa permanência nas matas do Norte de Angola⁹⁸³, os refugiados eram rapidamente assistidos por forma a poderem ser integrados nas comunidades de destino⁹⁸⁴. Os inquéritos feitos aos recém-chegados demonstraram novamente as causas de fuga: bombardeamentos das florestas onde estavam, seguidos, em alguns casos, da perseguição por parte das forças portuguesas. Nas matas, os angolanos não tinham percepção de onde surgiriam novos ataques, tendo de mover-se continuamente e em silêncio. O maior problema envolvia os recém-nascidos. Relatos de mães que morreram ao tentar proteger os filhos ou que os sufocavam sem intenção para manter o silêncio não eram incomuns⁹⁸⁵. No único centro de recepção de refugiados a leste da Província, a assistência de emergência era providenciada durante um ano, acompanhada de formação. Após

Committee on the Situation with Regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, *Territories under Portuguese Administration - Question of Refugees*, doc. A/AC.109/L.293, de 7 de Junho de 1966, anexo ao doc. 4, Carta de A. P. Chaochs para Saddrudin Aga-Kahn, de 24 de Agosto de 1966, em *Refugees from Angola in Zaire* vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸¹ Para além dos projectos anteriormente referidos, o ACNUR reforçara em 1965 um projecto governamental de alocação de verbas para providenciar sementes e instrumentos agrícolas a 10.000 novos refugiados em Songololo. Special Committee on the Situation with Regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, *Territories under Portuguese Administration - Question of Refugees*, doc. A/AC.109/L.293, de 7 de Junho de 1966, anexo ao doc. 4, Carta de A. P. Chaochs para Saddrudin Aga-Kahn, de 24 de Agosto de 1966, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸² No ano de 1966 os registos das missões protestantes apontavam para um total de 8861 de novos refugiados, enquanto que no ano anterior esse número tinha sido elevado a 23.800. Memorando de Otto Hagenbuchle para ACNUR Genebra, de 27 de Março de 1968, doc. 51, em *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸³ Muitos dos refugiados que chegavam ao Baixo Congo a partir de 1965 eram originários das regiões a leste e sul de Luanda. Jim Grenfell, s.t., para Delegação Kinshasa, de 30 de Janeiro de 1968, Memorando de Otto Hagenbuchle para ACNUR Genebra, de 27 de Março de 1968, doc. 51, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸⁴ Era providenciada assistência de emergência durante quatro meses fora dos centros de recepção até à primeira colheita.

⁹⁸⁵ Rev. David Grenfell, *The Work Amongst the Angolan Refugees in the Lower Congo. Annual Report for 1966*, de 4 de Janeiro de 1967, doc. sem número, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

esse período, os refugiados mantinham cartões de registo recebendo, em lugar da alimentação, instrumentos agrícolas e sementes e vegetais «quando disponíveis»⁹⁸⁶.

O problema de sobrepopulação no Congo foi ainda integrado num conjunto de estratégias internacionais que procuravam resolver estruturalmente os múltiplos desafios apresentados no continente africano. Foram desenvolvidos planos de cooperação entre o ACNUR e a OUA para legitimar formalmente a condição de refugiado nas geografias fora do território europeu e desenvolvidas estratégias de cooperação com outras agências das Nações Unidas em áreas específicas como a educação e a agricultura, significando uma maior autonomia do ACNUR para integrar as suas actividades em planos de desenvolvimento estruturais nos Estados africanos recentemente independentes⁹⁸⁷. Em 1967, o ACNUR esteve envolvido em vários projectos de melhoramento de infraestruturas e assistência médica⁹⁸⁸ e sugeriu directamente ao governo congolês que se candidatasse ao Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD) para projectos de desenvolvimento rural. Seria a FAO a responder ao apelo para assistência na área da agricultura. Em conjunto com o Centro de Desenvolvimento Comunitário (CEDECO), que providenciava formação técnica aos refugiados, a FAO desenvolveu projectos cooperativistas no Congo Central por forma a combater a exaustão dos solos e o êxodo rural⁹⁸⁹.

⁹⁸⁶ Havia dois centros de recepção de refugiados, um a oeste, em Songolo, e outro a leste da província, em Kibentele. Memorando de J. Woodward para Alto-Comissário, de 7 de Fevereiro de 1967, doc. 10, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸⁷ A estratégia procurava lidar com as dificuldades financeiras do ACNUR que, em 1966, apresentava um défice orçamental de um milhão de dólares. Memorando de J. Woodward para Alto-Comissário, de 7 de Fevereiro de 1967, doc. 10, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸⁸ Foram alocados 10.000 dólares para o centro de formação vocacional em Kimpese, 35.000 dólares para o melhoramento de escolas e 7.000 dólares para a construção de 22 salas de aula e equipamento de 20 outras em Kimpese; 15.000 dólares para equipamento de um bloco de laboratórios de ciências em Sona Bata; 41.400 dólares para a construção de 60 salas de aula e manutenção dos professores no Estuário do Congo; 5000 dólares para o aumento da capacidade das escolas de Songololo, Lufu e Fornisari; e construção de escolas em Matadi (sem informação de orçamento). Na área da saúde contribuiu com 8.550 dólares para cuidados médicos a 170 pacientes com tuberculose e 4000 dólares para a cuidados médicos aos refugiados cabindenses em Maiombe. S. A., *Note on the assistance to Angolan refugees in the Democratic Republic of the Congo*, de 10 de Maio de 1968, doc. 54, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁸⁹ Colocado em prática pela FAO, o projecto era dirigido por um Comité Tripartido - FAO, PNUD e OMS. O PNUD ficava encarregado das despesas de missões de especialistas agrícolas para estudo no terreno e o ACNUR pela angariação de fundos de outras organizações. Carta de Jacques Cuénod para Otto Hagenbuchle, de 18 de Novembro de 1969, doc. 123, e Carta de Jacques Cuénod para Huyser, de 12 de Dezembro de 1969, doc. 128, ambos em Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

Na área de Songa, junto de Songololo, e em Kibentele⁹⁹⁰, muitos dos refugiados mais antigos conseguiram, a partir de 1967, vender os excedentes nos mercados locais, confirmando um nível de integração satisfatório. Na região de Thysville, que contava com cerca de 120.000 refugiados, não havia maiores necessidades. O único grupo de refugiados em situação de dependência - cabindenses que tinham sido negligenciados em anos anteriores devido a dificuldades de acesso - tinha retornado a Cabinda voluntariamente. O novo foco de preocupação era dar a garantia de protecção e assistência aos refugiados em Dilolo, na província do Catanga. A primeira missão do ACNUR na região foi realizada em Julho de 1968.

Alojados numa área extremamente subdesenvolvida, sobreviviam 5000 refugiados que tinham chegado ao território entre 1961 e 1964. A estes juntava-se um número desconhecido de novos refugiados que fugiam à intensificação da acção da UPA junto da fronteira. Nas suas recomendações, o representante do ACNUR frisou a importância de uma presença internacional na região para providenciar assistência nas áreas da saúde e da educação, melhoramento dos transportes e comunicações, provimento de vestuário, sementes e instrumentos agrícolas⁹⁹¹. Em 1969, foi dada maior autonomia ao ACNUR para se envolver em projectos educativos primários e profissionais, numa altura em que a agência admitia insuficiências na assistência aos refugiados angolanos⁹⁹². Se a situação no Baixo Zaire parecia, de algum modo, estável, na província de Shaba os refugiados continuavam a afluir à região de Dilolo⁹⁹³. O ACNUR estabeleceu aí uma delegação que se destinava a manter a assistência de emergência com a intenção de integrar os refugiados pelas mesmas vias utilizadas na província vizinha. Em 1972, o governo central pediu a continuação

⁹⁹⁰ Estavam nesta região cerca de 200.000 refugiados. S. A., *Note on the assistance to Angolan refugees in the Democratic Republic of the Congo*, de 10 de Maio de 1968, doc. 54, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁹¹ O programa de assistência de emergência para a região foi orçamentado da seguinte forma: Kahemba (3000 a 4000 refugiados) distribuição de instrumentos agrícolas, cobertores e um Land Rover para serviços médicos num total de 17.500 dólares; Tshikapa (500 a 1000 refugiados) distribuição de instrumentos agrícolas e cobertores num total de 4.500 dólares; Dilolo (5000 a 10.000 refugiados) distribuição de instrumentos agrícolas e cobertores num total de 26.000 dólares. Custo total da operação: 60.0000 dólares (este valor tem em conta despesas logísticas). Telegrama de Otto Hagenbuehle para Sede Genebra, de 23 de Setembro de 1968, doc. 80, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁹² Comité Executivo do Programa do ACNUR, *Note sur l'action en faveur des refugies dans Le domaine de l'éducation*, de 2 de Dezembro de 1969, doc. A/AC.96/418, em Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados 1968-1970, Estante 1, Prateleira 1, Maço 7, AHD.

⁹⁹³ Em 1971, a República Democrática do Congo alteraria a sua nomenclatura para Zaire, sendo que as províncias seriam também renomeadas: Baixo Congo passou a designar-se por Baixo Zaire e o Catanga passou a denominar-se Shaba.

da missão devido ao constante influxo de refugiados⁹⁹⁴. Em cooperação com a Organização Internacional para o Desenvolvimento Rural (IORD), o ACNUR capacitou uma equipa móvel de assistência e disponibilizou 50.000 dólares para a consolidação da acção de integração no ano seguinte⁹⁹⁵.

Novas parcerias nos anos 1970

Ainda antes do final da década de 1960, surgiram dois novos desenvolvimentos relevantes para a definição do Estatuto e protecção dos refugiados em África, onde o ACNUR era responsável por mais de 700.000 refugiados. Em 1967, a adopção do Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados pela Assembleia Geral foi o primeiro. Este acordo revogava as limitações temporais e espaciais da CER para abranger, formalmente, refugiados de outras geografias, adaptando os mecanismos legais a uma realidade que já se impunha há pelo menos dez anos e universalizando, *de facto* a responsabilidade pela protecção e assistência a estes indivíduos. Em 1969, também a OUA – principal impulsionadora do Protocolo de 1967 pela cooperação que vinha a desenvolver com o ACNUR desde 1964 - adoptava a Convenção da Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África. A Convenção inovou pela adaptação e superação dos instrumentos das Nações Unidas por forma a formular uma definição de refugiado em concordância com a realidade regional africana: a disposição do Artigo I, parágrafo 2, acrescentou à definição estabelecida pelo Protocolo de 1967 que «O termo ‘refugiado’ aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar de residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.»⁹⁹⁶

Apesar das inovações propostas, o Artigo XVI da Convenção condiciona a entrada em vigor do documento à ratificação de um terço dos Estados-membros da Organização. A quota foi

⁹⁹⁴ Carta da Sûreté d’Etat para Delegação ACNUR, de 29 de Dezembro de 1972, doc. 194, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁹⁵ Memorando de Antoine Noël para Otto Hagenbuchle de 15 de Fevereiro de 1973, doc. 203, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁹⁶ Convenção da Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, em http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/convencao_refugiados_oua.pdf, acedida a 13 de Maio de 2016.

atingida somente em Junho de 1974, prejudicando a necessidade de protecção dos refugiados angolanos nos Estados de acolhimento⁹⁹⁷. O reconhecimento da necessidade de protecção destes indivíduos pelos Estados africanos parecia ficar para segundo plano quando se tratava de proteger os seus interesses num continente flagelado pela instabilidade político-militar, não só no referente à dominação colonial, mas também por motivos económicos e conflitos resultantes das lutas pós-independência.

Na viragem para a década de 1970, o Zaire era o Estado com mais refugiados no continente africano. Segundo as estimativas havia entre 350.000 a 400.000 angolanos refugiados, para além dos ruandeses e sudaneses que procuravam asilo nas províncias a norte⁹⁹⁸. Na óptica de um delegado externo, os números não eram a questão mais importante: governo continuava a não conseguir lidar com a situação dos refugiados, cabendo ao ACNUR a responsabilidade de examinar a situação em conjunto com as autoridades já que as estatísticas apontavam para um melhoramento contínuo da situação destes indivíduos no Baixo Zaire⁹⁹⁹.

Até ao final da guerra colonial, o ACNUR acabou por estar envolvido em projectos de contenção de emergência e de estabilização e integração dos refugiados a médio-prazo, tendo um papel fulcral, ainda que dentro das suas limitações, nas áreas da educação¹⁰⁰⁰, fomentação agrícola e saúde¹⁰⁰¹. Houve casos pontuais de emergência e necessidade de deslocação de refugiados, de

⁹⁹⁷ O Zaire ratificou a Convenção a 4 de Maio de 1973.

⁹⁹⁸ Entre 1968 e 1972 as cifras de refugiados giram em torno destes números. Apesar de serem vistas como conservadoras e haver relatos de chegadas contínuas de refugiados, ainda que em fluxos menores, principalmente para a província do Catanga. As estimativas dos movimentos de libertação são superiores - entre 600.000 e 610.000. Tendo em conta que nem todos os refugiados eram recenseados, eram o GRAE e as missões religiosas que dispunham de sistema de recenseamento, e, por isso, pode-se apontar para um número intermédio de refugiados angolanos no Congo. Nota 84 de G. Gédert, de 19 de Agosto de 1970, doc. 153, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

⁹⁹⁹ Otto Hagenbuchle havia recebido queixas e apelos de várias autoridades congoleesas que descreviam uma situação de miséria entre os refugiados que chegavam feridos e com doenças contagiosas. Memorando de Otto Hagenbuchle para Sede Genebra, de 22 de Janeiro de 1972, doc. 167, Refugees from Angola in Zaire, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰⁰ No final de 1973 o ACNUR participou, em cooperação com a Associação dos Cristãos da Igreja Baptista de Angola, na construção de nove escolas primárias e equipamento de cinco outras na região entre Matadi e Kinshasa. Para além destas escolas, estava prevista colaboração na construção de escolas secundárias com plano curricular em francês e português por forma a que os refugiados estivessem mais bem preparados para integrar programas de ensino quando retornassem a Angola. Memorando do Programme Officer for Central Africa para ACNUR Genebra, de 22 de Outubro de 1973, doc. 229; e Carta de Antoine Noël para Alto-Comissário, de 9 de Abril de 1974, doc. 254, ambos em Refugees from Angola in Zaire v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰¹ Na XXIII Sessão do Comité Executivo do ACNUR, foi acordada a alocação de 300.000 dólares para as necessidades dos refugiados angolanos. Na área da saúde previa-se o reforço da assistência hospitalar englobando um hospital, sete dispensários, ambulâncias, contratação de oficiais regionais e melhorias no abastecimento de água. Na área da agricultura, foi fortalecido o fornecimento de sementes, plantas, instrumentos agrícolas, e implementado de

Matadi e Songololo para Seke-Banza no início de 1972, aquando de um fluxo de 3000 indivíduos na região. A missão de deslocação e assistência foi feita em parceria com a IORD e com as autoridades centrais do Zaire até 30 de Abril¹⁰⁰², quando a maior parte dos refugiados já se encontrava instalada e integrada¹⁰⁰³.

A partir de 1972 houve ainda uma mudança significativa na interacção entre o ACNUR e os movimentos de libertação. Ao contrário do que aconteceu em Marrocos e na Tunísia, em que o ACNUR cooperou com a FLN somente depois do estabelecimento de negociações com as autoridades francesas, o Alto-Comissariado começou a cooperar com o GRAE ainda em 1972 com o apoio das autoridades zaienses. Não obstante, esta não deixa de ser uma alteração significativa no que diz respeito aos princípios de imparcialidade e neutralidade da agência. No Zaire, os representantes do ACNUR sentiram uma mudança de atitude tanto das autoridades centrais, como do GRAE, o que permitiria o desenvolvimento de relações profícuas e de cooperação entre os dois organismos. Em Janeiro, na primeira reunião documentada pelo ACNUR, o GRAE questionou a adequação da assistência providenciada aos refugiados angolanos no Zaire em comparação com o investimento feito em benefício de outros grupos no continente, e defendeu a coordenação próxima e intensificação de toda a assistência material para o futuro¹⁰⁰⁴. As mudanças foram ainda notadas no centro do debate na ONU, com a aceitação dos movimentos de libertação como observadores no Comité dos 24 em Abril, o reconhecimento dos mesmos como «representantes das legítimas aspirações dos povos das Colónias Portuguesas» pela Assembleia Geral e a legitimidade da luta conduzida pelos povos de Angola, Guiné e Moçambique pelo Conselho de Segurança. A cooperação foi desenvolvida nas áreas da educação e saúde.

um sistema de transportes eficiente para a venda de produtos em cooperativas. Carta de Antoine Noël para Alto-Comissário, de 9 de Abril de 1974, doc. 254, em *Refugees from Angola in Zaire* v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰² Telegramas entre Otto Hagenbuchle e Sede Genebra, de 10 de Fevereiro de 1972, docs. 170, 171 e 172; e de 11 de Fevereiro de 1972, docs. 173 e 174; Telegrama de Otto Hagenbuchle para ACNUR Genebra, de 17 de Março de 1972, doc. 178, todos em *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰³ A contribuição a partir do Fundo de Emergência do ACNUR foi de 24.000 dólares (1650 dólares para cobertores, 1750 dólares para instrumentos agrícolas, 300 dólares para sementes, 3000 dólares destinados à assistência médica, 10.300 dólares para recursos humanos, 1500 dólares para custos administrativos e 1500 dólares para despesas diversas), numa operação estimada em 133.000 dólares. Memorando de Gilbert Jaeger para Alto-Comissário, de 29 de Maio de 1972, doc. 186, *Refugees from Angola in Zaire*, vol. 1, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰⁴ Note-se que o orçamento do ACNUR para a assistência aos refugiados angolanos no Zaire aumentou substancialmente em 1973, para 300.000 dólares. Em anos anteriores o investimento para os refugiados angolanos no Zaire girava em torno dos 50.000 dólares. Telegrama de Hagenbuchle para Cuénod, de 21 de Janeiro de 1972, em *Refugees from Angola- General*, vol.1, 1966-1972, doc. 584, Fundo 11, Série 2, Caixa 16, UNHCRA.

Apesar do desenvolvimento de relações, a cooperação efectiva entre o GRAE e o ACNUR surgiria somente no início de 1974, quando foram efectuadas três missões conjuntas: duas no Baixo Zaire e uma na província de Shaba. Nas missões, os delegados do Alto-Comissariado puderam constatar o apoio da população refugiada à FNLA e a sua capacidade para implementar projectos eficientes a custo reduzido. Verificadas as necessidades da população nas duas províncias e a efectividade da cooperação com o governo central¹⁰⁰⁵, o ACNUR acordou formalmente a alocação de verbas para programas desenvolvidos pela FNLA¹⁰⁰⁶. O projecto foi iniciado três meses após a mudança de regime em Portugal e previa a cooperação entre os dois organismos até o final de 1975¹⁰⁰⁷.

Aquando da transição para a independência, a situação dos refugiados permaneceria estável, tendo em conta o nível médio de vida da população local, contribuindo para a possibilidade de um repatriamento lesto para mais de 500.000 refugiados angolanos em território Zaireense¹⁰⁰⁸.

Os refugiados da frente leste: movimentação populacional e estratégias de assistência na Zâmbia

O cenário de guerra em Angola, que até então se concentrava na região dos Dembos e no Enclave de Cabinda, foi alastrado para o leste em meados de 1966. A estratégia ficava a dever-se à recuperação do MPLA, depois do reconhecimento do GRAE pela OUA e da expulsão do Congo Leopoldville pelo General Mobutu que, em Novembro do ano anterior, tinha conseguido afastar Moisés Tchombé do poder e reafirmado o apoio moral e logístico ao GRAE. Desta forma, o MPLA, que movera a sua sede de operações para o Congo Brazzaville, procurava ganhar terreno internacional com o apoio dos Estados vizinhos de Angola. Em 1964 foi reconhecido e abriu um

¹⁰⁰⁵ Carta de Alain Peters para Alto-Comissário, de 19 de Março de 1974, doc. 250, em Refugees from Angola in Zaire v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰⁶ O ACNUR alocou uma primeira verba de 50.000 dólares para compra de ambulâncias, medicamentos e equipamento para 18 dispensários dirigidos pela FNLA. Os projectos a ser desenvolvidos em conjunto previam a alocação de 150.000 dólares na totalidade. Telegrama de Kaellenius para Antoine Noël, de 1 de julho de 1974, doc. 275, em Refugees from Angola in Zaire v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42; e ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during June 1974*, MHCR/16/74, de 11 de Julho de 1974, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, July 1973 - December 1975, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁰⁷ Memorando de Delegação ACNUR Kinshasa para ACNUR Genebra, de 21 de Junho de 1974, doc. 274, em Refugees from Angola in Zaire v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹⁰⁰⁸ Memorando de P. Coat para Alto-Comissário Adjunto, de 7 de Agosto de 1974, doc. 280, em Refugees from Angola in Zaire v. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

escritório em Dar-es-Salam e, no ano seguinte, em Lusaka. A partir da Zâmbia, independente desde Outubro de 1964, o movimento conseguiu estabelecer a rota Agostinho Neto, que permitia chegar aos distritos do Moxico e do Cuando-Cubango e posteriormente aceder ao centro do território angolano¹⁰⁰⁹. Os distritos a leste eram o foco de acção da UNITA, movimento formado após a cisão de Jonas Savimbi com o GRAE¹⁰¹⁰. Ambos os movimentos pretendiam uma actuação diferenciada do GRAE, investindo na captação das massas rurais angolanas dentro do território, onde operariam a partir da denominada frente leste¹⁰¹¹.

As movimentações de angolanos para território zambiano iniciaram-se em 1963. Segundo os relatórios dos SCCIA, grupos de angolanos transitavam para a Rodésia do Norte a partir do distrito do Moxico. Os relatos dizem respeito a grupos mais ou menos volumosos¹⁰¹² e apontam para a influência da UPA que operava na clandestinidade¹⁰¹³. Em Abril de 1965, os SCCIA reportavam que o governo zambiano «dava guarida» a 59.000 angolanos, maioritariamente fixados em áreas rurais perto da Barotselândia¹⁰¹⁴, região fronteiriça do distrito do Moxico. Porém, o ACNUR, que já estava a cooperar com as autoridades para responder à chegada de refugiados de

¹⁰⁰⁹ Van der Waals, *Guerra e Paz...*, 198.

¹⁰¹⁰ A cisão com o GRAE surgira em 1964. Savimbi via na actuação da FNLA várias limitações - falta de estrutura político-militar, receio de procurar apoio internacional junto dos países do Bloco de Leste, incapacidade ou falta de vontade de englobar no movimento o conjunto alargado das várias etnias que compunham o cenário social angolano, incapacidade de formular uma acção conjunta com o MPLA e de captação das massas de angolanos dentro e fora do território para o envolvimento político e militar no processo de independência - personificadas na fraca liderança de Roberto Holden. Van der Waals, *Guerra e Paz...*, 183-185.

¹⁰¹¹ A UPA preconizava também ações a partir do leste angolano, com maior foco a nordeste, a partir do Catanga onde tinha a base de treinamento de Kinsuto. A 11 de Março de 1964, Keneth Kaunda, futuro presidente da Zâmbia, na altura em processo de transição para a independência, negava a instalação de campos de treino da UPA em território zambiano. A acção da UPA na Rodésia fazia-se de forma clandestina. Relatório da Situação n.º 100, de 11 de Março de 1964, em Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 121, ANTT.

¹⁰¹² Foram vários os relatos de movimentações para a então Rodésia do Norte. No início de 1963, o fluxo, apesar de diminuto, era contínuo. No final do ano, as autoridades locais no sul da Rodésia indicavam estarem instalados em Shesheke cerca de 3800 angolanos vindos da circunscrição dos Bundas e Luchazes no distrito do Moxico e de Luiana no distrito do Cuando Cubango. Relatório da Situação n.º 49, de 15 de Fevereiro de 1963, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 116; Relatório da Situação n.º 64, de 7 de Junho de 1963, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 117; Relatório da Situação n.º 83, de 30 de Outubro de 1963, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 119, ANTT.

¹⁰¹³ Relatório da Situação n.º 118, de 15 de Julho de 1964, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 123; Relatório de Situação n.º 153, de 17 de Março de 1965, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 127, ANTT.

¹⁰¹⁴ A informação indica que 80% dos angolanos estavam instalados na região perto da fronteira. Não há possibilidade de confirmar se se tratavam de refugiados ou migrantes económicos. Os relatórios de informação dos SCCIA não são claros quanto a esta questão. Relatório de Situação n.º 157, de 14 de Abril de 1965, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 127, ANTT.

outras origens - Rodésia do Sul, Malawi e Sudão -, não tinha informação sobre a existência de refugiados angolanos no território¹⁰¹⁵.

A Zâmbia procurava cimentar a sua política face aos Estados vizinhos e à presença de refugiados dentro das suas fronteiras desde o período de transição para a independência¹⁰¹⁶. Rodeado a Oeste e a Sul por colónias britânicas e portuguesas, o governo de Kenneth Kaunda dirigiu desde cedo uma política de não alinhamento com Portugal e com a Rodésia, acautelada pelas necessidades económicas de um território sem litoral, dependente da cooperação com os Estados vizinhos¹⁰¹⁷. A Leste e Norte, a situação dos Estados recentemente independentes como o Congo e o Malawi¹⁰¹⁸ aumentava a desconfiança do governo zambiano face a possíveis repercussões negativas que prejudicariam a estabilidade económica do país.

A política zambiana para os refugiados revelou ser «pouco ortodoxa»¹⁰¹⁹. Se por um lado a Zâmbia se propunha a respeitar CER e advogar o direito de libertação dos povos em África, por outro, limitava a protecção ao direito de passagem¹⁰²⁰. Para a implementação da política foi instituído o Conselho Internacional de Refugiados (CIR). O organismo sob tutela do Ministério dos Assuntos Internos tinha como responsabilidades o aconselhamento sobre a administração dos refugiados dentro do território, acções em benefício destes indivíduos e o controle da acção das organizações internas e externas que prestassem assistência¹⁰²¹. Desta forma, a Zâmbia tentava

¹⁰¹⁵ Nota de Otto Gobious, de 16 de Junho de 1965, doc. 5A, em *Refugees in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCR.

¹⁰¹⁶ A Federação Centro Africana, da qual faziam parte a Rodésia do Norte, a Rodésia do Sul e a Niassalândia foi dissolvida a 1 de Janeiro de 1964. A independência da Rodésia do Norte, que viria a denominar-se República da Zâmbia, seria reconhecida somente a 24 de Outubro, ocorrendo assim um período de transição para a independência de cerca de dez meses.

¹⁰¹⁷ Apesar de bastante rico, o Estado zambiano dependia economicamente da exploração do Copperbelt e posterior exportação dos minérios com recurso às linhas férreas da Rodésia do Sul. Depois da independência, o governo zambiano tentaria negociar a exportação de minérios pelo porto de Matadi para poder fazer face à declaração unilateral de independência por parte da minoria europeia na Rodésia, que ocorreu em 1965, significando a ruptura definitiva das relações entre os dois Estados.

¹⁰¹⁸ Desde a independência que o Congo se encontrava numa situação de instabilidade, pela tentativa de cessação do Catanga, território imediatamente a norte da Zâmbia. Relativamente ao Malawi, foi instaurado um sistema de partido único de cariz totalitário imediatamente após a independência que, com o propósito de manter a estabilidade política e militar no território, levou à repressão de posições divergentes, gerando movimentações de refugiados para os países vizinhos.

¹⁰¹⁹ A expressão é utilizada por Ernest Schlatter, delegado do ACNUR em missão de investigação na Zâmbia em Agosto de 1965. Memorando de Ernest Schlatter para Alto-Comissariado Genebra, de 3 de Setembro de 1965, doc. 38, em *Refugees in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCR.

¹⁰²⁰ O governo aceitava refugiados somente se estes tivessem garantia de asilo noutro Estado, responsabilidade essa que recaía sobretudo sobre a Tanzânia.

¹⁰²¹ O Conselho Internacional de Refugiados da Zâmbia operava com representantes de diversos organismos estatais e ainda das organizações que estivessem a operar no terreno. Carta do Ministro dos Assuntos Internos para Marjory

implementar uma política de controle e prevenção no respeitante às movimentações de refugiados no seu território. Como estratégia de prevenção, o governo solicitou assistência ao ACNUR antes dos refugiados constituírem um problema¹⁰²². Assim, ainda antes de haver de facto uma emergência relacionada com refugiados, o ACNUR enviou Ernest Schlatter em missão de investigação à Zâmbia entre 14 e 16 de Agosto de 1965¹⁰²³. Após a missão, Gilbert Jaeger esclarecia que o número de refugiados era bastante diminuto - encontravam-se no centro de Lusaka 177 refugiados de várias origens que aguardavam autorização de passagem para a Tanzânia¹⁰²⁴ - pelo que uma possível intervenção do ACNUR à altura passaria pela cooperação com os projectos já implementados dentro do território¹⁰²⁵.

No relatório de missão, Ernest Schlatter referiu-se à política zambiana como «ilusória, escapando pôr em prática os princípios humanitários que proclama[va]». A justificação de protecção face à situação nos Estado vizinhos era ambígua: o governo estava vinculado às convenções da OUA, segundo as quais os Estados membros deveriam apoiar os movimentos de libertação por forma a combater o colonialismo. Assim, a Zâmbia dava apoio aos exilados políticos enquanto limitava o acesso a civis ao seu território. Como pontos positivos, o delegado indicou a política de prevenção de emergência pela implementação dos centros de acolhimento e formação - caso dos centros de recepção e trânsito em Lusaka e Francistown e do centro de formação em Mkushi -, o que permitia a integração dos refugiados na economia do país; a constituição do CIR; e a cooperação com organizações do sistema das Nações Unidas no terreno que poderiam prestar

Weston, de Julho de 1964, anexado a Carta de Richard Symonds para Felix Schnyder, de 18 de Julho de 1964, doc A1, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²² Carta do Secretário do Ministério dos Assuntos Internos para George Ivan Smith, anexada a Carta de George Ivan Smith para Alto-Comissário, de 12 de Março de 1965, doc. 3, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²³ O Alto-Comissário tinha já enviado um representante para discussões com o governo em Outubro de 1964 e concordava em preparar um possível envolvimento caso a situação na Zâmbia se degradasse face a fluxos massivos vindos dos Estados vizinhos. Memorando de Gilbert Jaeger para Alto-Comissário, de 19 de Março de 1965, doc 3C; Carta de Felix Schnyder para Ministro dos Assuntos Internos, de 15 de Julho de 1965, doc. 11; e Telegrama de Ernest Schlatter para Alto-Comissariado Genebra, de 9 de Agosto de 1965, doc. 24, todos em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²⁴ Os refugiados eram de origem sul africana, sudeste africana, moçambicana, angolana, malawiana e sudanesa. Este grupo tinha garantia de asilo na Tanzânia, ficando abrigado no centro até obter transporte para o segundo Estado de acolhimento. Contavam-se entre estes refugiados 24 angolanos. Telegrama de Ernest Schlatter para Gilbert Jaeger, de 27 de Agosto de 1965, doc. 33, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²⁵ O director do Departamento de Assistência do ACNUR, informava representantes em várias delegações que grande parte dos refugiados eram exilados políticos, estando, por isso, fora do âmbito de assistência do ACNUR. Memorando de Gilbert Jaeger para representantes ACNUR no Reino Unido e na Alemanha, de 24 de Agosto de 1965, doc. 30, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

assistência no caso de uma emergência, referindo-se ao Programa Alimentar Mundial (PAM) e ao BAT, e ainda com ONGs como o African-American Institute e a Oxfam¹⁰²⁶. Neste cenário, o ACNUR propôs colaborar em projectos específicos como a compra de instrumentos agrícolas, acomodação para refugiados em planos agrícolas até às primeiras colheitas e disponibilização de especialistas técnicos em cooperação com as demais agências.

A situação parecia estar sob controle no momento, mas temia-se um agravamento devido à evolução da questão rodesiana, e à situação na Tanzânia começar a dar sinais de saturação populacional e incapacidade para continuar a dar protecção a mais refugiados¹⁰²⁷. Em Novembro de 1965, numa reunião com o sub-secretário zambiano para os assuntos internos, Gilbert Jaeger definiu os termos em que o ACNUR poderia vir a providenciar assistência: (1) o problema teria de ser de uma amplitude que o governo do Estado de acolhimento não o pudesse suportar pelos seus próprios meios; (2) os refugiados tinham de estar sob a competência do ACNUR; (3) a assistência providenciada deveria acautelar soluções permanentes; (4) a operacionalização no terreno teria de ser alocada a uma organização apropriada como a LSCV ou a Lutheran World Federation (LWF), não estando por isso excluída assistência de emergência se esta fosse conjugada com soluções permanentes¹⁰²⁸.

O primeiro pedido de assistência por parte da Zâmbia dentro destas condições surgiu em Janeiro de 1966, aquando do fluxo de cerca de 3500 refugiados moçambicanos em Dezembro anterior¹⁰²⁹. De imediato, o ACNUR montou uma estrutura de resposta na Zâmbia: Ernest Schlatter foi enviado para nova missão¹⁰³⁰, A. T. Nielsen nomeado representante permanente em Lusaka e Klaus Feldmann representante adjunto.

¹⁰²⁶ O African-American Institute e a Oxfam colaboravam com o governo zambiano para o desenvolvimento do centro de formação em Mkushi onde 75% dos 300 alunos que recebiam formação secundária eram refugiados. Memorando de Ernest Schlatter para Alto-Comissariado Genebra, de 3 de Setembro de 1965, doc. 38, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²⁷ Segundo os relatórios do PAM, passavam pela Zâmbia cerca de 120 refugiados por mês em direcção à Tanzânia. Memorando de Ernest Schlatter para Alto-Comissariado Genebra, de 3 de Setembro de 1965, doc. 38, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²⁸ Nota para Arquivo, *Visit of Mr. Chipwaya, Under Secretary, Zambian Ministry of Home Affairs*, de 5 de Novembro de 1965, anexado a Memorando de O. R. Nottidge para Alto-Comissário Adjunto, de 5 de Novembro de 1965, doc. 51, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰²⁹ Telegrama de Sadruddin Aga Khan para A. C. Gilpin, de 8 de Janeiro de 1966, doc. 63, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

¹⁰³⁰ Memorando de Ernest Schlatter para Alto-Comissário Genebra, de 14 de Fevereiro de 1966, doc. 77, em Refugees in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 281, UNHCRA.

A 17 de Maio do mesmo ano, as autoridades zambianas reportaram a fixação de 200 angolanos em Chavuma, localidade perto do Rio Zambeze com fronteira a norte com o distrito do Moxico. Foi enviado imediatamente um responsável do CIR por forma a investigar a situação dos angolanos. No relatório P. F. S. Mackay indicava que os refugiados tinham fugido de Angola depois de uma troca de tiros, seguida da detenção de civis e tumultos. Segundo testemunhos recolhidos, a instabilidade na região começou em 1964 quando o «Governador de Vila Luza»¹⁰³¹ convocou 27 chefes das comunidades dos Lovale e dos Lunda para os dissuadir de se juntarem aos povos do Congo e da Zâmbia e instruí-los a notificar as autoridades sobre quaisquer movimentos na sua região de pessoas dos territórios vizinhos. A directiva portuguesa causou insatisfação nas comunidades que entendiam que estes procedimentos prejudicariam as normais passagens da fronteira de amigos e familiares. Um dos chefes criticou a medida que transparecia um total desconhecimento dos «europeus» sobre os costumes das populações autóctones. Questionava como os chefes locais poderiam denunciar as movimentações dos seus familiares do outro lado da fronteira, mesmo sob pena de «15 dias de confinamento em solitária» ou sob ameaça de morte. A UNITA também começou a criar distúrbios nas comunidades, o que levou à execução de «medidas marciais por ar e pelo Zambeze» do lado português. Segundo o chefe Muwema, em meados de Abril, os portugueses tinham prendido dez dos 27 chefes locais. A única solução foi fugir para junto de familiares no outro lado da fronteira. Assim, encontravam-se cerca de 300 refugiados em Chinyama Litapi, 14 em Kabompo e 18 em Chavuma. Para além dos civis, o representante reportava ainda a existência de 48 activistas exilados.

Se o efectivo de refugiados não causava problemas em termos de absorção, havia o receio que a Zâmbia se tornasse num Estado de acolhimento nas proporções do Congo. O representante do CIR recomendou um conjunto de medidas de contingência: (1) contacto imediato com o PAM para o envio de 15 toneladas de milho para a região; (2) prospecção de locais para possível alojamento em massa; (3) reforço do patrulhamento da fronteira e atenção aos comportamentos das comunidades locais. Nos comentários ao documento, A. T. Nielsen referia que o CIR tinha enviado um pedido de assistência de emergência para o ACNUR no valor de 14.000 dólares numa

¹⁰³¹ É indicado que Vila Luza se encontra a 60 milhas da fronteira com a Zâmbia. Poderá referir-se a Vila Luso, actual Luena. No entanto esta localidade fica a cerca de 155 milhas da fronteira com a Zâmbia.

acção prematura tendo em conta que o efectivo de refugiados na Zâmbia poderia ser administrado pelo governo¹⁰³².

A perspectiva do representante do ACNUR em Lusaka foi forçosamente alterada no final de Maio quando o efectivo de refugiados angolanos no distrito de Balovale aumentou para 1000¹⁰³³. Eram necessários fundos para o transporte e compra de mandioca, o alimento base da dieta destes grupos¹⁰³⁴. O ACNUR começou então a perspectivar uma operação organizada na região, alocando 5000 dólares do Fundo de Emergência¹⁰³⁵ e contactando organizações que pudessem promover assistência no terreno¹⁰³⁶. A parceria com o PAM estava assegurada e a Cruz Vermelha Zambiana (CVZ) indicava disponibilidade para participar nas operações de assistência ainda que tivesse recursos bastante limitados¹⁰³⁷. Os responsáveis da CVZ enfrentavam uma crise financeira devido ao fraco engajamento da população nos programas humanitários e de desenvolvimento social. A população não estava familiarizada com o papel da CVZ na sociedade, vendo com desconfiança os peditórios e eventos para angariação de fundos. A assistência aos refugiados foi assegurada através da cooperação com a CVB. O custeamento do transporte ficou a cargo do ACNUR¹⁰³⁸.

Dentro do quadro de reforço da assistência aos refugiados de territórios sob domínio português reiterado pelo Comité dos 24 e pelas resoluções 2040 (XX) e 2107 (XX) que pediam um aumento dos esforços do ACNUR em benefício destes grupos, e maior atenção e apoio financeiro da comunidade internacional, o Alto-Comissariado fez as diligências necessárias para providenciar assistência aos angolanos na Zâmbia. A sua principal função era garantir a protecção

¹⁰³² Memorando de A. T. Nielsen para ACNUR Genebra, de 23 de Maio, doc. 2, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³³ Telegrama de A. T. Nielsen para Dayal, de 31 de Maio de 1966, doc. 4, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³⁴ Memorando de A. T. Nielsen para ACNUR Genebra, de 27 de Maio de 1966, doc. 3, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³⁵ Telegrama de Gilbert Jaeger para Representante ACNUR em Lusaka, de 2 de Junho de 1966, doc. 5, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³⁶ Inicialmente o ACNUR contactou a LSCV e o CICV por forma a comunicar a existência de refugiados e a participação da Cruz Vermelha Zambiana nos esforços de assistência. Carta de Gilbert Jaeger para Jean-Pierre Robert-Tissot, de 6 de Junho de 1966, doc. 6; e Carta de Gilbert Jaeger para Roger Gallopin, de 6 de Junho de 1966, doc. 7, ambos em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³⁷ A CVZ poderia contribuir somente com a alocação limitada de vestuário. Telegrama de Nielsen para ACNUR Genebra, de 7 de Junho de 1966, doc. 8, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰³⁸ Nota para Arquivo de Nielsen, de 9 de Junho de 1966, doc. 11, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

e os direitos destes grupos, colmatando os esforços do Estado de acolhimento, e pedir a colaboração de outras agências interessadas no problema dos refugiados¹⁰³⁹.

No início de Junho, o representante do ACNUR efectuou a primeira missão ao local de fixação dos refugiados, acompanhado pelas autoridades zambianas e por representantes do MPLA e da UNITA.¹⁰⁴⁰ No relatório de missão, Nielsen reportava estarem identificados na região 1560 refugiados - 72 em Chavuma, 140 em Nyakutemba, 152 em Nguvu, 835 em Nyambigilia e 371 em Nyantando. Perto da fronteira encontravam-se outros grupos não contabilizados pela falta de policiamento das autoridades locais. Os refugiados tinham abrigo, recursos para subsistirem durante algumas semanas e apresentavam condições de saúde satisfatórias. Pelos testemunhos recolhidos em Nyambigilia e Nguvu, o representante do ACNUR concluiu que eram vítimas dos confrontos entre beligerantes e, por isso, elegíveis. O plano de acção foi definido pelas autoridades: (1) proceder ao registo imediato dos refugiados angolanos a viver no distrito de Balovale; (2) informar os refugiados da posição do governo face à sua presença no território e (3) da aprovação do estatuto mediante deslocação; (4) incumbir o secretário regional de Balovale e um especialista em agricultura para encontrar um local para alojamento de 2000 refugiados; (5) transferência imediata de recursos do PAM para a região; (6) alertar as autoridades de saúde pública sobre o influxo; (7) informar os chefes das comunidades sobre os planos do governo; e (8) reafirmação de uma política de intolerância face a acções militares dentro do território, ameaçando deportar todos os infractores¹⁰⁴¹.

Os contactos com as organizações do MICV deram os primeiros resultados em Agosto. A partir da Liga, várias Sociedades Nacionais enviaram donativos suficientes para cobrir as necessidades dos já identificados 4000 refugiados angolanos, e ainda de cerca de 2000 refugiados moçambicanos no território¹⁰⁴².

¹⁰³⁹ Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, *Territories under Portuguese Administration - Question of Refugees*, 7 de Junho de 1966, doc A/AC.109/L. 293, em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴⁰ O MPLA era representado por A. Melo (possivelmente Aníbal de Melo) e a UNITA por Jonas Savimbi.

¹⁰⁴¹ Memorando de A. T. Nielsen para ACNUR Genebra, de 25 de Junho de 1966, doc. 15A, em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴² Tratava-se de 30 toneladas de vestuário, cujo transporte seria dividido entre a Sociedade Nacional Holandesa e o ACNUR. O sabão seria comprado localmente pela Liga. Os números de refugiados são do início de Julho. Telegrama de Nielsen para Representante ACNUR em Haia, de 7 de Julho de 1966, doc. 17A; Memorando de A.T. Nielsen para Otto Gobius, de 24 de agosto de 1966, doc. 35; Memorando de C. Brouwer para A. T. Nielsen, de 10 de Agosto de 1966, doc. 27; Memorando de Otto Gobius para A. T. Nielsen, de 12 de Agosto de 1966, doc. 28; e Memorando de

A estratégia de intervenção em benefício dos refugiados angolanos na Zâmbia foi semelhante àquela que se tentara implementar no Congo: providenciar recursos e alojamento para que os refugiados se tornassem auto-suficientes o mais rapidamente possível por forma a deixarem de constituir um fardo para o Estado de acolhimento. Segundo a política do ACNUR, a estratégia permitia que os refugiados fossem integrados com celeridade na Zâmbia, deixando ao abrigo das responsabilidades estatais e de outras agências da ONU questões referentes à fixação destes grupos a longo-prazo¹⁰⁴³. Os factores de risco na Zâmbia eram semelhantes aos do Congo: chegada de refugiados contínua e exponencial, dificuldades de patrulhamento de uma fronteira porosa, ataques por parte dos movimentos de libertação e das forças portuguesas que visavam o território do Estado de acolhimento¹⁰⁴⁴, e envolvimento dos refugiados no conflito angolano¹⁰⁴⁵. A experiência adquirida no Congo, aliada a uma acção efetiva por parte das autoridades zambianas, permitiram ao ACNUR e às autoridades desenhar um plano que permitisse, desde o início, a transferência dos refugiados para regiões interiores e providenciar locais designados para o estabelecimento destes grupos de forma célere. A experiência de refúgio de uma parte dos angolanos na Zâmbia contrastou desde cedo com aquela do Congo, devido a sucessivas tentativas de controlo do processo por parte das autoridades zambianas.

No final de Julho, estavam concentrados na área de fixação de Lwatembo, a cerca de 205 quilómetros da fronteira, preparada para a recepção de cerca de 2000 refugiados. A primeira fase do programa de assistência em Lwatembo, estimada em 32.025,34 libras, previa a construção de habitações para os refugiados e de instalações para o armazenamento de recursos providenciados pelo governo central e organizações envolvidas. As autoridades ficaram responsáveis pela alocação de terrenos e bem-estar geral dos refugiados - recepção, registo e cuidados médicos, armazenamento, alocação de recursos e supervisão da pecuária-, o PAM pelo fornecimento de

Otto Gobius para Representante ACNUR Lusaka, de 16 de Agosto de 1966, doc. 30, todos em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴³ Na altura nem a FAO, nem a OIT tinham estabelecido planos para a disponibilização de verbas para este tipo de assistência. Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, *Territories under Portuguese Administration - Question of Refugees*, 7 de Junho de 1966, doc A/AC.109/L. 293, em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴⁴ Em Julho, o governo zambiano convocava todos os sobas refugiados para investigar os ataques do exército português a Chipatela. Relatório de Situação n.º 235, de 12 de Outubro de 1966, em *Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola*, liv. 133, ANTT.

¹⁰⁴⁵ As autoridades pretendiam entregar cerca de 600 refugiados às autoridades portuguesas devido a conflitos na fronteira. Telegrama de Governador de Angola para Ministro do Ultramar 229-SEC, de 21 de Junho de 1966, em *Arquivo Silva Cunha*, Caixa. 20, n.º 159, ANTT.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

bens alimentares¹⁰⁴⁶, o CIR pela distribuição dos alimentos, e a CVZ pelo treinamento de socorristas, assistência social e distribuição de recursos variados. A segunda fase do programa de assistência, estabelecida para ter início a 31 de Outubro, previa que os refugiados construíssem cinco aldeias rodeadas por 607 hectares de terra arável e iniciassem a produção agrícola - milho, mandioca e amendoim. O esforço conjunto tinha como objectivo a completa auto-suficiência em Junho de 1968¹⁰⁴⁷. Mais tarde, este modelo organizacional foi colocado em prática noutros campos de refugiados.

Apesar da eficiência inicial, as autoridades demonstraram ter maiores dificuldades para o desenvolvimento da segunda fase de assistência, levando a uma extensão da fase de emergência até Janeiro de 1967¹⁰⁴⁸. Os fluxos contínuos nos meses de Verão e o envolvimento político de vários grupos de refugiados, colocaram pressão num governo já de si cauteloso quanto ao acolhimento e garantia de asilo. O plano de implementação da segunda fase do projecto de Lwatembo foi apresentado somente em Outubro, estando instalados no campo 1565 refugiados¹⁰⁴⁹. A segunda fase foi implementada a partir do primeiro semestre de 1967, através do fornecimento de ferramentas agrícolas e sementes, na tentativa de manter o prazo estabelecido para a auto-suficiência¹⁰⁵⁰.

O esforço económico de assistência aos refugiados aumentava as preocupações do governo zambiano, obrigado a diminuir o orçamento de vários ministérios no quarto ano do Plano de

¹⁰⁴⁶ A distribuição inicial, planeada para findar a até Outubro de 1966, previa a alocação de 24 toneladas de farinha de milho, 1.2 toneladas de leite em pó, 1.8 toneladas de óleo vegetal e três toneladas de peixe enlatado, para 2000 refugiados. Relatório de S. Chipwaya para A. T. Nielsen, de 16 de Julho de 1966, anexada a Memorando de A. T. Nielsen para ACNUR Genebra, de 3 de Agosto de 1966, doc. 23 B, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴⁷ *Report and Budget Submission relating to a Rural Settlement Project for 2000 Refugees at Lwatembo, Balovale District, North-Western Province of the Republic of Zambia*, recebido a 7 de Outubro e 1966, doc. 53, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴⁸ No final de Agosto o ACNUR duplicava a sua contribuição para a primeira fase de assistência com a segunda alocação de 14.000 dólares para ajudar a cobrir as necessidades dos refugiados até ao final de Dezembro. Telegrama de Thomas Jamieson para Sadruddin Aga Khan, de 23 de Agosto de 1966, doc. 33, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁴⁹ Tratava-se de 532 homens, 581 mulheres e 451 crianças com idade inferior a dez anos. O redator do relatório informava que a baixa proporcionalidade de crianças ficava devida à elevada taxa de mortalidade infantil, apesar de não apresentar números. *Report and Budget Submission relating to a Rural Settlement Project for 2000 Refugees at Lwatembo, Balovale District, North-Western Province of the Republic of Zambia*, recebido a 7 de Outubro e 1966, doc. 53, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁵⁰ *Report and Budget Submission relating to a Rural Settlement Project for 2000 Refugees at Lwatembo, Balovale District, North-Western Province of the Republic of Zambia*, recebido a 7 de Outubro e 1966, doc. 53, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

Desenvolvimento. Em de Setembro de 1966 foi identificada uma nova rota de refugiados que passavam a fronteira na área de divisão dos distritos do Moxico e do Cuando Cubango. A assistência de emergência aos 2600 refugiados chegados a Shangombo e Sikongo, no distrito de Senanga, foi patrocinada pelo governo norueguês com uma alocação específica para a compra de alimentos no valor de 10.000 dólares¹⁰⁵¹. Mais tarde, estes refugiados seriam transferidos para o campo Mayukwayukwa, na região de Mankoya, e para Lwatembo, onde já se encontravam 2000 indivíduos com afinidades linguísticas e étnicas¹⁰⁵². No campo de Lwatembo, tinham sido concluídas 150 casas, estando prevista a edificação de mais 100 e distribuição de 300 hectares de terra para os novos refugiados¹⁰⁵³. O ACNUR foi novamente chamado a contribuir para a transferência e assistência de emergência aos refugiados, aumentando o programa de integração para o ano de 1967 no valor de 251.000 dólares¹⁰⁵⁴. Os sucessivos atrasos para o estabelecimento da segunda etapa de integração viram-se assim condicionados pela estratégia de envio de refugiados para campos já superlotados e cujas necessidades impunham consecutivas acções de assistência de emergência.

O envolvimento político dos refugiados dentro e fora dos campos contribuía igualmente para a instabilidade no terreno e para a musculação das políticas governativas face aos angolanos. Durante a permanência dos refugiados nas áreas fronteiriças, as autoridades reforçaram medidas de patrulhamento e encerramento de fronteiras por forma a prevenir movimentação de angolanos para a Zâmbia e controlar as actividades militares; os refugiados foram instruídos a não participar nas acções dos movimentos de libertação dentro e fora dos campos nas regiões de Sikongo, Liasa, Mabolomika¹⁰⁵⁵; e aplicar-se-iam medidas de repatriamento forçado de vários grupos como

¹⁰⁵¹ O donativo foi feito em resposta a um pedido directo do ACNUR. Telegrama de Gilbert Jaeger para Sadruddin Aga Khan, de 13 de Setembro de 1966, doc 39; e Telegrama do Ministério dos Assuntos Exteriores Norueguês para Thomas Jamieson, de 15 de Setembro de 1966, doc. 41, ambos em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁵² Os 1000 refugiados em Sikongo seriam transferidos para Lwatembo, e os 1600 em Shangombo para Mayukwayukwa. Telegrama de Nielsen para Otto Gobius, de 27 de Outubro de 1966, doc. 59, em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261; e ACNUR, *Emergency Fund allocations finance transfer of 2,600 Angolan Refugees within Zambia*, Comunicado de imprensa n.º REF/948, de 2 de Dezembro de 1966, em 1966, Fundo 10C, Caixa 4, UNHCRA.

¹⁰⁵³ Relatório de Situação n.º 239, de 9 de Novembro de 1966, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 134, ANTT.

¹⁰⁵⁴ ACNUR, *Emergency Fund allocations finance transfer of 2,600 Angolan Refugees within Zambia*, Comunicado de imprensa n.º REF/948, de 2 de Dezembro de 1966, em 1966, Fundo 10C, Caixa 4, UNHCRA.

¹⁰⁵⁵ Cato Aall, *Angolan Refugee influx at Shangombo and Sikongo, Barotseland*, anexado a Memorando de A. T. Nielsen para ACNUR Genebra, de 5 de Novembro de 1966, doc. 60, em *Refugees from Angola in Zambia*, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

punição pelo envolvimento com a UNITA e MPLA¹⁰⁵⁶. O fortalecimento das medidas de segurança devia-se ao aumento da instabilidade nas zonas de fronteira do território. Após vários ataques durante o Verão, as tropas portuguesas voltaram a atingir várias comunidades de refugiados na região de Balovale em Dezembro de 1966, provocando dois mortos entre os zambianos e a fuga da população em direção a Lusaka¹⁰⁵⁷. Em meados de 1967, depois da destruição do caminho de ferro de Benguela pela UNITA - uma rota determinante para a exportação dos minerais zambianos -, o presidente Kaunda expulsou Jonas Savimbi por forma a pôr termo às actividades do movimento dentro do território e enviou o representante do CIR aos campos de Mayukwayukwa e Lwatembo para garantir que cumprissem as regulamentações dos campos. O não cumprimento significava a revogação do estatuto de refugiado¹⁰⁵⁸.

Assim, tanto os refugiados instalados nos campos como aqueles que se tinham fixado nas áreas fronteiriças foram alvo de medidas de controle social. Os grupos de angolanos que chegavam e eram reportados às autoridades para serem transferidos para os campos, ficavam condicionados ao espaço do campo e subjugados a normas de funcionamento alheias ao seu *modus vivendi*. Segundo Art Hansen, a liberdade de movimentação foi um ponto crucial para a fixação dos refugiados, fazendo com que muitos escolhessem alojar-se junto de comunidades com as quais tinham relações de parentesco, apesar de não obterem assistência humanitária. O antropólogo, que fez várias entrevistas aos angolanos instalados nas aldeias perto da fronteira do distrito de Zambeze, conclui que a preferência pela integração em comunidades locais devia-se sobretudo à necessidade de controlo da experiência de refúgio quando o poder e controle da sua realidade social lhes tinha sido retirado pelas circunstâncias criadas em Angola¹⁰⁵⁹. Porém, a vivência na Zâmbia, mesmo nas comunidades locais, acarretava uma adaptação às normas estabelecidas que, neste caso, procuravam limitar a sua existência sócio-política com actos de prevenção e punição para garante da estabilidade interna.

¹⁰⁵⁶ Relatório de Situação n.º 235, de 12 de Outubro de 1966, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 133, ANTT.

¹⁰⁵⁷ Artigo de Jornal «Portuguese troops invade Zambia again. Two die in border raids», *Times of Zambia*, de 29 de Dezembro 1966, doc. 67, em Refugees from Angola in Zambia, Fundo 11, Série 1, Caixa 261, UNHCRA.

¹⁰⁵⁸ Memorando de Klaus Feldmann para ACNUR Genebra, de 11 de Outubro de 1967, doc. 78, em Refugees from Angola in Zambia 1967-1976, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁵⁹ A. Hansen. «Refugee Dynamics: Angolans in Zâmbia 1966 to 1972», *The International Migration Review*, vol. 15, n.1/2 (1981): 175-194.

Durante o ano seguinte continuaram a fluir refugiados para a Zâmbia, contando-se mais de 4000 nos campos na região de Balovale e outros grupos indeterminados nas comunidades fronteiriças. Nos campos, a necessidade de assistência a novos refugiados adiou consecutivamente o plano para a integração. Segundo o representante do ACNUR, a segunda fase do plano de assistência em Lwatembo estava estagnada apesar dos terrenos terem sido disponibilizados. A solução passou pela transferência de 1500 refugiados para Mayukwayukwa por forma a permitir a exequibilidade do projecto.¹⁰⁶⁰

As perspectivas para instalação efectiva dos refugiados pareciam cada vez menores no início de 1968, quando o governo reportou dois novos problemas na província de Barotse. As colheitas tinham sido destruídas pelas cheias que afectavam a região de Senanga e os refugiados estavam novamente numa situação precária, assolados pela fome e por uma epidemia de varicela. O ministro dos assuntos internos anunciou a falta de meios do governo para lidar com o contínuo fluxo de refugiados resultante «dos ataques das forças de segurança portuguesa»¹⁰⁶¹. A Zâmbia estava economicamente fragilizada e os esforços para o desenvolvimento do país eram prioritários. Os últimos refugiados foram alojados num abrigo temporário em Senanga, por forma a ficarem afastados da fronteira. Em Fevereiro, o ACNUR disponibilizou 15.000 dólares para nova alocação de recursos de emergência¹⁰⁶². O abrigo de Senanga aglomerava 550 refugiados em Setembro¹⁰⁶³, quando os representantes do ACNUR visitaram a região. Outros 700 teriam sido transferidos para Lwatembo¹⁰⁶⁴.

Os números de refugiados aparecem esparsamente na documentação e muitas vezes indicam aumento e posterior decréscimo nos efectivos dos campos. Exemplo destas alterações seria o registo no final de 1968¹⁰⁶⁵ de 1800 refugiados em Lwatembo depois de várias transferências para o campo que, no início de 1967 contava-se um efectivo de 2000 refugiados. As

¹⁰⁶⁰ Memorando de A. T. Nielsen, para ACNUR Genebra, de 27 de Junho de 1967, doc. 74, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶¹ Artigo de Jornal, «Disease and famine hit refugees», *Times of Zambia*, de 16 de Janeiro de 1968, doc. 82, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶² Carta de A. T. Nielsen para Ministro dos Assuntos Internos, de 2 de Fevereiro de 1968, doc. 85, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶³ Memorando de Klaus Feldmann para ACNUR Genebra, de 2 de Setembro de 1968, doc. 89, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶⁴ Telegrama de Otto Gobious para ACNUR Genebra, de 4 de Março de 1968, doc. 86, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶⁵ Em Mayukwayukwa registavam-se 1800 refugiados em Novembro de 1968.

discrepâncias indicavam quatro possibilidades: (1) os refugiados poderiam ter voltado para Angola; (2) poderiam ter saído dos campos para se fixar em comunidades fora do aglomerado; (3) teriam sido transferidos ou (4) poderiam ter morrido¹⁰⁶⁶. Enquanto as duas últimas hipóteses revelam uma situação fora do controle dos refugiados, as duas primeiras, demonstram ter havido um processo de ponderação que culminara na decisão de abandonar os campos, mesmo que para retornar ao país de origem. A volatilidade das fronteiras, a política rígida do governo zambiano e as múltiplas transferências de refugiados podem ser indicadores tanto das discrepâncias de efectivos, como das razões para os refugiados deixarem os campos. Antes do final do ano foi reportado novo influxo de 550 refugiados, desta vez devido às medidas das autoridades portuguesas que estavam a «aglomerar toda a população angolana num campo a céu aberto na margem direita do Rio Kwando»¹⁰⁶⁷. A migração forçada de angolanos para aldeamentos atingiria os 24% da população angolana nos distritos do leste do território¹⁰⁶⁸.

Perante o aumento das migrações, em 1969, as estimativas apontavam para um efectivo de 8000 angolanos¹⁰⁶⁹ e as infra-estruturas de Lwatembo e Mayukwayukwa começaram a apresentar falhas estruturais para acolher os refugiados. O objectivo da auto-suficiência não tinha sido atingido e os solos estavam deteriorados. Em Maio, uma equipa da FAO desenvolveu um estudo nos dois campos para avaliar a capacidade agrícola dos mesmos e a necessidade de construção de outro campo para concentrar os grupos de refugiados chegados durante o ano anterior. Na altura, o governo indicou uma redução do efectivo de 4000 para 1300 refugiados em Mayukwayukwa. Sem informação sobre o sucedido, o representante adjunto do ACNUR na Zâmbia assumia que tinham «voltado para as suas casas»¹⁰⁷⁰. Dois meses após do estudo da FAO, os especialistas indicaram que os terrenos em Lwatembo e Mayukwayukwa não eram suficientes em extensão ou fertilidade para o efectivo de refugiados. Era necessária uma solução célere para Mayukwayukwa

¹⁰⁶⁶ Art Hansen indica que muitos refugiados escolhiam não ir para os campos porque tinham informação de que a taxa de mortalidade nestes locais era elevada. Hansen, «Refugee Dynamics...», 189.

¹⁰⁶⁷ Memorando de Klaus Feldmann para ACNUR Genebra, de 2 de Setembro de 1968, doc. 89, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁶⁸ J. Niddrie, «Changing Settlement Patterns in Angola», *Rural Africana*, n. 23 (1974): 47-78.

¹⁰⁶⁹ Do total, 5000 estavam nos campos. PIDE, Relatório Imediato 707/68-GAB, de 16 de Março de 1969, em *Refugiados*, Caixa 3, PT/AHD/U-GM/GNP01-RNP/S0055.

¹⁰⁷⁰ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during May 1969 Inter-Agency Co-operation*, MHCR/90/69, de 30 de Junho de 1969, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

e a transferência dos refugiados em Lwatembo para um novo local¹⁰⁷¹. O campo de Lwatembo foi extinto no ano seguinte.

Após novo pedido de assistência em meados de 1970, o ACNUR debatia a extensão do seu envolvimento nas operações em território zambiano. Como já foi referido, o plano de assistência da agência tinha sido concebido para um período de dois anos, com o objectivo de tornar os refugiados auto-suficientes. Em 1970, o ACNUR continuava a disponibilizar verbas em benefício dos refugiados instalados sem quaisquer perspectivas para a finalização da segunda fase dos projectos devido aos atrasos de implementação por parte do governo central. Os pedidos constantes de financiamento para assistência de emergência agravaram a posição delicada do Alto-Comissário pela necessidade justificar a alocação de fundos que não estavam previstos nos programas anuais perante um Comité Executivo cada vez mais atento à situação. A transferência de grande parte dos refugiados para os dois campos - em Julho de 1970 tinha a intenção de colocar 3000 refugiados em Mayukwayukwa que só tinha capacidade para 1500¹⁰⁷² - implicou atrasos na aplicação dos projectos de integração. Segundo Gilbert Jaeger, o ACNUR estava a ser prejudicado pela política do governo zambiano para a instalação dos refugiados¹⁰⁷³.

Em Setembro, o governo alterou o plano agrícola em Mayukwayukwa - de agricultura contínua para unidades individuais - e acordou estabelecer uma nova área para a instalação de refugiados¹⁰⁷⁴. As transferências para Mayukwayukwa foram praticamente cessadas devido a sinais alarmantes de falta de condições. Para além das dificuldades na assistência a médio longo-prazo, o PAM informava não ter capacidade para providenciar as quantidades de recursos proteicos necessários para o efectivo de refugiados¹⁰⁷⁵.

As dificuldades nos campos submetiam os refugiados a uma situação de precariedade que, a partir de 4 de Setembro, piorou com as novas regulamentações para a sua permanência na

¹⁰⁷¹ Em Lwatembo, os solos não suportavam sequer a produção agrícola para os 2000 refugiados originais. ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during July 1969 Inter-Agency Co-operation*, MHCR/120/69, de 25 de Agosto de 1969, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁷² Como já foi referido, no ano anterior, a população de Mayukwayukwa fora reduzida de 4000 refugiados para 1300.

¹⁰⁷³ Memorando de Gilbert Jaeger para Representante ACNUR na Zâmbia, de 14 de Agosto de 1970, doc. 96, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁷⁴ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during September 1970*, MHCR/100/70, de 23 de Outubro de 1970, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁷⁵ Memorando do Representante ACNUR na Zâmbia para ACNUR Genebra, de 1 de Dezembro de 1970, doc. 100, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

Zâmbia. Preparado em consonância com a política regional relativa aos refugiados, o *Refugees (Control) Act* regia uma multiplicidade de ações, que se pautavam, na maioria, por restrições ao comportamento dos refugiados¹⁰⁷⁶. A movimentação dos refugiados estaria completamente controlada desde a sua chegada ao território até à chegada aos campos, para onde todos deveriam ser dirigidos. O controlo era feito através do registo perante as autoridades e obtenção de uma autorização de permanência. A movimentação dentro do território era igualmente controlada: as rotas eram escolhidas pelas autoridades e o refugiado não tinha direito a utilizar veículo próprio sem permissão de um oficial, que passava a deter o direito de uso do veículo. Para além disso, o ministro dos assuntos internos tinha o poder de determinar a deportação de qualquer refugiado a qualquer momento, o que significava uma renúncia ao princípio de *non refoulement*¹⁰⁷⁷. Os refugiados não poderiam recusar a sua transferência para os campos e, se saíssem do perímetro sem autorização, seriam condenados por ofensa à legislação. Dentro dos campos, não tinham direito de reunião ou assembleia, e estavam expostos a uma condenação e posterior detenção até três meses por obstrução à acção dos oficiais ou do comissário para os refugiados que estavam autorizados a recorrer a armas de fogo para compelir os refugiados a cumprir a regulamentação. Para além disso, o *Refugees (Control) Act* protegia estes oficiais, isentando-os de fornecer informação sobre as suas acções desde que para fazer cumprir a lei¹⁰⁷⁸. Desta forma, a legislação zambiana, reflectia uma perspectiva do refugiado enquanto possível ameaça à estabilidade local e nacional, refutando questões tão determinantes para a sua protecção como o princípio de *non refoulement* e direitos fundamentais estabelecidos na DUDH.

Na mesma altura, as autoridades centrais negociaram com a nova equipa do ACNUR¹⁰⁷⁹, a LWF e o Tanganyika Relief Service, a instalação dos refugiados num novo campo em Maheba¹⁰⁸⁰. O início da transferência dos refugiados de Mayukwayukwa e Lwatembo foi

¹⁰⁷⁶ Para além da Zâmbia, outros Estados como a Tanzânia (em 1966) e o Botswana (em 1968) adoptaram legislação semelhante, que se pautava, não pela garantia de direitos, mas pelo controle e imposição de obrigações aos refugiados. B.Rutinwa «Asylum and refugee policies in Southern Africa: A historical perspective», p. 50, em https://sarpn.org/EventPapers/april2002_imp/rutinwa/rutinwa.pdf, acedido a 23 de Março de 2019.

¹⁰⁷⁷ A Zâmbia tinha retificado a CER e o Protocolo Adicional em Setembro de 1969.

¹⁰⁷⁸ *Zambia: Refugees (Control) Act, 1970*, 4 de Setembro de 1970, disponível em : <https://www.refworld.org/docid/3ae6b4d6c.html>, acedido a 27 de Outubro de 2018.

¹⁰⁷⁹ Nielsen foi substituído por Hugo Idoyaga, como representante, e Feldman por Walter Koisser, como adjunto.

¹⁰⁸⁰ Para este novo empreendimento, o ACNUR alocaria 92.000 dólares ainda em Dezembro de 1970. ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during December 1970*, MHCR/14/71, de 28 de Janeiro de 1971, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR, June 1969-June 1973*, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

agendado para Maio do ano seguinte. Entretanto a FAO ficava responsável pela análise à capacidade dos solos e pelas diligências necessárias à transferência¹⁰⁸¹. O atraso do projecto foi reportado somente quando os refugiados já deveriam estar a ser encaminhados para o campo.

A falta de recursos do ACNUR foi mais uma vez avançada como justificação para a limitação de assistência aos projectos zambianos. Durante os meses de Junho e Julho, o ACNUR teve várias reuniões com as autoridades e parceiros na Zâmbia por forma a encontrar soluções para as necessidades imediatas em Maheba e discutir os programas para 1972¹⁰⁸². Um dos projectos aprovados foi a construção de instalações escolares para os cerca de 7500 refugiados angolanos¹⁰⁸³ a serem transferidos de Lwatembo e Mayukwayukwa para Maheba¹⁰⁸⁴. Em Outubro, a transferência de Lwatembo estava completa e a de Mayukwayukwa tinha começado, apesar das dificuldades de transporte¹⁰⁸⁵. No último trimestre, o ACNUR contribuiu ainda para as despesas de recenseamento dos refugiados integrados nos campos¹⁰⁸⁶. Os atrasos nos procedimentos foram à altura justificados pelo retorno de 5000 zambianos anteriormente refugiados no Catanga que dependiam também do governo para se instalarem. Fora destes números encontravam-se cerca de 5000 refugiados bem integrados em áreas fronteiriças que, à partida, não causariam desequilíbrios nas comunidades locais¹⁰⁸⁷.

Se na fronteira noroeste havia índices de integração satisfatória, muitos dos refugiados que tinham entrado em território zambiano – cerca de 10.000 à altura - continuavam instalados precariamente ao longo da fronteira com Angola em direção a sul, à revelia das normas estabelecidas. As autoridades planearam a construção de centros de recepção com capacidade para 200 refugiados em Senanga, Kalabo, Mongu e Lukulu por forma a integrar estes indivíduos no

¹⁰⁸¹ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during November 1970*, MHCR/117/70, de 21 de Dezembro de 1970, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁸² O ACNUR tinha como parceiro de assistência nos campos o *Zambian Christian Refugee Service (ZCRS)*, organização da *Lutheran World Federation*. ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during June 1971*, MHCR/79/71, de 26 de Julho de 1971, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁸³ No início do projecto, estava prevista a instalação de 5000 refugiados em Maheba.

¹⁰⁸⁴ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during July 1971*, MHCR/83/71, de 18 de Agosto de 1971, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁸⁵ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during October 1971*, MHCR/122/71, de 19 de Novembro de 1971, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁸⁶ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during November 1971*, MHCR/131/71, de 16 de Dezembro de 1971, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR*, June 1969-June 1973, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

¹⁰⁸⁷ Memorando de Otto Gobijs para Representante ACNUR Zâmbia, de 25 de Outubro de 1971, doc. 112, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

sistema de acolhimento controlado e solicitaram nova alocação de fundos ao ACNUR. Para a implementação seria necessário material para a edificação de 50 cabanas, 200 cobertores e utensílios de cozinha por cada centro¹⁰⁸⁸. Segundo a apreciação do projecto em Genebra, estas medidas estavam completamente fora das proporções reais por não haver registo de um número tão elevado de refugiados na região. Para além disso, a estratégia poderia resultar numa fixação dos refugiados por mais tempo do que o necessário, transformando estes espaços em centros de semi-permanência onde ficariam completamente dependentes, resultando no agravamento de despesas. Baseado em experiências anteriores, o ACNUR propôs a criação de abrigos temporários com cozinhas comuns, onde seriam disponibilizados recursos para a permanência dos refugiados por três semanas a um mês¹⁰⁸⁹. O programa foi retomado em Fevereiro de 1972, quando o ACNUR concordou em alocar 10.000 dólares para a realização dos centros de recepção e trânsito e posterior transferência dos refugiados para Maheba¹⁰⁹⁰.

O funcionamento dos campos era administrado e controlado pelas autoridades e pelo ZCRS, reservando ao ACNUR o papel de apoio financeiro para a instalação e integração dos refugiados - financiamento de transporte, documentos de recenseamento e identificação e projectos específicos nas áreas de produção agrícola e educação estabelecidos a partir de 1972¹⁰⁹¹. Apesar das restrições orçamentais e dos sucessivos atrasos no planeamento por parte das autoridades, a transferência dos refugiados de Lwatembo e Mayukwayukwa foi concretizada e o governo garantia que estavam reunidas as condições para absorção de refugiados que chegassem às áreas de fronteira.

Nos campos, os refugiados, obrigados a cumprir as normas estabelecidas pelo *Refugees (Control) Act*, foram ainda privados de algumas formas de assistência acordadas entre o governo e o ACNUR. Em Março de 1972, as regras de funcionamento de Maheba foram alvo de queixas

¹⁰⁸⁸ Carta de Ministro dos Assuntos Internos para Representante ACNUR na Zâmbia, de 12 de maio de 1971, anexado a Memorando de H. Idoyaga para ACNUR Genebra, de 29 de Maio de 1971, doc. 102, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁸⁹ Memorando de Otto Gobijs para Representante ACNUR na Zâmbia, de 18 de Junho de 1971, doc. 104, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁹⁰ O montante fazia parte do orçamento planeado para o projecto de Maheba. Os atrasos na alocação ficaram devidos à falta de planificação por parte do governo. Memorando de Garrit de Bosh Kemper para Gilbert Jaeger, de 8 de Fevereiro de 1972, doc. 120, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁹¹ Ainda em 1972, o ACNUR alocaria 74.537,94 dólares para a extensão das instalações de educação primária em Maheba. ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during August 1972*, MHCR/50/72, de 26 de Setembro de 1972, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR, June 1969-June 1973*, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCRA.

por parte dos refugiados que, depois de terem tentado contactar as autoridades administrativas e o representante do ACNUR em Lusaka, dirigiam-se directamente ao Alto-Comissário. Fugidos de Angola por serem «torturados pelas forças Portuguesas», estes indivíduos tinham encontrado asilo na Zâmbia onde, em 1966, as condições de vida eram «suficientes» - recebiam vestuário, comida e sabão em quantidades satisfatórias. No documento apresentaram ainda uma série de queixas: (1) a partir de 1969 tinham sido obrigados a trabalhar para obter vestuário, utensílios de cozinha e ferramentas agrícolas - o problema do trabalho afetava sobretudo viúvas idosas e sem filhos que não tinham ninguém que pudesse trabalhar por elas para terem direito aos bens básicos para subsistirem, e alojamento para ficarem; (2) os racionamentos de comida tinham sido cortados, recebendo apenas 2,27 quilogramas de farinha para sete dias, o que não era suficiente; (3) não havia deslocações ao hospital para tratamento, havendo uma ambulância disponível no campo; (4) 35 alunos no campo não podiam ingressar no ensino secundário, apesar dos pedidos feitos à administração; (5) a conduta dos oficiais era abusiva - para além de ignorarem as reivindicações dos refugiados, castigavam-nos de forma brutal quando não cumpriam com as normas dos campos. O autor do abaixo-assinado descreveu um cenário elucidativo: «Se uma pessoa fez algo de mal ao seu vizinho, ela é acorrentada a uma árvore, e deixada ali durante todo o dia sem água para beber ou mesmo comida.» Na sua acepção, os refugiados não eram tratados como seres humanos e não tinham a quem recorrer, por isso escreviam directamente às Nações Unidas para que os seus agentes fossem verificar a situação no campo de Maheba¹⁰⁹².

O representante do ACNUR em Lusaka foi notificado dois meses depois da data de redacção da queixa. Genebra alertava para a não implementação de medidas acordadas entre o governo e o ACNUR, como a eleição de representantes dos refugiados e a possível obrigação de aquisição de utensílios e ferramentas quando a primeira distribuição de materiais deveria ser garantida gratuitamente pelas autoridades. Relativamente às quantidades de comida distribuídas, acesso ao ensino secundário, transporte de doentes e aos métodos de castigo relatados, o Alto-Comissário mostrava grande preocupação, pedindo ao representante uma missão ao campo de Maheba¹⁰⁹³.

¹⁰⁹² *Complaint about camp conditions at Maheba Refugee Camp, Zambia, Africa*, de 1 de Março de 1972, doc. 122, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁹³ Segundo o acordo tripartido entre as autoridades, o ACNUR, o PAM e o ZCRS deveriam ser providenciados e distribuídos pelo PAM, cerca de 3.5kg de farinha de milho por semana, ou seja, mais um quilo do que estava a ser distribuído segundo o testemunho dos refugiados. Memorando de Gerrit de Bosh Kemper para Representante ACNUR na Zâmbia, de 27 de Abril de 1972, doc. 123, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

Depois de reuniões com as autoridades e com o ZCRS e da visita às instalações, Hugo Idoyaga elaborou uma apreciação dos vários problemas. No respeitante à educação, e apesar do governo zambiano garantir acesso ao ensino secundário aos refugiados, não haviam escolas suficientes para os cidadãos zambianos o que, na prática, retirava aos refugiados a hipótese de prosseguir os seus estudos. Relativamente ao racionamento, o PAM informava que iniciaria o seu programa a partir de Maio. Por isso, a responsabilidade da alimentação estava a cargo de ZCRS que tinha disponíveis para distribuição 2,75 quilogramas de farinha para cada refugiado por semana, um valor intermédio entre o relatado pelos refugiados e o acordado pelo ACNUR. O representante foi, no entanto, notificado da possibilidade de cortes no racionamento para os refugiados parcialmente auto-suficientes. No memorando, Idoyaga não faz qualquer menção aos tratamentos brutais denunciados pelos refugiados. Pelo contrário, indica a Genebra que seria melhor não acusar a recepção da carta ou responder à queixa por tal acção «poder encorajar refugiados [que tinham] uma forte tendência para se tornarem agitadores, a incitar outros a escrever para o ACNUR com todas as queixas possíveis»¹⁰⁹⁴.

O ACNUR optou, assim, por resolver os problemas de Maheba sem entrevistar os refugiados para averiguar possíveis melhorias no campo em prol da estabilidade e segurança. A política zambiana de tentativa de controle dos refugiados foi mantida durante os últimos anos da guerra colonial. Não obstante o aumento do número de refugiados devido a processos mais eficientes de registo - em 1975 o efectivo era de 22.300 -, a maior parte dos angolanos permanecia nas áreas de fronteira, desafiando as directivas nacionais, na tentativa de controlo da experiência de refúgio caracterizada pela constante perda de poder.

Uma guerra infundável: repatriamento dos refugiados angolanos e nova situação de conflito no pós-1974¹⁰⁹⁵

A mudança de regime em Portugal a 25 de Abril de 1974 foi recebida com surpresa em Luanda. Ao contrário do cenário de guerra em Moçambique e na Guiné, o conflito em território

¹⁰⁹⁴ Memorando do Representante do ACNUR na Zâmbia para ACNUR Genebra, de 31 de Maio de 1972, doc. 122, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁹⁵ A informação providenciada nesta secção relativa ao repatriamento decorre dos documentos disponibilizados pelo ACNUR. O acesso à restante documentação sobre as negociações de repatriamento dos angolanos em 1974, 1975 e 1976 permanecem classificados em 2019. Poderão ser utilizados em posteriores investigações.

angolano tinha atingido um momento de impasse, que favorecia as forças portuguesas¹⁰⁹⁶. Após a queda do governo de Marcello Caetano, o Movimento das Forças Armadas avançava com o programa dos três Ds: Democracia, Desenvolvimento e Descolonização, pautado pela intenção de reconhecer a independência dos territórios sob administração portuguesa em África. Na publicação de *Portugal e o Futuro*, o presidente da república, general António de Spínola, apresentava um projecto para as colónias na linha gaulista: proposta de referendo após um período de transição de dois anos com o fim de preparar a população para a escolha entre a constituição de um modelo federativo ou a independência total. A oposição das forças armadas portuguesas e dos movimentos de libertação ao modelo de Spínola causou um impasse que terminou com a demissão do presidente em Setembro.

O período de incerteza reflectiu-se directamente na possibilidade de repatriamento dos refugiados. Em Maio, o *Daily Mail* zambiano publicou a posição do ACNUR face à questão: os refugiados não podiam regressar ao seu país de origem por não estarem reunidas as condições para o retorno, continuando ao abrigo da CER, do Protocolo de 1967 e da Convenção da OUA, ratificada pela Zâmbia no ano anterior. Sob pressão do governo zambiano, a representante provisória do ACNUR em Lusaka chegou a acordo com as autoridades sobre o carácter voluntário do repatriamento, garantindo que a agência promoveria e facilitaria o processo.¹⁰⁹⁷

Para além do impasse gerado pela transição abrupta de regime em Portugal, a questão angolana tornava-se mais complexa do que a situação argelina por existirem três movimentos candidatos ao poder que, desde cedo, demonstraram incapacidade para formar uma frente una em defesa da autodeterminação do povo angolano. Em Junho, na XI Conferência da OUA em Mogadíscio, foi nomeada uma comissão composta pela Zâmbia, Tanzânia, Zaire e Congo por forma a reunir com os movimentos de libertação e apelar a uma frente única para negociar com as autoridades portuguesas, e garantir uma transição estável e pacífica¹⁰⁹⁸. Após os resultados

¹⁰⁹⁶ Wheeler e Pélisser, *História de Angola...*, 357. Sobre o processo de descolonização portuguesa veja-se N. MacQueen, *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire* (Londres: Longman, 1997) e A. Costa Pinto, «The transition to democracy and Portugal's decolonization» em *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, A. Costa Pinto e S. Lloyd-Jones, eds., 17-35, Bristol: Intellect Books, 2003.

¹⁰⁹⁷ Artigo de Jornal, «Refugees can't go back yet», *Daily Mail*, de 11 de Maio de 1974, anexado a Memorando de A. M. Dammer para ACNUR Genebra, de 14 de Maio de 1974, doc. 130, em *Refugees from Angola in Zambia 1967-1976*, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹⁰⁹⁸ Memorando de A. A. Peters para Alto-Comissário, de 30 de Julho de 1974, doc. 4, em *Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA*, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

favoráveis da reunião decorrida a 27 e 28 de Julho, o ACNUR concluiu estarem reunidas as condições para o planeamento do retorno dos refugiados.

A acção sem precedentes - planeava-se o repatriamento de 500.000 angolanos a partir do Zaire, 3.400 a partir do Botswana¹⁰⁹⁹ e cerca de 22.300 a partir da Zâmbia¹¹⁰⁰ para um território deficiente em infraestruturas, administração e especialistas -, colocava sobre o ACNUR a responsabilidade de, tal como na Argélia e no Sudão, assistir também na integração dos deslocados que, segundo os dados da FNLA, consistiam em dois milhões e meio de pessoas¹¹⁰¹. O processo era ainda dificultado por não haver registo exacto do número de pessoas a repatriar¹¹⁰² e pela depauperação generalizada dos refugiados no Zaire, devido à incapacidade de resposta do Estado de acolhimento e das agências internacionais¹¹⁰³. Nesse mês, o ACNUR iniciou o planeamento do repatriamento dos refugiados directamente com a FNLA¹¹⁰⁴. A 21 de Agosto decorreu a primeira reunião de trabalho com representantes do movimento, na qual o ACNUR se comprometeu com a assistência ao repatriamento conforme o determinado pela resolução 2956 (XXVII) da Assembleia Geral. Com o apoio do secretário-geral da ONU¹¹⁰⁵, no encontro foi acordada uma primeira missão a Angola a ser efectuada por representantes do ACNUR e das agências que cooperariam com o governo angolano no repatriamento e reintegração da população¹¹⁰⁶.

A FLNA parecia ser um interlocutor estável para o ACNUR e demais organismos das Nações Unidas¹¹⁰⁷. Em Outubro, foi declarado o cessar fogo formal por parte da FNLA e os

¹⁰⁹⁹ Os refugiados angolanos tinham-se dirigido para o Botswana a partir de 1968, instalando-se perto da vila de Shakwe onde foram assistidos pelas autoridades e pelo Alto-Comissariado.

¹¹⁰⁰ Na Zâmbia, o ACNUR tinha ainda a responsabilidade pela assistência ao repatriamento dos moçambicanos que tinham procurado refúgio no país. Memorando de Antoine Noël para Gilbert Jaeger, de 7 de Agosto de 1974, doc. 134, em Refugees from Angola in Zambia 1967-1976, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹¹⁰¹ Carta de Holden Roberto para Delegado Regional ACNUR, de 16 de Outubro de 1974, doc. 18, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

¹¹⁰² Memorando de P. Coat para Alto-Comissário Adjunto, de 7 de Agosto de 1974, doc. 280, em Refugees from Angola in Zaire vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹¹⁰³ Memorando de P. Coat para Alto-Comissário Adjunto, de 7 de Agosto de 1974, doc. 135, em Refugees from Angola in Zambia 1967-1976, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹¹⁰⁴ Na Zâmbia, o processo de repatriamento foi negociado com as autoridades e na República Democrática do Congo com o MPLA.

¹¹⁰⁵ Memorando de Charles Mace para Alto-Comissário, de 9 de Agosto de 1974, doc.281, em Refugees from Angola in Zaire vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹¹⁰⁶ Memorando de A. A. Peters para Alto-Comissário, de 26 de Agosto de 1974, doc. 6, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

¹¹⁰⁷ Em Setembro, o ACNUR reunia-se com a FNLA, FRELIMO e PAIGC como representantes dos territórios não-autónomos por forma a negociar as formas de repatriamento que, à altura, era visto como matéria urgente. No mês seguinte, o Alto-Comissário afirmava as boas relações entre o ACNUR e a FNLA. Memorando de Antoine Noël para

representantes do movimento reuniram com o Comité Executivo do Programa do ACNUR e outros organismos do sistema das Nações Unidas¹¹⁰⁸. Em Novembro, a FNLA apresentou o plano de assistência ao repatriamento à reintegração da população¹¹⁰⁹. O projeto apresentava falhas quanto ao transporte, administração de recursos e alimentação, exageros orçamentais e tinha maior incidência na reintegração do que no repatriamento, mas poderia funcionar com melhorias sugeridas pelos agentes internacionais¹¹¹⁰. No final do ano, e com a aprovação dos três movimentos sobre a intervenção da ONU em Angola, o ACNUR reuniu-se com Almeida Santos, ministro português da coordenação inter-territorial, para obter o consentimento de todos os intervenientes políticos para a operação de repatriamento¹¹¹¹.

Ao mesmo tempo, o ACNUR comprometeu-se a manter a assistência nos Estados de acolhimento até ao final de 1975 em várias áreas fulcrais e com dois objectivos em mente: por um lado, manter a subsistência dos refugiados, por outro fazer alocações de verbas a projectos que pudessem ser transferidos posteriormente para Angola. No Zaire, foram desenvolvidos dois projectos em parceria com as autoridades e a FNLA nas áreas da agricultura, saúde, pescas, cooperativas, desenvolvimento comunitário e educação¹¹¹². Na Zâmbia, promoveram-se projectos em Maheba para acelerar a formação primária e secundária dos refugiados por forma a voltarem a Angola mais bem qualificados¹¹¹³.

C. Mace, de 10 de Setembro de 1974, doc. 9; e Memorando de A. Samb para Alto-Comissário, de 22 de Outubro de 1974, doc. 24, ambos em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCR.

¹¹⁰⁸ Telegrama de C. J. Carpenter para ACNUR Genebra, de 15 de Outubro de 1974, doc. 18, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCR.

¹¹⁰⁹ A FNLA pretendia reinstalar os refugiados no Zaire nos distritos de Zaire, Uige, Cuanza Norte, Malanje, Cuanza Sul e Luanda, perto de centros de reinstalação. O projecto previa assistência alimentar até às primeiras colheitas, bem como no incentivo à produção agrícola e investimento nas áreas da saúde e educação Alfred L. Jaeger, Nota para Arquivo, de 12 de Novembro de 1974, anexado a Memorando de A. A. Peters para Alto-Comissário, de 3 de Dezembro de 1974, doc. 34, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCR.

¹¹¹⁰ Cooperariam no projecto o ACNUR, a FAO, o PNUD, a UNESCO e a OMS. Telegrama de Homann-Herimberg para Dayal, de 28 de Novembro de 1974, doc. 33, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCR.

¹¹¹¹ V. Dayal, Nota para Arquivo, de 6 de Dezembro de 1974, doc. 14, em Repatriation - Refugees from Angola - General, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 1075, UNHCR.

¹¹¹² Telegrama de Antoine Noël para Representante Kinshasa, de 23 de Setembro de 1974, doc. 12; Memorando de C. J. Carpenter para ACNUR Genebra, de 30 de Setembro de 1974, doc. 13; Telegrama de Antoine Noël para Delegação em Kinshasa, de 11 de Novembro de 1974, doc.29; Memorando de C. L. Carpenter para ACNUR Genebra, de 14 de Novembro de 1974, doc. 30A, em Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCR.

¹¹¹³ ACNUR, *Monthly Notes on UNHCR Activities during February 1975*, MHCR/50B/3/75, de 19 de Março de 1975, em *Monthly Notes on the Activities of UNHCR, July 1973 - December 1975*, Fundo 10B, Série 2, Caixa 1, UNHCR.

A assinatura do Acordo de Alvor entre as autoridades portuguesas e os movimentos de libertação, a 15 de Janeiro de 1975, reconhecia formalmente os três movimentos como únicos representantes do povo angolano e estabelecia a data de independência para 11 de Novembro de 1975. O documento estabelecia ainda (1) um governo transitório com representantes dos três movimentos e do Estado português na figura de um alto-comissário, à semelhança dos Acordos de Evian; (2) a segurança do território ficaria a cargo de um exército único formado por 24.000 homens das forças portuguesas e 8000 elementos de cada um dos movimentos; e (4) a constituição de comissões paritárias mistas, encarregadas de «planificar e preparar as estruturas, meios e procedimentos próprios ao acolhimento dos angolanos refugiados», cabendo ao ministro da saúde e assuntos sociais (designado pela FNLA) a supervisão da acção das ditas comissões¹¹¹⁴. As previsões para o plano de repatriamento de um milhão e meio de angolanos - estavam englobados, para além dos cerca de 600.000 refugiados nos vários Estados de acolhimento, os angolanos que tinham procurado os Estados vizinhos antes do início das hostilidades em 1961 -, apontavam para o regresso de 650.000 pessoas antes do final de Abril e o estabelecimento de 22 pontos de partida no Zaire, 24 centros de recepção em Angola capazes de receber 3000 pessoas por semana, e de 120 centros de reinstalação¹¹¹⁵. Os angolanos que voluntariamente manifestassem o desejo de retornar pelos seus próprios meios seriam encorajados a passar a fronteira fora do programa de repatriamento¹¹¹⁶.

O início da acção de repatriamento foi, no entanto, adiado devido à instabilidade das relações entre os movimentos de libertação. Os movimentos angolanos tinham de dividir a sua atenção em três áreas de actuação: a constituição do governo de transição, a organização de campanhas políticas e a responsabilidade de assumir funções administrativas, judiciais e policiais¹¹¹⁷. Apesar dos atrasos e incertezas, o ACNUR concordou alocar a primeira verba de um milhão de dólares para a operação de repatriamento¹¹¹⁸ e efectuar a primeira missão de exploração

¹¹¹⁴ Art. 38.º do *Acordo de Alvor*, citado em P. Dos Anjos para Antoine Noël, de 27 de Janeiro de 1975, doc. 45, em *Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA*, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

¹¹¹⁵ Telegrama de A. A. Peters para Antoine Noël, de 28 de Janeiro de 1975, doc. 46, em *Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA*, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

¹¹¹⁶ Telegrama de Delegação ACNUR Kinshasa para Antoine Noël, de 28 de Janeiro de 1975, doc. 49, em *Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA*, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

¹¹¹⁷ L. W. Henderson, *Angola: Five Centuries of Conflict (Africa in the Modern World)*, citado em Wheeler e Péliesser, *História de Angola...*, 359-360.

¹¹¹⁸ Memorando de Antoine Noël para Delegado ACNUR para a África Central, de 4 de Abril de 1975, doc. 65, em *Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA*, vol.1, 1974-1975, Fundo 11, Série 2, Caixa 223, UNHCRA.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

e negociação conjuntamente com o PNUD¹¹¹⁹. Após as negociações, foram estabelecidos contactos com as agências das Nações Unidas para uma segunda missão ter início a 7 de Abril, mas o processo foi interrompido devido ao início do conflito armado entre o MPLA e a FNLA.

Viveram-se meses de tensão no ACNUR. Por um lado, a operação de repatriamento tinha sido adiada indefinidamente¹¹²⁰, por outro, milhares de angolanos atravessavam continuamente a fronteira de forma voluntária e pelos seus próprios meios para um novo cenário de instabilidade. A derradeira tentativa internacional de negociação de uma transição pacífica em Nakuro resultou num acordo vão. Nos meses seguintes, o MPLA tomou Luanda e bases importantes da FNLA no Norte de Angola, dando início a uma guerra civil que duraria cerca de 27 anos.

A saída de angolanos para os Estados vizinhos foi imediata. Em Agosto, a Zâmbia reportou a entrada de 62 novos refugiados no complexo de Maheba¹¹²¹ e, no mês seguinte, as comunicações entre Genebra e Kinshasa revelaram a necessidade de preparação para a chegada de grandes grupos de angolanos ao Zaire, tanto a partir de Angola como de Cabinda¹¹²². A presença de novos refugiados no Zaire foi reportada em Novembro, altura em que os delegados do ACNUR revelaram estar constrangidos por não terem directivas das Nações Unidas para lidar com a situação, e dar resposta aos pedidos de assistência dos Estados de acolhimento e dos «altos responsáveis» de Angola para atender à nova crise humanitária¹¹²³. No dia estipulado para a independência, o governo português, sem um interlocutor legítimo, entregou o poder ao povo de Angola, que fugia mais uma vez à violência em busca de protecção noutros Estados.

O refugiado angolano entre modelos de controle da experiência de refúgio

A movimentação de refugiados angolanos para os Estados vizinhos decorreu em duas fases diferentes da guerra de independência de Angola. Num primeiro momento, em que o foco de

¹¹¹⁹ Telegrama de Sadruddin Aga Khan para Tang Ming Chao, de 6 de Março de 1975, doc. 29, em em Repatriation - Refugees from Angola - General, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 1075, ACNUR.

¹¹²⁰ Telegrama ACNUR Genebra para ACNUR Nova Iorque, de 2 de Abril de 1975, doc. 50, em Repatriation - Refugees from Angola - General, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 1075, UNHCRA.

¹¹²¹ Memorando de A. M. Dammer para ACNUR Genebra, de 25 de Agosto de 1975, doc. 144, em Refugees from Angola in Zambia 1967-1976, vol. 1, Fundo 11, Série 2, Caixa 213, UNHCRA.

¹¹²² Telegrama de ACNUR Genebra para Antoine Noël, de 19 de Setembro de 1975, doc. 313, em Refugees from Angola in Zaire vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

¹¹²³ Telegrama de Antoine Noël para ACNUR Genebra, de 26 de Novembro de 1975, doc. 318, em Refugees from Angola in Zaire vol. 2, Fundo 11, Série 1, Caixa 42, UNHCRA.

conflito decorria no norte do território angolano, a movimentação de refugiados foi imediata, contabilizando-se um efectivo de cerca de 150.000 refugiados no Congo Leopoldville após o primeiro ano de instabilidade, e que ultrapassaria os 400.000 no decorrer do conflito. Seis anos depois, com a viragem para a frente leste, milhares de refugiados dirigiram-se para a Zâmbia a partir dos distritos do Moxico e Cuando Cubango, ainda que em menor número. Assim, tal como na questão argelina, as organizações internacionais de assistência e protecção humanitária tiveram de lidar com a presença de refugiados em consequência de um conflito colonial em vários Estados limítrofes à zona de conflito.

Ao receberem o pedido oficial de assistência por parte do Congo Leopoldville no primeiro semestre de 1961, os responsáveis do ACNUR responderam ao primeiro grande desafio de intervenção num cenário de conflito colonial na África Subsaariana. A questão demonstrou ser morosa e delicada pela dificuldade de operacionalização da assistência num cenário de instabilidade, tanto em termos militares como sócio-económicos, e viria a marcar a experiência de refúgio para os angolanos, colocando múltiplas barreiras à assistência humanitária.

Com várias organizações no terreno - LSCV, ONUC, Cáritas e AAPC - o papel do ACNUR na assistência no primeiro ano foi relegado para segundo plano. De acordo com a estratégia de cooperação inter-agências, a organização da assistência de emergência recaiu sobre a LSCV que rapidamente definiu a limitação da sua actuação. A estratégia não deu, no entanto, os resultados esperados por várias razões. Em primeiro lugar, foi baseada em perspectivas de estabilidade tanto em Angola como no Congo que não se verificaram. Em segundo, a deterioração da economia, aliada ao conflito militar no Catanga e às constantes movimentações de refugiados para várias províncias, marcavam o início do Congo independente como Estado falhado, o que resultou na incapacidade das autoridades centrais e locais de tomar decisões eficientes relativamente às políticas de assistência necessárias. Terceiro, a situação em Angola defraudou igualmente as expectativas dos agentes internacionais que, assentes nas promessas de resolução rápida do conflito tanto do lado português como dos movimentos de libertação, previam a possibilidade de repatriamento voluntário de parte dos refugiados no final de 1961. Não só não se verificou o repatriamento, como o modelo de recuperação territorial por parte das forças armadas portuguesas e as medidas de recuperação, baseadas em políticas de segregação e controlo populacional, levaram à saída de outros grupos refugiados durante meses nas matas.

Relativamente aos refugiados que não mostravam intenções de regressar a Angola, a solução passava pela célere integração no Baixo Congo tendo como objectivo a rápida auto-suficiência. Também este ponto pareceu basear-se em pressupostos incipientes relativos ao *modus vivendi* dos autóctones e ao significado da fronteira nestes territórios. Tratando-se de uma fronteira de carácter formal e imposta externamente, as populações Bakongo tinham entre si laços comunitários que resultaram num acolhimento pacífico aos primeiros grupos de refugiados. Porém, a contínua chegada de milhares de indivíduos às comunidades espalhadas pela província do Baixo Congo resultou em problemas de sobrepopulação e exaustão dos solos que se verificaram com maior gravidade nas áreas urbanas. Outra questão relevante, foi a travessia contínua dessa linha formal para localidades próximas no território angolano, onde os refugiados procuravam colher o produto das suas lavras, mesmo sujeitos a ataques dos dois lados beligerantes. Os agentes internacionais compreenderam estas movimentações como iniciativas voluntárias de repatriamento, quando parecem revelar, na sua maioria, idas pontuais e posterior retorno por forma a levar para o Congo familiares, alimentos ou produtos para comércio.

O aumento populacional afetou sobretudo os aglomerados urbanos, como Songololo e Matadi, onde a exaustão dos solos e a presença de indivíduos classes laborais diferenciadas, levaram rapidamente à deterioração do nível de vida de toda a população. A situação tornou-se mais grave no final de 1962. Um ano após o término do programa de assistência de emergência da LSCV, o sistema de recenseamento montado pela organização estava completamente obsoleto. O facto de a LSCV ter terminado a sua ação de assistência prematuramente, levou à incapacidade para assistir novos grupos de refugiados provindos de regiões mais longínquas, redireccionando a atenção do ACNUR para outras funções: a prestação de assistência de emergência aos refugiados sudaneses no Congo e projectos de médio-longo prazo dentro da estratégia de auto-suficiência para os refugiados angolanos.

No final de 1961, o ACNUR iniciou a sua participação num projecto de realojamento para resolver o problema de sobrepopulação na região entre Matadi e Songololo que suponha a sua deslocação para uma área pré-estabelecida numa região a norte, mais fértil e longe da fronteira. No entanto, e apesar dos esforços das agências internacionais e das autoridades, os refugiados recusaram durante muito tempo a deslocação, com o argumento de que (1) queriam voltar para o território angolano assim que houvesse condições para tal e (2) que queriam poder escolher o local onde se fixariam. A percepção dos refugiados do tempo de refúgio no primeiro argumento,

mostrou ser, em parte, influenciada pela propaganda da UPA que divulgava um fim próximo para o conflito, o que contrasta com a ideia dos representantes internacionais de que o retorno não estava dependente de uma declaração de paz. A deturpação da duração do tempo de refúgio demonstrava a capacidade de ambos os beligerantes para manipular as expectativas tanto dos representantes das organizações internacionais como da população refugiada. O segundo argumento sugere ainda a tentativa do refugiado de escolher o espaço de refúgio de acordo com as suas próprias expectativas e a ideia, ainda que fomentada pela UPA, de que as medidas de realojamento se assemelhavam aos modelos de deslocação forçada e de carácter escravocrata que tinham sido parte da realidade vivenciada em Angola. A estratégia adoptada pelas organizações no local seria, a partir de 1963, a realocação directa de novos grupos de refugiados, o que acabaria por aliviar, paulatinamente, os problemas de superpopulação.

Sem capacidade para promover a estabilidade necessária em Angola, o governo português, pressionado nos *fora* internacionais com crescente acutilância ao longo dos anos, condicionando o seu poder de negociação, tentava responder diplomaticamente com a manipulação do número de repatriados e com a tentativa de cooperação com a LSCV, por via da CVP, com vista ao repatriamento. O insucesso da iniciativa, levaria o governo de Oliveria Salazar a medidas estritamente securitárias e de controle de movimentos dos civis, recorrendo ao confinamento da população autóctone em aldeamentos, tal como acontecera nos casos queniano e argelino. Quanto à posição dos movimentos de libertação face aos refugiados, as sucessivas denúncias de recrutamento, desvio de fundos e recursos – agravados pelo endurecimento das autoridades locais - colocavam os estes grupos numa posição de insustentabilidade que os forçava a voltar para Angola.

A frustrações dos representantes das organizações internacionais no terreno ficariam expressas em várias trocas de correspondência onde ficam nítidos tanto (1) a incapacidade de adaptação à realidade subsaariana - pautada por uma visão europeísta baseada em ideias desenvolvimentistas e concepções paternalistas da relação com o autóctone -, como (2) o esforço para ultrapassar as limitações existentes e providenciar assistência a centenas de milhar de refugiados de várias proveniências num Estado de acolhimento fragmentado e com uma máquina administrativa frágil e sem capacidade para oferecer as garantias necessárias às responsabilidades acordadas. Nos anos seguintes, o ACNUR, em cooperação com a Cáritas e a AAPC, dedicaram-

se a projectos de assistência limitados nas áreas da saúde, educação e agricultura dentro das limitações financeiras que enfrentou após 1965.

O problema do financiamento da assistência em África, onde o ACNUR tinha as suas maiores responsabilidades, levou a debates importantes sobre a necessidade de garantir a estes indivíduos o estatuto de refugiado, resultando na elaboração do Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados e na Convenção da Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África. Mormente, o ACNUR conseguiu aumentar o seu espaço humanitário ao enveredar em projectos específicos e através da cooperação com outras agências do sistema das Nações Unidas. Desta forma os projectos de assistência aos refugiados eram associados aos planos de desenvolvimento nos Estados de acolhimento.

No final da guerra colonial, o ACNUR encontraria ainda na FLNA, um novo interlocutor para a projecção de projectos de assistência a médio e longo prazo, ainda que em contradição com o princípio de neutralidade política. De facto, a comunicação com as autoridades portuguesas mostra ser escassa após os primeiros anos de conflito, sendo retomada aquando da possibilidade de repatriamento dos refugiados após Abril de 1974. Os modelos de repatriamento foram, a partir desse momento, negociados com as autoridades portuguesas e com os movimentos de libertação, tendo a FNLA como principal interlocutor.

Quando, em 1966, a extensão dos focos de conflito para a frente leste provocou a saída de refugiados para a Zâmbia, os actores internacionais beneficiaram de duas situações: por um lado, a experiência adquirida no cenário congolês e, por outro, da política preventiva do governo zambiano de controle das movimentações populacionais dentro do território.

Devido a uma posição geográfica desvantajosa, o governo zambiano procurou desde cedo implementar uma política de controlo de fluxos migratórios que afectava directamente os refugiados que se dirigiam para o território. A política pouco ortodoxa de asilo temporário adoptada pela Zâmbia num primeiro momento, e criticada pelos representantes do ACNUR, era colmatada, na óptica dos mesmos, pela introdução de medidas preventivas - criação do CIR e existência de centros de acolhimento e formação profissional em parceria com ONGs - que faziam antever um processo mais eficiente em termos operacionais aquando da chegada dos primeiros grupos de refugiados angolanos.

O aumento do fluxo de refugiados derivado da instabilidade provocada pelo conflito ao longo da fronteira, levou a uma estratégia concertada entre o governo e o ACNUR de

encaminhamento dos refugiados para campos no interior do território. A estratégia de garantir a auto-suficiência dos refugiados num curto espaço de tempo, como solução para o problema da dependência económicas destes indivíduos, foi diversas vezes travada pela incapacidade de resposta das autoridades zambianas. Este facto deve-se tanto ao aumento do fluxo de refugiados em número e em raio de fixação, como à intensificação da actividade política e militar na fronteira. Antes do final do ano, o Estado zambiano tinha dois campos de acolhimento e fixação em funcionamento para os refugiados angolanos: Lwatembo e Mayukwayukwa. As estruturas procuravam responder ao aumento do número de refugiados que tentavam escapar, segundo os seus relatos, a perseguições e políticas coercivas por parte das autoridades portuguesas que, no momento, recorriam à construção de regedorias para o confinamento das populações.

Em 1968, as dificuldades de implementação dos planos de assistência a médio prazo foram agravadas pela exaustão dos solos e consequente projecção de outras soluções. No ACNUR, as consecutivas prorrogações do processo de integração e a utilização dos fundos disponibilizados para ciclos contínuos de assistência de emergência tornou-se crescentemente injustificável, conduzindo ao aumento de pressão por parte dos Estados intervenientes no Comité Executivo.

Os constrangimentos administrativos eram agudizados por questões de natureza política. A par da tentativa de controle de fluxos migratórios dentro do território, o governo zambiano posicionou-se contra o envolvimento político dos refugiados dentro do território. Sem conseguir evitar a fixação de refugiados em comunidades remotas na área de fronteira, a administração decretava, pelo *Refugee (Control) Act*, um conjunto repressivo de normas que procuravam controlar a experiência de refúgio desde o momento da passagem da fronteira até à fixação nos campos de refugiados de Mayukwayukwa e Maheba. A regulamentação, que estipulava medidas como o controlo de movimentos, a expropriação, a revogação do direito de reunião e assembleia e repatriamento forçado, ia contra os princípios estabelecidos na DUDH, na CER, no Protocolo de 1967, ratificados em 1969, e ao acordo estabelecido com o ACNUR que estipulava, por um lado, a necessidade de eleição de representantes dentro dos campos e, por outro, a condenação do repatriamento forçado, a limitação de movimentos e expropriação.

Tal como sucedera no Congo, o modelo zambiano de acolhimento provocou formas de resistência por parte dos refugiados. Por um lado, grande parte destes indivíduos procurava evitar o confinamento em áreas restritas e regulamentadas apesar de nestas ser providenciada assistência humanitária. Segundo as entrevistas efectuadas por Hansen à época, os refugiados advogavam a

liberdade de movimentos e a importância dos laços comunitários como as principais causas para permanecerem em comunidades limítrofes. Por outro lado, a realidade nos campos - as estratégias para obtenção de meios de subsistência inadequadas a famílias desestruturadas, a falta de assistência nas áreas da educação e saúde, e formas de coerção abusivas - eram relatadas por refugiados diretamente aos altos responsáveis do ACNUR, demonstrando, não só que a experiência de refúgio nos espaços confinados não era melhor do que aquela em comunidades depauperadas, mas também que havia nestes indivíduos a consciência de que não estavam a ser tratados condignamente e segundo as normas internacionais. Relatos de desaparecimento de refugiados nos campos podem sugerir ainda uma segunda forma de fuga, desta vez às medidas de controle do Estado de acolhimento.

Assim, tanto no Congo como na Zâmbia, as estratégias de assistência a médio prazo demonstraram ser inadequadas em vários sentidos. Primeiramente, não estavam adaptadas ao *modus vivendi* das populações locais. Em segundo lugar, mostraram-se desajustadas por reproduzirem, de alguma forma, as medidas de coerção e controle que constituíam algumas das principais causas de fuga. Com as limitações de cariz económico e administrativo, estes problemas acabaram por resultar em experiências de refúgio que colocavam os refugiados no limiar entre o estado de sobrevivência e a afirmação enquanto cidadãos de direito.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

CONCLUSÕES

A análise historiográfica das dinâmicas que envolveram a protecção dos e assistência aos refugiados dos processos de descolonização no Quénia, Argélia e Angola revela os desafios que as organizações internacionais de assistência humanitária enfrentaram em Genebra e Nova Iorque, mas também no terreno. As suas tentativas de intervir em benefício das populações autóctones e de alargar a sua capacidade de resposta assente em ideais de universalização do humanitarismo e dos direitos humanos defrontaram vários obstáculos, de natureza diversa. Ao longo da presente tese, foram identificados e analisados os diversos debates políticos e ideológicos e as distintas estratégias institucionais que se debruçaram sobre as problemáticas da soberania dos Estados-império e do indivíduo como sujeito de Direito Internacional.

Marcado por dois conflitos mundiais, na sua primeira metade e pela queda dos impérios territoriais ao longo de toda a sua extensão, o século XX foi ainda caracterizado pela paulatina afirmação de variados actores internacionais na mediação de conflitos e no *equilíbrio* das relações internacionais. Desta forma, o surgimento de organizações internacionais não-governamentais e inter-governamentais dedicadas à protecção e respeito pelos direitos humanos - igualmente objecto de inúmeras reflexões nos últimos cem anos - veio alterar modelos de inter-relação entre Estados, indivíduos e actores internacionais. As movimentações de refugiados fugidos ao flagelo das guerras, às perseguições de base política, racial e religiosa, em parte marcadas pela homogeneização da identidade nacional, constituíram um dos maiores desafios tanto para a organização do sistema internacional de Estados como para a feitura do DIH e do regime de direitos humanos.

Como resposta aos actos de extrema violência perpetrados a populações específicas, foram desenvolvidos mecanismos de concertação internacional de cariz declaradamente universal que alteraram concepções ideológicas, éticas e morais sobre a necessidade de protecção das populações civis de políticas de diferenciação. A queda dos Estados-império ultramarinos ocidentais foi condicionada, entre outro factores, por novos modelos imprimidos na construção de um regime universal de direitos humanos, galvanizados pelas dinâmicas da Guerra Fria, tanto pela afirmação da autodeterminação como direito fundamental como pelas formas de condenação dos modelos imperialistas baseados na exploração e segregação dos autóctones. Paralelamente, as potências coloniais foram adoptando (e adaptando) ideias de desenvolvimento e progresso, a partir das quais

procuravam manter a sua legitimidade política, em diversos níveis. A «missão civilizadora» dos projectos coloniais não desapareceu totalmente, tendo sido incorporada em discursos desenvolvimentistas. As movimentações de refugiados autóctones surgidas a partir do início dos violentos processos de descolonização em África vieram colocar uma série de desafios tanto às organizações internacionais, que se afirmavam na protecção e assistência a populações civis e refugiados – o CICV, a LSCV e o ACNUR -, como às potências coloniais, que procuravam manter o relativo *status quo*.

Foi a partir deste cruzamento de dinâmicas históricas que surgiu a questão orientadora da presente tese: de que formas as dinâmicas de transformação acelerada em contexto colonial, fruto de violentos conflitos, vieram alterar o debate sobre a universalidade do regime internacional de protecção a refugiados? A análise desta questão girou, por isso, em torno de dois eixos principais: por um lado, o escrutínio dos debates e estratégias das organizações internacionais como constituintes de um processo de universalização dos direitos de protecção e assistência, e, por outro, o estudo da forma como os actores estatais responderam a situações violentas que envolviam processos de intervenção externa em benefício de refugiados autóctones, dentro de situações coloniais e na tentativa de manutenção da sua legitimidade, interna e externa.

O confronto da extensa bibliografia sobre o colonialismo tardio e sobre os processos de constituição e operacionalização das organizações internacionais de assistência humanitária, que evidentemente não ambicionámos convocar de modo exaustivo, com as múltiplas fontes analisadas, suscitou um conjunto de questões sobre a abordagem apropriada ao problema da assistência humanitária aos refugiados autóctones. A utilização do método comparativo permitiu o diálogo com os veículos diplomáticos e a problematização da experiência de assistência no terreno em três casos distintos de intervenção humanitária, permitindo demonstrar os múltiplos desafios criados pela situação específica destes refugiados que se encontravam fora do mandato original do ACNUR e da aplicação da CER, instalados em Estados recentemente independentes ou em territórios não-independentes e desprovidos de protecção do poder imperial. A comparação possibilitou ainda a construção de linhas de análise que ajudam a compreender tanto a persistência de tendências na abordagem a situações de emergência humanitária como um conjunto de novos desafios e reformas no regime internacional de protecção dos refugiados. Problematicaram-se, ao longo da análise, as ideias de fronteira - que define espacialmente o estatuto de refugiado - e de alteridade - partindo de concepções e perspectivas do *outro* autóctone, intrínsecas à formulação

dos modelos imperiais. Do mesmo modo, abordaram-se o problema do controle de movimentos populacionais - constituinte de políticas imperiais e Estatais visando o incremento económico ou securitário, mas condenadas tanto na DUDH como na CER - e as concepções do refugiado autóctone enquanto sujeito, passivo ou activo, de direitos.

Desta forma, no primeiro capítulo da presente dissertação foram identificadas as tendências que caracterizaram a reorganização do sistema de Estados europeu, incidentes nas questões de fronteira, nas movimentações populacionais, na formulação da ideia de refugiado enquanto problema securitário, económico e alheio aos ideários de homogeneização nacional. Estas tendências decorreram ao mesmo tempo da, e em oposição à construção de um regime internacional alicerçado na mediação de conflitos, assistência humanitária e defesa dos direitos humanos, pautado pela afirmação de valores éticos e morais universais, e que utilizava o modelo de intervenção externa concertada como garante último da pacificação e desenvolvimento colectivo. O primeiro capítulo permite compreender as limitações que CICV e do ACNUR tiveram, à partida, quanto à sua intervenção em territórios não-autónomos.

Os interesses securitários e económicos estatais, fomentados pelo ideário da homogeneização nacional, colocaram barreiras à constituição de um sistema de resposta concertada durante a primeira metade do século XX, levando à relativa inoperância, e posterior dissolução, da Sociedade das Nações. Não obstante, os múltiplos debates surgidos no período entre-guerras sobre questões como os refugiados, a migração ou o trabalho forçado, fizeram parte de um processo de crescente intervenção internacional, não só na Europa, mas também nos impérios ultramarinos, ainda que produzindo resultados variados. Concomitantemente com o início da Guerra Fria e a progressiva desintegração dos impérios ultramarinos na Ásia e em África, somente após a Segunda Guerra Mundial surgiram os primeiros convénios de ratificação e aplicação universal, como as Convenções de Genebra e a DUDH. Porém, estes mecanismos formais de DIH, determinantes, em variado grau, dos direitos fundamentais inerentes aos seres humanos, em geral, e dos refugiados, em particular, permaneceram limitados pela prevalência dos interesses estatais relativos à intervenção das organizações internacionais em território nacional, limitando, por isso, a acção internacional humanitária. A intervenção dependeria, assim sendo, do ponto de vista estatal acerca da acção humanitária.

As principais limitações da intervenção do ACNUR e do CICV giravam em torno das esferas jurídica e financeira. Se o CICV conseguia, pela aprovação do Artigo 3º comum às quatro

Convenções, ultrapassar, em certos casos, a barreira à intervenção em contextos de conflito bélico e, assim, averiguar a situação das populações e decidir sobre a necessidade de assistência, estava dependente financeiramente de contribuições filantrópicas e, sobretudo, estatais, que limitavam o seu escopo de acção. A intervenção em benefício dos refugiados no Congo é um exemplo¹¹²⁴. O ACNUR também tinha constrangimentos de ordem financeira e jurídica nos seus estatutos. Ao mesmo tempo que lhe conferia uma acção universal em teoria, os estatutos condicionavam a sua acção em várias vertentes. Por um lado, e apesar de contemplar o conceito de refugiado como universal, o ACNUR estava obrigado, pelo instrumento jurídico do mandato, a dirigir o seu foco de acção para os refugiados abrangidos pela CER. Por outro, encontrava-se dependente do pedido de assistência de um Estado-membro e da posterior aprovação de resoluções na Assembleia Geral das Nações Unidas para que pudesse actuar em determinado território, o que, para além de suprimir o poder de iniciativa do Alto-Comissário, tornava imperativo um processo de debate internacional sobre a situação de determinado grupo de refugiados e a necessidade de assistência.

Assim, o segundo capítulo analisou as formas como os agentes do CICV e do ACNUR responderam a cada um dos casos, tendo em conta os contextos históricos respectivos. Os debates que produziram e as acções desencadeadas – explorados e desenvolvidos na segunda parte da tese e que envolveram a cooperação com outras organizações internacionais –, são reveladoras do cruzamento das tendências cimentadas durante a primeira metade do século XX com um conjunto de novas realidades históricas que traduziram questionamentos tão importantes para a universalização dos direitos humanos como a concepção de fronteira, a ideia de alteridade, a movimentação forçada e confinamento de populações e, ainda, a perspectiva do refugiado enquanto sujeito de direitos.

A questão da fronteira, por ser a variável espacial definidora da elegibilidade do refugiado, por um lado, e do espaço de intervenção, por outro, gerou debates importantes, em momentos variados, sobre o processo de decisão e operacionalização dos múltiplos actores envolvidos.

Nos três casos estudados por este trabalho, a fronteira formal entre os territórios em conflito constituía, simultaneamente, um espaço de separação e de fluidez, criando vários desafios à intervenção humanitária e à sua operacionalização. Primeiramente, a instituição de fronteiras em África, espoletadas pelas orientações saídas da Conferência de Berlim de 1884-1885, formalizou

¹¹²⁴ A reforma do CICV em termos de financiamento e reforço da sua capacidade de intervenção em conflitos internos foi estabelecida durante a década de 1970.

a separação de unidades territoriais de exploração que eram largamente contrárias ao *modus vivendi* das sociedades existentes, tanto as sedentárias como as nómadas. A análise das movimentações das populações e dos refugiados em particular revelaram a ambiguidade do lugar de fronteira. Nos três casos estudados, a fronteira constituiu um espaço de fluxos migratórios, voluntários ou forçados por dinâmicas de produção associadas ao desenvolvimentismo económico. Não obstante, a fronteira foi também um espaço que, durante as guerras de independência, separou o território em conflito de um espaço de refúgio. Comum a todos os casos, foi a procura do refugiado pela integração em comunidades familiares que, num momento inicial, acolheram, com poucos recursos disponíveis, os primeiros grupos de refugiados. Depois, considerando a perspectiva das potências coloniais face à fronteira como definidora da unidade imperial, importou ter em conta os mecanismos utilizados para a persistência da legitimidade dos projectos imperiais e coloniais. Enquanto França e Portugal recorreram a reformas constitucionais que integravam a Argélia e Angola no território nacional - ficando por isso sujeitas à jurisdição interna -, o governo britânico conseguiu evitar um debate nos Terceiro e Quarto Comitês da Assembleia Geral sobre o conflito queniano e fez-se valer da autoridade que tinha no Tanganica. Além do mais, a inaptidão dos agentes internacionais do Conselho de Tutela da ONU para supervisionar a sua acção no protectorado e do CICV para denunciar internacionalmente a situação dos Kikuyu no Quênia facilitou a estratégia das autoridades britânicas. Apesar dos Kikuyu terem sido considerados como refugiados pelo governador do Tanganica, identificando tanto agitadores políticos como a população que fugia às tentativas de cooptação dos Mau Mau, nem as autoridades coloniais, nem Londres trataram estes indivíduos como refugiados *de facto*.

As dinâmicas coloniais geraram variados debates nas organizações internacionais acerca de questões como a elegibilidade destes indivíduos para protecção e assistência ou sobre as estratégias operacionais adequadas, sobretudo tendo em conta os desafios colocados pela noção de fronteira. No caso dos refugiados angolanos no Congo, a pertença das populações dos dois lados da fronteira à mesma comunidade étnica gerou um impasse no debate sobre a elegibilidade destes grupos para a assistência. Este foi superado pela decisão do secretário-geral da ONU, baseada no critério de prevalência da nacionalidade para a elegibilidade. No referente aos refugiados argelinos, a questão da elegibilidade foi contornada pela estratégia de manutenção das actividades do ACNUR, apoiada pelo secretário-geral das Nações Unidas e pela administração norte-americana - que teve um papel fundamental na provisão de recursos para a assistência aos

refugiados. Mais tarde, este caminho gerou problemas, sobretudo em torno da elegibilidade de grupos nomádicos para a assistência e em relação a grupos de cidadãos marroquinos que residiam na Argélia antes do conflito e se viam no seu Estado de origem sem qualquer tipo de apoio à sobrevivência. Se no ACNUR prevaleceram critérios de nacionalidade, tanto o CICV como a LSCV pautaram a sua acção por uma assistência mais abrangente, criando fricções importantes entre as agências de assistência humanitária.

Nos dois casos, a incapacidade de distinção entre populações dos diferentes territórios e a contínua movimentação dos refugiados - no caso do Congo -, agravada pelas deficiências administrativas dos Estados de acolhimento, trouxe ainda problemas ao nível do recenseamento: não há números fidedignos dos efectivos de refugiados argelinos na Tunísia, em Marrocos, e de angolanos no Congo ou na Zâmbia durante os conflitos. O problema do recenseamento espelhou tanto as deficiências administrativas e económicas dos Estados de acolhimento recentemente independentes como a manipulação dos efectivos de refugiados, esta última utilizada como manobra política por parte destes actores, em paralelo com as manobras dos beligerantes. As potências coloniais procuraram minimizar o efectivo de refugiados nos Estados vizinhos para defender a sua reputação internacional através da divulgação fluxos de repatriamento voluntário ou do não reconhecimento dos dados apresentados pelos Estados de acolhimento. Estes últimos colaboraram ainda com os movimentos de libertação, inflacionando o número de refugiados por forma a explorar a crise humanitária para obter atenção para os conflitos e assistência económica da comunidade internacional.

As estratégias de acolhimento foram, nos três casos, condicionadas pela incapacidade de concertação administrativa e financeira entre os Estados de acolhimento e as organizações internacionais no terreno para dar resposta ao fluxo contínuo e exponencial de refugiados. No caso dos refugiados argelinos, que se encontravam numa condição de completa dependência, esta questão gerou uma situação interminável de escassez de recursos. No caso dos refugiados angolanos no Congo, a situação revelou ser ainda mais gravosa, quando o sistema implementado pela LSCV se desmoronou após o término da operação de assistência de emergência. A movimentação contínua das populações refugiadas acentuou as dificuldades e a assistência foi dirigida para estratégias de integração e auto-suficiência a médio prazo. Na Zâmbia, e apesar da política securitária do governo, não constavam no recenseamento muitos refugiados instalados em comunidades locais que procuravam, ao mesmo tempo, fugir da guerra em Angola e esquivar-se

das medidas reguladoras estabelecidas pelas autoridades zambianas para fazer face à entrada de vários grupos de refugiados no território.

Os modelos de exploração colonial foram exercidos, ao longo do tempo, com recurso a políticas de diferenciação baseadas na ideia de superioridade europeia. Se, até ao final do século XIX, o modelo colonial em África assentava, no essencial, em dinâmicas escravagistas, com recurso recorrente à violência, organizada e espontânea, a partir de finais do século XIX a preocupação transnacional com o monopólio estatal de recurso à violência nos territórios ultramarinos aumentou. Organizações internacionais como a SDN e as suas agências especializadas, como a OIT, e, mais tarde, a ONU procuraram estabelecer modelos de prestação de contas por parte das sociedades imperiais e coloniais em torno de questões como a abolição da escravatura, o trabalho forçado, o direito à educação e à participação cívica e política. Apesar das limitações, estes esforços constituíram pressões importantes junto dos Estados-império e das respectivas administrações coloniais, levando à reformulação de discursos de legitimação das suas políticas, em diversas áreas sociais. Os governos metropolitanos adoptaram, assim, discursos desenvolvimentistas que, centrados na ideia da modernização e progresso das sociedades coloniais, prolongaram a ideia da «missão civilizadora» dos projectos imperiais. Tais ideias tornaram-se fundamentais para a prossecução de políticas de alteridade vincadamente discriminatórias - segregação urbana, recusa de um módico de direitos cívicos, não reconhecimento do direito à propriedade e exploração laboral sistemática e organizada, por exemplo. Como no passado, tais políticas criaram inúmeras fricções sociais nos territórios ultramarinos. Nos três casos aqui analisados, as concepções do *outro* africano e o carácter violento dos processos de independência colonial conduziram à perseguição de grupos populacionais específicos, tendo esta sido alimentada pela associação de tais grupos aos movimentos de libertação e às suas acções militares. Com recurso à declaração de «estado de emergência» foram implementadas medidas discricionárias de perseguição, violência e confinamento dos autóctones, por forma a promover tanto a segurança e estabilidade no território, como a cooptação das franjas de população capturadas. Muitas destas medidas foram justificadas através da declaração da reabilitação enquanto mecanismo civilizador. Relativamente a este último ponto, tanto a CVB como o CICV apoiaram e elogiaram o mecanismo, participando, directa e indirectamente, no último esforço da «missão civilizadora» britânica.

A tentativa de definição da alteridade africana com base na ideia de inferioridade racial demonstrou estar enraizada no ideário europeu das potências coloniais, mas também nos agentes

internacionais de assistência. Os debates que giraram em torno da alteridade foram visíveis nos três casos e transversais às instituições. No início da década de 1950, quando o CICV se propunha a estudar a instabilidade no Norte de África e no Quénia, foram promovidos debates entre os agentes do Comité e actores externos sobre a realidade africana. Nestes, os questionamentos acerca do nível de desenvolvimento da mentalidade e capacidade técnica dos autóctones não foram raros. Se, por um lado, se reconhecia a «evolução» do autóctone, visto como capacitado para a reivindicação de direitos civis e autonomia política, e se admitia a miséria a que estes indivíduos eram sujeitos pelo sistema colonial, como assinalado nos textos e entrevistas a Jean Rusillon e Fenner Brokway, era notório o desfasamento entre estes factos e as opiniões existentes sobre a sua capacidade de construção de um modelo estatal segundo parâmetros europeus, por exemplo. Enquanto os testemunhos de Rusillon e Brokway se mostraram fundamentais para a construção de um argumento favorável à intervenção do CICV no Quénia, foi nos debates entre Pierre Gaillard e Geoffrey Senn que se notou a desconstrução de ideias paternalistas acerca da condição do africano e se afirmou a necessidade de reforma das organizações do MICV para poder actuar efectivamente em geografias coloniais. Senn criticou tanto a inércia do Comité Internacional - sugerindo que esta resultava de preconceitos raciais e religiosos, conotados com inferiorização das comunidades africanas - como os mecanismos que regulavam a interação entre o CICV e as Sociedades Nacionais. Criticou ainda a conduta destas últimas que revelavam concepções de lealdade inter-institucionais alicerçadas em relações de pertença a uma identidade estatal e nacional e, por isso, dificilmente eram imparciais na assistência em territórios coloniais. Foram várias as críticas à conduta parcial e comprometida das Sociedades Nacionais britânica e francesa nos debates entre Gaillard e Senn, resultando na sugestão de que o contacto para a intervenção em territórios colonizados deveria ser feito directamente com o governo metropolitano.

Os debates surgiram num momento de reflexão sobre a capacidade do Comité Internacional em intervir junto das autoridades britânicas e suscitam diversos questionamentos sobre o facto de o CICV só poder intervir em determinado território quando a Sociedade Nacional não cumpre esse papel. No caso da assistência em território queniano, a CVB e o *Kenya Branch* assistiam apenas a cidadãos britânicos e a autóctones leais ao governo local. Para além disso, procuraram substituir as acção do Comité, nomeado a directora do Overseas Branch Department para inspecionar os campos de detenção onde estavam concentrados os refugiados quenianos. O caso queniano demonstra ainda a incapacidade da CVB e do *Kenya Branch* para fazer cumprir as sugestões de

Joan Whittington e denunciar as más práticas identificadas nos relatórios ao CICV. Mormente, a liderança da CVB mostrou-se sempre indisponível para facilitar a acção do Comité no território, alegando a inaplicabilidade do Artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra ao conflito queniano resultando no bloqueio de negociações em diversos momentos e na dissimulação da situação nos campos até 1957.

Durante a intervenção em benefício dos refugiados argelinos na Tunísia e em Marrocos e angolanos no Congo Leopoldville, os delegados do CICV, da LSCV e do ACNUR, denunciaram recorrentemente condições a que os refugiados estavam submetidos. No entanto, demonstraram incapacidade para compreenderem as dinâmicas locais, falhando na adaptação estratégica atempada – note-se, por exemplo, a morosidade de adaptação das estratégias de distribuição de recursos na Tunísia e em Marrocos para fazer face aos desvios de recursos ou a insistência em modelos de deslocação forçada para responder à sobrepopulação dos centros urbanos no Baixo Congo devido a formulações simplistas da realidade dos africanos. Os dois casos revelam ainda dificuldades na formação e consolidação de Sociedades Nacionais nos Estados recentemente independentes – tanto em Marrocos como no Congo, os agentes da LSCV criticaram a conduta das efémeras Sociedades Nacionais. No caso congolês as críticas do delegado responsável associavam os problemas existentes à mentalidade africana, desresponsabilizando a organização de uma das suas principais funções no terreno: a formação e acompanhamento das Sociedades Nacionais. Comparando os casos da CVC e da CVM com as apreciações de Joan Whittington sobre a organização e actuação do Kenya Branch, conclui-se que as deficiências das Sociedades Nacionais em África estavam relacionadas com os modelos de soberania vigente e com as dinâmicas de conflito em que estas organizações surgiram. Os debates suscitados por estas questões demonstram a necessidade de reforma das organizações do MICV por forma que estes organismos reflectissem, na sua composição, a diversidade que uma actuação universal requeria. Evidenciam ainda alterações importantes no processo de intervenção humanitária do CICV, nomeadamente, pela reformulação de estratégias de contacto com as autoridades estatais. O ACNUR procurou também efectuar remodelações institucionais num momento em que o problema dos refugiados se agravava em África e noutros continentes, pela nomeação de um iraniano, Sadrudin Aga Khan, para o cargo de Alto-Comissário adjunto. A diversificação dos altos-cargos da organização foi importante para a consciencialização internacional sobre a necessidade de assistência a populações refugiadas noutras geografias. Aga Kahn assumiu o cargo de Alto-Comissário em 1966, quando a organização

enfrentava sérias dificuldades financeiras devido à diminuição do apoio da comunidade internacional. Durante o seu mandato, foram estabelecidos mecanismos de inclusão como o Protocolo de 1967, reforçada a cooperação com a OUA, e reformulada a estratégia de intervenção do ACNUR, conquistando maior autonomia na realização de projectos especializados, e integrando programas de desenvolvimento nos Estados de acolhimento por forma a viabilizar a sua actuação.

As formas de controle populacional que incidiam na movimentação dos indivíduos, foram exploradas pelos Estados tanto no continente europeu, como nos territórios ultramarinos. Desprovidas de direitos civis, as populações rurais queniana, argelina e angolana foram submetidas a modelos de gestão de recursos que assentavam no valor laboral dos autóctones e recorriam à expropriação, à migração forçada ou ao confinamento – em alguns casos em campos de trabalho forçado. Com a implementação de medidas de emergência durante os conflitos, os governos locais e metropolitanos agravaram políticas de controle populacional – perseguições, confinamento e castigos colectivos – e recorreram ao repatriamento como única solução para o problema dos refugiados. No caso queniano, os governos locais dos dois territórios repatriaram forçadamente milhares de Kikuyu e os que retornaram voluntariamente, fizeram-no sob pressão imposta pelo sistema de registo obrigatório implementado no Tanganica. O repatriamento como solução para o problema dos refugiados foi advogado também pelas autoridades portuguesas e francesas que procuraram negociar com os Estados de acolhimento utilizando, em diferente grau, as organizações internacionais no terreno.

A acção dos movimentos de libertação nos três casos reflete também a forma como os agentes de poder e de disputa pelo poder procuraram manipular politicamente a movimentação dos refugiados. Se as potências coloniais defendiam o repatriamento, os movimentos de libertação queniano, argelino e angolanos procuraram influenciar a saída das populações para Estados vizinhos por forma a reforçar a acção os exércitos de libertação. Para tal recorreram à manipulação política, a ameaças e à tributação. Tanto as acções dos movimentos de libertação, como as das potências coloniais surgiram frequentemente como causas de refúgio nos testemunhos dos refugiados. Não obstante as entrevistas, os modelos de assistência protecção internacional aplicados na África subsaariana parecem não ter em conta os testemunhos recolhidos. Pelo contrário, os agentes humanitários nacionais e internacionais promoveram directa e indirectamente a humanitarização de políticas de diferenciação através dos contactos com as autoridades

metropolitanas. Exemplos foram a actuação da CVB no Quénia e as negociações de medidas de repatriamento entre as autoridades portuguesas e a LSCV.

Condicionadas por limites orçamentais, por soluções baseadas em modelos utilizados na Europa e pela falta de informação acerca das dinâmicas locais, as organizações internacionais de assistência humanitária tiveram claras dificuldades na concepção de estratégias para encontrar soluções duradoras para os refugiados. Se no caso argelino a necessidade de deslocação de grupos de refugiados foi pontual e acatada, no caso dos refugiados angolanos, a transferência de indivíduos foi parte integrante da estratégia de assistência tanto no Congo Leopoldville como na Zâmbia. No Baixo Congo, o término precoce da operação de assistência de emergência devido a expectativas erróneas de estabilidade nos dois territórios, levou à necessidade de deslocação em massa de milhares de indivíduos para áreas interiores e fora dos aglomerados urbanos. Na Zâmbia, a instituição de campos de refugiados no interior do território fez desde cedo parte de uma política de controle de movimentações populacionais dentro do território por forma a garantir a estabilidade securitária. Mais tarde, a implementação do *Refugees (Control) Act* legitimou uma política de controle de movimentações que contrariava os princípios fundamentais da DUDH e dos instrumentos formais que estabeleciam o Estatuto do Refugiado. Apesar da identificação da política «pouco ortodoxa» do Estado zambiano, o ACNUR não teve meios para impor o acordo de assistência estabelecido, descurando as queixas de maus tratos de um grupo de refugiados no campo de Maheba. As dinâmicas locais traduziram-se, assim, em estratégias de assistência a médio e longo prazo inadequadas - e contestadas pelos refugiados - por reflectirem processos anteriores de abuso e coerção, dos quais os agentes internacionais no terreno estavam conscientes e que colocaram em questão a capacidade de organizações internacionais como o ACNUR e a LSCV para proteger estes grupos nestes contextos.

Finalmente, torna-se importante reflectir sobre a forma como o refugiado foi perspectivado pelos diferentes actores intervenientes nestes conflitos, bem como a sua posição enquanto sujeito activo no processo de refúgio. O cruzamento dos três casos analisados sugere, em primeiro lugar, o não reconhecimento da elegibilidade dos refugiados para assistência externa, com a excepção do caso português. Pelo contrário, os refugiados foram considerados como possíveis causadores de distúrbios em território colonial em todos os casos e, conseqüentemente, alvo de perseguição e de diversas manobras políticas com o intuito de mitigarem a divulgação internacional das crises humanitárias. Os governos da Grã-Bretanha autorizaram a política de repatriamento forçado e

confinamento e conseguiram evitar que o caso fosse debatido nas Nações Unidas, o que impediu uma intervenção externa. Paris tentou influenciar as organizações internacionais para actuarem a favor do repatriamento, com sucesso variado. Após os eventos de Sakiet Sidi Youssef, o governo de Charles de Gaulle adaptou uma estratégia mais eficaz para condicionar a divulgação da situação miserável dos refugiados. O entendimento estabelecido entre o governo e o ACNUR, previa a monopolização da assistência por parte da França tendo como contrapartida a negociação de repatriamento com os Estados de acolhimento. Para além de divulgar a imagem de uma França benevolente para com os seus cidadãos, o acordo acabou por diminuir a assistência dada aos refugiados e prolongar a dependência de assistência. As autoridades portuguesas focaram também a sua acção no repatriamento, procurando encontrar estratégias para a cooptação dos refugiados. Os escassos repatriamentos voluntários foram ainda amplamente destorcidos nas declarações oficiais apresentadas nas Nações Unidas.

A utilização do refugiado como arma política foi igualmente identificada na actuação dos movimentos de libertação. Por um lado, estes indivíduos eram cooptados para reforçarem as fileiras dos movimentos – nos três casos –, por outro, eram parte da propaganda internacional que explorava a questão humanitária para atrair atenção para o conflito. Paralelamente, os movimentos de libertação desviavam recursos – em géneros e fundos – dos quais os refugiados estavam dependentes para sobreviver – como se verificou no respeitante à FLN e à UPA. No caso angolano, as fontes demonstram que os refugiados foram forçados a retornar a Angola em diversas situações por não conseguirem comportar a carga fiscal imposta pela UPA, cumulativa à taxação das autoridades congoleesas. Na óptica destes movimentos, o refugiado constituía, ao mesmo tempo, um instrumento político, militar e económico.

Esta posição foi ainda identificada nas acções e políticas dos governos dos Estados de acolhimento. A cargo de múltiplas crises humanitárias nos seus territórios, estes Estados recentemente independentes tinham na assistência internacional o único meio disponível para responderem ao problema dos refugiados sem entrar em colapso financeiro. Desta forma, o refugiado constituía, simultaneamente, um instrumento político e económico, assim como um problema administrativo e securitário. Os governos tunisino e marroquino, detendo o controle dos registos dos refugiados, manipularam, em grau variado, os efectivos de refugiados para poderem responder não só à situação dos argelinos beneficiários de assistência, mas também a cidadãos nacionais e a argelinos residentes no território antes do início do conflito. Também o governo de

Keneth Kaunda, sem capacidade para promover as condições necessárias para que os refugiados se tornassem auto-suficientes, procurou a obtenção contínua de recursos, colocando o ACNUR sob o escrutínio crítico do Comité Executivo. Os refugiados representavam ainda um problema securitário nas áreas de fronteira. As autoridades congolezas e zambianas recorreram a medidas coercivas para dar resposta à situação. No caso zambiano, a adopção de políticas coercivas – repatriamento forçado, controle de movimentações, maus tratos nos campos e revogação do direito de associação, assembleia e propriedade – iam contra os acordos estabelecidos internacionalmente referentes ao Estatuto dos Refugiados

Os debates entre as organizações internacionais demonstram que o refugiado foi visto, primordialmente, como um problema e como um sujeito passivo de direitos. As limitações impostas ao funcionamento independente e imparcial destas organizações e as dificuldades de atuação em cenários de extrema pobreza dificultaram a actuação das organizações humanitárias no terreno e em Genebra. Os debates entre estes agentes demonstram as formas como as potências coloniais conseguiram manipular o debate internacional sobre a necessidade de assistência a estas populações, tornando o refugiado num problema a longo prazo. Depois, o as dificuldades financeiras transversais aos Estados de acolhimento e às organizações internacionais, traduziam-se na frustração dos agentes no terreno e no abandono de partes da população refugiada. Dentro das organizações do MICV, foram ainda observáveis perspectivas variadas face aos refugiados associadas às dificuldades recorrentes nestes territórios e à forma como as organizações internacionais e nacionais do Movimento operavam. Exemplos são as críticas de Geoffrey Senn e Pierre Gaillard relativamente ao CICV, à CVB e à CVF, do delegado da LSCV citado por Jorgen Norredam face à abordagem da Liga à CVC, e do delegado da LSCV, Amnadade, que questionava os critérios para a alocação de verbas para caixões em detrimento de recursos para a sobrevivência dos refugiados. Ao mesmo tempo, o refugiado era percepcionado como um sujeito passivo de direitos. Tendo o dever de protecção e assistência a estes grupos vulneráveis, mas subordinados à prevalência das normas e estratégias estatais, os delegados no terreno, nomeadamente no Congo e na Zâmbia, tiveram tendência para mitigar reivindicações e queixas diretas dos refugiados. O caso da queixa dos refugiados no campo de Maheba, por exemplo, foi ignorado no terreno e depois arquivado em Genebra, ainda que se tivessem tomado providências relativamente a algumas das queixas nesta última instância.

As reclamações dos refugiados no Congo e na Zâmbia, onde o objectivo das operações de assistência era a rápida auto-suficiência, demonstram, pelo contrário uma acção consciente na tentativa de reivindicação dos direitos a si conferidos e de obtenção do controle da experiência de refúgio. Tanto na Zâmbia como no Congo Leopoldville, os refugiados recorreram a diversas formas de protesto que incorreram em dificuldades operacionais para as organizações no terreno. A resistência à deslocação e ao confinamento em campos nos dois territórios, na tentativa de controle sobre o espaço de refúgio¹¹²⁵, visava manter o *modus vivendi* destas populações por um lado, e contestar as formas de assistência que reflectiam modelos coercivos locais identificados por estes indivíduos como causas de fuga dos territórios colonizados.

No período em análise, tanto o ACNUR como o CICV conseguiram afirmar a legitimidade da sua acção humanitária noutras geografias, posicionando-se como eixos incontornáveis, até hoje, na assistência a refugiados e civis vítimas de conflito, respectivamente. Determinante para o processo de autonomia das organizações humanitárias foi a crescente pressão internacional para a descolonização durante este período, condicionando crescentemente o espaço de negociação das potências coloniais. Não obstante, os processos de assistência nos três casos analisados - os primeiros casos em que as organizações internacionais decidiram intervir humanitariamente - traduziram a necessidade constante de adaptação dos actores envolvidos por forma a garantir o seu espaço humanitário. Questões como a fluidez da fronteira, o controle populacional, e a incapacidade de resposta dos Estados de acolhimento causaram dificuldades operacionais. A manipulação política da questão humanitária e a persistência de ideários europeístas impediram uma actuação imparcial e neutral. Os debates daí surgidos procuraram reavaliar as relações de interdependência dentro dos sistemas internacionais de assistência humanitária e ainda destes actores com os Estados. Não obstante, os debates sugerem também a persistência de ideários de cariz desenvolvimentista e civilizacional no confronto com as dinâmicas locais dos processos de descolonização violenta no Quénia, na Argélia e em Angola. Depois, traduzem o início das reformas institucionais dentro do ACNUR e das organizações do MICV de modo a afirmarem-se enquanto organizações de actuação universal. Finalmente, estes debates trazem à luz testemunhos das experiências de refúgio de refugiados autóctones dentro das dinâmicas da descolonização violenta, demonstrando a existência de uma agência pela reivindicação de direitos a si conferidos.

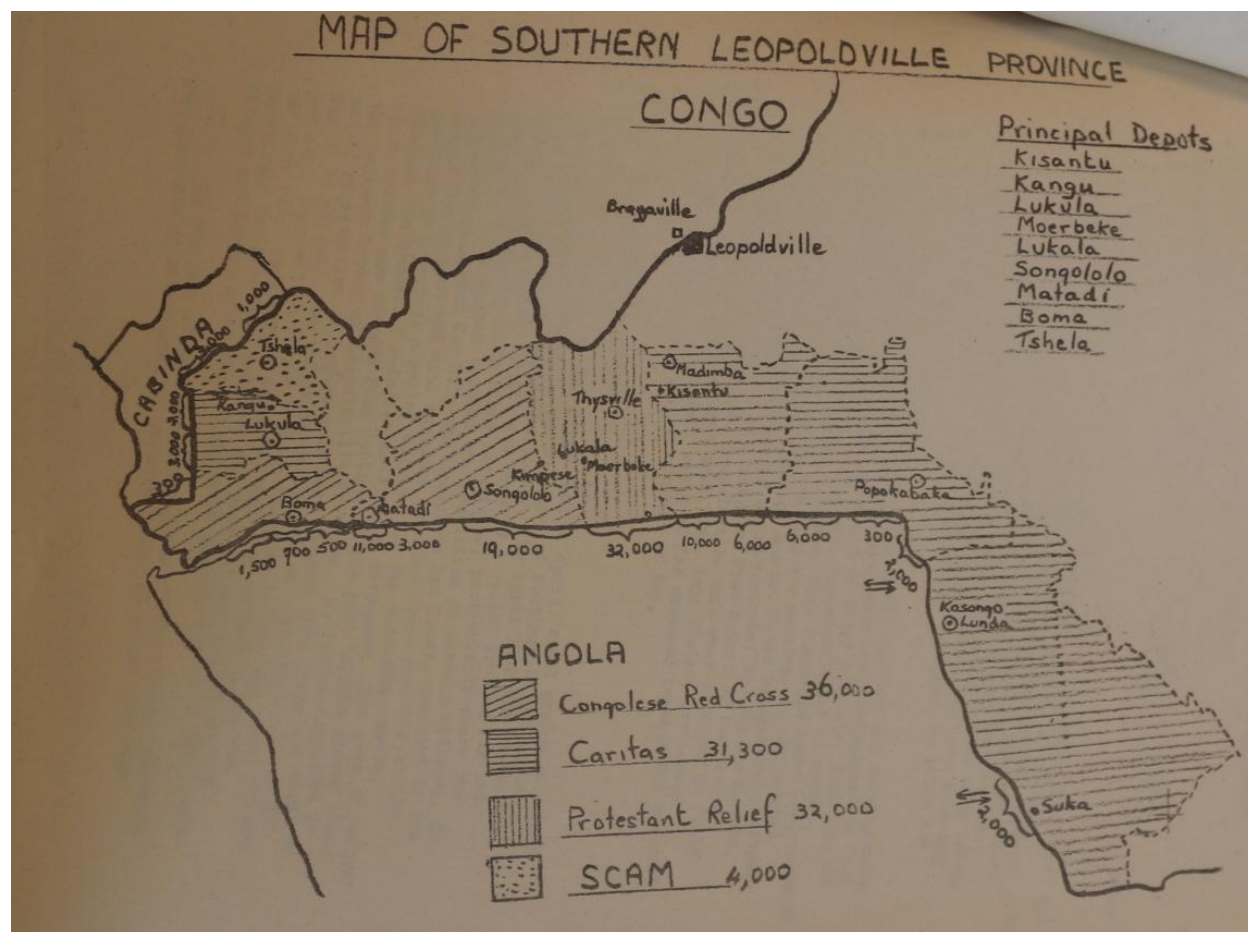
¹¹²⁵ Os conceitos de experiência de refúgio e espaço de refúgio são entendidos segundo a definição proposta em Hansen, «Refugee Dynamics...», 1974.

Ao longo da presente tese foram problematizadas as formas como as dinâmicas coloniais afectaram, em maior e menor grau e com múltiplas variações, o espaço humanitário das organizações internacionais de assistência humanitária, mas também as formas como estes actores se adaptaram e conseguiram, com sucesso variado, alargar as suas competências. A definição do conceito de espaço humanitário¹¹²⁶, permitiu analisar a capacidade de adaptação dos actores humanitários a novos desafios dentro dos processos já identificados de crescente independência e autonomia destes organismos. Permite também futuras problematizações focadas na acção humanitária internacional ou nacional.

¹¹²⁶ Referimo-nos à nota de rodapé 110.

ANEXO I

Mapa da Distribuição de Missões de Assistência no Congo¹¹²⁷



Fotografia 1: Distribuição das missões de assistência no Congo, 1961.

¹¹²⁷ Em Congo 22/1/2 Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, A1022, Caixa 3, IFRCA.

ANEXO II

Posto de Acolhimento e Socorros de Maquela do Zombo¹¹²⁸



Fotografia 2: Posto de Acolhimento e Socorros de Maquela do Zombo.



Fotografia 3: Posto de Acolhimento e Socorros de Maquela do Zombo.

¹¹²⁸ Em Refugiados, Caixa 1, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055, AHD.



Fotografia 4: Posto de Acolhimento e Socorros de Maquela do Zombo.



Fotografia 5: Posto de Acolhimento e Socorros de Maquela do Zombo.

BBLIOGRAFIA E FONTES

Lista de Fontes Primárias Utilizadas

Archives du Comité International de la Croix Rouge

- **Fundo Archives Générales**

- **Subfundo B. AG.**

- 200-013.001
 - 200-013.002
 - 200-008.001
 - 200-008.002
 - 200-108.001
 - 209-003.001
 - 234-000.001
 - 234-000.004
 - 234-000.012
 - 234-008.002
 - 234-008.003
 - 251-130.003
 - 251-130.004
 - 251-130.005
 - 251-130.006
 - 251-130.010
 - 251-213.001
 - 251-213.003
 - 251-213.005
 - 280-213.001
 - 280-213.003
 - 280-213.006
 - 280-213.009

- 280-213.015

International Federation of the Red Cross and Red Crescent Archives

- Fundo Algérie 22/1/2
 - Croix Rouges 1957 et 1958 de T - Z, A0929, Caixa 3
- Fundo Congo 22/1/2
 - Subfundo A1022
 - Congo - Circulaires et Communiqués 1960/1961, Caixa 3
 - Subfundo A1023
 - Délégués au Congo 1961, Caixa 1
 - M. Streijffert, Délégué au Congo 1961, Caixa 1
 - Délégué au Congo - M. Norredam de mai à septembre 1961, Caixa 1
 - Subfundo A0949
 - Délégué au Congo - M. Norredam de octobre à décembre 1961, Caixa 1
 - Circulaires et Communiqués, Rapports 1962-1964, Caixa 2
 - Délégués au Congo 1962, A0949, Caixa 3
 - Subfundo A0888
 - Délégués M. Norredam 1962-1963, Caixa 2
- Fundo Refugees Africa
 - Refugees Angola, East Pakistan, 1961, 1978, 1981, Caixa 19737

United Nations High Commissioner for Refugees Archives

- Fundo 11
 - Série 1
 - Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, Caixa 247
 - Assistance to Algerian Refugees in Tunisia, Caixa 247
 - Assistance to Algerian Refugees in Morocco and Tunisia, vol. 3, Caixa 249

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

- Repatriation of Algerian Refugees, vol. 1, Caixa 249
- Refugees from Angola in Zaire vol. 1, Caixa 42
- Refugees in Zambia, Caixa 281
- Angolan Refugees - General 1961-1966, vol. 1, Caixa 250
- Refugees from Angola in Zambia, Caixa 261
- Série 2
 - Refugees from Angola General vol. 1, Caixa 16
 - Refugees from Angola in Zambia 1967-1976, vol. 1, Caixa 213
 - Policy on Liberation Movements - Relations with FNLA, vol.1, 1974-1975, Caixa 223
- Fundo 10B
 - Série 2
 - Monthly Notes on the Activities of UNHCR, July 1973 - December 1975, Caixa 1
 - Monthly Notes on the Activities of UNHCR, June 1969-June 1973, Caixa 1
- Fundo 10C
 - UNHCR 1966, Caixa 4

British Red Cross Archives

- RCC 1954/13-15
- RCC 1/12/1/8
- RCC 1/17/1/34
- RCC/1/12/1/83

British National Archives Kew

- CO/822/502

- CO/822/499/7

Archives Diplomatiques La Courneuve

- Fundo Afrique Levant
 - Subfundo Algerie 1965-1959
 - Algérie 1956, 59
 - AG-7-4 - Maroc, 48
 - AG-12-3 Réfugiés Algériens
 - AG-12-7 Réfugiés Algériens
 - AG-5-7 Rébellion Algérienne, 60
 - AG-7-4 - Tunisie, 52
 - AG-7-1 - Politique Étrangère. La question Algérienne et l'ONU, 36
 - AG-7-4 - Relations avec la Tunisie, 51
 - Subfundo Maroc 1953-1959
 - M-7-1 - Relations Extérieures du Maroc, 19
 - M-6-1- Relations Extérieures du Maroc
 - M-6-8 - Maroc, 26
- Fundo MLA
 - Subfundo Algerie
 - Réfugiés Algériens. Question des réfugiés devant l'ONU. Action et rôle du HCR et de la FISE, 210
 - Réfugiés Algériens - Question des Réfugiés dans l'ONU, 209
 - Réfugiés - Aide internationale. Action du CICR, 205
 - Croix Rouge, 196
- Fundo NUOI 1944-1959
 - S-22-3-A France: questions Morales et écrites posées par les parlementaires, 113

Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Arquivo Salazar
 - NE-21, Caixa 413
 - PC-15A, Caixa 595
 - PC-77 Caixa 593
 - PC-78M, Caixa 557
 - PC-81, Caixa 595
 - UL-32A, Caixa 704
 - UL-34A, Caixa 831
 - UL-39, Caixa 835
 - UL-53, Caixa 848
 - UL-57, Caixa 852
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola
 - Actividades do SARA, Caixa. 239
 - Análises de Situação, Relatórios de Informações e Resumos das Notícias da Região de Cabinda, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Caixa 181
 - Sumários de Informação, Caixa 1
- Relatórios de Informação
 - Livro 115
 - Livro 116
 - Livro 117
 - Livro 118
 - Livro 119
 - Livro 121
 - Livro 122
 - Livro 123
 - Livro 125
 - Livro 126
 - Livro 127

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

- Livro 128
- Livro 133
- Livro 134
- Livro 183
- Arquivo Silva e Cunha
 - Caixa. 18
 - Caixa. 20
- Empresa Pública Jornal O Século
 - Cortes de Censura de 'O Século', Caixa 197

Arquivo Histórico Ultramarino

- MU_ISAU_A.2.49.003/45.00308
- MU_ISAU_A.2.49.002/39.00247
- MU_ISAU_A.2.49.003/46.00327
- MU_ISAU_A.2.49.005/56.00424

Arquivo Histórico Diplomático

- Refugiados, PT/AHD/3/MU-GM/GNP-RNP/S055
- Relatório sobre os Refugiados de Angola, PT/AHD/3/MU-GM/GNP/RNP/0032/01791
- Recuperação de Refugiados, PT/AHD/MU-GM/GNP01-NRP/S0029/UI04087
- Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados 1968-1970, Estante 1, Prateleira 1, Maço 7

Fontes Impressas

Brockway, F. «Les origines du mouvement Mau-Mau». *Revue de la Politique Mondiale*, n. 5 e 6, Março de 1953.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

CICV. *XIX International Conference of the Red Cross, New Delhi, October-November: proceedings*. v. 176, 1957.

Cruz Vermelha Britânica. *The British Red Cross Society Overseas Branches: Report of the Year 1949*. Headquarters Overseas Branches Department, Dezembro 1950

Cruz Vermelha Britânica. *The British Red Cross Society Overseas Branches: Report of the Year 1950*. Headquarters Overseas Branches Department, Dezembro 1951.

Cruz Vermelha Britânica. *The British Red Cross Society Overseas Branches: Report of the Year 1952*. Headquarters Overseas Branches Department, Dezembro 1953.

Corfield, F. *The Origins and Growth of Mau Mau*. Nairobi: Government Printer, 1960.

Guinness, P., ed. *This Age of Crisis - Forty Momentous Years. Dramatic Story of the World's Uprooted Peoples*. Special Refugee Publication Planned by the United Nations and Voluntary Agencies. s.l.: s. ed., 1957.

Ribaupierre, E. de. *Activité du C.I.C.R. en faveur des réfugiés*, s.l.: s. Ed., 1952.

Rusillon, J. «L'Afrique Noire devant notre civilisation». *Globe: revue genevoise de géographie*, vol. 91 (1952).

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

BIBLIOGRAFIA

- Alexandre, V. *Contra o Vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2017.
- Alexandre, V. «Ideologia, Economia e Política: A Questão Colonial na Implantação do Estado Novo», *Análise Social*, XXVIII, n. 123-124 (1993): 1117-1136.
- Alexandre, V. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- Ainad-Tabet, R. *Le 8 mai 1945 en Algérie*. Argel: OPU, 1985.
- Anderson, D. *Histories of the Hanged: Britain's Dirty War in Kenya and the End of Empire*. Londres: Phoenix, 2005.
- Antunes, J. F. org. *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932 - 1968*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994.
- Arsène Mbah, J. M.. *As Rivalidades Políticas entre a FLNA e o MPLA (1961-1975)*. Luanda: Mayamba, 2012.
- Barber, N. *The War of the Running Dogs: How Malaya Defeated the Communist Guerillas 1948-1960*. Cassel: Military Paperbacks, 2004.
- Barnett, L. «Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime». *International Journal of Refugee Law*, vol. 14, n.º 2/3 (2002): 238-262.
- Barnett, M. «Refugees and Humanitarianism». em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth et al. 241-252. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Bassard-Bourdeau, C. e D. Hubert. «Shrinking Humanitarian Space? Trends and Prospects on Security and Access». *Journal of Humanitarian Assistance*. <http://sites.tufts.edu/jha/archives/863>, Novembro de 2010.
- Bates, M. «Tanganyika: The Development of a Trust Territory». *International Organization*. vol. 90, n.º 1 (1955): 32-51.
- Benod, Y. *Massacres coloniaux 1944-1950: La IVe République et la mise au pas des colonies françaises*. Paris: La Découverte, 2000.
- Berman, B. e J. Lonsdale. *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa: Vol.2 Violence and Ethnicity*. Londres: James Currey, 1992.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Besnasci-Lancou, F. *Prisons et camps d'internement en Algérie: Les missions du Comité international de la Croix-Rouge dans la guerre d'indépendance 1955-1962*. Voulaines-sur-Seine: Éditions du Croquant, 2018.

Betts, A., G. Loescher e J. Milner. *UNHCR: The Politics and Practice of Refugee Protection*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2012.

Betts, P. «Universalism and its Discontents: Humanity as the Twentieth Century Concept». em *Humanity: A History of European Concepts and Practice from the Sixteenth Century to the Present*, ed F. Klose F. e M. Thulin, 51-70, Gottingham: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH & Co, 2016.

Bradley, M. *Protecting Civilians at War: The ICRC, UNHCR, and their Limitations in Internal Armed Conflicts*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Branch, D. *Defeating Mau Mau, Creating Kenya - Counterinsurgency, Civil War, and Decolonization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Bugnion, F. *The International Committee of the Red Cross and the protection of the War Victims*. Genebra e Oxford: CICV e Macmillan, 2003.

Burke, R. *Decolonization and the Evolution of International Human Rights*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010.

Byrne, J. *Mecca of Revolution: Algeria, Decolonization and the Third World Order*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

Carvalho, T. «O Brasil e o Fim do Império Português». em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto, 155-178. Lisboa: Edições 70, 2014.

Castelo, C. «Migração ultramarina: contradições e constrangimentos». *Ler História*, n.º 56 (2009) 69-82.

Castelo, C. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

Connelly, M. *A Diplomatic Revolution. Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

Cooper, F. «Burocratas Modernizadores, Africanos Atrasados e o Conceito de Desenvolvimento». em *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. F. Cooper, 129-171. Lisboa: Edições 70, 2016.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Cooper, F. *Decolonization and African Society: The Labour Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Cooper, F. «Descolonização e Cidadania: A África entre os Impérios e um Mundo de Nações». em *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. F. Cooper, 307-349. Lisboa: Edições 70, 2016.

Cooper, F. «Desenvolvimento, Modernização e as Ciências Sociais na Era da Descolonização: Os Exemplos da África Britânica e Francesa». em *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. F. Cooper, 211-261, Lisboa: Edições 70, 2016.

Cooper, F. e J. Burbank. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

Cooper, F. *Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.

Costa Pinto, A. «The transition to democracy and Portugal's decolonization». em *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, A. Costa Pinto e S. Lloyd-Jones, eds., 17-35, Bristol: Intellect Books, 2003.

Crawford, N. *Argument and Change in World Politics: Ethics, Decolonization and Humanitarian Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Cruz B. e Curto D. «The Good and Bad Concentration: *Regedorias* in Angola». *Potuguese Studies Review* vol. 25, n.º 1 (2017) 205-231.

Curto, D. e B. Cruz. «Terror e Saberes Coloniais: Os Incidentes na Baixa de Cassange». em *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961*. dir. D. Ramada Curto, 151-188. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Curto, D. dir. *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Darwin, J. *The End of Empire: The Historical Debate*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

De la Gorce, P. M. *L'empire écartelé 1936-1946*. Paris: Denöel, 1988.

Dias, B. e J. Neves, ed. *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Edições Tinta da China e Fundação EDP, 2010.

Duarte Silva, A. E. «O litígio entre Portugal e a ONU: 1960-1974». *Análise Social*, vol. 30, n. 130 (1995): 5-50.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Elie, J. «Histories of Refugee and Forced Migration Studies». em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth *et al.* 23-35. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Elie, J. e J. Hanhimäki. «UNHCR and Decolonization in Africa: Expansion and Emancipation, 1950's to 1970's». *Archiv für Sozialgeschichte*, n. 48 (2008): 53-72.

Elkins, C. *Britain's Gulag: The Brutal End of Empire in Kenya*. Londres: Bodley Head, 2014.

Elkins, C. *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 2005.

Fonseca, A. M. e D. Marcos. «Portugal, a RFA e a França: O Apoio Internacional e a Questão Colonial Portuguesa». em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto, 111-133. Lisboa: Edições 70, 2014.

Forcade O., «Conclusion». em *Les Réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*. eds. O. Forcade e P. Nivet. Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008.

Forcade, O. e P. Nivet, ed., *Les Réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*. Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008.

Forsythe, D. P. *The Humanitarians: The International Committee of the Red Cross*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Forsythe, D. P. «Human Rights and Humanitarian Operations: Theoretical Observations», em *The Politics of International Humanitarian Aid Operations*, ed. E. A. Belgrad, E. A. e N. Nachmias, 37-52. Westport, CT: Praeger, 1997.

Frank, M. *Expelling the Germans: British Opinion and Post-1945 Population Transfer in Context*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Gallissot, R. *La république française et les indigènes. Algérie colonisée, Algérie algérienne (1870-1962)*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2006.

Gatrell, P. *The Making of the Modern Refugee*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Gerlach, C. *Sociedades extremadamente violentas: La violencia en masa en el mundo del siglo XX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

Goodwin-Gill, G. S. «The International Law of Refugee Protection», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth *et al.* 36-47. Oxford: Oxford University Press, 2016, 36-47.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Hacking, I., «Formar Pessoas». em *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*. ed. B. Dias e J. Neves, 95-111. Lisboa: Edições Tinta da China e Fundação EDP, 2010.

Hathaway, J. C. *The Rights of Refugees under International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Hansen, A. «Refugee Dynamics: Angolans in Zâmbia 1966 to 1972». *The International Migration Review*, vol. 15, n. 1/2 (1981): 175-194.

Henni, S. «On the Spaces of Guerre Moderne: The French Army in Northern Algeria (1954-1962)». *Spaces of Conflict*, n. 16 (2016): 37-56.

Hirschon, R., «Consequences of the Lausanne Convention: An Overview», em *Crossing the Aegean: An Appraisal of the 1923 Compulsory Population Exchange Between Greece and Turkey*, ed. R. Hirschon, 13-20. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Hirschon, R., ed. *Crossing the Aegean: An Appraisal of the 1923 Compulsory Population Exchange Between Greece and Turkey*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Hodge, J. e Höldt, G. «Introduction» em *Developing Africa. Concepts and practices in twentieth century colonialism*. J. Hodge, G. Höldt e M. Kopf, eds. Nova Iorque: Manchester University Press, (2014) 1-34.

Horne, A. *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962*. Nova Iorque: New York Review of Books, 2006.

Hutchinson, J. F. *Champions of Charity: War and the Rise of the Red Cross*. Boulder: Westview, 1996.

Hyndman, J. *Managing Displacement: Refugees and the Politics of Humanitarianism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

Jensen, S. *The Making of International Human Rights: The 1960s, Decolonization and the Reconstruction of Global Values* Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro. «Das ‘Dificuldades de Levar o Indígena a Trabalhar’: O ‘Sistema’ de Trabalho Nativo no Império Colonial Português», em *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX e XX): Poderes, Saberes e Instituições*, org. M. B. Jerónimo, 157-196. Lisboa: Edições 70, 2013.

Jerónimo, M. B. org. *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX e XX): Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Edições 70, 2013.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Jerónimo, M. B. *Livros Brancos, Almas Negras. A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português, c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2010.

Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro, org. *Os Passados do Presente: Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Almedina, 2015.

Jerónimo, M. B. e A. Costa Pinto. *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014.

Jerónimo, M. B. «Uma Sociedade de Impérios: A Imaginação Política Imperial e o Internacionalismo do Entre-Guerras». em *Os Passados do Presente: Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*, org. M. B. Jerónimo e J. P. Monteiro, 235-269. Coimbra: Almedina, 2015.

Kant, I. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Coimbra: Edições 70, 2008.

Keese, A. «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa do Cassange e no Distrito do Congo (Angola), 1957-1961». *Africana Studia*, n.º7 (2004) 247-276.

Klose, F. *Human Rights in the Shadow of Colonial Violence. The Wars of Independence in Kenya and Algeria*. Filadélfia: Pennsylvania University Press, 2009.

Klose, F. «The Colonial Testing Ground. The ICRC and the Violent End of Empire». *Humanity*. Vol. 2, n. 1 (2011): 107-126.

Krill, F. «The ICRC’s Policy on Refugees and Internally Displaced Civilians». *International Review of the Red Cross*, vol. 83, n.º 843 (2001): 607-627.

Kushner, T. *Remembering Refugees: Then and Now*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

Laqua, D. *Internationalism Reconfigured: Transnational Ideas and Movements Between the World Wars*. Londres: I.B. Tauris, 2011.

Lavoyer, J. P. «Refugees and Internally Displaced Persons: International Humanitarian Law and the Role of the ICRC», *International Review of the Red Cross*, n. 305 (1995) <https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/article/other/57jmf3.htm>.

Loecher, G., «UNHCR and Forced Migration», em *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*, ed. Fiddian-Qasmiyeth et al. 216-225. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Loescher, G. *The UNHCR and World Politics: A Perilous Path*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Marrus, M. *The Unwanted: European Refugees in the Twentieth Century*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1985.

Marfleet, P. «Refugees and History: Why We Must Address the Past». *Refugee Survey Quarterly*. vol. 26, n. 3 (2007): 136-148.

Marques, J. C. L. «Sob o Signo do Artigo 73: A Política Colonial do "Estado Novo" Português Orgulhosamente só na ONU (1955-1974)». Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, 2011.

Mateus, D. C. e A. Mateus. *Angola 1961, Guerra Colonial - Causas e Consequências: O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide: Texto Editora, 2011.

Matz-Lück, N. «Civilization and the Mandate System under the League of Nations as Origin of Trusteeship». *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. vol. 9, n.º1 (2005): 47-95.

McNamara, R. e F. R. Meneses. «A África do Sul face à ‘Descolonização Exemplar’ Portuguesa». em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto, 135-154. Lisboa: Edições 70, 2014.

MacQueen, N. *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Londres: Longman, 1997.

Niddirie, J. «Changing Settlement Patterns in Angola». *Rural Africana*, n. 23 (1974): 47-78.

Ogot, B. A. «Revolt of the Elders: An Anatomy of the Loyalist Crowd in the Mau Mau Uprising». em *Hadith 4: Politics and Nationalism in Colonial Kenya*, org. B. A. Ogot, 134-148. Nairobi: East African Publishing House, 1972.

Oliveira, P. Aires de, *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa (1945-1975)*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2007.

Palmieri, D., «An institution standing the test of time? A review of 150 years of the history of the International Committee of the Red Cross» *International Review of the Red Cross*. vol. 94, n. 888 (2012): 1273-1298.

Panayi, P., «Imperial Collapse and the Creation of refugees in Twentieth-Century Europe», em *Refugees and the End of Empire: Imperial Collapse and Forced Migration in the Twentieth Century*, ed. P. Panayi e P. Virdee, 3-27. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

Panayi, P. e P. Virdee, ed. *Refugees and the End of Empire: Imperial Collapse and Forced Migration in the Twentieth Century*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

Peacey, B. *The Story of the Red Cross* Londres: Frederick Muller, 1969.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Pedersen, S. *The Guardians: The League of Nations and the Crises of Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Pires Nunes, A. L. *Angola 1961: da Baixa do Cassange a Nambuangongo*. Lisboa: Prefácio, 2005.

Planchais, J. *L'empire embrasé 1946/1962*. Paris: Éditions Denoël, 1990.

Poussou, J.P., «Les réfugiés dans l'histoire de l'Europe à l'époque moderne», em Forcade, O. e Nivet, P. (eds.), *Les Réfugiés en Europe du XVIe au XXe siècle*. eds. O. Forcade e P. Nivet, 23-35. Paris: Éditions Nouveau Monde, 2008.

Pupavac, V., «Refugee Advocacy, Traumatic Representations and Political Disenchantment». *Government and Opposition*. vol. 43, n. 2 (2008): 270-292.

Rajaram, P., «Humanitarianism and Representation of the Refugee». *Journal of Refugee Studies*. vol. 15, n. 3 (2002): 247-264.

Ramakrishna, K. *Emergency Propaganda: The Winning of the Malayan Hearts and Minds 1948-1958*. Richmond: Curzon Press, 2002

Riley, C. L. «'The winds of change are blowing economically': the Labour Party and British overseas development, 1940s-1960s». em *Britain, France and Decolonization in Africa. Future Imperfect?*, ed. A. W. M. Smith e C. Jeppesen, 43-61. Londres: UCL Press, 2017.

Rivet, D. *Le Maghreb à l'épreuve de la colonisation*. Paris: Puriel, 2010.

Rodogno, D. *Against Massacre: Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire (1815-1914). The Birth of a Concept and International Practice*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Rodrigues, L. N. «Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa». em *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto, 55-81. Lisboa: Edições 70, 2014.

Roshwald, A. *Ethnic Nationalism and the Fall of Empires: Central Europe, Russia and the Middle East, 1914-1923*. Nova Iorque: Routledge, 2001.

Ruthström-Ruin, C. *Beyond Europe: The Globalization of Refugee Aid*. Lund: Lund University Press, 1993.

Salvatici, S. «'Fighters without guns': humanitarianism and military action in the aftermath of the Second World War». *European Review of History*, vol. 25, n. 6 (2018): 957-976.

Santos, A. «Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975)», *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 35 (2018): 13-32.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)

Santos, Aurora. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2017.

Schneider, W. H. *The History of Blood Transfusion in Sub-Saharan Africa*. Ohio: Ohio University Press, 2013.

Serrano, C. «Viriato da Cruz: um Intelectual Angolano do séc. XX. A Memória que se Faz Necessária». *África: revista do Centro de Estudos Africanos*, n. especial África Una e Plural (2012): 165-178.

Simpson, A. W. B. *Human Rights and the End of Empire: Britain and the Genesis of the European Convention*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Steinacher, G. *Humanitarians at War: The Red Cross in the Shadow of the Holocaust*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Stora, B. *Histoire de l'Algérie coloniale 1830-1954*. Paris: La Découverte, 2004.

Stora, B. *La gangrène et l'oubli. La mémoire de la guerre d'Algérie*. Paris: La Découverte, 1998.

Tarradellas, A. «La guerre d'Algérie et l'expansion du système de protection internationale des réfugiés (1957-1962)». *Revue Relations Internationales*, vol. 4, n. 176 (2018): 105-118.

Thompson, A., «Humanitarian Principles Put to the Test: Challenges to Humanitarian Action During Decolonization». *International Review of the Red Cross*, vol. 97 (2006) 45-76.

Talbot, I. «The End of European Colonial Empires and Forced Migration: Some Comparative Case Studies», em *Refugees and the End of Empire - Imperial Collapse and Forced Migration in the Twentieth Century*. Ed. P. Panayi e P. Virdee, 28-50. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

Tavares Pimenta, F. «Nacionalismos no Império: Angola e Moçambique». em *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX e XX): Poderes, Saberes e Instituições*, org. M. B. Jerónimo, 59-85. Lisboa: Edições 70, 2013.

Telo, A. «Treze teses sobre a disfunção nacional - Portugal e o sistema internacional». *Análise Social*. vol. 32, n. 142 (1997): 649-685.

Thénault, S. *Histoire de la guerre d'indépendance algérienne*. Paris: Éditions Flammarion, 2005.

Torpey, J. *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Tvedten, I. *Angola: Struggle for peace and reconstruction*. Boulder, Co: Westview Press, 1997.

Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quénia, Argélia e Angola (1950-1975)

Walker, P., e D. Maxwell. *Shaping the Humanitarian World*, Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009.

Van der Waals, W. S. *Guerra e Paz. Portugal/Angola 1961-1974*. Alfragide: Casa das Letras, 2015.

Van Tonder, G. *Malayan Emergency: Triumph of the Running Dogs - 1948-1960*. Barnsley: Pen and Sword Military, 2017.

Van Zwabenberg, R. M. A. «Kenya's Primitive Colonial Capitalism: The Economic Weakness of Kenya's Settlers up to 1940», *Canadian Journal of African Historical Studies*, vol. 9, n. 2 (1975), 277-92.

Wheeler, D. L. e R. Péliissier. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Wheeler, D. L. «Mais Leis do que Mosquitos: A Primeira República Portuguesa e o Império Ultramarino (1910-1926)», em *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*. A. Costa Pinto e Severiano Teixeira, org. 136-167. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

White, N. «Reconstructing Europe through Rejuvenating Empire: the British, French and Dutch Experiences Compared», *Past and Present*, vol. 210, n. 6 (1995), 473-492.

Zolberg, A. R., A. Suhrke e S. Aguayo. *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World*, Oxford: Oxford University Press, 1989.